

REVISTA

DA

2583/

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

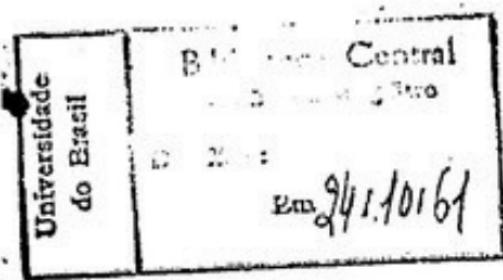
DEZEMBRO DE 1932

SÉRIE II N. 2

BIBL. CENTRAL



Off. Graph. d' "O Livro Vermelho dos Telephones"
Rua Camerino, 89 — Rio de Janeiro
1933



52-184

S U M A R I O



SUMÁRIO

COLABORAÇÃO

ASSUNTOS UNIVERSITARIOS

- Relatório do Reitor, Prof. Fernando Magalhães.....
Escola de Administração — Prof. Leoni Kaseff.....

INSTITUTO FRANCO-BRASILEIRO DE ALTA CULTURA

- La vie privée des anciens grecs à travers leur art — Prof. Charles Picard.....

FACULDADE DE MEDICINA

- Técnicas e prática das necropsias — Prof. Leitão da Cunha.....
Psico-patologia forense — Dr. Heitor Carrilho.....
Asfixiologia — Dr. Antenor Costa.....
Projeto de regulamento pericial — Prof. Henrique Tanner de Abreu
Neuro-eirurgia — Prof. Alfredo Monteiro.....
Palestra anatómica — Dr. Benjamin Vinelli Baptista.....
Psico-análise — Prof. Henrique Roxo.....
Centros psíquicos extra-corticais e perturbações mentais — Dr. Adauto Botelho.....
Temperamento, caráter e constituições psicopáticas — Dr. Bueno de Andrade.....
O psiquismo, da 2.ª infância à adolescência — Dr. P. Pernambuco Filho

FACULDADE DE DIREITO

- Características do Direito Penal Contemporâneo — Dr. Mário Bulhões
 Pedreira.....
 Reincidência e identificação — Dr. Leonídio Ribeiro.....

ESCOLA POLITÉCNICA

- Métodos modernos para a avaliação da fertilidade das terras — Dr. Mário Saravá.....

ESCOLA NACIONAL DE BELAS ARTES

- Da importância da anatomia plástica — Prof. Raul Pederneiras.....

INSTITUTO NACIONAL DE MÚSICA

- Curso de pedagogia musical — Dr. Sá Pereira.....
 À margem de um quadro sinótico dos instrumentos geralmente usados
 — Prof. Joaquina Sodré.....

INSTITUTOS NÃO UNIVERSITÁRIOS

- Curso especializado de antropometria — Prof. José Bustos d'Avila....
 Estratigrafia e paleontologia, com especial aplicação à geologia do Brasil
 e à evolução dos organismos — Prof. J. A. Padberg Drenkpol
 Fisiologia vegetal — Dr. Alvaro Barreiros Fagundes.....
 Introdução ao estudo das variações individuais e específicas no reino ve-
 getal — Dr. Fernando Rodrigues da Silveira.....
 A cidade nos séculos XVII e XVIII — Dr. Pedro Calmon.....
 A sociedade no princípio do século XIX — Dr. Pedro Calmon.....

LEGISLAÇÃO

- Conselho Universitário — sumula das atas de suas sessões.....

INFORMAÇÕES DIVERSAS

- Instituto Franco-Brasileiro de alta cultura científica e literária.....
 Movimento universitário extensionista.....

SUMÁRIO

- Relatório dos cursos extensionistas do Instituto Nacional de Música.....
Curso de interpretação e virtuosidade de Mme. Margerite Long.....

NOTICIAIRO

- Colação de grau dos engenheiros arquitetos da turma de 1932, na Escola
Nacional de Belas Artes.....
A série oficial de concertos no Instituto Nacional de Música.....
Concursos a prêmio no Instituto Nacional de Música.....
A nova sede da Reitoria.....

SUPLEMENTO

- Plano d'organização para a Faculdade de Medicina, a ser executado
em 1912-1913.....

REVISTA DA Universidade do Rio de Janeiro

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

Série II

Dezembro de 1932

N. 2

RELATORIO

APRESENTADO PELO REITOR, PROF. FERNANDO MAGALHÃES, AO
CONSELHO UNIVERSITARIO, EM 31 DE DEZEMBRO DE 1932.

Não foi possível, durante o ano de 1932, dar á Universidade desenvolvimento e a eficiencia que lhe são, em toda parte, imanentes e imprescindíveis. O programa de organização universitaria exposto no 1.º volume, da segunda série, da Revista da Universidade abordado sem amparo e sem seguimento. Apenas os recursos escassos e os colaboradores dedicados permitiram realizar-se em parte atividade da Instituição renovada do decreto n. 19.851.

Instalada a Universidade no edifício do Ministerio da Educação, em espaço acanhado, já é sinal animador a mudança da Reitoria para uma ala da Biblioteca Nacional, em companhia digna e maiorquesa. Pleiteei, e ainda espero conseguir, colocar a Universidade no antigo Palacio das Festas da Exposição do Centenario, para desenvolver o plano de ação universitaria de execução perfeitamente possível.

Embora mal aquinhoadas e apercebidas, a Universidade não desnima de suas obrigações. Os cursos de extensão universitaria, resultando de muitos mestres, alcançaram o melhor resultado. Organizados 60 cursos, todos em função completa e prestígio real, consegue-se uma prova de como se pode estender a Universidade aos cois intelectuais e á educação popular. Vale a pena acentuar a f

quência desses cursos, havendo matrículas que ascenderam a um lhar de alunos, onde se contavam individualidades de conceito, micos, advogados, jornalistas, engenheiros, magistrados, vindos mdo interior do país, organizando-se um total de 5.000 inscrições todos os cursos, sem contar os em que não foi possível assinalar matrícula.

Todo esse trabalho benemerito foi gratuito, o que tornou sivel o empreendimento que nobilita os professores universitários quais se deve a superioridade do movimento cultural extensionista realizado. Registre-se tambem o concurso dos cientistas e tecnicos estabelecimentos titulados com mandatos universitários, todos dteressados e competentes, participantes solícitos da nossa atividade realizando conferências e cursos com a mesma abnegação patriótica.

Assim se distribuiram os cursos de extensão e por mandatos versitários:

INSTITUTOS	C U R S O S		
	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	APERFEI- COAMENTO	ESPECIA- LIZAÇÃO
Faculdade de Medicina.....		3	2
Faculdade de Direito.....			4
Escola Politecnica.....	3	3	1
Escola N. B. Artes.....	6	1	
Instituto N. Música.....	6		
Instituto Oswaldo Cruz.....		3	
Museu Nacional.....	2	4	
Instituto de Química.....			
Jardim Botânico.....	3	1	
Observatório Astronômico.		1	
Museu Hist. Nacional.....	1		
Diretoria de Meteorologia..	7	1	
Laboratório Bromatológico.			
Serviço Geológico e Miner.		1	
Hospital Pró-Mátre.....	1		
Academia Bras. de Letras..	1		
Avulsos	2		
<i>Total</i>	32	18	1

Consta a relação dos eminentes professores, dignos de agracimento de toda gente, do noticiario do novo número da Revista Universidade, aparecida singularmente em 1926 e depois restabelecida no 1.^o volume da 2.^a série já publicado e no 2.^o volume em circulação proxima. A Revista é outra demonstração da rara caridez de que os docentes universitarios são possuidores.

Órgão tambem da Universidade, o Anuario entregue aos centros de cultura do país, pela primeira vez, em dezembro de 1932, representa o repositorio completo de toda a função universitaria, simbolo de união e de solidariedade, já felizmente reconhecidos entre os professores do Rio de Janeiro, não só pelo intercambio social, em sembléa conjunta, como pela atuação didatica, a se inaugurar no proximo ano letivo com a organização de cursos de divulgação nos diferentes institutos, trocando-se os professores, e já preparadas bases para levar este intercambio aos estabelecimentos superiores de ensino militar.

Muito proveitoso seria o desenvolvimento dos Institutos Internacionais de Alta Cultura. O Instituto Franco-Brasileiro alcançou em 1932 novos meritos. Georges Guillain, da Faculdade de Medicina de Paris e Charles Picard, do Instituto de França, duas excepcionais figuras, honraram as tradições gloriosas dos mestres franceses. Brasil retribuiu a visita enviando dois representantes de valor: Miguel Ozorio de Almeida, do Instituto Oswaldo Cruz, e Ernesto da Fonseca Costa, da Escola Politecnica.

Dentro de multiplas restrições e dificuldades a Universidade do Rio de Janeiro já pode exemplificar. No meio da magua e da confiança que a liberalidade ameaçadora nas medidas de favor põe ao ensino público, esse exemplo sustenta o otimismo militante dos esforçados.

Não deve haver dúvida. A transigencia na aprendizagem conveniente inunda o Brasil de doutores inuteis e vazios. A balbúcia onde vozeia o interesse das minorias mal orientadas exige outorga de competencia, que não se quer exhibir. A grande classe discente compreende as responsabilidades que lhe caberão, e há no movimento repetido pela dispensa de provas talvez muito menos pertinacia que pedido mesmo turbulento, do que na concessão até pressurosa. É dubitável que, geralmente, o estudante quer e procura estudar. Nunca sempre é feliz no desejo de aprender, pois é comum o embaraço de meios escassos.

Tenho uma prova palpítante dessa preocupação. No meu setor clínico do Hospital Pró-Matre, onde ministro o ensino individualizado e completo durante um ano inteiro, para 60 vagas de internos inscrevem-se cerca de 200 estudantes da 6.^a série médica. O concurso é difícil e os escolhidos contribuem com 400\$000, anuais, cada um para a caixa do Hospital. É acontecimento excepcional: os estudantes apresentam provas de capacidade para pagar e não para receber.

A concorrência aos cursos de extensão universitária só significa vontade de saber. Os exames concedidos graciosamente representam assim o triunfo da ociosidade sobre a resignação da diligência. É preciso amparar a numerosa classe dos estudantes aplicados, que são maioria na Universidade do Rio de Janeiro. É, como homenagem a essa gente disciplinada, fechemos o ciclo das condescendências. Infelizmente, no debate das questões do ensino, a displicência vai sempre o desejo de agradar intervém. São assim vários e perigosos os resultados da falsa opinião afirmando repetidamente conceitos infundados e se propagam contagiando. Conceitos tendenciosos em defesa do que é apontado como direito e até como verdade. No ensino, é doloroso a realidade, reclamam-se direitos que só são deveres desobedecidos.

É inadiável levar a Universidade ao convívio popular, como instrumento de ensino e de propaganda. A Universidade Popular e o Museu Social têm de ser prontamente instituídos. Só desta forma a Universidade garantirá a democracia verdadeira. Para fim tão nobre vado urge aparelhar a Universidade com uma instalação radiotelegráfica possante, transmitindo ao Brasil e fóra dele o trabalho lectual e educativo dos diferentes institutos.

Não é impossível e muito menos acima das nossas disponibilidades dar à Universidade do Rio de Janeiro o que ela precisa: quem pode duvidar da generosidade com que ela retribuirá a atenção e o cuidado que lhe dispensarem.

Traçado assim o meu pensamento e a segurança na sua realização, junto os dados burocráticos e financeiros que integram a complexa administração da Universidade,

Orçada a receita geral da Reitoria da Universidade em 36:000\$000, conforme orçamento interno aprovado pelo Sr. Ministro da Educação, por despacho de 23 de março de 1932, sua aprovação atingiu, porém, à importância total de 60:290\$338, tendo verificado uma diferença à maior de 24:290\$338, perfeitamente

tificada pela conclusão de curso, em período anterior ao norma alunos de varios estabelecimentos.

Quanto á despesa, fixada em quantia equivalente á da re não chegou a 36:000\$000, apesar de termos instalado condigna te os nossos serviços; atingiu, apenas, a cifra de 25:985\$500.

Tendo a arrecadação global alcançado a soma de 60:290\$ a despesa atingido a 25:985\$500, resultou um saldo de 34:304 que se transportou ao atual exercício. Este saldo terá aplicação primeiro desenvolvimento do Museu Social, adquirindo-se para elementos essenciais para filmoteca da Universidade.

Diplomas registrados em 1932 na Secretaria Geral da U sidade:

Faculdade de Medicina — Doutores em medicina, 79; medicos dentistas, 69; farmaceuticos, 18; m estrangeiros (revalidação), 12.

Escola Politecnica — Engenheiros civis, 65; engenheiros grafos, 1; engenheiros eletricistas; engenheiros industriais, 8.

Escola de Minas — Engenheiros de minas e civis, 8; nheiros geografos, 1.

Faculdade de Direito — Bachareis em ciencias jurídicas e s 320.

Escola N. de B. Artes — Engenheiros arquitetos, 47; arquitectos estrangeiros (diplomas registrados pendente mente de revalidação), 3.

Instituto N. de Música — Curso de piano, 2.

Ofícios expedidos em 1932, 2.163. Recebidos: Ministério Educação e Saúde Pública, 680. Faculdade de Medicina, 363, dade de Direito, 437. Escola Politecnica, 185. Escola de Minas, Escola Nacional de Belas Artes, 163. Instituto Nacional de M 108. Departamento Nacional do Ensino, 119. Diversas Repa Públicas e Associações, 154. Requerimentos recebidos, 2.031.

Escola de administração

PROF. LEONI KASEPP

Assistente técnico da Universidade

Democracia ideal seria a que pudesse dar perfeita realização à fórmula: "the right man in the right place". *Cada cidadão no seu lugar deve ser o homem certo para aquela função.* E, logicamente, as maiores posições para os indivíduos mais capazes.

Por isso, um dos males de que mais padecem as democracias é a constante improvisação de estadistas, a que conduz a periódica investidura das funções governativas, em os países organizados sob o regime republicano.

Nos Estados monárquicos, os herdeiros dinásticos são assistidos, durante toda a vida, por sábios preceptores e conselheiros experimentados, dos quais recebem, de par com o legado de seus antepassados, as iluminações do Conhecimento, aplicado à técnica de administrar. Não se contentam com a instrução na corte. Como preparação ao exercício do governo, procuram, ainda, se em contato com seus subditos, com os humildes representantes do povo, os anônimos auxiliares da administração. Empreendem viagens a longínquas possessões, percorrem em todos os sentidos a sua terra natal, auscultando as necessidades mais prementes e adivinhando as aspirações de seus concidadãos; e, para melhor realizar úteis reformas, buscam, ainda, conhecimento dos progressos dos povos irmãos. Iniciam-se, assim, pelo estudo e pela experiência, na difícil arte de governar para o bem do povo e, com isso, refrescam o saber, possíveis caprichos futuros, de que não estariam isentos e que, talvez, não se podessem libertar, se, quando príncipes reinantes, vivessem desconhecido as agruras da vida do trabalhador, do pobre operário, do modesto chefe de família, que com o suor do rosto ganham o pão para cada dia para a prole e na obscuridade constroem a grandeza da nação.

Que há, nas democracias, comparável a essa sábia previsão dos Estados monárquicos, com relação a seus futuros dirigentes?

Nem se diga que a graduação nas mais altas posições governativas, nos países democráticos-republicanos, só se efetua em relação a políticos competentes que, por assim dizer, já frequentaram a escola experimental de cidadania, dos cargos públicos, porventura no governo de Municípios e mesmo de Estados.

e, desse modo, tiveram oportunidade de praticamente iniciar-se e instalar-se no desempenho de complexas funções administrativas. Afóra o desprazer que semelhante doutrina de finalidade da administração regional representaria para a dignidade das Circunscrições federativas, transformada devido à ineptia dos nossos homens públicos, em meros campos de experiências políticas, de tentativas e de exercícios de governo, de adestramento aos encargos da mais alta magistratura; afóra, ainda, a corrupção de que, mesmo assim, em numerosos casos, a escolha para a presidência e a vice-presidência da República recaí sobre figuras do Parlamento nacional, não raro sem qualquer tirocínio na pública administração, seja federal, seja na estadual, seja na municipal, e para o governo das Unidades confederadas se elegem personalidades, si respeitáveis, às vezes, pela independência e pela probidade, muitas, porém, de todo em todo inexortáveis estadistas; afóra isso tudo, finalmente, a exercitação nos círculos medidas atividades administrativas, para o desempenho do poder executivo. Nação, se processa com ausência absoluta de um plano sistemático, de preparação contínua e progressiva, de uma habilitação intencional, e, por aberra por completo do que, em boa tecnicia e na própria prática da vida deve entender por escola.

Dai resulta, à evidência, a imperiosidade de uma instituição educativa de um estabelecimento graduado de ensino, de uma escola superior para formação de estadistas, como medida a mais proveitosa e eficaz para o pleno exercício das funções de maior responsabilidade na alta administração do País. E não só para a formação de homens de Estado, simbólico, ainda, mais eficiente preparação de quaisquer chefes de serviços públicos.

O funcionalismo tem sido inexoravelmente maltratado, não tanto por constantemente, o refúgio dos naufragos de outras carreiras, como, tudo, pela mángua de capacidade, de competência especializada para a típica função. No dia em que houvesse, por exemplo, entre os seus elementos, um técnico para cada ocupação, cessaria de vez, por certo, a reação injusta, que já se tornou legar comum, contra os serventuários enfeixam em suas micos, com a chave do complexo mecanismo burocrático talvez a maior soma de responsabilidades que coletivamente poderia existir uma corporação.

Mereceressaltar-se que, a rigor, funcionário público não é só desto burocrata, encarregado do trânsito de documentos oficiais, da guarda de dados estatísticos ou da informação de papéis atinentes à boa realização de quaisquer serviços; não é, quando muito, unicamente o chefe de seção, o diretor de um grupo de secções administrativas; é, também, o registrado de qualquer categoria, o parlamentar de qualquer câmara, e, todo membro de governo, desde o secretário de Estado até o presidente do Executivo, seja prefeito de Município, governador de Estado, ou presidente da República.

Não se vê inferir, do que vimos de expor, que estamos a preconizar uma Escola de Administração para a habilitação de funcionários públicos de todas as categorias... Quisemos, tão sómente, salientar a importância dos múltiplos encargos que lhes são afetos e justificar a necessidade de uma preparação sistemática dos que aspirassem à chefia de tão sérias funções. Assim como no exército a promoção a general não pode ser concedida sem a oficial que tenha realizado o curso da Escola do Estado Maior, de identico modo, não se deveria consentir que a investidura na direção de qualquer serviço público pudesse caber a quem não houvesse cursado a Escola de Administração.

O ensino superior deveria ser organizado por forma a permitir melhor aproveitamento das elites intelectuais do País, oferecendo-lhes margem para uma habilitação adequada aos altos postos de direção nos serviços públicos e ao desempenho de atividades que exigam, a par de uma inteligência aprimorada, a capacidade para as grandes realizações, que não se improvisam; antes deve ser o fruto de intencional e sistemática iniciação.

Recomenda-se, assim, a inclusão, no quadro dos institutos propostos a formação profissional superior, de uma Escola de Administração, onde, aos intelectos mais brilhantes, seja dado entrar em íntimo contato com os complexos problemas da administração pública e familiarizar-se com os segredos e os princípios normativos da arte de governar.

Não se deve, em sú razão, depreender de semelhante previsão que todos os indivíduos iniciados em tão difícil e delicada arte sejam predestinados a exercer, um dia, a magistratura suprema da nação. Si, dentro das classicas profissões liberais, se observa tão acentuada diversificação de modos de exercer, conforme a natureza das atividades sociais em que se inserem (bastar ver os múltiplos aspectos que oferece, por exemplo, a utilização dos estudos jurídicos — como advogado, juiz, jurisconsulto, legislador, etc.), que dizer então do mais complexo de todos os ofícios — o serviço público — com a interminável gama de responsabilidades, com a infinita diversidade de funções que abrange e a cujo desempenho pode conduzir a aptidão de administrar!

Naturalmente, as inteligências superiores, os espíritos mais perspicazes os talentos mais completos, deverão, de preferência, ser aproveitados nos postos diretivos de maior responsabilidade, atendida a sua maior capacidade de descritivo, que, por ser inata, representa, de algum modo, uma predestinação. Mas nenhum desdouro significará, para êles, a sua distribuição por outros serviços de menor projeção, numa vez que, nos de maior relevo, não sejam colocados indivíduos mediocres ou nulos.

A Escola de Administração, como a entrevemos, comporta, aliás, mais de um grau de habilitação, desde o que se propõe a formação de direto-

tores ou chefes de serviço, até o que objetivo a preparação de estudantes pleitos.

Doveria, por isso, compreender dois graus de ensino, — destinado o primeiro aos que não possuíssem nenhum curso científico, teórico, literário artístico superior, e equiparado a estes, — reservado o segundo para os estudantes por qualquer instituto universitário e para os egressos do prêmio daquela Escola. O objetivo de semelhante organização seria não apenas fornecer às elites intelectuais a oportunidade de uma preparação mais plena, para o eficiente exercício dos altos cargos administrativos do País, e ademais, assegurar-lhes a possibilidade de exercerem com independência terminada profissão, quando tivessem que deixar os postos de direção a os houvesse elevado a confiança e, porventura, o sufragio de seus concílios. E com isso ficaria afastada, ao menos em princípio, a tentação de destacados empregos públicos como mero meio de vida, antes do qual outro fim.

A admissão ao grau superior da Escola de Administração poderia ser consentida nos talentos intelectuais que, não havendo concluído no curso universitário regular, tenham, entretanto, produzido trabalhos culturais incontestável valor, como sejam publicações notáveis ou outras reuniões de mérito, desde que — e esta deve ser condição imprescindível — ponham de meios ou desempenhem alguma atividade, que illos assegure com decenho, a sua manutenção.

A graduação em semelhante instituto não conferiria, certamente, o privilégio de aprovação à frente dos serviços de qualquer natureza que, como todo privilégio, fôra contrário ao espírito da democracia — seria de bom conselho que a sua consideração influisse no critério a escolha de dirigentes na alta e na média administração do País.

Para essa Escola seriam contratados expoentes do pensamento social e político, assim como técnicos da administração, de fisco, em tradicionalmente liberais e progressistas, como os Estados Unidos, a Inglaterra, a Suíça, não sem aprovação, na ministração de seu ensino, intelectuais brasileiros, que se tenham esmerado nesses estudos e sejam apreciados por sua independência mental e probidade moral (1).

O concurso de acatadas individualidades estrangeiras, num instituto o que preconizamos, teria a vantagem de arrejar mais vivamento a nação brasileira ao sopro renovador das doutrinas mais avançadas, já ventura postas em prática ou só propostas em teoria, para o melhoramento da vida humana, pelo aperfeiçoamento de suas instituições. E a presença de figuras exponenciais do nosso pensamento político permitiria impressão desejável organização acentuado e necessário caráter nacional.

(1) Poderíamos, aqui, indicar alguns desses elementos. Mas, como nosso projeto não é apontar candidatos, preferimos que o bom senso dos leitores dirija o consenso dos pensadores emancipados os reconheçam por suas ilêns, ou realizações.

Aos que julguem excessivamente longa a preparação do homem de tanto, com a superposição de um curso de administração aos cursos universitários, oferecemos duas objeções: uma, a de que os chefes de Estado e países monárquicos passam a vida, por assim dizer, a estudar; outra, a constância de serem os intelectos superiores suscetíveis de maior velocidade no seguimento de seus estudos, o que lhes permite, num sistema flexível de organização escolar, abreviar, pelo menos, os seus cursos primário e ginásio (2). E é para as inteligências promissoras que, precipuamente, recomendamos a instituição de um curso superior na Escola de Administração, e o encorajamento do ensino ministrado nos institutos da Universidade (3).

* * *

Os escolares que, desde o curso elementar, denotassem positiva precocidade mental não só nos estudos, como nos divertimentos e competições, conservassem, através de sua passagem pelo ginásio, a mesma suprema intelectual, deveriam ser objeto de assistência especial por parte dos poderes públicos, como candidatos possíveis e preferenciais ao curso superior da Escola de Administração. Oportunidades frequentes deveriam ser-lhes proporcionadas para o desempenho de serviços de confiança na vida social escolar, bem assim para o exercício de funções administrativas na organização da escola como miniatura da sociedade. E como, nesta, existem não só outras qualidades, como também imperfeições, conviria, ainda, oferecer aos mais talentosos ensejo para inovações úteis, para a experiência de desejar reformas sociais, no pequeno mundo, na minúscula comunidade a que se inscrevem seus interesses e aspirações.

Em certos sistemas escolares, de diversos tipos, semelhante organização da escola à imagem de uma comunidade embrionária (*embryonic community*) se acha satisfatoriamente realizada. Desejariamos ver transplantados para o nosso meio, não menos que os modernos métodos de ensino, os hodiernos processos de viver social na escola, como se observa, para só citarmos um exemplo, no plano dos estabelecimentos educacionais de Carlton Washburn, comumente conhecido pela designação de Winnetka-Plan. Nas atividades administrativas desempenhadas por colegiais, tal como nas demonstrações de cultura em clubs de debates e nos trabalhos escolares em classe, afirma-se indiscutivelmente a primazia dos intelectos superiores. E é excelente premiar a destacada atuação de um adolescente ou jovem à frente de serviços práticos simulados, em que ha oportunidade para se pôr em prova os seus maiores pendores para dirigir e afirmar-se a sua nascente capacidade de administrar.

(2) Vide nossa obra "Educação dos Super-Normaes", Cap. XII.

(3) Caberia, evidentemente, reorganizar o ensino secundário da República, de forma a permitir aos alunos um andamento nos estudos compatível com o ritmo das suas atividades mentais.

Essa organização, porém, da escola é semelhança da sociedade de apenas resumir-se na cópia de alguns aspectos da organização dos — o político, por exemplo — mas abrange, com uma diferença de gões, o conjunto dos caracteres de uma comunidade total de vida e balho, como é a humana, isto é, deverá desenvolver-se numa atmosfera, que afaste toda idéia de artificialismo e superficialidade, que a modelação da vida escolar à imagem do Estado ou de uma administração municipal poderia facilmente inspirar. É preciso que a adolescência pare para o exercício das missões políticas e sociais, com toda a seriedade uma atuação consciente, de um comportamento natural, e não por espirito de dilettantismo. A investidura em funções de governo e de atividades públicas deverá brotar espontaneamente do conjunto de situações normais de vida, em que se afirme, através de sua diversidade, a imperiosidade de sua articulação por meio de uma entrosagem coordenada administrativa, legislativa e judiciária. Certo, sabido, como é, que a consciência não só encontra extrema dificuldade para organizar-se, como também se deixa incorporar a organizações de conteúdo supr-individual, haverá mistér de provocar e favorecer habilmente essa organização social da escola, sobretudo, por fórmula a deixar ás comunidades estudantis beneficia ilusão de espontaneidade no disciplinamento de suas atividades letivas.

Mas, como já deixámos entrever, o instituto que recomendamos, segundo gráu, não deverá ser atingido de um salto, logo á terminação dos estudos gimaciais. Os alunos brilhantes, que se destaquem como leaders nas atividades sociais e administrativas da escola, primária ou secundária, não prosseguir nos seus estudos até a Universidade (*lato sensu*), á da qual terão que escolher a profissão superior (*strictu sensu*) que se ajuste ás suas aptidões naturais e que efetivamente se proponham exercer. Só depois de habilitados no exercício de determinado especialização científica ou técnica, literaria ou artística — que poderá igualmente ser feita no primeiro gráu do estabelecimento a que nos referimos, será, então, de encaminhá-los ao gráu superior da Escola de Administração, donde saiam não diretamente para a suprema investidura de governos e partidos para ela, assim como para quaisquer outras elevadas missões nacionais e internacionais, em que não menos se requeiram inteligências superiores, dotadas com a visão e a capacidade de estadistas.

(Da obra, no prelo, "Problemas da Educação Moderna")

**INSTITUTO FRANCO-BRASILEIRO DE
ALTA CULTURA**

La vie privée des anciens Grecs vue à travers leur art

Conferência inaugural do curso realizado na Academia Brasileira de Letras, pelo enviado da Secção Francesa do Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura Científica e Literária.

Prof. CHARLES PICARD
Do Instituto de França

Mesdames, Messieurs,

Si j'avais besoin de chercher en cette leçon préliminaire, la justification du programme général des conférences que j'ai annoncées sur la Grèce, et dont je n'oublie pas qu'elles peuvent vous paraître un peu retrospectives en ces temps! Peut-être trouverais-je dès maintenant avantage à invoquer cette communauté de destin des terres latines, à laquelle je viens de faire allusion.

J'ai souhaité venir vous parler ici de la Grèce ancienne, de sa vie privée revue de loin à travers le prisme éblouissant de son art. Mais ce n'était point pour un simple bonheur de dilettantisme pur, le plaisir de verser ici, comme disait Robert de Traz, le "dépaysement". Ce n'est pas seulement non plus parce qu'un grand poète français, Paul Valéry, dans ses "Regards sur le Temps présent" critiquant récemment ce qu'il croit notre manière à nous, historiens, d'entendre l'histoire, — a fortement marqué que — trop occupés peut-être, dans la reconstitution du passé, du fracas des batailles ou de l'éclat des vies illustres, nous négligions un peu le livre de la vie privée des peuples, qui n'est pas le moins intéressant à feuilleter.

J'y reviens, et c'est toujours là qu'il faudra s'arrêter. Ce qui m'a déterminé surtout, c'est qu'en présentant la Grèce ancienne, toujours jeune parce qu'éternelle, au Brésil paré des grâces d'aujourd'hui, je pensais essayer de renouveler un ensemble d'amitiés historiques. Le passé de la Grèce, ce n'est point seulement, ici et partout, curiosité d'érudit, bibelot de musée, science morte, où que ce soit, quand nous prononçons les noms d'Athènes et de Rome, de la Lusitanie à la Grèce, du Bosphore aux Colonnes d'Hercule, nous sentons bien que nous ne parlons pas seulement de deux villes; leurs noms résonnent, au dessus du cycle des idées humaines, comme deux grands rythmes de civilisation éternelle. Il existe de nombreuses capitales, qui, si par quel-

que monstrueuse catastrophe, elles venaient à disparaître de la surface du monde, laisseraient l'histoire mutilée. Du moins, sans Athènes et Rome, le mémoire de l'activité humaine ne resterait pas seulement amoindri et cesserait, en partie essentielle, d'exister. Car on verrait s'éteindre, dans un autrefois à tous, deux de ces grands phares lumineux qui ont guidé la voie errante de tant de générations mortes. Athènes et Rome sont devenues une substance idéale, non seulement de l'Europe, mais, delà les mers, du Nouveau Monde.

J'y insiste à dessein. Certes, que nous ayons, nous dans la vieillesse, tous les prétextes qu'il faut pour méditer sur le "Græcia capta victorem cepit", cela est compréhensible et combien naturel ! Nous ne voulons que trop de tendances à vivre nos souvenirs. Le poète François Villon, opposant récemment dans la "Race Errante", les deux mondes, l'a réellement :

"La poussière en Europe a l'odeur du tombeau ;
Tout est culte des morts, là-bas, tout est mémoire,
Il n'est champ, ni vieux mur, qui ne conte une histoire
Hameau qui n'aït sa plaque, ou bien son monument."

Mais, songeons-y, bien. Nous ne sommes plus les seuls, nous Européens, à devoir tenir nos yeux ouverts du côté de ce que, au temps de Renan, on appelait le *miracle grec* ! Il n'y a pas longtemps que le Professeur Smith, un des plus savants connasseurs en Angleterre de l'antiquité grecque, prenant officiellement possession de ses fonctions de Recteur à l'Université de Londres, pouvait oser parler de l'influence mondiale de la civilisation grecque. Il rappelait qu'au cours des deux derniers siècles l'attention attirée par la ressemblance de certaines caractéristiques architecturales, la conformité relative de plus d'un motif artistique, faits constatés entre les arts antiques américains, du Nord au Sud. Les anciens casques des habitants des îles Hawaï, par exemple, n'ont-ils pas pu paraître répétés des Grecs et des Romains ? On a même retrouvé, paraît-il, la forme des coques des Argonautes, et leurs légendes colonisatrices, bien au-delà de l'Asie chinoise ou des Colonnes d'Hercule, très loin vers l'ouest. Vous savez l'étrange fortune du mythe platonicien de l'*Atlantide*, tous les rêveries soulevées par la tradition d'un continent effondré, jonction des deux mondes. Bien des savants disent encore pour décider si les coïncidences marquées sont fortuites, où si elles ne résultent pas plutôt d'un certain lien entre cause et effet.

Une chose n'est pas niable : la profonde influence exercée par la Grèce — ce pays si petit sur la carte — très au loin sous la formation de civilisations essentielles. On le remarque bien du côté des Indes. Que l'on reconnaisse ou non la trace de l'hellénisme du VI^e S. avant J. C. dans le jaïnisme, dans le bouddhisme, dans la création de l'art hindou, connu sous le nom de

Gandhara. Le musée Guimet à Paris s'est enrichi récemment, grâce à la mission Barthoux, des sculptures en stuc trouvées dans les stupas de Haddha, une des plus vieilles pièces, le Deva aux fleurs, vient d'être interprétée par un indianiste français réputé, Mr. A. Foucher, à qui l'on devait précisément déjà la révélation de l'art du Gandhara. Mr. A. Foucher reconnaît dans masque du Deva de Haddha un moule macédonien, peut-être lysippique, conservé à travers les siècles, et remis en usage peu avant l'invasion hunique qui détruisit Haddha. (V. S. de notre ère.)

Or, si la Grèce a influencé l'Asie Extrême, par ailleurs, la brusque apparition en Amérique, de certaines formes empruntées à l'art de Java et de Cambodge, mérite aussi d'élargir de ce côté le problème. Car ce sont là provinces de l'art hindou, et parmi celles qui sont le plus saturées d'hellénisme importé. De tels mélanges ont bien pu, à leur tour, prêter aux monumens des Mayas et des Incas, les plus antiques du Nouveau-Monde, leurs énigmatiques rappels, tant de la symbolique grecque que du polythéisme bouddhique par ailleurs. On conçoit mieux les analogies de telles ou telles productions de l'Amérique Centrale et du Pérou, avec certains objets de Crète et de Mèdes. Deldà, peut-être, les ornements architecturaux de Mitla, qui évoquent des motifs de la Grèce et de l'Asie mineure. À leur tour, vous le pensez bien, les caravelles de Pedro Alvares Cabral, celles envoyées en 1501 par le D. Manoel de Portugal, qu'apportaient-elles ici sinon de l'hellénisme encore — latinisé d'abord — revivifié par la Renaissance portugaise ? Voilà pourquoi, dès qu'on atteint ici, l'atmosphère méditerranéenne classique nous saute comme une présence.

Songeons-y bien : l'influence grecque, déterminante en Méditerranée, ici partout chez elle, même si loin du foyer initial. Comment s'en détourner, comment s'en détacher ? Nul ne le pourrait... .

(Le conférencier explique ensuite quelle méthode il suivra pour évoquer la vie grecque antique, restitution qui exige une méthode prudente.)

De la Grèce sont venues de magnifiques statues, mais énigmatiques (projection sur l'écran de l'Ephèbe de Marathon, bronze repêché dans la baie de Marathon en 1926, du Zeus d'Histhaea (N.-O. de l'Eubée) retrouvé au fond de la mer (bronze de 460 av. J. C.), des poèmes accomplis, mais transposés dans une sagesse qui contenait en germe toutes les philosophies. Mais, ce grand trésor nous fut offert revu, corrigé, on l'a dit (G. Duhmel, *Europe*, No. 15, 8, 928, p. 654/5) par Rome. Les Latins ont presque tout pris aux Grecs, mais aussi presque tout transformé, presque tout disposé pour l'optique dentale. Il n'est pas jusqu'aux statues qui, séparées des monuments et des sites où elles naquirent, pourraient-on dire, exilées dans nos jardins et maisons, ne perdent en partie chez nous leur sens et, si l'on peut dire, leur "orient". A Paris, comme dans le perpétuel épopeule londonien, les expositions de l'art grec prennent trop facilement l'aspect académique de raisonnables chefs-d'œuvre d'atelier. Et puis, Rome est encore là, qui veille dans les salles voisines et nous prépare, au passage, la rétine et l'œil.

D'autre part, nous sommes devenus, nous, modernes, terriblement geants en fait de reconstitution du passé. L'humanisme de jadis, au printemps des études, ne cherchait guère dans l'antiquité que des satisfactions rituelles, des leçons de philosophie et de goût. Il aimait à retrouver chez les anciens, l'homme "en soi", cette fiction abstraite. L'humanisme moderne, épris de contrastes, et aussi peut-être plus sensuel, demande plutôt à l'aujourd'hui des émotions plastiques et la vision concrète d'un milieu différent. Les prétentions sont très poussées: sous peine de se voir dire aussi aride la poussière qu'elle exhume, on voulut que l'archéologie nous apprenne, sur la vie la plus primitive des créateurs des civilisations modernes, des choses que ne savaient eux-mêmes ni un Pericles, ni un Thucidide — eux qui voyaient, il est sûr, la Crète, Mycènes ou Troye, qu'à travers la brouée brumeuse des légendes. Le risque est grand de s'aventurer, à la requête de l'curiosité trop impatiente, en ces domaines où les lacunes sont immenses. L'histoire des grands faits peut, peut-être, permettre d'approcher quelquefois "résurrection" plus ou moins partielle. Mais le détail quotidien de la vie antique est resté bien énigmatique, surtout derrière le rempart des maisons à beau recherche avec passion, et de plus en plus aujourd'hui, la trame critique des existences disparues. On aboutit souvent à l'aveu d'un A. France; l'auteur de *Thaïs* ne disait-il pas: "J'ai détourné mes yeux du siècle du monde antique, après avoir senti, jusqu'au malaise, l'impossibilité bien me figurer les formes anciennes de la vie". Déjà, Sainte Beuve, prévoit un "malaise" analogue, et notre relative impunissance; avec combien de vérité: "Nous n'avons, nous n'aurons plus jamais, dit-il, qu'une antiquité apaisante, telle qu'on se l'est faite par nécessité et telle qu'elle est résulté directement de nos pertes" (*Portraits contemporains*, III, 508). Et ce subtil que prenait la comparaison d'un palais pillé, dévasté par l'incendie, les débris: "On le restaure, dit-il, à force, en tirant parti des moindres parages. Une statue brille encore, et, pour faire oublier les autres, elle occupe le milieu. C'est bien, c'est beau, un air de simplicité vient à propos s'ajouter à l'antique. Mais qui osera dire que c'est là exactement le premier palais?".

Faut-il parler autrement aujourd'hui! Les variations de l'interprétation de la vie grecque antique, telles qu'on pourrait les faire apparaître d'un siècle et d'un livre à l'autre, ont trop souvent, trop aisément, excité la mauvaise humeur de ceux qui voudraient voir bannir la conjecture de l'histoire (on consulterait à ce sujet, par exemple, la préface du livre de Louis Bertrand, "La Grèce du soleil et des paysages"). Il y a là preuve, au moins, du caractère d'un effort toujours recommandé, et qui pourrait être plus vaste encore, si la vie intime des grecs, insaisissable déjà en sa directe simplicité, avait aussi encombrée que la nôtre.

L'imagination moderne ne s'est pas pourtant fait faute de braver une vérité que qu'on doit avouer. Mais trop souvent les romanciers modernes ont pour la Grèce ancienne, — la Grèce hellénistique surtout —, à une vision démantelée. Du solennel décor de théâtre et de collège, — de la "p

classique, on est allé, par plans plus ou moins aménagés à une conception du baroque, le dilettantisme romantique, le parnassisme hostile "au mouvement qui déplace les lignes", etc., ont trop marqué leurs traces, — ear, impasse marmoréenne, même festivité et luxure, tout cela n'était pas l'ordinaire quotidien des anciens grecs qui ont vécu plus humainement, et pour beaucoup tant bien que mal, sinon sans art.

Il y a à faire pour ramener nombre de livres dits historiques, au plan simon de vérité, du moins, disons-le, de moindre illusion. Les raisons de situation du pays et du génie hellénique ont impressionné presque tous ceux qui approchèrent un si noble passé. Les archéologues eux-mêmes, ont parfois — plus que d'autres — la "*petite Grèce de l'olive*" sous des couleurs mancées, voir édéniques, qui ne sont pas les vraies. On a besoin, après cela, de recourir, de près, à certains poèmes vraiment révélateurs, comme *Les Travail et les Tours d'Hésiode*, afin de donner raison au vieux poète-paysan d'Asco lorsqu'il dénonçait justement les fatigues quotidiennes, l'apprécié du paysan, les contrastes de l'été torride, aveuglant, et de l'hiver glacé, la pauvreté, la glèbe caillouteuse et quasi stérile, où il faut bien convenir, — surtout après le passage des Turcs, — que seule une race incomparablement énergique a pu jadis, trouver sa subsistance trop maigre.

Mise au point difficile, parce qu'elle exige la renonciation à de vieilles habitudes d'esprit, à toute une littérature enchanteresse... et fausse. C'est une riante couleur, — mais, hélas! de mirage — qui illumine déjà la Saleur d'Idoménée, rêvée par Fénelon, ou qui dore chez Watteau, les bosquets fictifs de l'*Embarquement pour Cythère* — îlot si incroyablement sec! — Une meilleure reprise serait à tenter pour tout ce qui touche l'histoire des moeurs politiques, la vie sociale des trop fameuses "démocraties antiques". Au total, l'exister privée et publique des grecs d'autrefois n'est peut-être pas un spectacle adroitement concerté qu'on l'a cru, pour l'édition des modernes. Ou moins n'est-il instructif, à l'occasion, que par de réelles misères.

Je n'aurai pas, Mesdames et Messieurs, à m'excuser d'avoir considéré comme un devoir d'être avec vous très sincère: de signaler donc, à l'occasion, ce sur la terre sainte, créatrice de l'esthétique méditerranéenne — dont nous vous partout encore — il n'y a pas eu qu'enchantement, douceur de vivre, mais aussi à l'occasion, médiocrité, douleur et sang: le servage, les rivalités destructrices des cités en contenaient et tout aussi bien, par ses aveux, littérature grecque, à condition qu'elle soit dûment goûtee; celles des historiens comme Hérodote et Thucydide, celle des poètes, la comédie d'Aristophane, tout autant que la tragédie d'Euripide.

FACULDADE DE MEDICINA

Tecnica e prática das necropsias

CURSO ESPECIALIZADO DE MEDICINA LEGAL

PROF. LUIZÃO DA CUNHA

Diretor da Faculdade de Medicina

PRIMEIRA CONFERÊNCIA: Interpretação anatomo-patológica e médico-legal dos dados fornecidos pelo exame externo e pelas pesquisas autópticas.

SUMÁRIO:

- 1 — Perícia médico-legal.
- 2 — Anatomo-fisiologia patológica e medicina legal.
- 3 — Autopsias e morfologia e fisiologia normais.
- 4 — Biopsias e necropsias.
- 5 — Variações da morfologia geral do corpo humano.

a)	variações tipológicas	{	desequilibrio proporcional	{	cabeça
					tronco
b)	variações morbidas	{	lesões	{	membros
					{ congenitais
					adquiridas

- 6 — Radioscopia e radiografia.
- 7 — Técnica geral das biopsias.
- 8 — Técnica geral das necropsias.

a)	fanatognose	{	reconhecimento	{	algor mortis
					rigor mortis
b)	morte	{	livores	{	livores
					cornea { turva
c)	putrefação	{	deprimida	{	deprimida
					putrefação inicial

b) — reconhecimento do cadáver	{ pele pêlos e cabelos aberturas naturais odontograma
9 — Fenômenos post-mortais	{ esvaziamento arterial flebotase e hipostase coagulação sanguínea hemólise methemoglobinemia digestão adipocerose putrefação
10 — Local de trabalhos.	
11 — Proteção do operador.	
12 — Normas gerais de ação	{ necropsia completa necropsia parcial necropsia normal

Tratando-se de um curso essencialmente prático, devemos começar a lição inaugural, por adquirir certas noções, ou melhor, recordar certas adquiridas durante o curso médico e que frequentemente se dispersam com o passar dos tempos. Não compreendo maneira de ensinar senão havendo uma harmonia e completa franqueza entre o que, na oportunidade, ocupa a posição do mestre e aqueles que preenchem os lugares de discípulos, de modo que, nas exposições que tiver de fazer, fica subentendido que cabe a quem os assistentes o direito e o dever de interpolar-me quando não ficar bem entendido qualquer fato que tiver explicado.

O processo que sempre tenho seguido de expôr o sumário da lição é vantajoso, porque permite a recapitulação ulterior do que tiver sido explicado na aula.

Na lição inaugural não há necessidade de fazer demonstrações teóricas, porquanto, tratando-se de assunto complexo e vasto, abranger numa única lição tudo quanto se relaciona com autópsias ou autopsies seria esgotá-lo e tornar inteiramente inútil a exposição; de modo que os trabalhos teóricos serão feitos progressivamente e isso, sempre que possível, no tempo de uma hora em cada lição.

PERICIA MÉDICO-LEGAL

A medicina legal não constitui uma ciência autônoma, já os senhores fartos de saber, resulta da sistematização de conhecimentos adquiridos de diversos ramos científicos, com o fim de satisfazer a justiça, de modo que, como acaba de dizer o nosso prezado e brilhante amigo Professor Peixoto, possa a medicina legal ser exercida com proveito.

A responsabilidade que o indivíduo assume, quando nas funções de perito médico-legal, é maxima, porque, pelo seu laudo, serão fundamentadas as decisões da justiça. Um laudo errado, incompleto, poderá ser a causa determinante de decisões injustas e a responsabilidade do descuidado ou ignorante que o tiver feito mereceria as maiores penalidades, porquanto jamais poderia ser justificada como consequência de uma irreflexão do momento. Não têm conta, pelo que não lhes citarei exemplos, as sentenças injustas baseadas em laudos incompletos ou em laudos errados, como consequência natural da oussadia daqueles que, desconhecendo os segredos da técnica aplicada à medicina legal, se aventuram a lavrar laudos dessa natureza.

E' um princípio geral que os senhores conhecem de que uma testemunha isolada não faz fé. Assim, na medicina legal, o exame deve ser feito sempre por dois peritos, para que as conclusões a que chegarem mereçam a fé necessária para a justificação da sentença que tiver de ser lavrada ou da resolução que tiver de ser tomada. Qualquer que seja o ramo ou subdivisão da medicina legal, em que o perito haja de intervir, si não tiver competência naquilo a que se aventurar, fará um laudo mal justificado, ou errado, um laudo que em qualquer tempo não será considerado suficiente para a ratificação do ato que em consequência dele tiver sido praticado.

ANATOMO-FISIOLOGIA PATOLOGICAS E MEDICINA LEGAL

E' frequente procurar-se estabelecer uma distinção entre a técnica de pesquisa autoptica, bioptica ou necroptica, destinada à anatomia patológica ou à medicina legal. Não pode haver distinção no modo de proceder à pesquisa, que tem de ser feita de maneira igual para chegar a resultados convenientes, no que respeita às suas conclusões e consequentemente à sua significação. A divergência está na finalidade do exame. O que se procura atender na anatomia e fisiologia patológicas é estabelecer, pela verificação material das lesões analisadas, a relação entre essas alterações estruturais ou químicas e a sintomatologia de uma doença, e o que se busca estabelecer na medicina legal é a relação entre esses mesmos fenômenos observados, sejam de natureza estrutural ou química e, nalguns casos, a causa determinante da morte, noutras casos, as relações entre causa e efeito observado, porque nem sempre as pesquisas médico-legais, como também as anatomo-patológicas, são realizadas no cadáver e têm relação direta com a morte antecedente ou consequente. Quando não se procura a *cansa-mortis*, mas apenas estabelecer as relações entre causas determinantes e efeitos observados, esse escopo sómente poderá ser conseguido à custa de pesquisas de laboratório, de natureza variável com o caso concreto, quer no domínio da anatomo-patologia quer no da medicina legal.

AUTOPSES E MORFOLOGIA E FISIOLOGIA NORMAIS

Não seria possível proceder a uma pesquisa autoptica, o que quer dizer a inspeção de indivíduo semelhante, sem conhecer a morfologia e a fisiologia

normais, de maneira que quaisquer observações feitas sobre um indivíduo sómente permitirão conclusões anatomo-patológicas ou médico-legais, se auxiliadas pelo conhecimento perfeito da morfologia considerada em geral, ou parcialmente, no que tange ao organismo em questão, bem como da fisiologia normal, e também geral ou parcial. Não é preciso alongar o suunto, porque se trata de um problema que se comprehende à simples enumeração.

BIOPSIES E NECROPSIES

Autopsia é a inspeção de indivíduo semelhante e deve ser decomposta conforme a observação se faz no indivíduo vivo ou no indivíduo morto. No que respeita à medicina legal, grande grupo das pesquisas que a interessam engloba nos domínios da anatomia patológica, mas outras há que se relacionam diretamente com o estudo da estrutura dos diferentes tecidos do nosso corpo e mesmo com o estudo constitucional dos diversos elementos que podem trair-se normal ou anormalmente em nosso organismo. A análise dessas malias pertence aos domínios da anatomo-fisiologia patológica.

As necropsies dependem de pesquisas sobre o cadáver e essas são tecnicamente problemas anatomo-patológicos, divergindo, conforme já foi dito, a finalidade da pesquisa que se realiza. Se se procura, na medicina legal, a identificação das lesões encontradas no cadáver com fim diverso da busca na anatomia patológica, a maneira de proceder à pesquisa, entre elas, é integralmente a mesma, durante o ato operatório, ou mais tarde.

VARIACOES DA MORFOLOGIA GERAL DO CORPO HUMANO

Não deveriam elas deixar de ser consideradas por quem procura variacões corporais, porque muitas dessas poderiam ser interpretadas como menos morbidas capazes de acarretar perturbações na vida individual, capazes mesmo de concorrer para a morte, quando de fato representariam variações perfeitamente compatíveis com a vida dos indivíduos que as apresentavam.

Para compreender bem essas variações é preciso meditar sobre o que estudaram já, nas diferentes disciplinas do curso médico, sobre as variações tipológicas e morbidas.

As variações tipológicas não chegam a ser consideradas morbidas, ou permitem a vida normal do indivíduo ou produzem desfechos de resultado que poderão ser postos à prova em determinadas condições, mas que habitualmente compensadas com vantagem, pela adaptação do indivíduo ao seu estado de inferioridade constitucional.

Desde que se preste atenção a essas variações tipológicas, não haverá dificuldades na classificação do indivíduo, vivo ou morto, momento da redação do laudo pericial.

Nas variações morbidas, será preciso considerar as que excedem evidentemente o limite compatível com o equilíbrio vital e as que o toleram com quenças restrições. Reduzidas ao desequilíbrio proporcional entre os segmentos provêm de lesões constituidas durante a vida intra-uterina.

tanto, congenitas, ou de lesões verificadas na vida extra-uterina, portanto, adquiridas.

Nesse desequilíbrio proporcional é necessário não só considerar os grandes segmentos do corpo, como também as proporções entre o volume geral do corpo e os respectivos órgãos internos. Nas proporções dos três grandes segmentos poderá haver preponderância ou o fenômeno inverso da cabeça, preponderância ou deficiência do tronco, e preponderância ou deficiência dos membros, e nesses casos se constituem respectivamente os tipos anormais, pelo volume exagerado ou reduzido da cabeça, os macrocefalos e os microcefalos pela preponderância ou deficiência do tronco, os macrosomios e os microsomios, e pela preponderância ou deficiência das pernas, os macrocelícos e os microcelícos.

Dentro desses limites, que poderão variar extraordinariamente, há as pequenas oscilações que podem passar despercebidas à primeira inspeção, mas que poderão, entretanto, ser identificadas, desde que se proceda a mensurações. Toda vez que se quiser analisar com o cuidado devido, será preciso, portanto, recorrer a essas mensurações, necessárias para a determinação dos diversos índices, que permitirão classificar o tipo do indivíduo.

As lesões congenitas e adquiridas, pelo seu grande número, não poderiam ser estudadas resumidamente, tais as variantes com que podem ser verificadas em nosso organismo e eventualmente impressionam o perito, no momento de descrever o indivíduo que analisa. Entretanto, é indispensável pensar sempre em tais lesões, enquanto acarretar modificações de forma de evidente variável, toda vez que se proceder ao estudo de um caso concreto, para evitar a confusão lamentável entre acidentes que poderiam ter-se verificado, durante o exercício profissional do indivíduo, por exemplo, e fenômenos que se teriam constituído em época muito anterior ao acidente mencionado. É necessário, portanto, refletir muito sobre todas estas coisas, antes de concluir, pois uma conclusão precipitada poderia justificar consequências prejudiciais à justiça ou às vítimas e acarretar responsabilidade grave para o mau perito.

RADIOSCOPIA E RADIOGRAFIA

Tudo quanto se podia concluir no particular da morfologia corporal, nos tempos antigos, dependia do exame direto *intra-vitam* ou *post-mortem*, mas hoje, graças à radiosкопia e à radiografia, muitos fenômenos, que sómente poderiam ser observados depois da morte, são devidamente classificados durante a vida.

A utilidade da radioscopy e da radiografia não deve ser esquecida pelos peritos, tal o auxílio inestimável que elas poderão prestar. Convém evitá-lo, entretanto, o abuso desse auxílio, porque a radioscopy e a radiografia, aplicadas às pesquisas médico-legais, encontram as mesmas restrições que quando aplicadas à clínica, onde, toda vez que se pretende ir além do que a radioscopy e a radiografia podem fornecer, chega-se a conclusões mais ou menos errôneas.

TECNICA GERAL DAS BIOPSES

E' de muito facil comprehensão para os senhores, que terminaram o curso médico e que, portanto, conhecem os segredos da tecnia cirurgica, e basta que lhes refira que para chegar a resultados apreciaveis será necessário atender a estes tres tempos: colheita do material, conservação do material, estudo do material. Si refletirem sobre o que aprenderam no curso médico, não terão dificuldade em compreender as variantes numerosas que pode comportar colheita do material, conforme for diretamente acessível à retirada ou for material profundamente encontrado. O acessível comportará variantes dependentes da sua constituição, pela possibilidade da retirada por simples raspagem ou necessidade de incisão mais ou menos profunda; o material inacessível à retirada direta, porém suscetível duma retirada através duma das cavidades naturais, será colhido com um dos instrumentos utilizados nas clínicas especiais para atingir as cavidades trajeto-naturais mais ou menos profunda através das aberturas naturais como a bucal, uretral, anal, vaginal, etc. Quando se tratar de material inacessível, poderá a retirada ser feita por punção, graças ao aperfeiçoamento dos dispositivos modernos e à assepsia, auxiliados pelos diversos processos analgesicos e anestesicos, hoje se executam com facilidade e tranquilidade maiores que em tempos idos. Retiram-se presentemente por esse processo até fragmentos do encéfalo, o que permite o diagnóstico microscópico da lesão que porventura nele se tenha constituído.

A retirada do conteúdo cavitário dos diversos órgãos também poderá ser feita por esse processo. Colhido o material, haverá conveniência em acondicioná-lo do melhor modo e esse acondicionamento variará conforme se trate de material líquido ou sólido. O líquido será reunido em vasos apropriados e o sólido ou será conservado em recipiente seco tal qual é retirado do organismo, ou lançado em um líquido que permita a sua conservação. É desaconselhável envolver o material em algodão ou gaze, porque isso prejudicaria o exame ulterior.

Mais tarde, quando tratarmos parceladamente da parte tecnicia, os senhores se habituarão com os meios apropriados para o exame ulterior, estrutural ou químico, do material assim retirado e devidamente acondicionado.

TECNICA GERAL DAS NECROPSIES

A tecnia geral das necropsies não poderia ser descrita neste primeiro artigo, sendo mais útil descrevê-la à medida que a execução respectiva for sendo feita parceladamente; verificaremos, então, qual a maneira melhor de abordar as diversas cavidades do corpo e porque se prefere determinada maneira de assim proceder. Comtudo, é necessário que, nesta exposição sintética e preliminar, lhes chame a atenção para diferentes fenômenos que interessam ao médico legista e que, descurados, em certos casos têm permitido a verificação de surpresas que justificaram lendas mais ou menos fantasiosas e que têm provocado verdadeiro martírio de muita gente do espírito pouco esclarecido, de imaginação muito solta, pelo temor de sepultamento prematuro.

A) — Tanatognose. A tanatognose vem a ser o reconhecimento da morte. É preocupação exagerada de alguns médicos legistas a verificação da morte pelo receio da inhumação de indivíduo em estado de morte aparente, com a possibilidade de voltar ele à vida, depois de enterrado, o que encontraria justificação na circunstância de terem sido encontrados esqueletos em posição diversa daquela em que teria sido enterrado o cadáver. O erro derivaria da ausência dos sinais que traduzem a continuação da vida, mas ele é praticamente impossível pela cessação completa dos fenômenos respiratórios e circulatorios. Acontece, porém, que, mesmo o médico, sobretudo quando preocupado e nervoso, não consegue de modo absoluto ratificar a parada do funcionamento desses dois aparelhos, porque as próprias pulsações são interpretadas como se se processassem no cadáver e o próprio halito é atribuído à inspiração do morto. Nisso reside a insegurança desses processos, que por isso não devem ser utilizados, mas substituídos pelos outros fenômenos seguintes que traduzem a morte de modo inequívoco:

ALGOR MORTIS ou resfriamento cadáverico, variável de acordo com a temperatura ambiente; quanto maior for o desequilíbrio entre a temperatura do corpo e a do ambiente, mais rápido será o resfriamento. Durante a evolução de certas doenças, o aquecimento do cadáver prossegue algum tempo depois da morte, de maneira que enquanto o resfriamento retardado em tal hipótese não se observar de modo definitivo e evidente, os circunstantes não crêem que a morte já tenha ocorrido. Frequentemente a diferença de temperatura que traduz o resfriamento cadáverico é mascarada pela mão fria de quem apalpa o cadáver, visto como a mão em tal caso poderá estar mais fria do que o corpo do cadáver, donde a ilusão desconcertante.

RIGOR MORTIS. É a rigidez cadáverica, que sobrevém, habitualmente, poucas horas depois da morte e raro é que não se observe dentro das primeiras 24 horas, havendo casos em que ela tarda mais e outros em que antecede esse prazo, sobrevindo logo após o óbito. Mais tarde, o rigor mortis desaparece e o cadáver se torna flácido.

LIVORES. São as manchas que traduzem acúmulo de sangue e significam a parada circulatoria com hipostase evidente na nuca e zonas posteriores do tronco e dos membros, onde se observa a modificação da pele pela coloração vermelho-violacea, variável de matiz com as circunstâncias.

MODIFICAÇÕES CORNEANAS. As modificações da córnea são interessantes, traduzindo-se inicialmente pelo turvor que logo altera o aspecto dos olhos, nos quais também se verifica ausência completa de reflexo pupilar. A depressão da córnea vem posteriormente ao turvor referido.

PUTREFAÇÃO. Os fenômenos de putrefação não podem deixar dúvidas sobre a precedência da morte, embora o mau odor nem sempre corresponda à putrefação post-mortal.

Já devem ter observado que ainda no período agônico, mesmo que não haja desasseio, frequentes vezes, o doente exala mau cheiro, que não poderia ser interpretado como sinal de morte, porque a vida ainda está patente, mas

outro tanto não ocorre com as manchas esverdinhadas, que via de regra dão a evidenciar-se na parede abdominal.

B) — Reconhecimento do cadáver. O reconhecimento do cadáver é o fator preponderante em medicina legal e deve basear-se nos mesmos que permitem ao anatomo-patologista a descrição do aspecto exterior do cadáver, mas que têm na medicina legal máxima importância, porque a identificação do corpo servirá para valorizar as conclusões que tiverem de ser tomadas relativamente a crimes, acidentes de trabalho ou qualquer outro caso de morte, se essa individual ou coletivo. Esse reconhecimento deverá ser feito pelo examinador atento do que se chama "habito externo", ou superfície exterior do cadáver, pela análise completa da pele no que respeita a modificação do pigmento cutâneo, a possível presença de lesões cutâneas intra-vitais que persistam após a morte, o que sucederá às que não forem exclusivamente circulatorias e elas ras, a eventual existência de máculas vasculares, pigmentares e hemorrágicas, a possível presença de papulas, tuberculos, gomas, vesículas, pustulas, bolhas e fistulas, e de escamas que não devem ser confundidas com a dessecada pele dos cadáveres conservados em imersão. Convirá pesquisar o ponto de escoamento de líquido através da pele, bem como a existência de enfisemas nos casos de decomposição mais adiantada, tanto mais precoce quanto elevada for a temperatura do meio em que permanecer o cadáver. A mesma coisa deverá ser feita no que respeita aos cabelos para descrever-lhes a raiz, a quantidade, a situação, etc. As aberturas naturais deverão ser lisadas com o máximo cuidado; as palpebras afastadas para a análise do globo ocular; a inclinação de se depararem pupilas dilatadas ou contrairadas ou cornea deprimida ou não; a existência de exudados sobre a conjuntiva; o possível escoamento do conteúdo das glândulas lacrimais. Na boca e narinas deverá observar se estão limpas, se há indícios ou não de escoamento de sangue ou outros líquidos. A mesma observação deverá ser feita no orifício umbilical, e nas aberturas anal, uretral ou vaginal, bem como na vulva.

As matérias que poderão apresentar-se nessas aberturas naturais são muito interessantes no que respeita às conclusões que tenham de ser tiradas, em caso concreto. C) — Odontograma. Frequentemente se descura do estabelecimento preciso do odontograma individual. É indispensável que, ao fazer a análise cuidadosa da boca, se observe a situação dos dentes que existem, paracionar os dentes presentes e assinalar os ausentes; representar os trabalhos odontológicos que possam ser encontrados e que têm servido para identificação de cadáveres (obturações, coroas, pontes, dentaduras, etc.). Os dentistas devem fazer seu registro e uma vez estabelecida a coincidência das condições de dentes de um cadáver com o odontograma do registro do dentista, a cujos cuidados o indivíduo tenha recorrido, tal coincidência servirá para a identificação.

FENOMENOS POST-MORTAIS

Alguns desses fenômenos são verificados no exame do hábito externo, sómente depois de feita a abertura do cadáver.

ESVASIAMENTO ARTERIAL. Traduz consequência natural de fenômeno observado em vida — a contração ou sistole arterial — de modo que nos últimos períodos da vida as artérias se esvasiam, indo acumular-se o sangue nas veias e que dá lugar à flebostase e hipostase viscerais. O sangue assim se acumulará nas partes em declive, nas regiões do corpo que ficam para baixo, predominando numa ou noutra víscera ou parte do corpo, de acordo com a posição em que o cadáver for mantido. Habitualmente, em anatomia patológica, essas hipostases viscerais estão na parte posterior das vísceras, mas em medicina legal isso não é tão frequente, porque o cadáver ficará na posição em que a morte sobrevierá e poderá assim permanecer em qualquer situação, diferente da que ocupam os defuntos no leito mortuário.

COAGULAÇÃO SANGUÍNEA. Pode a coagulação sanguínea apresentar certas variações no interior dos vasos, caracterizando-se pela formação dos coágulos fibrinosos e dos coágulos erúcicos ou os coágulos brancos e os coágulos vermelhos violáceos. Esses coágulos fibrinosos se formam, via de regra, durante os períodos agónicos e não é raro que se encontrem nas cavidades cardíacas e às vezes imobilizados ao longo dos orifícios oro-valvulares. Os outros, erúcicos, se formam habitualmente nos pontos em que o sangue estaciona, porque resultam da coagulação total do sangue. Naturalmente sempre que não houver acidente hemorrágico que acarrete a saída do sangue para o exterior das cavidades orgânicas uns e outros desses coágulos estarão dentro do aparelho circulatorio.

HEMOLISE. A hemólise frequentemente se observa depois da morte e justifica a coloração rosada, rubra ou esverdeada de certas regiões do corpo, quando não apresentariam por congestão, porque não são normalmente vascularizadas, como a tunica interna arterial. Por esse meio se poderão ver também as meninges coloridas, etc. Esses fenômenos resultam da dissolução da hemoglobina e ulterior decomposição dela. Nos casos de pesquisas post-mortais, realizadas muito tempo depois da morte, a hemólise e essa decomposição serão mais intensas.

METEMOGLOBINA. A coloração esverdeada resulta da transformação da hemoglobina á cesta de hidrogênio sulfurado que se desenvolve no organismo em decomposição, de modo que se altera o seu colorido normal que, quando rosado ou vermelho mais intenso, passará a esverdeado mais ou menos escuro de acordo com a quantidade de metemoglobinina formada.

DIGESTÃO. A digestão post-mortal é fenômeno comum, fácil de compreender, e deverá observar-se inicialmente no estômago e prosseguir aos órgãos que têm continuidade com ele: desce para o duodeno ou sobe para o esôfago. Nalguns casos, excede os limites do aparelho digestivo e compromete os pulmões, desfazendo-os em parte. Assim, esses fenômenos podem prejudicar a estrutura regional de modo a serem interpretados por um observador desacostumado como lesões intra vitais, quando correspondem apenas a lesões posteriores à morte, em consequência da ação do suco gástrico.

ABRIOCERIA. Observa-se, às vezes, no cadáver a existência de uma substância que normalmente se não encontra durante a vida nem depois da morte. Vem a ser uma substância com aspecto de massa branquicente, grosseiramente interpretada como gordura saponificada pela amônia, mas que não pode ser apenas de gordura preexistente, porque se percebe em lugares onde a gordura se não encontra. Provém de fenômenos post-mortais e da ocorrência de fenômenos semelhantes que podem ser verificados durante a vida em consequência do déficit de oxigênio.

PUTREFAÇÃO. A putrefação confirmada se traduz nos primeiros momentos por modificações da cor da pele visíveis nas regiões do corpo onde permanecem, isto é, nas zonas próximas do intestino, e as primeiras manchas que recem invadem progressivamente toda a parede abdominal, depois começam a revelar-se na parede torácica anterior e prosseguem. Mais adiantada, a putrefação, terá justificado a formação de bolhas, com desprendimento de líquidos e de gases mal cheirosos e, mais tarde, se verificará, então, a decomposição e desfazimento dos tecidos com amolecimento inicial e destruição mais tardia pelas larvas e insetos, que se sucedem mais ou menos regularmente em acordo com a cronotanatognose, que vem a ser o tempo decorrido desde a morte. Ha vantagem em reconhecer-se a forma predominante no momento, porque se poderá assim calcular o tempo em que a morte se terá dado.

LOCAL DOS TRABALHOS

Feito o reconhecimento do cadáver, verificados os fenômenos que o precedem, acompanham ou sucedem à morte e que podem ser identificados quando o cadáver ainda inteiro ou depois de aberto, convém fazer algumas referências sobre o local dos trabalhos, proteção do operador e maneira de proceder.

Em anatomia patológica não se devem fazer pesquisas necropsicas em local impróprio. Entretanto, em medicina legal muitas vezes não é possível atender-se a esse cuidado, pois a existência de um acidente ou crime em distante poderá forçar ao perito intervir no próprio local. Naturalmente, as circunstâncias, que lhe dificultarão um pouco o trabalho, não deverão impedir, entretanto, que ele se desligue dos outros cuidados que devem ser tomados na pesquisa e também da necessidade da perícia ser feita em conjunto com outro companheiro, igualmente responsável, para que o laudo que apresentarem possa merecer a fé que a lei exige, pois um só testemunho, conforme o referido, não tem o valor desejado.

Nos casos de trabalhos realizados em local inadequado, quando a interferência da polícia não se tiver feito a identificação do local e do cadáver, o perito deverá iniciar seus trabalhos por satisfazer essas formalidades. Entretanto, nos serviços organizados lhe não incumbem.

O local escolhido é o anfiteatro de necropsias, que já conhecem outra vez, quando começarmos os trabalhos práticos parcelados, como cumprem esses serviços, desde que a instalação seja conveniente para procedimentos imediatas e mediadas.

PROTEÇÃO DO OPERADOR

O perito deve proteger-se para evitar o contato dos líquidos cadavéricos com o seu corpo. Sempre que for possível, convém ser essa proteção realizada por meio de material impermeável, como aventais e luvas de borracha em certos casos, mesmo máscara. Entretanto, si, dadas certas circunstâncias, faltarem êsses meios de proteção, isso não contraindicará a pesquisa desde que tenha o perito os cuidados necessários posteriormente aos trabalhos.

Hoje não se deve operar sem proteção; entretanto, até que êsses materiais fossem utilizados, as pesquisas eram feitas sem que sobreviessem acidentes graves que desaconselhassem o trabalho. Posteriormente à época em que a proteção é a regra, é que os acidentes se tornaram mais frequentes, porque o perito ameúnde se desenuda de lavar-se, depois de findos os trabalhos, como não estivesse protegido.

A regra é esta: embora o perito se revista de avental, luvas e máscara, verá tratar das mãos e do corpo como si tivesse trabalhado sem qualquer proteção, porque muitas vezes um pequeno orifício na luva permite a infiltração de líquidos septicos capazes de provocar acidentes graves, não mortais.

NORMAS GERAIS DE AÇÃO

Desejo chamar-lhes a atenção para este assunto, porque há muito que se diga que a realização de uma necropsia incompleta é inutil, como si uma necropsia completa fosse coisa possível em qualquer momento.

A necropsia completa exige longas horas de trabalho e uma análise minuciosa, macroscópica e microscópica, de todos os órgãos e tecidos do organismo em todas as regiões, para atender-se à eventualidade de haver uma pequena lesão em qualquer parte do organismo, que tivesse passado despercebida durante a vida e que passaria depois da morte, si não fôr essa mínima lesão devidamente tratada. Entretanto, a necropsia completa não pode ser realizada simão em casos excepcionais, procedendo-se normalmente ao exame de todo o organismo, sem perder, porém, a êsses pormenores. Na pesquisa anatomo-patológica é freqüente escolher o operador uma determinada zona do organismo para exame mais atento, limitando-se nas outras zonas a exame mais superficial, orientado pela papeleta clínica. Tal regra não é a melhor, porque as pesquisas devem depender sómente da sintomatologia intravital, para que não possa passar despercebida qualquer lesão que não seria procurada por não se referir a respectiva sintomatologia na papeleta. Pode haver sintomas feridos na papeleta clínica e que seriam mesmo capazes de determinar a morte, sem terem sido a causa do óbito e sem terem sido, mesmo, o fato mais importante no que respeita às lesões observadas no cadáver. Si isto é aconselhável em anatomia patológica, com razão maior o será em medicina legal. Não é simples fato de se encontrar aneurisma da aorta que permite atribuir a morte do acidentado ou do doente a esse aneurisma. Ele pode ter esse aneurisma e ter morrido por motivo diverso, de modo que o simples fato de

rito encontrar lesão grosseira capaz de determinar a morte não o parar aí. Por isso, as necropses devem ser sempre do tipo chamado em que se faz o exame macroscópico de todo o organismo e se estudos copicamente a parte que parece lesada. Toda vez que houver indício especial, o exame deverá ser mais extenso, com a realização de pesquisas habitualmente são dispensadas.

O que se chama autopsia parcial é a pesquisa limitada a determinado segmento. Essas autopsias parciais são frequentemente subsidiária, mas nas pesquisas médico-legais são insuficientes, porque o silêncio de apresentar o cadáver determinada lesão em um segmento do organismo não autoriza a que se atribua a morte a essa lesão, a não ser no exemplo, de se observar uma hemorragia cerebral abundante; mas, nesta hipótese, o indivíduo poderia ter esta lesão em circunstâncias, que poderiam explicá-la como consequência dum acidente eventual, por exemplo. De modo que não se deve, em medicina legal, fazer necropses parciais. A regra é, portanto, uma necropsia normal em que tudo macroscópico se faz em todas as partes do organismo e a anatômica ficará reservada para todos aqueles órgãos e tecidos que forem anormais. O exame microscópico se torna fácil pela microtomia e a gelação, havendo casos, entretanto, em que se não poderá dispensá-lo.

Feitas essas referências às normas gerais que devem seguir os procedimentos legais, para a realização da pesquisa *post-mortem*, vamos fazer algumas projeções luminosas relativas a fatos aqui referidos, para justificá-las afirmativas referentes a lesões que poderiam passar despercebidas se o exame não fôr feito com os devidos cuidados.

Quando passarmos à exceção dos trabalhos práticos para a parcelada das necropses normais, verão qual a técnica preferível e melhor maneira de proceder em geral ou nos casos especiais.

Psico-patologia forense

CURSO ESPECIALIZADO DE MEDICINA LEGAL

DR. HEITOR CARRILHO

Docente livre de Psiquiatria

1.^a CONFERÊNCIA: OBJETIVOS DA PERICIA PSQUIATRICA

Fixar os objetivos da pericia psiquiatrica equivale a assinalar as várias tingencias em que os conhecimentos da patologia mental se fazem necessarios e oportunos para orientar a Justiça em certas de suas elevadas decisões, em matéria penal, civil e administrativa. Noutros termos: equivale a desdobrar um vasto programa com que a psiquiatria se projeta no campo do Direito, para levar-lhe a elucidação técnica, sem a qual difícil seria a solução de vários casos e questões da alçada da Justiça.

Estes objetivos, pela relevância dos seus propósitos, dão à psicopatologia forense um interesse cada vez maior, conferindo-lhe, dentro da medicina legal, uma individualização e uma autonomia que já não se podem conter.

No nosso meio, já é ela objeto, no curso de doutorado das Faculdades de Direito, de ensino destacado, elevada como foi a uma cadeira ou disciplina especial, separada do bloco imenso e heterogêneo da medicina legal.

O que dela se requer e o que ela fornece, a amplitude e relevância dos intuições, capazes de monopolizar toda uma atividade e toda uma dedicação, sua natureza e as perspectivas dos seus conhecimentos, justificam a independência que dia a dia adquire, explicando, de modo eloquente, a necessidade de especializações dentro da medicina legal.

Esse é, de certo, o pensamento orientador deste curso, isto é, aquele que julga tão vastos e heterogêneos o campo e os horizontes desta ciência como — a medicina legal — que já os prevê, num futuro próximo, cindidos de todos os seus vários setores, dando margem a que se possa conceber um número de peritos especializados, em vez de médicos legistas gerais.

Não é lícito julgar da complexidade da pericia psiquiatrica, tem conta simplesmente as fórmulas gerais dos Códigos, naqueles dispositivos de virtude dos quais ela tem lugar. Estas fórmulas gerais mal deixam espaço para o variado programa técnico a realizar.

Os loucos de todo gênero, a imbecilidade nativa ou enfraquecimento, a completa perturbação dos sentidos e da inteligência, para só falar, das velhas e insustentáveis fórmulas em vigor, mal se adaptam às exigências jurídicas contemporâneas ou aos aspectos práticos das mesmas e, consequentemente, mal esboçam o programa do perito psiquiatra. As investigações que elas vão, assim, se desdobrando, os intuições da perícia aumentam de considerável.

Consequentemente, exige-se do perito psiquiatra maior soma de elementos especializados, ao mesmo tempo que se lhe impõem responsabilidades redobradas.

Tem ele a obrigação de conhecer os dispositivos legais que determinam sua tarefa e, mais ainda, deve penetrar-se do pensamento jurídico de sua noite das velhas fórmulas dos códigos. Deve, entretanto, saber estabelecer os limites de sua tarefa, para não invadir as atribuições da Justiça.

E' certo que, dentro na anarquia ainda reinante quando não fôr os peritos que lhe são apresentados, muitas vezes são eles chamados a resolver questões da estrita competência dos Juízes. As linhas divisorias de colaboração entre Juízes e peritos psiquiatras devem, porém, ser firmadas e poderiam ser excedidas. Dizer o perito que um indivíduo é irresponsável vale a fazer uma afirmação que só deveria caber aos Juízes.

A fórmula de Von Listz — capaz e responsável é todo individualmente desenvolvido e mentalmente são — tem um sentido médico-legal profundo do que aquele que se lhe poderia atribuir à primeira visão. Serviria também para estabelecer o que pertence à Justiça e o que pertence ao perito, firmando a interdependência dos dois órgãos.

O Juiz sentenciará sobre a capacidade e a responsabilidade, o perito se o indivíduo é mentalmente desenvolvido e mentalmente são. Que o técnico fornecerá à Justiça os elementos elucidativos da decisão judicial.

Mas, imaginando a perícia psiquiátrica assim delimitada, realizando especialistas idôneos, selecionados num rigoroso critério de capacidades tradados do pensamento psiquiátrico e legal de sua época, acompanhando sua tripartição fundamental, isto é, nos seus objetivos dentro das esferas administrativa, civil e penal.

a) PERÍCIA PSQUIATRICA POR MOTIVOS DE ORDEM ADMINISTRATIVA

A perícia psiquiátrica por motivos de ordem administrativa tem o principal objetivo indicar a necessidade da internação de psicopatas em estabelecimentos apropriados ao seu tratamento.

Para evitar os abusos que poderiam resultar desta medida, no respeito à liberdade pessoal e aos direitos patrimoniais, essa internação

lada por Lei e umas tantas providências e barreiras foram estabelecidas, ateladoras destes direitos.

A Lei que rege a matéria foi promulgada pelo Decreto n.º 5.148-A, 10 de Janeiro de 1927, em substituição à do Decreto n.º 1.132, de 22 de Dezembro de 1903.

Pela Lei vigente "a pessoa que, em consequência de doença mental genita ou adquirida, atentar contra a própria vida ou a de outrem, perturba a ordem ou ofender a moral pública, será recolhida a estabelecimento apropriado para tratamento" (Art. 1.º), "só se tornando efetiva, entretanto, a reclusão na parte fechada do estabelecimento dessa espécie, público ou particular, depois de provada a alienação mental do paciente ou a impossibilidade de conseguir que ele se submeta ao tratamento que a observação preliminar do caso aconselhar". (§ 1.º)

Faz-se necessária, pois, a prova da alienação do indivíduo, que é realizada no Rio de Janeiro, em se tratando de indigentes, no antigo Pavilhão de Observações, hoje Instituto de Psicopatologia da Assistência a Psicopatas. Ali, durante quinze dias, tem lugar a observação necessária a essa verificação.

A Lei, sempre cautelando os interesses da defesa social contra a súbita atuação nociva dos doentes mentais e os interesses do próprio enfermo, dispõe também sobre a admissão urgente de um psicopata, a possibilidade de tratamento em domicílio, o direito do internado de reclamar novo exame, obrigação de não ser recusada a retirada de qualquer enfermo "salvo o de iminente perigo para a ordem pública, para o próprio enfermo ou para outrem", a proibição de manter psicopatas em cadeias públicas ou entre menores, etc.

As disposições vigentes estabelecem a fiscalização de todos os estabelecimentos públicos e particulares destinados a psicopatas existentes no país, intermédio de uma comissão composta, em cada Estado e no Distrito Federal, do procurador da República, do curador de órfãos e de um médico de conhecida competência.

Basta esta rápida referência às principais imposições da Lei atual, de autoria dos Profs. JULIANO MOREIRA e AFRÂNIO PEIXOTO, para se ter uma ideia da relevância do assunto.

O Governo Provisional fez publicar recentemente, para receber sugestões, um ante-projeto de Lei sobre a assistência a psicopatas, de autoria do Dr. ULYSSES VIANNA, no qual foram introduzidos novos e importantes dispositivos sobre a questão, condensando os progressos da época.

Em psiquiatria pericial importa o conhecimento das diretrizes atuais de assistência a psicopatas, dos princípios orientadores das internações, da página de altruismo e de piedade que as novas legislações inscreveram em ligação ao tratamento dos insensos.

Todo mundo sabe quão pejorativa se afigura ainda às pessoas la questão da internação dos doentes mentais em estabelecimentos apropriados ao seu tratamento.

Imagina-se que tal providência importa em gravá-los oficialmente com terrível estigma, que se condensa nas palavras tarados, degenerados, irresponsáveis, doidos.

Quantas vezes um doente mental deixa de ser internado pelo receio que a sua família cause este falso preconceito, imaginando que os seus entes queridos possam ter o seu prestígio social e moral definitivamente comprometido com este estigma depreciativo!

Através das épocas, vêm os psiquiatras, os juristas, os homens de esclarecida reagindo contra essas tendências e essas ideias errôneas, todos procurando dar aos pobres enfermos da mente uma situação igual a dos outros enfermos — do coração, do fígado, dos rins, dos pulmões. As legislações orientadas do passado pareciam concorrer para essa ordem de coisas. A liberação da Justiça, a intervenção da Curadoria de Órfãos, os procedimentos dos Códigos de processo, o espantalho da interdição infundiam no espírito das famílias o errôneo temor das internações.

A reação a esses falsos preconceitos vem se operando com êxito. Vê-se tem uma idéia justa a respeito dos insensos. Substituiram-se as desumanas asilos de alienados, hospícios, por outras menos severas — hospitais psiquiátricos, casas de saúde, sanatórios, hospitais de psicopatas. Ao mesmo tempo partindo-se do princípio que esses psicopatas possam ser ou não alienados, isto é, a instituição dos serviços fechados e a dos serviços abertos. Os primeiros são destinados à internação dos indivíduos de manifesta periguidade, capazes de atentar contra si ou contra outrem, que precisam de medidas de vigilância e de normas assistenciais mais cautelosas. Os segundos — os serviços abertos ou de internações livres — se destinam aos psicopatas leves, que são internados sem formalidades legais rigorosas, não raramente, de modo a que essa providência fique ao abrigo do caráter discriminatório das internações, a que, antes, me referi.

E' o lugar indicado principalmente aos portadores de constituições paticas, ainda não alienados, aos psicopatas leves, aos chamados "pessoas mentais", de prognóstico benigno, sem reações anti-sociais, sem temor de manifestar.

Muitas vezes, elas procedem dos ambulatórios, que são a ante-câmara dos serviços abertos. Não são exigidas formalidades legais para a internação ou ficam elas reduzidas ao mínimo, sem prejuízo do registo dos doentes em livros especiais e de observação sempre necessária, nos quais exaradas-notas clínicas esclarecedoras das razões da internação, podem informar os aspectos de sua psicopatia ai revelados, ser transferidos para os serviços fechados, a cujas exigências legais serão, então, submetidos.

Consequentemente, estes psicopatas leves, não alienados, apesar de internados nos serviços abertos, não são passíveis da interdição ampla do nosso Código Civil.

Em 15 de Agosto último, o Ministro da Educação e Saúde Pública, consubstanciando a velha e altrinística aspiração dos nossos psiquiatras, aprovou as instruções relativas ao funcionamento dos ambulatórios e serviços abertos da Assistência a Psicopatas.

Necessária se faz, pois, por parte do perito psiquiatra, a compreensão exata destas palpitantes questões, ao ter de formular o seu parecer sobre a necessidade da internação de psicopatas — internação que poderá ser severa ou atenuada, livre ou imposta.

Em psiquiatria pericial tudo está em saber separar o alienado do psicopata — o primeiro, por definição, doente da parte fechada dos hospitais, o segundo, ao contrário, doente de serviço aberto, livre.

E' o que assinala DURRÉ, quando escreveu no seu trabalho — *Definição médica do alienado*:

"Muitos doentes estudados pelo psiquiatra, não tendo jamais cometido um único ato estranho, perigoso ou repreensível, jamais tendo necessitado a intervenção das autoridades administrativas ou judiciais, não são, por definição, alienados. Não precisando do magistrado e só necessitando do médico, esses doentes diferem dos alienados pelas consequências de sua afecção mental."

b) PERICIA PSQUIATRICA POR MOTIVOS DE ORDEM CIVIL

O exame médico-legal dos psicopatas faz-se necessário para decidir da sua capacidade civil. Esta capacidade é, segundo Etienne Martin, no seu novíssimo *Précis de Médecine Légale*, (1932) "a faculdade de se dirigir em todas as circunstâncias da vida social, o inteiro gozo dos direitos do cidadão".

O exercício desta faculdade está subordinado a uma série de fatores, que a lei define, que dizem respeito aos sexos, à idade e às condições psíquicas. Os fatores sociais, a experiência, a prática da vida explicam por que a capacidade civil não se adquire ao mesmo tempo que a responsabilidade.

AFRANIO PEIXOTO explicou bem essa discordância, na sua Psicopatologia Forense, "lembrando que a noção da responsabilidade criminal se adquiriu desde a infância, na evolução ética, com a educação, o exemplo, a instrução; ao passo que a capacidade civil só chega mais tarde, na evolução intelectual, com o raciocínio e a experiência das relações jurídicas da vida social".

A fórmula legal que rege a questão e que interessa em psiquiatria pericial é a que se acha expressa, como é sabido, no Artigo 5º, n.º II, do Código Civil, segundo a qual "são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os loucos de todo gênero". Essa mesma infeliz disposição é repetida em diversos outros artigos, relativos ao testemunho, à curatela e à incapacidade de testar, etc.

Com a pericia psiquiatrica, que decidirá da possibilidade de poder não o examinado exercer pessoalmente os atos da vida civil, será o individuo declarado interditado pelo Juiz.

Enquanto em varios países o instituto da interdição sofre graduação, podendo ser ampla ou limitada, a lei brasileira, durante muitos anos, só admitia sem restrições, houveudo, agora, uma exceção para os toxicomanos. Este fato cerca para o Juiz e para o perito situações embaragosas, incompatíveis com as exigências da prática.

Mais precisas foram as legislações francesa, italiana, suíça, que instituiram o conselho judicíario, a inhabilitação e o conselho legal, para as possibilidades no ponto intermediário entre a loucura e a ligidez psíquica.

Sabemos que não são rares os casos de psicopatas não alienados não merecem a interdição ampla, mas limitada, dentro das fórmulas já consagradas nas legislações acima referidas.

O Dr. RAUL CAMARGO, no seu livro *Loucos de todo gênero*, reuniu os pareceres dos nossos mais eminentes psiquiatras a respeito, esgotou a questão, tendo visto a campanha que neste sentido empreendeu em parte triste com a limitação da interdição dos toxicomanos.

Certos estados de enfraquecimento sonil simples, alguns paranoides, frustos, portadores de simples formas embrionárias de futuros delírios contidos ou sistematizados, que se dirigem perfeitamente no meio social, certos indivíduos portadores de simples constituições psicopáticas, esquizoides e esquizofrenicos, hiper-emotivos sem psicoses caracterizadas, afora outros, capam evidentemente à interdição ampla.

Do mesmo passo, quão útil seria, na prática, que os levantamentos de interdição se operassem gradativamente, por etapas, e não abruptamente tal como se procede hoje em relação ao livramento condicional! Ficaríam mais ao abrigo de erros, a Justiça se pronunciaria com mais prudência os peritos psiquiatras encontrariam na Lei normas mais cautelosas para desempenho de suas funções.

Os levantamentos de interdição, na maioria dos casos, são torturantes da psiquiatria pericial, e põem à prova o critério e a experiência do perito.

Quatro casos eu poderia lembrar aqui que mostram a delicadeza da questão:

1.º — O exame para levantamento da interdição dos paralíticos generalizados.

2.º — O exame, para igual fim, dos esquizofrenicos em remissão plena ou tidos como exemplificando as chamadas "curas sociais" de que nos fala Bleuler.

3.º — O exame pericial para a desinterdição dos toxicomanos.

4.º — O exame, com o mesmo objetivo, dos indivíduos considerados intervalos lucidos da psicose maníaco-depressiva.

... Basta a indicação destas quatro possibilidades, na prática psiquiátrica forense, para mostrar as delicadezas da tarefa pericial.

A volta da capacidade civil dos paralíticos gerais malarizados é uma questão de toda atualidade, representa, por assim dizer, com os demais problemas médico-legais desta doença, um dos assuntos mais palpitantes da psiquiatria-legal.

Os aspectos psicologicos e evolutivos da doença, a demência global, enfraquecendo primeiro e destruindo depois, por um ataque geral, a atividade psíquica em todos os seus modos, intelectual, afetivo, moral e voluntário, como pondera DUPRÉ; a marcha geral irregular, às vezes remitente e na maioria dos casos progressiva, são tantos fatores que nos poderiam deixar perplexos diante da conjectura de ter de apreciar a alegada volta da capacidade civil dos dementes paralíticos.

E o que se poderia pensar ainda a respeito, considerando a natureza das lesões encefálicas dos portadores da doença?

Será possível a *restituo ad integrum* de um indivíduo portador de uma meningo-encefalite crônica difusa, com lesões parenquimatosas finas, de carácter inflamatório e degenerativo?

Mas, a malarioterapia — o magnífico método de tratamento preconizado por Wagner von Yauregf, está operando uma revolução em tudo que achava classicamente estabelecido sobre o prognóstico da paralisia geral.

Verificou-se que há uma verdadeira limpeza no tocante à presença de treponemas nos cérebros dos paralíticos gerais malarizados; quando os espécimes não morrem, ficam inativos, sem a virulência necessária para degenerar e destruir o tecido nervoso.

Estudou-se a repercussão da malaria sobre o *substratum anatomico*, verificando-se que o aspecto histológico é o da paralisia geral estacionária, os fenômenos inflamatórios desaparecem por completo, não há mais proliferação da glia, um ou outro capilar permanece infiltrado, a cito-arquitetona não é muito alterada, e os estudiosos da questão esclarecem que si não se conhece o caso clínico não se faria o diagnóstico anatomico.

Walter FREEMAN necropsiou cerca de quinze casos e afirma que não houve cura e não remissão em certos deles.

Quando os paralíticos gerais morrem depois da malaria, apresentam lesões comparáveis à goma, tidas como inflamação curativa.

Consequentemente, que se poderia esperar do ponto de vista clínico?

48,3 % de remissões completas, segundo NONNE; 42,1 % segundo BRAUER; 35 % pelos dados de HERMANN; 33 % pelos dados de GERSKMAN; 32 % (Askgaard); 31 % (Weygand); 29 % (Jans e Fleeta); 27 % (Herjig); 26 % (Boumann); 28 % (Waldemiro Pires).

Reservar-me-ei para estudar em minúcias estas questões quando tratar aqui da paralisia geral sob o ponto de vista médico-legal. O que ficou dito, porém, é suficiente para mostrar a importância da perícia psiquiátrica.

tais objetivos, o que vale a encarar de frente o problema das remissões pletas ou incompletas em psiquiatria legal.

O segundo caso que aqui lembrei — o exame para levantamento da terdição dos esquizofrenicos em remissão completa, exemplificando as madas "curas sociais", de que nos fala BLEULER, não é menos delicado.

Sabemos que a evolução doutrinal do conceito psicologico e clínico da demência precoce, seu domínio, ora reduzido, ora muito extenso, segundo épocas e os autores, não permite que a questão prognóstica desta psicoses seja afirmada numa fórmula unica.

De um modo geral, pode-se dizer que o conceito da esquizofrenia segundo BLEULER, que se seguiu ao da demência precoce, é compatível com a afirmação do prognóstico favorável da doença, em muitos casos e em circunstâncias diversas.

Este fato é da observação de todos os especialistas, que desatardam firmam as afirmações do próprio BLEULER, quando salienta a existência de "curas sociais" e quando, assinalando a extensão prognóstica dessa doença, chega a dizer que "muitos casos mostram depois de um primeiro ataque, às vezes, mais tarde, um defeito tão pequeno que praticamente podem considerar-se como curados".

Um indivíduo de constituição esquizoide ou portador de uma esquizofrenia latente pode ter um surto, um episódio e até um estado esquizofreniformado, que cedem ou desaparecem, para voltar o indivíduo à sua própria situação constitucional, que não é uma doença caracterizada, mas uma disposição, um feitio psicologico próprio, uma tendência.

Já afirmava FREDERICH MAUZ, 1.º assistente de KRETSCHEMER, na clínica das enfermidades nervosas da Universidade de Marburg:

"O prognóstico não depende somente da enfermidade, mas também é condicionado por um grande número de outros fatores, cujos efeitos se entrecruzam e compensam".

Depende da sagacidade e competência dos peritos, ao firmarem o parecer psiquiátrico sobre o estado mental e consequente capacidade ou incapacidade civil dos esquizofrenicos tidos como curados, a verificação dos fatores que se entrecruzam e compensam. Incumbe-lhes, em suma, o chamado diagnóstico pluridimensional, de KRETSCHEMER.

O exame pericial para desinterdição dos toxicomanos é também uma tarefa delicada na técnica psiquiátrico-forense. Sabemos da facilidade com que reincidem os indivíduos dados às intoxicações euforísticas; sabemos da facilidade com que prometem e reprometem não voltar ao uso de entorpecentes, demonstrando o contrário de que prometem daí a poucos dias. Sabemos como se mostra satisfatório, a um primeiro exame, o seu estado de saúde em seguida à desintoxicação.

Uma perícia bem cuidada deve ter em conta que, antes de mais, os indivíduos são doentes da vontade e que essa verdade é que deve mais pesar nas conclusões do laudo pericial.

O levantamento da interdição dos toxicomanos deve, assim, se inspirar de acordo com o laudo pericial, em provas concludentes de que os processos volitivos se modificavam no sentido de uma firmeza e precisão que só os fatos podem demonstrar. E' conhecido o conceito, segundo o qual estes indivíduos não são doentes porque se intoxican, mas se intoxican por serem doentes.

O caso do levantamento da interdição dos indivíduos em intervalos lucidos da psicose maníaco-depressiva é, talvez, o menos difícil.

Todos os psiquiatras sabem que este intervalo, que às vezes dura muitos anos, equivale a uma verdadeira cura. Discutiu-se si a normalidade era absoluta ou relativa nestas ocasiões, tiveram-se em conta as dúvidas expressas na frase clássica de d'Aguesseau si esse intervalo era "um dia pleno que separava duas noites" ou um simples "luar de razão ou um crepúsculo".

Certo é que os intervalos se conduzem, não raro, com segurança e firmeza.

Nem faltou à questão o exemplo histórico, citado por LEGRAND e SAULLE: O rei Carlos VI, na Idade Média, sofria de mania intermitente. Durante a vida do infeliz monarca, o Conselho de regencia era suspenso desde que aparecia um lucido intervalo. "Voltando, assim, à saúde, diz Legrand du Saulle, e passando a exercer a autoridade, o rei apaziguava as discordâncias existentes na sua família, reparava as desgraças e levantava o Estado que desastres da época levavam para o abismo".

c) PERICIA PSIQUIATRICA PARA FINS PENALIS

Dia a dia, os laços e interdependência entre juristas e psiquiatras se fortalecem e mais se apertam e se afirmam numa indissoluvel solidariedade. A perícia psiquiátrica em matéria penal, mais do que qualquer outra, documenta de modo incontestável esta afirmação.

A necessidade da perícia psiquiátrica é uma exigência dos novos rumos do direito penal, faz-se necessária para o esclarecimento de questões que entendem com os elevados intuitos da defesa social.

Quem acompanha a evolução das novas concepções jurídico-penais compreende perfeitamente a salutar influência, cada vez mais ampla e profunda, das ciências biológicas nos domínios deste belíssimo campo do direito.

Para aquilatá-la, para mediá-la, basta refletir nas novas diretrizes da medicina das prisões e na penetração da assistência psiquiátrica nas penitenciárias.

Foge de nós o tempo em que para ser médico das prisões outro paro não se requeria senão o da própria clínica geral, bastando saber examinar e medicar, como se faz nas enfermarias de clínica médica ou cirúrgica dos hospitais; quer dizer, na época em que se cuidava de uma parte da atuação médica nas penitenciárias.

Hoje, a medicina das prisões funda-se principalmente na noção da imprescindibilidade do conhecimento da natureza antropológica e psíquica dos criminosos, para os efeitos da sangão e para a eficiência da terapêutica penitenciária.

Tal como na psicopatologia forense, há um verdadeiro mundo de investigações antropológicas, biológicas e psiquiátricas nos objetivos da medicina penitenciária.

Os médicos dos estabelecimentos penais precisam, para o integral desempenho de suas elevadas funções, de uma formação própria, de estudos particularizados, de condições rigorosas de especialização, das quais, infelizmente, ainda não se cogitou no nosso meio, como se fossem inexistentes ou inconcebidas.

Eles têm diante de si dois problemas capitais a resolver, nos quais subordinam muitos outros, cuja relevância médico-social não é preciso enfatizar: 1.º o estudo autópsico-psicológico dos delinquentes, para a verificação de suas diferentes tares, de sua constituição, do seu temperamento, do seu carácter e, consequentemente, para saber em que medida essas condições psicológicas influíram na determinação do delito; 2.º fixar o prognóstico moral e temibilidade desses transviados das normas sociais, consoante as indicações dos exames realizados, para os efeitos da terapêutica a empregar, incluindo para a individualização do trabalho penal, que resultará das provas de orientação profissional.

Os médicos intervêm com utilidade real em todas as fases dos processos penais. *Antes do julgamento*, eles são chamados a fazer a caracterização dos delinquentes, a sua biotipologia, orientando a Justiça sobre o conhecimento da personalidade desses infelizes, para os efeitos da sanção. *Depois do julgamento*, em plena fase da execução da pena, a ação desses técnicos é menos notável e produtiva; farão a seriação médica-psicológica dos condenados, para individualizar a pena às suas condições temperamentais, concorrendo assim, decisivamente para a eficiência dos processos regeneradores.

Finalmente, na fase *post penitenciária*, os médicos ainda deveriam invir, desdobrando o salutar programa de higiene mental junto aos liberações condicionais e aos antigos psicopatas delinquentes, de menor temibilidade, egressos das prisões e dos manicômios judiciais.

Tão diferentes são as naturezas humanas, tão diversas as condições psicológicas de cada qual, tão desiguais as reações psíquicas dos indivíduos, inútil seria submetê-los nos mesmos processos de tratamento penal, sem adaptar a essas diversidades temperamentais e reacionais.

Erroneo seria, por exemplo, nivelar no tratamento e na ação regeneradora os hiper-emotivos e os amorais constitucionais, — aqueles, indivíduos de baixos antecedentes sociais, revestidos de um notável fundo de honestidade, que cada vez mais violencia os choques emotivos e os paroxismos passionais, não raro incendiados por uma exagerada noção da honra, em face de certos preconceitos sociais; esses — os amorais —, insensíveis aos imperativos da ética, incapazes de assimilar o espírito das leis e rebeldes às normas corretivas.

Do mesmo passo, ilógico seria agir identicamente quanto aos paranoides esquizoides e demais portadores de constituições psicopáticas, que os

em abundância nos estabelecimentos penais e constituem, mesmo, o principal aspecto da patologia das prisões.

Escrevendo sobre um centro de estudos da psiquiatria das prisões e da medicina penitenciária, em Strasburg, GELMAS, dizia com justeza: "Do mesmo modo que os asilos de alienados perderam o caráter de simples depósitos de loucos para tornarem-se hospitais psiquiátricos, assim também as prisões devem transformar em estabelecimentos de observação, de terapêutica e de profilaxia da delinquência" e mostrou as tentativas para o funcionamento na França dos cursos de medicina penitenciária.

Tal como o perito psiquiatra, é o médico das prisões quem pode supreender a alienação que passou desaparecida nos magistrados e poder assim, evitar que o doente mental seja condenado, em vez de receber uma sentença terapêutica.

O grande alienista LASÈAUX descreveu o alcoolismo sub-agudo e o cirírio das perseguições com as observações que colheu na Enfermaria de alienados do Depósito da Prefeitura de Policia de Paris.

A psiquiatria clássica chegou a cogitar das chamadas psicoses penitenciárias, querendo com isso significar que, dentro dos estabelecimentos pridiários, a frequência das anormalidades mentais lhes permitia descrever fórmulas psicopáticas definitivas que, aliás, devem ser tidas, antes, como psicoses de situação.

Unem-se, pois, pelos laços da mais estreita dependência as questões penais e os problemas psiquiátricos, não se podendo conceber um corpo de pericia em tais assuntos, sem as mais rigorosas condições de especialização.

Necessário se faz, porém, fixar os objetivos da pericia psiquiátrica para fins penais, em face dos reclamos atuais do Direito Penal.

Isto equivale a dizer as duas questões básicas ou essenciais da pericia psiquiátrica, que tão de perto entendem com a defesa social, isto é, a questão da inconsciência e a da temibilidade dos criminosos.

Em relação à pericia médico-lógica da inconsciência do ato delituoso, os casos podem ocorrer desde logo ao espírito dos peritos: 1.º é que esta inconsciência resulte de um estado morbido permanente, concretizado na existência de uma doença mental caracterizada, que suprime a capacidade de imputação dos seus portadores, por isso que os seus atos ou as suas ações são consequências fatais do seu estado de alienação mental; o 2.º, de avaliação infinitamente mais difícil e delicada, é o que se refere à inconsciência momentânea, traumática ou episódica, apenas relativa ao momento do delito e alegada como determinante psíquica da reação anti-social realizada.

Os dois casos se acham previstos, como se sabe, nos parágrafos 3.º e do artigo 27 do Código Penal, cujas fórmulas, do ponto de vista psiquiátrico, ninguém ignora, muito deixam a desejar, falando o 3.º da "inabilitade instável ou enfraquecimento senil" e o 4.º da malsinada "perturbação dos sentidos e da inteligência".

O Sr. Desembargador VIRGILIO DE SÁ PEREIRA, no seu projeto do Código Penal, querendo especificar os estados que excluem a imputabilidade, firmou-se no critério biológico e preferiu a fórmula já preconizada na Suíça, no projecto da autoria de Carlos Stoos.

Ampliando-s, escreveu S. Ex.: "Carecem de imputabilidade os que encontram em estado de alienação mental, idiotia ou inconsciência, ou respeita-se nos que apenas tiverem diminuída a faculdade de normalmente cometer os próprios atos, embora por causa morbida que daqueles estatutos aproxime." A fórmula proposta, apesar das elevadas intenções que a dita não reune, sem dúvida, o apóio irrestrito do steenicos, considerando-se a tez das expressões psiquiátricas empregadas e isso em que pesa à autorização do seu autor e até à opinião dos representantes da ciência psiquiátrica Suíça, quando foi da discussão na Sociedade Suíça dos Alienistas, em 1928, da fórmula do projeto Stoos.

Houve a preocupação elevada da clareza e da precisão, em benefício da conta em que se deve ter, segundo diz o autor, a consciência popular. Certo, porém, que na expressão alienação mental, com o seu sentido amplo, acham reunidos a idiotia e até a inconsciência.

Entre nós, duas críticas de maior relevo foram feitas à fórmula do projeto Sá Pereira: uma, pelos Drs. MUNHALO DE CAMPOS e LEO RIBEIRO, em artigo publicado no "Jornal do Comércio" e reproduzido nos "Arquivos do Instituto Médico-Legal e do Gabinete de Identificação", achando os aludidos especialistas que a só designação "alienação mental" resolve a questão. A outra foi feita pelo eminentíssimo Mestre AFRANIO PEIXOTO, na Comissão Especial do Código Penal da Câmara dos Deputados, em 1930, depois de passar em revista as fórmulas correlatas de vários códigos modelo e projetos de códigos em elaboração, pareceram de acordo com as idéias expostas, as do projeto Rocco, para a codificação italiana.

Assim, propôs Afranio: "Artigo — É imputável aquele que tem a capacidade de compreender e executar o ato delituoso.

"Art. Não é imputável aquele que, no momento em que cometeu o crime, estava, por doença, em estado mental que exclua a capacidade de compreender o ato que praticou.

§ 1º Nos casos duvidosos de imputabilidade fará fé o parecer unânime de peritos médicos idoneos que explicitamente comprovarem o diagnóstico, relacionando a doença com a execução do crime.

§ 2º A declaração de imputabilidade, si subtrai o doente ao cuidado, leva-o ao manicômio judiciário, como perigoso à ordem jurídica, onde será conservado até cura autenticada por perícia médica, si a cura for possível".

Nova fórmula veio de ser proposta, no seio da Sub-Comissão Legislativa encarregada da elaboração do Código Criminal, assim expressa:

"Art. 21 Carecem de imputabilidade aqueles que, por doença mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardado, perda grave alteração da consciência, não possuirem a faculdade normalmente determinar os próprios atos. Si esta faculdade, embora não abolida, estiver, entretanto, por algumas das causas acima enunciadas, grandemente diminuída, a imputabilidade será restrita".

Como se vê, é de receiar que a elasticidade da fórmula proposta não abrigue dos abusos que nos traz ainda hoje a completa perturbação dos costumes e da inteligência.

A questão da imputabilidade diminuída longe nos levaria, tão abundante é a controvérsia e a literatura respectivas.

Relembreamos, porém, que o modo de aplicação de medida de segurança decorrente desta diminuição da imputabilidade, nos parece na prática aceitável.

Apesar de conhecer as notáveis discussões sobre si a medida de segurança deve substituir a pena ou simplesmente completá-la, no 1.º Congresso International de Direito Penal, sou levado a considerar a situação em que ficariam indivíduos que, em virtude da imputabilidade restrita, forem passíveis de medidas.

Assim, pelo artigo 162 do Código Criminal, a medida de segurança será antes da pena ou depois desta, si o cumprimento da pena for nocivo ao tratamento.

Quer me parecer que, no 1.º caso, se interna o indivíduo em um manicomio depois de puni-lo, recebendo o alienista um doente, embora atenuado, de tratamento retardado ou adiado. No 2.º, prepara-se o doente para inflingir-lhe a pena; pune-se depois de o haver curado.

Perfeitamente aceitável se me afigura a delimitação da perícia psiquiátrica exposta no § único do artigo 30 do ante-projeto inicial do Desembargador Sá Pereira:

Ela deve cingir-se "exclusivamente, como se lê neste dispositivo, só à personalidade do delinquente, nada tendo a ver o perito com a questão da responsabilidade, a cuja solução, a ação do Juiz é exclusiva e soberana".

A questão da inconsciência permanente, decorrente de doença mental individualizada, redonda em última análise, em estabelecer o diagnóstico das várias formas psiquiátricas ou da própria alienação mental.

No caso particular da inconsciência momentânea, devemos procurar se aprofundar o mais possível o conhecimento da personalidade do criminoso, finindo-lhe as tendências, verificando os dados que permitem identificar a constituição antropológica e psíquica, fazendo-lhe o perfil psicológico ou melhor o seu psico-biograma, para o que nos servimos dos meios usuais de investigação somática, biológica e psicológica, além das informações necessárias e idóneas relativas ao seu passado morbido e social.

Depois de assim examinado o delinquente, passamos a apreciar o delito, através dos esclarecimentos dos autos, buscando nos motivos da delinquência e nas circunstâncias do ato delituoso, no estado revelado pelo exame, durante e após esse ato, algo que possa esclarecer a tarefa que tem vista.

Finalmente, do estudo simultâneo do delito e do delinquente, chega à conclusão.

Dentro destas fórmulas gerais da perícia psiquiátrica, ocorrem os mais diversos, de aspectos os mais variados e de interpretações muito diferentes, que iremos particularizando, à proporção do desenvolvimento deste curso.

A verificação de ser o acusado portador de uma constituição psíquica com predileção para a emotividade, as ligações de hiperemotividade com a epilepsia, necessidade de saber se ele mostra os estímulos próprios das epilepsias em sua conservação ou não da memória do fato delituoso, o estudo dos "reflexos primários" da delinquência, considerados em função das necessidades biológicas que tendem a satisfazer, o desenvolvimento no criminoso da capacidade de juízo moral ou o seu conceito moral do bem e do mal, são tantos factos que devem ser verificados.

O perito redobrará sempre de interesse para fornecer um laudo exequente e que satisfaça, antes do mais, à sua própria consciência.

A perícia mental em casos de inconsciência transitória, não raro, tanto precaria, dado o seu caráter retrospectivo. Quase sempre, ouviu-se o examinado que não se lembra do que fez, que estava perturbado, alterado, sendo tudo o fruto de uma exaltação de momento, de uma colera, de uma reação automática, incontrolável. E caracterizam toda essa situação psíquica a alegação da anesia do ato delituoso.

E' dever do perito verificar até onde vai a verdade destas afirmações.

Hoje, há técnicas utilizáveis para o controlo da sinceridade, dentro e fora dos domínios da psicologia. A prova psicanalítica de ABRAHAM e NOFF - JUNG (prova das associações livres) pertence no número de meias. Faz-se também a verificação mediante o denominado "detetor de mentiras", do psicólogo norte-americano LARSON, que publicou um tratado sobre o cardio-pneumo-psicograma do engano, no qual propunha utilizar o gráfico da pressão arterial e da respiração associado ao interrogatório judicial corrente.

EMILIO MIRA, na sua Psicologia Jurídica, cita também o método "expressão motora" preconizado recentemente pelo psicólogo russo LARIN, qual consiste em verificar as alterações que uma série de movimentos musculares ordenados experimenta no curso da declaração.

A sinceridade ainda é verificada pelos métodos baseados em suposição de censura consciente. E' bem conhecida a indiscrição que certos indivíduos velam durante as intoxicações euforísticas. Conhecem-se também os efeitos da loquacidade pré-anestésica, na mesa de operações.

Para suprimir a censura consciente, tem-se empregado o etér, a

a bicosina, os preparados barbitúricos (sonifeno, dial, luminal). A este grupo se filia o famoso "truth-serum" (soro de verdade) do médico norte-americano House, com o qual pretendia obter declarações sinceras em 100 % dos casos. Emprega ele uma solução de 2 % de clorhidrato de morfina e a 1 % de bromuro de escopolamina, que se injeta cada meia hora, na dose de 1 ou 2 c.c. (segundo o peso e a idade do indivíduo), até obter o estado de semi-consciência que ele designava com o nome de "automatismo onírico".

Para o controle de sinceridade devemos referir ainda o emprego do reflexo psico-galvanico.

KRAFT EBING afirmava que a anesia é sempre a melhor prova da inconsciência de um ato. Os que se esquecem dos atos delituosos que praticaram ignoram que a semiologia da memória está perfeitamente estudada, e que o mecanismo da produção das anesias está sujeito a leis certas.

A psicologia e a clínica arma, assim, os psiquiatras dos melhores meios para confundir os simuladores de anesias, sem necessidade de apelo ao cíntior de mentiras ou no soro da verdade.

A psiquiatria pericial não se detém na só verificação de ser o indivíduo mentalmente desenvolvido e mentalmente sano.

Importa reconhecer a sua periculosidade, a sua nocividade de ser noiva possibilidade de vir ás a cometer novos delitos, para que se possa salvaguardar o incio social, pela consequente sequestração profilática.

Nesta prática salutar vemos o terreno que vão conquistando, no nosso meio, as modernas tendências penais que transformaram em um razoável princípio de defesa social a idéia de castigo e de vingança que norteara o direito penal.

O estado perigoso e a consequente temibilidade dos delinquentes, examinados á luz de um rigoroso critério científico autrop-psicológico, serão a base sobre a qual girará toda a legislação repressiva. Hoje, ao lado das penas, domina, como se sabe, a idéia das medidas de segurança, entre as quais a internação nos manicômios judiciais dos que já afirmaram a sua nocividade, e a corrente de anormalidades mentais.

A perícia médico-legal da temibilidade é motivo obrigatório dos exames realizados no Manicômio Judiciais desta Capital e sistematicamente a questões é proposta pelos Juizes criminais, que determinam os exames, ou pelo Ministério Público, ao formular os quesitos, e também, em alguns casos, pelo Conselho Penitenciário antes de emitir o seu parecer opinativo sobre o pedido de livramento condicional feito por sentenciados.

Caracterizar a temibilidade equivale a estudar profundamente a personalidade bio-psicológica para extrair dela os sinais que a definem. Essa temibilidade não resulta, assim, sómente da especie nosológica de que seja acusado o examinado. Mais do que consequente no diagnóstico é ela a projecção da própria personalidade morbida do examinado. Si é verdade que certas modalidades nosológicas da psiquiatria fazem pensar, desde logo, existência da temibilidade, não é menos certo que a temibilidade é mais uma característica de cada caso concreto.

Para caracterizá-la, precisamos ter em conta: os fatores físicos e psíquicos que definem a personalidade dos delinquentes; o estudo da heredologia criminal, da predisposição individual na genese do delito, e particularmente estudo genealógico dos reincidentes. Esse estudo poderá trazer grandes esclarecimentos sobre a fatalidade biológica que os leva tão continuadamente ao delito. O Prof. RUDIN, diretor do Instituto de Pesquisas Psiquiátricas de Munich, cuja especialização nas questões de genética é tão conhecida, já nos anuncia que tais pesquisas, nas mais graves formas de criminalidade, são extremamente interessantes e prometedoras, no que respeita à genese psicobiológica das tendências delinquenciais.

Ainda não foi descoberto o "perigometro" e, destarte, nós o devemos substituir por esta série de pesquisas que formam o chamado diagnóstico pluridimensional.

O médico das prisões, por sua vez, esclarece o prognóstico da regeneração, indicando se o estado perigoso desapareceu, se atenuou ou subsiste, verificando a extensão das diferentes taras ou desvios da normalidade encontrados nos delinquentes, elucidando a Justiça sobre o desaparecimento dos principais motivos psicopatológicos responsáveis pelas reações anti-sociais realizadas.

Alguns tratadistas pensam que se poderiam estabelecer graduações na temibilidade, podendo ser ela considerada de maneiras diversas, conforme aspecto de cada caso concreto. Assim, falam da temibilidade permanente transitoria; imediata ou eventual; certa ou provável; subita, intermitente, periódica; irremovível ou modificável; potencial e atual. Entre nós, perguntar-se muito si o estado mental do examinado oferece perigo imediato ou simplesmente eventual para o meio social.

Numa interessante sentença de livramento condicional, o Juiz Magarino Torres, presidente do Tribunal do Jury, considerou com muita precisão que "temibilidade eventual é a de todos quantos ainda não cometemos crime, sendo, entretanto, mais ou menos imperfeitos, já que em rigor não há homem normal", e citou a opinião de Benigno Di Tullio, no seu Manual de antropologia e psicologia criminal, que observa que tal capacidade para o crime só provém de delinquentes ocasionais.

Meus senhores! Esta palestra inicial visa apenas chamar a vossa atenção para a complexidade dos assuntos sobre os quais os psiquiatras são solicitados a esclarecer a Justiça.

Possuo garantir-vos, com a experiência de mais de 500 perícias psiquiátricas já realizadas no Manicomio Judiciário desta Capital, que, por vezes, a solução das questões é bem difícil.

Cada caso é um caso concreto. Não há fórmulas definitivas nesta matéria. Meditei na magnitude destas questões.

Tivemos neste primeiro encontro uma idéia de conjunto do assunto, visão panorâmica dos objetivos da perícia psiquiátrica.

Entraremos, de agora por diante, em minúcias médio-legais dentro de uma complexa e difícil patologia mental.

ASFIXIOLOGIA

CURSO ESPECIALIZADO DE MEDICINA LEGAL

DR. ANTENOR COSTA
Docente Livre de Medicina Legal

PRIMEIRA CONFERÊNCIA

SUMÁRIO

- 1 — Importância das asfixias em Medicina Legal.
- 2 — Principais modificações da respiração: apnéia, polipnêa, dispnêa e asf
- 3 — Sintomas das asfixias; asfixia rápida e lenta: mecanismo.
- 4 — Causas gerais da dispnêa e da asfixia:
 - A) redução da superfície pulmonar utilizável: destruição do tecido pulmonar (últimos períodos da tuberculose); exsudatos nos alvéolos (edema agudo dos pulmões, pneumonia); embolias pulmonares; pressão por derrame pleural; pneumotorax; atelectasias.
 - B) insuficiência da ventilação pulmonar: obliteração externa ou interna das vias respiratórias (edema da glote, croup, corpos estranhos, constricção do pescoço).
 - C) ar respirado de composição incompatível com a hematose normal: raroceito; ar confinado; gazes irrespireis.
 - D) fixação insuficiente do oxigênio no sangue: anemias, hemorrágias, óxido de carbono.
 - E) insuficiência da irrigação pulmonar: cardiopatias.
 - F) diminuição ou impossibilidade da expansão torácica e diafragma: compressão toraco-abdominal; contratura dos músculos inspiradores (tetano, intoxicação pela estripenina); paralisia desses músculos (intoxicação pelo curare).
- 5 — Classificação das asfixias sob o ponto de vista médico-legal:

Dependentes do gás respirado (asfixias químicas)

{	I — Ar confinado
	II — Óxido de carbono
	III — Outros irrespiráveis

Dependentes de embarracos á ventilação pulmonar (asfixias mecânicas):	<i>a</i> — Com constrição do pescoço:
	p/laço ou outros meios mecânicos: VI — Estrangul.
	mãos: V — Esgarranho.
	pêso próprio corpo: IV Enforcamento.
	<i>b</i> — Sem constrição do pescoço:
	1 — por oclusão das aberturas externas das vias respiratórias;
	2 — por corpos estranhos sólidos nas vias respiratórias;
	3 — por compressão toraco-abdominal;
	4 — por soterramento.
	<i>c</i> — Por penetração de líquido nas vias respiratórias: VIII.
6	— Sinais cadavericos nas asfixias (Diagnóstico das asfixias).
	Sinais gerais
	Equimoses sub-pleurais
	Coloração e fluidez
	Enfisema pulmonar.
	Sinais particulares

7 — Aspectos jurídicos das asfixias.

1 — As asfixias representam inegavelmente um dos assuntos mais importantes e interessantes da Medicina Legal. A vastidão minio é provada pelo grande número de casos que figuram na lista de letalidade violenta de cada lugar. Podemos, pelo quadro abaixo, representados todos os casos de morte violenta que passaram pelo erório do Instituto Médico-Legal no quinquenio 1927-1931, apreciando o contingente de casos de asfixia entre as mortes violentas do Rio de Janeiro:

	1927 %	1928 %	1929 %	1930 %	1931 %
Ações traumáticas:	588	694	748	684	502
— Asfixias	9,1	11,5	9,5	14,8	11,1
Ações termicas:	73	89	115	115	104
— Envenenamentos	42	52	51	74	79
Ações elétricas:	9	9	17	17	1
Totais	792	954	1028	1010	797

Aí vemos figurarem logo em segundo logar as asfixias com um total de 538 casos. Por outro lado, o estudo das asfixias se torna assunto muito interessante, porque, para a explicação de sens diversos aspectos, são suscitadas noções várias da fisiologia normal e patológica. A importância do estudo das asfixias transparece, além do mais, pelo seu aspecto judicinrio. Com efeito em muitos casos, pela simples apreciação desta ou daquela modalidade de asfixia, podemos quasi *a priori* determinar si se trata de um acidente, de um suicídio ou de um crime. Pelo quadro que exporemos ao fim da presente palestra, poder-se-á verificar, por exemplo, que os afogamentos significam acidente ou talvez suicídio, que os envenenamentos são indício quasi certo de suicídio, e que os estrangulamentos e os esganamentos nos dão a certeza quasi absoluta de se tratar de ação criminosa.

2 — As asfixias representam os distúrbios mais importantes na função respiratória, e de tal forma que produzirão fatalmente a morte se não intervirem circunstâncias que venham interrompê-las logo em seu início. Para bem compreendermos os distúrbios delas decorrentes, achamos conveniente dicar quais sejam as principais modificações da respiração, a saber: a apneia, a polipneia, a dispneia, descrevendo por último a própria asfixia. A apneia é a suspensão momentânea da respiração. Será ela devida, conforme se admite geralmente, a um excesso de oxigênio no sangue determinado pelas amplas repetidas inspirações que a precederam? Realmente, parece assim ser, porque quando nós repetimos os movimentos respiratórios seguidamente, dando a cada um deles maior amplitude, podemos passar certo tempo sem respirar. A experimentação fisiológica explica, porém, a apneia por outro mecanismo. O efeito, a apneia é devida a uma distensão exagerada dos alvéolos pulmonares e pode ser produzida não só pela inalação de ar com o seu elemento vital, o oxigênio, mas também por qualquer outro gás, inclusive o gás carbonico. A insuflação violenta de um gás no aparelho respiratório de um animal determina a parada momentânea da respiração. E' que a distensão dos alvéolos provoca uma excitação nos filetes sensitivos do pneumogastrico, a qual vai terminar uma inibição passageira do centro respiratório, ficando suspensa a respiração até o momento em que, pelo acúmulo de gás carbonico motivado por essa apneia, a inibição do centro respiratório é sobrepujada pela excitação desse centro por parte do gás carbonico do sangue. Dessa forma se comprende o mecanismo íntimo da respiração normal, a qual aparece assim mandada por duas excitações nervosas antagonistas: pela excitação do centro bulbar (por efeito do gás carbonico do sangue) determinando a inalação respiratória, e pela inibição momentânea desse centro, limitando e suspendendo a exalação quando os alvéolos estão suficientemente distendidos, a inalação inspiratória.

Polipneia (ou taquipneia) é uma modificação geralmente fisiológica da respiração, que consiste em movimentos respiratórios acelerados. Uma criança depois de correr algum tempo, entra a respirar rapidamente, pelo fato de ter sido aumentado então o calor interno por efeito do exercício muscular. Que o aumento do calor interno acelera os movimentos respiratórios, prova-

estado febril, em que há, realmente, uma acentuada polipnêa. A polipnêa também provocada pelo calor externo sobre a superfície do corpo. Quando faz muito calor sentimos o ar como que abafado, o que provoca, para compensar esse calor ambiente, movimentos respiratórios rápidos assim de que o que inspiramos, determinando uma certa refrigeração do sangue circulante nos pulmões, venha contribuir para a termo-regularização do organismo. Esta polipnêa térmica pode ser apreciada sobretudo nos animais que não possuem o aparelho termo-regulador sudoríparo; no cão, por exemplo. Sob a ação de calor forte ou depois de correr um pouco, vemos-lo abrir a boca, botar a língua para fora, salivar abundantemente e realizar movimentos respiratórios curtos e aceleradíssimos, chegando a 80, 120, 200, 300 e até a 400 por minuto. Trata-se de um fenômeno absolutamente normal.

A dispnêa é sempre uma alteração morbida da respiração. Como o próprio nome exprime, representa uma respiração difícil: representa o esforço exigido pelo organismo para compensar uma hematose dificultada. E por isso são aumentadas e, principalmente, ampliadas as inurações respiratórias. Mas se o organismo não conseguir compensar a deficiência de oxigênio é quando essa deficiência vai cada vez mais se acentuando e o organismo entra no terreno da asfixia. A asfixia representa, pois, o esforço do organismo para compensar em vão uma deficiência cada vez mais acentuada da hematose. E como na hematose o fator primordial é a presença do oxigênio no ar inspirado, segue-se que fundamentalmente a asfixia é a consequência imediata da anoxemia, embora em suas manifestações haja fenômenos acessórios dependentes de outras causas, como veremos no decorso do estudo que ora fazemos.

3 — *Sintomas da asfixia.* Conforme as circunstâncias de sua produção a anoxemia pode ir-se processando gradativamente, ou se fazer sentir abruptamente. Daí os dois tipos de asfixia: lenta, no primeiro caso, e rápida, no segundo. Como exemplo de asfixia lenta, podemos citar a que ocorre com infelizes tripulantes dos submarinos que se afundam no mar. Dentro do limitado espaço hermeticamente fechado do submarino o ar vai ao mesmo tempo se empobrecendo de oxigênio e se sobreenregando de gás carbonico, isto é, o ar vai cada vez se tornando mais viciado, até ficar incompatível com a vida, e esse indesritível martírio dura horas e até alguns dias. As asfixias rápidas são as mais comuns: as asfixias mecânicas são todas mais ou menos desse tipo. Em geral, a sintomatologia das asfixias obedece à seguinte seqüência (melhor pode ser apreciada nas asfixias lentas): *Primeira fase* — intensa pánica, cianose, aceleração do coração e aumento da pressão sanguínea; *Segunda fase* — esses mesmos distúrbios respiratórios e circulatorios e mais: saliva abundante, espasmos, emissão de urinas, contração da pupila, tudo isso num sofrimento angustioso; *Terceira fase* — é a fase em que se torna quase impossível a restituição à vida. Nesta fase há perda do conhecimento e da consciência, movimentos convulsivos determinados pelo excesso de gás carbônico no sangue excitando os centros motores; param esses movimentos e só vem a lassidão e paralisia muscular; os movimentos respiratórios vão se

nando mais raros e mais profundos até se extinguirem; o coração ainda trabalha, mas por fim também pára: eis então instalada a morte. Aqui, como em todos os casos, as funções respiratória e circulatória são as últimas que cessam, o que vem confirmar que o bulbo, órgão nervoso de que dependem essas funções, é realmente o "ultimum moriens". Quanto à duração da asfixia, é ela muito variável, podendo ir de poucos minutos, como nas asfixias rápidas (asfixias mecânicas em geral) até horas e mesmo dias, como em certas asfixias lentas. Na sintomatologia das asfixias, nem sempre aparecem todos os distúrbios acima mencionados. A cianose não existe na produzida pelo óxido de carbono; também nem sempre existem convulsões.

4 — Processos gerais da dispneia e da asfixia. A dispneia está muito ligada à asfixia, da qual é geralmente a manifestação inicial. Muitas vezes apresenta-se isoladamente; sempre, porém, que as causas que as produzem se intensificam, quebra-se o equilíbrio compensador até então existente e sobrevém a asfixia. Por conseguinte, dispneia e asfixia devem ser compreendidas nos mesmos processos gerais de origem. Vejamos em que condições haverá dispneia ou asfixia. Essas alterações da função respiratória aparecem: a) Quando há redução da superfície pulmonar utilitária. Calculam os fisiologistas que a área alveolar equivale a uma superfície de 200 metros quadrados, correspondendo assim, materializando a comparação, a um terreno de 10 metros de frente por 20 de fundos. Essa enorme superfície, que está em contato com o ar exterior, pode ser reduzida em certos casos: pela destruição do tecido pulmonar, como acontece nos últimos períodos da tuberculose; nos exsudatos alveolares pulmonares, ocorrentes em casos de pneumonia e de edema agudo de pulmões; nas embolias pulmonares; nas compressões dos pulmões por derrames pleurais, e nas atelectasias. Em todos estes casos a respiração se torna insuficiente ou impossível pela redução da superfície pulmonar. b) Quando há insuficiência da ventilação pulmonar, que se pode dar em dois casos, a saber: na obliteração interna ou externa das vias respiratórias (internamente já por penetração de corpos estranhos nessas vias ou então em certos estados patológicos, como o edema da glote e o croup, e externamente nos casos de oclusões das aberturas naturais do aparelho respiratório), e na constrição do pescoço (como no enforcamento e no estrangulamento). c) Quando o ar respirado tem composição compatível com as necessidades da hematose normal, como em casos de ar rarefeito, isto é, no ar que há deficiência de oxigênio (predicando a função respiratória por anoxemia) e em que há também diminuição do gás carbônico (o que traz como consequência a eliminação excessiva do gás carbônico do sangue, privando esse líquido do elemento excitante do centro respiratório, acarretando a chamada acapnia). Outra circunstância em que se pode dar aquela incompatibilidade é no caso do ar confinado, isto é, no ambiente onde o ar não se renova e, onde, por consequência, o oxigênio é sendo substituído pelo gás carbônico. Finalmente, quando os gases forem irrespiráveis, a incompatibilidade é manifesta, pois há então deficiência ou privação do elemento vital, além da existência de gases que podem ser deletérios.

Quando ha fixação insuficiente do oxigenio no sangue, como acontece nas crises intensas, mas hemorragias abundantes, nos ambientes em que ha excesso de carbono, ou ésse que se fixa na hemoglobina do sangue, diminuindo, portanto, a capacidade de fixar o oxigenio. e) Quando ha insuficiencia da irrigação pulmonar, tal como ocorre nas cardiopatias; o coração, por seu estado de fraqueza ou por lesões de suas valvulas, consegue estabelecer uma circulação pulmonar perfeita, do que derá uma hematose insuficiente. Nessas condições, o indivíduo terá dispêndio podendo chegar mesmo até à asfixia (colapso cardíaco, asystolia). f) Quando ha diminuição ou impossibilidade da expansão toracica e diafragmática, o que se verifica nos casos de compressão toraco-abdominal. Pode ocorrer a asfixia por compressão, por exemplo, quando o indivíduo está no meio de multidão compacta, nas eriçanças que morrem comprimidas pelas próprias progenitoras durante o sono destas. Neste grupo se incluem também asfixias por contratura dos músculos inspiradores (intoxicação pela estricnina, tetano), ou na paralisia desses músculos, como na intoxicação pelo enraive.

5 — *Classificação das asfixias sob o ponto de vista médico-legal.* Aqui, zemos de lado tudo quanto não interessa propriamente à Medicina Legal tirando dos processos gerais de asfixia acima expostos sómente os casos de interesse para essa nova classificação. Dois são os critérios geralmente adotados para essa classificação. Alguns autores classificam as asfixias de acordo com as respectivas modificações fisiológicas da respiração: o aceitado pelo Prof. Afrânio Peixoto adota esse critério.

Outros baseiam sua classificação no critério das causas que produzem asfixias, sendo este o critério por nós adotado. Sob este critério, as asfixias podem ser divididas em duas grandes categorias, a saber: 1) asfixias dependentes do gás respirado; 2) asfixias dependentes de embargos à ventilação pulmonar. A primeira compreende as asfixias por ar confinado, por óxido de carbono e por outros gases irrespireáveis. As asfixias desse primeiro grupo poderiam ser chamadas *asfixias químicas*, pois que a sua causa inicial reside em uma modificação química do ar inhalado. A segunda categoria, que engloba aquelas dependentes de embargos à ventilação pulmonar, compõe o grupo das chamadas *asfixias mecânicas*, em que podemos encontrar os tipos seguintes: 1) com constrição do pescoço; 2) sem constrição do pescoço; 3) por penetração de líquido nas vias respiratórias. Nas do primeiro tipo a força constrictora pode ser de duas espécies: o peso do próprio corpo aperfeiçoado por um laço passado em torno do pescoço, caso em que temos o *enforcamento*; a constrição não é produzida pelo peso do corpo, neste último caso podemos ficar-se duas condições: ou a constrição é produzida pela força muscular dos dedos da mão e temos então a asfixia por *engavetamento*; ou por um outro agente mecânico qualquer, e aí temos a asfixia por *estrangulamento*. Quando o embargo mecânico não determina constrição do pescoço nem é produzido pela penetração de líquido, temos as diversas modalidades de asfixia, que se resumem nas quatro formas seguintes: *sufocação por oclusão das vias respiratórias*.

turas externas das vias respiratórias; a sufocação por compressão toraco-abdominal; sufocação pela penetração de corpos sólidos nas vias respiratórias, sufocação por soterramento. Na oclusão externa das vias respiratórias temos casos de acidentes e casos criminosos, estes constituidos exclusivamente por infanticídios. Os corpos estranhos podem penetrar profundamente nos bronquios ou fixar-se na laringe, fechando o orifício da gote. Podemos exemplificar com o caso, de que mostra a peça anatômica presente, de uma criança que tinha um parafuso na boca, o qual, em um movimento brusco de inspiração, penetrou na laringe af interceptando a passagem do ar. Da compressão toraco-abdominal já falamos alguma coisa, tal podendo se dar nas pessoas furtivamente comprimidas pela multidão; o mais comum, porém, é a compressão das criancinhas no leito, bastando dizer que, nos 17 casos de sufocação dental de nossa estatística quinquenal, 15 foram por essa forma. A asfixia por soterramento dá-se quando a vítima fica coberta por grande massa de terra ou outra substância mais ou menos pulverulenta. No soterramento temos geralmente realizadas as 3 primeiras formas de sufocação. Com efeito, há geralmente oclusão das aberturas externas das vias respiratórias; corpos estranhos sólidos (terra, etc.), nas vias respiratórias; e compressão toraco-abdominal pela grande massa da substância desmoronada sobre o corpo. O terceiro grupo das asfixias dependentes de embarcações é ventilação pulmonar constituído pelas asfixias determinadas pela penetração de líquido no interior das vias respiratórias. Nestes casos temos as asfixias por submersão, ou melhor, por afogamento. Preferimos dizer afogamento, porque na realidade nem sempre se verifica a submersão e nem é ela necessária para dar-se a asfixia. Tem ocorrido casos de indivíduos que perdem o conhecimento devido a embriaguez ou a um ataque epiléptico, e que, caindo com o rosto em qualquer local onde haja certa quantidade de água acumulada (poça, sargento, etc.), acabam nascendo asfixiados pela penetração do líquido no aparelho respiratório. Em casos não há, evidentemente, submersão. Eis as, portanto, referidas as diversas categorias de asfixias classificadas sob o ponto de vista médico-legal.

6 — *Sinais cadavericos nas asfixias.* É uma questão muito importante talvez a de maior interesse para o médico-legista, pois que é pelo seu conhecimento que se pode chegar ao diagnóstico das asfixias, o que é da máxima importância em Medicina Legal. Tais sinais podem-se distribuir em dois grupos: *sinais gerais e sinais particulares*, isto é, sinais que se apresentam na generalidade das asfixias, e sinais que se revelam sómente nesta ou naquela modalidade de asfixia. No primeiro grupo (sinais gerais), temos vários: *equimoses sub-pleurais* e outras, *coloração anegrada e fluides do sangue* e o *enfisema pulmonar*. As equimoses sub-pleurais foram consideradas durante certo tempo como sinais importantíssimos nas asfixias. Tardieu quando escreveu a sua célebre monografia "Mémoire sur la mort par suffocation", em 1855, expôs minuciosamente essas equimoses sub-pleurais, considerando-as, porém, como propriedades das sufocações, o que foi não só um grande erro, como um serio perigo, que afirmar uma sufocação em um recém-nascido, por exemplo, é quasi a

mar tratar-se de um crime. Contra essa opinião se insurgiram todos os res que trataram posteriormente do assunto, de modo que hoje ninguém se lembraria de filiar essas equimoses privativamente às sufocações. Terá Tardieu o primeiro a assimilar as equimoses sub-pleurais? Não; anteriormente (em 1847) já Bayard tinha chamado a atenção para essas equimoses sub-pleurais nos casos de infanticídios por embargos mecânicos à respiração. Mas antes deste último, também Caussé tinha verificado tais equimoses sub-pleurais. Tardieu, portanto, apenas as descreveu magistralmente, donde o nome de *manchas de Tardieu* por que foram elas chamadas pelos autores franceses e de alguns países latinos, pois na Alemanha, por exemplo, ninguém lhes deu esse nome. De qualquer modo, as equimoses sub-pleurais têm grande importância, porque pode dizer-se que nunca fallam nas asfixias, sendo raras não aparecerem; nós, pelo menos, nunca encontrámos um só caso de asfixia em que não as houvesse. Mas, infelizmente, este sinal também existe em outros casos que não de asfixia; podemos encontrar e encontramos com muita frequência, nas molestias hemorragicas, como o escorbuto, a purpura, a hæmorraxia; em certas intoxicações (pelo fosforo, arsenico, digitalis, estriquinina); em doenças convulsivantes (epilepsia, eclampsia), nas hemorragias em foco de rebro; também nos grandes traumatismos do sistema nervoso central, nas cipitações de grandes alturas e em muitos outros casos. Portanto, as equimoses sub-pleurais, embora sejam existentes nas asfixias, não as caracterizam como comuns a outros estados morbidos. Nas peças que apresento temos um caso de um rapaz que morreu hontem afogado, em cujos pulmões vimos nitidamente as equimoses sub-pleurais. Outro caso é o deste pulmão da moça que, há dias, se suicidou com um tiro neste lado do torax (era canhota). Ela teve uma grande hemorragia, e, depois de morta, encontramos um grande número de equimoses sub-pleurais nas proximidades do ferimento do pulmão. Neste outro caso, trata-se de um envenenado por estricnina, sendo que o pulmão aqui representado está salpicado de equimoses pleurais. Aqui temos outro caso, este de uma eriange morta por asfixia. Neste caso, há a circunstância interessante da própria família ter conseguido polícia uma guia para este Necroterio, como si se tratasse de uma morte natural; chegando aqui o corpo da eriange, verifiquei que a pobrezinha tinha sido esganada e sufocada; nesta peça igualmente vemos um grande número de equimoses sub-pleurais. Ainda um outro caso, o deste homem que morreu hontem e cujos pulmões estão cheios de equimoses sub-pleurais. Trata-se de asfixia? De forma alguma: muitos dias antes ele recebeu um tiro na esquerda e teve uma infecção, da qual sucumbiu com morte agonica; tanto seus pulmões estão cheios de equimoses sub-pleurais! Verificamos tanto, que as equimoses sub-pleurais não caracterizam as asfixias. Como explicar a gênese dessas equimoses? Duas teorias se disputam nessa explanação. Segundo a teoria mais antiga (a da *aspiração toracica*), proposta por dois autores alemães (ECKER e SCHWARZ) que verificaram nos nati-mortos a existência dessas equimoses, elas apareceriam por efeito do esforço do feto para aspirar, quando um embargo qualquer impedia o efeito dessa função. Com

sequencia da distensão toracica, haveria um certo vacuo intra-torácico, o qual seria preenchido por sangue, e com tal intensidade que determinava pequenas rupturas capilares, com pequenos focos equimoticos assim formados. Esta teoria foi adotada por CASPER que a chamou de *teoria da sucção*, e por KRAMMER que a denominou *teoria da ventosa*. Esta teoria explicaria o aparecimento das equimoses sub-pleurais, mas não as outras equimoses punctiformes que também podem existir em outros órgãos (coração, peritoneo, sub-cutaneas, etc.). A explicação mais plausível é dada pela outra teoria (*teoria da hiper-tensão arterial*), pois que, não só explica o aparecimento de todas essas equimoses como tem sido francamente demonstrada por numerosas experiências, principalmente pelas de CORIN e SARDI. Corin explicou a preferência de tais equimoses para os pulmões em virtude do fato de que os traumatismos, mesmo leves, que ocorrem nos pulmões durante as asfixias, provocam o seu aparecimento com maior facilidade do que nos outros órgãos; ora, as convulsões inspiratórias que ocorrem frequentemente durante a asfixia podem ser consideradas como uma espécie de traumatismo pulmonar, donde a maior frequência do aparecimento dessas equimoses nos pulmões. Outro sinal importante a considerar é a *coloração anegrada do sangue*. Tem esse sinal grande importância para o diagnóstico das asfixias? Não. O sangue de quasi todos os cadáveres é vermelho-anegrado, porque os últimos momentos da vida se caracterizam pela falta de oxigenio, o que determina uma redução cada vez maior da hemoglobina. O sangue contido neste recipiente que mostro foi recolhido de um cadáver do rapaz que se afogou e a que já nos referimos. Está esse sangue como se vê, não só de cor enegrecida, como completamente líquido, sem nenhuma coagulação. O sangue de todos os asfixiados será sempre como este, completamente fluido. Nem sempre. Embora seja a regra, na prática pericial de autopsias de asfixiados, esse aspecto líquido, convém declarar que não é raro encontrarem-se pequenos coágulos, mesmo eruo-fibrinosos, no coração dos asfixiados. Por outro lado, não é só nas asfixias que o sangue tem esse aspecto predominantemente fluido. Em muitos outros casos, podemos encontrar esse mesmo aspecto: nos cadáveres de pessoas vitimadas pela eletricidade, nos intoxicados pela estriquinina, nas mortes por hemorragia, em muitos casos de morte súbita.

STRASSMAN cita um caso de fluidez sanguínea absoluta no cadáver de um homem que morrera de um câncer do fígado com ictericia, molestia esta crônica por excelência. Por conseguinte, a fluidez do sangue não tem importância fundamental para as asfixias, como também nem a coloração do sangue, nem as equimoses sub-pleurais são características desse gênero de morte. Mas fala-se assinalar, ainda, um outro sinal: o *enfisema pulmonar*.

Este sinal verifica-se em todos os ensos de asfixia (exceto nas asfixias produzidas por compressão toraco-abdominal porque aqui o pulmão não pode distender-se). Em todos os outros ensos, o asfixiado procura realizar amplos movimentos inspiratórios para permitir a entrada do ar, o que ocasiona grande distensão do

alveolos, chegando a romper muitos deles, fato este que na autopsia sob a forma de enfisema. Também não é característico das asfixias que aparece frequentemente em muitos outros engravos. Vemos, assim, que esses quer isoladamente, quer mesmo em conjunto, não são característicos da asfixia. Felizmente, na prática médico-legal o que importa não é a questão da asfixia em si, pois que o estado asfítico é próprio a numerosos estados mortais. O que importa em Medicina Legal é determinar a causa da asfixia, que é pela causa que elas, as asfixias, se ligam aos fatos de interesse forense. Para determinação da causa, nos socorremos não dos sinais gerais, sim dos sinais particulares. São estes que permitem (quando entendido, os sinais gerais) afirmar tratar-se dessa ou daquela modalidade de asfixia. Assim, por exemplo, nos casos em que encontramos os pulmões edemaciados de um enfisema aquoso bem definido, havendo talvez nos bronquios acarretados pela água, podemos afirmar que se trata de afogamento, em um cadáver de recém-nascido, com os sinais de asfixia coexistindo com equimoses e escoriações de unhas no pescoço, a asfixia deve ser relacionada ao esganamento, e assim para cada modalidade de asfixia. Repetimos, são estes sinais particulares que interessam mais ao médico do que os sinais gerais das asfixias.

7 — Antes de terminar esta palestra, queremos dizer duas palavras sobre os aspectos jurídicos das asfixias. Queremos dizer que certas modalidades de asfixia nos dão a quasi a certeza de que se trata de acidente, de suicídio ou de crime (homicídio ou infanticídio). Eis, no quadro abaixo, os aspectos jurídicos dos casos de asfixia desse último quinquenio (1927 a 1931), estatística por mim organizada:

	AFOGAMENTO	ENFORQUEMENTO	SUFOCAÇÃO	SOTERRAMENTO	ESTRANGULAMENTO	ESGANAMENTO	OXÍDO DE CARBONO	OUTROS GASES
Acidentes	317	0	17	26	0	0	8	
Suicídios	54	82	0	0	0	0	8	
Crimes (homicídios e infanticídios) . . .	0	(?) 1	4	0	7	6	1	
Total	371	83	21	26	7	6	17	

Por esta estatística, verificamos, por exemplo, não existir um único caso de crime nos afogamentos, os quais significam na maior parte acidente e, em segundo lugar, suicídio. Os enforcamentos representam quasi absolutamente suicídios, embora possa ocorrer excepcionalmente enforcamento acidental. Em propósito, cito o caso em que há anos funcionei como perito, de uma criança na ilha de Paquetá, que brincava com uma corda que estendera entre duas laranjeiras, acontecendo que, por fatalidade, essa corda enroscou-se no seu pênis, apertando-o fortemente e determinando a perda imediata do conhecimento, sendo o menino encontrado enforcado, deitado no chão, horas depois. As sufocações podem ser produzidas por crime (geralmente infantícios) principalmente por acidentes. Devo fazer sentir, sobretudo para quem tem filhos pequenos, o perigo que correm as crianças que dormem com os pais. Dos 17 casos de acidentes por sufocação que se vêm no quadro supra, 15 foram involuntariamente causadas pelas próprias mãos que, adormecidas, comprimiram seus filhinhos no leito. Ainda nas sufocações, encontramos 4 casos resultantes de crime, sendo que 3 por infantídio e 1 por homicídio. Os soterramentos são sempre casos devidos a acidentes; ocorreram 26 casos entre 1920 e 1931. Os estrangulamentos são, quasi seguramente, produzidas por crime. Na nossa estatística figuram 7 casos. Não quer isto dizer que não possa haver suicídio por estrangulamento; mas é fato raríssimo, de que poucos são os exemplos consignados na ciência médica-legal. Há muitos anos passados, tive caso dessa natureza, o de um homem que se estrangulara com uma gravata. O esganamento é sempre determinado por crime, sendo que nos 6 casos quadro acima, 4 foram de infantídio e 2 de homicídio. Desses dois últimos, em um tratava-se de uma mulher de 29 anos, e no outro, de um rapaz de vinte e poucos anos, caso este de grande repercussão social. As asfixias pelo óxido de carbono nos dão a idéia de acidente ou de suicídio; raramente de crime. Na nossa estatística verificamos que houve um perfeito equilíbrio entre os acidentes e os suicídios pelo óxido de carbono, figurando 8 casos para cada uma dessas modalidades jurídicas. Ai vemos também um caso de crime; e qual foi? Deu-se há uns dois anos, no Hotel Monroe, onde uma senhora estabeleceu-se suicidou dessa maneira, porém, obrigando o seu filho a ficar com ela no aposento, *ipso facto*, matou-o. Nos casos de asfixias por outros gases, trata-se geralmente de acidente. Dos 7 casos que figuram no quadro acima, foram por gás dos esgotos em 2 trabalhadores da City Improvements Company, e 3 por gás sulfuroso, dentro de um grande tonel sujo de enxofre, o qual esteve entrado a arder.

Sob o ponto de vista jurídico, as asfixias figuram no nosso Código Penal como uma agravante nos crimes contra a pessoa.

Era isto, meus senhores, o que tínhamos a dizer, sinteticamente, sobre asfixias em geral, sendo que nas próximas preleções delas trataremos em particular.

Projeto de regulamento pericial, em que são dadas instruções técnicas para a prática das autopsies médico-legais

PROF. HENRIQUE TANNER DE ABREU
Catedrático de Medicina Legal.

INDICAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1. A autopsia será, de regra, realizada por dois médicos, nomeadamente por dois peritos, com a presença de um escrivão ou escrivente. Sómete um dos peritos fará a secção cadavérica, trabalho em que os dois se poderão revezar, mas que jamais realizarão contemporaneamente. Nunca será permitida a intervenção de mais de dois peritos. A medida que for sendo executada a autopsia, os dados colhidos serão ditados ao escrivão ou escrivente, que, de preferência, usará máquina datilográfica.

Art. 2. Deve a autopsia ser feita à luz do dia. Quando excepcionalmente haja de ser infringida essa regra, terão os peritos que justificar o seu procedimento.

Art. 3. O estado, mesmo adiuntando, de putrefação não autoriza se furem os peritos à prática de nenhuma autopsia. É sempre possível apurar informes úteis à justiça (útero gravido; lesões ossosas; calos de fraturas; identificação pelo exame dos cabelos, dos dentes, do esqueleto; envenenamentos; corpos estranhos, etc.).

Art. 4. A autopsia não será praticada senão, pelo menos, seis horas após o falecimento. Excepcionalmente por causa justificada poderá ser feita antes de decorrido esse prazo de tempo, devendo ser precedida de cuidadosa verificação da realidade da morte, registrados no protocolo os elementos apurados e o diagnóstico prévio.

Art. 5. A autopsia deve ser completa, podendo, entretanto, nos casos ordinários, na ausência de indicação especial, ser a inspeção interna limitada às cavidades craneana, torácica e abdominal.

Art. 6. A retirada de pequenos fragmentos de órgãos para fixação e ulterior exame histopatológico é sempre de boa regra.

Art. 7. As secções, embora profundas, não devem ir ao extremo de comprometer a continuidade do órgão, dividindo-o em fragmentos. Com esse cuidado será possível reunir as partes seccionadas, o que facilitará novo exame e permitirá melhor apreciar a sede e a extensão de determinada lesão.

Art. 8. Devem ser evitadas mutilações e mesmo simples incisões desnecessárias, sobretudo no tegumento e com especialidade nas partes do corpo que ficarão a descoberto depois de recomposto e vestido o cadáver. A recomposição do cadáver deve ser feita e de jeito a não ferir os sentimentos devidados de respeito ao morto.

Art. 9. Quando uma ferida (por arma branca, por projétil de arma de fogo, etc.) ou qualquer formação se apresente na linha de uma incisão, será preciso contornar essa ferida ou essa formação.

Nos casos de feridas profundas, para apreciar essa profundidade, deve seccionar o tegumento, contornando a ferida, e depois, no mesmo sentido, cortar camadas sucessivas de modo a obter lâminas que fiquem presas e susceptíveis de ser ajustadas. O aspecto exterior da ferida deve ser conservado.

A exploração de ferida profunda com estilete ou tenta-canula, de regras, será evitada. Em determinados casos especiais poderá ser feita essa exploração, registradas no protocolo as razões que a justificam.

Art. 10. Não será iniciada a autópsia sem estarem os peritos aparelhos dos vidros com fixadores e do material necessário para colher acetinamente material para exame microscópico imediato ou para cultura (esfregamento de material do cérebro ou do baço em casos de malária; colheita do líquido cefalo-raqüiano no canal vertebral com pipeta de bola esterilizada e cultura em agar-sangue, em casos de meningite cerebro-espinal epidêmica; punção acetica do baço, de ganglions, de coração, etc., com pipeta de bola esterilizada e cultura em caldo peptonado e em agar, em casos de septicemia, etc.).

Art. 11. Em caso de eletro-plessão deve ser retirado retalho da pele da zona de penetração da corrente elétrica e estendido a retalho em papelão de cartolina para ser deitado em líquido conservador. Fatiás finas do bulbo, da protuberância do cérebro e dos núcleos cinzentos centrais, serão fixados em cool absoluto.

Art. 12. Os peritos devem dispor do seguinte instrumental e material:

Rega de corrediga, de 2 metros, para medir a estatura. Escalpelos fortes chamados escalpelos de cartilagem, com lâmina resistente, de 10 centímetros de comprimento de bordo cortante reto em toda a extensão ou convexo jusqu'à extremidade livre, e dorso espesso de 16 milímetros. Escalpelos de lâmina longa, de ceres de 15 centímetros de comprimento. Escalpelos de lâmina treita e de extremidade abotoada para a desarticulação das clavículas.

Calvaria. Faca de lâmina longa para encéfalo. Tesoura longa com extremidade abotoada. Tesouras pequenas com uma extremidade em ponta e outra arredondada. Enterotomo. Pinças de dissecação. Pinças de dente de rato.

Pinças de Kocher. Costotomo. Martelo com cabo terminado em gancho. Escopros de tres ramos. Ruginas. Escopros de várias larguras.

Regua metálica de 20 ou 25 centimetros de comprimento, com divisões em centimetros e milímetros. Trocartes. Abridor de boca. Balança romana para pesar cadáver. Balança para vísceras. Provete graduado de 1 litro de capacidade. Provete graduado de 50 cc. de capacidade. Colher em concha, tipo Rego Barros. Papeis de tornasol. Pequena capsula para colher líquido. Estilete. Teniacanula. Sondas uretrais ríjas de goma e sondas metálicas. Pequeno compasso de corrediga. Compasso de espessura. Serra de arco, tendo a lâmina da serra 40 centimetros de comprimento. Serra grande. Serra pequena. Serra elétrica dispondo de um jôgo de discos compreendendo um de 3 centimetros e outro de 8 centimetros de diâmetro. Púa. Arame para sutura ossca. Agulhas de Reverdin para a recomposição do cadáver. Novelo de linha crua. Algodão hidrofilo para servir de esponja. Esponja. Pincel de cabelo para coleta de parasitas intestinais. Miseroscópio. Boa lente. Lâminas. Laminulas. Tubos de ensaio esterilizados. Tubos e balões com caldo esterilizado. Tubos de agar-sangue. Tubos e balões com caldo expurgado de ar, coberto com óleo de vaselina, para anaeróbicos. Pipetas esterilizadas. Pequenos vidros de boca larga. Gesso de boa qualidade. Papelão, pequena taboa, pregos para a máscara de gesso.

Solução fisiológica esteril para conservação de vermes e nematóides.

Formol a 10 % e líquido de Zenker para fragmentos de órgãos a fixar para exame histológico.

Solução de bicromato de potassio a 2 % ou líquido de Muller para conservação e fixação de medula.

Aparelho radiográfico amovível.

Álcool, tintura de iodo, permanganato de potassio, colodio elástico, colodio iodado para primeiro tratamento e proteção de qualquer solução de continuidade da pele do operador.

Luvas de borracha. Luvas de tecido de malha. Blusas. Aventais impermeáveis.

Art. 13. As normas estabelecidas neste regulamento pericial visam principalmente prevenir falhas de dados essenciais, assegurando trabalho metodico e completo. Aos peritos, entretanto, é reconhecido o direito de adotar quaisquer variantes, desde que convenientemente justificados ou sancionados pela prática autorizada.

A propósito de matéria da perícia poderão os peritos, mesmo quando para isso não solicitados, ministrar esclarecimentos mediante comentários médico-legais.

INSPEÇÃO EXTERNA

Art. 14. A inspeção externa abrange:

O exame das vestes e o exame externo do cadáver. O exame das vestes será feito, primeiro, em conjunto de maneira a apreciar o aspecto, o arran-

jo e disposição delas, si em ordem ou em desalinho, íntegras ou rotas (possivelmente havida), limpas ou sujas, secas ou humedas, etc.

Em seguida se examinam as peças de roupa, uma por uma, a começar das exteriores, de cada uma das quais se faz rápida descrição, assimilando manchas, soluções de continuidade, etc., tudo deserto minudente.

Art. 15. O exame externo do cadáver compreende um exame de conjunto e um exame sucessivo de grandes segmentos do corpo.

No exame externo de conjunto se apuram e se assinalam: o sexo; a estatura; o peso; o estado de nutrição; a compleição; a idade presumida; a rigidez; os livores; os ganglions periféricos das axilas, das virilhas, regiões crurais; os pelos em sua distribuição.

Art. 16. Descrivem-se: a conformação do crânio; os cabelos, cujo comprimento será medido nos cadáveres de desconhecido; quaisquer lesões do couro cabeludo; manchas que ali se deparem, a situação dessas manchas ou lesões devendo ser referida à região anatômica, de preferência, de acordo com a nomenclatura anatômica de Basilea, e ainda a pontos de reparo da propriedade ou de regiões vizinhas. As dimensões serão medidas com régua ou régua em centímetros e milímetros. As lesões mais importantes — e esta é regra geral — serão representadas graficamente, com tinta vermelha, em esquemas adequados.

Art. 17. Na face se toma nota de assimetria que possa existir e se crevem as barbas, descrição que será mais minuciosa, sem esquecer a medida de comprimento, em cadáver de desconhecido. Serão apuradas quaisquer manchas, cicatrizes, feridas, fraturas, etc.

Verifica-se a presença: de manchas, de cicatrizes, de lesões nos pavilhões das orelhas; de sangue, de pus, etc. nos condutos auditivos externos.

Não será esquecido que o sangue que macula o pavilhão da orelha mesmo a abertura externa do conduto auditivo externo pode provir das narinas ou da boca, favorecido pela declividade, merecendo da posição da cabeça que será apurado.

Nos olhos serão descritas: as palpebras; as conjuntivas palpebrais e orbitares; a íris, de que se dirá a cor; a abertura pupilar, cujo diâmetro será medido; a tensão dos globos oculares. Em cadáver de desconhecido será preciso descrever as sobrancelhas e as pestanas.

Em relação ao nariz dar-se-á notícia da presença de qualquer líquido ou corpo insolito nas narinas; de anomalias de forma; de lesões existentes.

A boca, depois de examinada na disposição e aspecto dos lábios e quanto à presença de espuma branca ou roxa, será aberta para inspeção da cavidade bucal. Notar-se-há: a fórmula dentária; a presença de dentes cariados, de dentes obturados, de dentes implantados irregularmente, de dentes parados; si a extremidade da língua fica de encontro à aresta dentária ou às duas areadas; o aspecto da língua; a presença de corpos estranhos; quaisquer lesões existentes.

Art. 18. Tomando com as mãos ambas a cabeça e o pescoço do cadáver e imprimindo movimentos de lateralidade e de circunvolução, o perito

fica si ha mobilidade exagerada ou anormal do pescoço. Em seguida, observa si a pele está íntegra, assinalando a presença de pregas transversais, cicatrizes, de cheloides, de manchas, de equimoses, de escoriações, de sulcos de feridas incisivas, de feridas contusas, de feridas produzidas por projeteis de armas de fogo, etc.

Na descrição de manchas e de lesões não será esquecida: a mensuração das dimensões; a localização, de acordo com a nomenclatura anatômica de Basílio; a direção.

Art. 19. O torax é apreciado em sua conformação, devendo ser comparadas as duas metades; nota-se fraca ou forte distensão, si houver; devem-se pêlos existentes e quaisquer formações, manchas ou lesões. Em cadáver de mulher serão descritas as mamas quanto a seu aspecto e forma; presença de vergões; auréola com os tuberculos de Montgomery; auréola secundária; presença de leite ou de colostro ou de líquido escuro; líquido qualquer que ele seja, que deve ser colhido em lâmina para exame microscópico; manchas; lesões, etc.

A pele do dorso será também objeto de exame. A referência às diferentes regiões do torax será feita de acordo com a nomenclatura anatômica de Basílio, havendo ainda o recurso de indicar a costela ou cartilagem costal, o espaço intercostal, as apofises espinhosas, e ainda determinadas linhas como: a meso-esternal, as mamáreas, a intermamilar, as axilares anteriores, axilares posteriores, as axilares médias, a espinhal e as escapulares.

Art. 20. Aprecia-se o abdômen quanto ao seu grau de distensão ou abaloamento, ou pelo contrário, de depressão ou mesmo de escavação. Assinala-se a presença de pêlos e a distribuição deles e se descrevem manchas, cicatrizes, formações, feridas, etc. Para a localização de qualquer acidente não esquecer que a região abdominal externa se divide em dois territórios — região antero-lateral e região posterior ou lombar — que se subdividem em várias regiões menores que devem ser designadas de acordo com a nomenclatura anatômica de Basílio.

Art. 21. Afastando-se as pernas do cadáver se examina o *anus*, que verá se está aberto ou fechado, livre ou contendo algum corpo estranho, verificando-se o aspecto do orifício e da zona circunstante (suja de fezes). Nota-se a presença de fistulas; de líquido espermatício ou de crostas de sêmen. (exame microscópico); de pús blenorragico; de cancro venereo; condilomas; de ulcerações; de ragades; de mamilos hemorroidários; de infarto, etc.

Art. 22. Em cadáver de homem se observa o *penis*, notando as dimensões exigüas ou exageradas dele, a existência de alguma dismorfia; e examina o meato urinário, tendo-se o cuidado de fazer a expressão do peno da base para a extremidade livre; em lâmina se colhe líquido, que surge do meato, para exame microscópico; aprecia-se o prepucio e a disposição de em relação à glande; no sulco balano-prepuçial se tem o cuidado de provar cicatrizes ou ulcerações.

Na bolsa escrotal, pela apalpação, se procura sentir os testículos.

Em cadáver de mulher, afastadas as pernas, se examinam: os labios, os pequenos labios, a fureula, o himen, a entrada da vagina, o urinario, colhendo-se para exame microscópico algum líquido encontrada na vagina, quer no meato urinário.

Art. 23. Nos membros superiores, serão descritos quaisquer sinal-chas, lesões que se deparem em qualquer dos segmentos — braço, o autobraco, mãos — precisando a localização, indicada a região de com a nomenclatura anatómica de Basiléa.

Em relação aos membros inferiores se procede de maneira análoga nalanado tudo quanto digno de nota se depare no quadril, na coxa, no na perna, na região tibio-tarsiana, no pé, e fazendo referência ás em conformidade da nomenclatura anatómica de Basiléa. Havendo ção, serão incisadas as massas musculares e postos a descoberto os ossos serrados ou cortados a escopro e serão abertas as articulações. O compridos ossos e os pontos de ossificação serão explorados com o objetivo de tificação em cadáveres de desconhecidos.

INSPEÇÃO INTERNA

Art. 24. Cavidade craniana. Disposto o cadáver em decúbito de com a cabeça junto à borda da mesa, se coloca um ceço sob a nuca, neira a dirigir o vertex o mais possível para cima.

Separam-se os cabelos segundo uma linha que passe pelo vertex um lado e doutro por detrás da orelha. Aproveitando esse traço, com pelo forte se incisa o couro cabeludo e o periosteio pela linha que, pelo apice da apofise mastoide de um lado, passa pelo vertex e vai ao nível do apice da apofise mastoide do outro lado. Destaca-se o retalho posterior do couro cabeludo procurando levar conjuntamente o periosteio os bordos orbitários superiores e se o rejeita sobre a face. As aponeuroses temporais e os músculos respectivos são poupadados. Destaca-se o retalho posterior até abaixar da protuberância occipital externa e se revisa colocado depois de examinado, entre o crânio e o ceço.

Incisados e rebatidos os aponevroses e os músculos temporais de descritos os dois retângulos do couro cabeludo, os músculos temporais superfície da calota craniana, se trata de *serrar o crânio*, com serra de com serra elétrica. A aplicação da calvária facilita o trabalho. Começa pela parte anterior, pela globela, passando uns dois centímetros de superior da cavidade orbitária e se continua a serrar lateralmente uma linha paralela à apofise zigomática e passando cerca de três centímetros do conduto auditivo externo até atingir a região posterior onde se faz o traço da serra, de preferência, acima da protuberância occipital e Si ainda em alguns pontos se mantém presa a calota, ter-se-á que mão do escopro e do martelo. Introduz-se na parte anterior por baixo a calota o gancho do cabo do martelo e se fazem trações fortes, mas não

cas, tendo o cuidado de amparar com a mão esquerda a calota e de, com o escalpelo, destacar aderências da dura-mater na face interna da calota. Si consideráveis essas aderências será preciso destacar com a calota a porção correspondente da meninge dura. Destacada a calota, se a observa por transparência; medem-se a espessura máxima e a espessura mínima; descrevem-se a superfície interna e o bordo.

Abre-se o seio longitudinal superior e se o descreve. Destaca-se a metade esquerda da dura-mater cortando-a com tesoura ao nível do bordo de seção da caixa craneana e se revira a meninge estendendo-a sobre a metade direita do cérebro, ou se secciona a membrana proximo e ao longo do seio longitudinal superior e se a divide, por incisão perpendicular à primeira, em dois retalhos que se rebatem para baixo. Examina-se a superfície interna e se aprecia e mesmo se mede a espessura da membrana fibrosa. Outro tanto se faz com a metade direita.

Trata-se de retirar o encéfalo, sendo para isso preciso seccionar no limite anterior a foice do cérebro. Destaca-se a dura-mater juntamente com afoice do cérebro para baixo, isto é, para o limite posterior, tendo o cuidado de manter o cérebro com a mão esquerda.

Retira-se o encéfalo, o que se faz amparando a massa encefálica com a mão esquerda ao mesmo tempo que se procura destacar a sua parte anterior; cortam-se os nervos e os vasos da base e o pedúnculo da hipófise na ordem em que se apresentam; secciona-se a medula com dois golpes obliquos que se cruzam feitos com escalpelo de lâmina estreita e longa introduzida no canal raquiano; com esses incisões são também seccionadas as arterias vertebrais; incisa-se a tenda do cerebelo ao longo do bordo superior da porção petrada do temporal.

Quando haja indicação de colher asseticamente líquido cefalo-raquiano, será preciso ter o cuidado de, chegando à cela turea, seccionar os nervos respeitando as carótidas internas para que o sangue se não vá misturar com o líquido cefalo-raquiano no canal raquiano.

Extraído o encéfalo volta-se a examinar a dura-mater na sua porção correspondente à base do crânio. Abrem-se os seios laterais e os seios petreos. Para poupar o mais possível a hipófise cerebral ou corpo pituitário poderá ser o mesmo retirado juntamente com parte da lâmina quadrilatera do esfenóide antes de destacada a dura-mater da base do crânio.

Depois da retirada do encéfalo e antes de destacada a dura-mater da base do crânio, com escalpelo pequeno, reto, de ponta redonda, se incisa seio coronário em toda a sua porção anterior, tendo-se o cuidado de dirigir o fio cortante obliquamente para fora, de modo a evitar a glandula e de cortar até o osso. Em seguida, com os mesmos cuidados, se incisa até o osso o seio occipital transverso, o que importa em cortar em toda a espessura a dura-mater na porção que constitui a tenda da hipófise, à altura da base da lâmina quadrilatera do esfenóide. Através dessa incisão da dura-mater se aplica o bordo cortante do escopro pequeno na base da lâmina quadrilatera e com pequenas pancadas de martelo no escopro se secciona essa lâmina ossificada.

O escopro deve ser mantido aproximadamente na horizontal, e obtém descansando o cabo do instrumento no bordo da seção da porção pital do crânio desde que na parte posterior a serra tenha passado ao da apofise occipital externa. Dirigido o escopro obliquamente para baixo atingir o seio esfenoidal e a tecnicia ficará prejudicada. Com pinça de rato se segura a tenda da hipofise pelo bordo resultante da incisão e cuidadosamente se puxa para cima. Com o escalpelo que serviu a abertura do seio coronário, só de leve se raspa a superfície da dura-máter por debaixo da glândula, que se vai destacando até à lámina quadrangular do esfenóide. Nesse momento, com pinça de osso se mordo a porção nuda da lámina quadrilateral e só a destaca. Conjuntamente virá a hipófise.

Quando ainda cartilaginosa a lámina quadrilateral será cortada com o escalpelo. (Prof. Henrique Emílio Franco).

Com pinça de Faraboeuf se destaca toda a porção da dura-máter que forra as fossas da base do crânio. Examina-se a superfície interna da base do crânio.

O cérebro é pesado e medido em suas três dimensões: comprimento, largura, altura ou espessura. Aprecia-se a forma do conjunto; a simetria entre os hemisferios cerebrais; o aspecto das leptomeninges e dos espaços aracnoides; a maneira fácil ou difícil por que se destacam as leptomeninges e os vasos do polígono de Willis; a consistência.

Dispuesto o cérebro com a convexidade para cima e o polo anterior para diante, afastam-se os dois hemisferios cerebrais na linha mediana de modo a descobrir o corpo caloso. Ao lado esquerdo do rafe que percorre a face do corpo caloso na linha mediana, dois a três milímetros para fóra se incisa o corpo caloso em pequena extensão de modo a cair no ventrículo lateral esquerdo. Com faca de cérebro se prolonga essa incisão para dentro de modo a abrir o corno anterior do ventrículo lateral esquerdo e para de lado a abrir o divertículo posterior. Do mesmo modo se procede a abertura ao ventrículo lateral direito. Examina-se o ependímo e o conteúdo dos ventrículos e o plexo coroideo.

Para descobrir o terceiro ventrículo se corta o corpo caloso e o cerebelo no seu terço anterior, ao nível do buraco de Monro e com isso se destaca um e outro para trás. Apresenta-se a tela coroidea que examinada deixa a descoberto o terceiro ventrículo que será devidamente observado.

Para abrir o quarto ventrículo passam-se os dedos da mão esquerda baixo do bulbo e do cerebelo, levantando ligeiramente este órgão na linha mediana e com a mão direita se corta bem ao meio o verme, introduzindo a lámina do escalpelo ou da faca de cérebro de maneira a seccionar em sua espessura o lóbulo medio do cerebelo e assim atingir a face posterior do Dest'arte se cai no soalho do quarto ventrículo, em cujo interior se encontra o líquido, notando-se ao demais, o aspecto do ependímo e a presença de particularidades anatomicas.

Voltando ao hemisferio cerebral esquerdo, com a face a tangenciar o soalho do ventrículo lateral, se praticam na substância branca círculos longos no sentido antero-posterior e que serão profundos sem atingir a substância cinzenta da periferia. Iguais círculos no hemisferio direito.

Os *núcleos cinzentos centrais* são seccionados: introduz-se a mão esquerda por debaixo do hemisferio esquerdo de modo a atingir com as extremidades dos quatro últimos dedos a região dos núcleos cinzentos centrais, que se levantam ligeiramente, ou mesmo sem esse cuidado, cortam-se transversalmente os núcleos cinzentos centrais, a partir do limite anterior, passando e repassando a face de cerebro ou escâlpulo longo em movimento de arco de rabeca e por fim retirando o instrumento de dentro para fora com a lâmina inclinada obliquamente; e repetidas vezes se pratica o mesmo corte transverso em distâncias pequenas, de maneira a obter lâminas delgadas que ficam justapostas, presas pela base. Em cada uma das metades do *cerebelo*, resultantes do corte feito ao longo da linha mediana do verme, se faz, na superfície de seção, uma primeira incisão na direção do pedunculo cerebeloso, isto é, na direção do ramo principal de arvore da vida. De cada lado, cada um dos novos segmentos é ainda dividido ao meio.

Cortes transversos sucessivos são praticados na protuberância e no bulbo.

Art. 25. Cavidades toracica e abdominal. Coloca-se um cépo por debaixo das espáduas do cadáver, de maneira que a cabeça fique pendente, inclinada para baixo, e assim o pescoço se distenda. O operador, à direita do cadáver, com a mão esquerda sobre o mento fixa a pele, e com a direita armada de escâlpulo forte faz a *incisão mento-pubiana*, passando à esquerda da cicatriz umbilical. Essa incisão atingirá, no pescoço, a aponevrose cervical média; no torax a superfície do esterno; no abdomen, a camada aponevrotica (grande aponevrose ou aponevrose do grande obliquo).

Para que fique menos visível a sutura da pele do pescoço no cadáver recomposto, faça-se a incisão obliqua ao longo do bordo posterior do esterno-clídeo-mastoideo esquerdo, a partir da apofise mastoide esquerda até a proximidade da clavícula, sendo, então, dirigida para a furela do esterno, de modo a atingir a linha mediana esternal (*incisão de Bernhard Fischer*).

Nota-se a côr e mede-se a espessura do paniculo adiposo e da camada muscular seccionada, ao nível do torax e na posição correspondente ao abdomen e se assinala qualquer aspecto particular.

Entre o apêndice xifoide e a cicatriz umbilical se incisa na linha mediana de maneira a abrir pequena casa no peritoneo. Por essa abertura se introduzem dois dedos da mão esquerda, os quais, afastados em V, levantam a parede abdominal que pode assim ser incisada em toda a extensão, sem risco de ferir as vísceras da cavidade.

Desde logo se prestará atenção à côr e ao aspecto do algum conteúdo líquido, que será recolhido e cujo volume será medido.

Cortam-se transversalmente em seu limite inferior os dois *músculos retos*.

Tomando fortemente com a mão esquerda os tecidos moles que constituem a parede abdominal na metade esquerda junto ao apêndice xifoide, revisa-se-os

bem para fóra e para cima e se corta, então, sobre o rebordo costal. Em seguida se destacam os tecidos moles que foram a metade esquerda do torax, de maneira a descobrir as cartilagens costais e pequenas parte das costelas até dois dedos transversos para fóra da extremidade externa das cartilagens.

Do mesmo modo se procede do lado direito.

Agora é fácil descobrir completamente a cavidade abdominal. Faz-se a mária descrição dos órgãos que se apresentam. Dir-se-á do aspecto e da extensão do peritonio parietal e do peritonio das alças intestinas; será registrado o estado dos intestinos; será indicada a extensão do figado que excede o rebordo costal, fazendo a mensuração ao nível da linha mamilar direita e ao nível da linha mediana ou meso-esternal, isto é, abaixo do apêndice xifoide; direver-se-á o aspecto do grande epiploon; será indicada a situação do estômago quando seja visto a descoberto e a do diafragma.

Para apreciar a situação do diafragma se introduz a mão direita espalmada por debaixo das costelas e de um lado e de outro se observa o ponto mais elevado (costela ou espaço inter-costal) a que atingem as extremidades dos dedos na linha mamilar.

Passa-se à abertura da cavidade torácica.

Se há suspeita da existência de gases na cavidade pleural direita ou esquerda, com os tecidos moles destacados se forma uma especie de saco limitado superior do torax e aí se deita água. Nesse ponto se punciona a rede torácica num espaço intercostal. Os gases se escapando pelo orifício feito vêm borbulhar na pequena massa líquida. Aprecia-se o aspecto das cartilagens e das costelas e com escalpelo se cortam, uma a uma, as cartilagens costais, cerca de dois milímetros de seu limite externo, de cada lado, a partir da segunda até às últimas. Seccionam-se transversalmente seu limite inferior os músculos esterno-clídeo-mastoideos, que se destacam para cima. Desarticulam-se as clavículas com escalpelo abotoado, mantido verticalmente, e com o qual se percorre a articulação, imprimindo, se preciso, quenos movimentos à espadua afim de descobrir a entrelinha articular. Contam-se as primeiras costelas com escalpelo no prolongamento do plano de extremidade clavicular desarticulada, ou com o costotomo, que se introduz no primeiro espaço intercostal e se dirige obliquamente para cima e para fóra. Passa-se o escalpelo nos espaços intercostais na linha de seção das cartilagens. Levanta-se, então, o esterno, a começar da extremidade inferior, atacando com o escalpelo os tecidos moles que aderem à face posterior.

E assim se destaca o plastrão condro-esternal, que será apreciado em sua face interna.

Pode deixar-se para o fim a desarticulação das clavículas e a seção da primeira costela de um e do outro lado. Antes disso, cortadas as demais cartilagens costais, se levanta o plastrão condro-esternal e se examina o tecido dos sacos pleurais. Si as cartilagens se acham ossificadas, de preferência se fará uso do costotomo, com que se seccionarão as costelas proprie-

mente ditas, ganhando mais espaço para uma abertura mais franca do torax.

Aberta a cavidade toracica se faz a inspeção como que para fotografar o que se apresenta visivel: mediastino anterior, pulmões.

Apreciam-se: o timo ou vestigios dele na parte superior do mediastino anterior e líquido nas cavidades pleurais.

Art. 26. Cavidade toracica. Antes de retirar os órgãos da cavidade toracica e mesmo antes de abrir *in situ* as cavidades cardíacas se presta toda atenção às relações que entre si guardam o coração e os pulmões e essas vísceras com a parede do torax, o que é da maior relevância quando se han de acompanhar o trajeto de projétil de arma de fogo ou a extensão de ferimento penetrante por arma branca.

Faz-se prega que compreenda o tecido celular do mediastino anterior e pericardio e com tesoura se secciona em pequena extensão.

Aberta a pequena casa com tesoura se prolonga a abertura em tres direções radiadas: para baixo e para a esquerda, para baixo e para a direita e finalmente para cima até o extremo superior junto aos grossos vasos. Observa-se o líquido existente na cavidade pericardíaca e se examinam folhas parietal e viscerai do pericardio.

Avalia-se *grossso modo* o volume do coração tomando para termo de comparação a mão direita fechada do cadáver e se compararam as duas partes direita e esquerda. Ao demais pela apalpação de cada uma das quatro cavidades cardíacas se procura ajuizar do estado de plenitude ou de vacuidade de cada uma delas.

Em certos casos (suspeita de embolia gazosa; cadáver de afogado, etc.) que se queiram realizar as provas eroscópicas e do planton ou melhor tripton cristalino) convirá retirar o coração *intacto* e mesmo fechado. Faz-se á, então, a ligadura da artéria inferior e a dos demais vasos que emergem do coração ou nele se terminam. A ligadura será aplicada de maneira que além do laço fique porção bastante do vaso ou dos vasos e assim se evite escapamento do anel constrictor. Mais fácil e mais seguro é pinçar os vasos com fortes pinças curvas de cabos longos (*clamps* ou melhor *Klemmers*). Na hipótese de embolia gazosa a prova será feita mergulhando o coração desfechado, mas inteiramente fechado, em cuba d'água e aí, debaixo d'água, praticando pequena abertura no ventrículo direito. Aliás, a mesma prova poderá ser realizada no coração *in situ*, sendo preciso encher d'água o saco pericárdico de modo a cobrir o órgão nele contido. Quando haja suspeita de embolia gazosa a abertura da cavidade crâniana ficará para o fim. Antes da abertura das cavidades cardíacas ou pelo menos antes da retirada do coração deve ser aberta a artéria pulmonar logo acima da sua emergência do ventrículo direito, assim de verificar a presença de algum embolo como é de interesse em casos de morte subita.

A abertura do coração será feita *in situ* ou depois da retirada do órgão, acordo com o critério do perito em cada caso concreto.

Em qualquer das hipóteses será guardada a seguinte ordem: auricula direita, ventrículo direito, auricula esquerda, ventrículo esquerdo.

Na abertura *in situ* do coração se procede do seguinte modo:

Para a abertura das cavidades direitas se passa a mão esquerda mada por baixo do coração e segura-se-o, dirigindo para cima o bordo do, de modo que o polegar estendido se aplique sobre a face anterior do tricúlo direito, próximo do bordo direito do coração, dirige-se a ponta o lado esquerdo do cadáver de modo a poder ver as duas cavas, super inferior. Corta-se a auricula com o escalpelo entre as duas cavas e a região do bordo do ventrículo direito. A abertura do ventrículo direito faz no prolongamento da mesma linha, seccionando-se o bordo desse venculo sem atingir a ponta do coração, que é geralmente formada pelo venculo esquerdo.

Evitar-se-á de introduzir a ponta do escalpelo para aprofundar incisão. Recolhe-se o sangue que se escorre e se retiram os coalhos da auricula e do ventrículo abertos e se aprecia a quantidade, a cor, o aspecto de um fluido e bem assim dos coalhos.

Abandonando-se novamente o coração em sua posição toma-se-o com a mão esquerda, do maneira que a ponta fique entre as bases dos dedos médio e index e seja o bordo esquerdo do coração mantido pelo polegar e o dedo ao longo dele na face posterior do ventrículo esquerdo e os dois últimos dedos estendidos sobre a face anterior do coração, ficando o dedo longo do lado esquerdo. Desvia-se o coração assim mantido para a direita e para cima com o fim de poder ver, dirigidas para baixo, as veias pulmonares esquerdas, superior e inferior, pois que, sendo quatro veias pulmonares que vão ter à auricula esquerda, as duas que ficam à vista, na posição desenhada, não podem ser vistas. A abertura da auricula esquerda se realiza na direção da veia pulmonar esquerda superior.

A abertura do ventrículo esquerdo se pratica ao longo do bordo direito, na direção da linha que representa o prolongamento da incisão auricular. Será devidamente apreciado o conteúdo das cavidades.

Introduz-se o polegar da mão esquerda na abertura feita no ventrículo direito e o indicador na do ventrículo esquerdo, e assim se levanta a ponta do coração. Com tres ou quatro golpes de escalpelo ou de tesoura cortam-se todos os vasos da base do coração e se retira este órgão. No coração retirado da sua sede se pode começar por fazer a prova hidrostática das valvulas da aorta e da arteria pulmonar. Suspende-se o coração pelas apendices auriculares e se dirige leve fio d'água no interior do saco da aorta e do segmento da arteria pulmonar, averiguando si a água se tem acima da valvula signoide da aorta e da valvula semilunar da arteria pulmonar (valvulas suficientes) ou si, pelo contrário, se escorre através do ventrículo respectivo (valvulas insuficientes). Si os segmentos da aorta e da arteria pulmonar conservados aderentes ao coração são muito longos deve seccionar transversalmente antes de proceder à prova hidrostática que melhor se poderá acompanhar apreciando *de visu* as lacinias das valvulas. Deita-se em um prato ou bandeja o coração repousando sobre

face posterior e com a ponta dirigida para o operador. Penetra-se com o ramo abotoado de tesoura longa no ventrículo direito pelo meio da incisão feita ao longo do seu bordo, e, passando por sobre o músculo papilar que se apresenta, de modo a evitá-lo, se avança na direção da arteria pulmonar cujo ostio se atravessa, e, então, se secciona abrindo assim a arteria pulmonar.

Prolonga-se a incisão do bordo do ventrículo direito até encontrar a abertura feita na aurícula direita, e dest'arte se abre a valvula tricuspid (orifício auriculo-ventricular direito). Introduzem-se no ventrículo esquerdo os quatro últimos dedos da mão esquerda até que as extremidades deles encontrem o septo intraventricular. Entre este septo e os dedos é que se aplica a passar-se o ramo abotoado de tesoura longa e com ela corta-se em curta tensão a parede anterior do ventrículo esquerdo. Depois se introduz o ramo abotoado da tesoura longa através a aorta e se prolonga o corte da parede anterior do ventrículo esquerdo até atingir a aorta.

Abre-se a valvula mitral ou bicuspid (orifício auriculo-ventricular esquerdo) unindo-se a incisão do bordo do ventrículo esquerdo à incisão aurícula esquerda. A medida que são realizados estes cortes e por essa fórmula abertas as cavidades auriculares e ventriculares e os orifícios ventriculo-pulmonar e ventrículo-aórtico se vai apreciando e registrando o aspecto endocardio e das lacinias de cada uma das valvulas e também se nota a capacidade das cavidades cardíacas.

Mede-se a extensão dos orifícios valvulares depois de abertos e também a altura dos ventrículos. Esta última medida é feita com regoa metálica cuja extremidade se aplica na superfície interna do ventrículo de encontro à ponta e que se dirige verticalmente, fazendo-se a leitura à altura da abertura das valvulas auriculo-ventriculares.

Aprecia-se a cor e o aspecto do miocárdio; mede-se a espessura no ventrículo direito e no esquerdo; nota-se a consistência, o que pode ser feito removendo pela base o fragmento triangular resultante das duas incisões praticadas na parede do ventrículo esquerdo — se a consistência está aumentada e dura todo o fragmento se mantém rijo, ereto; se, no entanto, está diminuída a consistência, a extremidade livre tomba de maneira a descrever um triângulo miocárdico curva mais ou menos acintada. Será descrita a rede interna dos ventrículos e das aurículas. Seccionam-se e se descrevem os músculos papilares. As artérias coronárias serão exploradas quanto à permeabilidade e abertas em certa extensão, sendo indicada a espessura das paredes, a cor e o aspecto da íntima ou membrana interna e conteúdo existente (sangue líquido, coágulo, trombo, embolo). Fragmentos do miocárdio, tirados de pontos que no caso concreto ofereçam maior interesse, são dessecados no formol a 10 % e no líquido de Zenker para ulterior pesquisa histológica.

Art. 27. Pulmões. Começa-se por extrair o pulmão esquerdo, sendo preciso previamente romper aderências existentes.

Si muito fortes e extensas as aderências, será preciso destacar a parietal da pleura, incisando-a de encontro à face interna da parede torácica no sentido longitudinal e introduzindo os dedos e depois a mão jusqu'à face interna das costelas de modo a separar a pleura.

Retira-se o pulmão da goteira costato-vertebral e se o afasta para o lado direito e na direção dos pés; toma-se então o hilo entre os dedos indicador e médio da mão esquerda, dispostos em forquilha e voltados para baixo, e dando o dorso da mão para o lado da cabeça; levanta-se bem o pulmão e secciona-se o hilo junto ao dorso dos dedos a têle aplicados. Pode fazer-se de outra maneira: coloca-se o pulmão sobre o hemitorax direito e de encontro à linha de secção das costelas se corta o hilo. De modo análogo se procede em relação ao pulmão direito.

Disposto o pulmão sobre o hilo em prato ou bandeja, tomam-se três dimensões: comprimento, largura, espessura. Esta última medida é tomada colocando a regoa graduada verticalmente sobre o prato em que repousa o pulmão e com a lâmina de faca longa, de cerebro, tangencia a superfície do órgão até encontrar a regoa graduada.

Variando consideravelmente o volume dos pulmões, pode-se, quando apreciar *grosso modo* si o pulmão em exame de modo notável se afasta, tanto ao volume, do normal. Mais fácil é a comparação entre os dois pulmões entre os lóbulos do mesmo pulmão. Pesa-se cada pulmão; aprecia-se a consistência. Examina-se a superfície: cor, presença de carvão; aspecto das veias; aspecto da superfície, si humido, si liso, si brilhante; equimoses e pleurais. Faz-se a apalpação de todo o órgão. Colocado no prato o pulmão com a face convexa ou externa para cima, sobre a superfície do órgão dispõe a face da lâmina longa e, com a mão esquerda em arco sobre a face viscosa, se fixa o pulmão enquanto com a mão direita se pratica a secção. Outras incisões serão realizadas em vários pontos, notadamente naqueles que pela consistência, cor ou aspecto particular, se seja levado a suspeitar a existência de alguma lesão.

Nas superfícies de secção se observarão a cor, a humidade ou seco, o aspecto liso, regular ou granuloso, irregular, ou uniforme.

Examinam-se os bronquios, que se abrem, a partir do hilo com uma pequena, um de cujos ramos se introduz no interior deles.

Abrem-se os grandes bronquios e suas ramificações. O calibre dos bronquios, o seu conteúdo, o aspecto da mucosa serão observados.

A partir do hilo serão também abertas, com tesoura pequena, as artérias e as veias, que serão examinadas. Os ganglios peribronquicos serão abertos em seu volume, em sua consistência, em sua cor, sobretudo, observando as superfícies de secção.

Serão examinadas as paredes internas da caixa torácica.

Fragmentos dos pulmões e dos ganglios serão lançados nos frascos contendo os fixadores.

Art. 28. Órgãos do pescoço. Destaca-se a pele (pele e músculo entre a esquerda, depois à direita, da incisão mediana até o ângulo da mandíbula).

e desde logo se prepara de cada lado o grande feixe vasculo-nervoso (carotida primitiva, jugular interna, pneumogastrico). Procura-se o sulco que se desenha entre o esterno-eleido-mastoideo do lado esquerdo e o canal laringo-traqueal e afastando-se esse conduto para a direita, se incisa na parte média do pescoço, no sentido longitudinal, por diante do bôrdo anterior do esterno-eleido-mastoideo, e segue-se o interstício que separa esse músculo dos músculos infra-hioideos. Dest'arte se descobre o feixe vasculo-nervoso, que nessa parte média do pescoço apenas é coberto pela pele, pelo bôrdo anterior do esterno-eleido-mastoideo e pela aponevrose média do pescoço. De modo análogo se procede em relação ao lado direito.

Depois de dissociados, são apreciados separadamente a arteria, a veia e o nervo. Depois da retirada dos órgãos do pescoço se voltará à carotida e à jugular interna, que serão abertas para mais minuto exame.

Introduz-se o escarpélio de lámina longa e estreita profundamente por baixo do mento na direção da face interna da mandíbula e se corta de cada lado rente à face interna ou posterior do osso, até o ângulo da mandíbula. Destacada a língua, com pinça prende-se-lhe a ponta, que se faz passar por debaixo da mandíbula. E, enquanto com a mão esquerda se mantém a língua e se a dirige para baixo e para trás, leva-se o escarpélio até o véo do paladar, que se incisa transversalmente junto à abobada palatina. Em seguida, de cada lado se corta profundamente, no sentido longitudinal, evitando a carotida e a jugular interna; depois com a lámina do escarpélio obliquamente disposita se incisa de um lado e do outro, de modo a atingir a linha mediana, e assim se destacam todos os órgãos que ficam por diante da superfície dos corpos das vértebras cervicais.

Chegando à base do pescoço, ao nível da extremidade esternal da clavícula, com o escarpélio voltado para fóra e para baixo, desassombradamente se cortam as massas musculares e os vasos axilares.

Os órgãos do pescoço são destacados até a bifurcação da traquéa e ai cortados transversalmente. Os pequenos ganglios linfáticos que acompanham o feixe vasculo-nervoso e quaisquer outros do pescoço serão examinados, notadamente se o seu aspecto denuncia alguma alteração patológica.

Fragments de ganglios nos fixadores.

Aproveita-se para verificar no tecido celular que fica por diante da coluna vertebral à altura da faringe alguma equimose (equimose retro-faringea, de Brouardel, no enferramento).

Toda a massa de órgãos retirados do pescoço e que compreende o véo do paladar, a uvula, os ligamentos palato-glossos, os ligamentos palato-faringeos, as amigdalas, a língua, a faringe e o esôfago, o osso hioide, a laringe e a traquéa, a glândula tireoide, toda essa massa é colocada em prato ou bandeja e orientada de maneira que fique a ponta da língua dirigida para o operador, a glândula tireoide para baixo e o esôfago na superfície, sobreposto à traquéa.

Levanta-se o areo formado pelo véo do paladar e pelos pilares (ligamentos palato-glossos e palato-faringeos) e se examina a uvula e se aprecia a consistencia de corpos estranhos.

Em seguida, com tesoura se corta esse areo à esquerda da uvula (depois do operador). Examinam-se as amigdalas, em cada uma das quais se pratica um corte longitudinal. Fragmentos são lançados nos fixadores.

Lingua. Examina-se a lingua em toda a sua superficie, e em seguida, a partir da base, praticam-se cortes transversos, sucessivos, descrevendo-se a superficie exterior quer as superficies de secção. Fragmentos serão devidamente fixados.

Faringe e tubo esofagiano. Com tesoura se faz incisão longitudinal da linha mediana da parede posterior da faringe e do tubo esofagiano devolvendo a abrindo em toda a sua extensão. Prestar-se-á atenção ao conteúdo (corpos estranhos, terra ou outra matéria pulvрnenta, etc.), sem esquecer que é frequente encontrar conteúdo estomacal seco ou massa branca acinzentada constituída por epitelio descamando; no calibre do esofago (cetasis, círculos, estreitamento), a perfurações, etc.

Fragmentos de esofago serão mergulhados nos líquidos fixadores.

Glandula tireoide. A glandula será apreciada em sua situação, sua consistencia, cor e serão medidas as suas dimensões. Praticam-se incisões longitudinais nos dois lóbulos da glandula e se descrevem as superficies de secção. Toma-se o peso.

Fragmentos serão devidamente fixados nos líquidos fixadores.

Osso hioide. Tem particular interesse a pesquisa de alguma fratura damente dos cornos do osso hioide, como foi verificar-se nos casos de estrangulamento ou de estrangulamento. Far-se-á a dissecação dos tecidos mole e deseobrir inteiramente o osso e assim se evitará o engano possível de se por fratura a simples luxação do osso hioide enjuntas articulações com os quais são muito moveis. A presença de sangue, de pequena hemorragia, na borda da fratura, denunciará que esta se deu durante a vida e não após a morte do indivíduo.

Laringe. Com tesoura se corta a laringe na linha mediana e, prolongando a incisão, se abre também na linha mediana a traquéa, tendo o cuidado de evitar o esofago, que se afasta para o lado. Merceem ser desceritas: a epiglote no seu bordo e em suas faces; a superficie interna da laringe e mais particularmente as cordas vocais e os ventrículos de Morgagni; a presença de corpos estranhos, como terra (soterramento); agua com corpos em suspensão, que não de ser reconhecidos ao microscópio (afogamento); ulcerações, etc. Fragmentos da mucosa lesada e de tumores nenhos existentes serão lançados nos fixadores.

Traquéa. Será apreciada exteriormente a regularidade da forma e consistencia de compressão exercida por tumores da vizinhana; desvios; secessão de continuidade por ulcerações, por feridas cirúrgicas ou de origem traumática ou criminosa, por corpos estranhos do interior. No interior da traquéa se verificará a presença de corpos estranhos (areia, lodo nos afogados).

espuma sanguinolenta (afogados), e, em seguida, o aspecto da mucosa nas porções correspondentes aos anéis cartilaginosos e nas partes que ficam nos intervalos entre os anéis.

O diâmetro do esmal, a regularidade ou irregularidade (estreitamento, dilatação difusa ou circunscrita, divertículos) do mesmo. Deitam-se fragmentos da mucosa comprometida ou de tumores nos líquidos fixadores.

Art. 29. Cavidade abdominal. Antes de retirar os órgãos da cavidade abdominal observem-se bem as relações que entre si e com a parede abdominal têm guardado, o que será de maior rigor quando algum ou alguns deles estejam comprometidos em sua integridade.

Na retirada e exame dos órgãos da cavidade abdominal sempre guardar a seguinte ordem: 1.º peritoneo da parede abdominal. 2.º grande epiploon. 3.º jejuno-iloco. 4.º intestino grosso. 5.º bago. 6.º duodeno. 7.º estomago. 8.º pancreas. 9.º figado. 10.º mesenterio. 11.º rim esquerdo, glândula suprarrenal esquerda, ureter esquerdo. 12.º rim direito, glândula suprarrenal direita, ureter direito. 13.º bexiga. 14.º órgãos genitais (testículos, vesículas seminais, próstata) e canal da uretra ou (ovários, trompas, útero, vagina) e canal da uretra. 15.º recto. 16.º aorta e cava inferior. 17.º ganglios semilunares, canal torácico, cisterna de Peequet. 18.º músculos e ossos da coluna vertebral e da bacia.

Peritoneo parietal. Será o peritoneo parietal observado em sua superfície, que é normalmente lisa, humida e brilhante, e verificando se o mesmo deixar ver a cor dos músculos por ele fornecidos.

Grande epiploon. Verifica-se a presença de aderências que serão retas. O grande epiploon que normalmente pende do colon transverso, cobrindo como uma avental a massa dos intestinos, é com o mão esquerda levantado e distendido e, então, se destaca do colon transverso fazendo uso de tesoura. Disposto em prato ou bandeja, aí se o examina quando não se prefira fazer o exame no próprio ventre do endaver. Será apreciada a riqueza ou escassez de gordura, o grau de plenitude ou estado de vacuidade das ramificações venosas maiores ou menores, bem como a existência nelas de algum conteúdo anormal. Si houver interesse, deitar fragmentos nos fixadores.

Jejuno-iloco. Procura-se na fossa ilíaca direita, o cecum e se o comprime para apreciar a permeabilidade do apêndice aos gases intestinais. Distende-se o mesenterio nos diferentes trechos de maneira a bem apreciar a circulação, sobretudo, da periferia, em suas relações com a circulação do intestino delgado. Logo abaixo do cecum se aplicam no intestino delgado duas pingas de Kocher, deixando entre si pequeno trecho de intestino, que se terá o cuidado de pela expressão esvaziá-lo antes de fixar a segunda punga, e que agora, se corta com tesoura. No limite superior do jejunum, junto ao duodeno que é fixo e aderente, aplicam-se a pequena distância duas pingas de Kocher entre as quais se secciona o intestino que nesse trecho se terá previamente esvaziado pela expressão. Nesse ponto se introduz o indicador da mão esquerda por detrás, do mesenterio até o outro extremo seccionado, junto ao cecum.

limitando assim o mesenterio que se corta com tesoura, desprendendo-se daí o jejunoo-ileo.

Colocado o jejunoo-ileo em cuba ampla se destaca a porção ainda crua do mesenterio, o que se faz com escalpêlo longo ou com faca de corte auxiliado por um ajudante que distende o intestino, enquanto o operador destaca as inserções do mesenterio imprimindo a faca movimento de arrabeca.

Aprecia-se a superfície exterior e serosa e com tesoura abotoada ligeiramente secciona ao longo de inserção do mesenterio, o que tem a vantagem de que as placas de Peyer, situadas no ponto oposto no trecho inferior do jejunoo-ileo, cuja localização é de preferência no duodeno.

Para coleta de vermes e outros parasitas e para descobrir qualquer lesão na mucosa se aplica a seguinte técnica: introduz-se a lâmina metálica de um tubo de borracha condutor d'água numa das extremidades da lâmina metálica, que é de tipo de caneta, e que é de diâmetro igual ao do intestino delgado que com a mão se ajusta bem à ponta metálica. Deixa-se com cuidado correr água que lava o intestino recolhendo-se na cuba a água e tudo o que dela arrasta. Pela ruptura, acaso existente, se escapará a água. Na cuba serão encontrados: cestoides, como *Toenia solium* e *Toenia saginata*, e, no demais caso, nematóides, como *Ascaris lumbricoides*, *Ankylostomum duodenale* e *Necator americanus*, cuja localização, entre tanto, é de preferência no duodeno.

Esses parasitas serão recolhidos em soro fisiológico, o *Ankylostomum duodenale* e o *Necator americanus* devendo ser apanhados com delicado pincel de cabelos.

Intestino grosso. Abaixo do S ilíaco se aplicam no recto, em pequena extensão, duas pinças de Kocher, entre as quais se corta com tesoura.

Destaca-se o intestino grosso, começando pelo cecum, que está fixado por pinça aplicada no limite inferior do ileo. Tomando-se o cecum sem que se exerce tração e com auxílio de escalpêlo se vai desprendendo o cecum, o transverso, o descendente, o S ilíaco, exigindo a maior atenção ao desprendimento do ângulo direito do colon e primeira porção do colon transverso para evitar o duodeno. Depois de apreciada a superfície exterior do intestino grosso, disposto em cuba ampla, é feita a abertura com tesoura abotoada, comprida, ao longo da tenia. O conteúdo depois de examinado e eliminado pela água, de geito a poder ser observada e descrita a sua natureza, é submetido ao mesmo processo do jato d'água deserto para o intestino delgado podendo aqui ser aplicado.

O *Trichurus trichiurus* ou *Trichocephalus trichiurus*, encontrado com maior frequência no cecum, e o *Enterobium vermicularis* ou *Oxyurus vermicularis*, que se localiza no grosso intestino e no recto, serão colhidos na cuba com delicado pincel de cabelos e mergulhados em soro fisiológico.

No intestino, às vezes, se deparam depressões em dedo de luva e se fecham sobre pequena massa de fezes de maneira a dar impressão de folhas ou linfáticos hipertrofiados — são os chamados *fundos de saco*.

Infundíbulo é a disposição do intestino que em certo ponto se dilata em longo dedo de luva, como se fosse pequeno apêndice extranumerário.

A invaginação intestinal pode ser simples fenômeno cadáverico e nesse caso as superfícies em contato das porções invaginadas nenhuma reação inflamatória mostrarão.

Retalhos de intestino grosso e bem assim de intestino delgado devem ser estendidos em pedaços de papelão e juntamente com o papelão cortados com tesoura forte. O conjunto é mergulhado nos fixadores: um retalho no Zenker, outro no formol a 10 %.

Baço. Com a mão esquerda se acompanha o estomago da direita para esquerda até o fundo desse órgão, por trás do qual se encontra o baço, que ao estomago adere merece de um tecido frouxo (epiploon gastro-esplênico) que facilmente se rompe. Toma-se em plena mão o baço e se o arrasta para diante afim de com tesoura seccionar os vasos que nele penetram pelo hilo. Com todo o cuidado se desfazem quaisquer aderências acaso existentes, tendo sempre em vista poupar a capsula do baço e não ferir o estomago. Assinalam-se baços acessórios que não raro se encontram no ligamento gastro-esplênico. Toma-se o peso; medem-se as dimensões; verifica-se a consistência; aprecia-se a superfície externa. Disposto na bandeja com o hilo para baixo, o baço é mantido com a mão esquerda e então com escalpêlo se o secciona pela linha mediana, no sentido de maior diâmetro sem que, entretanto, sejam de todo separadas as duas metades, que ficarão presas por certa extensão da capsula ao nível do hilo. Outras incisões são feitas.

Apreciam-se as superfícies de secção de modo a avaliar e medir a espessura da capsula e se dará atenção: à polpa; às trabeculas; aos folículos; à riqueza em sangue.

Fragmentos do baço serão lançados nos fixadores.

Duodeno. Aprecia-se em sua situação o duodeno e se o abre no longo da parede anterior com tesoura pequena. Examina-se o conteúdo acaso existente e a mucosa e desde logo se verifica a permeabilidade do canal choledoco. Para esse fim se comprime a vesícula biliar e se observa a bilis que surde no ponto correspondente à abertura do canal choledoco na mucosa duodenal. Evita-se de erradamente penetrar no canal de Wirsung. É quando isso aconteça é preciso recuar em tempo e de novo procurar o canal choledoco, com o que se evitará de com o estilete fazer falso trajeto. O canal choledoco e o de Wirsung se abrem na empóla de Vater. O estilete deve ser dirigido mais para a direita e para cima para penetrar no choledoco.

Quando exista embarranco ao curso da bilis sonda-se o canal choledoco e se faz mais meticoloso exame dos canais biliares.

Examina-se e depois se corta transversalmente o ligamento hepato-duodenal (em cuja superfície de secção se notam, em corte transverso: a veia porta, de calibre maior; a arteria hepática, de calibre menor e de paredes mais espessas; e o canal choledoco, ainda menor no calibre, que é insignificante).

No exame de qualquer traçado do intestino é de regra o emprego do fio d'água, que se dirige delicadamente contra a superfície da mucosa em toda a sua extensão, compreendendo, no duodeno, não só as pregas ou dobras coni-

ventes como tambem os espaços entre elas compreendidos. Esta regra é aplicável ao exame de toda e qualquer mucosa.

Destarte se facilita o reconhecimento de qualquer ulceração e se em evidência filamentos acaso existentes nos bordos dela, os quais flutuam sob a ação de agua. Quanto às vilosidades, pequenas saliências filiformes constituídas pela propria mucosa e que existem não só nas pregas ou láscas convexas como nos sulcos intermediários, dando à superfície aspecto rugulado, porque de dimensões muito pequenas (no maxímo um milímetro de comprimento), só são apreciáveis colocando-se o intestino debaixo d'água.

Retalhos do duodeno são desnudados, estendidos em papelão e mergulhados nos fixadores.

Estomago. Depois de apreciado quanto à sua situação, é o estomago tirado juntamente com o pancreas, que tambem deve ser antes observado. Com tesoura se prolonga a abertura do duodeno, incisando o estomago longo da grande curvatura, o que se fará disposto o estomago em tigela ou cuba ampla. O conteúdo examinado, quanto ao volume, à reação, peito será retirado por delicado jato d'água. Será feito o exame da mucosa. Estendido o estomago em prato ou bandeja, aprecia-se a forma e se as dimensões, isto é, o comprimento da cardia ao piloro e a largura ou diferença.

Na superfície de secção ao longo da grande curvatura se mede a espessura da mucosa e bem assim a das outras camadas.

Manchas hipostáticas, amolecimento ácido, enfisema da parede do estomago, cor cinzenta esverdeada escura ou mesmo negra da mucosa, são menos cadavericos encontradiços.

Retalho de estomago é estendido em papelão e o conjunto lânguido fixador.

Pancreas. Para apreciar o canal de Wirsung e a abertura dele, junta-se com a do canal choledoco na emполa de Vater (*caroncula major*) ou a do canal choledoco na *caroncula minor*, situada acima da empola de Vater, e manter as relações do pancreas com o duodeno. Nessas condições se proceder ao cateterismo do canal pancreatico: a partir da extremidade distal se praticam incisões transversas compreendendo toda a espessura do tecido pancreatico, até que na superfície de secção se possa reconhecer o canal de Wirsung, que, geralmente, ocupa a linha mediana e pela sua cor branca, nacarada, contrasta com a cor amarelada e aspecto embaciado dos lobulos pancreaticos seccionados. Faz-se o cateterismo com estilete com ponta terminada em pequena oliveira, tendo-se o cuidado de prender com pinça a parede do canal na superfície de secção. Em seguida se abre o canaletto e o pancreas é colocado em prato ou bandeja, tomam-se as dimensões do órgão sem esquecer que parte da cabeça foi sacrificada por ocasião do taque do duodeno. Pesa-se; verifica-se a consistência, a cor e o aspecto.

Observam-se e descrevem-se as superfícies de secção.

Fígado. Verifica-se o peso. Coloca-se o fígado em prato ou bandeja maneira que fique para baixo a veia porta e para cima a face convexa. Tomam-se as dimensões; verifica-se a consistência; e se faz o exame da superfície exterior. Incisa-se o fígado no sentido do maior diâmetro, partindo-lóbo esquerdo para o lóbulo direito, e aprofunda-se bem o golpe, sem entretanto chegar a dividir por completo as duas metades do órgão. Paralelas a essa incisão outras serão praticadas e ainda outras perpendiculares às primeiras. Serão descritas as superfícies de secção. Deitado o fígado sobre a convexas, se examinam lobos quadrados e de Spiegel, que são incisados.

Nessa posição da viscera se procede ao exame da vesícula biliar em sua superfície externa. Na hipótese ou suspeita de febre tifica se ha de colher a sanguineamente, com pipeta de bola esterilizada, bilis, de que se fará semeadura ablativa em caldo ou se deixa o Bacilo de Eberth enriquecer em bilis de esteril. A vesícula biliar é tocada demoradamente em um ponto de sua superfície com bastão de vidro (ou com chave) fortemente aquecido. Nesse ponto tornado asético pela ação do calor forte, é que se penetra com a pipeta, e a extremidade é quebrada e passada na chama. Para apreciar o conteúdo mucooso da vesícula se procede à abertura dela; coloca-se o fígado com a superfície convexa para cima, ficando para baixo a vesícula que excede, em pequena extensão, o bordo anterior da viscera; com escalpelo golpea-se nesse ponto a vesícula. Com tesoura se prolonga a abertura feita.

Os canais biliares. São abertos por incisão longitudinal e apreciados seu conteúdo, no seu diâmetro; na espessura de suas paredes, em sua superfície interna.

Fragmentos de fígado são lançados nos líquidos fixadores.

Mesenterio. Livre o mesenterio, quer dos intestinos, quer das inserções da coluna vertebral, se o estende em um prato e se passa ao exame dele, tendo principalmente em atenção o estado dos vasos e dos ganglions mesentericos. Esse exame também será feito por transparência, distendido o mesenterio em torno à luz. A cor, a espessura e abundância ou escassez de gordura são assinaladas.

Rim esquerdo; ureter esquerdo. Antes de retirar o rim se aprecia o ureter. Tortuosidade ou dilatações do ureter denunciam embarranco no curso da urina e justificam a retirada em conjunto dos dois rins, dos ureteres, da bexiga e dos órgãos da bacia.

Na retirada do rim ter-se-á o cuidado de trazer conjuntamente a glândula suprarrenal. Entretanto, pode essa glândula ser retirada logo após de se terem sacados os intestinos.

Faz-se incisão de cima para baixo, costeando a coluna vertebral e cortando pouco abaixo do diafragma; em seguida se toma o rim com a mão esquerda e se incisa ao longo do seu bordo externo; levanta-se-o bem e mantendo-o preso ao ureter, se procede ao exame dele.

Peso e medidas são tomados depois.

Observa-se a cor e a espessura da capsula gordurosa do rim e se examina a superfície exterior da capsula fibrosa.

Mantém-se o rim entre o polegar e os outros dedos da mão esquerda de maneira que fique com o bordo convexo livre para cima, e ao longo desse bordo convexo se seccionam as duas capsulas penetrando em uma pequena espessura do parenquima renal. Com o bordo do polegar direito, auxiliado pelo indicador, se destaca de cada lado a capsula fibrosa com a qual é cortada a capsula gordurosa, deixando ambas apenas presas pelo hilo.

Aprecia-se a consistência e se examina a superfície exterior.

Toma-se o rim com a mão esquerda, aplicando a uma das faces o dedo médio e à outra os restantes dedos e se o mantém de maneira que fique dirigido para a palma da mão e o bordo convexo inteiramente livre. Com a lâmina humedecida do escalpêlo se corta no sentido longitudinal e na mediana de modo a dividir o órgão em duas metades. Mantido o rim com um dos polos dirigido para o operador começa-se por seccioná-lo imprimindo ao escalpêlo o movimento de trás para diante, isto é, do polo mais próximo do operador para o polo oposto e em seguida, sem levantar a lâmina do escálpulo, em sentido contrário de diante para trás. Nas superfícies de secção assim obtidas se examinam a camada cortical, a camada medular e o bacinetete. Com a lâmina de forma de lâmina de bisturi, de maneira que sua borda seja bem fina, se penetra no bacinetete e se prolonga a incisão de modo a atingir o ureter que será aberto em toda a extensão e apreciado em sua superfície interna.

Glandula suprarrenal esquerda. Destaca-se a glandula suprarrenal do tecido gorduroso que a prende ao polo superior do rim correspondente. Pesa e se mede a referida glandula e se aprecia a consistência dela. Secciona-se em sentido transverso, sem dividir completamente a glandula e se examinam as três camadas: cortical, medular, intermédia.

Fragmentos da glandula suprarrenal serão mergulhados nos fixadores.

Rim direito; ureter direito; glandula suprarrenal direita. De maneira idêntica a que foi indicada para o rim, ureter e glandula suprarrenal da mão esquerda se procederá em relação ao rim, ao ureter e à glandula suprarrenal direitos.

Órgãos da bacia. Aprecia-se a altura a que fica em relação a simfise pubiana, o fundo da bexiga em cujo interior se penetra fazendo pequena abertura na parede anterior. Recolhe-se o líquido que por essa abertura se escora, se não tenha previamente feito, como é preferível, o esvaziamento da bexiga por cateterismo. Com a mão esquerda se mantém firmemente a bexiga e a abertura se introduz o dedo indicador e contemporaneamente com a mão se segura o recto e ainda, em cadáver de mulher, o útero e seus ligamentos.

Introduz-se a mão direita imediatamente por trás da simfise pubiana rompendo-se as aderências mantidas pelo tecido conjuntivo fróscuo peritoneal, isola-se da parede da bacia a face anterior da bexiga em sua extensão, até o limite anterior ou inferior da simfise, momento em que se dará a produção de gargarejo especial. Do mesmo modo se procede na parte posterior.

Em seguida com escalpêlo forte de lâmina longa se vai destacando exclusivamente toda a massa de órgãos da bacia, procurando contornar

bacia junto ás suas paredes e desviando sempre do escâlpelo os órgãos apreendidos pela mão esquerda. No períneo se praticam duas incisões curvilineas formando oval, em que ficam incluidos os órgãos genitais externos e o anus. Aprofundam-se essas incisões e com o escâlpelo tangenciando a arcada pubiana, se penetra na bacia completando-se o desprendimento de toda a massa dos órgãos da bacia que são retirados com os órgãos genitais externos e com o anus. Essa operação é facilitada fazendo-se com escâlpelo ou com serra de simfisiotonia que, entretanto, não é indispensável e, quando praticada, exige para a recomposição do cadáver sutura com fio metálico das extremidades secionadas do pubis.

Os órgãos retirados em bloco são colocados em uma bandeja, dispostos de maneira que guardem a mesma relação, a mesma posição que teem êles em sua situação normal na bacia.

Podem os peritos retirar os órgãos da bacia seccionando-os rente a face interna da arcada pubiana. Nesse caso serão os órgãos genitais externos e anus examinados *in loco* ou retirados separadamente, se para isso houver indicação.

Bexiga. Com tesoura se prolonga a incisão feita na bexiga *in situ* até penetrar pela uretra, que também é aberta. Quando retirados os órgãos da bacia sem os órgãos genitais externos, será melhor penetrar na bexiga pela abertura do colo ou da uretra posterior seccionada.

Nota-se a presença de infundíbulos, de prolapsos na uretra ou na vagina, de cálculos ou outro conteúdo e se há modificação da consistência e da espessura da parede da bexiga. Aprecia-se a face interna e com estilete se explora a permeabilidade dos uretores.

Fragments de bexiga são mergulhados nos fixadores.

Uretra. Aberto o canal da uretra, se nota o aspecto da mucosa, o calibre do canal e qualquer anomalia existente.

Prostata. É a prostata apreciada em sua forma, em suas dimensões, em sua consistência. Pratica-se uma incisão no sentido do grande diâmetro transverso passando pela pequena saliência da mucosa da uretra prostática, chamada *caput gallinaginis* ou *veru montanum*, saliência em que figuram os dois orifícios dos canais ejaculadores aos lados de uma fenda central do utrículo prostático. Examina-se a superfície de seção. Fragmentos serão deixados nos fixadores.

Vésiculas seminais. Para mais facilmente descobrir as vésiculas seminais que muita vez mais se sente pelo tato que se apreende pela vista, levanta-se o balho da escavação recto-vesical, colocando o indicador na incisão da prostata e recalcando para baixo a parede posterior da bexiga com o dedo médio e o reto com o polegar.

Destarte, em alguns casos se logra ver, junto ao colo da bexiga, as duas saliências em forma de pequenos chouriços, que correspondem às vésiculas seminais. Com lâmina de escâlpelo mantida em posição oblíqua se vai desbastando o recto pela raspagem e assim se põem a descoberto as vésiculas se-

minis. Pratica-se em cada uma delas uma incisão no sentido do maior metro e se aprecia o seu conteúdo.

Fragments serão lançados nos fixadores,

Canal deferente. De cada lado da linha mediana aos lados da bexiga limitando as vesículas seminais se encontra um cordão saliente coberto por peritoneo, é o canal deferente que em média tem cinco milímetros de metro. Quando se não descubram facilmente as vesículas, poder-se-á atingir seguindo de cada lado o canal deferente, que se põe a desoberto incisando o peritoneo.

Testiculos. Através do escroto se recalca primeiro o testículo esquerdo depois o direito, de modo que atravessasse o canal inguinal, o testículo com a sua vaginal própria.

Procede-se ao exame da vaginal e do testículo sendo este incisado para apreciada a superfície de secção.

Pode-se com tesoura destacar por completo o testículo que será então minado. Em casos especiais convirá incisar diretamente o escroto e a vaginal para descobrir o testículo.

Aprecia-se a forma e a consistência e se tomam as dimensões.

Observa-se a superfície externa forrada pela albuginea. Secciona-se o testículo partindo do bordo dorsal para o hilo e compreendendo na secção o epididímo. Com pinça se verifica se os canaliculos seminais se deixam facilmente destacar. Nota-se a cor da superfície de secção; a disposição em foliculos; a espessura da albuginea.

Fragments dos testículos são mergulhados nos líquidos fixadores.

Em cadaver de mulher. Retirados os órgãos da bacia, se os coloca em bandeja de maneira que fique a bexiga com a sua parede anterior para cima. Com tesoura se prolonga a incisão previamente feita na parede anterior da bexiga até atingir a uretra que será também dividida em sua parede anterior na linha mediana. Tendo sido retirados os órgãos da bacia sem os órgãos genitais externos, de preferência se penetrará na bexiga pelo colo. Procede-se então ao exame da bexiga e da uretra.

Levantando-se a bexiga e inclinando-se-a para diante, se tem à vista depressão ou escavação vesico-uterina. Entre o útero e o reto fica a elevação utero-retal. Examina-se toda a superfície exterior do útero, revestido por peritonio, e se destaca a bexiga.

Vagina. Presta-se atenção à existência de qualquer conteúdo no interior do canal vaginal que será aberto, com tesoura, na linha mediana da sua rede anterior até o fundo de saco anterior. O diâmetro e a forma da vagina, a cor da mucosa vaginal e a sua disposição em pregas serão registradas bem assim quaisquer lesões. Esperma e púlsus blenorragico serão pesquisados cuidadosamente.

Fragments da parede da vagina serão lançados nos líquidos fixadores.

Útero. Tomam-se as dimensões de todo o órgão, e depois, separadamente, mede-se o comprimento do corpo e do colo. Observa-se a forma especializada do colo do útero e se nota o aspecto do orifício exterior. Depois de exa-

nada a superfície externa, se abre o útero praticando com tesoura uma incisão na linha mediana da parede anterior, desde o orifício exterior do colo até fundo do útero; aí se corta transversalmente de um lado e de outro, em direção às trompas, de maneira a ficar uma incisão em T. Toma-se a espuma da parede uterina no corpo e no colo. Procura-se reconhecer, se for caso, a superfície de implantação da placenta. Nota-se a consistência e superfície de secção se aprecia o aspecto seco ou húmido e o desenvolvimento dos vasos que ocupam a metade externa da parede uterina.

Merece atenção o aspecto da mucosa. Fragmentos do útero serão mergulhados nos fixadores.

Trompas. Verifica-se o aspecto e a forma da trompa esquerda e da trompa direita. Com tesoura pequena se prolonga a incisão da base do útero se abre cada uma das trompas em toda a extensão até o pavilhão. Observa-se o conteúdo acusado existente e o aspecto da mucosa.

Não se há de esquecer a possibilidade de gravidez tubária, que pode ser própria ou istmica, intersticial ou tubo-uterina, e ampular.

Fragmentos das trompas serão deixados nos fixadores.

Ovarios. Tomam-se as dimensões e se notam: a forma, a cor, o aspecto superfície exterior, a consistência. Incisa-se o ovario no sentido longitudinal em direção ao hilo e se examina a superfície de secção, prestando atenção à existência de pontos hemorrágicos e aos folículos de Graaf ou resíduos deles (corpos hemorrágicos e corpos amarelos).

Fragmentos de ovários são lançados nos fixadores.

Ligamentos largos. O exame desses ligamentos é de importância nos cadáveres de mulheres paridas.

Reto. Dispõem-se os órgãos da bacia de maneira que fique a bexiga abaixo e para cima a parede posterior do reto. Com tesoura grande aboto-se incisa o reto ao longo da parede posterior. Aprecia-se o conteúdo, se existente, a sua quantidade, consistência e cor e, em seguida, com fio dágue se o elimina de maneira a ficar inteiramente livre a mucosa retal, a qual exame se procede.

Retalhos do reto estendidos em papelão são mergulhados nos líquidos fixadores.

Para exame mais apurado, *in situ*, do reto e dos demais órgãos da bacia nomeadamente em cadáveres de mulher (casos de aborto, de puerperas, paridas) far-se-á a técnica de Strassmann, registrada por Hugo Marx (*Praktik der gerichtlichen Medizin*, Berlin, 1907, pag. 68-69) e entre nós preconizada pelo professor Antenor Costa (comunicação à Seção de Medicina Legal Sociedade de Neurisia, Psiquiatria e Medicina Legal do Rio de Janeiro, 30 de Maio de 1932): prolonga-se a incisão mento-pubiana até o dorso peno ou até a comissura superior da vulva; destacam-se os tecidos moles (tecido celulo-gorduroso, subcutâneo, músculos retos abdominais, ligamento suspensor do peno, ligamento pubio-prostático); e, posta a descoberto a porção pubiana do osso ilíaco, serram-se de um e de outro lado, cerca de dois centímetros da linha mediana, os ramos horizontais do pubis, dirigindo-se o

quramento para dentro, isto é, para a linha mediana e para baixo a serrase aprofunda no corpo do pubis até separar uma cunha óssea. Destaca-se essa em forma de cunha poder-se-á comodamente examinar *in situ* os órgãos da bacia.

Com tesoura pequena e forte, será aberto em toda a extensão o canal uretra para o devido exame.

Aorta toracica e abdominal. Medem-se a largura e a espessura; verifica-se a consistência e a elasticidade, que se aprecia no sentido do comprimento distendendo um segmento de uns 15 ou 20 centímetros da aorta, depois destacada. Nota-se a distribuição regular ou irregular dos pontos de emergência das arterias intercostais e a presença de dilatações fusiformes ou sifônicas (aneurismas).

Fragmentos da aorta são mergulhados nos líquidos fixadores.

Em seguida, se examinam: as arterias ilíacas e as veias cavae e ilíacas.

Canal torácico e cisterna de Pecquet. O canal é procurado à direita por trás da aorta, ao nível da 2.^a ou da 3.^a vértebra lombar. Apreciam-se o conteúdo e as paredes do canal, bem como da cisterna.

Serão examinados os ganglions linfáticos que se encontram junto a aorta.

Ganglions celiacos. Procuram-se os dois de cada lado da linha mediana, nível do corpo da primeira vértebra lombar, por diante dos pilares do diafragma, correspondendo ao bôrdo superior do pâncreas e ao espaço contido entre o tronco celiaco e as glandulas suprarrenais.

Depois de examinados macroscopicamente serão mergulhados nos líquidos fixadores.

Corpos das vértebras. Observa-se a superfície dos corpos das vértebras de maneira a surpreender algum desvio da coluna vertebral, alguma luxação ou fratura ou carie das vértebras.

Art. 30. Cavidade raquiana. Para a abertura da cavidade raquiana seca o cadáver de bruxos, descansando sobre dois cépos, dispostos um no tórax, à altura das mamilas, outro sob o ventre. Na linha mediana, por trás das apófises espinhosas, se faz longa incisão, da protuberância occipital externa ao cocix, compreendendo a pele e o tecido celulo-gorduroso subjacente, de maneira a atingir aquelas apófises.

Nas superfícies da secção se aprecia a coloração e a espessura da pele e da massa gordurosa, a existência de pontos sanguíneos abundantes ou escurecidos removíveis ou não por filete d'água.

De cada lado da linha mediana golpeia-se profundamente a massa muscular e, cerca de 3 centímetros para fora, se pratica nova incisão, de maneira a retirar em cunha a massa muscular, destacando-a da superfície até às apófises articulares, sobretudo na região lombar. Para melhor limpar as goteiras vertebrais e pôr a descoberto as láminas vertebrais, se passa toda a extensão rugina forte, retiram-se os detritos destacados e se enxugam a região com pelotas de algodão ou com esponja.

Observa-se o aspecto dos tecidos moles seccionados e se procede à limpeza da cavidade raquiana pela secção das láminas vertebrais. Para essa

se emprega a serra eletrica ou a serra dupla de Luer ou ainda o par de rações curvas de Viena.

Com a serra eletrica, que deve ser usada com disco de 8 centimetros diâmetro, dificilmente se atinge o axis e o atlas, que devem ser abertos com pinça forte, cortante. Seccionadas as lâminas vertebrais, com pinça de Fa-boeuf se retira a cadeia de apofises espinhosas.

Inspeciona-se o espaço epidural e a superficie exterior da dura-mater.

Com tesoura se corta na linha mediana a dura-mater em toda a sua extensão e se presta atenção à possível presença de sangue ou líquido céfalo, espaço sub-dural. Examinam-se a face interna da dura-mater e as leptomeninges. Explora-se a consistencia da medula pela palpação digital cuidadosa. Retira-se a medula do canal raquiano, a partir do limite sacro, cortado de cada lado as raízes raquianas e tendo o cuidado de não comprimir de não dobrar a medula.

Com a serra eletrica facilmente se abre o canal sacro por duas incisões nas goteiras sacras, aos lados da crista sacra.

Com escálpelo bem humedecido praticam-se corte transversais em toda a extensão da medula, sem de todo separar os fragmentos, que se deverão manter presos uns aos outros. São observadas as superficies de secção. Examinase a superficie interna da metade anterior da dura-mater. Retira-se a dura-mater e se nota o aspecto dos corpos das vértebras.

Atendendo à indicação do exame histológico da medula, é melhor retirá-la com a dura-mater e, fixando-a por uma extremidade dessa membrana, manter a medula suspensa, em provete alto, cheio de líquido de Müller de soluto a 2 % de bicromato de potassio.

Art. 31. Cavidades acessórias da cabeça. Cavidades orbitárias. Dissolve-se a pele da testa, desde o ponto em que foi serrado o crânio, rebatendo-se retalho cutâneo até um pouco abaixo da arcada orbital. Com serra quena se traça uma linha que, passando 2 milímetros para dentro da apófise orbital externa, vai ter no buraco óptico e outra que, partindo de um ponto a 2 milímetros para fora da apófise orbital interna, se termina no mesmo buraco óptico.

Variante desse processo é o que consiste em, mediante golpes de escopeta, retirar a abóbada orbital até junto à tábua interna do frontal.

Retirada a abóbada orbital se observam os nervos e os músculos que se dispõem em torno do globo ocular. Os retos externo e inferior e o pecten obliquio dificilmente são preparados *in situ*, a não ser que com escópeta destaque a parede externa da órbita. Mais simples é retirar o globo ocular com o nervo óptico e com todos os músculos até o anel de Zinn, tendo o cuidado de destacar as pálpebras, sem lesá-las, para permitir a recomposição do cadáver.

Examinados os músculos, os nervos e o tecido celulo-gorduroso, pase ao globo ocular, que é apreciado em sua superficie externa, depois de removidos todos os músculos e a gordura. Em seguida, com escálpelo bem afiado pratica-se o corte clássico de Zinn seguindo o equador. Com duas pinças

mantém a metade posterior, cuja superfície interna é forrada pela retina cér branca; abaixo da retina fica a coroide, de cér unegradu; e, abaixo para fóra da coroide, a esclerótica, espessa, de cér branca. No fundo se ver a papila do nervo óptico e a *fovea centralis* ou *macula lutea*. Na parte anterior, mantida com duas pinças, se verá: o limite anterior da retina; a serra; os processos ciliares com disposição radiada por diante da ora recta e em torno do cristalino; o cristalino que, destacado por pinça, deixa a iris e a córnea. Por diante do cristalino se vê o humor aquoso, enche a câmara anterior.

No ângulo externo superior da órbita fica a glândula lacrimal, e no ângulo interno o saco lacrimal, que serão examinados.

Ouvidos. Prolonga-se para baixo a incisão dos tecidos moles da face de uma apofise mastoide à outra, e se destaca o retalho anterior compreendendo o pavilhão da orelha, de maneira a descobrir a glândula parotida e o duto auditivo externo. Examinado este, se passa à abertura da caixa do ouvido ou ouvido médio (que compreende também a trompa de Eustáquio) que é realizável *in situ*. Com escopro pequeno e pequeno martelo metálico trata-se de levantar o *tegmen timpani*. Na metade externa da face superior do rochedo, junto à porção escamosa do temporal e na porção correspondente ao prolongamento do conduto auditivo externo, corta-se pequeno quadrado, se destaca. Com pinga forte ou ainda com o auxílio de escopro fino, se ciso, abre-se mais a cavidade, que se examina bem.

Para preparar o ouvido interno é preciso retirar o rochedo. Rebate-se o retalho posterior do couro cabeludo até o buraco occipital e conjuntamente com ele se retiram os músculos; destaca-se melhor o retalho anterior. Serra-se o poral por duas linhas, uma que passa pela fossa média da base do crânio e outra pela fossa posterior, terminando ambas na cela tura, de maneira a prender o rochedo. Fixada a peça em um torno, com escopro bem fino se destaca o *tegmen timpani* para descobrir a caixa do timpano e, em seguida, se prepara o ouvido interno. Tomando como ponto de orientação a crista que responde ao relevo do canal semi-circular superior, prepara-se esse canal semi-circular posterior e o semi-circular externo ou transverso. Examinam-se esses três canais semi-circulares e também o caracol, que com aqueles canais comunica pelo vestíbulo. Aberto o caracol se apreciará a lámina pirral. Nos casos de lesões da caixa do timpano e do ouvido interno conseguem-se fazer o exame do nervo acústico.

Mercecerá atenção o exame das células mastoides.

Fossas nasais. Rebate-se o retalho anterior do couro cabeludo, desfeito da fronte, da área orbital e do nariz até atingir o labio superior. O retalho posterior é destacado até o buraco occipital. Toma-se a serra de que se dispõe horizontalmente, de sorte que, serrando-se na linha medianamente sentido antero-posterior, o arco de serra se move para fóra da metade direita do crânio e assim não embarca o movimento dela. Na parte posterior a serra se aprofunda até o buraco occipital e na parte anterior até o bordo

dos maxilares superiores. Assim, se obtêm separadas as duas metades craneanas e da face que, entretanto, ficam presas inferiormente e poderão ser novamente ajustadas, permitindo a recomposição da cabeça do cadáver.

Observam-se na parede externa das fossas nasais direita e esquerda os cartuchos superior, médio e inferior e, entre eles, os meatos superior, médio e inferior. A altura do meato inferior, para trás, no trecho superior da faringe, se examinam: o orifício faringeano da trompa de Eustáquio e a fosseta de Rosenmüller. Será apreciada a parede interna, representada pelo septo.

Seios frontais. O mesmo corte feito para a abertura das cavidades nasais põe à descoberto os seios frontais, bastando romper o septo com pequeno golpe de escopro.

Seios maxilares ou antrós de Highmore. Facilmente se penetra nos seios maxilares pela sua parede interna, que fica em relação com as fossas nasais e é representada por lâmina de tecido compacto, papiracea, que se rompe sem dificuldade, podendo o ataque ser feito pelo meato inferior ou pelo meato médio, onde fica o orifício de comunicação com o seio maxilar.

Outra via de acesso é pelo vestibulo da boca, através da fossa canina: incisa-se o fundo de saco da mucosa gengivo-bucal entre os dois premolares superiores; com rugina se raspa bem a superfície da parede ossena, de que se destaca um bom fragmento pela aplicação de coroa de trepano ou mediante emprego de escopro e martelo.

Seios esfenoidais. Os seios esfenoidais, que só aparecem aos 20 anos, em número de dois, são separados por septo vertical, que não guarda bem a linha mediana. Por sua face inferior ficam eles em relação com a parede superior das fossas nasais, onde se abrem acima e para trás do cartucho superior. Aí serão eles abertos mais francamente e examinados.

Art. 32. Autópsia de envenenado. Quando haja suspeita de envenenamento será de toda vantagem que esteja presente à autópsia o perito químico toxicologista, que poderá tirar grande partido da apreciação de algum cheiro denunciador de determinado veneno (cheiro de amendoas amargas do ácido cianídrico ou do cianeto de potassio; o de alho, do arsenico; o de cebola, do fosforo; e o cheiro peculiar do álcool etílico, do cloroformio, do eter sulfúrico, do ácido acetico, do fenol, do creosoto, etc.), da observação de escaras, de manchas, da cor dos livres, do aspecto geral do cadáver, etc., e ainda terá oportunidade de realizar algum ensaio químico orientador.

Preliminarmente devem os peritos encarregados da autópsia estar apercebidos de uma coleção de frascos para coleta de líquidos do cadáver e de fragmentos de vísceras ou de tecidos. Devem ser frascos de vidro ou de porcelana, de boca larga e rolha de esmeril, de capacidade variável desde 100 cc. até 5 litros, os quais são fornecidos pelo perito químico, devidamente limpos e autenticados e em número de, pelo menos, seis. O 1.º frasco é destinado a receber sangue colhido no coração e nos grossos vasos; o 2.º receberá porções dos pulmões e do coração e do encéfalo; o 3.º recolherá o estomago e seu conteúdo, o esôfago, o intestino delgado e seu conteúdo, o duodeno, o grosso intestino e seu conteúdo; quando muito grande a quantidade de fezes no grosso

intestino, serão este intestino e o seu conteúdo colocados em frasco distinto no 4.º frasco irão os rins e, quando se suspeite que houve introdução de veneno após a morte, será necessário recolher cada rim em frasco separado; no 5.º frasco será recolhida a urina, de preferência, extraída pelo cateterismo; no 6.º frasco, fígado e vesícula biliar.

Nos casos de envenenamento por substâncias narcóticas (morfina, alcool, cloroformio, etc.) todo o encéfalo deve ser recolhido em frasco especial e mesmo se ha de fazer quando se trate de envenenamento por inalação.

Além disso, convirá, em certos casos, dispor em frascos separados: cérebro de 500 gramas de músculos; pedaços de pele ferida ou chagada; exsudato e transudato peritoneal; e exsudato ou transudato pleural.

Em se tratando de envenenamento pelo arsênico devem ser colocados em frasco especial, pelo menos, cinco gramas de cabelos.

Porções ainda não dissolvidas de veneno encontradas no estomago, além das dejeções do envenenado e substâncias rejeitadas pelo vômito, recolhidas em casos especiais, devem ser confiadas a vasos portadores.

Esses vasos todos, depois de carregados com o material destinado à pesquisa toxicológica, serão fechados e lacrados, em cada frasco sendo inserida a indicação do conteúdo.

Inicia-se a inspeção interna, de preferência, pela cavidade abdominal, tratando-se desde logo de aplicar duas pinças de Kocher ou dupla ligadura cardia, logo abaixo do piloro, no intestino delgado abaixo do duodeno e também junto ao cecum e no reto.

Nos envenenamentos pelo ácido cianídrico ou pelo cianeto de potássio, abre-se em primeiro lugar a cavidade craniana, por isso que assim melhormente será apreciado o cheiro denunciador de amendoas amargas.

Feita a incisão mento-pubiana, abre-se a cavidade abdominal, cortando transversalmente, em seu limite inferior, os dois músculos retos; destaca-se os tecidos moles de cada metade da parede anterior do torax; faz-se descrição sumária dos órgãos que se apresentam à inspeção na cavidade abdominal como se acham *in situ*. Colhe-se algum exsudato ou transudato existente na cavidade peritoneal e se o deita em um dos frascos autenticados. Destaca-se o intestino delgado, o grosso intestino, o duodeno, o estomago cortando entre pinças ou entre duplas ligaduras, separa-se cada uma dessas partes.

Coloca-se o estomago em cuba de vidro ou de porcelana; retiram-se as pinças ou as ligaduras; depois de apreciar a superfície externa, se pratica a incisão ao longo da grande curvatura. O conteúdo é examinado e passado para o frasco autenticado. lava-se, com a quantidade menor possível de água, a superfície interna do estomago, que será observada e descrita. A água devagamente e o estomago serão deitados no mesmo frasco que recebeu o conteúdo gástrico e ainda vai receber o esôfago.

De modo análogo se procede em relação a cada uma das outras partes que são recolhidas nos frascos respectivos.

E' da maior importancia que seja muito reduzido o volume da agua empregada na lavagem das visceras.

Será feito sempre o exame das visceras e, ao demais disso, serão recolhidos fragmentos de visceras ou de tecidos nos líquidos fixadores para exame histologico.

Completa-se a autopsia da cavidade abdominal e se realiza a da cavidade toracica, a do pescoço, a das cavidades craniana e raquiana.

Em frasco especial autenticando deve ser guardado volume de cérebro de cinco litros de agua da mesma procedencia da que foi utilizada durante a autopsia e que se prestará à analise química quando levantada alguma suspeita.

Art. 33. Autopsia de recem-nascido. Devem ser apurados os elementos capazes de concorrer para a elucidacao das questões atinentes ao recem-nascimento, à idade do feto, notadamente à maturidade dele e à sua vida extra-uterina, isto é, à instalção da função respiratoria.

Depois de indicar a cor, o sexo, o desenvolvimento, o estado de nutrição, o peso, o comprimento, a rigidez ou flacidez muscular, os livres de hipostase, se verifica a presença de endoto sebaceous (verniz caseoso), se examina o cordão umbilical ou a cicatriz umbilical, e se medem: o diâmetro longitudinal da fontanela anterior; os diâmetros antero-posterior, transverso ou biparietal e obliquo ou occipito-mentoniano da cabeça; a circunferência máxima da cabeça; os diâmetros bi-acromial e bi-trocanteriano; exploram-se as cartilagens das orelhas e do nariz; verifica-se: a membrana pupilar; a presença dos testiculos no saco escrotal; o ponto de ossificação de Béclard; o comprimento dos cabecinhos; a situação do cordão umbilical; a consistência, o comprimento das unhas; a ossificação da mandíbula.

Para verificar a presença da membrana pupilar pinça-se a esclerótica e se corta com tesoura em torno do globo ocular, de que se faz a enucleação, cortando com tesoura o nervo óptico no fundo da cavidade orbitaria. Enucleado o globo ocular, ainda com tesoura, depois de aberta pequena casa com escalpêlo bem afiado, corta-se o polo equador de maneira a dividi-lo em duas partes. Toma-se a parte anterior, que compreende a córnea, e se coloca em vidro de relógio com agua; ai sob a agua se destaca a íris, que se apresenta com o aspecto de membrana anegrada com abertura circular no centro. Passa-se a membrana para uma lâmina, onde se a estende cuidadosamente, juntam-se duas ou três gotas d'água e se cobre com lâmina. Ao microscópio a membrana se apresenta sob a forma de tela tenuissima, que enche a abertura circular da íris e que mais se assinala pela disposição radiana de seus vasos muito delgados.

Para a pesquisa do sinal de Béclard se levanta a coxa do pequeno cadáver de maneira que a mesma fique em ângulo reto com a bacia; aplica-se a perna à coxa e assim se mantém com a mão esquerda, ficando o joelho livre, dirigido para cima; com escalpêlo se incisa a pele nos lados e na parte anterior do joelho e se recorta o retalho para a parte posterior, ou simplesmente se faz incisão que, partindo do lado interno do joelho, passa pelo meio da rótula e se termina no lado externo do joelho, e se rebatem os dois retalhos.

preparando-se destarte a epífise inferior do fêmur; para melhor isolá-la, se corta-a um pouco a epífise superior da tíbia; na epífise inferior do fêmur, convenientemente isolada, se praticam cortes transversos finos, para encontrar e exceder o ponto de ossificação, que se destaca como ponto circundado de cor mais escura (vermelho pardacento), contrastando com a cor branca acarreada da cartilagem. Na série de cortes realizados se deve procurar aquela em que o núcleo de ossificação apresenta maior diâmetro, que será medido.

A mandíbula será desarticulada para a pesquisa do sinal de Billard, septação alveolar, verificando-se o número dos alvéolos constituidos.

Passando à inspeção interna começa-se por fazer a incisão labio-pubiana do labio inferior até próximo do umbigo, bifurcando-a aí na direção de duas linhas oblíquas que se terminam nas espinhas iliacas anteriores e superiores. O retalho triangular resultante permitirá sejam apreciadas as duas arterias e a veia umbilicais. A incisão pode ser feita do labio inferior ao pubis, sem bifurcação, passando à esquerda da implantação do umbigo ou da cicatriz umbilical. Destacam-se os tecidos moles da superfície do torax e, a seguir, a pele do pescoço até os ângulos da mandíbula; abre-se a cavidade abdominal e aí se descrevem os órgãos como se apresentam *in situ*. Verifica-se a situação do diafragma.

Antes de abrir a cavidade torácica, com incisão na linha mediana do pescoço se descobre a traqueia a que se aplica uma pinça de Kocher ou que liga com fio forte de linha crua.

Depois de feita a ligadura da traqueia, abre-se a cavidade torácica, removendo-se o plastrão condro-esternal, segundo as regras indicadas na técnica geral ou seccionando as clavículas pelo meio e, a seguir, as costelas na região de duas linhas que se afastam ligeiramente para a base.

Apreciam-se os órgãos torácicos *in situ*, notadamente os pulmões que mostram deprimidos, recalcados na goteira costovertebral, cobertos pelo coração e pelo timo, e de cor vermelho escura, de borra de vinho, ou um pouco mais clara, e de superfície lisa, uniforme, de consistência dura de massa muscular, não dando crepitação quando apalpado — pulmões que não respiraram ou se apresentam distendidos, enchendo a cavidade torácica, chegando, muitas vezes, a cobrir o coração e o timo, de cor rosa, com zonas de cor diferentes de maneira a tomar o aspecto marmoreo, na superfície figurando linhas que descrevem losangos e polígonos e correspondem aos limites dos lobulhos, de consistência de esponja e pela apalpação dando crepitação semelhante à que se sente quando se apalpa um saco de polvilho — pulmões que respiraram.

Em seguida, depois de pôr a descoberto e de examinar os feixes vasculares nervosos (carótida primitiva, jugular interna, pneumogastrico), destaca-se a língua e os órgãos do pescoço e, a seguir, os órgãos torácicos, tendo cuidado de, previamente, fazer ligadura dupla no esôfago, junto ao diafragma.

Aberto o pericárdio, se aprecia o líquido encontrado no interior do saco. Seccionado o esôfago, entre as duas ligaduras, e a cava inferior, retira todo o bloco.

Com boa lente se examina a superficie dos pulmões — *docimasia optica ou visual de Bouchut.*

Com todos os órgãos toracicos e do pescoço reunidos se inicia a *docimasia pulmonar hidrostatica de Galeno*. Deita-se os nágua em cuba ampla, de modo a evitar que os órgãos toquem nas paredes do vaso, e com atenção se acompanha a maneira por que se portam no meio líquido: si sobrenadam sustentando os pulmões o contrapêso de todos os órgãos incluidos no bloco; si apenas, se aproximam da superficie; si vão ao fundo. Destacam-se do bloco os pulmões e se faz o exame deles para depois prosseguir nos ensaios da docimasia hidrostatica de Galeno. Na cuba dagua são mergulhados, separadamente, o pulmão esquerdo, depois o direito; em seguida, cada um dos lóbos do pulmão esquerdo e do direito; finalmente, fragmentos em que são divididos os lóbos. Esses fragmentos, mantidos debaixo d'agua, são espremidos entre os dedos ou de encontro à parede da cuba, observando o perito se deles se desprendem pequenas bolhas, que vêm rebentar na superficie da massa líquida. Depois de espremidos são os fragmentos abandonados nágua afim de ver se sobrenadam, si flutuam entre duas camadas dagua ou si vão ao fundo do vaso. A expressão do fragmento fóra dagua permite avaliar de sua riqueza em sangue.

Si é negativa a docimasia pulmonar hidrostatica de Galeno, isto é, si os pulmões inteiros e os fragmentos deles se precipitam no fundo da cuba dagua será preciso fazer a contra-prova pelo *processo da aspiração de Icard*. A um frasco de boca larga e gargalo longo e de capacidade de cerca de 300 cc se aplica rolha de borracha, perfurada no centro, e que se adapte forçadamente, com atrito duro. No orificio da rolha se introduz o bico de uma seringa de hidrocele, devendo o bico da seringa forçar o orificio da rolha de maneira a bem se adaptar e evitar a passagem de ar, e terminar logo abaixo da rolha, no limite superior da pequena cámara de ar que se deixa no colo do vidro. Enche-se o frasco mergulhando-o na agua da cuba cuidadosamente de geito a evitar arejamento. Fragmentos de pulmão seccionados debaixo dagua na cuba, são cuidadosamente passados para o interior do frasco cheio dagua que deve apenas atingir ao limite inferior do gargalo, deixando cámara de ar limitada superiormente pela rolha. Levanta-se o embolo da seringa. Si existe no fragmento do pulmão ar, embora em pequeno volume, o mesmo se dilata e assim, diminuído o peso específico do fragmento, este se eleva na massa líquida até à pequena cámara de ar.

Como complemento e para contra-prova e verificação, si não em todos os casos, pelo menos, n'aqueles em que sómente alguns fragmentos de pulmão deixam de flutuar na docimasia pulmonar hidrostatica de Galeno, será feita a *docimasia histologica*.

Examina-se o pericardio e se destaca o coração, que se tem na mão esquerda, praticando-se a abertura das cavidades, tanto quanto possível, consoante as regras estabelecidas na técnica geral.

Não se perderá de vista a pesquisa no septo inter-auricular do buraco oval ou buraco de Botal e bem assim a exploração do canal de Botal, acas-

existente. Para verificar a persistência do canal ou conduto de Botal, comunicando a arteria pulmonar com a aorta, abre-se a arteria pulmonar cerca de um centímetro acima do ponto em que esse vaso emerge do coração e com estilete se exploram os orifícios existentes, os quais correspondem a artérias colaterais e possivelmente um deles ao conduto de Botal, que vai ter à aorta.

Separase o timo e se examina.

Passa-se no exame dos órgãos do pescoço.

Atacando a cavidade abdominal, começa-se por fazer a *decimasia gastrintestinal de Breslau*. Além da ligadura dupla já feita no esôfago, junta-se a cardia, outras são aplicadas logo abaixo do piloro, no limite inferior do duodeno, no limite inferior do intestino delgado e, finalmente, no reto.

Corta-se o reto entre as duas ligaduras e se destaca o grosso intestino jejunum-ileo, o duodeno, o estômago e, seccionado o esôfago entre as duas ligaduras aplicadas junto à cardia, retira-se toda a massa intestinal e estomagada; tudo se coloca na cuba d'água para apreciar se há ou não flutuação. Em seguida, cortando entre as duas ligaduras duplas se verifica o fenômeno relativo a cada uma das partes separadas: estômago, duodeno, jejunum-ileo, grosso intestino. A seguir se completa o exame desses e dos demais órgãos abdominais, obedecendo à mesma ordem e às mesmas regras, *mutatis mutandis*, indicadas na técnica geral.

Para a abertura da cavidade craniana será feita a incisão clássica couro cabeludo de uma a outra apófise mastoide passando pelo vértice. Presse toda a atenção para que não escape ao exame alguma coleção sanguínea situada nos tecidos moles, devendo ser o couro cabeludo destacado com cuidado. Será observada a mobilidade dos ossos da caixa craniana, que será cortada circularmente com tesoura forte.

Melhor será penetrar com tesoura na fontanela anterior e nas suturas dos ossos da abóbada craniana, afastando esses ossos, depois de seccionar a dura-mater que adere nesses pontos. Destarte se tem a cavidade craniana amplamente aberta, sem que se escape a massa encefálica, que é de mui fraca consistência nesse período inicial da vida. Examinada *in situ* a superfície anterior dos hemisferios cerebrais, com cuidado se retira o encéfalo. Apresenta-se descrevendo a dura-mater que forra a base do crânio e, destacada essa membrana, se observa a superfície óssea, posta à descoberto. É feito, si possível, exame do encéfalo que, muito comumente, resiste pouco às manobras da tesoura e se reduz a massa informe e diluente.

Art. 34. Exumação. Nos casos de exumação é de aplicação rigorosa a regra que proíbe o uso de desinfetantes ou de desodorizantes. Descreverão os peritos: a sepultura, de manejá-la permitir identificá-la; o caixão nas condições em que se apresenta; as roupas do cadáver; e, finalmente, o aspecto do seu estado de maior ou menor conservação, o grau de putrefação, a magnitude do processo transformativo (putrefação, saponificação, mumificação).

Em casos suspeitos de envenenamento, em frascos apropriados e autoclavados serão recolhidos: porções de terra imediatamente em contato com o caixão por cima, por baixo e dos lados dele; fragmentos do fundo do caixão

e pedaços do fôrro exterior e do fôrro interior do mesmo; algodões ou substâncias outras encontradas no interior do caixão; retalhos das roupas do cadáver.

Dispuesto o cadáver em mesa apropriada ou improvisada procederão os peritos à autopsia, seguindo tanto quanto possível as regras estabelecidas para a tecnicia geral.

Art. 35. Terminada a autopsia, recolocam-se as visceras nas cavidades respectivas e, com agulha de Reverdin e fio de linha erua, se suturam os tegumentos incisados de maneira a recompor o cadáver. A sutura deve ser cuidadosamente feita, sobretudo nas partes, como pescoço e cabeça, que não são cobertas pelas roupas, afim de evitar, o mais possível, ferir os sentimentos de piedade da familia e dos amigos do morto.

A' medida que a autopsia vai sendo realizada os dados colhidos são ditados ao escrivão ou escrivente que, de preferencia, escreverá imediatamente à máquina em alíneas numeradas. O ditado é, portanto, a redação do protocolo será concisa, clara e bem inteligível, sem expressões rebuscadas ou exclusivamente tecnicas, de geito que seja de fácil compreensão mesmo para pessoas estranhas à especialidade. Tampouco serão empregadas expressões vagas ou interpretativas (muito, pouco, inflamação, anemia, etc.). A exposição deve ser essencialmente descriptiva, evitadas, tanto quanto possível, as informações negativas. As lesões mais importantes serão representadas graficamente em esquemas adequados.

Após a parte expositiva que precisa ser minuciosa, sem demasia, sem exagero inutil, os peritos estabelecerão as condições deduzidas, sem esforço, clara e logicamente, dos elementos apurados na autopsia e respondem aos quesitos que lhes são propostos. Terão os peritos que atender ao questionário relativo à regra do homicídio.

Os atuais quesitos deveriam ser substituídos pelos dois seguintes:

1.º — Qual a causa da morte? Resposta especificada e circunstanciada.

2.º — Concorreu para o óbito funesto alguma condição especial (anatomica ou patologica) do ofendido?

Ao demais disso, responderão os peritos aos quesitos que em cada caso concreto forem formulados pelo juiz ou pelo advogado.

O protocolo ou relatório ou auto de exame cadaverico terá um preambulo em que devem figurar os nomes dos peritos, o da autoridade que os designou, a indicação da perícia a ser realizada e do local e da data em que a mesma for praticada. Segue-se a exposição dos dados colhidos pelos peritos. Nessa parte a matéria será distribuída ordenadamente, segundo o quadro abaixo, divisões e subdivisões sendo assinaladas por letras e por números.

A — Inspeção externa

I — Exame das vestes — 1, 2, 3,

II — Exame externo do cadáver — 6, 7, 8,

B — Inspeção interna

- I — Exame da cavidade craneana — 18, 19, 20,
II — Exame em conjunto das cavidades toracica e abdominal
29, 30,
a) Exame especial da cavidade toracica e do pescoço
33, 34, 35,
b) Exame especial da cavidade abdominal — 43, 44, 45
III — Exame da cavidade raquiana — 59, 60, 61,
IV — Exame das cavidades acessórias da cabeça — 66, 67, 68,

A exposição seguir-se-ão as conclusões deduzidas dos elementos registrados na parte expositiva e serão acompanhadas das respostas aos quesitos.

O diagnóstico da *causa mortis* e da causa médico-legal da morte, cido pelos peritos no laudo apresentado nas primeiras quarenta e oito horas após a autopsia, poderá ser simples diagnóstico provisório, sujeito à reavaliação.

O diagnóstico definitivo será, então, por eles firmado depois de terem recebido os dados da pesquisa histológica ou microbiológica, que terá prazo de tempo de oito dias, ou o resultado dos ensaios toxicológicos, os quais se ha de conceder cerca de um mês de prazo.

Os peritos deverão ter vista dos autos em tempo útil, antes do diagnóstico definitivo.

Curso de aperfeiçoamento sobre neuro-cirurgia

Prof. ALFREDO MONTEIRO
Catedrático de Anatomia Descriptiva

PRIMEIRA CONFERÊNCIA

INTRODUÇÃO: — Quando aqui cheguei, pela mão vigorosa de Austregesilo bem pouco trouxe-lhes, Senhores, em relação ao muito que recebi.

Na minha bagagem havia um passado de professor de Anatomia, melhor demonstrado nos meus cursos que nos dois certameis de provas, a que me submeti em 1922 e 1925.

Trazia também um contingente de técnica operatória, produto do meu próprio esforço, e que não guardei avaramente, pois divulguei a jovens, hoje professores e cirurgiões.

Era tudo.

A Fé, que é o apanágio dos moços, se tinha evanescido na desilusão dos homens e das coisas.

Aqui tudo me deram, inclusive essa devoção religiosa pela Neurologia quando senti que, dentro dessa Escola, vibrava um coração moço de chefe sonhador e realizador, cercado de uma pleia de jovens, que fôra injustiçado e distinguido.

E eis, Senhores, porque manda a lealdade que digna que pouco trouxe tudo recebi.

DIAGNÓSTICO DOS TUMORES CEREBRAIS

A terapêutica cirúrgica tem caminhado a par e passo com o aperfeiçoamento dos métodos de diagnóstico.

O que se passou com certas afecções, tais por exemplo as úlceras do estômago e duodeno, aconteceu igualmente com os tumores intra-craneianos.

Só depois que o neurologista se encontrou munido de meios eficazes de semiótica, foi que o cirurgião pôde mostrar-se eficiente na terapêutica dessas neoplasias.

Ainda que o aperfeiçoamento da técnica seja condição de sucesso, o fator primordial é o diagnóstico, sobretudo precoce.

Dai originou-se a necessidade da aliança entre o neurologista e o cirurgião, no tocante a esse importante capítulo da cirurgia nervosa.

Em muitos países formaram-se cirurgiões especializados no aparelho inervação, do mesmo modo que se educaram oftálmologistas, urologistas, etc.

Essa noção deve se estender a todos os aparelhos em que existe terapêutica cirúrgica.

Não é possível que se dê o nome de cirurgião àquele que cumpre as ordens clínicas, para operar uma colicite, uma úlcera do duodeno ou um tumor cerebelar. A esses poderíamos chamar *tecnicos*, tal como em Anatomia nominamos os que executam lindas preparações, mas cujo substrato anatômico chega apenas em diferenciar músculo de arteria e do nervo.

Como a terapêutica cirúrgica do sistema nervoso esteve muito tempo ligada, certos cirurgiões se desculparam de conhecer a patologia nervosa, preocupados com afecções mais práticas.

Quando se começou a intervir nos tumores encefálicos, originou-se a pendência entre os neurologistas que faziam diagnósticos e ditavam a operação e o cirurgião que a efectuava.

"Aqui como aliures".

Nesse momento, graças a Austregesilo, que fez compreender, em seu meio, a Neurologia moderna, a clínica que dirige é um aparelho, em que o órgão tem a sua função própria, mas cuja soma de trabalho concorre para a mesma função.

Na clínica neurologica não existe neurologista, anatomo-patologista ou cirurgião. Qualquer dos neurologistas daqui sabe quais as intervenções se praticam na região infundibulo-hipofisária, como conhece a histo-patologia dos tumores cerebrais.

O anatomo-patologista não inclui apenas peças e faz o diagnóstico patológico, também está a par de toda sintomatologia do paciente, em que é retirada a neoplasia.

O cirurgião não é o motor elétrico que deslampa as cabeças e resseca simpatico. É o que acompanha todas as pesquisas neurologicas, tomando parte nas discussões, completando alguns meios semióticos (ventriulografia, arteriografia, punções de contraste, etc...). É ainda o que analisa os exames radiológicos e interpreta as síndromes oculares.

O cirurgião não é o sistema simpático controlado pelo cérebro-espinhal.

O cirurgião não é o criado grave que não discute as ordens do patrício.

E' o elo de uma cadeia, a quem numa assembléa de neurologistas, faz parte integrante, lhe outorga o complemento da terapêutica.

Não podemos no momento atual nos satisfazer apenas com o diagnóstico da existência de um tumor cerebral, porém é preciso o localizar e reconhecer a sua natureza.

Não ha cirurgia cerebral sem um diagnóstico preciso, ainda que a doença atual seja para as largas craniectomias.

Já tivemos a oportunidade, durante as conferências que realizamos na Liga de Higiene Mental, de mostrar como o portador de um tumor craniano pode apresentar-se no clínico. Assim acontece que o paciente se mostra ao especialista com uma sintomatologia de infecção, que exige conhecimentos neurológicos particularizados para um diagnóstico completo.

Nessa fase o clínico não afeto nos problemas da patologia nervosa não reconhecerá muita vez a neoplasia.

Em uma segunda fase o paciente se apresenta com uma sintomatologia de hipertensão, de reconhecimento fácil para qualquer profissional. Ao neurologista, entretanto, cabe a tarefa mais especial de localizar o tumor e prever a sua natureza.

Em uma terceira fase, quando a hipertensão craniana é considerável, a existência de um tumor cerebral não é mais discutida por ninguém, porém, dada a sintomatologia vaga e muita vez paradoxal dessa hipertensão, o diagnóstico de sede é difícil pelos sinais apenas clínicos. E' sem dúvida nesse momento que os meios de contraste ou as provas radiodifusóreas se tornam imprescindíveis...

DIAGNÓSTICO DE EXISTÊNCIA DE UM TUMOR INTRACRANIANO

QUADRO DOS SINAIS DE EXISTÊNCIA DE UM TUMOR INTRACRANIANO:

- | | |
|-----------------------------------|--|
| <i>A — Sinais principais:</i> | 1. ^o — cefaléa.
2. ^o — papila de estase.
3. ^o — hipertensão retiniana.
4. ^o — vômitos.
5. ^o — variações mecânicas e bio-químicas do liquor. |
| <i>B — Sinais complementares:</i> | 1. ^o — perturbações do aparelho da visão.
2. ^o — comprometimento dos nervos craneianos.
3. ^o — crises epileptiformes.
4. ^o — perturbações sensitivo-motoras.
5. ^o — perturbações psíquicas.
6. ^o — sonolência, etc... |

A presença de um tumor cerebral determina um aumento da tensão do líquido cefalo-raquiano, que se evidencia por uma síndrome denominada hipertensiva.

No diagnóstico apenas de existência devemos encarar os fenômenos gerais resultantes da neoplasia, qualquer que seja a sua situação. Assim descreveremos pela ordem:

1.^o, cefaléa; 2.^o, papila de estase; 3.^o, hipertensão retiniana; 4.^o, vômitos; 5.^o, variações mecânicas e bio-químicas do liquor.

Além desses sinais principais citaremos outros, que tanto podem resultar da hipertensão como certas vezes indicam sinais de localização e que são:

1.º, perturbações do aparelho da visão; 2.º, comprometimento dos nervos cranianos; 3.º, crises epileptiformes; 4.º, perturbações sensitivo-motoras; perturbações psíquicas; 6.º, sonolência, etc...

CEFALÉA: — E' o sintoma que se apresenta de modo mais constante na hipertensão crônica.

Acontece muita vez ser o fenômeno inicial, que pode permanecer durante toda a enfermidade ou desaparecer posteriormente.

E' preciso diferenciar a cefaléa do tumor cerebral, da cefaléa da enxaqueca, dos vícios de refração, das sinusites, da sifilis, das hemorragias meníngeas, das meningites, das perturbações endocrinianas.

As características dessa cefaléa são muito variáveis, não se podendo conduzir o diagnóstico de sede pela localização da neuralgia, se bem que muitas vezes se tem verificado a dor na região superior da nuca, nos tumores da fossa cranial posterior.

ESTASE PAPILAR: — E' o sinal de maior evidência da síndrome hipertensiva; inicialmente caracteriza-se por um estreitamento das arterias, similitude à dilatação venosa. E' preciso que o oftalmologista esteja avisado na anamnese complexo que caracteriza a estase papilar, de modo a separá-la de outras afecções da papila, como a neurite óptica de origem inflamatória.

No seu evolver a estase papilar apresenta um quadro clínico perfeitamente definido.

Assim: o apagamento dos bordos da papila, o aumento do diâmetro central, o aspecto estriado da retina, a hiperemia da papila, modificações ciliares, hemorragias e exsudatos brancos.

Depois, em consequência da própria estase papilar, sobrevirá a atrofia secundária dos nervos ópticos. E' justamente nessa fase que comumente apresenta o paciente nos serviços de neurologia, porque, a sua molestia é começado por uma cefaléa, ele procurou o clínico, que o sobreearregou de sais de bismuto e mercurio, na eterna fobia de extinguir o germen da síndrome. E, como a estase papilar, no seu início, não traz perturbações na visão, o paciente por sua espontanea vontade não se dirige ao oftalmologista.

A crítica em tais casos não é dirigida ao especialista de olhos, mas ao clínico. O mesmo se não pode dizer quando, o tumor se assentando sobre a glândula em que a via óptica é primitivamente comprometida, é geralmente o oftalmologista o primeiro a ter contato com o portador da neoplasia. E' não posso concordar como este especialista, que tem no aparelho da visão o espelho dos processos cerebrais, permita que os pacientes cheguem aos serviços de Neurologia e oftalmologia, quando o deviam trazer, pelas suas próprias mãos, com o diagnóstico já feito, para uma terapêutica cirúrgica que foge do terreno da sua competência.

A patogenia da estase papilar é discutida. Ela pode ser acompanhada de outros sinais de hipertensão e neste caso tem um valor absoluto. Curei, entre os elementos que caracterizam a síndrome hipertensiva, assim a estase e a hipertensão do liquor em capítulos diferentes, porque,

que se tenha como teoria mais simpatica da estase a compressão da veia central da retina, podemos encontrar casos de hipertensão sem estase e estase sem hipertensão.

HIPERTENSÃO RETINIANA: — Sabido que podemos encontrar hiperterianiana sem estase, os oftalmologistas procuraram estudar a pressão arterial retiniana e, assim, graças ao dinamômetro de Bailliart, chegaram a conclusões encorajadoras.

A tensão arterial retiniana é, em média, de 35 mms. de mercurio. Para se avaliar a pressão retiniana normal é preciso conhecer-se a tensão arterial humeral, sabido que essa é o duplo da retiniana. Essa está em relação estreita com a hipertensão do líquido, porém, é de observação, que desaparece quando a estase papilar se apresenta, o que Egas Muniz denomina de "paradoxal". Esperemos, contudo, que a tensão retiniana se torne um meio prático, e assim teremos conquistado mais um meio semiotico para o diagnóstico dos tumores cerebrais, principalmente quando não são precedidos de estase papilar.

VOMITOS: — Aparecem como um sintoma de hipertensão craniana, independentemente da alimentação, geralmente pela manhã e sob a forma de regurgitações. Outras vezes não há verdadeiramente vômito e sim náuseas, etc. (pode-se dizer que aparecem em 50 % da síndrome hipertensiva).

VARIACOES DO LIQUIDO CEPALO - RAQUIANO: — Desses umas são mecanicas e outras bio-químicas.

O aumento da pressão do líquor é um sinal de elevada importância nos tumores crânicos. O aumento da pressão pode ser medido pela punção lumbar, pela punção suboccipital e ventricular. O confronto das punções feitas nesses diversos pontos traz muita vez um grande esclarecimento para o diagnóstico.

Almeida Lima verificou que a prova Queckenstedt - Stookey pode ser útil para o diagnóstico de tumores cerebrais, por isso que em 30 % dos casos ela pode dar um resultado semelhante ao bloqueio parcial do canal vertebral.

Entre as provas bio-químicas devemos assinalar, em primeiro lugar, a dissociação albumino-citologica.

O aspecto xantocromico do líquido, maximamente quando feitas as punções em níveis diferentes, pode trazer uma contribuição de valia.

Quando se positiva uma hiperlinfocitose não se pode excluir o tumor cerebral, porque casos há, e entre nós existe um de glioma do tronco cerebral em que, apesar de existir uma forte linfocitose, os outros sinais nos levaram ao diagnóstico de neoplasia. Demais, as reações de Wassermann e outras do líquido, quando positivas, não devem afastar o diagnóstico de tumor, por quanto pode haver perfeitamente a coincidência de uma formação tumoral em um indivíduo sifilítico.

Quadro de sintomatologia ocular:

1.º — Acuidade visual

2.º — Campo visual	sem heminopsia	lateral homonima lesão da fita ou do corpo geniculado atrás do corpo ge- niculado	reflexo tico
	com heminopsias	bitemporal binasal horizontal	fenome- prism quadran perior

3.º — Alucinações visuais

4.º — Perturbações da sensibilidade ocular:

- a) anestesia
- b) abolição do reflexo corneo
- c) fenomenos irritativos
- d) keratite neuro-paralitica
- e) perturbações motoras (3.º, 4.º, e 6.º)
- f) perturbações dos movimentos associados dos olhos (nistagm)
- g) modificações pupilares
- h) perturbações de acomodação
- i) exoftalmia

Quadro do diagnóstico da localização:

A) Criterio a seguir para sistematização	a) pelos andares do crânio b) pela divisão embriológica do sistema nervoso c) pela divisão clássica do encéfalo d) pelo método anatomo-clínico ou topográfico
--	--

Pela sintomatologia clínica

B) Localização	Pelos métodos accessórios	Craniografia Encefalografia simples Ventriculografia gástrica Ventriculografia lipiodolada Ventriculografia mixta Injeções corantes nos ventrículos contrôle ventricular Arteriografia: biodeto de N
----------------	------------------------------	---

DIAGNÓSTICO DE LOCALIZAÇÃO

Antes da aquisição dos métodos acessórios para o diagnóstico topográfico dos tumores cerebrais, a sintomatologia clínica permitia determinar a sede da neoplasia em um grande número de casos.

Contudo, se confrontarmos as palavras de alguns neurologistas, encontraremos certa discordância.

Egas Muniz diz que em uma grande percentagem o diagnóstico clínico é possível só pela observação clínica.

Puuseps acredita o diagnóstico possível pelos dados clínicos em 92 % dos casos e Sargent em 90 %. Dandy porém o limitava antes da ventriculografia em 50 %.

Que se pode depreender de tudo isso? Pelas nossas observações estamos certos de que a possibilidade de se localizar o tumor intra-crâniano apenas pelos dados neurológicos depende, como já dissemos, da época em que o paciente se apresenta.

Tanto mais cedo ele vem ao neurologista experimentado, tanto mais possível é o diagnóstico pelos sintomas clínicos.

Há tumores, no início, com tal sintomatologia, que não podem ser confundidos.

Mas quando a hipertensão mascara os sinais de localização é preciso apelar para os métodos de contraste.

Na Clínica Neurologica a metade dos nossos casos dispensou a ventriculografia.

Da outra metade, em alguns a ventriculografia veio dissipar uma dúvida e os restantes foram apenas diagnosticados pela insuflação das cavidades do encéfalo.

Por que o temor da ventriculografia?

Há na realidade casos de morte e nós mesmos vimos sujeitar uma doente quatro horas depois da pneumoventriculografia.

A diversidade das estatísticas mostra evidentemente os defeitos da técnica (Grant, 8 mortes em 100; Mac-Cormell, 3 em 14; Alfredo Monteiro 1 em 30).

O meu caso, aliás, era de um tumor cerebelar, justamente a localização que determina maior número de mortalidade pelo desequilíbrio hidrostático do líquor.

Mas onde a pneumoventriculografia tem o seu maior contingente é para as chamadas *regiões mansas do encéfalo*, que apesar dos mais apurados e recentes conhecimentos anatomo-clínicos ainda constituem um entrave à fisiopatologia nervosa (lóbulos prefrontais, lobo temporal direito, parte do cerebelo — Dandy).

Quadro da classificação anatomo-clínica dos tumores encefálicos e meningos, segundo Alfredo Monteiro:

- 1.º — Tumores do lóbulo frontal (pre-frontal) e anel anterior do crápio.
- 2.º — Tumores das circunvoluçãoes centrais (frontal ascendente e parietal ascendente).

3.^o — Tumores do lóbulo parietal.

4.^o — Tumores do lóbulo occipital.

5.^o — Tumores do lóbulo temporal e andar médio do crânio (tumores de gêmeo).

6.^o — Tumores da fossa cranial posterior

{ 1.^o) do cerebelo verme e fericos.
2.^o) ponto-cerebelares.
3.^o) do 4.^o ventrículo.
4.^o) da protuberância.
5.^o) do bulbo.

7.^o — Tumores da região epifiso-quadrígmina

{ glandula pineal.
tuberculos quadrigeminos

8.^o — Tumores dos núcleos centrais do cerebro

{ corpo estriado.
thalamus opticus.

9.^o — Tumores da região óptico-peduncular

{ 1.^o) do tuber cinereum e fundíbulo.
2.^o) da hipofise.
3.^o) do trânsito hipofisário de Rathke.
4.^o) do pedúnculo cerebral.

10.^o — Tumores do corpo caloso e septo lucido.

11.^o — Tumores dos ventrículos.

TUMORES DO LÓBULO FRONTAL

Para evitarmos qualquer dificuldade decorrente da terminologia, é preciso estabelecer que todas as vezes que em Neurologia nos referirmos ao lóbulo frontal temos em vista o lóbulo pre-frontal, isto é, a parte do hemisfério dianteira adiante do sulco pre-rolandico.

A micro-arquitetônia diferente deste lóbulo dá-lhe uma fisiopatologia diversa das outras regiões do encéfalo.

Algumas observações do lóbulo frontal não apresentando uma sintomatologia precisa, fizeram com que chamassem este lóbulo de silencioso, ou direito *more silent*.

Vincent descreveu uma triade sintomática representada: a) perturbações mentais; b) afasia; c) paresia facial. Essa triade evidentemente só se referir ao lado esquerdo, pelo menos nos dextrós, no tocante à afasia.

Ora, justamente, só a reunião de certos sintomas descritos pelos autores poderá permitir um diagnóstico clínico de tumor do lóbulo pre-frontal.

"No maior número de vezes os métodos de contraste são indispensáveis

Vejamos alguns fenômenos que temos observado em nossos pacientes que quando claros permitem atrair-nos para o diagnóstico de tumor frontal.

1º ATAXIA DE BRUNS: — Difere da ataxia cerebelar, porque em regr não é associada à dismetria e asimergia. Encontramos duas vezes, sendo um em um caso de meningite serosa, confirmada cirurgicamente e um ano e meio depois pela autopsia; o outro era de cisticercose, o que levou o Prof. Austregesilo a fazer o diagnóstico. A doente apresentava uma marcha escavante.

2º PERTURBAÇÕES DO PSIQUISMO: — Encontram-se em graus variáveis.

A mudança de humor verificamos algumas vezes. Doentes que se tornam alegres procurando fazer pilheria (*morea*) (*witzelsucht* dos alemães).

Temos exemplos em S. que todos os dias me perguntava: quando o Sr. tirou meu Zeppelin!

Outras vezes as perturbações mentais chegam a um indiferentismo (caso de glioma do lóbulo frontal de E. R.).

A desorientação no tempo e no espaço também é um sinal em que depõem significação.

3º PARESIA FACIAL: — Descrita por Vincent (Congresso de neurologia de 1928) tem sido sempre observada por nós, sendo que em um caso duvidoso (E. R.) foi quasi o único sinal que nos levou ao diagnóstico de sede.

4º PERTURBAÇÕES OCULARES: — Estas só têm significação quando representam a compressão direta sobre as vias ópticas (tumores da face inferior do lóbulo frontal).

As outras decorrem da hipertensão.

5º SONOLENCIA: — Pode fazer suspeitar um tumor da região inferior do lóbulo frontal.

6º PERTURBAÇÕES DO OLFAUTO: — Quando existente é valiosa, pois é um sinal que, segundo as nossas observações, resulta de compressão local antes que de hipertensão.

7º CRISES EPILEPTIFORMES: — Não constituem, de um modo geral, sinal de localização, a menos que por sua extensão à zona motora possa trazer aspectos especiais.

8º ANTERIOGRAFIA: — É um método que permite localizar, pela modificação do trajeto dos vasos do chamado grupo Sylviano.

9º VENTRICULOGRÁFIA: — Fornece como prova a assimetria ventricular e não enchimento de um ventrículo (sinais de certeza). Dois casos nossos ilustrativos, conforme se poderá ver.

TUMORES DAS CIRCUNVOLUÇÕES CENTRAIS

A fisiopatologia experimental e a cirurgia já haviam mesmo distinguido o valor funcional das circunvoluçãoes frontal e parietal ascendentes, ainda que o estudo arquitetônico tivesse pela morfologia relatado a diferença fisiológica.

Si alguns tumores podem ficar isolados a uma das duas circunvoluçãoes frontais, apresentando sintomatologia motora ou predominantemente sensitiva, outros têm uma sintomatologia mixta, razão pela qual, para sermos metódicos devemos descrever primeiramente os tumores do *gyrus frontalis ascendens*, depois os do *gyrus parietalis ascendens*.

CIRCUNVOLUÇÃO CENTRAL ANTERIOR

A sintomatologia varia de acordo com o ponto em que se encontra o tumor, com o tamanho do mesmo, com a fase em que é observado o paciente, com sua limitação ou extensão.

1.º) Assim, inicialmente o sinal de irritação traduz-se por crises epilépticas, de tipo localizado, no começo, mas que se podem generalizar.

E' preciso ligar importância com a devida reserva, ao início das convulsões.

2.º) Sinais de *deficit*, monoplegia, hemiplegias, paralises de certos músculos.

E' preciso entretanto atenção para não ser induzido a erro.

Assim é que quando encontramos hemiplegia, sem perturbações da sensibilidade, devemos procurar outra sede para a neoplasia, pois dificilmente um tumor ganha a extensão da circunvolução frontal ascendente, sem invadir regiões vizinhas.

Um caso operado por mim da região infundibulo-hipofisária apresentou uma hemiplegia, com Babinsky bilateral, o que levou um de nós à ideia de tumor da região motora, contra a qual me bati, e de fato a operação comprovou que o *deficit* motor corria por conta da compressão do pedunculo cerebral.

CIRCUNVOLUÇÃO PARIETAL ASCENDENTE

1.º) Sintomas de excitação, parkestesias (formigamentos, picadas).

Estes sintomas podem progredir, dando um cortejo comparável à epilepsia motora, daí a denominação de epilepsia sensitiva cortical.

2.º) Sinais de *deficit* da sensibilidade. Desde a anestesia limitada a certas regiões até a hemianestesia.

Quanto a esta última é preciso o mesmo cuidado que para a hemiplegia, de modo a evitar o erro com uma localização de tumor do tronco cerebral.

Podemos encontrar a síndrome sensitiva de Dejerine: ligeira anestesia tóctil, perturbação da sensibilidade muscular e do sentido esterionognostico, conservação ou perturbação ligeira da sensibilidade térmica ou dolorosa.

LÓBOS PARIETAIS

Consideraremos o lóbulo parietal sob o ponto de vista neuroológico comandado pelo precuneus, a circunvolução parietal superior e a circunvolução

rietal inferior ou também poderemos denominar precuneus o *gyrus supra marginalis* e o *gyrus angularis*.

Aqui também a sintomatologia pode se apresentar pura, quando limitada ao lóbulo parietal, ou mixta, quando invadindo o lóbulo temporal ou o occipital ou as circunvoluçãoes centrais.

Na observação de um caso do Dr. Ary Borges, operado por mim, o tumor se estendia da circunvolução central posterior para trás. Tal paciente apresentava uma síndrome sensitiva cortical.

Pelo que se pode depreender das observações dos autores, devemos mencionar como sintomatologia do lóbulo parietal:

1.^o *Asteriognosia* — que em alguns casos de Puuseps era o sinal predominante; 2.^o *Sinais de ataxia* — em consequência de comprometimento da sensibilidade profunda; 3.^o *Sintomas ópticos* — representados pelas hemianopsias, mas cuja significação, pela extensão do processo nos lóbulos occipital e temporal, fazem prever uma sintomatologia mixta; 4.^o *Afasia* — sinal que nos dextros tem valor para o lóbulo parietal esquerdo.

Palestra anatomica

Lição inaugural

Do Curso Complementar de Anatomia Médico-Cirúrgica (Base anatómica do ensino da Cadeira de Técnica Operatoria e Cirúrgica Experimental, realizada a 16 de Março de 1932.

DR. BENJAMIN VINELLI BAPTISTA
Docente livre de Anatomia Humana

Anatomia é o estudo da construção e da estrutura do corpo vivo, assim define Gegenbaur: "Die Anatomie ist die Lehre vom Bau und von der Struktur des lebendigen Körpers".

A anatomia faz parte da Morfologia, ciência que se ocupa do encadeamento das formas.

MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO

Notável tem sido o aperfeiçoamento dos métodos de investigação anatômica; inegualável é o valor do método radiográfico, permitindo o estudo dos órgãos internos; basta citar o influxo tão proveitoso trazido pelos trabalhos dos anatomicistas lusitanos no vasto campo da angiografia. Devemos fazer simultaneamente anatomia estática do cadáver e anatomia dinâmica, "in vivo", em conformidade com a atividade funcional de órgãos que a morte sempre adultera, modificando a posição e alterando as relações.

Convém declarar que, em nosso meio científico, no Instituto Benjamin Baptista, desde 1928, já se vem praticando este método moderno de demonstração anatómica, subsídio importantíssimo à Semiologia. Os progressos da fotografia, microfotografia e da microcinematografia têm-nos facilitado seguir os processos de crescimento e as divisões das células.

Já se chegou mesmo a conceber a utilização da combinação da cinematografia e da voz humana, isto é, o film falado (M. M. H. B. Kellogg e W. F. Windle, "The anatomy of the female pelvis, a cinematographic demonstration with sound"; trabalho publicado no volume 45 do Anatomical Record).

Os recursos da Física são inexgotáveis e têm sido sempre de grande proveito e em ordem crescente. Assim deve-se registrar o auxílio da radioativi-

dade à ciencia morfológica (pesquisas do professor Zwardemker e A. J. Van Den Broek).

Quanto aos métodos de estudo aplicados, mais particularmente em Endocrinologia, resumem-se na experimentação, que a antisepse e asepsia muito taram. Assim diz M. Stockard "All methods, chemical, physical, physiologic, applicable to analysis of structural reactions are the tools of the morphologist". Assim também a histologia experimental, em que se consegue estudar a plantação e cultura "in-vitro" das células e tecidos, a microdissecção, etc.

Já em 1913 M. Brachet, notável Diretor do Instituto de Anatomia da Universidade Livre de Bruxelas, conseguiu a fecundação "in vitro" de ovos de coelha e seguiu as primeiras fases do seu desenvolvimento.

Não se pode olvidar a influência da endocrinologia nos estudos anatômicos atuais, pois como bem assevera Pfuhl "todo organismo, todo indivíduo é expressão de seu equilíbrio hormonal". Desde que venha a se romper este equilíbrio, seguem-se alterações e até deformidades de estatura. Sabe-se que a Tipologia, que considera a estatura como resultado do index hormonal (Bolk), ou equilíbrio hormonal (Pfuhl), representa papel importante na anatomia de constituição, como provaram os estudos de Sigaud, Kretschmer, Weidenreich, Brandt e muitos outros.

Não nos limitamos hoje à Anatomia do indivíduo, a Anatomia das populações é da cogitação mundial.

Sir Keith, ilustrado professor londrino, presidente do Comité International de Recherches sur les parties non ossifiées (molles), considera os tipos raciais como resultado de diferentes combinações na grandeza e função dos órgãos endócrinos.

Tudo isto é encantador, mas urge ponderar que não somos unicamente pesquisadores científicos, e devemos, numa Faculdade de Medicina, instruir os futuros médicos.

Razão por que a anatomia sistemática e topográfica do cadáver deve ocupar o primeiro lugar.

A dissecção constituirá sempre a base de todo estudo anatômico.

MODERNO ENSINO DA ANATOMIA

O moderno ensino anatômico deve compreender: a) *parte fundadora*, onde se incluem as noções básicas da morfologia e antropologia necessárias para os futuros médicos; b) *parte sistemática*, analítica ou descriptiva, denominada também organologia, dividida em macroscópica e microscópica; c) *parte topográfica*, com seus fundamentos embriológicos, embriologia topográfica.

IMPORTANCIA MAXIMA DO ESTUDO ANATOMO-TOPOGRAFICO
CONCEITO DE REGIÃO

Há graves inconvenientes, diz Vialleton, em estudar os sistemas ou os aparelhos isolados, como se apresentam após a dissecação.

Eles são, realmente, no indivíduo, intimamente ligados entre si e solidários em seu desenvolvimento, sua separação constitui processo de análise indispensável, mas que deve ser completado pela síntese, restabelecendo o todo em sua verdadeira unidade.

Esta síntese é realizada constantemente na observação embriológica, onde os cortes totais dum embrião permitem, com efeito, verificar, em um só golpe de vista, o contorno exterior do animal e grande parte de sua estrutura, mostrando os órgãos em suas conexões naturais e em sua dependência.

A embriologia fornece igualmente dados topográficos de grande valor; assim a diferenciação do celoma e sua distinção das demais cavidades naturais ou artificiais do organismo, graças principalmente aos trabalhos de Hertwig, constituem base fundamental, pois a noção do celoma representa grande papel em Morfologia.

O celoma fixa, em grande parte, a topografia interna e serve de quadro à anatomia viscerai; tendo além disto, nos vertebrados, relações muito particulares com as diversas regiões nas quais seu corpo se deixa dividir (cabeça, pescoço, tronco, cauda) e contribui para sua diferenciação.

Graças à sua presença ou à sua ausência, estas regiões se caracterizam muito nitidamente e se elevam quasi ao valor de indivíduos morfológicos particulares.

Haeckel não as figurou entre êsses últimos, é verdade, mas é bem difícil lhes recusar individualidade comparável, por exemplo, à dos antímeros.

Em todo caso o estudo de sua formação e desenvolvimento constitui o melhor meio sintético a estabelecer entre sistemas e aparelhos; permitindo restabelecer a continuidade natural das partes interrompidas pela dissecação, repondo tudo em seu lugar e dando aos iniciantes idéia muito mais justa do organismo, que êles estudam. A Anatomia topográfica se ocupa do estudo da posição exata dos órgãos, não expõe a estrutura do corpo, estudando sucessivamente os diferentes sistemas de órgãos; supondo conhecida a estrutura desses sistemas, trata exclusivamente da descrição das relações reciprocas que apresentam os diferentes órgãos em partes determinadas do corpo, isto é, em regiões, em cuja constituição podem participar sistemas de órgãos os mais variados.

Quando ela toma em consideração somente regiões importantes no ponto de vista aplicado à medicina e à cirurgia, torna-se Anatomia Médico-Cirúrgica, que, por consequência, coincide mais ou menos completamente com a Anatomia topográfica.

Para o cirurgião, obrigado a todo momento a percorrer as diversas regiões do organismo, o corpo humano deveria ser transparente como cristal (Testut-Jacob). Unicamente o estudo da anatomia topográfica consegue dar

essa transparencia, merecê da qual o histouri, não se perturbando com a complexidade de nossas regiões, progride firme em meio das formações anatomicas mais diversas, cortando aqui vasos de menor importancia, poupando outros mais respeitaveis, conseguindo finalmente abrir campo amplio atingir ao fim almejado.

Incontestavelmente se pode concluir que na escola anatomica e na nela se podem formar os bons cirurgiões.

A Anatomia médico-cirurgica é uma obra de síntese de alto alcance e cirurgião e para o médico.

Bem razão assistia ao Professor emerito de nossa Faculdade, o Dr. Paes Leme, em julgar esse ensinamento digno de ser feito na Escola médica.

E' com êsses verdadeiros e unicos fundamentos embriologicos, que o estudo do corpo humano de um modo regional e deduziremos as bases anatomicas das intervenções cirurgicas a estudar nesta cadeira.

Agradecendo a vossa presença a esta minha lição palestra amigável espero continuar a merecer a vossa animadora assistencia e agradeço sinceramente a honrosa e difícil incumbencia que me deu o Sr. Professor Cateico Dr. Benjamim Baptista de colaborar com êle no ensino oficial da Operatoria e Cirurgia Experimental.

Muitos de vós já travaram conhecimento comigo no ensino livre de Anatomia, cientificamente falando, ou, como diria o operoso professor Silva "Anatomia Pura".

PSICO-ANALISE

CONFERÉNCIA INAUGURAL DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO SÔBRE PSIQUIATRIA

Prof. HENRIQUE ROXO
Catedrático de Clínica Psiquiátrica

O Curso de aperfeiçoamento de Psiquiatria foi organizado no empenho de colocar aqueles que nele se matricularem a par dos assuntos mais interessantes de psiquiatria moderna.

A psico-análise representa um dos assuntos de maior interesse clínico. Consiste em um método de exploração diagnóstica, em que se investiga o objeto do pensamento alheio, a curar uma doença mental que se antolhe. Freud, criador da doutrina da psico-análise, teve a grande vantagem de chamar a atenção para o grande valor que se deve dar ao elemento sexual. Para que se possa realizar uma investigação psico-analítica, é preciso que o doente apresente certas condições que foram muito bem preestabelecidas pelo Dr. Mira, o grande psiquiatra espanhol, em trabalho publicado em Novembro de 1926. O doente deve ter uma certa inteligência e cultura regular; deve estar bem orientada, isto é, não apresentar pseudo-percepções, nem alterações confusionais manifestas, ter desejo de se submeter ao tratamento e não apresentar qualquer distúrbio psíquico que impeça a comunicação verbal persistente e coerente (afasia, anesia, abulia, etc.).

A Doutrina de Freud teve o grande mérito de chamar a atenção para o valor do distúrbio do pensamento na genese da loucura e mostrar a importância da questão sexual. Apresenta na realidade certos exageros, mas isto não impede que se possa considerá-la como uma das maiores conquistas da psiquiatria moderna.

Houve um tempo, em que só se tomava em consideração o fator orgânico. Hoje, ao mesmo tempo que se dá valor a este, vê-se que em muitos casos uma idéia obsessiva, uma alteração no pensamento que provoca a doença mental.

Ná psico-análise representa papel importantíssimo a questão do *id*, do *ego* e do *super-ego*.

Quando na vida fetal, o organismo tem os seus recursos de nutrição, assimilação, desassimilação e excreção fornecidos pelo ventre materno e não tem

por conseguinte, uma relação direta com o mundo exterior. Neste tempo vida não ha consciência. A individualidade é inconsciente. O Eu é alguma coisa de vago, de impersonal. E' o *Id* que corresponde ao *Es* dos alemães. Pertencem a ele os impulsos ergos, imperiosos, que pela vida afora brotam do indivíduo.

Quando o indivíduo nasce e tem necessidade de se adaptar ao novo ambiente, forma-se uma espécie de membrana de defesa que é o *Ego*. Esta é parte aparente da personalidade que procura estabelecer relações com o meio.

Nos primeiros tempos da vida o *Ego* é muito rudimentar. A criança depois dos quatro anos tem a sua personalidade e é por isto que ela não diz eu quero, e sim Nêne quer. De quatro a oito anos é que as impressões de natureza sexual começam a influenciar o pensamento e dizem os psico-analistas que esta é a fase perigosa, em que ficam recalcados acidentes que ocorram.

As idéas que apresentam um mesmo intenso predilecto afetivo se ligam sob a forma de *complexos*.

Para explicar o mecanismo da psico-análise, pode-se fazer uma comparação muito expressiva. Na sala de espera de um ministro se acumulam muitas pessoas que por ele não são vistas, porque há um reposteiro muito espesso entre uma sala e outra, e um guarda. A sala de espera representa o inconsciente, o ministro o consciente.

Num dado momento uma pessoa que representa um complexo chega o guarda, que constitui o que se chama *instância*, e tenta passar. Há a censura feita pelo guarda que mantém a pessoa na sala de espera. Se ela teimou em passar, pode o fato chamar a atenção do ministro que de relance a vê. O inconsciente se tornou *preconsciente*. Se o complexo tiver uma certa intensidade, a pessoa for dotada de uma certa energia, a censura será frustrada e o preconsciente se tornará *consciente*. Pode suceder que o guarda não se deixe vencer e então o complexo busque um disfarce e assim sob um outro aspecto, mas raro, consiga passar e chegar ao consciente. Nos complexos, ligados sempre por um intenso predilecto afetivo, predominam as impressões sexuais da infância e quem tiver tido qualquer acidente sexual neste período sempre será perseguido pela lembrança desagradável desse episódio. Numa vida sexual normal não há lugar para neurose, diz Freud. Prosseguindo na mesma comparação anterior, se o indivíduo chegado à presença do ministro, tiver a pretensão analisada por este e levada ao conhecimento do chefe supremo é o *super-ego*, obterá com a atenção desse a realização do seu desejo.

O *super-ego*, que representa um *ego secundário*, busca estabelecer acordo, uma adaptação dos impulsos desarrançados do *Id* nos embargos do meio, atua sobre o *ego*, determinando a sua norma de conduta.

No elemento afetivo predomina a *libido*, que é a ansia sexual, a vontade de poder, um desejo vago.

Os impulsos que se não poderam exteriorizar, que foram dominados pelas instâncias, sofrem o que se chama *recalcamento*. Aquelas que conseguiram passar desfogados, sofreram o que se chama *deslocamento*. Quando o indivíduo realiza o ato em relação a outro objeto que não o verdadeiro, há o que

chama *transferência*. Há *condensação* quando duas imagens distintas se ligam e formam uma só. Há *dissociação* quando o contrário se verifica. Há *substituição* quando em vez da imagem verdadeira se apresenta outra que se mostra mais de acordo com o meio.

Para se fazer a psico-análise, três processos podem ser empregados: a *análise dos sonhos*, a *observação das associações de idéias livres ou espontâneas* e a *interpretação das distrações ou descuidos nos fatos da vida diária*.

Kant diz que o sonho esclarece os escâniinhos do nosso inconsciente. Kant, Schopenhauer, Moreau de Tours e Raitzin dizem que a loucura é o sonho do homem acordado e Raitzin diz bem que o sonho é a loucura do homem que dorme.

No sonho há o conteúdo manifesto e os pensamentos latentes. Aquele constitui a parte, de que o indivíduo se lembra quando se acorda. Os pensamentos latentes, ou não foram bem lembrados, ou se mostraram disfarçados, ou propositadamente foram silenciados, porque se referem a um complexo desagradável.

Indagando-se dos sonhos dos indivíduos, muito se descobre do pensamento deles. No entanto, não confio muito nesta investigação, não só porque uma pessoa pode não sonhar, como pode esconder propositadamente tudo que possa facilitar descobrir a idéia desagradável.

O melhor dos métodos é, a meu ver, o da *observação das associações de idéias livres ou espontâneas*.

Coloca-se o doente num sofá e o médico à cabeceira deste vai conversando com ele, dando-lhe corda como vulgarmente se diz. O doente vai respondendo sem emoção a várias perguntas que se lhe fagam, até que num dado momento a sua fisionomia se transforma, a voz se altera e ele busca rapidamente mudar de assunto. E' que se realizou o *método catártico*, que faz vir á tona os complexos reacalados, e se atingiu o *ponto vital de Mæder*, que é aquele em que há a máxima emoção e se localiza, consequentemente, o complexo reacalado. Em vez de se fazerem simplesmente as perguntas ou se deixar o doente falar à vontade, pode-se fazer experiência de associações de idéias, isto é, fazer-se uma pergunta e medir o tempo que demora a resposta e analisar o significado desta.

Uma série de palavras *indutoras*, as perguntas, e uma série de palavras *induzidas*, as respostas, permitem que se descubra o pensamento alheio. Pode-se fazer também o que se chama *emotivometria* e colocar o indivíduo num circuito galvanico e observar no galvanômetro o desvio intenso da agulha quando se toca no problema vital de Mæder.

Pode-se também utilizar o eletrometro capilar de Lippmann, ao qual por meio de dois fios se liga o indivíduo, notando-se modificações de nível quando o potencial se altera pelo choque emotivo. Os processos nos quais se utilizam aparelhos são sempre inferiores aos outros, porque podem impressionar os doentes.

O terceiro método para se fazer a psico-análise é o da *investigação dos fatos da vida diária e dos enganos e distrações que nela se notem*.

Observe-se um indivíduo que, de repente, se mostra irritadíssimo. Vai descobrir pela psico-análise que houve um incidente de natureza sexual que não pode desvendar e que muito o preocupa no momento. Principalmente questões de impotência psíquica muito influem como preocupação obsessiva podem suscitar enganos e distrações.

O fato de querer uma pessoa dizer um nome e proferir outro é explicado muitas vezes pela psico-análise. Tal foi o caso do indivíduo que se dirigiu a uma mulher casada, porém amasiada, e indagando da saúde do marido, perdeu o nome do amante.

Estes métodos de investigação psico-analítica servem para se apurar qual é o pensamento dominante no indivíduo, o qual o está preocupando e se deve divulgar. A questão sexual é a mais importante. Parece incrível como os distúrbios da vida sexual influem na vida psíquica do indivíduo. Pensei que um dos exageros da doutrina de Freud seja o de dar uma grande importância aos acidentes sexuais na vida infantil.

Demais, os atos, mesmo sem significação sexual, são interpretados pela escola freudiana como referentes ao instinto libidinoso. Uma criancinha que chupa o dedo, que gosta de cavalgar, a coxa da ama, que retém fezes ou se chafuda na urina, faz isso, segundo ela, por uma questão de libidinagem.

Pensa ela que nos primeiros tempos da vida havia sempre uma tendência homo-sexual.

O complexo de Edipo, verdadeira monstruosidade, em que há o impulso sexual do filho em relação à própria mãe, anomalia bem rara, é invocado muitas vezes pelos freudianos a explicar distúrbios psíquicos. Verdade é que de fato a escola freudiana diz que neste conceito do complexo de Edipo não deve tomar em consideração o fato do desejo de realizar a c��pa, não se devendo confundir o sexual com o genital que representa a fase final. É o anhelo de volta ao regaço materno, de buscar proteção nesta salvaguarda primitiva em relação aos acidentes do mundo — o que representa uma modificação no modo de entender o complexo de Edipo.

Os primeiros estudos de Freud, que seguiram as aulas de Charent em 1885 e 1886 e publicou uma tradução alemã das "lições de terça-feira", em 1886, visavam a histeria. Discípulo de Joseph Breuer, de Viena, que empregava pela primeira vez a psico-análise sob o nome de método catartico numa histeria que desta forma ele curava completamente, Freud utilizava a princípio o hipnotismo, que depois julgou desnecessário, utilizando os métodos já criticos.

A grande importância dada aos acidentes traumáticos sexuais da infância e a grande cópia de material de distúrbios sexuais constatados por Freud se explicam pela atmosfera de licenciosidade que reinava em Viena. Weininger, que escreveu um livro muito interessante, no qual transparecia sua personalidade psicopática, dizia que em 1886 metade das vienenses eram prostitutas. Influiu esse mundo nas idéias de Freud, de que era muito avesso. A história do pequeno Hans, que começou a se masturbar com a idade de três anos e meio e que se não preocupava só com o pênis, é interpretação

como um efeito da época, pois havia referências constantes à beleza de seu membro viril, diante do qual se extasiava em contemplação uma tia dele.

Freud diz que o onanismo influí muito na gênese da neurastenia. Considera ele como nevroses atuais a *neurastenia* e a *nevrose de angústia*, e como psico-nevroses a *histeria* e a *nevrose de obsessão*. Tem ele o grande valor de chamar a atenção para a cónpula interrompida na gênese da nevrose de angústia.

Tenho observado ser muitas vezes o nervosismo que corresponde à nevrose de angústia determinado pela interrupção da cónpula, com o medo de ter filhos, no momento em que a ejaculação se vai dar, pelas relações sexuais realizadas em estado de grande emoção, pela prática sexual clandestina. Os distúrbios da vida sexual muito influem na gênese da histeria e da nevrose de obsessão. O estado afilítivo nada mais seria do que a libido desvinda do seu fim natural.

A angústia das virgens, a angústia das recém-casadas que foram insensíveis às primeiras relações conjugais, a das mulheres, cujos maridos têm ejaculação precoce, — tudo isto pode provocar acidentes histericos.

A princípio houve a idéia de que a histeria só se manifestasse quando houvesse um grande desejo sexual e a cónpula não satisfizesse, mas esta idéia foi completamente afastada por Briquet, que demonstrou a frequência da histeria entre as prostitutas.

A psico-análise pode esclarecer muito a interpretação clínica das manifestações de neurastenia, quer sob a forma de psicastenia, quer de nervosismo, como de acidentes histericos.

A demência precoce pode lucrar muito com a psico-análise. Há distúrbios da vida sexual que muito preocuparam o doente. A impotência psíquica, ligada à idéia de que a cónpula pudesse falhar, e ser isto consequência do pensamento inhibitório, pode influir poderosamente para que pensamentos sexuais desagradáveis fiquem reacalados e desabafem mais tarde na doença mental.

Será muito proveitosa a investigação psico-analítica que vai lobrigar a gênese do mal e procura sanar a doença.

Na psicose maníaco-depressiva pode também ser muito útil. O fator omitivo que determinou a doença pode estar ligado a uma questão sexual.

Neste caso, os calmantes pouco aproveitam. É preciso corrigir a causa. Tenho citado muitas vezes o caso de uma doente cujo noivo duvidava que ela saísse como desejava, vestida de virgem numa procissão em cidade pequena. Imaginou ela que o noivo duvidasse da sua virgindade, quando, no entanto, ele apenas tinha com isto pensado em evitar que ela chamasse muita atenção do povo local. Muito agitada, só ficou inteiramente curada quando fiz a psico-análise, desvendei o complexo reacalado e fiz com que o noivo lhe demonstrasse que nunca houvera duvidando da virgindade dela.

Na psicose de involução há muitas vezes distúrbios de natureza sexual contra os quais muito aproveita a psico-análise.

Nos estados atípicos de degeneração há o grande grupo dos delirantes, iódicos, dos pervertidos sexuais, dos desequilibrados do sistema nervoso, quais a psico-análise pode ser muito útil.

Para curar psico-analiticamente, três métodos podem ser empregados: da condenação, o da sublimação e o da prática sexual.

O método da condenação consiste em fazer vir à tona o complexo re压ado e demonstrar ao doente que ele deve reagir contra ele e buscar pô-lo interiormente do lado.

E' aquele que deve ser empregado principalmente em relação a idéias condeneis. Há uma verdadeira ação de psicoterapia e o médico, como amigo conselheiro, vai dando o seu parecer e emitindo conselhos que muito agradam ao doente.

Pode suceder que haja um *transfert* afetivo em relação à pessoa do médico e que a doente, agradecida a quem por ela revela tanto interesse, comece a se apaixonar por ele. Será preciso então que o médico finja que não percebe este sentimento e continue a fazer psico-análise.

O método da sublimação consiste em fazer com que o doente se entreteça a um trabalho que lhe desvie o pensamento do complexo torturante, ou distraí-lo em práticas desportivas, folguedos diversos, etc.

O trabalho representa um dos melhores recursos terapêuticos da psicoterapia hodierna e o médico que o presereve está muitas vezes a fazer psico-análise.

Para que a distração pelo trabalho possa dar resultado, é preciso muitas vezes que o clínico indique a realização de um que seja bem complicado ao mesmo tempo marque um prazo certo, em que ele deva ser executado.

O método da prática sexual consiste em buscar normalizar a vida sexual. Se há estôdio de nervosismo provocado pela interrupção da cônjugue no momento em que o gôzo se vai dar, basta modificar este hábito, para que a cura dê.

Si houve impotência psíquica, consequência de haver o doente pensado em que a potência pudesse falhar, no momento em que a cônjugue se ia dar, basta fazer uma psicoterapia, armada de recursos calmantes e afrodisiacos, para que o doente se convenha de que tudo foi efeito da imaginação e se cure.

No doente que vive a onanizar-se, pode a cura aparecer, logo que seja denunciado este hábito morbido.

Em relação à prática sexual, depende ela muito do temperamento do víduo. Há pessoas que suportam bem a abstinência sexual, em consequência de um temperamento frio; há outras que ficam, porém, em estado de grande excitação nervosa.

Bleuler diz categoricamente que a castidade não é absolutamente necessária para pessoas em estado de boa saúde e também não está provado que ela ocorra nas naturezas morbidamente. Dizia-se que a histeria era a doença que não existia sem a prática sexual, mas Briquet, numa estatística de 431 casos, demonstrou que não havia uma só, em que se demonstrasse a não satisfação da prática sexual como causa de histeria.

Tem-se discutido muito se a não realização da cópula pode determinar impotência. Lowenfeld, Aschaffenburg, Hirsch, Neustätter, Kossman, etc. contestaram este fato.

Assinalaram que a atrofia dos testículos pode ser consequência de excessos venéros prolongados muito tempo, do onanismo excessivo e precoce, de orquítes infecciosas (caechumba ou blenorragia), de alcoolismo, etc., mas a abstinência, mesmo de muitos anos, nunca trará a atrofia testicular. Aquelas que discordam, concordaram, porém, que a atrofia de um órgão que não funciona é excessivamente vagarosa. A potência genital pode voltar em idade avançada, depois de anos de abstinência.

Niström diz que o organismo tem uma valvula de segurança nas poluições noturnas que aparecem quando o indivíduo fica muito tempo sem copular. Marcuse é, porém, de opinião que as poluições são uma anomalia como a incontinência noturna de urina.

Alberto Moll dizia que um doente dele contava que ia nos bordéis praticar a masturbação pela vagina. Isto demonstra entender ele a cópula nestas condições como uma variante do onanismo.

Lutero dizia que é tão impossível ao homem passar sem mulher, quanto passar sem comer e sem beber.

A doutrina psico-analítica toma na máxima consideração a vida sexual na gênese de distúrbios psíquicos. É digno de nota como as alterações daquela influem nestes.

O homem é sempre um escravo na vida social das alterações da vida sexual. Pode, às vezes, ser um indivíduo dotado de grande talento, do qual muito era de se esperar. No entanto, torturado por uma vida sexual infeliz, o indivíduo nada produz e sossobra na luta pela vida.

A psico-análise deve ser assinalada como um dos recursos mais valiosos da psiquiatria moderna, para esclarecimento diagnóstico e tratamento dos doentes mentais. Exige, porém, para que possa ser bem aproveitada, que o médico possa ficar muito tempo à cabecinha do seu doente, tenha muita competência e bastante paciência.

E' preciso que dentro da especialidade de doenças mentais haja médicos que se dediquem única e exclusivamente à psico-análise. Estes especialistas seriam naturalmente indicados por todos os colegas que, entusiastas do método psico-analítico, convencidos dos seus grandes proveitos, não dispõem do tempo preciso para bem o aplicar. De fato, não o aplica perfeitamente quem apenas convive ligeiramente com o doente, lhe sonda o raciocínio e lhe dá conselhos.

Lembro, pois, aos que seguem este curso de aperfeiçoamento a vantagem de convergirem a sua atenção para este ponto. Que se façam especialistas em psico-análise e verão que muitos doentes mentais poderão ficar completamente curados por meio deste processo, que representa uma das conquistas mais brilhantes da psiquiatria moderna.

Centros psíquicos extra-corticais e perturbações mentais

2.ª CONFERÊNCIA DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO SÔBRE PSIQUIATRIA

DR. ADAUTO BOTELHO

Docente livre de Clínica Psiquiátrica

As correlações que existem entre as funções cerebrais e a vida psíquica já se banalizaram de tal forma, que hoje parecem ingenuas as sábias ponderações de Aristóteles negando energicamente a participação do cérebro na vida do espírito. É que Aristóteles, desconhecendo a estrutura dos centros nervosos, atribuía ao cérebro a simples capacidade de intervir na harmonia das funções orgânicas para corrigir e temperar, pela refrigeração, o excesso de calor dos pulmões e sobretudo do coração, que constituía, para o grande filósofo grego, o verdadeiro centro da inteligência e das sensações.

Para Democrito, no entretanto, o cérebro velava como sentinelas da extremaidade superior do corpo, confiada à sua guarda protetora e, intuitivamente, ele concebia, 2400 anos antes de Pinel, que a alienação mental provinha de desarranjos nos componentes do encéfalo. E Democrito explicava pela sua curiosa teoria que si o movimento comunicado à alma, pelos atomos, trazia ao cérebro uma temperatura conveniente, a percepção dos objetos era normal e o pensamento era sô; quando porém o movimento desordenado dos atomos aquecia ou esfriava a alma em excesso, o pensamento sofria alterações semelhantes ou identicas à alienação mental.

Segundo nos conta Soury em seu livro sobre o "sistema nervoso central" e repete Lhermitte, nos "Fundamentos biológicos da Psychologia", Hippocrates, conservando a idéia do cérebro frio e úmido, afirmava que "pelo cérebro nós pensamos, compreendemos, vemos e entendemos, conhecemos o belo e feio, o agradável e o desagradável, o prazer e o desprazer. Mas se este cérebro não fosse sô, se ele fosse muito úmido ou muito seco, também era por ele que deliravam, que por ele eram presas de terror ou de medo". E mais ainda, si a alteração do cérebro dependia da pituita ou da biles, os alienados seriam calmos, deprimidos e ansiosos, ou bulhentos e agressivos.

A doutrina das localizações cerebrais, cujos primeiros traços apareceram na obra de Galeno, foi grangeando adeptos e Santo Agostinho dividia os hemisferios cerebrais em 3 grandes regiões: nas partes ovais ou anteriores se loca-

lizavam as funções da sensibilidade, nas posteriores ou cervicais as funções motoras e na região média as funções mesicas. Para Lactâncio, no entretanto, a inteligência devia se espalhar por todo o corpo, embora o cérebro fosse indiscutivelmente o centro das sensações. E em relação aos chamados centros das emoções e das paixões, não querendo refutar diretamente as opiniões relevantes que faziam do baço o órgão da alegria, do fígado o órgão da cólera, dos desejos e da volúpia, e do coração o órgão da coragem e do medo, Lactâncio estranhava que estes órgãos não apresentassem desenvolvimento paralelo às suas faculdades.

Descartes, após numerosas disseções, imaginou a circulação dos espíritos através da rede cerrada de fibras nervosas. A fase de ação no homem durante o sono seria produzida pelo relaxamento dos tubos condutores que, nestas condições, não permitiam aos bárbulos provocados pelos objetos externos sua penetração até ao cérebro onde deveriam ser percebidos.

Já Thomas Willis, melhor anatomista que Descartes, emitia a ideia, retomada agora pelos fisiologistas e anatomo-clínicos contemporâneos, de que os corpos estrinados e provavelmente a cama optica eram verdadeiros *decks* que conservam os espíritos animais (diríamos hoje excitações ou influxos nervosos) e os dirigem aos aparelhos motores correspondentes e aos órgãos de sentidos que os receberam. Willis aceitava assim que excitações sensoriais podiam provocar respostas sem chegar ao *sensorium commune*, sem a intervenção da consciência.

E' o conceito da ação inconsciente, automática ou reflexa que tem como centro não a cortex cerebral porém os corpos opto-estriados.

Emfim para Gall, a integração cerebral da vida intelectual e afetiva é completa e ele dizia que "as circunvoluções devem ser reconhecidas como partes onde se exercem os instintos, os sentimentos, as tendências, os talentos, qualidades afetivas, as forças morais e intelectuais".

Naturalmente, já se passou a época de Gall e dos antigos frenologistas que procuravam estreitas localizações cerebrais para as diferentes faculdades mentais. Seria ingênuo inserir em um centro estritamente localizado, processos complexos como a revivescência das imagens, já por si percebidas por sentidos diversos, ou mesmo admitir centros para a eclosão de idéias.

Mas, si a ideia de centros, depósitos de imagens, de palavras, de recordações, de sentimentos, de volições, etc., não é defensável, não se conclui de modo algum que a doutrina das localizações cerebrais esteja por completo. Ao contrário, as provas fisiológicas e anatomo-clínicas nos demonstram a cada dia que todos os fatos da consciência são condicionados por uma atidão nervosa e, mais ainda, que, si não existem centros no sentido estrito da palavra, o cérebro comprehende regiões determinadas cujas modificações fisiológicas ou morbidas se acompanham de uma repercução precisa sobre a esfera psicológica.

Deixando de parte o lado filosófico do problema, para nos limitarmos à questão científica que no momento nos interessa, notamos que, no mundo

que vivemos, os dados objetivos mostram que todo ato psicológico possui um correspondente cerebral.

Os tramas neuronicas da cortex cerebral em sua imensa complexidade histológica, comprovada pelos interessantes estudos da arquitetonia, diferenciados nos varios campos e camadas de Broadmann, ocultam por certo dado importantíssimos para a psico-fisiologia futura. No entretanto, já ninguém ignora mais que a cortex cerebral responde grandemente pela nossa atividade psíquica.

As experiências feitas sobre o macaco e sobre o cão, por Pavlov e seus discípulos, particularmente por Choroschko, confirmaram plenamente as pesquisas de Hitzig e Bianchi, que, há mais de 35 anos, consideravam como parte realmente psíquica do lobulo frontal e lobulo prefrontal, isto é, o lobulo frontal sem a circunvolução frontal ascendente.

Em todos os animais operados para experimentação sobre o lobulo frontal Bianchi tinha o cuidado de variar ao infinito as condições acessórias da intervenção, no entretanto ele provocava sempre: a apatia, incapacidade de adaptação a situações novas, falta de utilização das experiências anteriores, comportamento impulsivo e irritabilidade do humor.

Estudando as conexões do lobulo prefrontal com os centros sensoriais dos lobulos temporais e occipitais por intermédio do corpo caloso, ou de outras vias transcerebrais, de Morsier mostra que as impressões sensoriais se dirigem para o lobulo prefrontal que as integra à personalidade, dando-lhes conteúdo afetivo e destino pragmático.

Assim as lesões do corpo caloso (que não é um centro, porém uma comissura) podem trazer sintomas dependentes do lobulo prefrontal. Aliás a apraxia e o síndrome de Raymond e Lejeune, caracterizados pela falta de ligação de idéias, perturbações de memória, de fixação e frequência patológica de atos bizarros, que ocorre na destruição do corpo caloso, merecem amplos estudos em psiquiatria.

As pesquisas de Morsier, Mulrat e Fewertwanger, Choroschko e Goldstein, no lado das de Lhermitte, superpõem as diversas perturbações decorrentes do lobulo prefrontal nos vários síndromes esquizofrenicos e, embora esse ponto fuja do assunto que pretendemos tratar, convém assinalar que as lesões do lobulo prefrontal provocam a liberação das atividades instintivas, sobre quais normalmente ele exerce uma ação inibidora. Nos tumores desta região verifica-se que reaparece a combatividade do primitivo, o erotismo cínico, polifagia, a gulodice, as paixões impulsivas, quando é comprometido o lobulo prefrontal.

As divagações que vimos fazendo sobre lesões corticais e que estão longe de sintetizar os fatos concretos já obtidos para a psiquiatria neste setor, servem apenas para justificar o interesse que vêm despertando ultimamente os estudos de outros centros, estes extra-corticais, aos quais até então não se haviam conferido funções psíquicas de importância.

CENTRO SUB-CORTICAL DAS EMOÇÕES

A epidemia da encefalite-letargica que avassalou o mundo após a europeia trouxe ensinamentos de grande repercussão para os estudos do psíquico normal e patológico. Nos doentes encefálicos há supressão absoluta nitiva das faculdades de expressão emocional. Todos nós conhecemos cara destes doentes, com o rosto imóvel, parado, sem refletir qualquer sentimento. Estes doentes porém não perderam a vida emotiva como perda expressão emocional!

Sob a máscara inexpressiva que lhes cobre a face, por de trás olhar que nada diz, agita-se muitas vezes, nesses doentes, uma vida cheia de tormentos e de martírios.

Já sabemos que o aparelho que rege a *mímica voluntária* tem seu local na cortex cerebral, de onde o feixe geniculado transmite o influxo nervoso aos núcleos bulbo-protuberâncianos. Quando este mecanismo é destruído ou severamente alterado por lesões bilaterais, temos o quadro clínico dos *bulbarres*, com seu riso e choro espasmódicos e exaltações da mimica atípica.

Nos encefálicos a disposição do aparelho que rege as expressões mímicas é diferente, segundo diz Lhermitte. Gracias às pesquisas anatômicas e às experiências de G. Spencer e Graham Brown, sabemos que as peças que dão ao aparelho estão situadas na região dorsal do mesencéfalo, o *tegumento* e na região central do thalamus. Desde os trabalhos anatomo-clínicos de Nagel e desde as pesquisas experimentais de Beecherev tem-se atribuído à cama óptica um papel fundamental na fisiologia das expressões emocionais. A experiência neurologica vem confirmando todo dia estes fatos. Ainda a experimentação nos mostra que a decerebração supra-talâmica permite liberar expressões de ordem emocional por conta deste centro extra-cortical.

O *thalamus* é porém essencialmente receptor e sensitivo, por isso preso fisiologicamente ao corpo estriado, órgão motor. Assim, pois, são raros no mecanismo expressivo os núcleos caudados e lenticulares; estudos de K. Wilson, de Cecil e Oskar Vogt, entre outros, mostram alterações graves destes órgãos trazem, como consequência, a perda da expressividade.

Buscaino, em seu interessante trabalho sobre a "Biologia da vida emocional", confere a estes centros sub-corticais a máxima importância na gênese das emoções, e Calligaris, em seu livro publicado em 1927, acha que os centros corticais dão fisionomias às expressões, mas não lhes conferem energia.

APARELHO REGULADOR DO PSIQUISMO

Jean Camus, em interessantes trabalhos, procura desenvolver a teoria de um *aparelho regulador do cérebro psíquico*, apoiando-se em dados exp.

tais e anatomo-clínicos. Este aparelho regulador de psiquismo, localizado no mesencéfalo, "ao lado do centro das funções da nutrição", quando perturbado em suas funções, traria uma série de manifestações mentais morbidas, independentes da cortex cerebral.

Jean Camus e Roussy, após longos anos de intervenções operatorias deli-cadas sobre o espaço opto-peduncular, notaram que geralmente a intervenção mergulha os animais em torpor e obnubilação, no entretanto certos cães operados apresentavam fenômenos opostos, tais como agitação extrema, reações expansivas até alucinações que poderiam depender deste aparelho regulador. Com efeito, as modificações da atividade psíquica e psicomotora, as perturbações do humor e do caráter são exteriorizações das lesões extra-corticiais que Naville chamou *palecencescefálicas*.

Alterações profundas da região basilar do cérebro e do mesencéfalo, provocadas pela encefalite letárgica, permitiram aos psiquiatras, que até há pouco julgavam as perturbações psíquicas comoapanágio de modificações da corticalidade, reconhecer que lesões situadas fora da cortex podem trazer perturbações psíquicas.

Lhermitte, Lhermitte e Roussy, e Van Bogaert em observações clínicas de doentes cujas lesões se localizavam limitadamente na calota do pedúnculo, observaram perturbações da percepção, que não chegavam a se impor à consciência dos doentes, modificações bruscas do humor e do caráter no lado de perturbações da atividade intelectual, juntamente com os sintomas neurológicos da localização.

Baseando-se posteriormente em dados precisos pareceu legítimo a Lhermitte pensar na concepção do *aparelho regulador do psiquismo*. Convém dizer que este aparelho, até que isto seja infirmado, parece exclusivamente destinado à regulação do tonus afetivo e ao "contrôle" da psicomotricidade.

Sem que seja permitido precisar a localização exata deste dispositivo regulador, parece a Lhermitte que ele deve ficar próximo ao centro vigil, na região cérebro basilar, em torno do *tuber cinereum*, onde estão os centros vegetativos. "Graças ao funcionamento deste aparelho paleocêntrico, próximo dos centros das funções mentais instintivas, dos instintos da vida de relação e do instinto intelectual, segundo Neville, as funções da esfera neocêntrica ou cortical podem se exercer em harmonioso equilíbrio e o pensamento pode se enriquecer de tonalidade afetiva". Diz Lhermitte que alargando-se dessa maneira o território cerebral, para zonas que ontem se desprezava, compreendendo agora como se associam a atividade intelectual e a vida orgâno-vegetativa.

SONO

Os mais recentes trabalhos dos autores que vêm estudando ultimamente o mecanismo do sono vêm tomando diretrizes de inequivoco interesse para o assunto de que tratamos nesta palestra.

As correlações biológicas e fisiológicas do sono com certas doenças mentais são evidentes e muitas vezes esclarecedoras. O sonho, que exige como

condição sine qua non o sono, é de tal importância para as nossas interpretações, que a psicanálise a êles recorre, como elemento capital para a sua finalidade.

Os delírios *oníricos* das intoxicações são verdadeiros sonhos e, para justificar duas palavras sobre este assunto, lembremos a frase repetida aqui pelo Prof. Roxo* em sua conferência inicial desse curso: "O sonho é a loucura do quem dorme e a loucura é o sonho do indivíduo acordado".

Já se não crê mais no sono consequência de simples intoxicações orgânicas, e as provas desse fato são inúmeras e concludentes.

O sono é um fenômeno inibitório, ativo, talvez um reflexo condicionado ou de defesa, com centros especiais localizados na região infundíbulo-tubiana e nos arredores do 3.º ventrículo, onde se acham os centros hipnóicos.

No sono parece haver uma parte devida ao funcionamento psíquico, que Von Economo chama "sono cerebral", e outra parte na qual intervêm os centros extra-corticais — "o sono corporal". O estudo dos centros especiais do sono foi baseado em uma série de pesquisas anatomo-clínicas, experimentais e farmacodinâmicas. Estes trabalhos, que são recentíssimos, começaram a aparecer em publicações desse ano, como os de Lhermitte, Salmon, Economo, Roger, etc. e atingiram tal desenvolvimento e importância para os estudos de psiquiatria, que mereciam grande divulgação em nossos meios.

Jú Purkinje admitia a hiperemia dos ganglions da base no decurso do sono e supunha que o sono fosse devido a uma inibição da cortex, processada no nível da coroa radicular.

Um oftalmologista vienense, Mauthner, estudou os dados fornecidos pela polioencefalite hemorrágica de Wernicke e pela epidemia de "nona", duas afecções que se acompanham de oftalmoplegia e de sonolência, e achou que a supressão das conexões corticais que condicionam o sono se devia fazer nas proximidades dos núcleos óculo-motores, na calote, na região peduncular e mesencéfalo, às vizinhanças do aqueduto.

Mauthner, porém, não limitava sua hipótese no sono patológico e procurou estendê-la para explicação do sono em estado normal. Ora, dizia Mauthner, se na polioencefalite superior, doença de Gayet-Wernicke, as crises de sono andam de par com as paralisias oculares conhecidas, no estado normal assistimos a um fenômeno semelhante embora menos patente; quando um indivíduo se sente invadido pelo sono, suas palpebras caem e, muitas vezes, nota-se nela um desvio dos eixos oculares, o que conduz à diplopia. Para Mauthner estes fenômenos, além de outros, reproduzem em miniatura o quadro clínico da polioencefalite. No primeiro caso a substância cinzenta perisilviana seria afastada de suas funções pelo processo inflamatório, e no segundo caso, o sono natural, este afastamento da função seria ligado à fadiga. O suporte dessa tese foi relativamente pequeno, até que o surto da encefalite letargica veio justificar, pelo estudo de seus sintomas, o quanto era profunda a concepção de Mauthner.

Troemner parece ter sido o primeiro a não invocar a exclusão da atividade cortical na produção do sono, porém atribuia-o à inibição de um centro hipnico localizado na cama optica. Aliás a concepção atual de um centro mesencefálico responsável pela produção do sono atribui mais a este centro uma função de manter o indivíduo despertado, seria antes o "centro da vigília", e pela sua inibição é que sobreviria o sono.

Como temos dito várias vezes, o aparecimento da encefalite letargica, onde as perturbações do sono são sintomas de frequente e real importância ao lado de paralisias de músculos oculares cujos centros já eram conhecidos, facilitou a prova da existência de um dispositivo regulador do sono e do despertar, (do estado de vigília), localizado no mesencéfalo.

Naturalmente a grande difusão de alterações cerebrais na encefalite epidêmica não permite conclusões precisas sobre a função exclusiva deste dispositivo encefálico. No entretanto, verificamos muitas vezes que esta doença limita sua expressão clínica a crises narcolepticas e a paralisias pareadas e transitorias dos globos oculares; a importância dessa observação atesta a existência de um dispositivo anatomico que rege o aparecimento do sono e da vigília ao lado dos núcleos oculo-motores. As observações anatômicas têm mostrado que os processos encefálicos não só acusam uma particular intensidade na região mesencefálica perisilviana, como também têm mostrado que tais lesões se podem limitar exclusivamente a esta região.

Em seu trabalho sobre "O Sonno", Lhermitte, salienta que também na sifilis do sistema nervoso, como na paralisia geral, na sclerose em placas e na meningite tuberculosa de localização basilar, as crises do sono patológico são de observação corrente e, nos casos deste gênero, as verificações anatômicas revelam a desorganização do assolo do terceiro ventrículo e muitas vezes da substância peri-silviana.

As observações clínicas, ou melhor anatomo-clínicas, publicadas ultimamente nas revistas médicas da nossa especialidade, estabelecem, em estudos bem detalhados, que a hipersonnia se encontra sobretudo nos tumores, abcessos, amolecimentos, etc., situados na parte ventral do ventrículo médio e na substância cinzenta que se espalha, abaixo do aqueduto de Sylvius.

O estudo clínico dos tumores do cérebro nos traz ensinamentos sugestivos, pois numerosos fatos vieram mostrar que neoplasmas de pequeno volume que se desenvolvem na região ventral do 3.º ventrículo compõem, entre outros sintomas, ataques narcolepticos ou sonolência contínua e a tal ponto, que hoje, diante dum síndrome tumoral encefálico acompanhado de sonolência, a atenção do clínico se volta imediatamente para a região ventro-mediana do cérebro.

O conhecimento do síndrome infundibular permitiu que se verificasse até onde era exata a teoria que ligava as secreções exageradas da hipófise à produção do sono patológico, pois, conforme mostra Lhermitte, os adenomas da hipófise — que seriam capazes de permitir uma secreção ativa — só agem sobre a função hipnica, quando estes tumores são bastante volumosos para comprimir a base do ventrículo médio.

As observações clínicas de Pette, Luskseh, Adler, Claude, Lhermitte, Hirsch, Van Bogaert e de outros, que tivemos ocasião de ler, evidenciaram, sob o ponto de vista clínico e anatomico, que a zona sensível do aparelho regulador do sono e da vigília se acha confinada em uma região estreitamente limitada que aflora, atrás, ao plano ideal, cortando transversalmente o núcleo do motor ocular comum e atinge adiante o plano frontal ideal que atravessa o espaço que separa o infundíbulo do quiasma óptico.

Pela experimentação, Demole conseguiu verificar, no gato, a produção do sono pela injecção de uma solução fraca de cloreto de calcio (1 a 3 miligramas para produzir o sono). A injecção desta substância em outras partes do encéfalo, que não fossem a base do cerebro, jamais produziam o sono. Estas experimentações foram confirmadas e ampliadas por Marinesco, Sager e Kreindler.

Mais interessantes, porém, são as pesquisas farmaco-dinâmicas da escola de Viena. Em uma série de pesquisas feitas por Pick e seus discípulos em animais decerebrados, com auxílio de substâncias hipnóticas, ficou demonstrado que estes animais sem cérebro são influenciados sobretudo pelos hipnóticos derivados da uréia, isto é, veronal, luminal ou gardenal, sonifeno e outros barbitúricos. Estas substâncias agem de maneira particularmente energética sobre os centros do cerebro médio, enquanto que outras, como os sais de bromo, o paraldeído, o álcool, etc., agem principalmente por intermédio do cortex.

O opio e a morfina agem ao mesmo tempo sobre o mesencéfalo e sobre o cortex. A escopolamina, que não tem ação dormitiva sobre o gato normal, provoca o sono no gato sem telencéfalo. O cloreto de calcio inibe o tronco cerebral do gato e excita o cortex.

Sabe-se que a hioscina, ou escopolamina, não provoca diretamente o sono no homem e deve ser considerada como substância capaz de agir diretamente sobre o aparelho regulador do sono, desde que a ação desse não é inhibida pela atividade encefálica cortical. A prova desse fato obtém-se pela projeção do sono, pela escopolamina, quando se restringe a influência inibidora do telencéfalo pela administração de compostos bromados ou de cloral.

Em diferentes trabalhos, entre os quais convém citar os de Cloëtta e Thomann, foi verificado que o calcio ionizado goza de uma grande importância na regularização da função hipnica.

Em doentes por nós tratados de afecções encefálicas diversas, pela terapia calcica transe cerebral, notamos frequentemente que estes doentes, no decurso desta aplicação ionoterápica, talvez pela influência do calcio. A explicação desse fato, que ainda não vimos relatado em qualquer trabalho sobre o assunto, parece decorrer de uma ação direta sobre o mesencéfalo.

Pelas experiências de Meltzer e Auer, a narcose provocada nos cães pelo sulfato de magnésio pode ser suspensa momentaneamente pela introdução de calcio no sangue, no passo que nos animais privados do telencéfalo a jejum calcico aumenta o estado morfeico.

A' luz das noções modernas parece pois justificada a admissão de duas espécies de sono: um mesodiencefálico ou infundíbulo-tuberiano, que permite ainda um certo automatismo como por exemplo do indivíduo andar, embora dormindo, o outro cortical, mais profundo, com abolição completa da consciência.

O sono infundíbulo-tuberiano, sono sub-cortical, comporta um elemento parasimpático. As experiências de Hess, provocando o sono pela injeção de tartrato de ergotamina, substância excitadora do parasimpático, no ventrículo lateral, conferem interessante papel à excitação dos centros vaso-simpáticos na produção do sono e estes centros estão na região basal do cérebro.

Justificando a importância dos centros sub-corticais na produção do sono deveríamos passar ao estudo das diferentes modificações patológicas dessa função para entrar no estudo das insonias ou agripinas, de letargia, hipersonia e das parasonias ou dislipnias como chama Lhermitte, inclusive o estudo do mecanismo dos sonhos.

O trabalho seria demasiado extenso e dele nos absteremos, lembrando apenas as possibilidades do assunto. Diremos apenas como noção prática, que os hipnóticos basilares de que falamos atrás, são mais energicos e talvez mais tóxicos, porque se localizam nos centros mesencefálicos e expõem ao risco de provocar desordens graves nos centros neuro-vegetativos indispensáveis à vida.

Ainda, para melhor frizar os conhecimentos atuais, convém distinguir insonias de origem cortical que se traduzem muitas vezes por uma espécie de sonhos desordenados suscetíveis de ser melhorados pelos hipnóticos céticos — e as que dependem do centro extra-cortical, regulador do sono que são insonias com angústia, para cujo tratamento convém mais os hipnóticos de predileção mesodiencefálica — além das insonias mixtas que necessitam a associação de hipnóticos corticais e basilares.

O sono se caracteriza, sob o ponto de vista psicológico, por um estado de dissociação psíquica semelhante ao que observamos na confusão mental.

Ziehen distingue mesmo 3 estados de confusão hipnica, cujas relações com as doenças mentais não será necessário esclarecer: o primeiro consiste em um estado de desorientação, quasi de embriaguez, que sobrevem quando se convida a dormir ou que persiste alguns instantes depois que se desperta.

Em outros casos a confusão é provocada pela vivacidade de um sonho particularmente angustioso: o indivíduo é bruscamente despertado de modo incompleto e prossegue seu sonho, em parte, misturando elementos deste com elementos da realidade. E' a maneira pela qual se realiza a confusão dos delirantes. O pavor noturno das eriângas consiste quasi sempre neste despertar subito e ansioso acompanhado de agitação confusa.

Outra modificação qualitativa do sono é o sonambulismo. Todos nós sabemos como se manifesta o sonambulismo noturno; um indivíduo adormecido senta no leito e põe-se a proferir palavras desconexas sem sequência lógica, ao contrário, frases corretas e bem construídas. Por vezes, quando interrogado, responde às questões de maneira imprecisa e inadequada. Esse au-

matismo leva muitas vezes o indivíduo a exercícios complicados e perigosos, mesmo nestas ocasiões, os sonambulos sabem evitar obstáculos e parecem compreender a significação prática das coisas. Durante o sonambulismo, indivíduos recebem facilmente sugestões as mais extravagantes e muitas conservam passivamente atitudes que se lhes dão aos membros, em verdade catalepsia.

Que de interessante está perturbação do sono nos pode fornecer para a compreensão de certos estados mentais!

A *narcolepsia*, nome pelo qual Gelineau designava uma "nevrose rara", caracterizada pela necessidade súbita e irresistível de dormir, ordinariamente com curta duração, produzindo-se em intervalos aproximados" e obrigando a dormir sem que a vontade pudesse conter esta determinação patológica, é alguma coisa no reverso das insônias.

Nestes casos a inversão do sono é mais ou menos brutal, com sensação de constrição cefálica.

Trata-se de uma perturbação morbida comum a estados patológicos ou variados e Lhermitte mostra que, si os tumores hipofisários determinam a narcolepsia com frequência impressionante, é precisamente porque a hiperatividade glandular provoca alterações na vizinhança da parte ventral do cerebro, onde se acha o centro regulador do sono. As observações e os fatos relatados por Claude, André, Thomas, Jumentié, Guillain, Bertrand e muitos outros mostram que a narcolepsia é observada nos casos em que os tumores cerebrais assentam no espaço interpeduncular.

O *onirismo narcoleptico* é qualquer causa como o sonho que vai além dos limites e conduz à desorientação no tempo e no espaço, a qual é uma característica do sonho, como o é também da fabulação.

A *cataplexia* é também um síndrome interessante. Bruscamente, após a vibração emotiva, acompanhada ou não da exteriorização (choro ou riso excessivo), ou mesmo sem causa aparente, o doente cai ou flote os joelhos, baixa a cabeça sobre o peito e a coluna vertebral se inclina como no adormecimento normal.

Este estado perdura de alguns segundos a alguns minutos e é causado pela conservação mais ou menos perfeita da consciência. O cataplectic ouve tudo o que se passa em torno e de fato conserva uma lembrança clara, durante a crise, procura lutar contra a inibição que o inutiliza para quer movimentos — o que não consegue — trazendo como consequência este agudo de ansiedade quecede com a crise.

As relações de cataplexia com o sono parecem sensíveis, sobretudo a cataplexia do despertar, quando não conseguimos um esforço supremo livre do sono ou sonho que nos traz ansiedade incrível.

Von Economo em seu interessante trabalho sobre a "Encefalite letárgica", publicado em 1929, dedica um interessante capítulo sobre patologias intitulado "O que nos ensina a encefalite letargia". Salientando que foi o primeiro autor a falar no centro regulador do sono, localizado di-

núcleo do motor ocular comum, na passagem do mesen para o diencéfalo, diz que os casos crônicos ou curados de encefalite letárgica mostram reações anormais aos hipnóticos, assim como às medicações despertadoras tais como o cardiazol, o que denota comprometimento do centro regulador do sono.

Cita os trabalhos de Dimitz e Schilder, de Gamper e outros, pelos quais se verifica que é possível a provocação de quadros psicóticos sintomáticos de diversas doenças, como o *delirium tremens*, mediante lesões orgânicas circunscritas do tronco cerebral. A encefalite letárgica pode simular estes quadros e o delírio alcoólico, com seu estado onírico, se acompanha de lesões anatômicas na mesma região cuja afeção pode dar lugar a alterações do sono com delírios da encefalite.

Se considerarmos, ainda, que a hipótese de Karplus e Kreidl focalizando no hipotálamo os centros nervosos para as funções organo-vegetativas está perfeitamente confirmada, deixamos bem patente o formidável interesse do estudo dos centros extra ou sub-corticais em psiquiatria.

Estudando as alterações da vontade, Von Economo diz que, nos encefalíticos "o caudal de representações está intato, assim como o pensamento e os projetos quinéticos dele derivados, portanto na aquimasia da encefalite letárgica o que diminui é o *impulso*" fator componente da *vontade*.

Encontra-se, pois, nestes casos, um transtorno psíquico não dependente de um fator ideogênio, porém consequente a uma lesão orgânica, provavelmente da *massa cinzentça basal do tronco cerebral*, da mesma maneira que as alterações do sonho, por ele desceritas, provêm de uma lesão orgânica do aqueduto e seus arredores.

Afirma Economo que o cérebro, segundo se progride na escala animal, adquire domínio sobre algumas funções do nosso organismo; a este processo chama-se *telencefalização*. Em relação à vontade e à vida afetiva, acha que a telencefalização é parcial e aumenta no decorso da vida mediante o exercício e a educação, sem chegar a ser completa como a da motilidade, por exemplo. Por isso encontramos conexões íntimas entre o tronco cerebral e o lóbulo frontal em relação às expressões afetivas e voluntárias, posto que ambos funcionem mediante solicitações idênticas.

Cita Reichardt, Bleuler, Gerstmann e Shilder como aceitando que os sintomas catatônicos e catalepticos dos dementes precoces devam depender de alterações funcionais dos mesmos aparelhos que provocam nos encefalíticos sintomas volitivos e motores análogos, isto é, que naqueles existem também lesões do tronco cerebral. A questão da *catalepsia* vem aliás sendo estudada com grande interesse e H. de Jong e Barnik (*L'encéphale*, 2 e 3 de 1930), publicaram interessantes observações sobre a patogênese de síndrome catatônica; e embora vários autores façam depender este síndrome dos núcleos da base, as lesões corticais verificadas nestes casos deixam dúvidas sobre as conclusões. Este assunto merece ser estudado à parte.

Stick resumindo numerosas pesquisas feitas a este propósito conclui que nos casos de catatonias existem lesões celulares difusas, predominando sobre-

tudo na cortex e nas vias fronto-ponto-cerebelares, sem que se possa falar um centro extra-cortical para a entontonía.

ALUCINOSE PEDUNCULAR

Um outro capítulo interessante do assunto que agora nos prende a atenção é o de *alucinose peduncular*. Uma série já bastante suficiente de observações neste sentido tem sido publicada e Lhermitte, num artigo publicado "L'encéphale" N.º 5, de Maio d'este ano, faz uma revista crítica sobre questão.

Sob a denominação de alucinose peduncular, Lhermitte e Lado van Bogt estudaram as manifestações alucinatórias que aparecem e se desenvolvem em doentes atingidos de lesões limitadas ao mesodiencefalo, isto é, à região trai do 3.º ventrículo e à calote peduncular que é seu prolongamento posterior.

Lhermitte em 1922 apresentou à Sociedade de Neurologia de Paris doente longamente estudada na qual ele mostrava os laços estreitos que haviam a alucinação á calote peduncular. Esta doente apresentava estrabismo convergente do olho esquerdo, testemunha de uma paralisia completa da par, acompanhada de tremor intencional do braço direito. Poucos dias mais tarde apareceu combose completa da palpebra esquerda, acompanhada de paralisia dos músculos extrínsecos do globo ocular. Posteriormente a doente, com grande surpresa, viria a aparecer diante de seus olhos, sobretudo à tarda, cair do dia, animais fantásticos, visões silenciosas que se transformavam em coisas que podiam mesmo ser tocadas por ela. A doente, que apresentava nesse período o sono fortemente perturbado pela insonia, não acreditava que suas percepções fossem fatos reais. Eram alguma coisa como as alucinações higógicas, sem que, contudo, a paciente dormitasse.

Em outro caso, publicado por Jacques Toupet, observou o mesmo autor uma doente mergulhada em sono morbido profundo, despertável pelas excitações externas, com paralisia dos músculos do globo ocular, a cerca de um mês após, dissipada a letargia, apresentava, no entanto, perturbações da esfera psíquica, sobretudo caracterizadas pelo estado alucinatório. Também ao cair do dia, embora desperta a doente, ela era presa de visões tipicas, coloridas, moveis e silenciosas. Por vezes, eram animais estranhos que penetravam em seu quarto, ora personagens que vinham, ora não sabia de quem se tratava. Ela desfilaria no campo de sua visão, e outras vezes ela se acreditava em teatro assistindo representações variadas. Esse desfilar de imagens alucinatórias não lhe trazia qualquer reação afetiva ou vibração emocional; passava antes um divertimento.

Em ambas as doentes, até então mentalmente sãs, os autores viram recorrer as alucinações em condições idênticas, após um ictus. Nelas, o desenrolar do quadro alucinatório extravagante não trazia reações ansiosas nem miedosas. O foco causal das desordens psíquicas era fácil de precisar pela nitidez dos fenômenos clínicos que aqui não transcrevemos, para sermos menos didáticos.

Ludo van Bogaert publicou depois uma observação completa, baseada quasi sobre estas, com o mesmo tipo de alucinações e sinais identicos de localização peduncular.

O exame histológico do caso de van Bogaert revelou a existencia de um foco de amolecimento ligado a uma arterite específica do pedúnculo retro-mamilar, interessando o nucleo vermelho, a comissura de Forel e a parte interna do pé do pedúnculo.

Em 1929, Bogaert publicou nova e sugestiva observação de uma doente com narcolepsia e alucinose vesperal.

Após esta, novas observações apareceram com as provas anatomicas.

Ihermitte, Gabrielle Levy e J. Trelles apresentaram à Sociedade de Neurologia de Paris, em Fevereiro de 1932, o resultado de necropsia de um doente com alucinose peduncular e o cortejo clínico completo desta localização. Tratava-se de um indivíduo intoxicado por diversos narcóticos, sobretudo pelos da série barbitúrica, que, após as perturbações mentais e neuroológicas dependentes desta intoxicação, veio a falecer. Não será mais necessário lembrar o que foi dito, atrás, da ação destes hipnóticos sobre os centros sub-corticais. O exame anatomico deste caso mostrou alterações da calota peduncular com degeneração metacromática e integridade da cortex.

Os fatos que acabamos de relatar falam por eles mesmos e quasi dispensam comentários.

Sob o ponto de vista psicologico, o que caracteriza o alucinado peduncular é o desinteresse pela situação presente, o afrouxamento da atenção e da critica, a dispersão da idéia, a tendência à fabulação, o enfraquecimento de senso real, da atenção à vida. Essas modificações do espírito são como sabemos os traços mais notórios e mais autênticos do estado hipnico. O alucinado peduncular parece um sonhador acordado ou mal adormecido, um indivíduo cuja função hipnica, profundamente perturbada, foi dissociada pelo capricho de uma desorganização anatómica. É provável que nestes casos uma disposição dinâmica ou estética da cortex intervenha para favorecer o aparecimento da alucinose.

EPILEPSIA

Albert Salmon de Florença, em um artigo publicado na Presse Médicale de 6 de Janeiro de 1932, discute a questão da existência de um *centro vegetativo epileptogênico*, na região diencefálica.

Salmon inicia seu trabalho mostrando que as teorias corticais não explicam a presença de crises convulsivas nos animais decerebrados ou nos recém-nascidos; não justificam por que é que as crises epilépticas aparecem de ordinário na época da puberdade, se acentuam nos períodos menstruais e se dissipam muitas vezes pela gravidez ou pela castração. As teorias corticais não explicam os casos de epilepsia de origem endocrinica, melhorados ou curados pelo tratamento instituído neste sentido.

Por outro lado, si as lesões meningo-corticais constituem origem frequente da epilepsia, os casos de epilepsia estriada descritos por Sterling, Wimmer,

Vogt, etc., são indiscutíveis, assim como os de origem talâmica (Chartier bulbar (Frank, Pitres, Schroeder, Kusmaull) não são raros.

As difusibilidades do estímulo convulsivo invocam o sistema simpático, pois as crises se traduzem por um síndrome vegetativo, isto é, pelo angústia cortical inicial, taquicardia, midriase, exoftalmia e palidez cutânea, seguidas da síndrome vagotonico; perturbações vaso-dilatadoras, enfraquecimento do pulso, acentuação do reflexo oculo-cardíaco, dermografismo, lio, hipersecreção salivar, etc. Além disso, as crises epilépticas se intensificam pela adrenalina e pela insulina e frequentemente desaparecem pelo patectomia.

"Estes dados justificam não sómente a idéia de que o simpático continua o laço que une todas as manifestações epilépticas, mas também a tese de que o principal centro epileptogênio possua, muito provavelmente, uma natureza vegetativa".

Ora, a excitação experimental dos núcleos infundibulo-tuberianos produz sintomas idênticos aos observados nas crises epilépticas. Marinesco, S. Kreindler, injetando cloreto de potássio nas paredes do 3º ventrículo e nos ventrículos laterais, observam crises convulsivas seguidas de sono profundo, segundo aqueles observadores, pela depressão do centro de sono regulador do sono.

Morgan, que verificou em animais crises convulsivas após injeção de nitrato de prata no *tuber cinereum*, diz haver observado alterações bem claras destes centros nervosos em necropsias de epilépticos e conclui que a crise epiléptica é consequência da irritação do *tuber* determinando secreção supra-renal e da tireoide. A clínica nos mostra que a hipertensão brusca do ventrículo traz muitas vezes perda da consciência e crises convulsivas assim como também se observam acessos epilépticos nos tumores do 3º ventrículo e nos tumores da hipófise, fatos estes de compressão imediata da região tuberiana.

As relações da epilepsia com perturbações funcionais da hipófise são descritas por uma série enorme de observadores, como Redlich, Tükel, Kennan, Cushing, Lowenstein, etc. com verificações anatômicas. Os argumentos citados por Salmon falam em favor da hipótese que defende.

Um dado importante que se pode citar em apoio da existência de um estímulo convulsivo diencefálico, consiste na maneira habitual de terminação das crises epilépticas por um sono profundo, que como já vimos depende de um centro regulador, localizado na região infundibular.

Certas variações do líquor verificados nos epilépticos, a ação do humor sobre as crises, além de uma série enorme de fatores que São associados com muita oportunidade, trazem a convicção da existência deste centro.

O mesmo autor diz que a etiologia complexa da epilepsia se tornaria se admitir na região diencefálica a existência de um centro muito sensível às modificações qualitativas e quantitativas da secreção.

raqueana, aos estímulos tóxicos, aos reflexos emotivos endocrinicos e aos hipnóticos. Estes centros vegetativos diencefálicos, pelas relações íntimas com os centros vaso-motores subtalâmicos, mesencéfalicos e bulbares, constituem mecha que iria provocar a explosão do acesso convulsivo com todos os características de uma crise vegetativa cerebral intempestiva.

COMISSURA CINZENTA

A *comissura cinzenta*, considerada por alguns autores como órgão de regressão, parece constante nos mamíferos e é inconstante no homem.

Designa-se sob o nome de comissura cinzenta a uma lámina nervosa de coloração cinzenta, que se estende, em plena cavidade ventricular, da face interna de uma cama óptica à face similar da cama óptica do lado oposto.

Testut refere que Macedo, em 1887, examinou na Escola de Medicina de Lisboa 215 cerebros humanos e verificou a ausência de comissura cinzenta em 43 deles, isto é, em 20 %; Tenchini viu que esta anomalia era mais frequente no homem que na mulher.

Porém o que havia de enrioso nas observações de Macedo é que "a característica dominante nos indivíduos privados da comissura era a de revelar em seus atos psíquicos uma singular precipitação, acompanhada de certa desordem e desequilíbrio entre as impressões externas e internas". Seriam segundo aquél autor desequilibrados, desarmónicos, psíquicamente falando.

As observações posteriores não confirmaram esta suposição.

Ultimamente, Morel e Weissfeiler, de Genebra (*L'encéphale* de Novembro de 1931), fazendo um estudo anatomo-clínico da comissura cinzenta, chegaram às seguintes conclusões:

A ausência da comissura cinzenta é apanágio do homem e mais particularmente do sexo masculino, onde em 27 % não se encontra esta comissura, passo que nas mulheres ela falta apenas em 10 %.

Em três grupos de afecções do encéfalo encontra-se esta proporção exagerada de agenesia da comissura cinzenta: na psicose alucinatória crônica, na paralisia geral e nas demências senis e por arterio-esclerose.

Outros grupos nosológicos se afastam nitidamente da regra habitual. Indivíduos afetos à intoxicação alcoólica (*delirium tremens* repetidos ou dromo de Korsakoff — alcoólico) acusam uma proporção de 50 % de agenesia da comissura cinzenta.

Na idiotia, na demência precoce e na coreia de Huntington nenhuma encontraram a ausência da comissura.

Na epilepsia infantil também é rara a agenesia da comissura. Estes dados são incompletos e carecem de maiores observações anatomo-clínicas experimentais, para que se possa dar à comissura cinzenta qualquer importância em medicina mental.

Trouxemos estes fatos à baila, para justificar o interesse das pesquisas e para dizer alguma coisa sobre um território sub-cortical provido de células que bem poderá ter um dia funções de um centro extra-cortical.

Temperamento, caráter e constituições psicopáticas

3.º CONFERÉCIA DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO SOBRE PSIQUIATRIA

BUNO DE ANDRADE

Docente livre de Clínica Psiquiátrica

Na multiplicidade das diferenças físicas e mentais entre os indivíduos da espécie humana, o espírito científico procura fixar umas tantas formas ou modelos em torno dos quais se possam agrupar, à guisa de uma classificação, os indivíduos isolados. Na verdade a classificação é a resultante final do estudo de uma série de fenômenos da mesma ordem. Se todos os fenômenos biológicos da espécie humana fossem suficientemente conhecidos, eles se classificariam espontaneamente ante o nosso espírito assim como se classificam os corpos químicos.

Os tipos humanos, fixados segundo critérios vários, de acordo com certas idéias dominantes no momento, constituem apenas pontos de referência nocaos das variações individuais.

Em geral esses tipos resultam de um raciocínio dedutivo, tirado de grande número de observações, de indivíduos tomados isoladamente e depois encarados em conjunto; daí serem esses tipos criações abstratas que jamais se concretizam em um dado indivíduo.

Esta tendência do espírito científico a reduzir a variabilidade a normas fixas é bem expressa na obra de Hippocrates, que foi sem dúvida o primeiro que ensaiou uma classificação dos homens, por certo com as suas idéias aos quatro humores — sangue, bilis, fleuma e atrabilis. Da mistura com proporção destes quatro humores resultaram quatro tipos, ou temperamentos.

Galen, grande médico, porém de espírito propenso a excessos de generalização, estabeleceu as seguintes concordâncias entre estes quatro humores e temperamentos com os climas, as estações, as quatro fases da vida:

1.º — sangue — temperamento sanguíneo, clima temperado, primavera infância;

2.º — bilis — temperamento bilioso, clima quente e seco, estio, mocidade;

3.º — atrabilis — temperamento melancólico, clima frio e seco, outono idade madura;

4.º — pituita — fleuma, temperamento fleumático, climas humidos e frios, inverno, velhice.

Estas duas classificações constituíram tema de copiosas e eloquentes discussões que fizeram as delícias das gerações médicas passadas, mas hoje não têm outro valor a não ser o de nos apontar para o erro incompreensível dos 4 humores, erro ao qual durante 1.600 anos estiveram apegados todos os médicos e todos os fisiologistas.

A's idéas humorais desta época sobreviveu o termo temperamento com equivalente ao de tipo somato-psíquico, que ainda hoje é frequentemente empregado, embora com significação diversa da etimologia. Cabe dizer que na terminologia bio-típologica subsiste o eterno conflito das escolas e das sistematizadoras, a começar pelo modo de entender e definir os termos.

Em suma, a finalidade dos estudos que se convencionou chamar de biotípologicos representa um esforço para se chegar a uma noção sintética da personalidade. Síntese que será tanto melhor formada, quanto melhor conhecidos os elementos desmembrados pela análise na complexidade dos fenômenos biológicos.

O homem, como todo organismo vivo, afim de realizar a sua adaptação ao meio, sistematiza os seus atos, adotando, por herança ou por aquisição, normas gerais mais ou menos fixas que constituem o fundamento da sua existência. Estas normas, que Laignel Lavastine prefere chamar coeficiente reacional individual, são os arquétipos que regulam todas as variantes da integração do indivíduo ao meio. Em parte inatas, em parte adquiridas, essas normas ou fórmulas trazem as linhas distintivas de cada indivíduo.

A integração de todas essas fórmulas de adaptação numa unica expressão corresponde ao "bio-tipo individual" de Pende.

Sí, nesta síntese, nós encararmos apenas o aspecto somático, chegarímos à noção parcial do bio-tipo correspondente à constituição. Laignel Lavastine assim a define: "modo morfológico do coeficiente reacional". Nessa mesma ordem diremos que o temperamento é o aspecto fisiológico dessa síntese e o caráter psicológico; ou nos termos do professor parisense: "modo fisiológico e modo psicológico do coeficiente reacional individual".

Esta maneira de delimitar o significado das palavras — constituição, temperamento e caráter — nada tem de nova nem de original a Laignel Lavastine. Quando, de passagem, Francisco de Castro toca neste assunto, produz e comenta trechos de autores que, de há muito, já estabeleceram essa mesma diferenciação e das palavras do mestre brasileiro depreende-se que ele restringia o termo constituição às condições morfológicas, preferindo pelo temperamento o sentido dado por Laycock: "Temperaments... fundamental modes of vital activity peculiar to individuals".

Francisco de Castro não se pronuncia sobre o termo caráter, mas definição deste decorre naturalmente daquela dada a temperamento.

No ponto de vista geral, o modo psicologico fundamental de cada individuo, que é o caracter, nada mais é que um modo fisiologico, apenas de uma atividade vital mais elevada. Na verdade, quando se procura traçar o limite entre êsses dois departamentos convencionais da atividade vital, isto é, entre a fisiologia do corpo e a do espirito, cai-se no apero da causa primaria do psiquismo, tão insolvel como o da origem da vida.

Constituição, temperamento e caracter sendo normas mais ou menos fixas que o individuo adota para a sua adaptação ao meio, é facil compreender que êsses tres modos de ser do coeficiente reacional individual se acham forçosamente relacionados entre si, afim de atingir á mesma finalidade.

E' justamente esta relação que a ciencia procura estabelecer, preferindo apresentá-la na expressão concreta da constituição. Em ultima análise, todo o problema se reduz em achar relações biometricas entre a forma e a função, o corpo e o espirito, isto é, em achar uma forma de se medir a mentalidade por meio de unidades somaticas e fisiologicas.

Nos organismos animais, os diversos tecidos, reunidos em órgãos distintos, atuam uns sobre os outros, de forma que cada modificação de um deles determina modificações mais ou menos intensas, algumas vezes muito evidentes, outras muito apagadas dos outros.

Todas as funções organicas, as mais elementares como as mais complexas, coordenam-se desta forma para um mesmo fim que é a conservação do individuo e da especie.

Esta coordenação das funções é realizada pelo sistema neuro-endoocrinico, constituído pelo sistema nervoso da vida vegetativa e pelo conjunto de glandulas de secreções internas. Dest'arte, é o mecanismo neuro-endoocrinico a base do temperamento.

A harmonia que preside ao funcionamento em conjunto dos varios órgãos corresponde ao aspecto dinamico do temperamento.

Este complexo fisiologico coordenado, para o qual cada órgão colabora com a parcela necessaria da sua atividade, visa em ultima análise manter o equilibrio bio-químico do organismo.

O temperamento corresponde á fórmula bio-química na qual se unifica a multiplicidade das funções organicas. Poderíamos dizer, como a própria palavra indica, que "o temperamento é a proporção, segundo a qual estão misturados os materiais químicos do organismo".

Nos animais superiores, a morfologia obedece a uma relação harmonica entre as várias partes do organismo, diretamente ligadas á harmonia funcional.

A experiência e a observação demonstram que, rompida a harmonia funcional, logo se manifestam variações morfológicas.

Fatos concernentes ao funcionamento da tireoide, das supra-renais e da hipofise provam cabalmente essa assertão.

Essa solidariedade entre forma e função muito se esclarece quando uma doença ou uma intervenção experimental, alterando primitivamente o químismo organico, altera secundariamente a forma do organismo.

Nenhum fato, porém, é mais demonstrativo da influência do que sobre a forma corporal e também sobre o psiquismo, do que aqueles eados por Pézard nas suas curiosas experiências sobre galinaceos. Com método rigorosamente científico, esse fisiologista estabeleceu o determinismo endocrinico, tanto da morfologia, como da conduta psico-sexual. De suas experiências depreende-se que as correlações entre as funções sexuais e os fatos de ordem morfológica a elas ligados se efetuam por via humoral. Em outros termos, que as glandulas sexuais derramam na corrente sanguínea substâncias químicas que determinam o aparecimento de certos elementos fisiológicos típicos de cada sexo. As alterações que se manifestam na conduta psico-sexual, em consequência da supressão dos órgãos reprodutores, se realizam por via humoral. O papel harmonizador do sistema nervoso vegetativo obedece, pelo menos nesta esfera, aos estímulos trazidos por via sanguínea sob a forma de substâncias químicas específicas (hormônios iônios).

E' de observação corrente que na própria evolução normal da vida humana as modificações morfológicas e psicológicas sucedem a modificações bio-químicas de origem endocrinica.

Pode-se concluir que há uma solidariedade somato-fisiológica, assim como uma psico-fisiologia, mantidas ambas pelo mecanismo neuro-endocrinico. Vale dizer que a constituição e o caráter dependem do temperamento, "os dois ramos do mesmo tronco" (Laignel Lavastine).

A complexidade do funcionamento correlato do aparelho endocrinico com o sistema nervoso vegetativo pode ser reduzida ao esquema seguinte: o aparelho endocrinico entra em ação ou por influência de um agente químico que o atinge por via humoral, ou por um influxo de sistema nervoso vegetativo; este manifesta a sua atividade ou por uma sensação sensorial colhida por uma fibra aferente e transportada a um centro de onde se projeta por uma fibra eferente a um órgão onde se manifesta a reação (mecanismo neuro-direto) ou por uma ação química, por influência de uma substância que atua por via sanguínea (mecanismo neuro-químico ou humoral).

Em geral, quando o organismo tem necessidade de realizar uma ação funcional rápida, utiliza-se da via nervosa; quando, porém, a ação não é urgente, ele dispõe da via humoral.

Entre os produtos químicos dos órgãos endocrinicos, distinguem-se três ações fisiológicas: a) os hormônios, substâncias excitantes; b) os iônios, substâncias que gozam de uma ação eletiva sobre o desenvolvimento corporal; c) os eflorônios, substâncias inibidoras (Laignel Lavastine).

A ação excitante dos hormônios verifica-se tanto sobre o funcionamento do sistema neuro-vegetativo, como sobre o funcionamento dos órgãos endocrinicos. Um exemplo de hormonio de ação preferencial sobre o sistema nervoso é dado pela adrenalina; a secreção da hipófise exemplifica um exemplo de ação preferencial sobre o desenvolvimento.

Essas noções de fisiologia nos permitem entrever como a mistura química do organismo influencia, de um lado, a morfologia e, de outro, a mentalidade do indivíduo, e nos levam a acreditar que o neuro-enderocrinismo constitui o núcleo específico do bio-tipo individual de Pende ou do coeficiente reacional individual de Laignel Lavastine.

Assim, pois, no estudo sintético da individualidade importa tomar o equilíbrio bio-químico resultante da harmonia fisiológica, como ponto de referência das relações entre o físico e o psíquico.

Naccarate e Garret orientaram pesquisas nesse sentido e, havendo previamente estabelecido um índice morfológico, procuraram distinguir os traços dominantes das funções endocrinológicas em relação a esse índice e em relação à emotividade.

Concebe-se facilmente que, assim sendo, não se possam formular relações constantes entre constituição e caráter, visto ser aquela condicionada por produtos endocrinológicos (hormozonios) diversos dos que condicionam o feitiço psicológico do indivíduo (hormônios e chalonios, talvez até eletivos para o sistema nervoso).

Na verdade, existem relações de simultaneidade entre fatos da série morfológica e fatos da série psicológica, mas estas relações não são diretamente causais. Interpostos entre eles há, necessariamente, fatos fisiológicos, a quem ambos estão ligados de modo direto, porém quimicamente diversos.

Para atingir esse desideratum, não há ainda hoje elementos científicos suficientes, pois a fisiologia ainda não determinou a proporção desses produtos nas várias condições orgânicas.

Desta forma a solução do problema das relações entre o corpo e o espírito parece residir em uma questão de química biológica, conhecida apenas em suas linhas gerais, sem que se possa ainda a ela aplicar o método cartesiano de medidas indiretas por meio de relações fixas.

Quando são muito evidentes, como nos casos patológicos e experimentais, as alterações concomitantes da morfologia e do psiquismo, determinadas por uma alteração de um órgão endocrinológico, a relação causal salta aos olhos. Em tais eventualidades, porém, logo se percebe que não é a forma corporal que altera o psiquismo, nem este aquela, mas sim o distúrbio endocrinológico, que atua sobre ambos, seja por via humorial, seja por via simpática. A dificuldade em se fixar as relações entre caráter e constituição torna-se ainda mais evidente quando se verifica que para o mesmo estado fisiológico pode existir uma gama de estados psicológicos.

Para Bergson o estado fisiológico é uma condição necessária, mas por insuficiente, para um determinado estado mental, o que vale dizer que o determinismo fisiológico em parte preside à formação dos estados mentais.

Na complexidade dos fenômenos psíquicos distingue-se uma categoria de fatos muito ligados ao funcionamento orgânico e que interferem de uma maneira muito acentuada na constituição da mentalidade individual: são os fatos da vida afetiva.

Esta, resumindo todas as necessidades da vida orgânica, é, de uma maneira direta e imediata, ou indireta e remotamente, em última análise, o elemento fundamental da atividade psíquica.

As variações fisiológicas normais não se expressam em representações intelectuais, mas sim em fatos afetivos elementares. Por esta razão certos autores incluem estes fatos elementares da vida afetiva dentro da noção de temperamento, excluindo-os da concepção do caráter, que limitam exclusivamente a fatos intelectuais e reações voluntárias.

Toda a vida afetiva repousa no sentido íntimo da atividade orgânica, que classicamente se chama *cenesthesia*. É por essa sensibilidade especial que o nosso organismo manifesta as suas necessidades orgânicas e é por ela que são orientadas os mais complexos e elevados estados de consciência. As sensações externas repercutem subjetivamente de um modo agradável ou desagradável, conforme condizem ou não com o estado cenestésico da consciência.

Um dos traços mais característicos da vida afetiva é ser toda pessoal; por isso que ela obedece às condições da cenesthesia que varia de um indivíduo a outro e no mesmo indivíduo consoante as variações fisiológicas do seu organismo.

Destarte percebe-se como o funcionamento orgânico pode influenciar, e de fato influencia, a atividade psíquica em geral.

As sensações cenestésicas utilizam-se das vias sensitivas do sistema nervoso neuro-vegetativo, e atingindo o cérebro só despertam estados afetivos que são os orientadores de toda atividade intelectual e voluntária.

Esta influência das alterações orgânicas sobre a vida psíquica robustece enormemente com a hipótese da existência de centros corticais simpáticos repartidos em todo o manto cerebral e capazes não só de agir sobre os centros psíquicos, como também de ser influenciados por estes.

Terminando estas considerações, julgamos muito a propósito transcrevermos dois trechos da lição de Dupré — "La Doctrine des Constitutions" — que resumem com clareza e elegância peculiares à língua francesa tudo que nos esforçamos em demonstrar: — "L'écorce cérébrale, véritable lieu géométrique de réception, de fusion et d'émission des activités de l'économie, nous apparaît-elle comme la représentation résumée, fidèle et complexe, de l'organisme tout entier.

Si c'est dans le cerveau que se manifeste l'énergie psychique, ce n'est pas dans le cerveau qu'elle s'engendre: elle naît ailleurs. C'est dans l'intimité de tous nos tissus qu'il faut chercher les sources primitives qui la dégagent...

C'est en remontant ainsi aux sources organiques de l'énergie nerveuse et psychique qu'on reconnaît la nature primitivement sensitivo-motrice de éléments originels da mentalité, qu'on peut se convencer que notre psychologie est faite de notre physiologia, et que notre physiologia n'est autre chose que notre anatomia em mouvement. L'âme, pour emprunter ce vocabulaire aux vieilles philosophies, n'est donc que notre corps en activité".

Kretschmer, por seu turno, insiste em demonstrar que a vida psíquica não corresponde exclusivamente às funções da cortex cerebral. "Certos fatores, diz ele, que são para a personalidade de grande importância no que diz respeito às funções da vida consciente, da vida instintiva e da afetividade, ligam-se no ponto de vista da fisiologia cerebral não unicamente aos hemisferios cerebrais, mas também e principalmente às regiões da base do cérebro".

E depois de provar suficientemente, com dados tirados dos fisiologistas, que aí está o centro onde se elaboram as sensações e os impulsos motores instintivos, ele completa o seu pensamento por esta proposição sintética: "é pois a base do cérebro que no ponto de vista da fisiologia cerebral constitui o núcleo da personalidade, enquanto que os hemisferios cerebrais não formam sinão um instrumento complicado sob a dependência da base do cérebro, um aparelho encarregado de funções particulares, diferenciadas da qual a principal consiste em registrar os engramas".

Esta proposição de Kretschmer fundamentada em dados precisos leva a considerar a vida psíquica como constituída por duas ordens de atividade, uma correspondendo à afetividade e aos instintos, e que se elabora nos órgãos do cérebro, outra nos fatos intelectuais e voluntários, cujo órgão elaborativo é a cortex cerebral. Ambas se influenciam reciprocamente e a fórmula por que elas se influenciam dá o traço característico da personalidade psicologica.

Em outros termos, a vida psíquica é constituída por uma superestrutura intelectual e voluntária em relação com uma infraestrutura afetiva e instintiva. Esta precede aquela tanto na evolução filogenética como na ontogenética.

Da exposição de Kretschmer conclui-se que o temperamento equivale à atividade dos núcleos d'ágape no passo que o caráter à cortical.

"É evidente, diz ele, que as reações às mesmas excitações afetivas exteriores devem variar de homem a homem segundo a constituição individual do sistema nervoso vegetativo"...

"De qualquer forma, porém, a cooperação estreita que existe entre a afetividade e o sistema nervoso vegetativo constitui um fato estabelecido e de alta importância nas relações entre a alma e o corpo".

Seguindo as suas idéias psicológicas, tomando como paradigmas as duas psicoses endógenas — L. M. D. e D. P. K., estabeleceu os 2 arquétipos de temperamento — o ciclotímico e o esquizotímico.

Correspondendo a estes tipos de temperamento, Kretschmer aponta uns tantos tipos de constituição morfológica: o tipo *picnico*, estrutura corporal compacta, espessa, atarracada, frequente sinão exclusivo, nos ciclotímicos; o tipo *astenico* e o tipo *atletico*, *leptosomico*, mais encontradiços nos esquizotímicos. Calde dizer que o próprio autor considera esses tipos como ideais, não representando sinão um esquema didático.

Muitas outras formas podem ser desceritas: displásicas, disglandulares (cunucoides, adiposas, infantis, etc.), mas o autor assinala que é rara a presença entre as formas de estrutura de um dado temperamento de elementos pertencentes às formas do temperamento oposto: uma estrutura picnica neusa-

da é rara entre os esquizotípicos e os displásicos são muito pouco numerosos entre os ciclotípicos.

CARACTER

"Caracter, diz Paulhan, é a forma de atividade mental peculiar a cada indivíduo". É a norma dinâmica pela qual se constituem os estados de consciência.

Na atividade mental entram como fatores essenciais as influências da vida orgânica representada pelos estados afetivos elementares, — tendências, inclinações, necessidades subjetivas, — e o valor funcional relativo dos órgãos especiais por meio dos quais nós mantemos o contato com o mundo exterior.

Dest'arte a formação dos caracteres obedece a um determinismo fisiológico básico. Quando para um mesmo estado fisiológico se podem manifestar vários estados mentais, é porque estes se equivalem no ponto de vista da vida vegetativa, isto é, porque todos condizem com o estado consciente, o qual representa o "eu" fundamental.

A forma de atividade mental, que é o caráter, diretamente ligada ao temperamento, varia e evolui de acordo com ele.

O conteúdo mental, isto é, os elementos estáticos da consciência, podem substituir e variar por influência do mundo exterior, mas a forma por que se reúnem os elementos subjetivos e objetivos numa síntese psicologica é sempre determinada pelas condições fisiológicas do organismo.

Assim poderíamos dizer, com Paulhan, que o fundo, a base, dos caracteres consiste nas tendências que, a nosso ver, não são senão a repercução na vida psíquica das condições da vida orgânica.

"Sobre cada atitude psíquica há sempre uma atitude fisiológica". O fundo da nossa individualidade moral e intelectual mergulha nas profundezas da vida orgânica. Como, porém, essa influência se processa sob forma inconsciente, como, em geral, todas as funções vegetativas, na formação dos nossos estados conscientes ela escapa ao conhecimento direto. O preceito socrático — Conhece-te a ti próprio — é, por essa razão, difícil de ser realizado.

Toda a ciência "caractereológica" (*), como a chamam os alemães, "etológica", como preferem os franceses, visa conhecer os fatores que contribuem para a formação deles, assim de, desse conhecimento, tirar consequências de ordem prática, quer no domínio da pedagogia e da higiene mental, quer no da psiquiatria.

A atividade psíquica, ligada ao temperamento numa relação causal, age-se para o mundo exterior assim de nele realizar a inserção do indivíduo. Essa adaptação não é só passiva, senão também ativa; vale dizer que

(*) — Emil Utitz, professor da Universidade de Halle, publica desde 1924 uma revista sobre a matéria — *Jahrbuch der Karakterologie* — e em 1925 resumiu em um livro os mais interessantes temas tratados nos dois números já publicados da revista. Ed. Rodolph Heise — Berlim.

é só se modificando a si próprio que o organismo se procura adaptar ao meio, mas também, e em parte, modificando o próprio meio.

Laignel Lavastine encara a conduta do indivíduo ante as variações mesologicas como traço essencial do caráter e vê na predominância de fibras musculares lisas ou estriadas a razão de ser dessas duas formas de adaptação. Aqueles em que prevalecem as reações lisomotoras são os que têm a vida orgânica e a vida mental mais estreitamente ligadas; aqueles em que as reações estriomotoras são mais prontas ou habituais mantêm um contato mais eficiente com o mundo exterior.

A adaptação à vida social sendo a que mais encontra a atividade mental, certos autores definem o caráter como um complexo socio-psicologico, tomando por essencial a conduta do indivíduo em face da sociedade. Esta concepção parcial do fenômeno não nos levaria senão a conhecê-lo em seus efeitos e níveis na sua origem.

A variedade com que se apresenta em cada indivíduo o coeficiente racial psicologico explica-se pela maior ou menor influência do mundo exterior. Por esse critério genético pode-se distribuir os caracteres em dois tipos, para os quais usaremos indiferentemente as denominações de Binet ou de Jung: *subjetivos* ou *extravertidos* e *objetivos* ou *intravertidos*.

No primeiro tipo o traço dominante é a acentuada influência da vida interior sobre todas as manifestações psíquicas. A atividade mental mais ou menos desligada do mundo exterior trabalha com os elementos que lhe fornece a sua subjetividade. Os processos intelectuais raramente se elevam às formas do raciocínio abstrato. A mentalidade adstrita à influência da vida orgânica se exterioriza por formas intelectuais elementares de imaginação concreta, muito vizinha na sensação, nas quais predomina um traço acostumadamente pessoal, muito característico da vida afetiva.

Os caracteres moldados neste tipo vão desde os egoístas grosseiros até os ambiciosos mais fantasistas e sonhadores.

Nos *extravertidos* a inteligência, isto é, os processos cognitivos do espírito, encontram terreno propício ao seu completo desenvolvimento. A mentalidade aberta às influências do mundo exterior exorbita do círculo estreito do seu "eu" fundamental e se expande em pensamentos ou em atos de caráter impersonal. Polarizada nesse sentido a mentalidade se eleva às concepções mais abstratas, cuja característica é justamente a impersonalidade.

Os *extravertidos* procuram interpretar o mundo que os cerca e os *intravertidos* são forçados preferentemente a interpretar o mundo interior.

Conhecendo melhor o mundo exterior que os subjetivos, os objetivos têm reações mais adequadas às condições exteriores.

Os *intravertidos*, sentindo mais intensamente as necessidades de sua vida orgânica, procuram uma adaptação limitada a um ponto de vista pessoal. A adaptação realizada por aqueles é mais vantajosa sob o ponto de vista geral da conservação da espécie, porém a destes o é para a conservação do indivíduo. Daí a direção egoista das reações dos intravertidos e a altruística dos extravertidos.

Na prática, porém, conforme já haviam assinalado Binet e Jung, dois tipos se encontram mais ou menos ao mesmo tempo em cada indivíduo.

Não seria possível a existência isolada e exclusiva de um só deles. Que a mentalidade, que tem por fim a conservação do indivíduo e da espécie, polariza permanentemente num só sentido, ou exclusivamente para as questões da vida orgânica, ou exclusivamente para as do mundo exterior, e consegue realizar a sua finalidade e torna-se evidentemente morbida.

Para se classificar o caráter numa ou noutra dessas chaves deve terminar qual a direção mais habitual e preponderante que toma a mentalidade.

A melhor adaptação ao meio será realizada por aqueles que tiverem feito equilíbrio entre a direção subjetiva e objetiva do espírito, isto é, o mundo interno e o mundo externo. Será esse o tipo psicológico ideal.

As oscilações que o mesmo indivíduo pode apresentar entre essas direções opostas de espírito obedecem certamente a um determinismo lógico. O raciocínio que explica essas oscilações dentro da normalidade também servir para explicar as grandes oscilações que o indivíduo apresenta nos casos evidentemente patológicos na loucura maniaco-depressiva. As de excitação nas quais o doente vibra unisso com o mundo exterior respondem a um exagero de intensidade e duração na orientação objetiva impulsionada pela mentalidade. Os exageros da direção subjetiva do espírito, determinados por condições fisiológicas complexas, conduzem o indivíduo progressivamente para a fase depressiva da loucura maniaco-depressiva.

A nosso ver, nos esquizotímicos e esquizoides, descritos pela escola Bleuler e Kretschmer e seus adeptos, a introversão é a resultante de um duzido valor funcional dos órgãos destinados especialmente a manter o indivíduo com o meio (aparelho neuro-muscular da vida de reação) não porque eles sejam alterados, mas, sim, por não terem atingido a feiçãoamento que esses órgãos podem atingir, como atingem, nos indivíduos normais. Neles a orientação subjetiva é forçosamente a que prepondera, porque o mundo exterior não encontra, como nos normais, caminhos face à realidade para atingir a consciência e aí prepondera sobre os dados oriundos da vida orgânica. O caráter introverso nestes casos é resultante de uma incapacidade cética para os elementos do mundo exterior; o espírito não se comunica com as formas intelectuais abstratas, impersonais, porque não se pode isentar da influência permanente dos elementos da vida orgânica.

Nos ciclotímicos as variações de direção objetiva ou subjetiva se dão por um acréscimo de intensidade e não por uma redução; nos esquizotímicos a introversão se processa por uma redução real dos elementos do mundo exterior, sem acréscimo da influência da vida orgânica. Nos primeiros o mundo exterior sofre uma redução relativa, porque o mundo interior se torna mais influente; nos segundos o mundo exterior é constantemente mais preponderante, porque o mundo exterior não pode atuar senão de uma maneira precária.

Quanto aos dementes precoce (esquizofrenicos) a psicologia se explica da mesma maneira, mas neles a redução da capacidade de se inserir no mundo exterior provém de uma lesão adquirida que destroi células e fibras do cortex cerebral, onde se elabora a atividade psíquica superior. Esta lesão que se assenta sobretudo em zonas da cortex cerebral, reduz a influência do mundo ambiente na formação da mentalidade, mas como os centros elaborativos das sensações vindas do mundo orgânico e que se achem, sobretudo, localizadas nas zonas mesencefálicas, não são atingidos, em geral, nos processos patológicos, a vida psíquica se reduz de uma maneira mais ou menos completa à influência exclusiva da vida orgânica.

Desta forma o esquizofrenico é um introvertido em consequência de uma redução definitiva dos órgãos encarregados de elaborar os elementos psíquicos oriundos do mundo exterior.

O melancólico é apenas um introvertido por um desequilíbrio endocriniano que determina a preponderância do mundo interior sobre o mundo exterior. Tanto isto é verdade, que o melancólico aplica o seu espírito em busca de uma explicação objetiva para os fenômenos anormais que a sua subjetividade lhe apresenta, ao passo que o demente precoce perde a noção do mundo exterior e portanto não pode simbolizar as suas sensações internas em dados objectivos.

Por esta razão as palavras dos dementes precoce perdem o seu valor significativo de símbolos objetivos e tornam-se incoerentes, porque elas não se podem aplicar às sensações da vida orgânica que não tem representação equivalente na vida objetiva senão por comparações abstratas. Assim toda vida mental do demente precoce desligada do mundo exterior se reduz a uma incoerência verbal e a uma impulsividade motora que se realiza sob a pressão das necessidades orgânicas.

Esta longa excursão pelo domínio da patologia justifica-se como esclarecimento da subdivisão do grupo dos caracteres introvertidos em duas formas: a) uma em que a influência do mundo interior sobre o mundo exterior é permanente e real, embora possa haver oscilações da relação de uma para outra; b) segunda em que a influência do mundo interior é transitória, podendo, como de fato acontece nas grandes oscilações, a relação ser inversa.

CONSTITUIÇÕES PSICOPATÍCAS

Em biologia o termo constituição sempre se refere a condições estruturais de ordem física.

Em medicina mental as constituições psicopáticas deveriam indicar precisamente as alterações estruturais ligadas a distúrbios psíquicos. No entanto, presentemente, sob esta rubrica, reúne-se um conjunto de anomalias mentais cujo traço comum é não apresentarem alterações estruturais histopatológicas desvendáveis pelos atuais meios de investigação, e serem transmitidas por herança.

Esta acepção um tanto em desacordo com a significação geral do termo constituição explica-se pela evolução das idéias que têm dominado em psiquiatria.

Determinar uma relação entre a constituição e a mentalidade sempre foi, em resumo, a forma por que se tem procurado resolver o complexo problema entre o moral e o físico, ou usando uma linguagem, hoje fora de moda, entre a alma e o corpo. A psiquiatria, com a doutrina das degenerações, de Moniz, buscou fornecer provas confirmadoras desta tese e, interpretando as mais impressionantes modificações somáticas como correlatas de uma alteração estrutural do cérebro, por si suficiente para determinar as diversidades psíquicas, era a noção das constituições psicopáticas. Nascida no ceticismo das degenerações, esta noção foi, ante provas negativas, abandonando o sentido primitivo das alterações correlatas da mentalidade e do cérebro, e se restringindo ao fato de transmissão hereditária.

Dupré ainda via nas constituições psicopáticas anomalias congenitas ou precocemente adquiridas das regiões da cortex onde se elabore a atividade psíquica. Mas a dificuldade em se reconhecer a presença, em todos os casos, mais ou menos mentalmente idênticos, de anomalias congenitas ou adquiridas, encurtou para o fator hereditário a interpretação etiológica. Por faltarem de provas que demonstrem a existência de alterações estruturais, os distúrbios psíquicos encalhados sob esta denominação não têm assim outra patogênese além da herança psicopática.

Romanescente da doutrina das degenerações a constituição psicopática nada mais é que uma expressão resumindo idéias teóricas e um pouco vague de herança, degeneração e predisposição; mas na prática serve para designar todos os casos rotulados diversamente pelos autores como "hereditários", "gerados", "predispostos", "tarados", "desequilibrados", "frenasténicos", "intintivos", "criminosos natos", "tozudos", etc., que não condizem com as neologias das entidades psiquiátricas definidas.

A constituição psicopática, quando repousa num "deficit" funcional hereditário do aparelho encarregado da atividade psíquica, equivale a uma meioprágia cerebral e, como tal, se manifesta em todas as condições em que a atividade psíquica ultrapassa a capacidade funcional do cérebro.

Considerada como uma meioprágia cerebral que se manifesta no domínio psíquico, a constituição psicopática é um estado crônico e não uma doença de evolução determinada. Estas manifestações meioprágicas são suscetíveis de agravamento e também de remissões; no primeiro caso, porém, elas numericamente transformam em verdadeira psicose que envolve em seus扰urbios, de modo mais ou menos intenso, a totalidade das funções psíquicas.

A constituição psicopática é a manifestação de uma disgenesia hereditária e familiar revelada apenas por uma fragilidade eletiva para certos tipos funcionais. Esta eletividade para elementos agrupados para uma função, aliás, é a regra nas afecções familiares do sistema nervoso. Por analogia e sobretudo pelas estreitas relações entre este e as funções psíquicas pode-se generalizar a estas, sobretudo, em se tratando de anomalias familiares.

e hereditárias, como se presume que sejam as constituições psicopáticas, o mesmo raciocínio da elatividade meioprágica. Na verdade, as constituições psicopáticas nunca são distúrbios globais da atividade psíquica que se originam de uma causa geral; elas sempre se manifestam por uma claudicação funcional de uma função parcial.

A constituição psicopática correspondendo a uma disgenesia hereditária, portanto a um "deficit" estrutural que evidentemente não reside na cito-arquitetona cerebral, deve ser explicada por uma alteração no agrupamento molecular intra-cellular.

Esta alteração constitui um terreno propício à ação dos fatores morbidos que atingem a massa cerebral e por isso, em tais casos, as manifestações patológicas se iniciam pelas funções em relação com a zona deficitária.

Desta forma compreende-se que a constituição psicopática facilite a aparição de psicoses cuja causa eficiente tenha por sede o cérebro. Por esta razão não acreditamos que a constituição psicopática evolua por si só para uma forma específica de entidade psiquiátrica. Sem a intervenção de fatores exógenos, ou a associação de fatores endógenos, que venham agravar a meioprágia já existente, a constituição permanece tal qual, com fracas variantes durante toda a vida do indivíduo, não sofrendo marcha progressiva nem regressiva determinada. Não pode ser considerada como esbôço ou germen de afeção mental que pouco a pouco se vai desenvolvendo.

As psicopatias que se classificam como constitucionais não parecem ter a sua patogenia restrita a uma simples anomalia de arranjo arquitetural ou molecular congenito ou adquirido de um certo número de elementos do sistema nervoso.

A origem delas parece ser mais geral e remota e confundir-se com a da própria energia psíquica que, como diz Dupré, se elabora no cérebro, mas nasce alhures, em todo o organismo.

E' sómente como significando anomalias de estruturas hereditárias ou precocemente adquiridas do cérebro que para nós se justifica a permanência da expressão constituição psicopática na terminologia psiquiátrica. Saindo dos termos desta fórmula a sua concepção se confundirá, pela igualdade genética com aquilo que definimos como temperamento e caráter. Laingel Lavastine entrevira a necessidade de se discernir o fundamento das constituições psicopáticas do fundamento dos caracteres anormais quando, sem precisar as razões, condena a denominação constituições psicopáticas para designar aqueles.

Pela maneira por que acabamos de definir a constituição psicopática conclui-se que ela não se subordina a uma classificação pre-estabelecida. A sua casuística é variada e multipla, porque a anomalia psíquica varia conforme os agrupamentos fisiológicos que se manifestam meioprágicos. A habilidade do prático está em poder deslindar em cada caso particular, além dos distúrbios psíquicos, outros sinais mais claros da meioprágia nervosa. Só assim ele atingirá um diagnóstico que equivalha a uma localização.

Importa, pois, distinguir das constituições psicopáticas as anomalias mentais meramente psíquicas que constituem os caracteres anormais. A terapêuti-

ca orientada pelo diagnóstico preciso deixará de ser exclusivamente clínica e seguirá a direção indicada pela patogenia.

Quando verificada a constituição psicopática nos termos que a referir, toda a esperança da terapêutica está em tentar desenvolver e gozar funções de zonas cerebrais vicinantes daquela que se mostra em defeito. Para isso é mister desvendar o mais precoceamente possível a que os morfológicos corresponde a meioprágia. Na prática, porém, a dificuldade é grande que às vezes a terapêutica é o melhor auxiliar do diagnóstico; por isso, não se há de evitá-la, quando aquele ainda estiver indeciso.

Os casos descritos por Dupré sob a rubrica — desequilibrados emocionais da motilidade e os chamados caracteres epilepticos — são, a meu ver, exemplos de constituição psicopática. Ambos são consequências de degeneração ou alteração precoce do valor funcional de zonas cerebrais.

O desequilíbrio motor acompanha-se de déficit psíquico e há, de um lado, um paralelismo etiológico e sintomático em relação com a insuficiência funcional hereditária ou adquirida de zonas corticais vizinhas. Esse paralelismo cineto-psíquico, como o chama Dupré, encontra-se igualmente na patologia mental em quasi todos os casos de doenças lesionais do encéfalo infantil e demências orgânicas.

O estado mental dos epilepticos descrito por quasi todos os psiquiatras desde Falret, em 1861, até Kraepelin, estado que Mme. Francisca M. prefere, por metonímia, denominar constituição ou "caráter glischroide-gajoso), tem a sua explicação patogénica nas mesmas alterações cerebrais que precedem a crise convulsiva.

Os estados mentais adquiridos, impropriamente incluídos na rubrica dos caracteres anormais, que sobrevêm após traumatismos e os recentemente descritos como "reliquat" da encefalite epidêmica, são exemplos de constituições psicopáticas adquiridas.

A não ser compreendendo a expressão constituições psicopáticas é que lhe demos, não há possibilidade de se orientar em tal matéria, termo se confundirá na sua significação com o temperamento e o caráter.

Nos estudos bio-tipológicos, cuja finalidade é a melhoria da classificação dos tipos mentais dos indivíduos constituem o aspecto mais interessante, o valor intrínseco dos homens reside na forma da sua mentalidade.

O psiquismo, da 2^a infância á adolescência

4.^a CONFERÊNCIA DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO Sobre
PSIQUIATRIA

DR. P. PERNAMBUCO FILHO
Docente livre de Clínica Psiquiátrica

A vida é uma contínua evolução desde a fecundação da célula original até a morte. Cresce o organismo humano desde a fecundação do óvulo até a adolescência. Desde aí, alcança o indivíduo a idade adulta, época em que um equilíbrio mais ou menos estável se estabelece entre a receita e a despesa orgânica. Esta fase é a quadra da vida em que o homem adquire seu maior vigor, o grau máximo de força, de inteligência e de capacidade de fecundação. Posteriormente se vai processando progressivamente o gasto dos órgãos e dos aparelhos, um estado regressivo, onde as despesas não são mais compensadas e onde as energias e as atividades vão pouco a pouco diminuindo — é a velhice que começa. Em todos os períodos da vida, a força evolutiva que ora se acentua, ora diminui, se faz sentir. Não há porém no decorso do desenvolvimento orgânico uma sequência, uma escala gradativamente crescente da altura, do peso e do psiquismo.

A criança desde o nascimento ao término da adolescência aumenta, em períodos mais ou menos determinados, nos intervalos dos quais há verdadeiras paradas, como si o organismo tomasse alento para o novo surto evolutivo. Numa idade que medeia entre 11 e 12 anos nas meninas, 12 e 13 anos nos meninos, o crescimento bem como o peso, conforme se verifica nas curvas estabelecidas a respeito por Variot e Chauvet, e, de igual sorte, o desenvolvimento mental ficam quasi estacionários; a morosidade no movimento e na fala é notável, marcando um período de calma em que o organismo apanha energias para um grande esforço. Na verdade, de repente o quadro se transforma inteiramente. O estado de repousocede lugar a uma atividade em vez mais intensa de todo o organismo, que se patenteia por um rápido desenvolvimento que é desordenado, isto é, que não guarda proporções na sua evolução entre as diversas partes do corpo. Este período, que dura em média 3 anos, foi cognominado por Delpach periodode pre-pubere e se estende nas meninas até o 1.^o catamenio e nos meninos até 15 anos, em média.

Apesar dos esforços empregados pelos estudiosos, o desenvolvimento psicologico, pela sua complexidade, não é suscetivel de ser tão facilmente medido como sucede com o crescimento fisico. Em todo enso, chega-se à dedução, pelas opiniões expostas a respeito, que as curvas de evolução fisica e psiquica não podem ser superpostas. Ao contrario, a etapa final de crescimento fisico corresponde uma diminuição no desenvolvimento psiquico. Tudo se passa, diz Claparède, como se o crescimento em altura, sobretudo, exercesse uma influencia deprimente sobre as funções mentais.

Até mais ou menos o período pre-pubere, o timo preside, tanto quanto é possível asseverar, ao desenvolvimento osseo da criança. Autores há, entretanto, que opinam ter este órgão ainda outra função, que é a de retardar o aparecimento da puberdade. Em vindo esta, as funções dos órgãos sexuais e da tireoide se estabelecem e o timo, terminando o seu papel, regredie e desaparece.

Conforme já fizemos sentir, o rapido evoluir das crianças na quadra pre-pubere determina uma falta de harmonia proporcional nas diversas partes do corpo. A capacidade respiratória é restrita e o coração, por conservar-se ainda pequeno, é relativamente fraco. Estes traços caracteristicos da criança neste período formam o que se denomina "constituição pueril de Delpeuch..." Como se comporta o cérebro para acompanhar o desenvolvimento orgânico durante o ciclo evolutivo?

Ao nascer, o cérebro da criança pesa em media 340 grs. Mais ou menos nos 8 meses, é de 664 grs.; isto é, já o peso é duplicado. Ao alcançar o vigésimo mês, o peso é em média de 890 grs. Entre os 3 e 4 anos, é de 1k,000 grs., o que vale a dizer, cerca de 3 vezes o seu peso inicial. Este crescimento é muito nesta idade tem explicação, porque é neste período da vida que os movimentos do corpo se desenvolvem convenientemente, e também por ser nessa fase que a criança adquire as funções psíquicas fundamentais. Aos 14 anos o peso do cérebro alcança 1,140 grs. e chega no adulto a 1,400 grs. Pelas estatísticas verifica-se que o cérebro no sexo feminino pesa sempre algumas gramas menos do que o do homem em toda sua evolução. Sob o ponto de vista da relação entre o peso do cérebro e o peso do corpo, conclui-se pelos dados a respeito o seguinte: até 2 a 3 anos, cresce mais o cérebro do que o corpo. Daí em diante esta diferença de crescimento se vai acentuando cada vez mais, até o fim do 2.º decenio. Nos primeiros 3 meses da vida, a 1 gr. de cérebro correspondem 6 grs. de peso do corpo. Até 7 anos, a 1 gr. de cérebro correspondem cerca de 10 grs. de peso do corpo. De 7 anos em diante até 20 anos, as relações entre os pesos vão se alterando, de maneira que, no fim do 2.º decenio, a média é de 1 gr. de cérebro para 35 grs. de peso do corpo. Recém-nascido, o cérebro representa 1/10 do peso total; na idade adulta representa 1/40.

A estrutura cerebral alcança um grande aperfeiçoamento durante o período evolutivo.

"Pouco se sabe, diz De Sanctis, acerca das modificações morfológicas dos lóbulos e dos giros cerebrais na vida extra-uterina. Parece, entretanto, que o lóbulo frontal e a insula se modelam definitivamente na primeira infância; o desenvolvimento histológico, este também não está terminado no nascimento. Celulas e fibras continuam a se desenvolver".

Esta opinião de De Sanctis sobre o desenvolvimento do lóbulo frontal na primeira infância leva-me a fazer algumas considerações sobre esta parte tão importante do cérebro, no que concerne às funções psíquicas. Por muito tempo, pensou-se em fazer do lóbulo pre-frontal o centro do pensamento abstrato. Bechterew chamava-o órgão centralizador das aquisições mentais. Os fisiologistas, em vista dessas idéias, procuraram desvendar o mistério em que se acha até certo ponto ainda hoje o polo anterior do cérebro.

As experiências e os estudos ainda concluíram de positivo. Hitzig declarava que os lóbulos frontais não eram excitáveis, pelo menos nos animais. Munk mostrou que, por uma excitação limitada da área frontal, era possível provocar movimentos da cabeça e do tronco. Bianchi dizia que a excitação pre-frontal provocava movimentos cujo agrupamento impunha a idéia de sincinesias ligadas ao fenômeno da atenção; de igual modo parece pensar Férier. Bechterew, Lugaro Rossolimo, observaram que o animal privado dos lóbulos pre-frontais se mostra indolente, preguiçoso, sonolento e, pouco tempo depois, demonstra completa modificação do caráter e da personalidade.

Bianchi afirma que no macaco a ablação dos lóbulos pre-frontais tem por consequência:

1.^a — uma alteração do poder de percepção, atestado pela confusão no reconhecimento dos objetos e a perda do valor simbólico de certos atos como os que exprimem ameaça ou afeição; 2.^a — um *deficit* da memória, que se manifesta pela ausência da utilização práticas das experiências passadas, a repetição automática dos mesmos atos, a perda das reflexões condicionadas; 3.^a — uma falta completa de iniciativa associada à incapacidade de coordenar a série de atos necessários à execução de uma ação complexa; 4.^a — modificações da atividade, traduzindo-se por um modo desarrazoado, o qual contrasta com o enfraquecimento dos sentimentos afetivos e sociais; 5.^a — a incongruência da conduta, cuja origem se acha na perda da imaginação e da memória. Todas essas perturbações conferem ao animal mutilado um ar estúpido, sonolento, indiferente ao mundo exterior e, de outro lado, exaltam as funções mais simples do sistema nervoso: automatisms, instrutivums e puramente reflexos. Chermite diz que as conclusões tiradas por Bianchi, de suas experiências no macaco, não podem ser aplicadas, sem modificações profundas, à série dos vertebrados superiores. Entretanto as interessantes observações de Guillain, recentemente por ele referidas, sobre os tumores duplos dos lóbulos frontais no homem, mostram que com a ausência completa de perturbações de ordem neurologica, há uma série enorme de alterações psíquicas, alterações estas que são as únicas manifestações do processo morbido. Assim, pois, não se pode ainda abolir as idéias de Bourdneix que dizia que o

lóbo pre-frontal era o aparelho do conhecimento objetivo das coisas, ou eluir a opinião de Hitzig que chamava esta parte do cérebro: "le centre de la perception attentive".

Grande importância também, sob o ponto de vista da atividade psíquica é atribuída ao corpo caloso.

Mingazzini diz que se podem distinguir 3 porções do corpo caloso no homem: 1 porção verbal e prassica, 1 porção prassica propriamente dita, 1 porção sensorial. O corpo caloso representa uma grande via associativa inter-hemisférica.

Lancisi assinalava o valor de sua morfologia para o desenvolvimento da faculdade psíquica, e esta parte do encéfalo constituía para ele quasi o órgão da alma.

Levi Valensi conclui que ele representa um progresso na evolução espécie e surge como a consequência da simplificação do trabalho intelectual. Realizando a fusão dos dois cérebros, traz a harmonia do pensamento e dos atos. Para Mingazzini o corpo caloso serve ainda para integrar a percepção espacial, a linguagem e a atividade psíquica propriamente dita.

Nenhuma dedução segura se pode tirar sobre o crescimento das células cerebrais após o nascimento. Julgam autores que na puberdade o número de células que amadurecem é grande; que nos 15 anos o volume das células cerebrais é em média 120 vezes o seu volume no nascimento; nos 30 anos é 150 vezes.

O cérebro da criança, ao nascer, apresenta ao lado de zonas corticais em fibras adultas, isto é, já com bainha de mielina, zonas completamente desprovidas de tais fibras. Tendo em vista esta ocorrência, Flechsig quis estabelecer uma teoria na qual se poderia firmar uma correlação entre o aumento das funções psíquicas e o desenvolvimento das estruturas nervosas marcando épocas diversas para o aparecimento de fibras mielinizadas sobre o manto cerebral.

A teoria da mielogenese de Flechsig, que tanta repercussão teve, foi mais tarde contestada entre outros, por Degerine, O. Vogt, porém ainda não um conceito seguro a respeito.

Assim, para concluir, deve-se dizer que o desenvolvimento das funções psíquicas, na fase evolutiva, acompanha par a passo o desenvolvimento dos mais órgãos, e segue o aumento progressivo de volume e de peso do cérebro e o aperfeiçoamento das formações histológicas.

"A observação verifica e a experimentação confirma, que as funções psíquicas, na sequência das idades, se desenvolvem dentro de normas fixas consonante leis gerais de biologia"; diz Bueno de Andrade.

Outrossim, todas as tendências naturais da criança, e a maneira de sentir, pensar e querer, que, nos vários períodos do desenvolvimento, lhe são peculiares, eram consideradas como erros prejudiciais que necessitavam de

retivos, afim de que a criança pudesse mais tarde ser enfileirada entre os adultos. Toda a preocupação limitava-se a regras educativas. O direito de ter idéias próprias e modo de sentir e agir consentâneos com as várias idades só foi bem compreendido e considerado depois de J. J. Rousseau, que, no seu livro "Emile", mostrou a necessidade de se tomar em consideração a intelectualidade da criança, a vantagem de estudá-la psicologicamente, antes de educá-la.

A fase evolutiva que vai do nascimento até aos 3 anos é marcada pela predominância sucessiva dos interesses perceptivos, motores e gloscos. Chegando ao fim desta etapa do desenvolvimento mental, a criança tem a atividade psíquica suficiente para levar o seu interesse a novas e mais completas aquisições. É a idade da curiosidade, da vontade de tudo saber, fatores que têm real monta não só porque por eles se pode aquilatar da normalidade do crescimento psíquico, como também porque devem ser aproveitados pelo grande valor educativo que deles decorre.

Coincide com este desenvolvimento das funções psíquicas a terminação do aperfeiçoamento estrutural do lóbulo frontal, que, nessa época, completa a mielinização de suas fibras, ao mesmo tempo que as células piramidais se diferenciam, crescem e estendem seus prolongamentos cilindraxiais.

As considerações que anteriormente fiz, sobre o crescimento e o valor do lóbulo frontal na evolução intelectual, encontram justificativa nos fatos que acabo de referir.

E' entre 3 e 4 anos que começam os primeiros esboços de síntese e de abstração e de generalização, diz Fleury.

E' porém mais propriamente a fase objetiva do desenvolvimento psíquico. O período chamado "dos interesses concretos".

Essa desataviada palestra visa, entretanto, o estudo do psiquismo numa idade mais alta; desde a grande infância, segunda para uns, terceira para outros, até a adolescência, isto é, o estudo da intelectualidade, depois dos 7 anos.

A partir desta idade, a evolução mental entra subitamente numa fase decisiva e diferente e toma, então, notáveis proporções. Com o auxílio do conjunto de fatos e materiais adquiridos até então começa a criança a induzir grácas, conforme diz Vermoylen, a associações cada vez mais complexas, idéias cada vez mais gerais. Destas idéias descerá aos fatos e daí às consequências particulares". A elaboração mental se faz de modo mais racional, em virtude de aquisições sempre em maior cípia, sobretudo de ocorrências e de elementos de maior complexidade, e sem unicamente a utilidade do momento. E', pois, o início real da fase dos interesses abstratos, que, começando nesta época, só chegará ao seu término, quando a mentalidade alcançar o seu perfeito desenvolvimento. Nesta marcha progressivamente ascendente da intelectualidade, em que cada vez mais cresce o número de fatores úteis e indis-

pensáveis para o desempenho perfeito da atividade psíquica, chega a criança aos 12 anos, momento em que, dizem os psicólogos, a inteligência atinge uma ação igual à do adulto.

Depois desta época, o aproveitamento de todas as aquisições feitas permite a síntese e bem assim vem a faculdade de seleção e de coordenação que permite que, em face de acontecimentos diversos, seja possível uma adaptação nova e perfeita ao meio. Posteriormente aos 12 anos, poderá a criança enriquecer mesmo em grande escala seus conhecimentos abstratos, transformar ou deduzir pela prática o valor desses conhecimentos; porém de essa idade a criança tem a função psíquica inteiramente evoluída.

A tendência instintiva da criança é mandar, porque a egolatria e a mádade são condições à ela inerentes. Quer sempre dominar e prefere o mal ao bem, porque isto satisfaz mais o seu orgulho inato e lhe traz maior emoção.

A partir dos 7 anos, porém, a egocentría dos períodos iniciais da vida em vista do que se chama a socialização do pensamento, sofre aos poucos uma transformação, e a criança pensa não mais por ela própria e para satisfazer ao seu desejo, porém em função do grupo a que pertence e desta forma compelida a adaptar-se às novas regras, impostas pela logica e admitidas pela razão. "E' após os 7 anos, diz Piaget, que começa o esforço de adaptação e despersonalização do pensamento". Obrigada por tal emergência, a criança adquire conhecimentos mais consentâneos com a necessidade da vida, que decorrem, com o evoluir dos tempos, hábitos novos e indispensáveis para que haja normalidade das funções mentais e perfeita adaptação social.

De 7 anos em diante, em consequência do aperfeiçoamento estrutural do cérebro, a evolução do psiquismo é cada vez mais acentuada, redundando que, pelo progresso da inteligência, o indivíduo vai tendo cada vez maior consciência da integração de sua personalidade. Este surto notável do desenvolvimento mental neste período é cognominado por alguns filósofos "prudade cerebral".

A memória, que já havia começado a fazer suas aquisições entre 4 e 5 anos, toma então rápido desenvolvimento e vai se enriquecendo de material ou de "engramas", conforme Bleuler. Para muitos estudos a criança tem melhor memória do que o adulto, sobretudo nesta fase. Baseadas nestas idéias, os pedagogos aconselham que seja nesta idade feito o ensino de certas matérias, maximamente de línguas estrangeiras. No entanto, por meios apropriados, os psicólogos têm demonstrado que o crescimento da memória se faz concomitantemente com o desenvolvimento da idade.

Sobre a correlação entre a memória e a inteligência, há tendência a admitir que a memória é uma faculdade independente da inteligência; alguns autores concluem mesmo que, quanto maior é a memória, menor

Julgamento. E' possível que haja nestas apreciações algo de verdade e, pode-se dizer, que tais conceitos são exatos no que respeita ao desenvolvimento parcial, ou melhor, unilateral da memória.

E', por exemplo, o caso dos grandes calculadores mentais que, guardando de memoria uma cifra considerável de números e fazendo de cálculos complicados, demonstram pelos testes um estado mental que confina com a debilidade.

O que se pode afirmar é que a memória é uma das faculdades mentais mais poderosas, e, se procurarmos ver como ela é distribuída na humanidade, chegaremos à conclusão de que ela é proporcional à inteligência.

Conforme Fleury, aquém dos 6 anos, as impressões são fugitivas, não deixando no espírito sinais profundos. Necessariamente isto não é regra absoluta e o referido autor narra observações de fatos passados entre 2 e 4 anos e que se conservaram toda a vida. Aliás, psicólogos e sobretudo psico-analistas declararam que muitas impressões fortes, principalmente de natureza afetiva, sobrevindas em baixa idade, embora parecendo esquecidas, são as determinantes em época posterior da vida de disturbios psico-neuroticos, por vezes graves, em consequência do trauma psíquico que determinaram.

A memória pode ser dividida em duas fases distintas: a fase da memória inconsciente e a da memória consciente. A primeira vai do crescimento aos 4 anos em média; durante este período, as aquisições são múltiplas, rápidas, porém são de duração mínima, havendo necessidade de repetição iterativa das impressões, para que estas sejam conservadas.

Embora em concepção filosófica diferente, parece ter Bergson idéias semelhantes quando no seu livro "Evolução criadora" diz: Na realidade, o passado se conserva por ele mesmo, automaticamente. Todo inteiro, sem dúvida, ele nos segue a todo instante: o que temos sentido, pensado, querido, desde a nossa primeira infância, ali se acha, inclinado sobre o presente, a que vai juntar-se, fazendo pressão contra a porta da consciência, que queria deixá-lo fechada.

O mecanismo cerebral é precisamente feito para recalcar a quasi totalidade no inconsciente, e para não introduzir na consciência senão o que é de natureza a esclarecer a situação presente, a auxiliar a ação que se prepara.

Só as imagens por um motivo qualquer não se repetem, a memória dos fatos a elas concernentes desaparece. Leibitz refere casos de crianças que cegaram depois dos 3 anos e que não se recordavam absolutamente mais de sua percepção visual anterior. Méry narra que crianças que já possuíam linguagem articulada, pelo aparecimento de surdez completa, perderam a faculdade da palavra, e afirma que, si a surdez sobrevém antes de 4 a 5 anos, a criança se torna surdo-muda.

A evolução maior da memória, para Bourdon, seria entre 8 e 14 anos, e perderia de importância entre 14 e 20. O período escolar é o momento máximo da memória verbal; ela progride, até 12 anos, para ceder lugar depois à memória dos fatos e das idéias. E' igualmente entre 7 e 12 anos que as

lembranças começam a se ordenar em ordem cronológica, porque antes disso a evocação se faz ao sabor das associações e do acaso. Generalizando, deve dizer que na criança de idade baixa o que predomina é o que se chama memória bruta. Consiste isto no armazenamento ao acaso de fatos diferentes sem participação ativa da pessoa, sem que esta faça esforço para aprendê-los, retê-los; disto resulta uma evocação extravagante e imprecisa, que se espalha substancialmente nos gestos, nas palavras, nas atitudes, onde se nota falta de discernimento perfeito, e bem assim nas lembranças, que são inconstantes e fáceis. A memória organizada, que implica na participação ativa da personalidade, só mais tarde, depois dos 8 anos, aparece; então as impressões já são mais guardadas desordenadamente, como na memória bruta, e sim, um modo selecionado, em função do interesse e das tendências do indivíduo.

Douglas escreve "a memória organizada é uma riqueza penosamente, lentamente adquirida, por consequência verdadeiramente nossa, e que nós não deixamos periclitar nem morrer, que sabemos conservar como soubemos ganhar e de que nós temos justamente a possessão e o uso".

A associação de idéias acompanha a marcha do desenvolvimento intelectual. Antes de 8 anos, quanto menor é a idade da criança, tanto maior é a probabilidade de que as respostas induzidas sejam do tipo automático verbal. Imediatamente são as associações por assonância que dominam, sendo também usual resposta por frases. Na idade escolar, dos 7 anos em diante, o vocabulário aumenta em grande cópia, e, como os atributos são melhor conhecidos, predominância marcada para as associações predicativas subjetivas, impedindo o julgamento pessoal imediato, ou objetivo sob sua forma concreta.

Conforme Goett, as associações internas e particularmente os predizentes formam nesta idade 3/4 das reações totais, tornando-se cada vez mais raras as reações externas e automatizadas. Pela evolução intelectual considerada nesta fase da vida, o que acarreta para o espírito mais logica, mais coordenação, e melhor orientação nas idéias e, bem assim, em consequência da aprendizagem que traz novas aquisições e mais método na utilização, a mente da criança toma novo rumo com tendências que são peculiares a cada indivíduo. Disto resulta uma ação nas reações associativas que se intensificam cada vez mais até chegar à adolescência, época em que as associações de relação complexa (síntese, análise) e as associações predicativas objetivas (finalidade, causalidade) fazem seu aparecimento.

A quem de 7 anos, a criança contenta-se apenas do que se denomina justificativa, posse de idéias, não tendo uma noção precisa da contradição entre elas existente. Posteriormente, o desenvolvimento intelectual começando a se fazer de um modo mais seguro e a lógica se afirmado com mais justeza, todo pensamento fica regido, conforme diz Piaget, pela tendência a unificar as reações e as opiniões, a sistematizá-las assim de evitar as contradições entre elas. Daí, pois, a partir de 7 anos, um raciocínio mais perfeito, uma reflexão

mais exata sobre os fatos, do que decorre uma ação mais coesa e mais consonância com as necessidades reais. Por isso, o julgamento, que segundo Vermeulen "mesmo no adulto implica sempre numa afirmação e numa crença", sofre uma evolução no seu modo de ser compreendido, até alcançar uma forma lógica e racional. Inicialmente a criança julga pelo que afirma — isto é, porque é — e para ela esta explicação é suficiente, porque sua convicção vem do que assevera.

Ingenieros declara que a nossa maneira espontânea de pensar as coisas consiste em acreditá-las tais como nós as sentimos. Com o progresso da idade, o julgamento vai se estabelecendo com mais precisão e com mais cunho pessoal, e, ao alcançar 8 anos em média, começam "as explicações lógicas e causais, sobre as quais se baseiam todos os esforços, para um conhecimento científico dos fenômenos naturais".

O julgamento é o ato fundamental da inteligência, diz Compayré, é a consciência ou percepção interior, não é simão a série dos julgamentos que nós fazemos sobre os fatos que se passam conosco.

A ação volitiva antes dos 7 anos é imperfeita, e a criança age sob o influxo de impulsos e de complexos de inferioridade, redundando daí que os atos são muitas vezes praticados sem a expressão natural e lógica. Eleizegui, baseado em Baldwin, Gaup e Preyer, escreve, "para explicar os mecanismos volitivos na idade escolar, é preciso remontarmos à iniciação dos mesmos na vida da criança. Comegam a manifestar-se com os esforços imitativos reiterados e com a apresentação da atenção ativa, evidenciando que a maior parte dos movimentos volitivos, antes de se constituirem como tais, são precedidos de outros, involuntários ou instintivos, que são, de alguma maneira, uma espécie de tutores daqueles. Assim, mostrando-se primeiro como imitativos, passam a ser depois de expressão, terminando por tomar o caráter de verdadeiramente reflexivos, gráus, ou etapas necessárias na marcha e atuação da vontade".

Posteriormente aos 7 anos pode-se dizer que a vontade tem como característica a inibição. Há incontestavelmente uma intervenção inibitoria sobre os atos instintivos, sobre os movimentos, sobre os sentimentos impulsivos, fato que representa um grande esforço e um grande progresso, nos hábitos de obediência e no desenvolvimento da vontade. Das alterações ou fraquezas deste poder inibitorio, resultam os instáveis, ou inquietos, os impulsivos, vítimas da falta deste mecanismo regulador. Com o aumento da idade, os elementos essenciais de um ato voluntário, isto é, concepção, deliberação, determinação e execução, vão se consolidando de modo tal, que, ao alcançar a adolescência, o indivíduo poderá praticar, com consciência, reflexão e espontaneidade, um ato de sua escolha.

A imaginação, pode-se afirmar, é a primeira demonstração de atividade intelectual na criança. Submetida à lei fundamental da ontogenia, nossa atividade psíquica percorre a mesma evolução e as manifestações dos primeiros períodos da vida do espírito são iguais no homem primitivo, no selvagem, nas crianças das civilizações modernas (Dupré). Curiosa, imaginativa e cética, a criança deixa a fantasia se desenvolver, porque lhe falta o controle da experiência e do julgamento.

A imaginação, diz Méry, consiste na associação de resíduos da memória, seguindo uma certa ordem em que a personalidade da criança pode até certo ponto exercer sua livre escolha.

As primeiras manifestações imaginativas na infância são muitas vezes mais erros de percepção do que verdadeiramente criações falsas. Joguetes e multiplas representações que lhe subjugam o espírito, sem a necessária compreensão e sem o auxílio do julgamento, a criança inclina-se naturalmente a viver num mundo de fabulas e de invenções. E' entre 2 e 3 anos que a imaginação se apresenta, e toma vulto nos 4 anos, que é o período "mitológico da criança".

Dupré assimila nesta fase a tendência ao "animismo", fato que leva a criança a dar vida não somente nos seus bonecos, como também a todos os objetos que a cercam.

A extrema sugestibilidade concorre igualmente para o exagero da imaginação, e só mais tarde, quando a reflexão, a experiência e a consciência estão no seu apogeu, é que a atividade imaginativa se atenua e toma limites e sentâncias com a normalidade. Quando, porém, a elaboração imaginativa é arraizada se prolonga após os 8 anos, época em que a experiência se afina e o julgamento já se faz sentir, trazendo controle nos fatos e às impressões é sinal de que há uma alteração da mentalidade; que prejudicará mais tarde a harmonia da personalidade.

E' a imaginação, auxiliada pela extrema passividade em receber as impressões do meio, que leva a criança à mentira. Daí decorre que inúmeras vezes a mentira neste período da vida é um amalgama, uma fusão de fatos reais e imaginários.

Vermeylen, fazendo um estudo sobre o erro, mostra que muitas vezes tomados como mentirosos fatos que são apenas erros cometidos sob a influência de várias causas.

Na criança principalmente têm valor essas causas, as quais são enumerações seguintes modo: percepção errônea, imaginação, sugestibilidade, deficiência de desenvolvimento intelectual e afetividade. E' necessário, diz ainda, recordar que, para a criança, tudo que ela concebe é possível, e tudo que é possível existe.

A mentira consciente, isto é, a alteração voluntaria e com perfeita ciência da verdade, só se verifica depois dos 9 anos quando a criança, pelo aprimoramento do desenvolvimento intelectual, é capaz dum esforço de objetividade suficiente, para não encher inconscientemente as lacunas de sua memória fabulosa e está apta a saber quando deixa o terreno solido dos fatos.

"Em geral, a mentira mesmo depois dos 7 anos não tem consequência séria, e é praticada para um fim utilitário, por interesse de defesa ou para realização de um desejo.

Não se infere daí que não existam casos em que o comprometimento da verdade, tomando caráter de pura fantasia, não traga complicações graves ou prejuízos para o meio ou para outrem.

Os fatos deste gênero são sobejamente conhecidos e dispensam comentários.

Não há dúvida que a criança que traz pesada tara psicopática tem maior propensão para mentir. Nos hereditários, escreve Bourdon, a mentira não tem necessidade de nascer, desenvolve-se espontaneamente como herva que cresce nos campos. Com o progresso da idade, a inclinação a mentir diminui e desaparece. Há porém casos em que a tendência perdura longo tempo e mesmo fixa-se, por uma sorte de doença mental particular em que se manifestam deficiência do julgamento, falta de capacidade de comparação e de controle, que são necessários ao espírito normal da crítica.

Essas crianças, em que a atividade mitica não se modifica com o despor da puberdade e da adolescência, não constituir posteriormente o grupo dos mitomanos, tão bem estudado por Dupré, nos quais se constatam alterações patológicas que indicam pendor constitucional para mentira, invenção, falação e simulação.

De tudo que acabei de referir patenteando a tendência que tem a criança para mentir, tendência esta que para muitos representa, até o período pré-puberal, um estado fisiológico, exercício normal das funções psíquicas, uma dedução útil e prática pode ser tirada sob o ponto de vista criminal e jurídico.

Quero referir-me ao valor do testemunho da criança. Na boca da criança está a verdade, diz o risão, no entanto nada é mais inverídico do que este adágio.

Vários psicólogos, sobretudo Binet, procuraram estudar científicamente o valor do testemunho sob o ponto de vista de sua exatidão.

Dupré, baseado em várias experiências, conclui que um testemunho integralmente fiel é exceção e não merece a confiança que nele se deposita geralmente.

Várias causas influem para alterar o testemunho, e entre elas cito a verificada por Stern, que demonstrou que há neste particular um aumento de erro de 0,33 % por dia.

Ora, si a infidelidade do testemunho é regra nos adultos, onde a consciência, a memória, o julgamento, estão no seu apogeu, e a imaginação perfeitamente refrejada, por maioria de razão ainda é mais impreciso e deficiente o testemunho infantil.

E' por isso que Cullerre afirma com razão que de um modo geral o testemunho da criança é quasi sempre evitado de erros; seja porque ela é vítima da imperfeição de suas sensações, seja porque ceda às solicitações de sua imaginação credora, ou ainda porque sofra a ascendência de alguma sugestão estranha.

Ao completar 12 anos, por via de regra já adquiriu a criança um equilíbrio psíquico que lhe assegura, durante algum tempo, uma vida tranquila sem alteração sensível no meio que lhe é habitual. O desenvolvimento fisiológico estacionário, o cérebro alcançou quasi o seu crescimento completo e em geral perfeita saúde. A criança até esta idade é identica, não tem sexo, não conhece preconceitos ou pragmatismo. Si ligeiras propensões correspondentes ao sexo se verificam nos folguedos infantis, estas são talvez de caráter educativo, pois geralmente na infância as tendências são semelhantes.

Nenhum desregramento da emotividade se observa, nem se notam alterações do sentimento e da moralidade, podendo-se mesmo dizer que a atividade psíquica se processa sem constrangimento e sem esforço apreciável. Esta calma perdura em média 2 anos. Subitamente tudo se modifica e uma nova transformação de caráter decisivo opera-se no indivíduo. É a puberdade que anuncia, fase esta que pela sua importância marca um estado de real valia no decurso da vida, não somente porque é nesta época que os caracteres peculiares no homem e à mulher se afirmam, como também por ser nesta ocasião que a sexualidade desponta para se estabelecer definitivamente quando chega a adolescência. É ainda neste ciclo da vida que as tendências instintivas e as manifestações do caráter vão procurando cada vez mais seacentuar e diferenciar, consoante ao sexo; é a época da má conduta, da irritabilidade, dos maus modos, dos gestos incontidos e inconvenientes, é enfim a chamada "idade ingrata". Marro, bascado na observação de 3.000 crianças, mostra que esta é a fase de comportamento irregular e por outras estatísticas conclui-se que neste período que a delinquência infantil é mais comumente verificada.

Os conhecimentos que haviam sido adquiridos até então e que bastavam para a boa adaptação social da criança e o perfeito conhecimento da sua individualidade tornam-se insuficientes para a compreensão de fatos novos e surpreendentes que surgem e que necessitam ser entendidos e assimilados.

Na esfera do sentimento há considerável transformação e um conflito estabelece entre a personalidade íntima da criança que se vai enriquecer de outras imagens e de outros estados de alma e o meio social onde ela vai viver.

As modificações físicas que se processam então, em virtude da hiperatividade das glândulas endocrinias, são motivos de inquietação e de espanto.

Os órgãos genitais são sede de manifestações novas, coincidindo isto com o aparecimento de pêlos em várias partes do corpo e, nos dois sexos, medicação nos seios, acompanhada de sensações dolorosas.

Conecomitantemente com estes fenômenos, de ordem física, advêm turbagens vagas e difusas da crenestesia, cansaço fácil, sonolência, irritabilidade, manifestações estas decorrentes da transformação do humor, consequência de um funcionamento mais completo e definitivo das glândulas de secreção interna.

Não constituem raridade na quadra pré-pubero alterações do caráter e personalidade, ligeiras ou profundas, e que já existindo em germe anteriormente no espírito da criança, culminam neste momento crítico.

O humor igualmente é abalado, e ora idéias hipocondriácas se ostentam, ora crises de exaltação se manifestam, tornando-se a criança facilmente agressiva ou colérica. E' muitas vezes difícil reconhecer si as alterações do humor e da emotividade são fenômenos peculiares à crise puberal, si representam sinais de um estado neuropático, ou si demonstram uma manifestação epileptóide tão habitual nessa ocasião. — Gilbert Robin escreve a respeito o seguinte: "A colera do nevropata é mais uma raiva do que um furor, como acontece no epileptóide". A colera na criança é lucida e tem uma finalidade e um motivo e a crise é seguida quasi sempre de arrependimento e de meiguice. O epileptico tem mais um estado de entorpecimento e indiferença do que remorso depois de sua colera. Todo este cortejo de disturbios de psiquismo, nas crianças de perfeita normalidade, tem apenas uma gravidade relativa, porque aos poucos os sintomas se vão amainando e desaparecem.

Nos elementos tardados, porém, os desregramentos do psiquismo, nessa quadra, vão tomando aspectos diferentes, patentizando-se por vezes desde logo a constituição psicopática do indivíduo, isto é, o conjunto de tendências que fazem parte integrante de sua personalidade e que determinarão posteriormente uma perturbação mental progressiva ou regressiva, intermitente ou contínua.

O primeiro estabelecimento firme de maneira precisa na menina a sua entrada na puberdade: é a passagem de menina a moça.

O menino é em geral considerado pubere nos 15 anos, momento em que aparece uma modificação no timbre da voz, que se torna rouca, bitonal e desagradável, provindo essas alterações da fonação, do aumento rápido das dimensões transversais da laringe.

Marro, que detalhadamente estudou a puberdade na espécie humana, alvitrou que se chamassem este período da vida: "crise puberal". Para ele esta crise é oriunda da excitação exercida pelos órgãos sexuais sobre o organismo físico e moral. Constituída a puberdade, a mentalidade toma um feitio próprio, trazendo à moça e ao rapaz atributos psíquicos inerentes ao sexo. A vaidade, a *coquetterie*, o acanhamento comuns ao sexo feminino, vão se pondo em relevo. A impressionabilidade, a sugestibilidade, o misticismo são manifestações habituais. A moça tem novas aspirações, novos ideais e uma sensibilidade afetiva de novos moldes; é timida e pudorosa. "Pode-se dizer, escreve Monakow, na puberdade o sentimento de pudor é mais forte do que nunca e se manifesta pela dissimulação dos caracteres sexuais secundários". Há uma vergonha em mostrar os atributos corporais transformados nesta época, e esta vergonha às vezes cresce a tal ponto, que constitui um estado obsessivo que leva a criatura a afastar-se do convívio social, ou sentir-se mal em presença de pessoa de sexo oposto.

O rapaz, menos nervoso e mais corajoso, tem desde logo a avidez da liberdade, anseios de ser homem. Quer fumar, beber, dizer palavras grosseiras,

porque julga serem estes atos demonstração de virilidade. Ama os esportes, as ações violentas e as leituras de aventuras fortes. Seu espírito é menos firme, porém mais profundo e mais refletido do que o da moça; sua impressão de beleza é menor e sua sensibilidade menos viva e mais controlada. É durante a puberdade que a auto-crítica se aguça e o pubere vive num constante estado de introspeção, que não raro toma feitiço inquietador, procurando estabelecer sobre seu "eu" idéias que pretende imutáveis e sem contestação.

Nesta etapa da existência, novas tendências sociais se manifestam. Vendo até tal época ligado ao lar, sente a criança a necessidade de se libertar dos laços que a prendem. O indivíduo infantil até então, e por tal circunstância forçado a conformar-se com as imposições e preconceitos dos grupos que vivia e que não havia escolhido, escola, família, etc., procura novos apoiamentos de acordo com sua opinião e suas tendências. Passa assim a fazer parte de sociedades esportivas, literárias, religiosas, etc., pondo todo o seu fôrço e desmedido entusiasmo em prol do triunfo da agremiação a que pertence. "Tem então um sentido novo da responsabilidade social, da ação social que pode ter na vida coletiva, e da necessidade de fazer abstração de seus gostos e propensões para melhor servir ao meio".

Tudo faz crer não existir de ordinário antes dos 14 anos o sentimento artístico. Este sentimento é igualmente uma manifestação própria da puberdade e a inclinação artística no transcurso desta quadra reflete muitas vezes o estado do alma, a inquietação, a impressão de sensações difusas e inexplicáveis que o indivíduo experimenta nesta fase ingrata da vida.

Chegado o indivíduo à puberdade, quando deverá entrar na adolescência. Não há um acordo formal entre médicos e biólogistas, sobre o início desta fase da vida. Segundo Ambroise Paré, ela começaria aos 18 anos. Hippocrate opinava que iria dos 14 aos 21. Diz Hutton que a adolescência é um longo período de evolução e aperfeiçoamento que, começando no estado pré-puberal, se prolonga no mínimo até 16 anos nas meninas e até 18 nos rapazes. O que é certo é que a adolescência principia após as manifestações iniciais físicas da puberdade e, de acordo com o sentido etimológico da palavra *adolescere*, "crescer", perdura enquanto a criança cresce e termina quando pára o desenvolvimento.

O crescimento faz-se agora de maneira uniforme e harmoniosa e os caracteres físicos, intelectuais e morais concernentes a ambos os sexos exteriorizam-se de modo preciso.

E' no decorrer da adolescência que o indivíduo alcança sua maturidade, isto é, sua aptidão para o casamento, não coincidindo esta época, como se já com o início da puberdade. O que realça este período da existência é o desenvolvimento e o funcionamento completo do aparelho genital, e por isso torna-se outra a orientação da vida.

Como disse alguém, "até ní a evolução do ser humano tendia apenas a assegurar a vida do indivíduo. Daí em diante ela terá um fim mais elevado: a conservação da espécie".

Conforme as idéias de Freud, o instinto sexual existe no homem, desde o inicio da vida. Em comêço este instinto manifestar-se-ia por um estudo de auto-erotismo, isto é, por uma fase na qual a criança não teria necessidade de procurar fôra do proprio "eu" a satisfação da sua libido.

Este periodo, proprio da primeira infânciia, conforme o referido cientista, termina quando a criança começa a nutrir-se e agir como um adulto. Daí até á puberdade, haveria um periodo de latencia, durante o qual se formariam forças psíquicas inhibidoras da sexualidade, que servem para reaclear tendências e desejos eróticos determinando o esquecimento ativo. Estas forças coercitivas teriam por fim desviar a energia dinâmica do objetivo sexual, em beneficio da moral e da intelectualidade. A isto se denomina "sublimação da libido".

A esta fase seguir-se-ia o periodo bi-sexual, no qual a sexualidade, ainda oscilante, sem objeto e sem objetivo fixos, orientar-se-ia, ora indiferentemente, ora com uma predominância hetero-sexual, havendo então marcada tendência para as pessoas do meio familiar, sobretudo Mãe e Pai. Desta propensão adviriam os complexos de Edipo e Electra, sobre cuja importância tanto se batem os freudistas.

E' real que a criança e o pre-pubere têm geralmente suas inclinações amorosas por pessoas notavelmente mais velhas do que elas. Tais propensões afetivas constituiram para Freud a representação, a imagem dos progenitores.

Franco da Rocha, comentando a teoria de Freud em relação á sexualidade diz que neste periodo da vida se dá no organismo psico-genital uma revolução que é uma rápida passagem da sexualidade geral, difusa, móvel, auto-erótica, para a localização anatômica e a adaptação desta função ao objetivo normal do adulto. O indivíduo continua na busca de satisfação dos instintos parciais, componentes, mas todos convergem harmonicamente para um fim único que é a satisfação sexual correta de origem genética. A busca do objetivo sexual na puberdade se faz paralelamente á busca do objeto sexual — sexo oposto —. Até esta época o que existe na realidade é mais ou menos o hermafroditismo. O desapêgo progressivo dos laços eróticos entre o menino e os pais dá-se na puberdade com o primeiro amor.

Para a escola do professor Freud, os instintos sexuais vêm exercer uma ação decisiva na formação psíquica do homem, quando chega a época da puberdade e da adolescência, porque, si as tendências sexuais infantis persistem nesses periodos da vida, originarão conflitos afetivos graves, do que decorrem perturbações mentais, que se exteriorizam pelas psico-neuroses.

Estes conceitos, profusamente discutidos, são na realidade dignos de consideração e, escoimados os exageros, podem ser aceitos como verdades.

Normalmente, é na adolescência que a tendência sexual se determina de modo inequivoco e a propensão natural para o sexo oposto patentemente se afirma.

Segundo Monakow, na época pre-pubere e mesmo na puberdade, a função psíquica se faz sem nenhuma relação com a esfera genital. Não há conexão entre o psiquismo e a função local dos órgãos sexuais. Por isso se conserva a prática do onanismo, que traz uma satisfação imediata, co-existindo com um ideal puramente platonico no que concerne à comunhão sexual.

Conclui-se daí que, para este cientista, até a puberdade não existe integração, que se chama integração. Na adolescência vem então esta integração, isto é, a fusão de elementos fisiológicos e psíquicos de um modo completo; a conquista do elemento de sexo oposto se fará então pela procura da volúpia, que implica numa satisfação física e psíquica.

Ainda para Monakow novos valores fazem depois seu aparecimento, sentido de que o desenvolvimento do instinto sexual se acompanha de tendência latente para um fim ultrapassando a individualidade dos dois sexos e tendente a se objetivar na descendência. E' o que ele chama "vício do futuro".

A observação mostra que na adolescência, ocasião em que os sentimentos afetivos culminam por excelência, trazendo paixões fortes e incontidas, aparecem por vezes sintomas de disturbios da mentalidade que põem em risco o temperamento do adolescente. E' assim que são assimiladas idéias de infelicidade, de impotência, de escrúpulo, de remorso, idéias estas sempre acompanhadas de intensa carga afetiva, acarretando um estado patológico da encarnação, após os primeiros contatos sexuais e os primeiros catamenios. Rompe-se então o equilíbrio psíquico, imagens obsessivas torturam o indivíduo que quer dar alívio à sua ansiedade crescente, procura isolar-se, fugindo do dinamarca vital para se quedar num mundo criado pela sua imaginação onde encontra lenitivo para o seu estado de alma e para a perturbação da sua consciência. Não é raro que esta fuga da realidade e do meio habitual leve o adolescente à constituição esquizotímica até à esquizofrenia.

Sem a característica de manifestação psico-patológica, a propensão a um estado imaginário é vulgar no início da adolescência. E' sobretudo nesse momento que a invenção romanesca sob forma de "rêverie" toma toda amplitude. Sob o golpe dos abalos afetivos que determinam a maturação sexual, nascem em multidão tendências vagas, desejos mal determinados, sentimentos fugizes, que os poetas e os escritores têm tão frequentemente notado. O autor fez disto uma verdadeira síntese clínica em "Mme. Bauvary". O ritmo se deixa conduzir às mais loucas invenções e o coração se consola da monotonia diária pela atração fantasmagórica das realidades sentimentais (Vermeylen). Ao mesmo tempo que o amor, despontam no adolescente sentimentos que mais enobrecem a alma humana. Os devotamentos desencantados, as idéias nobres e cavalheirescas, a generosidade utópica, o alto idealismo constituem predicados que formam a marca peculiar da adolescência. Chegar ao término desta quadra, que o indivíduo é capaz de fazer abdicar da sua própria personalidade e do seu interesse, para dar todo seu eu e abnegação em prol de outrem.

São as experiências anteriores e as profundas transformações físicas da puberdade, lançando por terra tendências primitivas, que levam o indivíduo à renúncia dos seus desejos e a finalidades altruísticas.

A sua participação ativa no meio e a sua ação já decisiva e consciente estabelecem sentimentos de novos moldes, que firmam um equilíbrio perfeito entre as tendências individuais e as tendências sociais.

As idéias e os pensamentos exaltados e descontrolados, que dominavam o espírito na puberdade, pendem para uma harmonia completa, e no fim da adolescência o indivíduo marca definitivamente sua posição na vida social e adquiriu todas as possibilidades de encetar a idade adulta que é a fase das realizações.

FACULDADE DE DIREITO

Característicos do Direito Penal Contemporâneo

AULA INAUGURAL DO CURSO ESPECIALIZADO DE CRIMINOLOGIA

Dr. MARIO BULHÕES PEDREIRA

Não venho exercer um magisterio. Seria pavonear-me com títulos que me não cabem e investir-me de autoridade que não tenho. Sou aquele dentre os obreiros humildes a quem se cometeu o encargo de conelamar os companheiros para o labor do dia: só se distingue porque despertou mais cedo e, tanto que a tarefa se inicia, integra-se e desaparece no concerto dinâmico do trabalho.

Participo neste momento da obra comum, que nos reune e nos empolga — o desenvolvimento da ciência criminal no Brasil e, notadamente, a formação de um núcleo de inteligências moças que se entregue ao estudo dos problemas penais, orientando-o, sobretudo, pelo método da observação e da experiência. Para tão alto cometimento trago o coeficiente do meu entusiasmo, porque vejo realizada uma aspiração velha de dez anos: a íntima comunhão intelectual dos técnicos da medicina e dos técnicos do direito, na investigação científica do fenômeno social do crime, que, sendo jurídico, é substancialmente humano, e, sendo humano, é biológico por excelência. Esta aproximação, pela primeira vez realizada entre nós, de médicos e juristas, de estudantes de direito e estudantes de medicina, que para aqui acorreram em número não atingido em qualquer dos outros cursos de extensão universitária, representa, a meu ver, a expressão mais digna de relevo do que era inauguramos, como a pedra fundamental de uma construção mais vasta — o INSTITUTO DE CRIMINOLOGIA.

Hoje, o congravamento despertado pela idéia. Amanhã, sem dúvida, a sua esplendida realização — um centro de estudos não só doutrinários como práticos e experimentais, para a formação técnico-profissional dos órgãos da justiça criminal e da polícia, a exemplo da Escola de Aplicação Jurídico-Criminal de Roma, obra do pensamento de Enrico Ferri, hoje ampliada sob a direção de uma das maiores autoridades em Direito Penal — Alfredo Rocco —, com a colaboração de nomes gloriosos, como os de Giorgio Del-Vecchio, Santo de Sanctis, Alfredo Nicesforo, Salvatore Ottolenghi.

A Escola de Roma abrange três ordens científicas: jurídica, sociológica e biológica. Não desereverei o extraordinário desdobramento das ciências penais

e sociais, compreendidas nos dois primeiros grupos, o que seria em extremo fastidioso, apenas saliente a harmonia admirável em que se conjugam a culturação e a experiência, a doutrina e a prática. Ao grupo biológico pertencem a Antropologia Criminal, a Psicologia Criminal e Judiciária, a Biologia Patológica Criminal e a Medicina Legal.

O curso de criminologia, que tenho a honra de iniciar, sem embargo do seu caráter de simples experiência, no objetivo de aferir o interesse cultural da nossa gente para um empreendimento que se aproxima da magnitude da Escola Italiana, e cujo êxito a vossa presença consagra, já se distingue o programa do grupo biológico, a cargo de três grandes valores da ciência médico-legal no Brasil: Afrânio Peixoto, Porto Carrero, Leonídio Ribeiro.

A parte judiciária, mal avisadamente, me foi conferida; e deverei limitar alguns aspectos panorâmicos do Direito Penal na hora agitada que vossa, de profundas mutações de perspectivas. Mas, porque seja esta a parte inicial, antes de versar os temas sobre os quais particularmente me ocupo, cumpre-me encerrar a matéria numa visão de conjunto, afim de situar o Direito Penal no quadro geral do programa e definir a minha orientação nesse minho a perlustrar.

FILHO PRODIGO. — Há mais de meio século, Lombroso, um médico do direito, fez tremer até os alicerces do edifício monumental do sistema repressivo profundamente que até hoje o Direito Penal não logrou readquirir a segurança e a tranquilidade das demais disciplinas jurídicas. Já se lhe perdeu, em consequência, o desaparecimento do quadro do direito, transformado em terapêutica social: os juízes seriam médicos especializados, o elevado é dignidade de molestia, as salas da Justiça, laboratórios de anatomo-clínica, e as prisões, grandes clínicas onde se hospitalizassem esses infelizes, entre os criminosos.

Volvida, porém, a corrente antropológica ao terreno próprio de que se viara, no impeto inicial da fase combativa, fase de absorção e de hiperatividade, o Direito Penal procurou, de novo, sistematizar-se na mais rigorosa tecnologia jurídica.

Como o filho prodigo, depois de errar transviado por direções indecisas e rumos incertos, retorna, gafado de desilusões, mas rico de experiência, "Casa solaréngua do Direito".

NORMA JURÍDICA. — Na noção de direito, tantas vezes definida por filósofos e juristas, há uma idéia de limitação, um sentido ético, inerentes à própria essência, como produto de relação entre os homens, que se nega de magna relevância ao estudar a natureza da lei penal.

O direito é renúncia. De todos para o todo. De cada um para a coletividade. O direito, antes de ser a afirmação de um interesse legalmente integrado — fase definitiva de sua cristalização — importa no crescimento do próprio indivíduo na esfera da sua atividade externa. Originariamente sempre fórmula proibitiva, preceito construtor da expansão desgovernada pelo instinto. "Não matarás", ordena a lei de Moysés, porque no senso moral da sociedade de então já repugnava o ato de destruição da vida, exigindo de

membros que renunciasssem a prática da violência como expansão do ódio, de interesse, ou da vingança. Não era o direito à vida que a lei decretaria, era a renúncia ao direito de matar que ela impunha.

Nas agremiações primitivas como nas sociedades modernas, o criminoso é sempre o homem que não renuncia. Livre ou determinado, por vontade ou por impulso, ele sobrepuja o domínio de sua personalidade ao imperio da lei, que é expressão da personalidade coletiva.

Inimputável é o que não tem capacidade para renunciar.

Esse conteúdo ético que está na formação da norma jurídica permanece através a evolução social como um dos seus característicos de mais acentuada tipicidade.

A norma jurídica se traduz no imperativo de um dever que a sociedade impõe a seus membros, e onde há dever mora a renúncia. O direito como mínimo ético social, ou como expressão utilitária da vida coletiva, é norma de conduta frenadora da livre expansão individual.

Carrara contestando ser a ordem penal restritiva da liberdade humana porque a "liberdade humana outra coisa não é senão a faculdade de exercer a atividade própria sem lesar os direitos alheios", não atentou a que no seu próprio conceito, a liberdade é de si mesma condicionada ao exercício dos direitos alheios e, assim, a ordem jurídica, que tal liberdade assegura, importa em restringir a atividade individual.

Na velha concepção de Aristóteles, depois confirmada pelas investigações pré-históricas e pelos estudos etnológicos, a única forma de existência humana sobre a terra é a social. Do instinto originário de todos os instintos e da própria conservação, nasce o instinto de sociabilidade. Pode-se dizer que na vida social, tal como nos organismos, o todo precede à particularização de seus membros. Mas posto que primitivo e rudimentar, não se comprehende a letividade humana sem o sentimento da sua unidade. Ora, a unidade do grupo exige do indivíduo a renúncia à plena eclosão dos instintos, e como só em sociedade o homem vive, na renúncia está a condição fundamental da própria existência. As determinantes do fenômeno associativo na espécie humana, tais como origem, meio, ocupações, tendências, imprimem ao grupo um sentido próprio que se vai refletir na peculiaridade dos seus costumes.

Deles nascem as normas, em que se retratam, coordenando os impulsos individuais na moldura das exigências associativas, como racionalização do sentimento da unidade social. A ordem jurídica é, assim, a super-estrutura da ordem natural da vida em comunhão. Fórmula reguladora das atividades da vida coletiva que, restringindo-as, lhes garante o exercício e o equilíbrio, direito representa, pois, para o indivíduo uma manifestação de renúncia. Não espontânea mas coacta. Não a do místico que se despoja dos bens da terra, não a do fraco esmagado pelo arbitrio, mas a renúncia do egoísmo que cada um impõe pelo bem de todos. Concretiza-se na regra. Regra que delimita e coordena, regra que conge e assegura. Regra essencialmente obrigatória. Mas essa obrigatoriedade só pode emanar do Estado — manifestação definitiva da unidade social, que nele se plasma e se confunde. Uma regra obrigatória

da pela força individual não é direito, será violência, que dele exprime a ação mesma. Regra obrigatória imposta pelo Estado, eis a norma jurídica. Exprime o que se convencionou chamar o direito objetivo. Deste se origina o direito subjetivo, que é a faculdade que tem cada um de exigir obediência à norma jurídica, tornando efetivo o cumprimento do direito objetivo.

DIREITO PENAL. — Quando para garantir a obediência da norma com a violação há a ameaça de uma pena, ela constitui a norma penal.

Pena é sofrimento. Seja o sofrimento finalidade, na fase expiatoria, o meio para lograr o fim correccional, na fase humanitária, seja, ainda, o instrumento de fins socialmente úteis, na fase moderna de defesa social, é sempre o sofrimento a sua característica indelevel. São muito conhecidas as lavras de Alimena: "a pena deve alcançar o máximo de defesa social e o mínimo de sofrimento individual".

Pois bem, é a pena — tónica de sofrimento na ordem jurídica — extrema a disciplina que nos ocupa no quadro do direito e serve para definir o conceito de crime, pelo seu aspecto formal, único, aliás, não suscetível de controvérsias: crime é a violação da lei penal.

Durkheim sustentou que "nas sociedades primitivas o direito é integralmente penal". Modernamente Toulmon compartilha essa opinião, afirmando ser a primeira função, exigida dos legisladores e dos juízes primitivos, punir; mas a de aplicar penas que a de fixar direitos. Para ele não haver ciedade possível sem condenação, isto é, sem o pronunciamento de pena de deliberação e julgamento; e, no exagero deste pensamento, afim de ilustrar a primazia da pena, acrescenta que a datar da primeira condenação integralmente pronunciada e judicialmente executada é que se pode considerar a ciedade organizada, "c'est à partir de la première exécution capitale que l'homme commence à devenir différent du loup".

Mas Del-Vecchio, o profundo filósofo-jurista italiano, repele a antropomorfização da lei penal, argumentando que a pena e o delito supõem um equilíbrio precedente, isto é, uma exigência e uma obrigação correlativa, determinadas por uma regra, embora tacita, que na imensa maioria dos casos é observada e não transgredida. A lei penal tem como pressuposto uma série de valores jurídicos já definidos e reconhecidos, em relação aos quais constitui uma forma de *justiça secunda*. E Grispigni, que defende com vigorosa energia o caráter meramente sancionador do direito penal, filiando-se, numa concepção original, à corrente que afirma só existir a tutela penal como complemento e reforço à tutela das normas extra-penais, não o faz, porém, que admite a precedência histórica dos preceitos jurídicos desprovvidos de função punitiva, mas no ponto de vista *lógico-funcional*.

E' que o caráter secundário da justiça penal se manifesta, sobretudo, pelo fato de não intervir em todos os casos de violação dos preceitos jurídicos. O direito violado admite outra forma de reintegração que se identifica com a natureza lógica do direito em geral. Há uma sanção e uma coação inseparáveis do direito, enquanto a sanção e a coação penal, que às vezes lhe conferem e nele preponderam, não só podem faltar como também

ocorrência não determina o desaparecimento das primeiras, que com elas coexistem e subsistem.

A controvérsia, porém, nos desviaria o rumo da matéria carregando-nos o espírito para a questão do caráter normativo, ou sancionador da lei penal, estranho aos nossos objetivos. Basta que, admitindo a contemporaneidade da tutela penal e da tutela civil, como formas distintas e necessárias à proteção da ordem jurídica, fixemos a natureza intrínseca da norma penal: é a regra jurídica imposta pelo Estado sob a coação de uma pena.

O conjunto de regras dessa natureza forma o direito penal. Não interessa definir-lo. As definições enxameiam, revelando, a par do poliedrismo dos seus aspectos, a faceta que mais impressiona o criminólogo, consonante com o ângulo visual de observação. Mas em essência o traço que o caracteriza é sempre o mesmo — conjunto de normas decretadas pelo Poder Público, sobre a cominação de pena. Seu objeto são os fatos ilícitos do homem, a que se atribui a pena como sanção.

Ciencia penal. — Direito Penal ha de ser compreendido diversamente de ciencia penal. Aquele expressa a realidade jurídica atual, estagnada na lei. Esta, a investigação profunda da realidade social em função do direito a constituir. Aquele, estático. Esta, dinâmica. O primeiro estuda o que é, examina o direito, propriamente, na unica expressão verdadeira, — direito positivo — procura conhecê-lo na elaboração técnica, na arquitetura dos institutos, na projeção dos preceitos, nos vínculos das normas, na sua natureza, na sua origem, nas suas relações e na sua finalidade.

A segunda constrói o que deve ser, analisa o crime na multiplicidade dos seus aspectos, como fenômeno jurídico, como fenômeno social, como fenômeno antropológico, perquirindo as tendências, as necessidades, as exigências de um determinado povo, e oferece o material que servirá para a elaboração das futuras normas repressivas.

Ao estudo do direito penal, propriamente, bastam a exegese, a dogmática e a crística que são os limites da orientação técnico-jurídica, no pensamento de Rocco, um dos seus maiores da nova corrente. A ciencia penal, porém, servem os instrumentos de investigação indutiva, e ela entrosa-se em várias outras ciências, que lhe não constituem simples auxiliares, mas verdadeiras partes integrantes, naqueles capítulos relacionados com o seu objeto.

Ciencia penal, tem, pois, um sentido mais amplo e compreensivo. (Paoli).

Um criminalista argentino de rara argúcia e profundo saber — Sebastian Soler — em conferência, subordinada ao tema sugestivo desta interrogação “*Que queda del positivismo en el derecho penal?*”, critica o método experimental aplicado no estudo dos fenômenos jurídicos, com argumentos merecedores de máxima atenção. A ordem jurídica não se confunde com a ordem natural. Uma coisa diz ele é o mundo da causalidade, em que o método da observação e da experiência são os meios realmente fecundos, e outra muito distinta é o mundo do Direito.

A atividade propriamente científica tende à verificação dos fenômenos e a atividade jurídica tende à abstrata volição das ações. O ato espontâneo que verifica as leis naturais que regem a queda de uma pedra, tuda a aceleração e a força do corpo, destina-se a formular um princípio que não impõe regularidade aos fenômenos, mas apenas se limita a descobrir razão de uma regularidade pre-existente. Pois bem: que relação existe entre a lei que o físico formula sobre a queda de uma pedra e a lei jurídica que proíbe atirar pedras? A razão está em que o primeiro é um ato propriamente intelectual e o segundo é um ato de vontade. A atividade jurídica encerra sempre no fundo uma deserminação de elementos lúntanos e o importante não é a causa que determina essa vontade, mas o fim que ela objetiva. As causas que determinam o nascimento e a morte do direito e das suas leis são causas que, ao invés de estarem no passado ou no porvir: que são os fins que a coletividade se vai fixando.

Certo, a natureza teleológica do Direito Penal, que é um sistema de normas finalísticas e não de princípios que governem fenômenos naturais, põe-lhe ao estudo um método próprio — o técnico-jurídico — mas não deixa de ser de ordem a diminuir a contribuição do método experimental, quer na investigação das condições sociais de um dado momento social e da gênese da criminalidade, quer nos resultados a que tende a aplicação da norma jurídica. O direito é a lei. Mas a lei não absorve o direito, sim, em quanto é um fim objetivo.

Ao salientar, nesta primeira palestra, o conteúdo moral da estrutura fundamental da lei, quis fixar o conceito nuclear de onde decorre o processo de estudo do direito penal. O mundo jurídico não há de ser excludente do mundo moral, e sendo o direito essencialmente teleológico, não pode prescindir da ética, como ciência dos fins superiores da vida. "O direito é uma ciência essencialmente jurídica e, portanto, sistemática. Si o direito em si tem por objeto a personalidade humana, e por fim a proteção de todos os bens da vida nas relações entre pessoas, o objeto principal do direito é a responsabilidade dos que violam as normas sancionadas com a lei. Basando nas disposições da lei positiva, que ligam ao crime como fato como consequência, a sua missão é a análise da matéria jurídica de conformar um sistema orgânico que condense as idéias, os princípios e as normas superiores, aplicáveis à infinita variedade dos casos concretos. O seu sentido não pode ser sim, o técnico-jurídico".

Razão por que reivindico o método lógico-abstrato para o direito positivo, não compreendendo a possibilidade de afastar-se da órbita jurídica.

Mas, por igual, tenho que só nas ciências biológicas, consonante com o próprio, poderá haurir o elemento vital do seu progresso, para de renovação científica da tutela penal.

CRIMINOLOGIA. — Curso de criminologia, o presente, orienta-se de maneira pela face dinâmica dos estudos penais, posto que a mim, professor do direito, cumpra versar a parte propriamente jurídica do problema. Criminologia, devo dizê-lo, no sentido que lhe emprestaram Garofalo,

glini e Wargha, da mais dilatada extensão do seu significado etimológico, — ciência que estuda o crime: o crime como fenômeno jurídico; o crime como fenômeno biológico; o crime como fenômeno social; o crime em relação aos meios eficientes de combatê-lo em determinada sociedade. Compreende assim direito criminal ou penal, antropologia criminal, sociologia criminal e política criminal.

Esta não lhe é, porém, a noção mais corrente. Via de regra, os tratadistas particularizam o seu conceito como ciência que investiga as causas do crime.

Von Liszt, por exemplo. Ele a divide em biologia (ou antropologia) criminal e em sociologia criminal, consoante o objeto da etiologia do crime seja a vida do indivíduo ou a vida social. Da criminologia, propriamente, destaca-se a penologia — estudo jurídico, social e individual da pena. Na crime, observa Vaccaro, enquanto houver um fato ameaçado pela lei com uma pena. "A ameaça da pena, portanto, é o presuposto necessário do crime. Direi assim que a única causa que torna legítima a criminologia, como ciência social particular, é a existência de fatos os quais têm um *caráter particular* que os distinguem de todos os outros fatos sociais — a sanção especial que se chama pena. Sem ela, o crime não se poderia definir: confundir-se-ia com todo o fato tendo uma sanção jurídica genérica, e, em sentido mais amplo, com toda ação tida como causadora de dano pela chamada consciência social".

Penologia é uma expressão que se atribui empregada pela primeira vez por Francis Lieber, em 1834. Usual entre os criminalistas da língua inglesa, tem ali, porém, uma compreensão muito maior. Assim Howard Vines descreve o seu objeto como sendo "*the treatment of crime for its repression and prevention: and of criminals, for their extirpation or rehabilitation; both in the past and in the present, with special reference to improved methods of treatment in the future*".

Das modernas concepções da criminologia, distingue-se Quintiliano Salданha pela originalidade do pensamento que a preside. Para o conhecido professor espanhol, criminologia confunde-se com antropologia criminal e é completamente autônoma. O direito se lhe afigura um velho cortejo de tradições augustas, um rico tesouro de filosofia jurídica, cujas fórmulas desprovistas de conteúdo, que são os seus principios sublimes, constituem idólos partidos e impotentes para despertarem um culto.

Por igual a antropologia lombrosiana, ele a considera um museu frio de monstruosidades desprovidas de vida; e ambos quer reformados — a antropologia criminal, infundindo-se-lhe estrutura filosófica, e o direito penal por uma completa renovação científica.

Reproduz o ataque ao êrro de Lombroso, tantas vezes profligado, de fazer metafísica antropológica restringindo-se aos fatos sem atender ao sentido da sua interpretação — que é a alma do método indutivo. Não lhe satisfaz tanto o ecletismo à maneira de Frederic Berard, para quem a verdade total da antropologia surge do contato do espiritualismo com o materialismo, do mesmo modo que a centelha do choque de dois silices.

Saldanha pretende "salvar o problema — essa bandeira tão dispõe à desordem do combate científico — colocando-a em terreno nele não será o do ecletismo mas o da integralidade".

Neste rumo à integralidade, afirma ser a fonte do conhecimento minologia a realidade humana total: física e psíquica, normal e anormal e honesta. Ao método de observação ele acrescenta o da experiência. Não é a simples demonstração científica de fenômeno, mas a verificação sistemática dos seus resultados, e julga destarte ter trazido para a ciência um método novo — o pragmatismo. "Assim, a antropologia criminal ou lombrosiana, é a fase analítica da Criminologia; essa que, nação geral de todas as ciências — e mesmo de todos os negócios humanos — precede a sua integração. A antropologia criminal post-lombrosiana é a fase sintética da Criminologia, na qual atinge à sua plenitude.

Sebastian Soler considera a criminologia como o conjunto das ciências do crime, compreensiva da antropologia e da sociologia criminal, tendo por ponto o estudo do aspecto causal do fenômeno crime, enquanto o direito trabalha no mundo dos fins. Julga a separação não só determinada por natureza das coisas, como também necessária ante as limitações da medicina. Distinguindo, assim, a criminologia do direito penal, em campamentos, imagina que se evitará o desdobramento de medicos que querem ristas e de juristas que querem refutar a medicina com silogismos, gerando isso tanto o direito como a medicina.

BIOLOGIA E DIREITO PENAL. — A biologia e o direito penal não se entretanto, compartilham estanques na ciência. São correntes afimadas por múltiplos canais que se entrelaçam e se entrelaçam, como círculos tributários, na marcha que as conduz ao estuário comum: é o estuário que é a Vida, assim na expressão orgânica do indivíduo, como na política da co-existência social. Mas afinidade não quer dizer subordinação. O direito penal não será, nunca, uma disciplina médica. Erram os que da rede estreita de ligações, confundem as duas correntes numa caudal onde não distinguem já as águas crespas da ciência social mas vêm à superfície serena da ciência biológica. Os alveos são distintos.

Mas erram ainda mais os que admitem a possibilidade da marcha recta jurídica sem a cooperação da corrente médica.

E' no homem, já eu o disse de certa feita, e não fôr dele, é na constituição biológica, na sua formação psíquica, como realidade autônoma, expressão necessária da coletividade que se deve encontrar a solução dos problemas penais. O direito nasce da vida e à vida serve. Seria contrário à origem e mentir à sua finalidade si a norma jurídica se divorciasse da biologia. O homem é um complexo homogêneo de funções: fisiológicas, químicas, sociais, assim como físico-químicas, que se operam no seu organismo. Não se compreendem destacadas e autônomas senão pela necessidade de ligação ou por conveniências pragmáticas. A ciência, hoje, quer que se caracterize pela sua fórmula coloidal. Mas em todo o ser vivo, no

fenomenos fisico-quimicos, compreendidos na fisiologia, existem os propriamente psiquicos; e a energia psiquica, mau grado o materialismo, não pode identificada com as energias fisicas até hoje conhecidas. Não ha psiquismo e somatismo, é certo. Paralelamente, porém, aos processos metabolicos, encontra-se sempre o laço subjetivo que unifica e concientiza os fenomenos organicos.

Na expressão sintese, homem — está toda a complexidade dessas funções quais, assim no seu equilibrio higido como no desconcerto dos estados patologicos, não ha de ser estranho o direito para que se ajuste ás realidades que governa, disciplina e conduz. Daí a minha afirmativa: é mistério projectado biologia sobre o direito e que em cada caso particular se atente não só aspectos sociais de defesa, de segurança, de intimidação, como tambem individuais, — organicos e psiquicos, normais e anormais, permanentes e transitorios.

Ao elaborar a norma coercitiva que traça a conduta social, o legislador não coordena valores abstratos para formar a soma teórica de uma utilidade mas regula realidades humanas, subordinadas á fatalidade das leis biológicas e a estas os códigos não podem ser indiferentes para que se não transformem em instrumentos inuteis ou perturbadores da vida social. Tambem o Juiz quando aplica a lei penal, não escreve na lousa do matemático a equação entre o Código e o fato, ele rasga na carne viva do homem o desenho de um cirurgião. Não lhe basta ser jurista, é preciso que participe dos atributos do clínico em missão preventiva e repressiva, já no exame do fato em função do homem para o diagnóstico da responsabilidade, já na previsão dos efeitos terapêuticos da sanção penal, consoante as condições particularissimas das reações individuais.

O criminalista que se acontentasse no território fechado do direito, conservando-se exclusivamente logico e exegeta, sem contato com as ciencias humanas e sociais, no agnosticismo dos seus grandes problemas, faria obra apática e estéril, que não alcançaria satisfazer as exigências atuais do direito penal.

Em tema de repressão, já não é possível contestar a interferencia da biologia e do direito.

A lei penal tem, sobretudo, um escopo: combater a criminalidade na forma protetiva. Mas no crime, objetivamente, jamais se combaterá a eficiência. Lutar contra o crime é perseguir uma abstração. Luta ingloriosa e fracaçao a experiência demonstra com a eloquencia das estatísticas. Entre crime e a lei está o homem e impossível é tratamento igual para seres desiguais. Dia virá em que o direito ha de varrer da consciencia jurídica o maior dos conceitos políticos: a igualdade de todos perante a lei. Então não pesará mais a ordem jurídica a responsabilidade de nivelar os homens sob a máquiça compressora da lei, esmagando todos os arrestos, desfazendo todos os víncos que distinguem e retrajam os perfis individuais. E perderão o sentido aquelas palavras admiraveis de Anatole, que tão bem traduzem o erro e a injustiça:

ordem vigente: "A lei com sua magestatice igualdade proibe, igualmente, rico como ao pobre, dormir sob as pontes, mendigar nas ruas e furtar pão".

Mantenha-se, pois, o direito penal no quadro das disciplinas jurídicas fiel á sua tecnia, mas que se não distancie da vida, onde força é que raíze para lograr sciva e dignidade.

De mim, eu vos confesso, neste particular, ainda sou pela sabedorias antigos: *melius adhuc est judici cognoscere corpus humanum quam cognoscere corpus juris.*

Reincidencia e identificação

(CURSO ESPECIALIZADO DE CRIMINOLOGIA)

DR. LEONÍDIO RIBEIRO

Docente livre de Medicina Legal na Faculdade de Medicina

1.º CONFERÊNCIA

A ciencia que estuda o crime e o criminoso abrange tantos ramos e conhescimentos humanos, que até agora não se ponde encontrar um nome que indicasse todo o seu raio de ação. LOMBROSO batisou-a de Antropologia Criminal. LISZER chamou-a de Biología Criminal e KOVALESKI vulgarizou a expressão Psicología Criminal. GAROFALO foi quem lembrou o nome de Criminología. Desde, porém, que estes estudos foram alargando os seus dominios, tornaram-se cada vez mais tecnicos e especializados, apareceram novas denominações. Os chamados Laboratorios de Policia Cientifica ou Técnica Policial são insuficientes para conter os rumos novos das pesquisas desse gênero e outros nomes foram inventados pelos autores. O criminalista cubano FERNANDO ORTIZ, em 1916, lança o seu livro intitulado "Estudio de Policiología", e LOCARD, de Lyon, acaba de dar à publicidade o seu "Tratado de Criminalística", denominação com que se designa a nova disciplina que visa sistematizar os conhecimentos e as práticas que as ciencias puseram à disposição da Policia e da Justiça para o estudo do crime e descobrimento dos criminosos.

Um dos pontos mais importantes da Criminalística é o problema da identificação em relação com a reincidencia. E' o que vamos estudar aqui.

REINCIDENCIA E IDENTIFICAÇÃO

Não insistirei sobre a noção de reincidencia, bastando recordar que constitui agravante pelo nosso Código, além de ser dos elementos mais seguros para a distinção dos tipos de criminosos. E' ainda por esse meio que se pode reconhecer a temibilidade, noção fundamental para a aplicação das medidas de defesa e segurança.

Desde tempos remotos que se procura descobrir meio seguro de identificação para reconhecer os criminosos reincidentes. A marca usada nos animais foi o primeiro recurso utilizado para esse fim. Já na Índia os culpados eram

marcados na fronte por meio de um ferro quente, de acordo com as leis de Maru', ficando segregados da convivência dos amigos e da família. Na Idade Média, e em Roma, igualmente, os criminosos eram assinalados na testa com uma marca inicial do crime cometido ou desenho alusivo à sua natureza. Esse costume existiu durante toda a Idade Média, permanecendo na Europa até fins do século XVIII. Como aparecesse o recurso de deixar o cabelo até cobrir a face infamante, o Imperador CONSTANTINO mandou que a marca fosse colocada nas mãos e nos braços. Na Rússia eram assim marcados os criminosos, assim como o Imperador ALEXANDRE proibiu, em 1818, tais práticas, por isso que se iniciaram a regeneração dos culpados. Na Alemanha, Liersch propôs que se ficassem os criminosos com uma tatuagem em lugar oculto do corpo. O médico legista, de Marselha, lembrou uma injeção de parafina, capaz de produzir um nódulo indeleável e reconhecível pela palpação.

Em 1770 foi criado em França um departamento oficial destinado oficialmente a reunir dados para a história pessoal de cada criminoso, assim sendo organizado um arquivo geral de malfeitos. Essa ideia foi logo adotada por outros países europeus, verificando-se, porém, que bastava o indivíduo mudar de nome para inutilizar qualquer pesquisa no sentido de reconhecê-lo, num numeroso índice alfabetico. Era indispensável, pois, descobrir um caractéristico qualquer da individualidade que pudesse servir à identificação facil e rigorosa. Os traços da fisionomia, si bem que diferentes em quasi todos os indivíduos, também não podiam servir por ser difícil a sua utilização prática e ainda porque há casos excepcionais de indivíduos muito parecidos no ponto de poderem ser confundidos um com outro.

BERTILHONAGEM. — APPONSO BERTILLON, aluno de anatomia de São RODOLFO BERTILLON, fundador da Escola de Antropologia de Paris, fundador da Academia de Polícia, foi quem imaginou utilizar os dados antropométricos para auxiliar a identificação, método utilizado, pela primeira vez, em Paris em 1882. A identificação pelo processo Bertillon era feita por quatro fundamentais: as medidas antropométricas, as fotografias judiciais, as particularidades como as cicatrizes e tatuagens e o retrato salado. Na Inglaterra começou a ser usada oficialmente a bertilhonagem em 1884, na Argentina em 1889, na Suíça Romana e México em 1892 e no Brasil em 1894. Bertillon estabeleceu que existem dados característicos, na morfologia de cada duo, capazes de reconhecer-lo em qualquer tempo. Mediindo-se a altura, metros da cabeça, face, torax e membros, conseguindo-se na maioria dos casos resultado positivo. A fotografia é outro recurso ainda hoje usado para a prova da identidade dos criminosos reincidentes, sobretudo depois que se fabricaram aparelhos especiais e foram estabelecidas distâncias e prazos de iluminação sempre os mesmos de frente e de perfil. Além disso, não ser esquecidos os sinais físicos congenitos ou adquiridos, além de cicatrizes, deformações profissionais, que, reunidos, trazem um precioso conteúdo para o estudo dos delinquentes. Entre os sinais particulares de cada duo, capazes de servir para sua identificação, estão as tatuagens, que são

tração habitual dos individuos que levam vida de ociosidade, como os homens do mar, as prostitutas e os criminosos nas prisões. Foi por isso que Lombroso incluiu as tatuagens entre as características do homem delinquente. Ha mesmo quem afirme que pela tatuagem é possível descobrir a profissão e até grau de inteligência do indivíduo tatuado. Ha evidentemente exagero nessas afirmações, porque si é certo que elas são mais frequentes em certas classes sociais, quasi sempre a tatuagem pinta muito mais a psicologia dos tatuadores, sabido que cada um desses profissionais tem um certo número de desenhos que aconselham ou impõem às suas vítimas. Como elemento para a identificação, seu valor é sempre o mesmo, a despeito dos progressos da cirurgia, pois si agora é possível extirpar totalmente esses sinais, subsiste sempre marca da operação, na cicatriz denunciadora da intervenção com esse fim realizada. O retrato falado é uma das criações mais felizes do método de BERTILLON e consta da descrição da forma e nuances da fisionomia, especialmente nariz, dos lábios, das orelhas, do mento, da fronte, dos cabelos e pêlos, coloração da iris e da pele. Hoje se utiliza ainda para reconhecer os criminosos o estudo da palavra, da grafia, do sotaque, dos gestos, das maneiras, do modo de andar e até da sua gíria e hábitos.

Logo se viu, porém, que o sistema antropométrico não resolvia definitivamente o problema da identificação dos reincidentes. O desenvolvimento físico do homem nem sempre termina aos vinte anos, impedindo assim sua aplicação aos indivíduos menores dessa idade. Por outro lado, as medidas podem variar para cada um dos experimentadores, dando lugar a diferenças e erros individuais, exigindo assim técnicos especializados e aparelhagem custosa e complicada. A fotografia também é recurso falho, por permitir a fraude, além de haver indivíduos que se confundem pelos seus traços fisionómicos.

DACTILOSCOPIA. — Foi quando surgiu a dactiloscopia, isto é, a identificação por meio dos desenhos fornecidos pelas impressões digitais, método pela primeira vez utilizado, em todo o mundo, na República Argentina, por VUCETICH em 25 de Junho de 1892. É sabido que na China existe o hábito de colar nos documentos a mancha de um ou mais dedos molhados em tinta. Essa prática não demonstra, porém, que os povos orientais tivessem conhecimento da existência das impressões digitais, visto como estudos feitos sobre esses documentos mostram que não é possível descobrir neles o menor vestígio por onde se possa afirmar terem sido feitos com os dedos, nem classificá-los, porque essas manchas não são mais do que simples borrões de tinta sem nenhuma significação. Ademais, não existe na história da civilização chinesa a menor referência a esse assunto, o que não se comprehende em se tratando de uma questão de tanta importância para a ciência. KUMAGASU-MINAKATA afirma que no Japão as leis de TAILO, sete séculos antes de Cristo, exigiam para os analfabetos, em lugar da assinatura nos documentos para o divórcio, a marca dos dedos interessados. XAVIER DA SILVA diz que esse hábito existiu em Macau, Ilhas Portuguesas, e COLLIVER o assinala também na Coréia. STOKIS publicou uma extensa documentação mostrando que os homens das cavernas ornavam suas

casas com desenhos de armas e instrumentos onde havia a marca das suas próprias mãos e também dos dedos. Na Nova Escócia GARRICK-MARELLY descobriu em 1892, um petroglifo, de idade muito remota, sendo bem visível o esquema dos desenhos das extremidades dos dedos. Uma comissão do British Museum que foi à Caldéa, em 1925, descobriu ali um muro, datado de 2800 anos antes de Cristo, onde se viam duas impressões digitais marcadas na argila. A superstição de autenticar documentos com o dedo molhado em tinta existia na Índia. Foi entre 1858 e 1878 que o inglês WILLIAM HERSCHELL, coletor da Bengala, tendo em vista as necessidades de melhor autenticar os contratos pelos indígenas, adotou oficialmente a medida obrigatória para todos os analfabetos de marcarem os documentos importantes com a mancha de um dos dedos. Essas impressões eram feitas com tinta de aquarela e não tinham o menor valor identificador, nem eram arquivadas ou classificadas, não tendo sido nunca levadas aos tribunais para fazer prova em qualquer processo judicial. LOCARD afirma que a utilização pelos antigos da marca dos dedos, era um ato místico, significando apenas uma exigência para que nos documentos se gurasse uma qualquer causa da personalidade de seu autor, havendo ele próprio examinado alguns papéis, trazidos por VUCETICH, de sua viagem ao Oriente, para finalmente se convencer de que não era possível reconhecer essas manchas como sendo impressões digitais.

FASE CIENTÍFICA. — O início da fase científica da história da dactiloscopia data do trabalho do anatomista italiano MALPIGHI que, em 1665, fez as primeiras referências ao assunto, numa carta dirigida a JACOB RUFFANI, afirmando existirem na ponta dos dedos rugas designadas em forma de círculos e espirais. PURKINJE, nascido em Praga, em 1823, na sua tese apresentada à Faculdade de Medicina de Breslau, referia-se às pequenas sínusidades existentes na superfície dos dedos. GALTON foi o primeiro a realizar estudos mais sérios só sobre a questão das impressões digitais, tornando-se clássico o seu primeiro trabalho publicado em 1888, intitulado "Personal Identification and Description", onde, pela primeira vez, mostra a importância do assunto, sem conseguir tratar tanto um meio prático de utilizar esse recurso de reconhecimento dos criminosos. Essa glória cabe a VUCETICH, de nacionalidade húngara, residente na República Argentina, o qual, tendo lido o resumo das idéias de GALTON, ingressou em La Plata, em 1.º de Setembro de 1891, numa Oficina de Identificação, onde, ao lado do método antropométrico, estabeleceu pela primeira vez, no mundo, a tomada das impressões dos dez dedos numa ficha única, imaginando ele próprio o aparelhamento adequado para esse serviço técnico, então completamente desconhecido como arquivos, armários, mesas, prateleiras, roles, etc.

O primeiro caso autêntico, onde a identificação do criminoso foi feita através das impressões digitais, deixadas no local do crime, deve-se a esse cientista argentino e data do ano de 1892. Uma mulher, FRANCISCA RoJA, residente em Necocheá, na Província de Buenos Aires, mata dois filhos e denuncia como autor do crime um seu vizinho. A polícia encontra na porta da cas-

marca de varios dedos molhados em sangue, cujas impressões examinadas não coincidem com as do acusado, sendo facil demonstrar que pertenciam à propria mulher que o acusava e era autora do crime. Aliás, a propria palavra dactiloscopia, que hoje existe em todas as linguas, foi tambem criada na Argentina. VUCETICH havia chamado o seu sistema de "Iconofalangometria", do grego ikonos, sinal, phalango, falange e metris, medir. Um médico, Dr. FRANCISCO LATZINA, publicando suas impressões da visita feita nos serviços de VUCETICH, em "La Nacion" de Buenos Aires, em 8 de Janeiro de 1894, dizia: Eu me pergunto por que VUCETICH foi descobrir entre raizes gregas, palavra tão complicada para designar a sua descoberta. Para se tomar as impressões digitais não se precisa, aliás, medir coisa alguma, porque apenas se tomam, observam e examinam os desenhos formados pelas cristas papilares. Entretanto, só é absolutamente necessário inventar uma palavra grega para denominar o novo metodo, diga-se, por exemplo, dactiloscopy, composta de dactylos, dedos, e kopein, examinar, que é mais facil, mais curta e mais eufonica. LACASSAGNE, em 1904, em sua obra sobre "Dactyloscopy Comparada" propunha chamar-se Vuceticismo, ao novo metodo argentino.

No Brasil não foi facil substituir o sistema antropometrico pela dactiloscopia, recebida com muitas reservas pelos nossos funcionarios tecnicos. Graças aos esforços do Dr. FELIX PACIENCO, então director do Gabinete de Identificação, foi o Brasil o primeiro país do mundo a adotar, em 1903, o metodo argentino, que acabava de ser apresentado oficialmente no Congresso Científico Latino-Americanico, reunido em Montevideó. AFRÂNIO PEIXOTO, visitando, em 1904, a Oficina de Identificación, de La Plata, criada por VUCETICH, deixou ali suas impressões, nas seguintes palavras: "Professor de Medicina Legal, este mismo hecho hace que el problema de la identificación me interesse y me preocupe; venido a La Plata conoci el sistema dactiloscopico original de VUCETICH: siento un gran placer en confesar que encontré el ideal realizado: el método, el orden, la sencillez, la ciencia y sobre todo la conciencia se alian para un resultado seguro y completo. Lo que Bertillon hizo con la antropología, lo ha hecho VUCETICH con el "fingerprint": confróntese los dos métodos y nadie tendrá una opinión diversa a la mia. El sistema argentino sobrepuja al francés. Es una confesión y una justicia". Pouco depois, na prova escrita do seu concurso para professor de Medicina Legal da nossa Faculdade, salientou as vantagens do novo metodo, a ponto de ser hostilizado na imprensa pelos defensores da antropometria. Em 1905, reunia-se no Rio de Janeiro o Terceiro Congresso Científico Latino-Americanico, no qual foi muito discutido o problema da Identificação. FELIX PACIENCO defendeu a dactiloscopia, sendo apoiado pelo professor MARIO TEIXEIRA e contestado pelo Dr. JULIO DE NOVAES, partidário da Bertillonagem. VUCETICH propôs, então, a realização dum Congresso de Polícia, que se realizou logo após, em Buenos Aires, sendo assinado um Convenio Internacional Sul-Americanico, afim de estabelecer a permuta dos antecedentes dos individuos perigosos, acompanhados de sua individual dactiloscopia, fotografia e outros elementos capazes de identificá-los.

Muito se tem discutido assim de apurar a quem cabe a glória de haver descoberto uma classificação capaz de aplicar a dactiloscopia à identificação dos criminosos. A Inglaterra disputa essa glória com a Argentina, afirmando que a invenção da dactiloscopia se deve à GALTON, Henschel e HENRY LOCARD, com a sua autoridade, afirma, porém, no seu Tratado de Criminologia: "O estudo das datas permite esclarecer a questão. E' fato que em 1891 Vucetich imaginou o seu sistema, iniciado oficialmente pela Polícia de Buenos Aires, em Setembro desse ano. Em Bengala, na Índia, em 1892, foi adotada a antropometria e com ela as impressões digitais, sendo que só em 1897, com o sistema Henry, foram utilizadas como elementos de prova para a administração. O sistema de Henry, da Índia, é pois posterior ao de Vucetich, na Argentina".

AS IMPRESSÕES DIGITAIS. — A pele dos dedos tem duas camadas distintas, a epiderme e o derma, sendo que nesta última estão localizadas as papilas dispostas em séries lineares, formando as cristas dermicas, que estão separadas por sulcos, de dois a cinco decímetros de milímetros. Sua forma é variável, de tal sorte que cada indivíduo apresenta uma combinação de sulcos e relevos que dão ao conjunto dos nossos dedos um aspecto pessoal e inconfundível. Esses desenhos começam a aparecer no quarto mês de vida intra-uterina, pela extremidade ungual da falange, estendendo-se mais tarde para os bordos e atingindo no sétimo mês o centro da polpa digital. Esses dados embriológicos foram rigorosamente verificados, recentemente, por meio da micro-fotografia, e em numerosos fetos, de todas as idades, por HEINDL e BENNOVIC. LOCARD afirmou que são três os caracteres que dão às impressões digitais o seu grande valor para a identificação: imutabilidade, inalterabilidade e variedade. Durante toda a vida do indivíduo os desenhos das extremidades digitais permanecem os mesmos, enquanto que todas as outras partes do nosso corpo se modificam com as idades. O indivíduo cresce para ser adulto, e mais tarde diminui, envelhece, mudando o aspecto e a cor dos cabelos e dos pelos, além de outras alterações no modo de falar, escrover e andar. Só uma coisa permanece invariável e resiste a tudo, mesmo à sua vontade individual e aos traumatismos e doenças que venha a sofrer: é o selo de Deus posto nas mãos de todos os homens, de acordo com o que está escrito no livro sagrado: "In manu omnium hominum signat". Por dois meios tem sido tentado modificar a integridade anatômica da extremidade dos nossos dedos: as incisões e as queimaduras. Ambos, porém, são ineficazes na maioria dos ensos. LOCARD e WITCOWSKI fizeram experiências em si próprios, queimando as pontas dos dedos ao contato com superfícies metálicas muito aquecidas e líquidos em ebulição. Mesmo assim as impressões tomadas nos dias subsequentes, com as próprias flictenias produzidas pelas queimaduras de 2º grau, conservavam fielmente os detalhes da epiderme primitiva, permitindo reconhecê-las e identificá-las. Exames feitos em operários que trabalham com acetona na fabricação de pentes de celuloid nos quais existem queimaduras sempre renovadas, puderam demonstrar que no fundo das polpas digitais ulceradas, persistem as características da pele si-

Em relação com as cicatrizes que resultam dos cortes feitos nos dedos, acidentais ou voluntários, acontece justamente o contrário do que era de prever, em vez de dificultar, facilitam a identificação. Locard afirma que elas constituem pontos de reparo de tal modo interessantes, que permitem reconhecer à primeira vista, um dactilograma. É conhecido o caso referido por Galton de um menino de 14 anos cuja impressão de um dos dedos mostrava uma cicatriz retilínea. Alguns anos mais tarde, tornando-se a mesma impressão, ela parecia ser cópia de uma fotografia que tivesse sido aumentada em todas as suas dimensões. Nos indivíduos gêmeos, quando são do mesmo ovo, é possível encontrar os desenhos papilares extremamente semelhantes, mas nunca absolutamente iguais, por isso que existem sempre pontos característicos que permitem distingui-los sem dificuldade. Das doenças gerais poucas até agora têm sido observadas como capazes de perturbar o aspecto das impressões digitais. Castellanos, de Cuba, observou alguns casos de lepra, em que houve destruição progressiva das cristas papilares, de tal modo que as impressões acentuaram por se tornar uniformes, sem formar desenho reconhecível pelo mais cuidadoso exame. Depois da morte, só com os fenômenos da putrefação é que são destruídos os sinais característicos das papilas digitais. Nos cadáveres conservados é fácil distinguir, porém, a fórmula dactiloscópica, sendo que por este meio puderam ser identificados até as mumias do Egito. As glândulas sudoríparas, muito abundantes no nível das mãos, têm um canal excretor que desemboca no meio das cristas. Durante muito tempo se pensou que o suor fosse formado por substâncias graxas e, assim, qualquer corante das gorduras seria capaz de revelar as impressões digitais. Um assistente de Locard, Dr. Leung, demonstrou recentemente que no suor não existe gordura, por isso que, nos dedos, não há glândulas sebáceas. Quando as extremidades dos nossos dedos tocam um objeto qualquer deixam nele a marca característica do indivíduo, por meio da secreção que é constante nas glândulas sudoríparas. O problema da hereditariedade ainda não foi definitivamente resolvido em relação com as impressões digitais. O estudo das fórmulas dactiloscópicas não é um recurso capaz de ser utilizado na pesquisa do parentesco. Sob o ponto de vista etnológico também pouco se decidiu até agora, visto como os estudos a respeito são ainda insuficientes. Locard afirma: "Je ne crois pas du tout que l'on arrive jamais, au vu d'une empreinte isolée, ou même d'une fiche d'œa-dactylaire, à dire, non pas: ceci est un anglais, ceci est un français, mais même: ceci est un Négrito, un Canaque ou un Sieux. Ce que est possible, ce qu'en arrive à établir quand en aura étudié, a ce point de vue spécial, quelques dizaines de milliers de fiches classées par provenances ethniques, que le divers types de dessins ne se présentent pas avec une fréquence égale dans les différentes races humaines".

Ha quem afirme que se pode diagnosticar a idade, o sexo e até apurar o grau de inteligência e de cultura do indivíduo pelo estudo de suas impressões digitais. É certo que elas não se confundem em todas as idades, sabido que o número de linhas é sempre o mesmo, enquanto que aumentam as di-

mensões da polpa digital, de tal modo variam nos individuos as distas entre as cristas papilares. Fora disso as impressões dos recem-nascidos, pouco nitidas, não se podem confundir com as dos velhos, já com sinal caracteristicos de idade avançada, ficando os desenhos achatados e de apagados, além das dobras naturais da pele, frequentes nessa fase da vida que tornam difícil a classificação da fórmula dactiloscopica. A ocupação do indivíduo também influui, provocando as deformações profissionais que afetam até as extremidades dos dedos, deixando neles traços caracteristicos. O balho sempre repetido nas mesmas condições pode acarretar modificação nos tecidos da polpa digital, até mesmo nas suas camadas mais profundas, arrancando as papilas e as glandulas e hipertrofiando as células da epiderme, causando pequenas lesões de agulha das costureiras e alfaiates, as picadas dos entomologistas, os círculos dos fragmentos de vidro nos manipuladores de indústria, modificam de modo sempre igual o aspecto dos desenhos para que por onde seria fácil reconhecer a profissão nesses casos. Os musicos apresentam alterações mais ou menos caracteristicas, a exemplo dos violinistas que indicador e auricular da mão esquerda, e indicador e polegar da mão direita. Assim também as lavadeiras, os agricultores e outros operários, especialmente os cordociros. WERVAECK, citando as pesquisas de SCHLAGINNAK sobre o assunto diz: "De ce travail qui est remarquable par le nombre et la précision des observations, il faudrait conclure à une étroite parenté des empreintes de l'homme avec celles des anthropomorphes sans pouvoir dire chez lequel d'entre ceux-ci la ressemblance est la plus évidente". ALMANDES, na Argentina, demonstrou não só que os macacos, tal qual os homens, podem ser identificados com todo o rigor pelas impressões palmares, como ainda é possível distinguir por essa forma não só o adulto como a espécie a que pertence, o que é de grande importância para os estudos de História Natural. Vários autores, como FORGEET, D'ABUNDE, CETICH, DE SANCTIS, ASCARELLI, CEVIDALLI e BENASSI, estudaram de maneira sistemática o assunto, parecendo que na realidade seria possível tentar um sistema de sistematizado de psicopatologia das impressões digitais, capaz de fornecer uma contribuição preciosa para a classificação dos indivíduos, de acordo com o desenvolvimento de suas faculdades intelectuais de degeneração ou mental.

DOIS CASOS ELOQUENTES. — Encerrando a nossa palestra de hoje recordarei dois casos eloquentes, ocorridos recentemente, por onde se percebe a grande importância prática que tem em Criminologia o estudo das impressões digitais para fins de identificação.

O primeiro é o rapto do filho do aviador LINDBERG, nos Estados Unidos. Os periódicos americanos da especialidade salientaram a necessidade de se fazer a identificação da criança ao nascimento, por ocasião do seu registro civil, conforme o texto de lei no Chile. Desaparecido misteriosamente o primogenito do famoso aviador, não teve a Polícia americana o menor dado científico para reconhecimento entre centenas de crianças apreendidas. Só as im-

dos dedos das mãos ou dos pés, que são mais nitidas nos recemnascidos, permitiriam uma identificação rigorosa. O cadáver encontrado nas proximidades da casa de LINDBERG não pôde ser reconhecido por falta de provas seguras. Telegramas publicados nos jornais anunciam depois que a criança tinha sido levada para o estrangeiro. Como seria possível, daqui a alguns anos desmascarar a fraude de quem se apresentar com um menor, afirmando tratarse da criança roubada? Um único meio absolutamente certo e inequívoco para identificar não só o cadáver encontrado como posteriormente o suposto filho de LINDBERG, mesmo depois de muito tempo decorrido, seria o confronto entre as duas impressões digitais. O "Jornal do Comércio", em sua edição de 22 de março último, publicou um telegrama assim redigido: "Desde o rapto do filho de LINDBERG, ocorrido em 1º de Março deste ano, em New Jersey, a polícia de Nova York tomou as impressões digitais de cerca de 500 crianças, por solicitação dos próprios pais. Tal precaução está sendo adotada pelas autoridades, tendo em vista que continuam sendo noticiados pelos jornais americanos outros roubos de crianças".

O segundo caso é o do "desmemoriado de Collegno", ocorrido na Itália. Em 10 de Março de 1925, é preso num cemitério israelita de Turim um indivíduo na ocasião em que roubava de um tumulo um vaso de flores. Nenhum sabendo explicar a sua situação e apresentando sinais de desequilíbrio mental, foi o paciente internado no Manicomio de Collegno, cujo médico mandou publicar nos jornais o seu retrato como sendo o de um desconhecido. Logo apareceram suspeitas de que se tratava de um professor de Verona, Giulio CANELLA, oficial do Exército Italiano, tido como morto durante a grande guerra, em combate, na Macedónia, em 1916. Pouco depois aparecia a vítima Giulio Canella, que reconheceu no indivíduo em questão o seu próprio retrato. O fato foi confirmado por outras pessoas da família e amigos, sendo o professor retirado do Manicomio e passando a viver com a sua família. Acreditou-se, porém, que o desconhecido tinha deixado no Hospital as suas impressões digitais e sua individualidade daetiloscópica foi então enviada para a Escola de Polícia de Roma, com o fim de ver se era possível descobrir a identidade desse doente desconhecido. A resposta enviada pelo comissário SORRENTI afirmava que do exame feito nas impressões digitais resultava que o indivíduo reconhecido como sendo o professor GIULIO CANELLA era o tipógrafo MARIO BRUNERI, condenado por vários crimes, devendo por isso ser recolhido à prisão. Numerosas perícias foram então feitas por vários especialistas, havendo finalmente o Tribunal de Turim reconhecido tratar-se na realidade do criminoso MARIO BRUNERI e não de GIULIO CANELLA.

Da convivência deste com sua esposa parece ter resultado o nascimento de uma criança, motivo por que sua família tentou por todos os meios demonstrar que se tratava de um erro judiciário. Os Juízes e Tribunais italianos mantiveram a sentença inicial, baseados na conclusão dos peritos de que os sinais de identidade do desconhecido eram do tipógrafo e não do professor. Os inquéritos demonstraram, aliás, que esse indivíduo era um simulador.

falsa personalidade, tendo usado nos ultimos tempos de sua vida na prática do crime os nomes de RAFFAELE LAPEONA, em Genova, e ADOLPHO ou ZIOLO MIGLIETTI, em Milão. Por mais que os advogados da familia Canella obtivessem pareceres de especialistas os mais reputados, como os Professores PERSANI e POLICRISTI, catedraticos de Medicina Legal das Universidades de Génova e Padua, admitindo a possibilidade de ter havido erro ou fraude nas conclusões dos peritos ou deficiencia em suas pesquisas, até mesmo alegando não ser absolutamente segura em todos os casos a prova de identidade pela individualização da impressão digital, o Tribunal de Turim afirmou que "sua decisão se fundava nos resultados de testemunhas basados em fatos concretos, objetivamente verificados, de modo a eliminar todas as causas de erro. Todas as nações civilizadas reconhecem os postulados da ciencia médico-legal, no campo das individualizações digitais, cujas organizações atingiram na Italia o aperfeiçoamento reconhecido por todos. Negar valor aos dados fornecidos por esses meios de pesquisas não é mais permitido nem aos juizes e magistrados, como aimar a qualquer homem culto, não cabendo no Tribunal discutir o fundamental e universalmente reconhecido da prova da identidade pela daetiloscopia".

Veremos aqui, em outra aula, como os recursos utilizados para o fim de identificar esse indivíduo, isto é, as medidas antropometricas, a fotografia e o retrato falado, tudo foi falho, e, embora não houvesse para controle impressões digitais do professor CANELLA, ainda assim foi possível garantir cientificamente que se tratava do criminoso MARIO BRUNERI, visto como o indivíduo daetiloscopia coincidia com a do desconhecido.

Ottolenghi, no segundo volume do "Tratado de Policia Scientifica", agora aparecido, afirma que este caso é realmente excepcional e mostra a importância da prova da identificação por meio da daetiloscopia, sabido que o desmemoriado de Collegno foi reconhecido como sendo o professor Giacomo CANELLA, por sua família e numerosos parentes e amigos.

Estudaremos, a seguir, na aula proxima, o mecanismo tecnico pelo qual é possível obter e classificar a individualização daetiloscopia de um indivíduo qualquer, para depois encontrá-lo em alguns minutos entre as quinhentas mil fichas do nosso Arquivo, mostrando por meio de um film e alguns dispositivos as modificações introduzidas no Gabinete de Identificação, que transformaram esse departamento da Policia na mais completa das organizações desse gênero existentes na America do Sul.

ESCOLA POLITECNICA

Metodos modernos para a avaliação de fertilidade das terras

Conferência de extensão universitária, realizada na Escola Politécnica pelo

DR. MARIO SARAIWA

Diretor do Instituto de Química.

Formam-se os solos à custa dos silicatos de que se compõem as rochas particularmente dos feldspatos, por ação da água que os dissolve e hidroliza auxiliada pelo ataque concomitante do ácido carbonico a que se juntam, conforme as condições de clima e vegetação, outros ácidos quais sejam o nitrico e sulfurico, o acético, o butírico, etc. Esses fenômenos se complicam pela intervenção do oxigênio do ar e das substâncias dissolvidas na água. A consequência é o desaparecimento dos minerais ao mesmo tempo que surgem novos indivíduos químicos dentre os quais se salientam os de natureza coloidal. A ciência ainda não dispõe de meio para isolar esses indivíduos e assim os identificar e estudar; mas os tem investigado em conjunto, determinando-lhes comportamentos gênericos do mais alto valor prático.

Embora Liebig, o verdadeiro criador da química agrícola, já houvesse verificado certas propriedades dos solos devidas aos seus coloides, sobretudo as propriedades absorptivas em relação aos sucos alcalinos e alcalino-terreiros só com van Bemmelen se iniciam publicações suficientemente elucidativas acerca da constituição deles (1). Para esclarecer-las, lançou mão de um método que, em outros capítulos da ciência, já havia produzido os melhores resultados: o ataque pelos ácidos, a que juntou tratamento posterior por alcalis.

O ácido clorídrico quente ataca uma parte dos silicatos dos solos, sobre tudo os coloidais, que se revelaram constituídos por sílica, óxido ferríco, cal e magnésia, potássio e soda. Outros silicatos, que também gozam de certas propriedades coloidais, resistentes ao ataque pelo ácido clorídrico, são solubilizados pelo ácido sulfurico quente. São os de natureza kaolinica e constituem-se essencialmente por sílica e alumina, além de mínimas proporções de bases alcalinas e alcalino-terreas. Van Bemmelen designou com a letra A o complexo atacado pelo ácido clorídrico; o atacado pelo ácido sulfurico foi designado pela letra B. Na maioria dos solos por ele examinados, encontram-se a alumina e a sílica na razão de 5 : 1 no complexo A e de 3 : 1 no B. Foram infrutíferas as tentativas feitas com o fim de decompor o complexo A en-

frações: os ataques parciais sempre neusavam a mesma relação entre a e a alumina.

Depois de van Bemmelen, muitos são os pesquisadores que se têm ocupado com o estudo da composição desses coloides. Cito Ganssen (2) que reavou a teoria de van Bemmelen de modo a separar toda a silica libertada pelo ataque dos ácidos e cujos trabalhos demonstraram que, em climas temperados e humidos, se apresenta o complexo A com composição muito complexa representada por 3 moléculas, ou pouco mais, de silica (o que ele indica na fórmula, por um sinal + em forma de expoente) para uma molécula de alumina e outra de bases (consideradas monovalentes):



A determinação da composição desses complexos tem grande importância sobretudo em se tratando de solos tropicais e subtropicais. Como mostrou Harrassowitz (3), ela permite classificação racional dos solos de acordo com a natureza de seus coloides e das condições climáticas que presidiram à formação.

De fato, o clima decide da natureza dos coloides dos solos, tanto orgânicos como dos inorgânicos, nada mais sendo senão formas de traços solos denominados por Glinka (4) *endodinamorfos*, isto é, dos solos cujas propriedades são condicionadas pela natureza das rochas. Nos climas quentes e humidos, onde as condições do ataque dos silicatos são outras, predominar a alumina sobre a silica, com perdas muito mais notáveis, quando não é total.

Harrassowitz criou designações muito sugestivas para designar complexos atacaveis pelos neidos: quando ha relativo equilibrio entre e alumina, tal como sucede nos climas temperados normalmente humidos, ele que existe uma *sialite* (isto é: *silica* mais *alumina* formando pedra); si a alumina predominar fortemente (ou, mesmo, se for o unico componente que reste), haverá uma *alite*. Ao lado de silica e da alumina

considerar também as bases, de modo que $\frac{\text{Si}^{+4}}{\text{Al}^{+3}}$ e $\frac{\text{Ca}^{+2} + \text{Na}^{+1} + \text{K}^{+1}}{\text{Al}^{+3}}$ caracterizam os complexos minerais dos solos.

Os resultados analíticos que exprimem os teores em potassio, calcônio e fosforo, bem como da silica, da alumina e do sodio, que resultam do ataque pelo ácido clorídrico, nas condições empregadas por van Beek, assumem, em regiões tropicais e subtropicais, muito maior importância nas zonas temperadas.

Essas indicações esclarecem não somente acerca do capital *alimentar* mobilizável e em reserva, mas também permitem previsão muito sobre possibilidades futuras do empreendimento agrícola que porvento. Um exemplo apenas para justificar o asserto: quanto mais se

ximar um solo do tipo alite, menos probabilidades haverá de exploração rendosa.

Mas só em casos extremos bastará uma análise química desse gênero para permitir avaliação da fertilidade de um solo. Em regra, é indispensável mais longe, investigando certas propriedades dos complexos coloides. Certas formas de acidez, o grau de saturação, a energia de retenção dos elementos indispensáveis à alimentação vegetal, são propriedades da mais alta relevância para a apreciação da fertilidade e dependentes dos complexos coloidais tanto mineral como orgânicos.

Nesta exposição não se cuidará de estudar condições físicas que influem de modo poderoso, por vezes, na fertilidade. Apenas se passarão em revisões os métodos que permitem avaliar a riqueza em elementos nutritivos de vegetais e suas condições de eficiência. Além disso, far-se-á um estudo gênero da acidez, tão importante, sobretudo em certos casos muito mais comuns do que costuma supor-se.

Kappen (5) distingue 4 tipos distintos de acidez: a real, a resultante de trocas iônicas, a hidrolítica e a consequente à decomposição de sais nitrados pelo humus.

1.º) — *Acidez real*, ou ativa, é a representada pelo potencial de hidrogênio dissociado, geralmente expresso por pH. Qualitativamente até o sol da terra pode ser verificada em muitos ensaios. Melhor será empregar outros corantes, entre os quais o indicador universal de Merek merece citação.

Compreender a atenção particular ao líquido com o qual se agita a amostra de terra para determinar-lhe a acidez. O logico seria empregar os fluidos naturais dos solos, mas tal prática oferece dificuldades sérias que não permitem emprego corrente. Para a determinação do pH está mais menos convencionado que se deve empregar água destilada na proporção 1 de terra para 2,5 de água. Solos há, entretanto, tão ricos de argila, que formam dispersão da qual não se depositam as partículas sólidas nem se escorre líquido limpo por filtração. Esse fenômeno é comum em terras tropicais. Por isso mais comodo é o emprego de um soluto normal de cloruro de potassio. Pela presença do sal, coagula-se a argila, evitando-se o inconveniente na maioria dos casos. Mas já se não pode mais dizer que está verificando o valor do pH do solo tal como ele se encontra, se caso os silicatos coloidais não se acharem saturados e promoverem o fenômeno da acidez por troca de íons (Austauschacidität de Kappen) de que mais adiante se falará. Há, ainda, outro inconveniente de monta: a ausência de coloides do solo por ocasião da determinação, o que altera os resultados não mais se fazendo sentir o seu poder regulador (Puffervermögen).

A verificação qualitativa da presença de acidez atual põe o valor de devendo-se avaliá-la tanto quanto possível. Para isso podem empregar-se processos colorimétricos atualmente em condições de dar resultados praticamente satisfatórios. Em se descendo extrema exatidão, ter-se-á

lançar mão dos métodos potenciometríficos. Deverá preferir-se o eletrodio quinidrona ao de hidrogênio por causa da facilidade de trabalho e econômia de tempo. Além de mais simples aparelhagem, há a vantagem de que a instalação do potencial definitivo é rápida com a quinidrona, mas muito lenta como o hidrogênio, às vezes exigindo horas a fio de observação.

Não é isento de inconvenientes o emprego da quinidrona: ela fica inativa quando o pH é mais alto que 8,5, por isso que, em meios mais alcalinos que este limite, se oxida a hidroquinona, um dos componentes da quinidrona. Em compensação, a partir deste limite pode ser vantajosamente empregada para o lado ácido, sem nenhum obstáculo, desde que se use em combinação com um eletrodio de calomelanos. Com o eletrodio de Veihel, tão praticamente eficiente, precisa ter-se presente o fato de que abaixo de pH 2,03 se deve trocar os polos da cadeia de concentração. Mas como pH mais baixos que 2,03 e mais elevados que 8,5 não se observam em solos são muito raramente, segue-se que as desvantagens do método são mínimas na prática, não dizer inexistentes. O que mais recomenda o emprego dos métodos potenciometríficos nas determinações do pH dos solos é o poder executá-los em sussíguo de seus coloides. O maior inconveniente dos métodos colorimétricos é que exigem líquidos limpidos, separados da amostra empregada por meio de decantação, filtração ou centrifugação ou adição de sulfato de bário.

A acidez representada pelo pH nada nos diz acerca de como se gerou. Também não dá indicação de nenhuma natureza sobre a quantidade de reagentes a empregar para debelá-la.

2.º) — *Acidez hidrolítica*. Quando se põem em contato os silicatos naturais do solo com solutos salinos aquosos, dão-se trocas de bases. Este fenômeno é conhecido desde os tempos de Liebig. Modernamente têm sido estudados, Ganssen, Hissink e Wiegner e sobretudo Kappen, quem mais o estuda.

Van Bemmelen (6) foi um dos que primeiro fizeram estudos acerca da ação de coloides sobre sais suscetíveis de dissociação hidrolítica. Ele afirmou, p. ex., que a silícia hidratada,posta em presença de solutos de carbonato de potassio, fosfato bibásico e carbonato de cálcio, deles retira uma quantidade das bases, transmutando-os em bicarbonatos de potassio e cálcio e fosfato monodico. Não são somente os silicatos coloidais que gozam dessa propriedade. Os coloides do humus dela participam e Tack disso tira partido em seu método de determinação da acidez dos terras humosas. Vários pesquisadores lançaram mão de sais hidrolisáveis para diluir a acidez dos solos minerais. Mas é a Kappen, que a denominou hidrolitien (8), a quem se deve em maxima parte o desenvolvimento tomado nos últimos anos por este capítulo da química agrícola. Ele e seus auxiliares submeteram a estudo apurado os trabalhos de seus antecessores e realizaram

experiências e verificações com o fim de determinar as melhores condições da avaliação dessa acidez. Foi ele que fixou a técnica no emprêgo de 100 grs. de amostra (tamizada por crivo de 2 m/m, tal como se emprega em todas as análises de terras) e 250 c.c. cubs. de soluto normal de acetato de cálcio, filtrando-se e titulando, em presença de fenolftaleína, por meio de álcali N/10 a acidez de 125 c.c. cubs. do filtrado. Ele denomina *acidez de titulação* o número de c.c. cubs. de álcali gastos.

Este método é convencional. De fato, não é indiferente a escolha do sal hidrolisável não sendo idênticos, embora o sejam próximos, os resultados obtidos com solutos normais de acetatos de sódio, de potássio, de magnésio e de cálcio. Kappen deu preferência ao acetato de cálcio por ser este o da unica base de que pode dispor o agrônomo para neutralizar as terras de cultura. Também não é indiferente a concentração do sal; solutos N/10, p. ex., apenas cedem aos coloides cerca 50 % da base retirada dos solutos normais. O tempo de contato tem grande importância. Kappen fixou-o em uma hora, agitando continuamente por processo mecânico. De início, é rapidíssima a adsorção; mas depois decai em velocidade. Não se chega, depois de 24 horas, a saturação completa e equilíbrio, mas a diferença entre os resultados após uma hora de contato são pequenas em relação ao que se obtém com 3 horas e mais. Daí a fixação em uma hora de contato e agitação.

A acidez de titulação não indica o valor real e total da base adsorvida. Não somente se determina apenas a acidez de uma parte aliquota do líquido, mas também, se se renovar o soluto de acetato de cálcio, observar-se-á nova adsorção. É certo que, renovando esta operação por muitas vezes, se nota que a adsorção diminui rapidamente das primeiras vezes para as subsequentes, sendo muito pequena a quantidade de ácido posta em liberdade nos últimos tratamentos. Kappen verificou que a adsorção ainda continua mesmo quando o magma coloidal passa de neutro para alcalino. Com 10 tratamentos consecutivos é de regra ser o pH da amostra 7,8 a 8,0, isto é, francamente alcalino, sem que isso impeça que se verifique ainda adsorção no undécimo. Por consequência, não é possível determinar experimentalmente e de modo prático o ponto em que os silicatos coloidais atingem a neutralização.

Já Hopkins, estudando as condições em que se dão as trocas iônicas entre silicatos zeolíticos e solutos de sais neutros, observara fenômeno semelhante. Se se agita determinada quantidade de terra com volume constante de soluto de sal neutro, clorureto de sódio, como fazia Hopkins, ou clorureto de potássio, como o estabeleceu Daikuhara, observa-se o mesmo fenômeno descrito acerca da neutralização da acidez hidrolítica. Não se chega a um limite que represente o fim da reação. Isso levou Daikuhara a calcular este limite em função da depressão dos valores observados nos vários tratamentos.

Esta fórmula é a seguinte:

$$S = 2 \left(y_1 + \frac{a}{1 - K} \right)$$

em que S representa a acidez total, y_1 o número de cents. cubs. de $N/10$ gastos na primeira titulação (ou seja a acidez titulada de Kapp), $a = y_1^2 - 1/2 y_2^2$; y_2 , que não figura na fórmula, é o resultado da segunda titulação feita depois de agitação da amostra com adição de 125 cents. cubs. do soluto normal de acetato destinados a substituir os que se retiraram para determinar y_2 . K é uma constante que resulta dos cíntes $a/a = a/a_1$, etc. Naturalmente, para determiná-la é necessário verificar os valores de y_2 e y_3 , etc. pelo mesmo processo pelo qual obteve y_1 .

Aplicando essa fórmula verificou Kappen que K era sensivelmente constante e igual a 0,92.

Cumpre observar que a determinação de S , isto é, da acidez total, é mais valor científico que prático. Ao agrônomo o que convém é não impedir a neutralidade das terras de cultura. Kappen, por meio de determinações diretas e verificações potenciometriais, demonstrou que se atinge a neutralização das terras quando se calcula stequiométricamente a quantidade necessária multiplicando por 3 o valor da titulação de y_1 .

A acidez hidrolítica é consequência da perda de bases pelos silicatos coloidais. Seu mecanismo foi esclarecido por Kappen experimentando as condições do fenômeno com permuitites. A ação da água e dos outros solos traz como consequência a troca de cations metálicos (sódio, potássio, calcio e magnésio) por cations de hidrogênio. É sabido que a hidrila é mais facilmente adsorvida pelos coloides do que o hidrogênio, e como não é possível haver adsorção de um ion isolado, dando-se sempre concomitantemente a adsorção de outros ions de carga elétrica contrária. Assim aumenta a concentração dos ions hidrogênio e por consequência a acidez. O sistema só entrará em equilíbrio quando o conjunto dos cations estiver saturado de ions oxihidrila e metal.

Os silicatos coloidais inteiramente saturados têm pH alcalino. Quando a perda de bases atinge certo limite é que se estabelece a neutralidade potenciometria. Por outro lado, só pela adição de água é impossível remover-se cations de hidrogênio em presença de um silicato zeolítico não saturado. Daí a impossibilidade de desvendar-se a acidez hidrolítica pela medição do pH. Nem tão pouco a resultante de trocas iônicas.

3.º) — A acidez por trocas iônicas aparece quando se põem sais neutros de ácidos e bases fortes, em presença de silicatos coloidais do solo.

encontram em determinadas condições. Este fenômeno foi observado desde 1902 por cientistas norte-americanos que elaboraram métodos para avaliar-lhe a intensidade. Em 1904 fez Veitch (9) a importante observação de que não era propriamente o acido dos sais neutros que se punha em liberdade. A acidez do soluto foi verificada ser fenômeno de reação: o principal era formação de sais de alumínio, ferro e manganeze. Estes sais, por hidrolise, provocam a acidez do soluto. Verificava-se, assim, que a causa dessa acidez se encontrava no silicato coloidal, e não no humus, como supuseram os que anteriormente estudaram o assunto.

E' de Daikuhara (10) o principal trabalho acerca dessa acidez e de suas origens. E' ele quem a reconhece como consequência da insaturação dos coloides do solo. Sua interpretação muito se aproxima da de van Beuningen (11) relativa à acidez provocada em solutos de sais neutros postos em contato com terras previamente tratadas por acido clorídrico, em que se formam sais de ferro e de alumínio que são adsorvidos pelo coloide. Em presença de um sal neutro dissolvido troca o coloide esses sais de alumínio e de ferro pelo sal neutro. Sendo os sais de alumínio e ferro facilmente hidrolisáveis, além de pouco solúveis as bases resultantes da hidrolise, aparece a acidez. Daikuhara, por consequência, explica a acidez provocada no soluto de clorureto de potássio pela troca do cation potassio que substitui nos sais adsorvidos pelo coloide os cations alumínio e ferro. Por consequência, os coloides minerais, como os humatos, não tomam parte direta na reação e sim os sais dos metais trivalentes neles adsorvidos.

Kappen (12) faz objeções fundadas às idéias de Daikuhara. Ele agitou terra com clorureto de alumínio e clorureto de ferro verificando que o metal era adsorvido, mas não o cloro. Por consequência ficava evidenciado que esses metais eram adsorvidos sob forma iônica, tal como acontece ao sódio, ao potássio, ao cálcio e ao magnésio. O sal neutro dissolvido troca o cation sódio ou potássio, pelo cation alumínio ou ferro, como acontece também com os metais meno e divalentes.

Convém notar que Ramann (13) e Hissink (14), discordam da interpretação de Kappen. Para eles dá-se nos silicatos coloidais, parcialmente desprovidos das bases, adição de hidrogênio que os transforma em ácidos argilos ou permuntíticos, os quais, sendo insolúveis, são inócuos. Postos em presença de sais neutros, ocasionam reação acida por troca iônica entre seu cation hidrogênio e o cation metálico do sal. O acido forte assim gerado ataca o silicato e dissolve-lhe o alumínio e o ferro.

Não é ainda possível dizer qual das teorias é a verdadeira. O fato em si é o exposto: há formação de acido livre e passam para o soluto íons alumínio e ferro.

A avaliação desta acidez faz-se pelo método de Daikuhara, agitando durante uma hora 100 grs. de terra, passada por crivo de 2 m/m, com 250 cc. de soluto normal de clorureto de potássio. Filtra-se e titula-se 125 cc. por soluto N/10 de hidroxídeo de sódio. Como já se viu anteriormente, essa titulação

lação não indica o total do ácido libertado; é necessário repeti-la algumas vezes, substituindo os 125 c.c. de líquido que se filtram por nova porção igual de soluto de clorureto de potassio e, com os resultados obtidos, calcular o valor real pela fórmula de Daikuahara já exposta. Mais simples e amplamente suficiente é multiplicar por 3,5 o número de cents. cubs. de alcali N/10 gasto para neutralizar os primeiros 125 cc. Este fator é um pouco mais elevado que o empregado para calcular a acidez hidrolítica, porque a constante da fórmula é menor: 0,85 em média.

4.º) — Quando os solos não encerram humus ácido, ou só o contêm em pequenas proporções, determinando-se-lhe a acidez de Daikuahara observa-se equivalência entre a quantidade de ácido liberado e a dos sesquioxídos dissolvidos. Nos solos ricos em humus ácido não há essa equivalência: é que esse humus desloca os sais neutros, como o clorureto de potassio. Essa acidez, como as anteriores, só se manifesta em presença dos solutos salinos, mas não é revelada pela simples adição de água; por isso os extratos aquosos dessas terras nenhuma acidez apresentam. Ainda não existe nenhuma teoria acerca do seu mecanismo.

Do exposto resulta que a determinação do pH das terras, embora tenha inestimável valor biológico, porque condiciona a vida dos organismos, apenas indica ao agrônomo o estado de acidez atual, compatível ou não com as culturas. Mas não lhe faz prever o que acontecerá depois de uma adubação necessária nem lhe indicará com que quantidade de cal corrigirá o terreno. Isso só se consegue pelo conhecimento do valor de outros tipos de acidez. Não há solo neutro nos climas humidos e, sobretudo, quentes. A regra só é para os solos ácidos, as mais das vezes muito ácidos, por muito desprovidos de bases.

Acontece que a acidez que não provém diretamente de humus: acidez muito rara entre nós, só se manifesta por ocasião de uma adubação, sobretudo com sais de amônio. E os estragos produzidos são de tal natureza que a adubar sem as medidas de neutralização prévia indispensáveis, melhor muitas vezes, não o fazer. A acidez real, atual, em um solo é um estéril zante poderozo para qualquer cultura, mesmo as habituadas a meios ácidos. A acidez latente no silicato coloidal insaturado é inocua; ela não se traduz pela presença de íons hidrogênio senão em presença de sais dissolvidos.

São extremamente sensíveis à acidez a cevada, o trigo, a beterrava e todas as leguminosas. Menos sensíveis são a aveia, o centeio, o milho e a batata. Mas essa menor sensibilidade não quer dizer indiferença. Existe um vegetal cuja cultura parece não depender desse fator acidez: é o chá, que não comporta nem vestígios de cal nos terrenos.

A desbasificação dos silicatos coloidais diminui a fertilidade dos solos porque os empobrece em potassio, calcio, magnesio e sodio, alimentos essenciais ao organismo vegetal. De modo geral, não se preocupam os químicos agrícolas senão com o potassio e, até certo ponto, com o calcio, desprezando a pesquisa do teor em sodio e magnesio. E' isto erro que precisa sair-

A absorção do potassio e sua utilização pelos vegetais depende da presença de quantidades suficientes de sodio, como o demonstrou Mitscherlich. E a suposição de que há sempre magnesio suficiente nos solos não se justifica, o que acarreta graves danos na função clorofílica e, por consequência, na produção. A química agrícola está despertando para melhor estudo destes elementos, mas ainda não criou nenhum método que permita avaliar o teor de sodio e magnesio útil nos vegetais. Deste ponto de vista também pouca se preocupa com o calcio. E' que, quando existe este elemento em quantidade suficiente para formarem-se carbonatos, está assegurada a alimentação vegetal. Em culturas cuidadas, que se fazem adubando racionalmente o solo, há sempre calcio em excesso.

Resta o potassio, dentre as bases, devendo-se-lhe associar o nitrogênio, cuja origem não se encontra nos silicatos primitivos das rochas, e os ácidos fosforicos. Todos os esforços da química agrícola, no sentido de avaliar a riqueza de elementos indispensáveis à vida vegetal, giram em torno do potassio, do nitrogênio e do fosforo.

A simples análise química não resolve o problema, embora seja de grande utilidade. Realizada nos moldes de van Bemmelen e de Ganssen, permite juízo seguro acerca do total existente e conduz a uma classificação do tipo de solo, como já se expôs, o que é de importância do ponto de vista da fertilidade. De fato, se a relação silica : sesquioxídios : bases for bem equilibrada, tratar-se-á, segundo Harrassowitz (3) de uma sialite, com grandes probabilidades de fertilidade. Aumente a silica, diminuam os sesquioxídios e as bases, com enriquecimento em humus, ter-se-á a podsol, somente utilizável para certas culturas. Avultem os sesquioxídios, com perda de silica e das bases, que pode chegar a ser total, e teremos uma alite, ou laterite, tipo de infertilidade nos casos extremos, mas em cujo grupo, quando a alitização é pequena, correspondendo a alites-sialites, se encontram solos fertilíssimos.

Mas não é o total existente o que interessa ao agrônomo que planta quer colher, e sim o que se pode mobilizar e fazer render, o que pode ser assimilado no prazo correspondente ao ciclo vegetativo.

Muitos são os métodos propostos, alguns de natureza química, empregando solutos de ácidos mais ou menos diluídos e de alcalis. Outros, mais lógicos, à vista dos conhecimentos atuais, lançam mão de processos biológicos empregando a planta como reagente.

Dentre os métodos biológicos, o mais antigo é o ensaio de vegetação em vasos ou no campo. Iniciados e levados à perfeição em institutos de química agrícola, particularmente por Wolff, Wagner e Pfeifer (15), têm prestado inestimáveis serviços. Mas apresenta o desfio de exigir tempo muito longo e apenas dar indicações qualitativas. Deve-se a E. A. Mitscherlich (16) uma modificação de alto valor no ensaio vegetativo transformando-o de qualitativo em quantitativo.

De fato, na situação mundial que atravessamos, já esboçada há muitos anos, não é indiferente atingir a colheita máxima com desperdício de adubos.

que significa despesa inutil. Obter colheita maxima nas condições mais nomicas é dever de quem faz agricultura racional.

Até tempos não muito remotos imperava a lei do minimo de Liebig fator de crescimento e produção (alimentos minerais do solo ou do ar, luz, que se encontra em teor minimo, condiciona a produção. Reimava também sem que se explique porque, a idéia de que a produção é directamente proporcional a esse fator minimo, apesar de já Wolff ter observado que essa porcionalidade não é representável por função reta. Mitscherlich demonstrou quanto foi exata essa observação. Ele nega a justezza da lei do minimo, trando que o crescimento e a produção são o resultado de reunião (ela constelação) de todos os demais fatores, influindo, não um sobre todos, todos sinergicamente. Ele mostra que a produção maxima tem um limite para cada reunião de condições e procura calcular como se os podem modificar quando modificáveis, para obter o melhor conjunto possível. Na prática se podem modificar facilmente os fatores alimentos minerais existentes no solo.

Seu metodo tem por fim verificar a riqueza em elementos nutritivos das condições de serem absorvidos pelos vegetais e determinar a quantidade acionar-se ao solo, caso seja isso necessário.

O trabalho de Mitscherlich é de grande valor. Prova-o a polémicas levantadas entre pesquisadores de primeira ordem.

Muito atacada foi a declaração de falência da lei do minimo, visto sua própria lei nada mais é do que uma confirmação e um notável aperfeiçoamento dela. Entre os que assim pensam está Pryanischnikow (17). Segundo Mitscherlich, a ação de qualquer fator de produção não é direta e proporcional à sua quantidade; com o aumento das doses desse fator não se representa o crescimento por uma linha reta ascendente que, em determinado ponto, correspondendo à produção maxima possível, passe bruscamente horizontal, e sim uma curva assintotica que tende a aproximar-se de certo limite. Em termos precisos: se a quantidade x de certo fator de produção dá uma colheita igual a y , qualquer aumento de x produz uma alteração proporcional a $A - y$, representando A a colheita maxima possível de se com o fator x , nas condições criadas pelo conjunto existente resultante da reunião de todos os demais fatores de produção. Sendo assim, representa essa lei pela seguinte equação:

$$\frac{dx}{dy} = (A - y) \cdot e$$

Nesta fórmula e é uma constante de valor fixo para cada fator de crescimento e produção.

Integrando, resulta:

$$\log (\Lambda - y) = \Lambda - c x$$

Si faltar um dos fatores de produção ter-se-á $x = 0$, neste caso $\Lambda = 0$ e $y = 0$ e $c = \log \Lambda$.

$$\log (\Lambda - y) = \log \Lambda - x.$$

Mas si no solo já houver determinada quantidade desse fator de produção capaz de ocasionar uma colheita igual a a , sendo x adicionado igual a 0, não haverá alteração no peso da colheita; neste caso:

$$\begin{aligned}\log (\Lambda - y) &= C - c x \\ \log (\Lambda - a) &= C - c 0\end{aligned}$$

ou finalmente:

$$\log (\Lambda - y) = \log (\Lambda - a) - cx$$

Mitscherlich determinou experimentalmente o valor da constante para os três principais fatores de produção com os seguintes resultados:

Nitrogenio (N)	0,122
Potassio (K ² O)	0,03
Fosforo (P ₂ O ₅)	0,60

A constante c para o potassio só atinge 0,03 quando existe sódio presente em quantidade suficiente; si isso não acontecer, baixa esse fator para 0,33.

Não posso entrar aqui em minúcias acerca da técnica do ensaio, mas direi, em linhas gerais, que ele se faz em vasos esmaltados, furados no fundo, para evitar o penosíssimo trabalho de tor de pesá-los diariamente. Emprega-se quantidade relativamente pequena de terra (dois kilos por vaso) diluída com areia de quartzo (4 a 5 kilos). Devem fazer-se os ensaios em séries paralelas de 3 a 5 vasos para cada combinação de adubos, havendo uma série com alimentação completa, isto é, contendo K P e N, no lado de outras em que falte ou K, ou P, ou N. Por precaução, também se adiciona pequena quantidade de clorureto de sódio. Como é extremamente difícil obter areia que realmente não encerre nenhum dos elementos acima enumerados, para cada grupo de ensaios faz-se uma série com areia pura, o que permite corrigir qualquer erro devido a impurezas. Semelham-se 30 a 35 grãos de um vegetal adequado; Mitscherlich dá preferência à aveia, reduzindo a 25 o número de plantas alguns dias depois de nascidas. Não ficou nisso Mitscherlich. Ele calculou tabelas onde figuram as porcentagens da colheita máxima que se podem obter com quantidades variadas de N, K e P.

Cito alguns números desta tabela: a respeito do nitrogênio, obtém-se a colheita máxima com 2500 kgs. por hectare; 75 % dela com cére-

560 kgs./hect., 50 % com 250 kgs. 25 % com pouco mais de 100 kgs. — A respeito do potassio: colheita maxima 400 kgs. de K²O por hectare; 75 % com pouco menos de 70 kilos, 50 % com 33 kgs.; 25 % com pouco mais de 15 kilos. — Quanto ao fosforo: — Colheita maxima com 560 kgs./hect. de P²O₅, 75 % com 100 kgs. 50 % com 50 kgs.; 25 % com pouco mais de 20 kilos.

Vê-se, pelo exposto, quanto é difícil e dispendiosa a colheita maxima pelo que depende do nitrogenio. Isto é devido a ser muito pequeno seu fator de atuação: 0,122. Por consequencia, mais que qualquer outro fator mineral de alimentação vegetal, é o nitrogenio quem limita a produção. O metodo de Mitscherlich é um instrumento de primeira ordem para a tecnica agricola racional. As primeiras críticas que apareceram contra ele tiveram como origem a diversidade dos valores obtidos em várias colheitas que deviam ser maximas. Mas as objeções não procediam. A colheita maxima não pode ter um valor absoluto e constante porque não são somente os alimentos minerais contidos no solo que a condicionam. A colheita é maxima, em relação a N, K e P para as condições em que se deram o crescimento e a produção.

A objeção mais séria contra toda a obra de Mitscherlich reside na dúvida acerca da exatidão e da constância real dos valores numéricos das constantes fatores de produção. Si essa constância não for real, todo o metodo nada mais será do que uma fantasmagoria.

Sem entrar em minúcias, mas, de modo geral, o que se tem verificado por muitas experiências de muitos pesquisadores, incluindo o proprio Mitscherlich (18), é que as variações em torno do valor médio são pequenas e inevitáveis em observações dessa natureza. Os pontos teóricos também são atacados. Citam-se, dentre os que não os atacam Niklas e Miller (19) que não necessitam a diferencial de Mitscherlich. Além destes, temos A. Rippel (20); que demonstrou ser o valor da constante e variável com a idade do vegetal, o que, sobremodo, não influiu nos resultados obtidos no fim dos períodos vegetativos. Ha uma séria objeção à aplicação prática do metodo de Mitscherlich: segundo ele, desde que existam por hectare 50 kgs. de P²O₅, 33 kgs. de K²O e 250 kgs. de N, obter-se-ão 50 % da produção maxima possível de obter-se em qualquer campo com qualquer cultura e qualquer que seja o peso real da produção obtida. Esta objeção é feita, entre outros, por Wiesmann (21) é procedente.

Este pesquisador, que aceita a objeção de Rippel, da não constância dos fatores *c*, durante as várias idades dos vegetais, elaborou um processo de avaliação da fertilidade das terras empregando também culturas em vasos em que ele determina, de cada vez, por meio de uma série de culturas em areia adicionada de todos os elementos necessários à nutrição, menos um que vai fornecido desde a dose nula até o máximo, por graduações crescentes. A terra a examinar é diluída na proporção de 1500 grs. para 5700 da mesma areia. Além disso, para verificar a alteração que 1500 grs. de terra pre-

duzem no solo arenoso, prepara uma série de vasos com as referidas quantidades de terra e areia mais a adubação completa, além de mais outra série, também de terra e areia, com a adubação completa menos o alimento cuja falta se quer determinar. Tem-se assim o meio para fazer correções que Mitscherlich não previu. Por comparação direta, ou com pequenas extrações, entre a produção nos vasos com areia e a dos vasos com terra, feitas as correções, tem-se a riqueza do solo relativamente ao elemento considerado e independentemente de considerações teóricas. As demais minúcias acerca das plantas coincidem com as usadas por Mitscherlich. Quanto à adubação a fazer-se praticamente em exploração agrícola, considera Wiesmann que, do ácido fosfórico assimilável, apenas uns 20 % são retirados pelos vegetais em uma colheita. O potássio é mais largamente aproveitado: 60 % do disponível, devendo, por consequência, existir em 5/3 da quantidade exigida pela produção. Assim calcula Wiesmann que, para boas colheitas, são necessárias quantidades muito variáveis de elementos nutritivos nos solos, de acordo com a espécie cultivada, indo, por hectare, de 175 kg. de P₂O₅ para a cevada (só os grãos) a 550 kgs. para as lupinas. Quanto a K₂O, e para a mesma superfície de terreno, indica como sendo precisos 150 kgs. para uma colheita máxima de grãos de trigo e 350 kgs. para a alfafa.

A simplicidade teórica do processo de Wiesmann corresponde, na prática, a muito maior número de vasos para cada determinação, o que é um grande inconveniente.

Os processos descritos exigem que se façam as determinações com antecedência de cerca um ano antes da data de serem utilizados. Para países organizados, tal prazo não deixa de ser excessivo. Para os que não têm organização, tornam-se de empréstimo difícil. Por isso, citarei agora o elegantíssimo método de Neubauer e Schneider (22), também baseado em ensaios vegetativos. Mas em vez de exigir todo o tempo de um ciclo vegetativo completo, desde a germinação até à colheita dos frutos, bastam-lhe apenas 18 dias. Neubauer e Schneider empregam 100 grs. de terra tamizada por crivo de 2 m/m, diluindo-a em 300 grs. de areia. Plantam 100 grãos de centeio da variedade Pettikurser com 98 a 100 % de germinação e humedecem com 80 grs. de água, que se completam diariamente, de acordo com a evaporação.

Ao fim de 18 dias, colhem-se as plantas, incluindo as raízes, que por meio d'água se separam da areia e da terra e nelas se doseiam P₂O₅ e K₂O. Ao lado de uma série de ensaios, fazem-se alguns empregando somente areia, afim de corrigir qualquer erro proveniente da presença, nela, de pequenas quantidades desses alimentos. Como se deve ter o cuidado de pesar cada grupo de cem grãos de centeio que se emprega, sabendo-se quanto lhe corresponde de P₂O₅ e de K₂O, basta que da quantidade achada no ensaio respetivo se faça a subtração e mais a de algum fosforo ou potássio trazido pela areia. Nestas condições, desde que as plantinhas retirem do solo 8 millgrs. de P₂O₅ e 24 millgrs. de K₂O, considera Neubauer suficiente a riqueza desses alimentos.

Römer, e mais tarde Neubauer, verificaram que esta simples indicação não bastava. Procuraram, por experimentação direta, com ensaios e cálculos, estabelecer uma tabela de correspondência entre P_2O_5 e K_2O assalados e as necessidades reais das culturas. Os resultados são satisfatórios, sendo este método alvo de grande número de trabalhos de muitos cientistas. E' que sua elegante simplicidade o recomenda e torna digno de aprofundamento.

Para o doseamento de P_2O_5 , bem como para a verificação da suficiência de calcio, publicaram Niklas e outros (23) um método interessantíssimo baseado em culturas de Azotobacter. Este processo merece estudo aprofundado, que o reagente, o azotobacter, tem tal necessidade de fosforo que 60 % de sua substância sôlo são constituídos por nitrido fosforico. Cite-se também o recentíssimo método de Niklas, Poschenrieder e Frey (24) para a avaliação do magnesio, cuja importância tem sido descurada, empregando o Aspergillus Niger.

Os grandes métodos biológicos têm o inconveniente de exigir despesas elevadas e muito tempo para a execução. Por esse motivo, muitas têm sido tentativas recentes para avaliar a riqueza dos solos por meio de extracções com solutos ácidos ou alcalinos. Já em 1924 publicava König e Hasenauer (25) seu método, que consiste, essencialmente, em extraer P_2O_5 e K_2O por meio de soluto de ácido cítrico a 1 %, levando em consideração o carbonato de calcio eventualmente presente, que se deve neutralizar com quantidades equivalentes desse ácido. Mais recentemente (26) ampliou König o método de extração do nitrogênio assimilável por meio de soluto a 1 % de sulfato de potássio.

Lemnermann e Fresenius (27) verificaram que a diferença entre o total de um solo e o que dele se obtém por extração com ácido cítrico a 1 % é indicação valiosa para a avaliação desse alimento em condições de fertilidade. Vageler (28) relata que obteve excelentes resultados com este método, aplicando-o ao estudo de extensas zonas da ilha de Java.

Dirks e Scheffer (29) emitem considerações judiciosas acerca desses todos analíticos, depois de compará-los por meio de experimentação direta, chegando à conclusão de que todos apresentam falhas. Por isso procuraram solver a dificuldade, no que respeita ao fosforo, pelo emprego de água saturada ou saturada de bicarbonato de calcio, conforme se tratar de terras ricas ou pobres em bases. E' que eles verificaram que a solubilidade do ácido cítrico dos solos é condicionada pelo pH dos seus solutos e pelo teor em calcio. Segundo esses autores, é maior a solubilidade do fosforo em água quando os solos são pobres em bases. Agitando-se com água um solo rico em calcio, não se conseguirá todo o fosforo solúvel, isto é, de fato assimilável; o que será atingido com o emprego de soluto de bicarbonato de calcio saturado em anhídrido carbonico. Para nós, caraco de importância geral essa segunda hipótese. A primeira é interessante e merecedora de verificação, embora deva perder de vista a natural dificuldade com que em geral se dissolvem na água o fosforo das terras tropicais e subtropicais.

Para terminar, digam-se algumas palavras acerca de um método de determinação da fertilidade de valor mesquinho para as zonas temperadas, mas de importância real nos tropícos e subtropícos: é a análise mineralogica.

O intemperismo não atua de choque sobre as rochas, decompondo-as, hidrolizando, hidratando e empobreecendo em bases os minerais de que elas se compõem e os silicatos que resultam de tais fenômenos. As dimensões dos fragmentos dos minerais são muito variáveis, como também o são as resistências ao intemperismo. Um solo que ainda contenha mica potassica, p. ex., é muito mais interessante, do ponto de vista da agricultura tropical, que outro dela desprovisto. O mesmo se dará em relação a feldspatos e piroxenios. E' que a velocidade de ataque pelo intemperismo é muitas vezes mais intensa nos tropícos, onde só essa com a falta total de agua, do que nos países temperados, cujas temperaturas no solo se mantêm por alguns meses abaixo do ponto de congelamento da agua. Além disso, cumpre não perder de vista que as reações químicas dobram de velocidade quando se aumenta de 10°C a temperatura dos reagentes. Esse é uma das causas de haverem sido julgados inexgotáveis certos solos tropicais. Sabemos que não há solos inexgotáveis mas tão somente alguns em melhores condições temporarias que outros.

Naturalmente, nenhum dos métodos acima descritos dará bons resultados nesses casos.

E' de notar que nos Estados Unidos, como na Alemanha, está se dando importância ao exame mineralogico, apesar da pouca influência que o intemperismo possa exercer no aumento da riqueza em elementos nutritivos ao imediato alcance dos vegetais à custa dos restos minerais contidos no solo. Os trabalhos de Niklas e Götting (30), entre outros, são prova do asserto.

E' difícil dizer quais os métodos mais adaptaveis às nossas condições tropicais. Os métodos biológicos que se descreveram têm sido cuidadosamente estudados no Instituto de Química do Ministério da Agricultura. Não possível relatar aqui, nem mesmo muito resumidamente, os resultados obtidos. Apenas direi que os baseados em culturas que devem chegar a termo são demasiado dispendiosos e lentos. Comum a todos há um inconveniente: são *todos limites*, cujos resultados se exprimem por valores de aplicação sensivelmente local. Nos tropícos ainda têm sido muito pouco aplicados. A meu ver, pode avaliar-se a fertilidade das terras por meios mais simples, mas esse respeito nada direi por enquanto.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — Van Bemmelen — Zeitschr. f. anorg. Chem. 42, 266; Die Adsorption. Dresden, 1910.
- 2 — Gaussen — Internet. Mitt. Bodenkunde, 3, 1.

- 3 — Harrassowitz — Zeitschr. f. angew. Chem. 3, 185, 1930.
 4 — Glinka, Die Typen der Bodenbildung, Berlim 1914.
 5 — Kappen — Die Bodenazidität — Berlim, 1929.
 6 — Van Bemmelen — Dir Adsorption — Dresden e Leipzig, 1910, Lar
 Versuchst. 35, 76 — (1888).
 7 — Tacke e Schlechting, Zeitschr. f. angew. Chem. 21, 151.
 8 — Kappen — Landw. Versuchst. 96, 277.
 9 — Veicht — J. amer. chem. Soc. 1904, 107.
 10 — Daikuhara — Bull. Imp. Centr. Agric. Esper. Station, Japão, 2
 (1914).
 11 — Van Bemmelen — Landw. Versuchst. 21, 116 (1878).
 12 — Kappen — Landw. Versuchst. 88, 96.
 13 — Ramann — Zeitschr. f. Pflanzenernähr. n. Düngg. A III, 257 (19
 ib. IV, 217 (1925).
 14 — Hissink — Zeitschr. f. Pflanzenernähr. n. Düngg. A IV, 235 (19
 15 — Pfeifer — Der Vegetationsversuch, Berlim, 1917.
 16 — E. A. Mitscherlich — artigo em Abderhalden: Handb. der biol
 beitsm. XI-2-2, 211. (1921); Die Bestim. des Düngerbedarf. d. Bodens,
 lim, (1924).
 17 — Prjanischnikow — Dürgerlehre, Berlim, 1923.
 18 — E. A. Mitscherlich — Landw. Jahrb. 1930, 445; Die Ernährn
 Pflanze, 1931, 277.
 19 — Niklas e Miller — Forstwissenschaftl. Centralbl. 1926, 390-690.
 20 — Rippel — Biochem. Zeitschr. 1925, 133.
 21 — Wiessmann — Landw. Versuchst. 1928, 275.
 22 — Neubauer e Schneider — Zeitschr. f. Pflanzenernähr. n. Düng
 II, 320.
 23 — Niklas, Türckhammer e Poschenrieder, Zeitschr. f. Pflanzenernähr. n. Düngg. A IX (1927), 136.
 24 — Niklas, Poschenrieder e Frey — Ernähr. d. Pflanze, XXVII,
 465.
 25 — König e Hasenbäumer — Zeitschr. f. Pflanzenernähr. n. Dü
 1924, 497.
 26 — König — Die Ermittlung des Düngerbedarf. d. Bodens, B
 1929.
 27 — Lemmermann e Fresenius — Zeitschr. f. Pflanzenernähr. n. Düngg. A 1925-37 e A 1923 II, 363.
 28 — Vageler — Grundriss der trop. n. subtrop. Bodenkunde, B
 1930.
 29 — Dirks e Scheffer — Landw. Jahrb. 67, 780 (1928).
 30 — Niklas e Götting — Pflanzenernähr. n. Düngg. VI A, 265 (1926).

ESCOLA NACIONAL DE BELAS ARTES

Da importância da autonomia plástica

CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, REALIZADO PELO PROF. RAUL PEDERNEIRAS
CATEDRÁTICO DE ANATOMO-FISIOLOGIA ARTÍSTICA

PALESTRA INAUGURAL

Ha quem encontre fortes antagonismos entre a Ciencia e a Arte. E' um preconceito inadmissível. Si a Arte e a Ciencia manifestam destinos diferentes, deve haver entre elas, sem embargo, uma relação de parentesco, ou melhor, uma associação de auxílios mutuos.

Anthero do Quental apostrofou a Ciencia, porque lhe "arrebatava o infinito e fazia-lhe descer do eterno". Raul Richer cita-nos a catilinaria do poeta Kohn Keats, maldizendo a memoria de Newton, que transformou a poesia e o encanto do arco-iris num espectro. Essas prevenções são refutaveis. Ha estesia na Arte e na Ciencia, e, segundo a expressão classica, "a arte é o belo dentro da Verdade".

Esta só pode ser apresentada pela Ciencia, que nunca despreza a beleza. Ha beleza nas conquistas de Pasteur e nas obras de Celini.

A Anatomo-fisiologia artística (denominação, aliás, impropria), constitui excelente ajuda para as artes plásticas; ensina a ver, a observar a verdade na forma humana e as causas que a modificam. Oferece o *quantum satis* orientador do artista. De ordinario, *todos olham e poucos vêem*. Si pedirmos a descrição de um quadro simples a alguns mortais que o olharam, não encontraremos acôrdo perfeito na explicação de cada um deles. O estudo dessa disciplina alcança o tipo humano vivo. O cadáver só por acidente entra em linha de conta. (1).

Charles Rochet, o escultor que nos deu os monumentos de Pedro I e Joaquim Bonifácio, em sua obra sobre anatomia artística, preconiza o estudo da matéria "como o A. B. C. da linha e da forma humana em Arte".

O mestre dos mestres, Mathias Duval, apreciando os antigos e seus valores em artes plásticas, assim se exprime: "Para os antigos a anatomia era

(1) A anatomia médica também pratica o estudo anatômico sobre o vivo, conforme processos indicados por Charpy, Soulard, Rawlinson, Brusandei, Aubaret e outros autores.

língua materna, que se fala sem se ter aprendido, aparentemente, por enunciada a todo o momento. Hoje figura em arte como língua morta, se estuda com esforço, com a ajuda da gramática e a leitura dos bons autores.

A gramática, nesse caso, é a anatomia; as obras dos bons autores são esculturas dos artistas da Grécia".

Como alcançaram os helenos a perfeição artística, que ainda hoje entusiasma? Conheceram anatomia? Herdaram noções vindas do Egito, ou se embalsamavam os corpos humanos? Como alcançaram a precisão, se resolviam o cadáver dos homens?

Hipoerates nada escreveu sobre anatomia. Aristóteles confessou conhecer a máquina humana, avaliando-a apenas, por comparação, no estudo de outros seres vertebrados. Os artistas gregos devem a perfeição de suas obras à incessante observação do nu em ação. Havia homens-típos, figuras modelares, que as regras de Sparta, por exemplo, favoreciam desde o berço, oferecendo no físico humano, além do vigor, da resistência e da agilidade, simetria e a elegância do porte.

Na Idade Média manifestou-se o marasmo, a observação decaiu, até que, nas artes, novas ou renovadas, surgiram em ambiente estranho, que desprazava o culto da força e da beleza plásticas. Os artistas da Renascença inspiraram-se nas obras da antiguidade e interpretaram os tipos humanos, com a ajuda da anatomia, principalmente na Itália, pelo século XIII. Frederico III da Alemanha e das Duas Sicílias, fez baixar uma "ordenação" proibindo o exercício da medicina sem o prévio estudo dos corpos humanos durante um ano. Valeu-lhe isso a excomunhão, mas as dissecações prosseguiram com regularidade.

Data do século seguinte o primeiro tratado de anatomia, da lavra de Mundini de Lusi, editado em Veneza. Desde então pintores e médicos lizaram; artistas do século XV manejaram o escalpelo, como provam os numerosos esboços e desenhos que nos legaram.

Daí a anatomia plástica.

Estuda-se no esqueleto ou arcabouço; estuda-se nas articulações, nos cílios e na vestimenta externa, diante de modelos vivos de boa aparência. Estudar no cadáver é prejudicial, porque as peças mortas não oferecem tonicidade e as variantes que a fisiologia nos aponta na figura viva.

Em toda a obra de arte, — e não dizemos novidade nesse ponto — existem dois elementos essenciais: a invenção e a execução, ou melhor, a imaginação e a tradução.

E' na execução ou na tradução que se recorre à ciência, diz Da Vinci: "para se distinguir o possível do impossível", ou, mais explicitamente, conselho de Dürer: "Aplica-te na observação da natureza, ela te guiará; não te afastes por capricho ou por prazer, cuidando que tudo encontra por ti mesmo. Si tal fizeres, errarás o teu caminho".

Assim é. O esboço, a mancha promovem muito; podem promover, mas causa alguma realizam. O que é durável, o que permanece, não é inventado.

O estudo da natureza é, portanto, o começo e o fim da arte. Dever evitá-la minúcia, o pormenor, o detalhe de pesquisa, que fatigam a memória no momento e são esquecidos, mais tarde, com o conchavo de nomenclaturas e terminologias.

Tal excesso prejudica a sinceridade do desenho e dará somente "a imagem banal da forma".

Em artes plásticas não se deve ver, no "esfolado", o desenho ou a forma invariável. O artista estuda e interpreta o indivíduo e este varia imenso conforme a origem, o sexo, a idade, o lugar que habita, o trabalho que exerce e as condições de saúde.

Não é a imposição de um modelo o que se estuda, não é a preferência por um tipo determinado; isso conduziria à tediosa monotonia das comparações. Basta a observação do esqueleto, das articulações, dos músculos, das partes como se revelam ativa e passivamente, na forma exterior; basta a análise dos músculos da face na interpretação, sempre conjugada, das paixões humanas.

Essa congerie de conhecimentos nada vale sem o desenho, que é "a beleza e a honra do artista", no dizer de Ingrés. Pretensas escolas recentes, de nomes gongoricos, coidam que a arte é fácil, ao alcance de todos os improvisadores de aleijões. Depois de 1914 deu-se um atordoamento que reflete nas artes plásticas, como júngente prova de retrocesso. Por que? Porque não se estuda. Para os incapazes, a intuição é bastante, como o muito que se satisfaz com a sua "música de orelha". Acham tais reformadores que "o que sair na tela ou no gesso é o que sair, e o que sair tem de ser bom"... para o estrabismo dos "que não sabem a arte nem a estimam".

Assim como o estudante madrágão deseja apenas passar, esses reformadores desejam que se acredite na sua problemática sinceridade.

Não se nega a intuição, mas essa precisa ser lapidada, e o trabalho compete logicamente à ciência. Da natureza não é possível fugir e um exemplo se revela clássico nas figuras aladas, que existem em telas celebres, em bas-reliefs perenes.

São humanizadas e simbólicas a um tempo. Como símbolos, obras de imaginação ingenua, ficaram. Entretanto, bem observadas, nada exprimem de verdade. As asas nunca serão capazes de elevar os corpos dessas imagens articuladas de modo exótico em pontos que lhe não dão apoio nem resistência; são peças decorativas, mesmo na atitude imponente da Vitória de Samotracia; são asas incapazes de dar movimento aos pés de Mercúrio, com a rapidez que a mitologia emprestou à figura do semi-deus alegórico. São gorgorias ou adornos, por falta de elemento natural ou humano que os sustenta. Pegaso, com as asas de enfeite que o caracterizam, nunca voaria...

A lei do menor esforço procura ganhar tempo, na vida vertiginosa de hoje. Em artes plásticas não pode existir essa lei; si ela se manifesta, é um rótulo para mascarar a lei da validagem.

Ars longa, vida brevis. As invencões sucedem-se, avassalantes, pela caneca. Ali estão o cinema a empolgar as massas, mas que é o cinema,

seus contrastes de luz e seu sincronismo de baritono com astma? Que é o cinema sem o artista? Que é o artista sem a expressão e sem as atitudes? Onde o cinema, como teatro, vai buscar os elementos de êxito? Na natureza, na obra de arte, literárias, teatrais, históricas.

Indubitavelmente a Ciência, em doses adequadas, sem sobrecarga, favorece e aperfeiçoa a Arte. As cores, sem a química, não poderiam penetrar nas composições artísticas. O desenho preliminarmente é exigível e a geometria é a sua ciência. O desenho é imutável e, muita vez, dispensa a cor. Charles Blanc nos aguça a observação, apontando a figura de um homem, grande distância, no alto de uma montanha. Pelo desenho, pelas linhas pela forma, diremos sempre que é um homem; pela cor é impossível afirmar é branco, amarelo ou negro.

Não alongaremos estes preliminares. A importância da Anatomia plástica é evidente. Vale por um axioma a expressão de Paul Richer:

"Arte e Ciência auxiliam mutuamente o homem. Não podendo crecer a vida pela Ciência, o homem dá a ilusão da vida, pela Arte".

INSTITUTO NACIONAL DE MÚSICA

Curso de pedagogia musical

Sua razão de ser

ANTONIO SÁ PEREIRA

Professor contratado de Pedagogia Musical

O Curso de Pedagogia criado pela última reforma do ensino responde a uma necessidade que de há muito se fazia sentir. Até aqui limitava-se o Instituto a formar instrumentistas (pianistas, cantores, violinistas, etc.) quando entretanto quasi todos se dedicavam depois ao ensino, sem que para tanto tivessem sido preparados.

Ao concluir um curso que visava exclusivamente o virtuosismo, eram as joyens concertistas, pela força das circunstâncias, de repente obrigadas a metamorfosear-se em professoras e a desempenhar funções para as quais não tinham tido o menor prenho.

Explica-se assim o intenso sentimento de abandono e desamparo que os jovens professores e professoras se apoderaram, quando ao estrearem no magistério reconheceram quanto à falta de preparação pedagógica lhes era obstáculo, fazendo-os esbarrar em mil problemas e tropeçar nas mais simples anodinas perguntas dos seus pequenos alunos. Vêm-se, a cada momento, obrigados a recorrer ao próprio ex-mestre, a pedir conselhos sobre métodos, peças e exercícios que deviam indicar, como ainda sobre a orientação geral que deviam imprimir ao ensino.

E' que uma coisa é executar, bem ou mal, um certo número de peças do repertório de virtuosidade, e coisa muito diferente é iniciar uma criança no estudo da música e guiar-lhe os passos com rapidez e eficiência.

Até fins do século XVIII, não se conhecia o tipo do "virtuoso", nem tão pouco o do "amador" no sentido atual. Quem se dedicava ao estudo de um instrumento era suposto ter aptidão tecnicia e pronunciado talento musical. O instrumentista era quasi sempre também compositor. Exigia-se de um clavecinista que soubesse realizar um baixo cifrado, soubesse transportar, acompanhar e improvisar. Formavam-se músicos, e não virtuosos.

Devido à circunstância de serem as músicas copiadas à mão, recorria-se então largamente ao expediente da abreviação, o que pelas consequentes dificuldades de leitura impedia o surto do "amadorismo", que só foi possível quando, já na época de Haydn e Mozart, se iniciou o comércio da música gravada e reproduzida em larga escala. O baixo cifrado e outras abreviações que dificultavam a leitura caíram em desuso, e todo amador virou pianista.

Com o desenvolvimento brilhante que os românticos imprimiram à técnica do piano, a profissão de concertista começou a ser uma carreira cobiçada, fazendo surgir em grande profusão emulhos de Chopin, Weber, Thalberg e Liszt.

Por outro lado, tornando-se o repertório dos concertistas excessivamente difícil, nasceu para uso dos amadores um gênero especial, a chamada "música de salão", tipicamente século XIX.

Esse entusiasmo romântico pelo piano fez a fortuna dum infinito de Conservatórios e de toda uma legião de professores particulares.

Hoje, entretanto, exige-se do concertista talento e personalidade em tanta alta potência, que só musicistas de excepcional envergadura deveriam abraçar essa carreira.

E nem se veja visto uma condenação do estudo de piano que, muito ao contrário, deve ser encarecidamente aconselhado, por se tratar do mais completo instrumento de música, servido pela mais vasta e importante literatura musical.

Apenas, não deverá o estudo ser unilateral, visando unicamente o virtuosismo, mas antes encarando a técnica como disciplina instrumental básica, fundamento dum culto musical mais generalizada, no sentido da época romântica.

Para aqueles contudo que quiserem dedicar-se à carreira de concertista, a reforma prevê a classe de virtuosidade, gravada porém de sérios estudos teóricos, sem os quais aquele título corria risco de deslustrar-se.

O curso normal de piano, porém, deverá formar musicos, habilitados a tocar com desembaraço, a acompanhar, a ler à primeira vista, a transportar, também... a *lecionar*.

Para tanto, impunha-se a criação da cadeira de *Pedagogia* que, junto com alguns outros novos cursos criados, vem conferir ao Instituto funções de Escola Normal de Música.

Essa inovação não deixou de causar, aqui e acolá, uma certa estranheza, para não dizer hostilidade, tanto mais quando, mesmo no estrangeiro, é de data muito recente a introdução da Pedagogia como matéria de ensino nos Conservatórios Europeus (e por ora só em poucos, não fossem conservatórios os Conservatórios!!). Nos Estados Unidos entretanto não há Escola de Música de alguma importância que não inclua no programa um curso de Pedagogia ou uma "Teacher's Training Normal Class".

Entre nós, o argumento que logo reponta, agressivo, intolerante, demolidor, é o da inutilidade dessa inovação, visto como as gerações passadas de

muito bem prescindiram. "Os professores que até hoje temos tido foram ótimos pedagogos, sem nunca terem estudado pedagogia. Logo, não há necessidade de tal novidade".

De todos os tempos, em qualquer ramo da atividade humana, não há exemplo de alguma quebra de rotina que não tenha suscitado semelhante argumentação, evidentemente a mais despida de originalidade, a mais pobre quanto ao poder comprobatório. Querer provar que um certo estudo de coisas devia continuar inalterado, só porque até então sempre assim tenha sido, é de uma indigencia de raciocínio que só isto já deveria dispensar a continuação do debate. Por essa teoria simplista estariamos ainda hoje vivendo em cavernas, pois os nossos remotos antepassados trogloditas muito bem se davam nas suas habitações primitivas, não havendo pois a menor necessidade de cogitarem de reformas e inovações.

Mas, restrita que seja a questão só à prática do ensino, não passa de sofismia e de disfarçada egolatria o pretender-se terem os nossos mestres se desempenhado sempre ottimamente dos seus encargos pedagógicos.

Não ha negar ter havido, em todos os tempos, excelentes professores que, sem estudos especiais de Pedagogia, se notabilizaram como educadores de mérito. Não ha nista nada de espantar. O que surpreende é justamente serem, ou terem sido, sempre em número tão limitado, verdadeiras exceções que, por isto mesmo, com relêvo se destacam dos seus contemporâneos.

Propriamente, deveria esperar-se que todo mestre fosse um bom educador, pois, no fundo, a arte da educação depende em grande parte dos dois fatores aparentemente muito simples que são: *bom senso e capacidade de observar*.

Acontece porém que êsses dois fatores não são assim tão frequentes quanto seria de desejar-se. Quanto ao primeiro, será preciso ainda nos entendermos quanto ao significado do termo. A êste propósito, convém transcrever aqui um delicioso trecho do eminentíssimo psicólogo suíço Ed. Claparède, o qual, faz mais de vinte anos, com o brilho e o espirito que lhe são peculiares, rebateu êsses mesmíssimos argumentos, que naquela época eram invocados contra o ensino da Psicologia Infantil nas Escolas Normais. O trecho, tirado da obra: "Psychologie de l'enfant et Pedagogie expérimentale", vale bem ser citado:

"Ao bom educador, dizem por aí, não faz falta tanta psicologia. O bom senso, essa faculdade de julgamento e de ponderação conferida a todo ser humano, basta perfeitamente para dirigir o desenvolvimento de uma criança. Que ganharia a Pedagogia a trespassar-se no labirinto dos métodos e da técnica experimentais?"

"Ora, prossegue Claparède, si, com Descartes e com os dicionários, bom senso é sinônimo de "razão direita e sã, poder de bem julgar", não vemos como o bom senso possa opor-se à ciência, pois o método experimental é justamente um dos meios empregados pela sã razão para estabelecer juízos corretos. Deste modo, a ciência é justamente uma das manifestações do bom senso. Do pro-

prio fato de se protestar contra o emprego de um método rigoroso em Pedagogia pode inferir-se que os protagonistas do bom senso dão a este termo um sentido muito restrito: o bom senso seria a aptidão de julgar e concluir logo de golpe, simplesmente ao considerar-se aquilo que é imediatamente dado, e sem se recorrer às minúcias do controle. Este bom senso é o que Voltaire classificava de: "raciocínio grosseiro, raciocínio começado, primeira noção das coisas ordinárias, estado médio entre a estupidez e o espírito".

Não se poderá negar, continua Claparède, que na vida diária esse raciocínio grosseiro presta grande serviço. Mas trata-se de saber si será capaz de resolver os problemas colocados pela educação e a didática. E' que de fato todos os bons senso não coincidem! Quantas enfeças, tantas diferentes maneiras de ver, todas entretanto, na opinião de cada um, fundadas no mais evidente bom senso".

E cita como exemplo as discussões em torno da necessidade ou não-necessidade do estudo do latim, as controvérsias provocadas pelo método direto no estudo das línguas, a grita levantada pelo problema da coeducação dos sexos, as divergências quanto à distribuição de prêmios, etc. etc.

"Eu vos desafio a citar uma única questão de ensino na qual não se possam alinhar séries de soluções opostas, todas elas proclamadas em nome do bom senso. Então, qual o *melhor* bom senso? Evidentemente é preciso apelar-se a outra instância, e essa só pode ser a *experiência*, a experiência provada e auxiliada pela ciência dedutiva. Seja qual for a qualidade do bom senso, o seu método não poderá ser sancionado senão pelo controle da experiência".

Melhor não se poderia fixar a falibilidade do apregoado bom senso, termo que não poucas vezes apenas disfarga uma forte dose de suficiência comodista e egolatra.

Quanto ao outro elemento indispensável ao bom educador, a capacidade de observar, muito maior será neste particular o número dos incapazes que, em tudo, se dedicam ao magisterio.

E' essa incapacidade de observar e, pois, de compreender a criança, que deu origem aos mais abstrusos processos educativos, verdadeiras heresias pedagógicas que nós hoje gostamos de chamar de medievais, quando entretanto "vamos encontrar ainda vivos em nossas tradições escolares vestígios dessa aberração de cultura. E' o verbalismo, o psitacismo, o aprendizado de cór para vencecer apenas formalidades de exame. Lições puramente expositivas, compendios com perguntas e respostas..." (Lourenço Filho: Introdução ao Estudo da Escola Nova).

Define bem a tenebrosa concepção do ensino predominante na Idade Média o terrível lema escolar então em voga: "a letra, com sangue, entra". Os castigos corporais, a ferula, o açoite, eram os recursos pedagógicos de que se serviam os mestres para estimular a vontade de aprender do educando. Até ponto de haver disposições legais especificando até quantos golpes o mestre podia dar. Nos estatutos da escola catedralícia de Worms, e aprovados pelo cabido da Catedral em 1260, há as seguintes prudentes recomendações: "O

mestres procurarão, nos seus castigos, não exceder os limites do razoável, simão antes adequar a punição ao tamanho da falta. Si o mestre chega a ferir o aluno ou a quebrar-lhe algum osso, o prejudicado poderá abandoná-lo, mesmo sem pagar os honorários do semestre". (A. Messer. História da Pedagogia).

E desde essas prisas eras até os nossos dias, é um só clamor que se levanta pela voz dos mais sensatos dentre os educadores de cada época, um constante protesto contra as violências impostas à infância. São verdadeiros visionários êsses intuitivos de genio, que formando etapas na História da Pedagogia, se insurgem e protestam contra a insanidade das praxes pedagógicas, contra "a camisa de força escolástica".

"Como a História da Pedagogia, diz Claparède, cíntulo do tédio e da desolação quando encarada apenas como conjunto de lições que os infelizes alunos das escolas normais devem engorgitar para o exame, se desdobra entretanto em palpitante epopéia quando nela vemos pintado o quadro das sucessivas revoltas que provocou nos observadores avisados a vista de um regimen de educação contra a natureza!" (Claparède: "L'éducation fonctionnelle").

E' toda uma galeria de notáveis pensadores que podemos passar em revista, desde Montaigne e Rabelais no século 16 até, nos nossos dias, Dewey, Claparède, Montessori, Déeroly, toda uma legião de reformistas a ganhar terreno, lentamente, mas sem tregua, nessa luta secular contra a tradição, contra a incompreensão, contra a incapacidade de observar.

E tamanha é a inércia da tradição que, ainda hoje, a muito mestre mergulhado em respeitáveis processos herdados de outros respeitáveis mestres poderia dar-se a ler, como de absoluta novidade, algum trecho da "Didactica Magna" do bom padre protestante Amós Comenius que viveu na Boêmia por fins do século 16. "Instruir a infância, dizia ele, não consiste em inculcar palavras, frases, sentenças, opiniões recolhidas nos autores, mas abrir-lhe a inteligência por meio das coisas. O fundamento de cada ciéncia consiste em bem representar aos nossos sentidos os objetos sensíveis, de modo que possam ser compreendidos com facilidade". (Lourenço Filho, obra citada). E' a condenação do ensino verbal, que ele desejava ver substituído por processos intuitivos, mais de acordo com a natureza particular da criança, e que Pestalozzi iria século e meio mais tarde desenvolver de modo sistemático. Parecem-nos bem modernas idéias como estas de Pestalozzi: "A intuição é o fundamento da instrução. A intuição é fácil na criança pela extraordinária atividade da sua vida imaginativa e emotiva. O ensino deve seguir a ordem do desenvolvimento natural, não o da exposição sintética".

Sente-se aí já uma notável penetração do psiquismo infantil, uma preocupação carinhosa com a estrutura psicológica da criança, tão diferente da do adulto e que entretanto a pedagogia tradicional resolutamente ignorava, brutalizando a criança com a imposição de disciplinas que presupõem um raciocínio lógico de que ela não é capaz.

Essa concepção psicológica do ensino fôra já claramente pressentida por Jean Jacques Rousseau: "Não se conhece a infância", exclamava ele. "Com as falsas idéias que dela temos, quanto mais avançamos mais nos extraviamos.

Os mais prudentes agarram-se ao que ao homem é necessário saber, sem consideração pelo que as crianças são realmente capazes de aprender. Procura-se sempre o homem na criança, sem se pensar no que ela é antes de ser homem.

Rousseau foi um verdadeiro precursor desse movimento neo-pedagógico dos nossos dias, e quasi todas as teses recentemente formuladas pela Psicologia Infantil encontram-se esboçadas, com intuição genial, na obra monumental que é o "Emile ou de l'éducation". Publicada em 1772, parece obra de tirreira atualidade pela segura e penetrante observação do psiquismo da criança que nela se verifica.

Em oposição a uma mentalidade pedagógica preocupada exclusivamente com o programa, com as matérias do ensino, sem a menor consideração da pessoa do educando, Rousseau proclama revolucionariamente a autonomia da criança que, longe de ser uma redução do adulto, um homunculo, um ser completo, cujo desenvolvimento se deva precipitar para que chegue depressa ao estudo de adulto, é um ente perfeito e apenas diferente do adulto, um ente "sui generis", com mentalidade, tendências, desejos próprios e, pois, também com seus direitos próprios.

No "Emile" topa-se a cada instante com frases verdadeiramente visionárias e que já deixam como que antevers toda a moderna concepção fundamental da infância e as teorias pedagógicas daí decorrentes: a criança como centro do trabalho escolar, o ensino baseado no interesse e na atividade, o jogo como ponto de partida da educação infantil, a utilização dos instintos sociais da criança, a necessidade de se adaptar o ensino às tendências naturais do educando, etc.

Muitas das novas idéias pregadas no "Emile" já haviam antes sido defendidas por pensadores ou educadores como Montaigne, Fénelon e Locke. Nêles tais idéias se apresentavam isoladamente e em tom dogmático, sem a necessária força de persuasão que só uma idéia central, formando sistema, pode conferir.

A observação da criança, cis aí a fórmula mágica, intuiramente nova para aquela época em que aquilo de que menos se cogitava no ensino era precisamente o educando, era a criança. E isto porque ninguém se dava ao incômodo de fazer estudos especiais que o habilitassem ao magisterio. Supunha-se, e ainda hoje muitos supõem, que o simples fato de se conhecer uma certa matéria implique também no dom de saber ensinar tal conhecimento.

Ora, si já no ensino a um adulto a falta de intuição psicológica logo faz sentir de modo desagradável, seja pela maneira desinteressante de entrar a aula, seja pela falta de graduação na exposição da matéria ou ainda confusão que gera a ignorância de certos princípios básicos de lógica, tais insuficiências pedagógicas se agravam de maneira alarmante, quando o educando é uma criança, destituída ainda do necessário raciocínio e de força de vontade capazes de relevar as insuficiências do mestre e surpreendê-lo as falhas mediante esforço próprio. Evidentemente, faz-se então necessária uma iniciação em todos os pedagogos que permitam aos menos dotados beneficiar-se da experiência adquirida e acumulada por outros.

E mais uma vez quero citar Rousseau, o grande idealista que, mais avesso do que aqueles que se pretendem "pedagogos espontâneos", dizia modestamente: "... quanto a mim, faço apelo à experiência. Em vez de me abandona ao espírito de sistema, concedo o menos possível ao raciocínio e não nôfio senão na observação". Noutra ocasião diz ele ainda: "Eu desejava que um homem judicioso nos dêsses um tratado da arte de observar as crianças. Seria uma arte importante a conhecer-se". E já no prefácio do "Emile" encontra-se esta admoestação dirigida aos professores: "Começai por estudar melhor vossos alunos, pois seguramente não os conhecereis".

Não devemos pois, é evidente, nos fiar senão na observação. Naturalmente não apenas na observação superficial, subjetiva e falível, mas sim na observação rigorosa, objetiva, controlada pela experimentação científica e pela estatística. Essa observação científica nós a encontramos na moderna Psicologia Experimental, e hoje em dia Rousseau já não teria que lamentar-se da falta de tratados da arte de observar as crianças, escritos por homens judiciosos.

O que nos falta, ainda hoje, é conseguir que todo aquele que leciona preocupe com esses problemas e leia esses tratados, como seria lícito esperar que fizesse todo educador.

Realmente, de uns trinta anos a esta data, as pesquisas psicológicas trouxeram um incremento que já quasi não permite ao estudioso dêsses assuntos acompanhar, nem mesmo superficialmente, os progressos realizados. Sobre os maiores detalhes do processo educativo existe toda uma volumosa literatura especializada, que cresce e aumenta com cada dia que passa. Não será então de medida soberbia encastelar-se alguém num pretenso dom espontâneo de educador e ignorar todo esse formidável trabalho de pesquisa realizado nos ultimos tempos por "homens judiciosos", homens de notável saber?

De quanto a "pedagogia espontânea" é falível e problemática, dê-nos uma ligeira amostra o simples relato do que sucedeu com o ensino da leitura, depois que a Pedagogia Experimental submeteu a uma rigorosa crítica seculares processos de ensino, saucionados pela "pedagogia espontânea" de inúmeras gerações.

Desde a mais remota antiguidade, sempre se aprendeu a ler pelo método alfabetico, passando a criança a soletrar o b-a-ba, depois de ter laboriosamente travado conhecimento com todas as letras do alfabeto. Não se concebe outra maneira de ensinar a leitura. Era evidentemente, assim julgavam, um processo perfeito, um processo lógico, que partia dos elementos simples para mediante síntese gradativa, fazer chegar ao conhecimento do composto, isto é, da palavra e da frase. Ninguém se lembrava de investigar se aquilo que o adulto, que já conhece a engrenagem da leitura, parece simples, também o era para o espírito infantil. E do mesmo modo como cada um tinha aprendido assim também ele ensinava, sem o menor espírito de crítica.

E' verdade que já em 1768 um abade francês, De Radonvilliers, tinha publicado uma obra intitulada: "De la manière d'apprendre les langues" na qual ele aconselhava um processo de leitura bem diferente da tradicional.

maneira de soletrar. As idéias af aventadas foram, alguns anos mais tarde, retomadas e elaboradas por um certo Nicolas Adam, que preparou um novo método de ensinar a ler às crianças, "sem se lhes falar em letras nem em labas". E' devérás surpreendente a penetração com que Adam analisa o processo psicológico da leitura e critica o ensino habitual, no qual, "as crianças são atormentadas e obrigadas a reter um grande número de letras, de sílabas e de sons, absolutamente incompreensíveis para elas, por não estarem ligados a elementos ligados a alguma idéia que as interesse ou divirta. Atirai para longe os alfabetos, dizia Adam, e procurai entretê-las com a apresentação de palavras inteiras que estejam ao seu alcance e que elas guardarão com muito maior facilidade e mais prazer do que todas as letras e sílabas impressas". (Doitres Margairaz: *L'apprentissage de la lecture par la méthode globale*).

E' o método global, por alguns também chamado de analítico, que alguns educadores já preconizavam, partindo da idéia muito justa que, para a criança, a letra absolutamente não é mais simples do que a palavra inteira. Para ela, tanto a palavra inteira como a letra isolada são desenhos, são rabiscos. Ora, desenho por desenho, a criança se interessará e guardará mais depressa um certo rabisco que lhe disseram significar, por exemplo: gato, que um outro rabisco que é apenas a letra g, e que para o seu espírito, ainda pouco inclinado a abstrações, absolutamente nada significa.

As letras pois, que nos parecem elementos simples, são para a criança simbólicos sem nenhum interesse, rabiscos pobres de conteúdo, e que elas, com grande tédio decora e maquinamente recita. Essa concepção tão verdadeira do processo da leitura entretanto só nos últimos tempos foi confirmada por processos experimentais de inteiro rigor.

Desde fins do século passado vários cientistas alemães e franceses começaram a fazer minuciosos estudos sobre os movimentos dos olhos durante a leitura e nessas pesquisas chegaram à surpreendente conclusão que os olhos se movem ao longo da linha num movimento suave e contínuo, só interrompido por movimentos bruscos seguidos de ligeiras pausas. E' durante a pausa que se dá a percepção do trecho seguinte, percepção global, feita de relance e abrangendo várias palavras e mesmo frases inteiras.

Só para este único fim de examinar os movimentos oculares durante a leitura, professores da Universidade de Chicago levaram um ano a inventar e desenhar um complicado aparelho, cujo custo de construção se elevou a algumas milhares de dólares, e que permite durante a leitura filmar os movimentos dos olhos. Verificou-se então que o mau leitor procede por pequenos saltos regulares, abrangendo um "vão de percepção" muito estreito, executando muitos movimentos regressivos, seguidos de pausas muito demoradas.

Dessas verificações deduziram-se diretrizes práticas para o ensino da leitura. Ficou provado que a criança, tanto quanto o adulto, lê de modo global, devendo pois o ensino partir da palavra inteira, do seu significado global, para nos poucos fazer a criança, pela análise, chegar ao conhecimento das letras. Durante o treino da leitura será necessário, por meio de engenharia

exercícios de exposição instantânea de palavras e, mais adiante, de frases inteiras, dilatar sempre mais o "vôo de percepção" e diminuir o tempo de reação gasto na leitura. A criança aprende melhor, mais depressa e com muito mais interesse do que pela antiquíssimo processo de soletração.

Ora, nada disto se teria alcançado, si "homens judiciosos", educadores de talento não tivessem duvidado da "pedagogia inata" e não tivessem submetido a um exame crítico os processos de ensino saucionados pela tradição dos "pedagogos espontâneos".

Este caso da reforma do ensino da leitura é um entre inúmeros a provar claramente como a só observação individual é insuficiente, e como pois é necessário que os jovens professores, *mesmo os professores de música*, aprendam além da matéria a ensinar, no nosso caso a música, também ainda noções de Pedagogia afim que possam aproveitar a experiência acumulada por gerações de pesquisadores, o que evidentemente só num curso especializado e não no curso instrumental poderá ser feito com sucesso.

Penso pois ter demonstrado de modo irrefutável ser o estudo da Pedagogia indispensável a qualquer educador, e pois também ao professor de música. Impunha-se, evidentemente, a criação deste curso no Instituto Nacional de Música, e só não se comprehende que já não existisse de mais longa data como também dificilmente se concebe como haja quem disto possa duvidar. Esta justificativa do curso de Pedagogia Musical não deixa de ser um tanto vexatoria, pois é sempre humilhante ter de provar-se com longos debates aquilo que na sua transparência é quasi um axioma.

INSTRUMENTOS DE CORDAS

4 FRICCIIONADAS	COM ARCO	DE QUATRO CORDAS	VIOLINO
		DEMAIS DE 4 CORDAS	VIOLETA VIOLONCELLO CONTRABAIXO
4 DEDILHADAS	SEM BRAÇO	SEM BRAÇO	VIOLA D'AMOUR MARPA
		COM BRAÇO	BANDOLIM VIOLÃO
4 PERCUTIDAS	DIRECT PELA EXECUTANTE	DIRECT PELA EXECUTANTE	ZIMBALOM
		POR MECANISMO com TECLADO	PIANO

INSTRUMENTOS DE VENTO

4 DE BOCCA	LATERAL	FLAUTA, FLAUTIM	VIOLETA
	NEM SIBEL	FRAGOLLET	
4 DE PALHETA	TUBO CYLINDRICO + PALHETA BATENTE	CLARINETE	ZIMBALOM
	TUBO CONICO + PALHETA DOBRADA	FAGOTI	ZIMBALOM
4 VOZES	TUBO CONICO + PALHETA BATENTE	SARRUSOPHONE	VIOLONCELLO
		GAXOPHONE	CONTRABAIXO
FEMININA	SOPRANO, ALTO, SOP.	PIANO	FAGOTI + FAGOTI REQUINTA
MASCULINA	TENOR, BARITONO, BAIXO	HARPA	CONTRA-FAGOTI

REGIÃO

SUB-GRAVE

GRAVE

9

1	2	3	4	5	6	7	8	9
TROMBONE CONTRABAIXO SUB GRAVE	TROMBONE CONTRABAIXO							
TROMBONE CONTRABAIXO								

INSTRUMENTOS DE VENTO

4 NATURAIS	DE BOCAL	CHROMATICOS	PISTÃO	TROMPA
				CLARIM
4 CHROMATICOS	VARA	CHAVES	PISTÃO	CORNETA
				DIATONICA
4 POLYPHONOS COM TECLADO	COM TUBOS	SEM TUBOS	TROMPA	TIMBALE
			CLARIM	TROMPON
4 AUTO PHONOS: DE SONS DETERMINADOS	GRANDE ORGÃO	SEM TUBOS	TROMBONE	TROMPON
			CORNETIM	TROMPON
4 AUTO PHONOS: DE SONS DETERMINADOS	GRANDE ORGÃO	SEM TUBOS	SAXHORNES (FAMILIA)	TROMPON
			SAXOTROMBAS	TROMPON
4 AUTO PHONOS: DE SONS DETERMINADOS	GRANDE ORGÃO	SEM TUBOS	ORGÃO	TIMBALE
			HARMONIUM	TIMBALE

INSTRUMENTOS DE PERCUSSÃO

4 DE MEMBRANAS DE SONS DETERMINADOS	TIMBALE
4 AUTO PHONOS: DE SONS DETERMINADOS	GLOCKENSPIEL (KARILLON) / GARRILHA
4 GRANDE ORGÃO	TYPOPHONE (TELÉSTRA) / XYLOPHONE

A' margem de um quadro sinótico dos instrumentos geralmente usados

Prof. JOANIDIA SODRÉ

Catedrática de Harmonia Elementar, Análise de Contraponto
e Noções de Instrumentação

A confecção do quadro junto teve o objetivo de dar aos espíritos estudos numia imagem mais viva a extensão dos instrumentos geralmente usados em relação á escala dos sons musicais e principalmente a relação dos mesmos entre si.

As lições dos mestres aí aparecem em síntese, em visão de conjunto, que permite a fixação de tudo que constitui as escalas instrumentais.

Publico-o por constituir um grande colaborador do mestre, no momento em que o objetivo principal da pedagogia consiste em proporcionar ao aluno de uma forma prática e intuitiva o conhecimento dos mais complexos assuntos.

Não pode êle isoladamente traduzir a expressão completa para o fim que se destina, por quanto as diversas escalas instrumentais são apresentadas nas suas tessituras escritas, cabendo a nós transportá-las nos seus sons reais, não só aos dos instrumentos verdadeiramente transpositores (assim chamamo áqueles que têm suas escalas afinadas em tonalidades diversas da escala tipo, maior) como as dos que por comodidade de notação, em virtude de sua tessitura grave ou aguda, ou mesmo por não se acharem escritas em sua clava original, precisem ser lidas em alturas diversas.

Também nele não pode haver a indicação das várias maneiras de obterem os sons nos diversos instrumentos, assim como nos instrumentos de cordas friccionadas e percussivas (com braços), bem como os sons correspondentes a suas cordas soltas.

Com os sinais x, que completam as linhas pontuadas, ou com os traços que demarcam a extensão dos instrumentos de cordas friccionadas, sigo a escala dos mesmos para indicar a extensão ampliada pelos sons harmónicos.

Quanto aos instrumentos de vento, deixei de dividí-los em madeiras metálicas como geralmente se faz, por julgar improcedente tal designação. Admito que somente o seu exterior justifica tal divisão, divergindo os seus timbres pela maneira com que o ar é introduzido nos seus tubos que, obedecendo

diversos formatos, conico, cilindrico etc., tambem concorrem para a conformação da coluna de ar e assim para a qualidade dos sons emitidos.

O quadro é uma síntese dos estudos de instrumentação, que, como sabe, tratam principalmente dos instrumentos, sua conformação, sistema de afinação, natureza, timbre, extensão, etc.

Como tivemos em mente o exame exclusivo dos instrumentos criados pelo homem, porquanto achamos que o estudo detalhado das vozes deve ser feito anteriormente, dispensamo-nos de apresentar a extensão das mesmas suas diversas modalidades, indicando apenas a extensão de uso comum no conjunto coral, para não excluir completamente do nosso trabalho esse instrumento tão precioso e belo.

Eis, em rápidos traços, o que desejamos exprima o nosso quadro sinótico de trabalho que faz parte do nosso compêndio de instrumentação, em preparo.

Daremos por bem compensado o nosso esforço se a opinião dos doutrinários reconhecer nele alguma valia.

INSTITUTOS NÃO UNIVERSITARIOS

Curso especializado de antropometria

REALIZADO PELO PROF. JOSÉ BASTOS D'ÁVILA, NO MUSEU NACIONAL

AULA INAUGURAL

Não há negar a influência benéfica do Museu Nacional fazendo-se sentir pouco a pouco no meio apático que por natureza é o nosso, para todas as questões de ciência pura.

A Seção de Antropologia frequentemente tem sido visitada por professores, diretores de colégios, médicos, à procura todos de dados e informes para a organização de fichas antropométricas.

E' indiscutível que nesse sentido já se faz alguma coisa de útil e proveitosa no Brasil. Na Capital da República, como nas principais cidades dos Estados, já se vêem coligindo, sobretudo no domínio escolar, inúmeras observações de Antropologia física.

Por outro lado, abnegados viajantes de nosso interior, em missão do Museu, ou ainda a ele estranhos, têm concorrido com insuperável boa vontade para o enriquecimento do ficheiro da Seção, na qual já é digno de nota o número de indígenas identificados, oriundos das diversas regiões do País. Ainda agora, para citar um dos casos mais recentes, o Dr. João Braulino de Carvalho, da Comissão Brasileira Demarcadora das Fronteiras do Setor do Norte, remeteu ao Museu Nacional, onde se acham em estudo, céreos de 60 fichas de índios Macuxis, Uapixanas, Tucanos, Piratapuias e Aturais.

E' bom de ver que em futuro não remoto será grande a cópia de material colhido.

Mas, e aqui está o lado vulnerável da questão, na coleta desse material são dos mais variados os critérios adotados pelos diferentes pesquisadores.

Não é necessário dizer que dessa heterogeneidade de pontos de vista resultará uma grande dificuldade, sim, a impossibilidade absoluta, de tirar conclusões e fazer deduções, partindo de dados, a cuja obtenção presidiram critérios por vezes imprecisos.

Em tese apresentada no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia entre nós realizado em 1920, já o Professor Fernando da Silveira proclamou a "necessidade de uniformização dos serviços antropométricos no Brasil".

Nenhum estabelecimento educacional melhor que o Museu Nacional acha aparelhado para uma campanha de coordenação de esforços e união de critérios, tendo em mira a resolução de problemas que interessam Antropologia, em nosso meio.

O curso de antropometria, a que se dá início, outro objetivo não sinônimo é de divulgar as fichas antropológicas do Museu Nacional, tornando mais acessíveis em sua feitura e interpretação, de tal modo que ainda os nos versados em questões de estatística biometria, possam, não obstante, cular um índice, avaliar um erro, organizar uma série de observações.

A Antropologia, definiram-na Roquette Pinto e Fróes da Fonseca, biologia comparativa dos grupos humanos, encarados do ponto de vista do sexo, da idade, da constituição e da raça.

Isola-se assim da Etnologia, cujo objetivo reside antes no estudo documentos que definem os aspectos sociais desses grupos. Martin define *Antropologia é a história natural dos homicídios no tempo e no espaço.*

Martin ainda se encarrega de criticar a definição de Lenz, que interta a *Antropologia como a ciência dos característicos hereditários do homem*, "Wissenschaft von den erblichen Unterschieden des Menschen".

Porquanto, diz Martin, a experiência mostra que um mesmo e único hereditário pode imprimir ao fenótipo — característicos diversos decorre de condições ambientais; e por outro lado, o mesmo característico fenótipo pode surgir em consequência de um conjunto de influências, oriundas de nefatores os mais diversos.

O objeto da Antropologia não pode, pois, estar simplesmente na fisiologia.

Esse objeto consiste na realidade, no estudo das formas, atuais ou desaparecidas, dos homicídios, na caracterização dessas formas, em sua distribuição geográfica, com o fim de pesquisar se se trata de uma espécie, de uma espécie, de uma variedade ou de um tipo.

A expressão Antropologia ainda em nossos dias é tomada em uma dupla acepção.

No sentido mais lato, a Antropologia, como ciência que discursa sobre o homem, estuda-o não sómente sob o ponto de vista físico, como também sob o ponto de vista psicológico.

Encarada desse ponto de vista, a Antropologia abrange:

- a Antropologia física ou a Raciologia;
- a Antropologia psíquica ou a Etnologia.

A última reforma do Museu Nacional assim o entendeu também quando desdobrou a antiga secção de antropologia em:

- Antropologia física;
- Etnografia.

E' claro que o estudo da Antropologia implica o conhecimento prévio de outras disciplinas, como sejam, a Zoologia, a Anatomia comparada, e principalmente a Anatomia humana, sem a qual não se poderá dar um passo.

Fróes da Fonseca e Roquette Pinto atribuem à Antropologia as seguintes divisões:

I — *Antropologia Zoologica.*

Anatomia, Fisiologia, Psicologia, Patologia e Distribuição Geográfica dos Primatas.

II — *Antropologia racial.*

Anatomia, Fisiologia, Psicologia, Patologia e Distribuição Geográfica das raças humanas.

III — *Antropopatologia.*

Estudo dos tipos constitucionais (dos sexos, das idades, dos caracteres individuais (identificação) e dos característicos profissionais.

IV — *Paleontologia humana.*

Antropogenese.

A propósito da Antropologia Zoológica não é demais que se dê a definição de espécie, como o propôs o Prof. Fróes da Fonseca, em sua conferência no referido Congresso Brasileiro de Eugenia.

"Especie é o grupo de seres vivos de cujos característicos, considerados como sistemáticos, um pelo menos tem amplitude de variação diversa da correspondente característica do outro grupo semelhante."

E' um fato o monogenismo, como pretende Martin? Ou deve admitir-se a origem polifiletica da humanidade?

Dado o caráter eminentemente prático do curso atual, não interessaria a questão doutrinária.

Convém, entretanto, assinalar que a documentação fossil (o homem Neandertal, Negroides de Grimaldi) e a constituição bioquímica dos grupos hemáticos, falam a favor do poligenismo.

No que respeita à Antropologia racial, impõe-se desde logo a definição de raça.

Diz Fróes da Fonseca: "Sentimo-nos autorizados a falar em raça quando... um grupo de característicos correlativos, hereditariamente transmissíveis, convencionalmente admitidos como caracterizadores de raça, de tal modo se repete dentro de um grupo humano que lhe imprima feição diversa da maior agrupamento congénere".

E' oportuno fazer ressaltar que um dado característico só pode ser considerado como racial:

1.º) — quando transmitido hereditariamente;

2.º) — quando admitido como caracterizador de raça.

Surge aqui uma grande dificuldade, qual seja a da hierarquia dos caractéristicos, por outras palavras, qual seja o critério a ser adotado como caracterizador de raça.

Afigura-se-nos que o critério mais seguro é o de considerar-se como característicos raciais aqueles elementos que menos sensíveis forem à influência dos fatores ambientais.

Assim sendo, a maioria dos característicos do *aparelho locomotor*, do *masticador*, do *respiratório*, que se deixam com relativa facilidade influenciados pelas condições de vida individual, não pode ser tomada como *características raciais*.

Mas o *índice nasal*, (leptorrínico, mesorrínico ou chameorrínico), o *índice céfalo*, o *índice do cíngulo* (lissotípico, quimatotípico ou ulotípico), estes, sim, são característicos raciais, dos mais concludentes, que sobre serem transmissíveis por hereditariedade, não se deixam influenciar pelos fatores externos.

Nos domínios da Antropotipologia, que se deve entender por tipo constitucional?

Constituição é a fórmula individual de proporção entre elementos constitutivos do corpo humano em vida sã.

Os característicos constitucionais e morfológicos são de natureza quantitativa, relativamente instáveis e facilmente influenciáveis pelos fatores mesológicos, através das correlações neuro-glandulares.

Isso posto, que é a Antropometria? É simplesmente a *biometria do homem*.

A Antropometria nasceu com a humanidade: A mãe solicita que acompanhou o crescimento do filho pequenino, ou lhe comparava o desenvolvimento com o de outras crianças de mesma idade, já fazia antropometria, posta inconscientemente.

E' claro que no momento atual a Antropometria, menos empírica, e cereja de cuidados especiais, de uma técnica adequada, quasi matemática, que permite reduzir a um mínimo desprezível os erros de observação no cálculo das mensurações.

A matéria de estudo da Antropometria é, pois, o homem, do ponto de vista biológico, em seu mais amplo sentido. Sempre que excede de tal aberto, ensina Fróes da Fonseca, quer no espaço (peristase) quer no tempo (homem fossil) buscam-se ainda e sempre subsídios para esclarecer-lhe a biologia presente.

A mensuração é seu método de pesquisa.

O conhecimento aprofundado da biologia humana, sua finalidade.

Elevada ao nível de verdadeira ciência, a Antropometria tem comprovado a realidade de inúmeras observações empíricas, como também contrariado algumas asserções tidas como autênticas e definitivas.

Alguns exemplos não serão demais:

Para pôr em evidência a importância da Antropometria na interpretação de característicos raciais, valemo-nos de recente trabalho do Prof. Roque Pinto, "Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil", apresentado ao 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, a que mais de uma vez já nos reportado.

Segundo o Prof. Roquette Pinto, os principais tipos caracterizados na população brasileira podem ser reunidos em quatro grupos:

1 — Leucodermos.....	51 % Brancos
2 — Faiodermos.....	22 % Brancos X Negros
3 — Xantodermos.....	11 % Brancos X Indianos
4 — Melanodermos.....	14 % Negros

ficando os 2 % restantes para os Indianos.

Entra agora a Antropometria.

Os brasileiros leucodermos apresentam dois tipos de estatura, ao redor de 1,63 e 1,69. (R. Pinto).

"A curva de frequência do índice céfalo mostra notável homogeneidade ao redor do índice 81, que corresponde a moderada braquicefalia". R. Pinto

"O índice nasal apresenta uma curva com dois cumes em torno de 65 e 68".

E o Prof. Roquette Pinto conclui:

"Os tipos brasileiros leucodermos podem ser caracterizados em resumo

Indivíduos de pele branca em geral trigueira (N. 10 a 19 da escala de Luska), cabelos negros e ondulados (quimatoíricos), olhos em geral escuros (pardos ou negros), estatura mediana ou pequena, braquicefalia, leptorrinia acentuada".

Estatura, braquicefalia, leptorrinia, são outras tantas conquistas da antropometria.

Na Antropotipologia não são menores os serviços prestados pela antropometria.

Está na ordem do dia a questão dos tipos morfológicos e constitucionais.

Ora, por qualquer lado que ela seja encarada, a antropometria intervece sempre e de modo decisivo para a caracterização dos diferentes tipos:

Giovanni deduziu um tipo morfológico ideal e harmonico, obedecendo dados colhidos pela mensuração.

- 1 — Estatura = envergadura.
- 2 — Perímetro torácico = 1/2 da estatura.
- 3 — Altura do esterno = 1/5 do perímetro torácico.
- 4 — Altura do abdômen = 2/5 do perímetro torácico.
- 5 — Diâmetro biliaco = 4/5 da altura do abdômen.

Como se vê, pura antropometria.

Chaillon e Mac Auliffe, baseados em trabalhos de Sigaud, estabeleceram por sua vez quatro tipos principais, além de tipos intermediários:

- 1 — Tipo cerebral.

- 2 — Tipo respiratorio.
- 3 — Tipo muscular.
- 4 — Tipo digestivo.

Sem entrar em sua apreciação, genese, importância prática, que por volta tenham, como se caracterizam, entretanto, êsses tipos?

O tipo cerebral, diz-se, pelo desenvolvimento eraniano, com redução corporal.

O respiratorio, pela amplitude toracica e maior desenvolvimento do andar médio da face.

O muscular, pelo grande desenvolvimento dos membros; como o digestivo, finalmente, pela amplidão particular do abdomen e incremento do andar inferior da face, etc.

Seja como fôr, a antropometria intervém sempre na caracterização desses tipos morfológicos.

Quando Walter Mills apresenta seus tipos:

1 — Hiper-estenico.....	ang. sub-tor. 120 — 140°
2 — Meso-estenico.....	ang. sub-tor. 90 — 100°
3 — Hipo-estenico.....	ang. sub-tor. 45 — 60°
4 — Astenico.....	ang. sub-tor. 30° ou menos,

é ainda a mensuração do angulo sub-toracico o criterio mais seguro para caracterizar.

Merce de rigorosas pesquisas antropometricas chegou Viola a resultar de suma importância:

Os individuos de tronco pequeno tendem a grande estatura (longitudo micro-esplanenia relativa); os de grande tronco tendem a baixa estatura (longitudo megallo-esplanenia relativa).

Assim o normotipo de uma raça se deforma em duas direções contrárias consoante o predominio do sistema negativo ou do animal.

Mas como ficou dito, Viola chega a essa conclusão, merce de rigorosas pesquisas antropometricas.

Si dos tipos morfológicos se passar para os chamados tipos constitucionais, ainda aqui, é valioso o papel da antropometria.

Kretschmer procura estabelecer uma tal e qual relação entre os poderes da psicose maniaco-depressiva e a loucura esquizofrenica, formas bem definidas nos dominios da psiquiatria e determinados tipos da arquitetura corporal.

Chega assim Kretschmer à descrição de tres tipos:

- 1 — Leptosomico ou estenico.
- 2 — Atletico.
- 3 — Pienico.

E chega, de que modo? Pela descrição sistemática do exterior do corpo, pela fotografia, pelas mensurações, em uma palavra, pela Antropometria.

Como se vê, multiplicam-se os exemplos atestantes da importância da Antropometria.

Cumpre, entretanto, estar atento para não sobrepor-la a qualquer outro método de estudo e pesquisa.

Já houve antropologista (Von Török) que só para o crânio preconizava cinco ou seis mil (!) mensurações, graças às quais, dizia, se supunha capaz de o reconstituir, em caso de extravio.

Evidentemente, há aqui um exagero que deve ser evitado criteriosamente.

Estratigrafia e paleontologia, com especial aplicação à geologia do Brasil e á evolução dos organismos

CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, REALIZADO PELO PROF. J. A. PADBERG-BRENKIPOL NO MUSEU NACIONAL.

CONFERÊNCIA INTRODUTÓRIA

Introdução geral: divisão da geologia; estratigrafia e paleontologia. Rochas eruptivas e sedimentárias; camadas e fósseis, sua cronologia relativa; facies paleontológica e petrográfica.

Cronologia geológica: eras, períodos, épocas e idades, etc. Cônices internacionais adotados para sua representação. Sua duração presumível.

1. Geologia e sua divisão.

As ciências naturais que se ocupam da Terra são principalmente a *geografia* e a *geologia*, chamada antigamente também *geognosia*. A diferença entre essas duas ciências corresponde um tanto àquela que se verifica entre *etnografia* e *etnologia*. A terminação — *grafia* (grego = descrição) designa a primeira como uma simples descrição do estado atual, ali da Terra (gr. γῆ na composição *geo-*), aqui dos povos (gr. ἔθνος). A desinência *-logia*, porém (gr. *lógos*, discurso, doutrina; como *-gnosia* de *gnōsis*, conhecimento) atribui à segunda um grau mais alto de conhecimento, o da origem e evolução histórica. Como, pois, a *etnologia*, elevando-se sobre a simples *etnografia* descriptiva dos povos e seus costumes atuais, estuda principalmente a gênese ou origem e a sucessiva evolução deles, assim também a *geologia* não se contenta de descrever a superfície atual do globo segundo suas diferentes formas, mas acidentes, climas, habitantes orgânicos, sobretudo humanos, etc. Tudo isso é do domínio da *geografia*. A *geologia* vai mais fundo, indagando as causas e origens, toda a evolução histórica dessas formas atuais através das formações antigas da Terra, quanto acessíveis às nossas pesquisas. Pode-se, po-

definir a geologia como a ciencia da constituição (ou composição) material sobretudo mineral, da Terra, sua estrutura e história formativa, ou, sucintamente, a *História da Terra*.

Divide-se a geologia, nesse vasto âmbito, em 4 partes principais:

1) Geologia fisiográfica, subdividida em a) física (ou Geofísica), que estuda a Terra como corpo celeste, em suas relações com os outros astros em suas qualidades gerais, como sejam forma, tamanho, densidade, calor interno, magnetismo, etc.; b) Geologia geográfica, estudando os traços geográficos da superfície terrestre, atmosfera, hidrosfera (mares), litosfera (terrains) quanto aos contornos, relevo, etc.

2) Geologia petrográfica (*petrografia*, do gr. *pétro*, rocha), que ocupa das rochas da crosta terrestre, da sua composição mineralógica e química, dos seus tipos, caracteres, formas de decomposição, etc.

3) Geologia dinâmica (do gr. *dynamis*, força), que estuda as forças ou os agentes geológicos (ar e vento, água e gelo, organismos; calor e pressões interiores) em seus efeitos sobre a Terra: erosão, deposição, ou sedimentação, decomposição, solução subterrânea (cavernas), vulcanismo, terremotos, orogenese (formação de montanhas = gr. óros), tectônica geral (gr. *tékton* arquiteto; logo, arquitetura ou disposição das camadas), etc.

Todas as três partes indicadas constituem a *Geologia geral*, que se intimamente à mineralogia, química, física, especialmente mecânica, etc.

Como *Geologia especial ou histórica* opõe-se-lhe a última parte:

4) a geologia estratigráfica, ou *estratigrafia*, com a paleontologia, ciência dos fósseis. Como esta parte vai constituir o assunto das nossas ferências, exige ela uma explicação especial.

2. *Estratigrafia e paleontologia.*

O primeiro termo é híbrido, formado do latim *stratum*, estrato v. *sternere*, estender: "coisa estendida", coxim, colchão, cama, e aquimada; vêm daí também *estrado* e *estrada*) e do gr. -*graphia*. A *estratigrafia*, pois, a "descrição dos estratos" ou terrenos estratificados, i. é, de uma de suas camadas segundo a composição, distribuição e sobretudo segundo o conteúdo orgânico. Não se confunda estratigrafia com *estratificação*, que significa simplesmente o "ato ou efeito de estratificar" ou a disposição das camadas. O fenômeno dessa *estratificação* e as leis da sua formação pertem propriamente à geologia dinâmica, especialmente tectônica. A *estratigrafia*, supondo os terrenos *estratificados* como dados, estuda e descreve-lhes não sómente os característicos, sobretudo orgânicos. Estratigrafia é,

a relação e descrição sistemática dos diferentes *terrenos* geológicos, chamados também *formações* (especialmente em inglês e alemão), sendo assim o mesmo que a *Formationskunde* (ciência das formações) dos geólogos alemães. E, enfim a *geologia histórica* propriamente dita, estudando a evolução terrestre através dos tempos geológicos, desde os mais antigos até aos recentes.

Essa evolução, todavia, documenta-se essencialmente na dos organismos fósseis, quasi todos extintos, vegetais e animais, que se encontram, geralmente diferentes, nas diversas camadas geológicas. O estudo desses "seres antigos" (gr. *pálaí*, antigamente, e *ónata*, entes, seres) ou a *paleontologia* é, pois, indispensável para a *estratigrafia*, constituindo ambas um conjunto praticamente inseparável. A *paleontologia*, relativa às *plantas* fósseis, equivale à *paleobotânica*, e a dos *animais* fósseis à *paleozoologia*, de modo que a *paleontologia* não é outra coisa senão *zoologia* e *botânica* aplicadas aos animais e vegetais fósseis (lat. *fossilis* de *fodere*, cavar: "o que se exerva", extraí da terra).

3. Rochas eruptivas e sedimentárias

Para ter ideia clara do que é estrato ou estratificação, objeto principal da estratigrafia, cumpre lembrar que a crosta sólida da Terra se compõe de duas classes principais de rochas: *eruptivas* e *sedimentárias*.

Eruptivas são as rochas provenientes de erupções das profundezas terrestres, onde, sob grande pressão e calor, a matéria se acha (ou é suposto achar-se) em estado de fusão, constituindo o chamado *magma* (gr. = massa pasta). Dessa magma irromperam partes para cima, invadindo a crosta sobreposta ou derramando-se até por sua superfície. As primeiras, abrigadas de todos os lados, podiam arrefecer e solidificar-se *lentamente*, formando assim rochas bem cristalizadas, de textura geralmente granular, como granito, sienite, diorite, etc. Chamam-se *rochas de profundidade*, *intrusivas* ou *abissicas*, ou também *plutônicas* (de Plutão, deus dos infernos). As massas, porém, que em forma de lavas chegaram até a superfície desabrigada, defriaram e solidificaram-se *rapidamente*, sem tempo para uma cristalização perfeita, apresentando textura muitas vezes porfírica ou até fluidal e porosa, como temos não só nas lavas recentes, mas também, nos porfíros e porfíticos no traquite, na diabase, nos basaltos, etc. São as *rochas de efusão*, *superficiais* ou *vulcanitas* (de Vulcano, deus do fogo).

Todas as rochas eruptivas apresentam-se *minegas*, irregularmente extensas e uniformes em todas as direções, sem disposição em camadas ou estratos. Deve dizer-se o mesmo da principal rocha metamórfica, em parte também de origem eruptiva, o *gneiss* da nossa Serra do Mar e dos morros cariocas, apesar da sua folhação ou chistosidade, que nada tem da verdadeira *estratificação*.

Nas rochas sedimentárias, porém, é que esta se patentiza, sendo por isso elas que interessam em *estratigrafia* quasi que exclusivamente. Só as rochas

sedimentárias nos permitem indagar a história do nosso globo, ou a
gia histórica.

Sedimentárias são as rochas formadas de sedimentos (do lat.
sentar-se, depositar-se) ou depósitos de materias solidas, trazidas geralmente
pelos *aguas*, onde estavam contidas em suspensão ou em solução, resumindo
conforme a isso, rochas sedimentárias *mecânicas* (conglomeratos, granitos,
arenitos, chistas argilosos, etc.) e *químicas* (sal, gesso, minérios, etc.).
Acrecem como menos importantes os sedimentos *orgânicos* (produzidos por
organismos, como é o calcário coralino), os sedimentos *colios* (devidos a
ventos, cujo deus era *Hólo*), os *glaciários*, originados pelo gelo.

Ora, só as rochas sedimentárias são, em sua maioria, *estratificadas* ou
fossilíferas.

Estratificação, como vimos, quer dizer disposição em estratos ou camadas.
Resultam estas da deposição sucessiva, às vezes interrompida ou
cada vez, dos sedimentos. Estes formam leitos, bancos ou lâminas, geralmente
paralelos, entre si, sobrepostos como as folhas dum livro. Cada camada
vezes só da espessura dum lamela, mas de considerável extensão horizontal,
corresponde a um tempo geológico determinado, ainda que relativamente
curto. Sabendo-se, porém, que as diversas camadas sedimentárias, verificadas
nas diferentes partes da terra, perfazem sobrepostas uma coluna de mais
de 50 km., tem-se uma palida idéia dos longos lapsos de tempo, exigidos para
tamanha série de camadas.

E quasi todas essas camadas são *fossilíferas*, documentando assim a
duração da vida sobre a Terra. Fósseis são restos, incluídos na rocha
ou menos mineralizados, de animais e plantas que viviam durante a
formação da respectiva camada, ficando seus corpos envoltos no depósito
que a gerava.

4. *Cronologia relativa segundo as camadas e os fósseis.*

Unicamente as rochas estratificadas com seu conteúdo fossil podem ser
avaliadas quanto à sua idade, pelo menos relativa. As rochas eruptivas
não prestam a isso, porque não encerram indícios certos da data da sua
origem, de per si, possível em todos os tempos. Só indiretamente se indica
vezes, sua idade da dumha rocha sedimentária, quando esta é casualmente
invadida ou atravessada por aquelas.

Toda a nossa cronologia geológica é essencialmente *relativa*, e não
absoluta. Quer dizer, a respeito dum certo fato geológico não podemos avançar
por via de regra, quando ou há quantos anos ele se deu, mas só se é anterior ou posterior a um outro. E para isso oferecem-se-nos dois critérios:

nológicos, o *estratigráfico*, baseado na posição ou disposição de certa camada e o *paleontológico*, fundado nos fósseis nela contidos.

1) O critério *estratigráfico*, resulta da regra fundamental e óbvia de que, em circunstâncias normais, tratando de camadas não, ou pouco, perturbadas, cada camada superior deve ser mais nova do que a inferior, visto que aquela não se podia depositar senão depois e em cima desta. Só em casos excepcionais, devidos a fortes movimentos tectónicos, pode achar-se invertida essa posição relativa, o que, porém, costuma ser local, de modo que a inversão se revela a alguma distância, acompanhando-se a mesma camada até onde ela volta à posição primitiva.

Cabem aqui as duas importantes noções de *concordância* e *discordância*. Quando, depois de se ter depositado uma camada A, (fig. 1), outra, chamada B, se formar em cima, esta ha de conformar-se naturalmente, na direção e inclinação, com a precedente, ficando assim ambas mais ou menos paralelas entre si. São *camadas conformes* ou *concordantes*, que indicam naturalmente que não interveio grande interrupção ou perturbação entre A e B. Frequentemente, porém, vemos camadas (digamos D, fig. 2), estendendo-se em certa posição, sobrepostas a outras (C) de posição diferente, não conformando umas com as outras: é a estratificação *desconforme* ou *discordante*. Nesse caso, naturalmente, deve ter havido, entre a formação da primeira e segunda camada, um certo intervalo, durante o qual a camada inferior e mais antiga (C) foi deslocada da sua primitiva posição horizontal, levantando-se ela ou até dobrando-se. A *discordância* é, por isso, um importante indicio de divisões cronológicas em geologia.

Um caso especial e igualmente importante é ainda a posição ou estratificação *transgressiva* (f. 3), devida a uma *transgressão*, geralmente marinha. Resulta dela do abaixamento duma região até abaixo do nível do mar, inundando êste assim regiões antes não ocupadas, cobrindo-as de seus sedimentos. Revela-se a estratificação transgressiva por se estender (*transgredir*) uma camada G superior, mais recente (a própria *transgressiva*), além de outras inferiores concordantes, chegando aquela a cobrir terrenos F mais antigos, naturalmente discordantes. Tal disposição transgressiva das camadas indica que um mar antigo, depois de ter depositado a camada F, alagou em seguida suas margens, cobrindo-as de recentes camadas G, sobrepostas estas ao antigo terreno litoral E.

O critério *estratigráfico*, para a cronologia geológica, resume-se, segundo o exposto, principalmente a) na sequência vertical das camadas, sendo, na vin de regra, as superiores cada vez mais recentes que as inferiores; b) na presença de *discordâncias* ou *transgressões* na estratificação, ambas indicadoras importantes de divisões cronológicas.

2) O critério *paleontológico* é o principal e geralmente o decisivo para a determinação da idade, sempre relativa, duma dada camada. Reduz-se,

expressão mais simples, à frase: pelo *fossil* reconhece-se a idade geológica. Baseia-se isso no fato, cada vez mais comprovado, de que a cada idade ou época geológico corresponde uma fauna e flora particular, *característica* daquele tempo e seus estratos. São os chamados *fósseis característicos* ou *estratigráficos* (ingl. *index fossils*, alem. *Leitfossilien*, "fósseis indicadores ou guias") que definem a idade geológica. Seu valor cronológico é tanto maior, quanto maior sua distribuição horizontal e quanto menor sua distribuição vertical. Quer dizer, encontrando-se um dado fóssil, p. ex. um trilobite, só numa camada talvez delgada, mas nela em todas as partes do mundo, será esse fóssil verdadeiramente *característico* daquela camada, da época devoniana, permitindo assim reconhecer como tal qualquer camada que esse fóssil for achado.

E' quasi como com as moedas usadas em diferentes épocas da história humana. Encontrando, p. ex., numa sepultura, ao lado do corpo, moedas romanas, concluimos que o morto viveu na época romana; o mesmo, respectivamente, vale dos tempos dos fenícios, de Alexandre Magno, dos Visigodos, da época colonial, etc.

Assim a presença do trilobite *Homalonotus*, numa forma semelhante, em camadas codevonianas da Europa, África, América do Norte, etc., reúne como codevonianas também as camadas chistasas no alto do morro em assenta a cidade paranaense de Ponta Grossa.

A existência de diferentes faunas e floras nos diferentes tempos geológicos está intimamente ligada à evolução da vida sobre a terra. Observa-se o fato que essas faunas e floras fósseis se assemelham tanto mais à fauna e flora atuais, quanto mais se aproximam dos nossos tempos. Há assim certa graduação, começando de formas relativamente simples e bastante raras das atuais e passando sucessivamente por modificações mais ou menos sutis até a fauna e flora do hoje. E' assim que uma determinada fauna fossil representa uma certa altura da evolução orgânica, correspondendo por isso a um determinado tempo geológico.

5. *Facies paleontológica e petrográfica.*

Nem toda diferença entre uma fauna (ou flora) e outra indica diferença de tempo. Como existem hoje simultaneamente diversas faunas e floras, segundo as diversas localidades e climas, em consequência das diversas condições de vida, sendo diferentes os organismos dumha região palustre, dumha outra deserta e arenosa, diferentes principalmente os animais terrestres, rinhos e lacustres, etc., assim também no passado geológico havia tais diferenças locais ou regionais, designadas pelo nome latino *facies* (de gen. *factus*, "face", mas no sentido de configuração, aspecto, apariência, exterior). A *paleontológica* é, pois, um determinado *aspecto* ou caráter do conjunto de fósseis, devido às circunstâncias do meio. O mesmo tempo geológico pode

presentado por diferentes facies paleontologicas, havendo, p. ex., aqui uma fauna marinha, ali outra lacustre e acolá uma terceira terrestre, e contudo todas geologicamente contemporaneas ou equivalentes. É' pois necessário atender bem à *facies* dumna certa fauna, para evitar enganos na aplicação do critério paleontológico.

Essa mudança facial da fauna ou flora vem quasi sempre acompanhada dumna mudança no carácter da rocha, resultando assim também outra *facies petrográfica*. Explica-se isso facilmente pela aludida diferença do meio, sendo forçosamente diferentes os depósitos marinhos, lacustres e terrestres e as rochas das resultantes. Assim pode ser que a mesma idade geológica esteja representada aqui por uma rocha conglomerática, ali por uma arenosa de grés ou arenito, acolá por uma argilosa e chistosa, etc.

Segue-se daí que é falso o critério *petrográfico*, outrora bastante seguido em geologia. Vários nomes, como *carbonífero*, *oolítico*, *cretáceo*, dados a certas divisões geológicas, ainda indicam isso. Julgava-se antigamente do fato que êsses tempos eram essencialmente caracterizados pela formação de carvão, calcário oolítico (ou *oolito* = "pedra de ovos", por se compor de granulos esféricos como ova de peixe) e greda ou crétac, não se encontrando essas rochas em outras idades. Sabemos hoje que nem sempre o chamado *carbonífero* encerra carvão (sendo por isso mesmo preferível o nome simplificado *carboniano*) e que o carvão só acha também em outros períodos, como no permiano do Brasil meridional. Do mesmo modo, nem todo o *cretáceo* é de greda ou crétac, nem toda a greda data desse período.

Não se deve, pois, fiar demais no carácter petrográfico dum certo terreno geológico. Querendo, p. ex., acompanhar no campo (digamos, perto de Lapa no Paraná) a base do permiano sul-americano, a chamada série de Itararé ficariam cedo enganados, se julgassem ser ela formada exclusiva ou principalmente dum conglomerato ou dum tilito glacial; pois de repente interrompem o caminho paredões de grés, muitas vezes intercalados de chistos folheados, pertencendo à mesma série. Ali, como em outras partes, só os critérios estratigráfico e paleontológico nos guiam seguramente.

6. Cronologia ou coluna geológica: éras, períodos, etc.

Esses dois critérios cronológicos permitiram, pouco a pouco, distinguir os vários tempos e terrenos geológicos, cujo conjunto constitui a chamada *coluna geológica*.

Ela exposta num quadro.

COLUNA GEOLOGICA

ERAS	Periodos	Epochas	Côres internacionais	
NEOZOICO	Quaternario	Atual Aluvio = Holocene (Glaciario) Diluvio = Plistocene	Verde desmaia Amarelo gris	
	Terciario	Neogeneo Paleogeneo	Pliocene Miocene Oligocene Eocene Paleocene	Amarelo claro Amarelo medio (enxofre) Amarelo escuro Alaranjado Amarelo cinza es
MESOZOICO (SECUNDARIO)	Cretaceo	superior inferior	Verde amarelo claro (vegetal) Verde amarelo escuro (esmeralda)	
	Jurassico	Oolitico Liasico	Jur. branco ou sup. = Jur. pardo ou medio = Jur. preto ou inf.	Azul claro Azul medio (ultramar) Azul escuro
	Trias ou Triadico		(Keuper) sup. (Muschelkalk) medio (Gres variegado) inf.	Roxo claro Roxo medio (violaceo) Roxo escuro
PALEOZOICO (PRIMARIO)	Permiano	(Zechstein) sup. (Rotliegendas) inf.	Pardo avermelhado (fulvo) claro Pardo avermelhado (fulvo) escuro	
	Carboniano		(Hulheiro) sup. (Culm) inf.	Fusco (côr de carvão) Cinzenito escuro
	Devoniano	(Old red)	superior medio inferior	Pardo amarelado Pardo amarelado Pardo amarelado
Siluriano		Gotlandiano = sup. Ordoviciano = inf.	Verde azulado Verde azulado	
Cambriano	(superior, medio e inferior)		Verde gris	
EO - ou PROTEROZOICO: Algonquiano			Roscoclaro	
AZOICO (ARCAICO): gneiss, chistos, granito			Rosco escuro	

Para sua explicação, sempre notar, antes de tudo, que as diferentes categorias do quadro representam divisões tanto no espaço como no tempo. Cada camada ou conjunto de camadas no espaço corresponde a um determinado tempo geológico, resultando assim divisões estritamente paralelas ou concorrentes, locais (no espaço) e temporais. Os nomes, como devoniano, cretáceo, terciário, plioceno, etc., são idênticos em ambos os sentidos, designando igualmente as camadas como os tempos.

As categorias mesmas, porém, são diversamente denominadas, segundo a acepção no espaço ou no tempo. O que neste, p. ex., se chama um período ou uma época, nomes essencialmente temporais, deve levar outra designação para seus estratos respectivos no espaço, correspondendo ao período o sistema e à época a série. De per si, poderiam usar-se indiferentemente os nomes período ou época, como também sistema ou série, etc. Mas, como em zoologia e botânica se dê um determinado valor aos nomes classe, ordem, família, gênero, assim também em geologia trata-se de fixar internacionalmente a designação das diferentes categorias, tornadas assim bem definidas.

Introduziu-se pois, uma escala dupla descendente, i. é, passando das divisões maiores às menores, tanto no tempo como no espaço, havendo entre elas correspondência:

No tempo:	Era — Período — Época — Idade
No espaço:	Grupo — Sistema — Série — Andar

As maiores divisões temporais costumam, pois, chamar-se éras (do grego = "bronzes" ou "cobres" como moeda, ou partida numa conta; um mero dado, um ano fixo, de que se começa a conta; grande espaço de tempo). Para sua divisão serve de princípio a vida (gr. zōē; zōos, vivo; zōon, vivente animal) sobre a terra: primeiro sua ausência no Azoico ("sem vida"), caracterizada pela falta da vida orgânica; chama-se também "Arcaico" (meio que Arquenho) por ser muito antigo ou primitivo (gr. archaikós). Todas as outras éras com organismos são, por assim dizer, zóicas ("com vida"). Com distinção na história humana a antiguidade, a idade média e os tempos modernos, antecedendo-lhes a todos um tempo mais antigo prehistórico, dividimos também em geologia: Palaeozoico (antiguidade da vida sobre a terra); Mesozoico (idade média da vida) e Neozoico (ou Cenozoico: tempos novos modernos da vida), precedendo a essas três como anterior (gr. proletrios) a Proterozoica, chamada também Eozoica ("aurora da vida"). Resultam assim ao todo as cinco éras citadas. (Acercentar com os norte-americanos ainda a última éra Psicozoica, caracterizada pela "Psyche" ou "alma", espiritualidade do homem, parece desnecessário e pouco lógico, deslocando o princípio da divisão).

No espaço, cada conjunto de camadas, relativo a uma Era, chama-se Grupo (termo internacional de origem germ.). Ha, pois, o grupo azoico, enozoico, leptoconoico, etc.

As éras dividem-se temporalmente em *periodos* (gr. "ciclo", giro), categoria importantíssima, por abranger as divisões principais ou, por assim dizer, centrais em geologia: Cambriano, Siluriano, etc. Localmente, ou no espaço, corresponde ao período o *sistema* (gr. "composição", conjunto), nome posto no Congresso Internacional de Bolonha. Em vez de *sistema* usa-se *terreno* (segundo o fr. *terrain*) ou *formação* (seg. o ingl. e alem. *formation*).

As subdivisões do período chamam-se *épocas* (gr. *epoché*, "detenção", rada, interrupção de tempo, por um acontecimento importante; tempo interno por este). Temos assim, no período terciário, as *épocas* paleocena, obesa, etc., chamadas segundo sua representação local no espaço séries. No Brasil, p. ex., o sistema (ou terreno) Permiano abrange as séries de Itararé, Taboão e Passa-Dois, sendo elas *épocas* temporalmente.

Essas épocas (séries), enfim, subdividem-se em *idades*, resp. *andares* (fr. *étage*). Sobressai, p. ex., na série Taboão o *andar* (a idade) Bonito de carvão.

7. Cores internacionalmente adotadas para a representação das épocas

Para os mapas geológicos, pelo menos os que abrangem regiões extensas e se destinam ao uso internacional, como o grande mapa internacional da Europa, é de vantagem adotar uma cor determinada para cada época geológica. Escolheram-se assim as seguintes:

Holocene:	verde desmaiado.	Triádico:	roxo.
Plistoceno:	amarelo gris.	Permiano:	pardo avermelhado.
Plioceno:	amarelo claro.	Carboniano:	cinzento escuro.
Mioceno:	amarelo médio.	Devoniano:	pardo amarelado.
Oligoceno:	amarelo escuro.	Siluriano:	verde azulado.
Eoceno:	alaranjado.	Cambriano:	verde gris.
Paleoceno:	amarelo, cinza escuro.	Arcáico:	cor de rosa.
Cretáceo:	verde amarelado (de folha).	Eruptivas:	tons de carmin e ou vermelho vivo.
Jurásico:	azul.		

As subdivisões (inferior, médio, superior = eo, meso, neo), representam-se, dando à parte superior cor mais clara e à inferior cor mais escura, p. ex. no Jurásico: azul claro, azul médio, azul escuro, e assim no Cretáceo, Triádico, Permiano, Devoniano, Siluriano, etc. No Carboniano, pode-se dar visão superior "hulheira", que costuma ter carvão, mais ou menos a cor

O uso dessas cores, onde for possível, facilita muito a leitura e a interpretação dos mapas geológicos. Para o Brasil verdade é, onde falta p. ex., o Jurásico quase por completo, há certo inconveniente em renunciar a uma cor tão característica como é a azul, recomendando-se por isso às vezes alguma diferenciação na escala supra.

8. Duração presumível dos tempos geológicos.

Já vimos que a cronologia geológica é essencialmente relativa, não absoluta. Contudo, têm-se feito muitas tentativas para calcular aproximadamente os anos que podem ter durado as eras ou os períodos da história terrestre. O melhor método para isso baseia-se no fato de que as substâncias radioativas (minerais de Urânio e Torio) fornecem em certo lapso de tempo certa quantidade de Hélio, contido por isso nas rochas em proporção crescente com a idade delas. Chegou-se assim a números que podem dar uma palida ideia da longa duração dos tempos geológicos, principalmente paleozoícos. Sirva de prova intuitiva a seguinte graduação comparativa, baseada em cálculos moderados:

		Anos
Uma geração humana	menos de	40
A história moderna	mais de	400
Os tempos históricos todos	" "	4.000
" " préhistóricos	" "	40.000
O período Quaternário	" "	400.000
O período Terciário	" "	16.000.000
O Mesozoico	cerca de	40.000.000
O Paleozoico	" "	400.000.000
O Arcoíco	" "	1.000.000.000

É inútil dizer que a exatidão desses números está na razão inversa do seu crescimento.

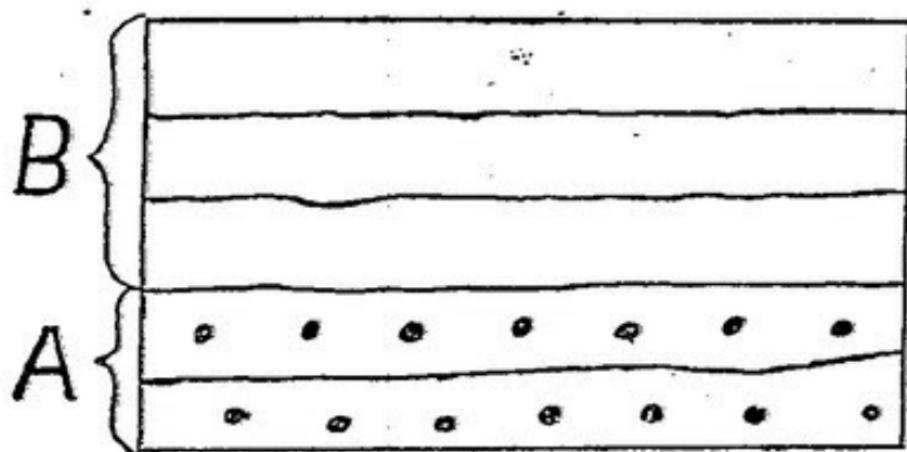


Fig. 1.

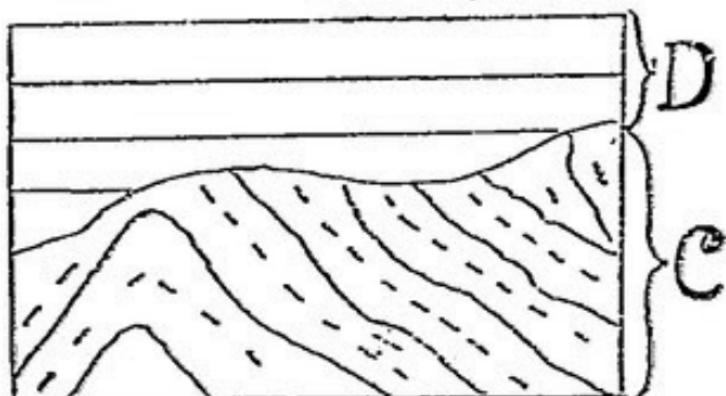


Fig. 2. Estratificação discordante

FISIOLOGIA VEGETAL

CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITARIA, REALIZADO PELO
 PROF. ALVARO BARCELLOS FAGUNDES,
 NO JARDIM BOTANICO.

PRIMEIRA LIÇÃO

Introdução

PROTOPLASMA — SUA NATUREZA FÍSICA E QUÍMICA

A medida que evoluem as ciências naturais, aumenta a necessidade de sua subdivisão. Assim as diversas fases da botânica são hoje compreendidas por especializações que constituem outras tantas ciências correlacionadas entre si.

A fisiologia, que estuda o comportamento dos organismos vegetais, não pode prescindir de conhecimentos de anatomia, pois há uma íntima relação entre forma e função.

Outro ramo da botânica próximo à fisiologia é a ecologia. A primeira é essencialmente ciência de laboratório. Procura estudar os fenômenos isoladamente, controlando e separando, tanto quanto possível, os fatores externos e internos.

A segunda observa o comportamento da planta em seu ambiente natural em relação ao meio físico e aos outros organismos. Esta não dispõe, portanto, dos métodos experimentais, quantitativos, que a primeira pode usar, mas seus estudos repousam sobre observações de relações perfeitamente normais, livres de interferências das condições de laboratório.

Nosso estudo deve começar pela consideração do elemento indispensável à vida, seu fator primordial: o protoplasma — chamado com tanta precisão por Huxley em 1868: "The physical basis of life".

Rösel von Rosenhof e O. F. Mueller, pioneiros da protozoologia, que creveram amostras em 1755 e 1773 respectivamente, foram provavelmente os primeiros observadores do protoplasma.

Foi, no entretanto, Felix Dujardin quem primeiro considerou esta substância responsável pela vida dos organismos. Ele propôs-lhe o nome de *Sarcodina* em 1835: "Je propose de nommer ainsi ce que d'autres observateurs ont nommé une gelée vivante, cette substance glutineuse, diaphane, insoluble dans l'eau et se contractant en masses globuleuses, s'attachant aux aiguilles de dissection et se laissant étirer comme du mucus, enfin se trouvant dans tous les animaux inférieurs interposée aux autres éléments de structure". Hugo von Mohl e Schleiden, que lhe propriedades semelhantes: "niemals einen klaren wasserigen Saft... sondern... eine Zahflüssige Masse", e propôs-lhe em 1846 o nome de *Schleim* ou *Protoplasma*.

O protoplasma tem sido submetido a um grande número de análises químicas. O material é geralmente colhido de espermatozoários de peixes e de plasmodios de mixomicetos. Os primeiros são formados quasi que exclusivamente de substância nuclear, enquanto que os segundos constituem grandes massas de protoplasma quasi sem diferenciação.

As análises têm em geral revelado as nucleoproteínas como sendo os constituintes mais importantes do protoplasma, tanto sob o ponto de vista qualitativo quanto em relação à atividade celular.

A análise do *Fuligo varians*, realizada por Lepeschkin em 1923, trouxe a composição seguinte:

Água	82.6 %
Materia seca	17.4 %

Na matéria seca:

A — Substâncias solúveis na água:

Aminos ácidos, bases de purina, asparagina.....	24.3
Materia albuminoide.....	2.2
Monossacarídeos	14.2

B — Substâncias insolúveis na água:

Nucleoproteínas	32.3
Ácido nucleico livre.....	2.5
Globulina	0.5
Lipoproteínas	4.8
Gordura	6.8
Filosterina	3.2
Fosfatídeos	1.3
Materia orgânica não desidratada.....	3.5
Materia mineral.....	4.4

As nucleoproteínas, que constituem a maioria da matéria seca do protoplasma, são essencialmente combinações do ácido nucleico com proteínas. O ácido nucleico é por sua vez o resultado de combinações de ácido fosfórico com certas bases orgânicas.

A matéria gordurosa do protoplasma compreende gorduras propriamente ditas e lipoides, isto é, substâncias semelhantes às gorduras, mas não se decomponem pelos alcalis.

Os hidratos de carbono são em geral pentoses no protoplasma de animais e hexoses no protoplasma das plantas.

A quantidade de água existente no protoplasma é considerável. Células em plena atividade vital contêm de 85 % a 95 %. Esta percentagem raramente desce abaixo de 70 %, salvo no caso de células que estão em repouso, como os esporos, cujo protoplasma pode ter até 10 % de água.

Sharp afirma que "nenhuma substância tem maior significação na vida de um organismo do que a água, e houve quem dissesse, com muita razão, que um organismo vivo não é mais do que uma solução aquosa em que estão dispersas substâncias coloidais de grande complexidade".

Os resultados da análise química do protoplasma só têm um valor muito relativo para fundamentar quaisquer conjecturas a respeito de sua composição. Em primeiro lugar a análise inclui material ergástico (produtos de metabolismo, reservas nutritivas, etc.).

Em segundo lugar os tratamentos drásticos envolvidos em todo processo analítico poderão determinar, em substâncias de tão grande complexidade e delicadeza, o aparecimento de compostos que não tenham existência normal no protoplasma.

Apesar destas limitações, os métodos analíticos nos fornecem muita luz a respeito dos tipos de substâncias encontradas no protoplasma e sua proporção relativa.

Mais importante para a compreensão da natureza do protoplasma é a sua estrutura, a sua organização, pois, como diz Sharp, é em virtude de sua organização físico-química específica que o protoplasma serve de base às atividades regulares que caracterizam os organismos, tais como metabolismo sintético, irritabilidade, reprodução e adaptação. Esta organização não é, naturalmente, revelada pela análise química.

Antes de nos referirmos às teorias que se têm formulado sobre a estrutura protoplasmática, consideraremos algumas de suas propriedades físicas.

As descrições de Dujardin e Von Mohl exprimem com clareza certos características universais do protoplasma.

Apesar de sua grande quantidade de água, o protoplasma é insolúvel neste líquido.

Elasticidade e viscosidade são propriedades físicas típicas do protoplasma e difíceis de determinação quantitativa.

Freundlich e Seifriz conseguiram, porém, obter alguns dados a respeito daquelas propriedades, por meio de um método muito engenhoso. Ele

mediram a resistencia oferecida pelo protoplasma à passagem de uma pequena particula de níquel (15 micra de diametro) quando solicitada pela foice de um magneto. A marcha da particula não é uniforme, indicando, portanto, uma heterogeneidade de estrutura.

Quando a atração magnetica é interrompida, a particula volta a correr sua trajetoria, retornando à posição original, evidenciando assim a fluididade do meio em que está imersa.

Eles observaram que a viscosidade do protoplasma de animais é em geral maior do que a do protoplasma de plantas.

Pfeffer, atando minusculos pesos a uma porção pendente do plasma de um Chondrioderma, conseguiu observar um coeficiente de ruptura de 210 mgm. por milimetro quadrado.

O protoplasma, visto ao microscópio, apresenta, além do hialoplasma, é um líquido incolor e opticamente homogêneo, muitas granulações de natureza, forma e tamanho diversos.

Esta estrutura heterogênea tem levado muitos citologos a distinguir o protoplasma vivo do protoplasma destituído de vida, ou metaplasma. Segundo Hopkins não podemos falar em substância viva e morta na célula, pois que a vida desta é o resultado de um equilíbrio dinâmico que se mantém em um sistema polifásico. Seifriz, porém, pensa de forma diversa. Diz que em um vegetal superior não consideramos como substâncias vivas as células das folhas, as reservas nutritivas armazenadas nos tuberculos, etc., bora elas sejam indispensáveis à economia da planta. Da mesma forma que o protoplasma ter os seus constituintes destituídos de vida, as suas reservas nutritivas, o seu ambiente interno.

Em muitos casos a exclusão de substância vacuolar e de outras granulações visíveis não tira ao protoplasma suas propriedades características. Assim Chambers, tendo centrifugado o protoplasma de ovos de urquina doce, observou que a porção hialina, livre de granulações visíveis (exceto glicogenos) continuava manifestando atividade e sofrendo clivagem.

Segundo Wilson é no hialoplasma aparentemente sem estrutura que se pousa o problema real da organização citoplasmica.

E' verdade que muitas granulações entrevistas pelos citologos não sentam estruturas normais e resultam de coagulações causadas pelos processos de fixação. Fisher tratou proteínas puras por métodos histológicos e obteve formações semelhantes às granulações descritas pelos citologos.

As teorias clássicas sobre estrutura protoplasmica têm, portanto, valor muito relativo, pois o que os seus proponentes viam eram estruturas secundárias, artificiais.

Estes diversos tipos de estrutura podem até aparecer simultaneamente na mesma célula.

Estas teorias serão expostas unicamente pelo seu valor histórico. A crítica é desnecessária na maioria dos casos, pois seus pontos fracos sãofeitamente óbvios.

A Teoria Granular foi formulada por Altmann (1893) e por Hans (1882), levados pela apariência granular que o protoplasma fixado apresentava ao microscópio. Hanstein chamou estas granulações de microsomos e Altmann comparou-as a bactérias de vida independente. A célula tornava-se assim uma colônia de microorganismos aos quais devia sua vida.

As Teorias Fibrilares principais são duas: filar e reticular. A primeira foi proposta por Flemming (1882) que considerava o protoplasma formado por muitas fibras (mitoma) banhadas por um líquido (paramitoma). A segunda devida a Frommann (1865) considera o protoplasma constituído por fibras entrelaçadas formando uma rede em três dimensões, cujas malhas teriam de 0,5 a 2,0 micra de diâmetro. Para uns este retículo tem universalmente uma significação anatômica, as reações vitais dependendo do hialoplano ou enquilema que o banha. Outros consideram o próprio retículo a sustância viva, o líquido que o banha proporcionando-lhe unicamente ambiente e nutrição.

Segundo a *teoria alveolar*, que Bütschli propôs em 1894, a estrutura do protoplasma seria semelhante à de uma "espuma" alveolar, cujos globulos fossem líquidos em vez de gaseosos. Taylor e Seifriz observaram estrutura alveolar em alguns tipos de protoplasma.

PROTOPLASMA E ESTADO COLOIDAL

As propriedades fundamentais do protoplasma bem o caracterizam como um sistema coloidal. A superfície de suas interfases é enorme e lhe confere alta capacidade de absorção. Esta é responsável pela grande intensidade das reações químicas que se operam em seu seio. Para a realização das mesmas reações fora do protoplasma são necessários valores muito maiores de temperatura, concentração, pressão, etc.

Um outro característico dos sistemas coloidais é a facilidade com que sofrem mudanças no estado de dispersão, que lhes transformam profundamente as propriedades físicas. O protoplasma apresenta esta sensibilidade eletrônica ao mais alto grau. A sua coagulação pode ser determinada pelo calor ou por muitas substâncias químicas. O processo de "fixação" tão comum em certa citologia não passa de um fenômeno de coagulação. Como tal, pode causar grande alteração em estrutura e originar observações errôneas.

Embora seja hoje universalmente aceita a natureza coloidal do protoplasma, ainda há algumas divergências quanto ao tipo ou tipos de estruturas coloidais que ele possui.

Clowes o considera um emulsoide em que há, com grande facilidade, inversão de fases. A teoria emulsoide teve seu precursor em Bütschli, que descrevia a estrutura que ele descrevia como uma "espuma líquida" só pode ser a de uma emulsão.

Segundo Seifriz a teoria emulsoide não se harmoniza com muitas propriedades mecânicas do protoplasma, entre elas a elasticidade.

Ele aceita que sua estrutura seja micelar, semelhante à de uma gel.

O termo "micela" foi pela primeira vez usado por Nægeli (1884) referindo-se aos grupos moleculares que formavam a estrutura do protoplasma e de outros coloides.

Esta discordância não nos permite afirmar que a estrutura protomolecular seja exclusivamente emulsoide ou micelar, mas não nos enfraquece a convicção de que sua natureza é essencialmente coloidal, pois só este tipo é compatível com suas propriedades físicas características e com sua alta vitalidade química.

Introdução ao estudo das variações individuais específicas no reino vegetal

CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, REALIZADO PELO

DR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVEIRA,
NO JARDIM BOTÂNICO

Aula inaugural

Quem quer que se detenha, mesmo momentaneamente, observando as folhas de uma árvore ou uma plantação de determinada espécie cujas sementes foram lançadas à terra na mesma ocasião, há, de certo, de notar a grande variação de tamanho encontrada quer num quer noutro caso. Si esse fato prende a atenção de um leigo, certamente absorve a de um cientista imenso no seu mistério de indagar a causa dos fenômenos, tentando pelo menor grau de aproximação a expressão relacional entre o princípio determinante e o efeito que dele resulta. As observações sobre tais variações podem ser distribuídas em duas séries de indagações:

- 1.º — indagações sobre hereditariedade;
- 2.º — indagações sobre os indivíduos, desconhecendo-se-lhes as origens.

As primeiras se dispõem em torno do mendelismo e de outros tipos de hereditariedade, envolvendo o mutacionismo, presumivelmente dentro dos problemas de herança mendeliana. De alta relevância, esta série de indagações foge, entretanto, do terreno em que colocamos o problema, pois apenas não é permitido o exame de indivíduos ou de partes de um indivíduo, abstraindo-se as investigações sobre as células sexuais, únicos elementos capazes de selecionar a questão do ponto de vista gamético, porquanto a sua apreciação, bordinando-se o estudo ao cálculo das probabilidades, recairia nas proposições já estabelecidas e previstas pelo método da educação.

As segundas tornam-se relativamente mais fáceis de ser pesquisadas porque são unicamente passíveis de ser tratadas do ponto de vista matemático, prendendo-se não somente às curvas de flutuação, como também a e índices outros que a estatística nos permite estabelecer. Si quisermos,

gundo o exemplo dado, ter a compreensão nítida da variação das folhas de determinado indivíduo, tomaremos uma certa quantidade delas, tendo o cuidado de retirá-las de ramos diferentes e em diferentes estados de crescimento procedendo-se em seguida às mensurações de comprimento e largura de cada qual, sendo os resultados dispostos em tabelas adrede preparadas.

Em seguida construiremos graficos, tanto para o comprimento quanto para a largura, atendendo às regras que o método gráfico aconselha. Já aí poderemos apreciar claramente como se dispõem as variações e ter idéia precisa não só da média, quanto dos limites mínimo e máximo de crescimento. Mas as indagações não param neste ponto. É possível ainda fazer-se estimativas de modo a obter índices diversos, reveladores de intensidade de variação, da sua extensão e, entre outros, os que patentizam as inter-relações de comprimento e de largura, de modo que, dada uma certa medida referente à largura, se poderá prever qual o comprimento a ela correspondente. Estudos sobre variação, ou melhor, sobre variabilidade, tomaram grande desenvolvimento desde as aplicações feitas por Lambert, Adolph Quetelet, em meados do século dezenove, da estatística às ciências biológicas. Francis Galton e Karl Pearson continuaram, desde fins do século passado, as mesmas investigações e o último ainda é hoje o orientador da escola inglesa de biometria.

L. Blaringhem, definindo os caracteres flutuantes, diz:

"— Dispõendo-se de um número considerável de indivíduos criados nas mesmas condições, diz-se que um caráter comum a esta população é flutuante quando sempre se pode achar um estado intermediário entre dois estados tão próximos, quanto possível, do caráter"; e o mesmo autor lembra essa definição a correspondente à do contínuo dada pelos geómetras. Mencionando, Blaringhem acha que os biometristas admitem que esta confusão exprime a adição das reações a um grande número de fatores que têm igual importância, de tal sorte que a apresentação constatada sobre cada indivíduo parece ser a resultante de um conjunto complexo de causas, o qual podemos indicar precisamente e dizemos muito simplesmente tratar-se de acaso. Não deixa ele, entretanto, de ser estudado matematicamente, conhecendo-se-lhe as leis.

E' assim que as oscilações que nos dão o valor do afastamento dos caracteres flutuantes em relação a um valor medio-típico de uma população obedecem à lei matemática dos desvios. Mas, para isto, não devemos esquecer-nos nunca de que as observações devem ter passado pelo critério da estatística, afim de serem expurgadas dos erros ocasionais ou sistemáticos. O desvio preso, no que diz respeito à sua frequência, é intensidade. Assim, quanto maior for a intensidade do desvio, maior será a sua frequência.

A disposição desses desvios em relação à média se faz segundo a distribuição dos coeficientes do binomio de Newton, isto é, segundo os termos indicados do desenvolvimento da expressão $(a+x)^m$.

Descendentes de indivíduos puros deveriam dar indivíduos iguais, muito próximos da média, mas a pureza é rara, e, assim, se encontram

tipos mais diversos e mais afastados por um determinado caráter, tornando possível a construção de uma curva de distribuição onde aparecem distintamente os pontos mínimo e máximo de variação e a máxima intensidade de variação ou *dominância* de variação. O espaço compreendido entre os pontos mínimo e máximo nos indica a amplitude de variação. As denominadas constantes estatísticas, isto é, a média, a mediana, e a moda, nos permitem avaliar gráficos de distribuição e de intensidade. Por elas, vamos muito mais além conseguindo a obtenção dos índices da variabilidade e do desvio padrão, fórmula de ajustamento e, no caso de séries diversas, de todas as indicações concernentes ao fenômeno da correlação.

Mas de onde provém a variabilidade? Surge em primeiro lugar da impureza das linhagens e, depois, da ação do meio externo sobre os embriões ou sobre os seres em desenvolvimento. A impureza de linhagens ou as versidades de pares alelomórficos nos entregam séries e séries de tipos, muitos dos quais, até, novos, que a análise factorial revela e explica. Ajunte-se ainda a ação dos fatores externos, múltiplos e de intensidades diversas, complexos pelas combinações com que entram e atuam sobre o ser vivo, e temos indivíduos da mesma origem gamética apresentando-se diferentemente de ponto de só se tornar possível a compreensão de certos fenômenos apelados para o neaso biológico, encarado pelo prisma do cálculo das probabilidades.

Especies lineares consideradas uniformes e passíveis de alterações dentro da curva individual permitiram, depois de análises mais acuradas, o desdobramento de espécies lineares em dezenas de espécies jordanianas. Isso quer dizer que o fenômeno de variabilidade é muito complexo, muito maior que se pode pensar *a priori*, porque alguns tipos considerados como variantes individuais da mesma espécie podem ser representantes de espécies diferentes.

A questão dos genotipos e dos fenótipos demanda tempo e muito trabalho para ser resolvida. Em alguns pontos, apenas, se percebe a luz indicando o verdadeiro caminho a seguir; em outros sómente interrogações nos espiam, interceptando, por enquanto, a passagem. Só o problema das plantas cultivadas é um mundo, pois, ignoramos desde quando o foram e quais processos usados para a conservação dos tipos mais aptos economicamente. Segregação? Hibridações? Talvez mais certo seria dizer hibridações e segregações, porque o centeio, o trigo, o milho, etc., são complexos específicos que nos deixam perplexos diante dos seus desdobramentos. O *Triticum vulgare* Vill., espécie linear, se desdobra em cerca de 4.000 pequenas espécies.

Vavilov, nos últimos anos, tem procurado estabelecer a sistematização das variedades de certas plantas e conseguiu, para algumas, quadros de separação a que chamou séries *homólogas*, tentando estabelecer-lhes as leis. As linhagens se dispõem então segundo caracteres repetidos em grupos de subdivisões, facilitando a classificação de um exemplar dado. Surge, dest'arte, a análise de variabilidade.

Autropova e Toupikova empreendem estudos sobre a variabilidade centeio, com o maior sucesso no que diz respeito à analogia precitada.

As variações estudadas por Vavilov são atinentes a pequenas espécies, passando para o terreno da Genética, se referem a unidades fenotípicas. Resta, entretanto, a interrogação sobre a possibilidade de se referirem bem às unidades genotípicas. Este é, entretanto, um problema muito complexo que, sómente, a continuidade de pesquisas poderá solucionar damente. O que está fóra de dúvida é que as espécies lineanas se subordinam a séries de variações análogas, permitindo quasi sempre a construção de tabelas elucidativas. O mesmo fenômeno de analogia se patentiza nas variações dos gêneros de uma determinada família fanerogâmica, como se observar no modo pelo qual a folha varia em determinados gêneros. É comum encontrar-se a folha diminuindo gradativamente de um comprimento máximo até um mínimo que corresponde mais ou menos ao comprimento mínimo do gênero afim. Esse último fenômeno é o que os cientistas chamam *ciclo definido de variabilidade*, o que, transportado para o terreno matemático, significa ser uma variação senoidal cujos períodos podem ser de ampla diversidade.

O estudo dessas variações se prende imensamente nos problemas relativas à pureza das raças ou das espécies, isto é, à verificação do pedigree, esquecendo que um dos pontos básicos nessa pesquisa é a verificação da uniformidade nos diferentes estádios de desenvolvimento do ser e a constatação de que as diferenças ocasionais, isto é, passíveis de ser expurgadas pela seleção, sejam de menor importância.

A flutuação é aplicável às populações não selecionadas, porque nenhuma das tendências é para a constância. A's linhagens puras e impuras devem ser também fazer a aplicação das curvas unimodais e plurimodais, à semelhança do que fez Quetelet para o estudo dos tipos humanos. É preciso não esquecer os estudos realizados por Johannsen sobre a hereditariiedade em populações e em linhagens puras. Sabemos atualmente o cuidado que se deve ter na pesquisa de flutuações, mesmo quando os indivíduos apresentados são gênicos, porquanto, às vezes, só o são aparentemente. Pelo que foi dito, é fácil depreender a complexidade do assunto bem como o interesse que pertence nos domínios científicos o problema da variabilidade dos tipos.

A cidade nos séculos XVII e XVIII

Uma arte luso-brasileira — O engenho de açúcar

CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, REALIZADO NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

PELO DR. PEDRO CALMON.

PRIMEIRA CONFERÊNCIA

A cidade do Brasil era a Bahia, capital da colônia e seu maior porto, dos governos civil-militar, eclesiástico e judiciário, centro de um sistema ionizador que se distribuía, irradiando, por todo o nordeste, entreposto comércio português e o grande mercado de negros d'Africa. A topografia contrariava-lhe o desenvolvimento, porque não a fundaram, em 1549, cidade opulenta e larga, simão para fortaleza e castelo posta no alto da serra, entre vales, defendida pelos fossos naturais que por três faces corriam depressão, com águas livres rolando entre verdura. Por isso as suas ruas eram ladeiras, rompendo pela encosta caminhos penosos, e à ilharga da maré, suspensos sobre os paus, em padrasto, os solares se erguiam hostis, os paredões fechados de seteiras, mixto de palácios e fortins. O último e maior exemplo dessa arquitetura episódica lá está ainda de pé, com a pedra d'água sobre o dintel, voltando para a baixada de Guadalupe os flancos de prédios que têm contrafortes agressivos: é o *paço da ladeira do Tesouro*, construído no meio do século XVII.

A topografia tornou ali indelevel a divisão primitiva da cidade, seus dois bairros, o do alto e o de baixo, o fortificado e o comercial, o nobre e o burguês, "castrum", ou "castellum", e "civitas" — a repetição da hierarquia das cidades medievais. Pelo tempo adiante, continuaram a morar na Praia, aberta, mercantil, imagem das de Lisboa, com as suas lojas e casas, um trapiche dos padres, os escritórios, a burguesia, e na parte alta os solares, os fidalgos, que tinham engenho no recôncavo, e a meia fidalguia repudiava a vida de negócios. O engenho levou o "castrum" para o recôncavo, levantou o "castellum" ao pé de uma maquinaria industrial; associou à cultura a militaridade, e fez a vila, característica do século XVII — "castro" — ainda nitidamente aristocrática. O título de senhor de engenho tornou-se

turalmente nobiliario; foi um recurso, tambem, de incitamento nos trabalhos agricolas, ou de fixação de uma classe d'armas que parecia inadaptavel ao pacífico grangeiro da lavoura.

O pão setecentista! E' um casarão sem nenhuma das pequenas decorações da fachada joannina: quadrado, espesso, conventual, na sua massa curvas, mas suas linhas retas sem proporcionalidade, na sua algidez sem alegria. A arte jesuítica dos solares era ainda mais sombria que a das igrejas, entretanto, num interior doirado, reuniam em harmonioso conjunto o luxo do maneirismo e o tropicalismo escultórico da Renascença luso-hespanholo-barroco. Nenhum ornamento além daquele escudo pesado, como um fragmento de timpano: nenhuma outra pedra esculpida ou cornijamento ousado, ou posta que acenasse uma aspiração de beleza. E' um Brasil barbaro, vanguardista, místico, entrincheirado em alvenaria que ai se enterreira. A porta nobre abre para um vestíbulo forrado de azulejos seiscentistas. Ha uma sala interna fronteira, que comunica com um corredor escuro, e uma escada de pedras que sobe, levando ao andar superior. Lá estão as senzalas, eis a fidalguia, os escravos moram em baixo, nas alfurjas terreas, cujos respiradouros têm grande careceres; o morgado habita o alto, salões desguarnecidos, cuja vastidão de um teto apainelado, lembra os pagos portugueses, como o de Vígora, que se desdobram nas mesmas peças. Ha luz, batendo os silharinhos azulejos, que ainda não formam os desenhos e a história dos painéis cerâmicos do século XVIII: porém não ha mobiliário, que dê ao espaço todo de galeras e salas um aspecto familiar. Nem quadros, nem tapetes, nem flores: apenas a mesa, as cadeiras Luiz XIII, algumas de espaldar estofado, panoplias e armas nos muros, bofetes e catres.

Não é crível o viajante Pyrrard de Laval, quando diz ter encontrado na Bahia, em 1610, "grande e bela casa... bem atapetada e mobiliada." "O Pier, em 1699, notou que "portugueses e hespanhois não se preocupam" com o mobiliário, sendo notável a pobreza do pão dos governadores gerais, reconstruídos aliás em 1665.

Raras seriam então as casas com os seus moveis trazidos do reino, alguma tela flamenga. A mobília era aí mesmo feita, trabalhada a jaqueta por artistas da terra, que interpretavam variamente os estilos e nos faziam uma arte nativa, na impureza das suas cópias e adaptações. Comegava a arte balbuciente por negar o valor à figura, abastardar os motivos portugueses, substituir por uma flora afro-americana à flora ocidental, e os tipos casoides da sua ornamentação pelas carrancas parecidas com os *totems* orichás da África. O colono português corrige essa tendenciosa do colonialismo, obrigando-o a reproduzir a arte europeia. Sómente na decoração dos templos não obteve a submissão completa do entalhador. Por isso a igreja-silêncio dos séculos XVII e XVIII encerra, como escrínios folheados d'ouro, o segredo da inspiração nacional, a profecia do espírito brasileiro, os prelúdios de uma desabrochante civilização.

Devérás, sómente ha esplendor no culto divino. A vida da classe é quasi miserável, e a aristocracia não se dá à ostentação de ter muita

ou um fausto perdulario, simão de andar na serpentina suspensa de hombros dos negros. A cidade é de si triste, mercantil, entregue a espadachins e violeiros, onde o crime por amor ou por ciúme prospera, beneficiado pelas Ordemões, que não punem o assassinato da mulher adultera. O engenho sobrelevava. A aristocracia vivia no reconceavo, enfundada em morgados, entre os escravos, habitando solares, junto das casas de mel, ainda desinteressada da capital, que a não atraíria simão em pleno século XIX.

A evolução da arte, porém, processa-se rapidamente, enquanto a sociedade define a sua índole, os costumes se tingem de cores proprias, crêa-se uma literatura, uma economia se fixa, um ritmo administrativo aumenta, desdobra a *cidade* — ao raiar do século XVIII. Díramos como Garrett: “E’ a reação católica edificando templos para que se creia e se ore, não porque se erô e se ora”. O viajante Coréal, por 1680, exaltava a Bahia: “Não vi lugar onde o cristianismo se apresente mais pomposo do que nesta cidade, seja quanto à riqueza e multidão das igrejas, dos conventos e religiosos, em quanto à feição devota dos fidalgos...” Paramentos e alfaias dos templos bahianos admiraram a Froger, em 1659, encantado sobretudo pela igreja dos Jesuitas. “O Colégio jesuítico, soberbo e magnífico, talvez não houvesse em França o que lhe comparasse”, confirma o autor anônimo de uma relação de viagem, em 1703.

Com a normalidade econômica sobrevinda à paz de Holanda (1654), completam-se os grandes edifícios (a Sé, o Colégio, o Paço do Governo), fazem-se palácios com uma intuição artística definida, e os mestres do risco incorporam à cidade brasileira os portais de cantaria inspirados pelos do paço do arco de Santo André, do palácio da Sereia, do Porto, ou do paço de Calheiros... Na arquitetura civil, a fachada recebe sacadas exuberantes, porém as janelas de vergas simples não têm outro papel decorativo: o luxo, a arrogância, a prosapia se refugiam no portal, que se enriquece pela conjunção de um moldurado e de um florão, que aspira a uma representação heráldica. Até barroco, em pleno reinado de D Pedro II de Portugal, a casa permanece equilibrada no seu sereno traço, marcada solidamente pelos pilares de cunha e enseitada; depois de 1620 (no Brasil depois de 1670), por pináculos de encroamento da fachada, aticas isoladas sobre as vergas da janela, às vezes uma escadaria exterior comunicando ao conjunto a majestade de uma entrada monumental, como a do solar de Mateus, de Vila Real, no reino, que no século XVII se reflete no da Quinta dos Padres, e no século XVIII no que foi o conde dos Arcos, duas construções típicas do Brasil colonial.

O barroco traz a concha. Dá-lhe a etimologia (barroco, português, espécie de perola, um molusco, causa de mar) e marca-lhe a origem: que a renovação do mundo, que o produz (Wöefflin) — vem dos descobrimentos marítimos das navegações lusitanas, do predomínio do oceano nos destinos humanos. Concha centraliza todo o sistema decorativo; é uma idéa-tipo e uma idéa-força, é a base de uma combinação infinita de desenhos, que ao perderem a simetria, livres, se denominam *rococós* (a partir de 1725).

O portal ganha a sua complexa enfloração no paço de Saldanha, que de 1701 - 1750, mediocre palacio seiscentista que parece um acessório do portico, ligado à sacada, como foi do gosto Joaquim e Josefino, e ladeada por figuras que são uma tradução sub-tropical das "hermes", do palacio de Charles Gallas, de Praga. Então os telhados se acorueham à chinesa — influenciados pela arte manuelina do que nos dão notícias os negociantes do oriente, — o lejo conquista os interiores, a linha curva do barroco transforma a casa suíte, ao caráter linear sucede o *pintoresco*, segundo Wölfflin) e a arquitetura se movimenta, aligeira, perde a gravidade do risco seiscentista, com as arquitraves interrompidas, o excesso de ornamentação, os molduras pitorescos, o relevo das impostas, a mansarda quebrando a monotonia dos telhados, como no paço de Oeiras, a complexidade do entablamento, formando teiramente novas, que coincidem com um diferente sentimento popular, revolução filosófica, outra ideologia. No Brasil essa interdependência, de fato, é idéia, determinada por Platão, vista por Pusey, formulada por Heinrich Wölfflin, é dramática no século XIII, ao assenhorear-se o inquieto e colonial da própria imaginação, para escabujar o seu delírio em pedra e madeira, como o Aleijadinho nas Minas Gerais, como os entalhadores misteriosos das igrejas da Bahia. A aurora do Brasil purpureia-se com um crepusculo misterioso, só o *rococo* é uma decadência.

Eles tudo modificaram: a linha arquitetural, desprezando os modelos, sendo do mobiliário, as leis da escultura decorativa, as convenções da pintura alegórica. Em Minas, é mais sensível essa libertação artística, porque se subtrai a capitania à dependência da metrópole. Mas na Bahia os mestres, a partir de José Joaquim da Rocha, que inicia a "escola bahiana", aggiornando aos elementos universais da cena os assuntos locais, dão um lugar ao inovador farfalhante, que os toreticos também distinguem pelos seus painéis talha, entre os areojos setecentistas e franceses, e fazem *folklore* nas relíquias da sacristia de S. Francisco e da sala capitular. O convento de S. Francisco e a sua incomparável igreja barroca são de 1713-1720: nesse livro de pedra e cedro se guardam as melhores impressões da arte luso-brasileira, a confidencialidade e os misterios da imaginação mestiça, os vagidos da estética própria dos nossos climas, das raças que se transfundiram no povo, da tormentada história brasileira.

A sociedade no princípio do século XIX

CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, REALIZADO NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

PELO DR. PEDRO CALMON.

10.ª CONFERÊNCIA

A' vespresa da Independência a população do Brasil adquirira a sua característica definitiva. Nos campos de lavoura do litoral, nos campos de criação do interior, nas crescentes condensações urbanas, um tipo "brasileiro" substituia o português, o negro, o índio ou o mulato dos primeiros tempos. Apenas esse "brasileiro" era mais mulato na região agrícola da costa, mulato na zona equatorial, mais ariano nos climas sub-tropicais, retendo no seu matiz as vicissitudes históricas do povoamento e os efeitos das raças originárias. Os costumes, naturalmente, variavam segundo a economia, o ambiente, a organização social, associativos e fixadores no litoral, displicentes e guerreiros na savana pastoral, imutáveis no *sertão pobre*, onde o colono imita o índio e se entibia numa vida sem iniciativas. Havia de correr para a história política do país, para a incorporação ao seu patrimônio jurídico dos direitos modernos, para a eclosão de um espírito nacional os agricultores sedentários do litoral, que mandavam os filhos à Universidade de Coimbra, mantinham nas Camaras municipais um zélo hereditário pelos negócios públicos, participavam do governo local e também, pelos seus membros destacados, do governo geral, nas juntas, conselhos ou tribunais, e davam ao Estado a riqueza, a elite da milícia, o clero, a fidalguia colonial.

A sociedade antes da Independência não se confinara ainda nas cidades, vivia fartamente nos engenhos d'água, uma existência retraída, que era, seu modo, de fausto e orgulho. Nas cidades aposentavam os burgueses comércio e os funcionários, os militares pagos e os nobres em trânsito. Os lares, os paços, as vivendas branquenhas emergiam das terras de agricultura, o seu vulto grave, e no seu isolamento, separadasumas das outras por mui-

caminhos, acentuavam a majestosa independencia. O Brasil exagerara, um espelho convexo, os preconceitos da metropole. Lá, entre os aristocratas dos séculos XVII e XVIII, reinava pela profissão mercantil o desprezo próprio e um povo que queimava os judeus, que eram todos negociantes. Brasil a gerir pelos negócios vinha depois da prosperidade; era um lusitano colono feliz. O burguês reinô, não raro judaizante, começava como homem de trato, escambando merecimentos. Enriquecia e punha engenho. Passava para o engenho deixava a loja ao socio, como se abandonasse uma capa e humilde: enobrecia-se no ocio rural. Na cidade, na loja, no trânsito, fôr sempre o burguês sem perspectivas sociais, sem pergaminhos, nem respeito ao senhor d'engenho facilmente se fazia fidalgo-escudeiro, vestia a espada vermelha da corte, pendurava no pescoco uma comenda da Ordem de Cristo e empunhava um bastão de capitão-mor das ordenanças do seu distrito.

Depois da chegada do príncipe regente D. João uma revolução proletária transformara esses hábitos, antigos de dois séculos: o Rio de Janeiro era a categoria de capital do reino e sede da monarquia portuguesa. Milhares de pessoas vindas com a corte ali introduziram as práticas, as festas, o esplendor de Lisboa, e a gente abastada do Brasil se sentiu vivamente atingida pelas encantadas da urbanização. Deveras, esse movimento de concentração das elites brasileiras era anterior à transmigração do regente: data comégo do século. Em 1808 o conde da Ponte, capitão-general da província iniciaria a construção do Teatro de S. João, acabada em 1812: esse edifício de cinco ordens de camarotes curvando o proscenio para o fundo colunado imperial era um símbolo da nova vida do Brasil, impresso pela arte, abrindo à cultura braços ansiosos, traduzindo em francês o deslumbramento ante as novidades ineríveis do século — a sua filosofia, a sua política, a sua alegria, a sua estética. Os passeios públicos, aparentemente hortos botânicos, de fartos jardins ingleses feitos para a conversação, a meditação, a elegância dos encontros, corrigiram por sua vez as ruas largas por onde os aristocratas não se arriscavam a pé, e a ausência de educação assídua entre as famílias: foram novos "adros de igreja", oferecendo o apetite de sociabilidade dos homens curiosos do tempo. Essa sociabilidade inglesa, tão diversa da dos séculos anteriores, reduzida quasi exclusivamente às reuniões na igreja, era ainda uma imitação da Europa, substituia os clubes, os "squares", e permitia que se falasse de causas comprometedoras que a toda gente interessava, quais as idéias revolucionárias, os livros da literatura, os últimos discursos do parlamento britânico, a literatura, a maçonaria, a democracia... D. Luiz de Vasconcelos faz no Rio o seu passeio público, é, desde logo, sítio preferido dos estrangeiros; o conde dos Arcos e o seu na Bahia, que se tornou uma auto-sala da cidade. Defluem do público e do teatro a biblioteca pública, como centro de estudos, onde ospiritos ávidos de sensações literárias se desalteram: a elite cidadã se distrai e empalidece a sociedade dos engenheiros, em proveito das cidades que filtram o exotismo e refrangem as luzes do século. Entre 1808 e 1822

cidades se transformam, na sua arquitetura, na sua higiene, na sua propriedade, e a fidalguia as habita na estação das chuvas, distanciando-se dos engenhos isolados, tristes. Os governos naquele período acompanham esforço formidável que faz D. João, para tornar o Rio de Janeiro digno de trono: remodelam as arenosas cidades de ruas desníveladas, trocam-lhes os rotulos por gelosias, arejam-lhes as casas escureas, abrem-lhes os salões e festas, restauram a importância da mulher na vida mundana, que se estabelece.

Porque D. Carlota Joaquina e os infantes, após a penosa e inémoda viagem, tivessem de cortar os cabelos para livrar-se dos parasitas, as damas cariocas puseram abaixo as suas austeras melenas e se pentearam "a Titus".

Se é possível precisar — na Bahia por exemplo — o ano decisivo dessa transformação, ele foi o de 1817, quando a Praça do Comércio ofereceu ao conde dos Arcos o seu famoso festim em estilo nobre, já nos salões ingleses do mais inglês dos nossos monumentos coloniais. Os convidados passavam de 300, mas as mulheres não chegavam a 70. Não havia mais senhoras e senhorinhas na Bahia que quisessem, rompendo com a tradição, mostrarem tão esplêndido baile: entretanto, as que lá estiveram vestiam tão ricos vestidos, ostentavam tão formosas joias, que uma corte se honraria delas. Naquele baile os burgueses da alta finança, os agricultores do reoucavo os negociantes rudes e opulentos se confundiam: eles também não se separaram nos celebres bailes de D. João VI e de P. Pedro I, no Rio. Não fôra possível no Brasil cavar-se um sulco entre as classes e distinguí-las por fronteiras sociais duráveis. O fidalgo arruinado reflorescia aliando-se à abastada burguesia, que lhe doirava escudos e com ele ascendia ao paço real. Por outro lado, os homens se mostravam mais sensíveis a uma comenda de Cristo e a uma carta de merecimento do que à antiguidade e tradição de longos quos avós: ficara no país a certeza de que, em terra nova, quasi vazia, tudo era diferente de Portugal, e mais valia alguém pelo que tinha, do que pelo que fôr. Era mentalidade comum do país de imigração, geito de povos em formação e misturados, fatalidade dos casamentos exogâmicos, da miscigenação complicada dos colonos... quando ser branco dos quatro costados já era ser superior, e ter padre na família — documento daquele arianismo equivalia a ter braço no teto dos Vendos de Cintra...

O resultado da subita urbanização fôra um distanciamento maior entre o campo, o sertão, o tipo pastoril da população, e o litoral impregnado de "fascinação francesa", de que falaram Tollenare e Boucher de La Richardson. Mais o sentiu, em 1822, o príncipe D. Pedro, quando recebeu em S. Paulo a visita do velho capitão-mór Vicente Taques vestindo um remoto uniforme rubicundo do tempo do marquês de Pombal...

Mas o conforto da cidade e o seu luxo estavam longe, mesmo no Rio, na Bahia e em Recife, dos modelos europeus. As casas arejaram-se, lueram da influência inglesa (dominante até 1816) janelas espaçosas, uma escadaria desafogada, numa amplitude burguesa e comoda, mas continuaram a abrigar

nos porões a escravaria, e às vezes 60 e 70 pessoas, segundo Vilhena, opulência afirmava-se no meio de transporte. Porem deixaram as cadeiras de laca e tejadilho achincasado, e os coches não eram numerosos. A corte real, em 1808, só possuía um carro, que trouxera na frota, e era dos serviços diários de D. Maria I. Na Bahia, em 1760, apareceram as primeiras seges, mas devido às indeiras extremamente ingremes, sólida cadeira de ruas, de sanefa de couro, faziam-lhe as vezes. Conta o inglês Lindley, esteve na Bahia por 1802, confirmado neste passo por Ferdinand I, que os transeuntes se mostravam abismados de encontrar uma senhora, Lindley, a pé, sem a sua cadeirinha. Foi aquele viajante quem observou a transição dos costumes, com a abertura de um estabelecimento, por um siso italiano, com concertos diários e jogos de cartas duas vezes por semana.

Martius, quinze anos depois, viu nos cafés maior tendência para jogos de cartas e dados e em certas farmácias reunidas sociedades partidárias para tais divertimentos. Onde não havia salões literários, nem damas instruídas que exercessem uma ação estimulante, como as Du Maine e as Lanterne Tercin e as Geoffrin, a botica era o salão e o farmacêutico o Mecenas. De um sabemos, que foi homem de larga e persistente influência, João Batista de Figueiredo e Melo; no Rio, Evaristo da Veiga tinha na sua loja livros da rua do Pescador o mesmo refúgio intelectual, herdado mais num período de inocentes devaneios poéticos, pelo impressor Paula. Era ainda, vibrante de inspirações generosas, eloquente, os ecos literários, a botica — academia do princípio do século, onde se sentava um tempo emplastro e teoria, balsamos e Constituições...

Mas era o tempo em que, por tomar hábito no Desterro a filha de rico comerciante, os navios embandeiravam em arco e havia fogos de artifício por duas horas. Nas suas cadeirinhas, indo à igreja, poucas mulheres vestiam à europeia; geralmente trajavam saia, camisa bordada e manta e se enrolavam inteiramente, depõe Dénis. Os homens, mais em contato com a moda forasteira, vestiam *paletois* e *fracks* à inglesa, apareciam os elásticos redondos, em sucessão dos bicornios ou timões, mas em casa conservavam vestidos leves, o abandono, o desalinho, de que nos deixaram traços fisionômicos os desenhistas Debret e Rugendas, nos seus cartões fidedignos. eram os moveis, em 1810, poucas casas tinham tapetes e quadros, e nenhuma em todas as mesas aristocráticas que se comia com talheres, uso que não se atribuía a Pombal, de regresso da sua missão à Inglaterra. As festas particulares terminavam com os batinaques dos negros, numa econografia alegre, muito barbara e muito sensual, que o escandalizado Lindley comparava às orgias das baianadeiras da Índia. As visitas entre as famílias (dava o convite o governador conde de Palma) e a crescente inter-comunicação dos habitantes sucediam à primitiva misantropia e determinavam o enriquecimento das ruas, o melhor policiamento das ruas, o aperfeiçoamento e requinte das maneiras que Martius e Ferdinando Dénis registraram. Este notou, em 1818, a riqueza nas casas particulares, em contraste com o palácio do governo.

mal mobiliado que grandes baneos substituiam, ao longo das paredes caiaadas os cadeirais — onde os hábitos ingleses ainda preponderavam, desde os meados ás dausas, das roupas á baixela. D'Orbigny, que na Bahia esteve em 1834, achou-a caiaada, próspera, perfeitamente habitável, apesar dos seus terços de negros, os mulatos equiparados aos brancos, a sociedade distinta pelas boas maneiras — que uma geração bastara para a europeizar.

Pasma todavia o viajante, ante a lassidão, a incoercível preguiça que retardava os movimentos áquela gente de modos gentis, de conversação polida e vida aparatoso. Vilhena, nas suas Cartas de 1802, atribui justamente essa indolência á multidão de escravos, que banira o trabalho das classes dinheirosas, envilecendo-o, como mistério de captivos — fenômeno visto em S. Paulo pelo morgado de Mateus.

Os cronistas estrangeiros não são bem de crer no capítulo da cultura observaram superficial e rapidamente. Concordam sempre em atribuir ao clero o monopólio das belas letras. Admirou-lhes o clero liberal, afrancesado, imbuido da literatura revolucionária, falando francês, e do qual pareceu chefe, em 1820, frei Francisco de Santa Tereza de Jesus Sampaio, que entabulava a um negociante francês do Rio, que o divulgou em livro: "Gosto muitos franceses, porque são homens esclarecidos". Esses padres e frades políticos pertenciam ás lojas maçônicas, conspiravam, traduziam os autores franceses, projetavam as reformas nacionais, comunicavam-se, e ao povo, a ideologia da França, assim no Rio e na Bahia, em Recife e na Paraíba. Almeida Garrett notou este contraste entre os eclesiásticos daqui e de Portugal: que os brasileiros eram exaltados liberais e os lusos inabaláveis ultramontanos. Igreja forneceu, na crise da Independência e nos dramas do Primeiro Reinado, batalhões, mártires, apóstolos, arrebatados aos conventos — acasaladas também de doutrinário democrático — pelas tempestades da época. E era natural a interferência dos religiosos nos problemas do país, desde que eles continuavam a exercer na sociedade a alta missão do clero colonial: educador, apaziguador, conselheiro, a levar à família a instrução, que a Igreja dava o Estado, a assistência espiritual mais necessária no meio barbado e dispersivo, em que havia violências primitivas, e erros de origem — equilíbrio moral. Lian-se tão poucos na cidade, antes da biblioteca pública, que só os conventos possuíam as suas livrarias, ou de volta de Coimbra traziam os filhos dos fidalgos, para adornarem os paços do Reconevedo. Informáveis exceções de ilustração, Arruda Camara, José Bonifácio, José Silva Lisboa, os mais cultos brasileiros, o professor de gramática latina e em Minas das Contas encontrou a Martius com a sua erudição clássica e padre Agostinho Gomes, cujo elogio fez Ferdinando Denis. A agitação política, precursora da Independência, rasga os véus á inteligência, atrai todos os livros do momento, familiariza com Rousseau, Condorcet e Mably, com Montesquieu, Constant e Volney os leitores do Brasil, e improvisa uma cultura média, de literatura impaciente e racionalista, que o jornal político começou de 1821, as assembleias maçônicas, o folheto de doutrina divulga-

e espalham pelo país todo. Ha um seculo, ha meio seculo, nos inventos coloniais surgiam como boeados d'ouro num confusão de trapos, um exemplar dos Lusiadas, objeto penhorável, como joia, alguns livros de cavalgada o Peregrino da America ou os Sermões de Vieira, a História de Roeha ou a Vida de Anchieta do padre Vaseonecellos. Entretanto, em 1817, o viajante Marthus: "Algumas pequenas livrarias, onde em vão se procuram as fugições da literatura brasileira, não levam a se fazer alto conceito das gencias científicas dessa movimentada cidade comercial".

Tudo, realmente, chegava tarde ao Brasil. O economismo de Adam Smith retardou-se de várias décadas, o constitucionalismo francês, de 30 anos, de 17 o romantismo, que tantos anos medeiam entre as "Contemplações de Lamartine" e os "Suspiros Poéticos" de Magalhães, e assim, tão demoradamente nos vieram a instrução superior, a reação industrial, a imigração branca tituindo a negra, a colonização racional da terra, os institutos de cultura, a civilização complexa, mecanica, tormentada e universalizante do seculo XIX. Ao seu contato, porém, aquele Brasil tolhido, igrejario, escondido por um véu de rótula, balançado em cadeiras d'arruar, revelou a vigorosa individualidade, própria e inassimilável, que lhe garantiu, em 1822, uma Independência gloriosa, em 1824 um regime adiantado, em 1828 uma inquietação parlamentar digna dos grandes países, em 1831 a sua experiência democrática, a proclamação de 1840 uma monarquia culta e estética, que Alberdi considerou o "milagre" do Brasil.

LEGISLAÇÃO

LEGISLAÇÃO

Conselho Universitario

SUMULA DAS ATAS DE SUAS SESSÕES

(De 5 de Janeiro a 15 de Dezembro de 1932)

Primeira reunião ordinária de 1932, realizada nos 5 de Janeiro de 1932, sob a presidência do Sr. Reitor da Universidade, Senhor Professor Fernando Augusto Ribeiro Magalhães.

Após a leitura da ata da sessão anterior, o Sr. Reitor dirige ao Conselho algumas palavras relativamente à Comissão Especial reorganizadora da Escola Nacional de Belas Artes e à colação de grau dos novos arquitetos.

Passando-se à ordem do dia, é unanimemente aprovado o PARÉCER n.º 2, da COMISSÃO DE ENSINO E RECURSOS, favorável ao requerimento em que ALVARO HUMO GONÇALVES pede permissão para revalidar o diploma de médico, que lhe foi conferido pela Universidade do Estado de S. Paulo.

Também unanimemente aprovado é o PARÉCER n.º 2, da mesma Comissão, opinando pela aceitação do voto favorável da Congregação da Escola Politécnica à proposta do professor Cantanhede, no sentido do restabelecimento da cadeira de Topografia, lecionada em dois períodos letivos.

Lido, depois, o PARÉCER n.º 1, da COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E REGIMENTOS, a propósito do pedido de incorporação à Universidade do Rio de Janeiro da Faculdade de Ciências Políticas e Económicas do Rio de

Janeiro, formulado pelos alunos da mesma Faculdade, obtém unânime aprovação Conselho Universitário, devendo, porém, sobre o assunto manifestar-se, previamente, a comissão de ensino e recursos.

Procedendo-se à leitura do PARÉCER n.º da mesma Comissão, sobre o requerimento em que o sr. Franz Kaludi pede se tornar extensiva a concessão ao arquiteto Henri Saajes, para a revalidação de diploma na Escola Nacional de Belas Artes, o Conselho Universitário resolve aprová-lo unanimemente.

Sendo lido o PARÉCER n.º 1, da COMISSÃO DE ORÇAMENTOS E BENCIA PATRIMONIAL, o Conselho Universitário aprova o pedido de concessão de passos na Estrada de Ferro Central do Brasil, feito pelos representantes do Diretório Acadêmico da Escola Minas, desejosos de comparecerem, eventualmente, às reuniões do Diretório Central dos Estudantes, nesta Capital, de que o referido Diretório demonstre a licidez de sua constituição.

A seguir, entra em discussão o PARÉCER n.º 2, da COMISSÃO DE ORÇAMENTOS E BENCIA PATRIMONIAL, contrário à pretensão Angelo Gurk e outros, alunos do curso especial de arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes, que solicitam a devolução de taxas de matrícula e de frequen-

pagas no ano de 1931, sendo unanimemente aprovado.

O Sr. Reitor, à vista da resolução do Conselho Universitário, autoriza o Diretor da Escola de Belas Artes, a quem os suplicantes também se dirigiram, a indeferir-lhes o requerimento.

O Sr. Reitor passa a ler o relatório do inquérito relativo ao caso do professor Gastão Bahiana, apresentado pela Comissão Especial, para esse fim nomeada, o qual recebeu a aprovação do Conselho Universitário, ficando resolvido que esse trabalho seja entregue ao Sr. Ministro.

E' distribuída ao professor Ruy de Lima e Silva, da comissão de ensino e recursos, uma consulta feita pelo Dr. Leonel Gonzaga, sobre a remuneração a ser atribuída ao docente livre agregado à catedra e incumbido pelo professor catedrático de executar no seu curso normal parte do programa oficial.

Primeira reunião extraordinária de 1932, realizada nos 25 de Janeiro de 1932, sob a presidência do Sr. Reitor da Universidade.

Antes de começar os trabalhos do dia, o Sr. Reitor fala sobre o desaparecimento dentro os vivos da figura do professor Carlos Porto-Carrero, a cuja memória teve elogios, recebendo a aprovação do Conselho Universitário.

O Professor Julio P. Porto-Carrero agradece ao Sr. Reitor e ao Conselho Universitário essa manifestação de pesar.

Comunicando o Sr. Reitor que o Sr. Ministro deseja seja feita uma revisão do Regimento Interno da Universidade, o Conselho Universitário resolve, por proposta do professor Gastão Gomes, nomear uma comissão especial para esse fim, composta dos senhores professores: Cândido de Oliveira Filho e Archimedes Memória.

O Sr. Reitor refere-se ao fato de haver recebido da Diretoria Geral de Contabilidade uma comunicação no sentido de serem taxados em 10.000\$000 cada um dos Institutos universitários para o custeio do Conselho Nacional de Educação, no que o Sr. Reitor respondeu dizendo penosa a si-

função dos Institutos, que não dispõe dos meios para fazer face às suas pressões e às da Reitoria.

E' unanimemente aprovado o n.º 3, da comissão de orçamentos e da patrimonial, relativo ao movimento financeiro da Reitoria de maio a dez de 1931.

O Professor Flávio Ribeiro declara conseguido ainda saber qual a situação dos professores da Escola de Belas com respeito a vencimentos.

Perguntando o professor Gastão ao Conselho Universitário se o nome de um Instituto universitário pode exercer também as funções de assistente de professor, o Conselho manifesta-se negativamente.

A outra pergunta do mesmo professor o Conselho diz que o professor deve por não fazer parte da Congregação, ser candidato à docência livre.

O Sr. Reitor declara que o Conselho Universitário deve congratular-se com o Governo pela oficialização da Faculdade de Direito e pede ao professor Cândido de Oliveira Filho transmitir à Congregação o regozijo do Conselho por esse grande Governo Provisório.

O professor Cândido de Oliveira Filho diz que a oficialização foi pleiteada em virtude da redução nas taxas, determinadas pelo Governo, taxas que não eram elevadas ao colejado com as que abrangiam os Institutos de ensino secundário.

Salienta o fato dos professores da Faculdade haverem lecionado por largos anos com remuneração plenária e até sem ela.

Pede a palavra o professor Azevedo do Amaral, que diz estar certo do triste pensamento do Conselho Universitário quanto à inserção em ato de um reconhecimento ao benemerito brasileiro que há 40 anos fundara esse Instituto.

O professor Azevedo do Amaral dizendo ser grande a sua satisfação, afirma estando a prova do que sempre afirmou: o Brasil pode fundar e manter instituições de ensino livre.

O Sr. Reitor declara que é justamente o que é proposto pelo professor Azevedo do Amaral.

Refere-se nos jurisconsultos que por lá passaram, lembrando o último Presidente do Conselho de Ministros, o Visconde de Ouro Preto, e o Conselheiro Cândido de Oliveira.

A Segunda Reunião Extraordinária do Conselho Universitário realizou-se nos 8 de Março de 1932, na sede da Reitoria, sob a presidência do Prof. Fernando Augusto Ribeiro Magalhães.

E' lido o parecer n.º 3, da comissão de ensino e recursos, relativo à consulta do Dr. Leonel Gonzaga, sobre a remuneração que deverá caber ao docente livre agregado à catedra e incumbido, pelo professor catedrático, de executar, no seu curso normal, parte do programa oficial.

Após debate, ficou resolvido, por sete votos contra seis, que a gratificação pleiteada só pode o docente receber quando tem turma confiada a sua responsabilidade ou cursos complementares autorizados pelo C. T. A., vale dizer, nos casos em que o referido Conselho julgar que deve ser remunerado.

E' lido o ofício n.º 52, da Diretoria da Faculdade de Direito, expondo ao Conselho Universitário uma dúvida, surgida no seio do Conselho Técnico-Administrativo daquela Faculdade com relação nos direitos e prerrogativas dos docentes livres.

A respeito apresenta uma proposta o Prof. Ezebio de Queiroz Lima, a qual é aprovada.

O Prof. Porto-Carrero pede conste da ata o seu voto vencido sobre a proposta do Prof. Leonel Gonzaga, do mesmo assunto.

Sendo posto em discussão, pelo Sr. Reitor, o recurso de vários candidatos ao exame vestibular na Escola Politécnica, Inabilitados na prova escrita de matemática, o Conselho, após longo debate, resolve, por unanimidade, negar provimento ao referido recurso, considerando, portanto, eliminatória a prova escrita do exame vestibular.

Sendo lido o ofício n.º 78, da Diretoria da Faculdade de Direito, relativo ao recurso dos quartanistas, que pretendem fazer conjuntamente, na primeira época do corrente ano letivo, os exames das cadeiras que lhes faltam do quarto e do quinto

ano, o Conselho resolve negar provimento ao recurso, embora o C. T. A. tenha o parecer favorável à concessão pedida.

O Sr. Reitor diz que o Conselho se agrada com a presença do Prof. Queiroz Lima, que pela primeira vez toma parte suas reuniões na qualidade de Diretor Titular da Faculdade de Direito.

O Sr. Reitor encerra os trabalhos da reunião, tecendo elogios à memória de Brinon, e propõe ao Conselho que se ofereça à Embaixada Francesa, comunicando o que no mesmo Conselho causou o desaparecimento do grande estadista gaulês.

Segunda Reunião Ordinária, realizada 5 de Abril de 1932.

E' unanimemente aprovado o parecer n.º 4, da comissão de ensino e recursos, relativo ao pedido de transferência do professor Joaquim Sodré, nos seguintes termos:

"A Comissão de Ensino e Recursos do Conselho Universitário, tomado conhecimento do que requer D. Joaquim Sodré, é de parecer que não foram servidas as disposições legais. A transferência deve ser proposta à Colegiação por um de seus membros e deliberará de acordo com os textos que em vigor, cabendo ao Conselho Universitário a homologação ou não."

E' igualmente aprovado o parecer da comissão de ensino e recursos, autorizando o Sr. Reitor a contratar os professores indicados pelo Conselho Técnico-Administrativo do Instituto Nacional de Seda.

Também unanimemente aprovado o parecer n.º 6, da comissão de ensino e recursos, favorável às alterações propostas pelo Conselho Técnico-Administrativo da Escola Politécnica e relativas às cadeiras de Portos de Mar e Motores Termicos, Aerodinâmica e Estabilidade.

Sobre a proposta de instituição de curso livre da Língua Italiana na Universidade do Rio de Janeiro, é lido o parecer n.º 7, da comissão de ensino e recursos, opinando para que o Sr. Chiarappa autorize a cada um dos estabelecimentos de ensino superior da Universidade.

Pede a palavra o Professor Lima e Silva, para comunicar ao Sr. Reitor e aos membros do Conselho Universitário, solicitando-lhes o comparecimento, que na Escola Politécnica, às 14 horas do dia 25 de corrente será feita a entrega ao Dr. Sampaio Corrêa do diploma de "Professor Emerito", a quem, em razão dos excepcionais serviços prestados no magistério, o mesmo Conselho conferiu essa alta distinção.

O Sr. Reitor lembra a passagem, no dia 3 de outubro vindouro, do centenário da fundação da Faculdade de Medicina e sugere ao Conselho a cunhagem de uma medalha comemorativa dessa festiva data.

Terceira Reunião Extraordinária — 12 de Abril de 1932.

O Sr. Reitor declara ao Conselho que, por determinação do Sr. Ministro da Educação dirigiu aos diretores dos institutos componentes da Universidade o ofício-circular n.º 164, de 26 de Janeiro último, recomendando fosse observado o disposto no art. 64 e parágrafos, do Dec. n.º 19.851, de 11 de Abril de 1931.

Surgindo uma dúvida quanto à contagem de tempo de magistério, o Conselho esclarece que, para efeito de jubilação ou aposentadoria, só se deve contar o tempo de catedrático.

É unanimemente aprovado o PARECER N.º 4, da COMISSÃO DE ORÇAMENTOS E ECONOMIA PATRIMONIAL, favorável à aprovação do orçamento interno da Faculdade de Direito.

Pede a palavra, para uma explicação, o Professor Cândido de Oliveira Filho e diz que o orçamento da Faculdade de Direito teve por base os vencimentos já aprovados pelo Governo, para os corpos docentes e administrativo da Faculdade de Medicina.

O Professor Flávio Ribeiro, dizendo que, com o máximo prazer, assinou, como membro da Comissão, o parecer em debate, pede permissão para relembrar a disparidade entre os institutos da Universidade, quanto aos vencimentos dos professores, frizando que havia uma injustiça talvez cruel em manter-se os professores da Escola Nacional de Belas Artes em tão espaçada diferença, em relação à remuneração dos

outros membros do corpo docente e tutores universitários. Nesse sentido para o Conselho.

O Sr. Reitor declara que dos cônscritos nos institutos e na Reitoria cabe culpa, nem ao Conselho Universitário à situação financeira que somos.

Sendo lidos os requerimentos dos graduandos do curso jurídico desta Faculdade de Minas, pedindo seriação especial que lhes proporcione a formação 4.º ano, o Professor Cândido de Oliveira Filho propõe seja preliminarmente ao Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Direito, o que receberemos do Conselho Universitário.

A uma consulta do Professor Francisco Menezes sobre a competência para dar as aulas três dias antes das parciais, a pedido dos alunos e da Faculdade, isso para terem tempo a rever a matéria e esta de tirar quando necessário, o Sr. Reitor responde que o caso deve ser incluído no Regulamento Interno e, enquanto este não é feito, fica o Diretor autorizado a agir o caso.

Terceira Reunião Ordinária — 12 de Abril de 1932.

O Professor Rocha Vaz pergunta ao Conselho se os diretores dos institutos universitários podem negar certidões de matrícula para fins de direito e o Sr. Reitor responde que, a menos que a Comissão considero secreto o assunto, as devem ser passadas.

A uma consulta do Professor Ruy, sobre si os professores ultimamente tratados para o Instituto Nacional de Ciências podem tomar parte nas suas Congregações, com os mesmos direitos autorizados aos catedráticos, o Professor responde negativamente e o Dr. Leitão da Cunha diz que a lei expressamente a lei do ensino consolida o disposto no art. 113, do Dec. n.º 19.852, de 11 de Abril de 1931.

Pede a palavra o Professor Ruy e Silva, para expor uma dúvida que existe na Escola Politécnica quanto ao

SUMULA DAS ATAS DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

do Dec. 19.851, cuja finalidade, parece, é evitar a matrícula de um estudante, simultaneamente, em duas academias e não em mais de um curso do mesmo instituto.

O Sr. Reitor declara que a lei se opõe a que o estudante se matricule, concomitantemente, em mais de um curso serido.

O Professor Lima e Silva obtempera que, assim, muito sofrerá a Escola Politécnica, extinguindo-se provavelmente o curso de engenharia industrial.

Pede a palavra o Professor Azevedo do Amaral e propõe seja permitido aos alunos já matriculados simultaneamente em mais de um curso serido da Escola Politécnica prosseguirem nesses cursos, o que recebe aprovação unânime do Conselho Universitário.

A uma pergunta do Professor Gastão Gomes, o Sr. Reitor responde que os exames de segunda época na Faculdade de Direito estão previstos em lei -- art. 45, do Dec. 19.852.

O Professor Leitão da Cunha diz que a 2.ª época de exames na Faculdade de Medicina é regulada pelo art. 137, § 1.º, do referido decreto e nas Escolas Politécnicas e de Minas, pelo § 1.º do art. 178, do citado decreto.

O Sr. Reitor faz uma exposição dos cursos de extensão universitária, organizados para o corrente ano. Refere-se também aos mandatos universitários e pede, de acordo com o Estatuto da Universidade, autorização para serem publicados os programas dos mandatos universitários, autorização essa unanimemente concedida pelo Conselho Universitário.

O Professor Azevedo do Amaral, referindo-se à cerimônia da entrega do título de professor emerito da Universidade ao Prof. Dr. José Mattoso Sampaio Corrêa, cerimônia realizada na Escola Politécnica, sob a presidência do Sr. Reitor, pede a inserção nos Anais dos discursos naquela solenidade proferidos pelos Professores Sampaio Corrêa, Luiz Cantanhede e Jéronymo Monteiro Filho e pelo Reitor da Universidade, assinalando o que de elevado encerram aquelas orações, como afirmação da Universidade do Rio de Janeiro.

O Prof. Gastão Gomes declara que a Escola do Minas se congratula com a Es-

cola Politécnica por não auspicioso tratamento.

Sendo lido pelo Sr. Reitor o requerimento em que o Prof. Joaquim Pinheiro, substituto da Faculdade de Direito da Escola, solicita sua transferência para a Universidade, o Conselho resolve, apertado, que o requerimento deve ser encaminhado ao Governo, desacompanhado de qualquer informação, por se tratar de apropriação de funcionários pelo mesmo.

Entrando em discussão os requerimentos em que os torcedoristas do curso Juiz da Universidade de Minas e os dos professores e servidores pedem modificação na mesma matéria, de sorte que lhes seja possível a conclusão do curso de ciências exatas e sociais no 4.º ano, em vez do 5.º, o Conselho Universitário, embora o Sr. Reitor tenha declarado que igual privilégio aos estudantes de direito de São Paulo foi deferido pelo Governo, mantém contrário à atual, por 6 votos contra 1. O Prof. Azevedo do Amaral justifica seu voto favorável, não só devido à posição do Sr. Reitor, como acatando a opinião do Prof. Cândido de Oliveira.

Acompanham esse ponto de vista os professores Gastão Gomes, Guilherme de Almeida e Furtado de Mesquita.

E' lido o ofício n.º 59, em que o reitor do Instituto Nacional de Música faz constar o contrato com a célebre cantora Marguerite Long, para a realização de um curso de aperfeiçoamento no mesmo instituto, já tendo recebido a autorização do respectivo Conselho Técnico-Administrativo.

E' aprovada a proposta, cometida pelo Conselho Técnico-Administrativo, de criação do referido curso de aperfeiçoamento.

Segundo lidos os postos em discussão, os requerimentos em que José Esteves e Augusto José de Souza Chaves e Gonçalves Barreiros solicitam permissão para revalidar os diplomas que lhes foram conferidos pela Escola Brasileira de Teologia do Rio de Janeiro, o Prof. Leitão da Cunha diz que, à falta de prazo para regulamentação da vida escolar, devem os requerimentos indeferidos, o que é vedado pelo Conselho.

Quarta Reunião Extraordinária — 17 de Maio de 1932.

O Professor Archimedes Mémoria presta esclarecimentos a respeito do ofício número 102, de 16 de Maio de 1932, remetendo à Reitoria o plano de adaptação organizado pela comissão especial, relativo aos alunos matriculados na vigência da anterior lei de ensino, recebendo aprovação do Conselho Universitário.

Entrando em discussão o ofício n.º 49, de 13 ed Abril do corrente ano, da Diretoria do Instituto Nacional de Música, encaminhando a proposta do professor Agnelo Gonçalves Viana França, aprovada pelo Conselho Técnico-Administrativo, a relativa ao contrato da senhora Maria Lucia Branco da Silva, para rege, pelo prazo de cinco anos, a cadeira de piano, funções que já exerce, interinamente, desde dezembro de 1927, em virtude de portaria do então Ministro da Justiça e Negócios Internos, fica resolvido pelo Conselho Universitário, contra o voto do Professor Azevedo do Amaral, que o contrato com a Sra. Lucia Branco da Silva deve ter a duração de um ano.

E', após discussão, distribuído à Comissão de Ensino e Recursos o requerimento em que o Sr. Antônio de Almeida Neves, presidente do Diretório Acadêmico, solicita, por equidade, que a média dos trabalhos escolares seja calculada levando-se em conta três quartos das maiores notas alcançadas pelo aluno no decurso do período ou períodos de cada disciplina.

É igualmente distribuído à Comissão de Ensino e Recursos o ofício n.º 211/d, de 2 de Maio último, em que o Sr. Diretor da Escola Politécnica pede seja submetido à apreciação do Conselho Universitário o parecer aprovado "ad referendum" do mesmo Conselho pelo Conselho Técnico-Administrativo, sobre um requerimento em que o docente livre e assistente, Felippo dos Santos Reis, solicita permissão para abrir, naquele instituto, um curso livre de "Cálculo moderno das Estruturas e suas aplicações".

Lido o processo 28-32, o Sr. Reitor declara que vai remeter ao Governo a relação dos professores dos institutos univer-

sitários que incidem no artigo 64, do decreto n.º 19.851, de 11 de Abril de

E' posto em discussão o requerimento em que o Dr. Heitor da Silva Costa recorre ato da Congregação da Escola Politécnica, que o eliminou do quadro de docentes livres.

Pedo a palavra o Professor Lima e ele diz que a Congregação resolveu, expondo o disposto no art. 77 do Estatuto da Universidade do Rio de Janeiro, fazer visão do quadro dos docentes livres, nas condições de acréscimo com o parecer do Conselho Técnico-Administrativo, foram elididos o recorrente e outros. Previu o Professor Lima e Silva a remessa do requerimento em apreço à Escola Politécnica, assim do que ao mesmo sejam encaminhados os documentos relativos ao caso.

O professor Azevedo do Amaral manifesta sua opinião contrária à resolução tomada pela Congregação, dizendo que o caso não se aplicava o disposto no art. 77 citado, muito embora se tratasse de uma entidade extinta — a de Desenho de Arquitetura. A destituição de docentes livres, realizada na vigência da Lei Orgânica do Conselho Universitário (Decreto n.º 8.659, de 5 de Abril de 1911), só se poderia dar legalmente nos termos do art. 92, da referida Lei Orgânica, e demais disposições reguladoras da matéria.

Ficou deliberado que o recurso fosse distribuído à Comissão de Legislação e Regimentos.

Sendo lido o ofício n.º 23, de 13 de Maio último, em que o Sr. Diretor do Instituto Nacional de Música pede seja submetido à aprovação do Conselho Universitário a proposta formulada pelo Conselho Técnico-Administrativo, de contratar, pelo prazo de um ano, do Sr. Alberto Monteiro, para rege a cadeira de contrabaixo, vaga na aposentadoria, já concedida, ao Professor Ricardo Roveda, o Sr. Reitor diz que o caso é de nomeação interina e não dissolve o Conselho Universitário.

Após discussão, é indeferido o recurso em que Egberto Luís Pereira Souza solicita matrícula no quarto curso de engenheiros eletricistas da Escola Politécnica.

O Sr. Reitor, depois de tecer os maiores elogios à cultura, ao talento e ao caráter de Paul Doumer, propõe um voto de profundo pesar pelo falecimento desse notável vulto da França.

Propõe, outrossim, seja inserido na ata identico voto pelo desaparecimento dentro os vivos do grande educador que foi Erasmo Braga.

Por proposta do Professor Azovedo do Amaral, são também aprovadas pelo Conselho Universitário homenagens dessa natureza, em relação ao Ministro Cardoso Ribeiro e ao Professor Manoel Bomfim.

Quarta Reunião Ordinária — 14 de Junho de 1932.

Após a leitura do ofício n.º 314, de 9 de junho de 1932, relativo à revista da Faculdade de Direito dessa Universidade, o Sr. Reitor estende ao Conselho Universitário a colaboração que foi solicitada.

Em seguida é lido o ofício n.º 100-32, do Diretório Central dos Estudantes, comunicando a constituição da nova diretoria dessa agremiação.

O Sr. Reitor apresenta ao Sr. Jorge Moreira, representante do Diretório Central dos Estudantes, os cumprimentos do Conselho Universitário.

IV. unanimemente aprovado o parecer n.º 3, da comissão de LEGISLAÇÃO E REGIMENTOS, voltando, assim, o Sr. Heitor da Silva Costa a pertencer no quadro dos docentes livres da Escola Politécnica, do qual fora eliminado por deliberação da Congregação da mesma Escola, no proceder-se à revisão do referido quadro, em obediência ao disposto no art. 77 do decreto número 10.851, de 11 de Abril de 1931.

Também unanimemente aprovado é o parecer n.º 4, da comissão de LEGISLAÇÃO E REGIMENTOS, devendo, assim, ser restituído à Congregação da Escola de Minas o processo referente à concessão do professor Gastão Gomes de prorrogação por mais cinco anos no exercício da cadeira, para que seja observado o disposto no § 2.º, do art. 110, do Regulamento da mesma Escola.

O Parecer n.º 8, da comissão de ENSINO E RECURSOS, favorável à homologação da re-

solução tomada pelo Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de Medicina no sentido de ser permitido aos doutorandos receberem o grau durante as solenidades comemorativas do centenário que esse Instituto, é unanimemente aprovado.

E' unanimemente aprovado o parecer n.º 9, da comissão de ENSINO E RECURSOS, opinando pelo deferimento do pedido dos secundanistas da Escola Politécnica, que solicitavam lhes fosse concedido um terceiro período de estudos da cadeira de Geodésia Racional e salientando que essa seja manifestado pelos estudantes impetuosa em aspiração, muito louvável, de melhor aproveitamento do curso da cadeira em questão.

Também unanimemente aprovado é o parecer n.º 10, favorável ao pedido dos terceiristas da Escola Politécnica, que solicitavam a concessão de um terceiro período de estudos da cadeira de Geodésia.

A propósito destes dois últimos pareceres, e declarando que deve ter calado fundo o espírito dos professores e do Conselho Universitário a atitude desses jovens, pedindo mais ensino, dão conforto a demonstração de amor ao estudo, e Reitor manda inserir na ata da sessão um voto de louvor aos segundo e terceiristas da Escola Politécnica.

O Conselho aprova, por unanimidade, o parecer n.º 11, da comissão de ENSINO E CURSOS, sobre medidas de adaptação à reforma do ensino, propostas pelo Conselho Técnico-Administrativo do Instituto Nacional de Música e opinando por favoráveis solicitados do mesmo Conselho enciclos esclarecimentos sobre o assunto.

O parecer n.º 12, da comissão de ENSINO E RECURSOS, opinando pelo indeferimento da petição em que o docente livre e suscente da Escola Politécnica, Dr. Felisberto dos Santos Reis, pedia para abrir um curso livre de "Cálculo Moderno das Estruturas e suas Aplicações", é unanimemente aprovado, apesar de declarado o autor, Professor Raul Leitão da Cunha, que o art. 36 do Regulamento da mesma Escola, anexo ao decreto n.º 20.855, de 12 de Dezembro de 1931, se opõe à pretensão do suplicante, uma vez que o art. 36

Decreto n.º 19.851, de 11 de abril desse mesmo ano, incorporou nos "cursos livres" os que em legislações anteriores tiveram a designação de "cursos privados".

O Professor Azevedo do Amaral consulta sobre si a resolução se estende àqueles que lecionam matéria de exame vestibular, não tomando parte no julgamento desse exame, ao que o Conselho responde não haver impedimento legal, no caso, por isso que se trata de curso extra-escolar.

E' lido o PARÉCER N.º 13, da comissão de ENSEÑO e RECURSOS, opinando pelo provimento ao recurso interposto pelos alunos da Escola de Minas, representados pelo Presidente do seu Diretório Acadêmico, no sentido de que a média dos trabalhos escolares deva ser calculada levando-se em consideração unicamente três quartos das maiores notas alcançadas pelo aluno no decurso do período ou dos períodos de cada disciplina.

O Professor Azevedo do Amaral diz que discorda do parecer da douta Comissão, pois, a seu ver, a média deveria ser o quociente da divisão das somas das notas obtidas pelo número das mesmas notas.

Posto à votos, é aprovado o parecer em questão.

A uma consulta do Professor Ruy de Lima e Silva sobre si, pelo fato de alunos apresentarem uma denúncia contra um professor, deve o mesmo ser afastado das suas funções, o Sr. Reitor lembra o precedente já havido na Universidade, quando o professor, espontaneamente, se afastou.

Depois de várias considerações expostas pelo Professor Azevedo do Amaral, o Professor Cândido de Oliveira Filho propõe o afastamento do professor acusado, caso seja aceita pela Congregação a denúncia, o que recebe a aprovação unânime do Conselho.

O Professor Guilherme Fontininha dirige um convite aos senhores membros do Conselho Universitário para comparecerem nos concertos que, no Instituto Nacional de Música, serão proximamente realizados pelo "Quarteto de Londres".

Perguntando o Professor Cândido de Oliveira Filho por quanto tempo devem ser guardadas, na Faculdade de Direito, onde

haverá breve falta de espaço, as escritas dos alunos, é unanimemente visto pelo Conselho que sejam essas conservadas até cinco anos após aatura dos seus autores.

O Sr. Reitor propõe, com unanimidade, seja dado um auxílio de 5 mensais ao Diretório Central dos Dantistas.

Quinta Reunião Ordinária — 3 de fevereiro de 1932.

E' deferido pelo Conselho Universitário requerimento em que o arquiteto Vassoura solicita lhe seja permitido manter a exercer a profissão até a aprovação do Regulamento da Escola Nacional de Belas Artes, quando se submetterá exame de habilitação.

E' lido o requerimento em que Francisco Albuquerque da Costa, sor de Orfeão do Instituto Nacional de Música, referindo-se à resolução tomada pelo Conselho Técnico-Administrativo do Instituto, de considerar facultativa a inscrição de mais de treze anos de idade, quem quer que seja, ao curso de Orfeão, alegando obtido acquiescência ao pedido que fez aos membros do mencionado lho, de reconsideração desse ato, e o Conselho Universitário suspeitação da resolução em foco, até nova daquele órgão.

Por proposta do Sr. Reitor, o Conselho Universitário resolve, unanimemente, rejeitar o pedido, concedendo prazo cuja duração deverá ser determinada pelo Instituto Nacional de Música.

Sendo lido um requerimento do Professor Antônio da Silva Corrêa, o Professor Azevedo do Amaral, após várias consultas de outros membros do Conselho, com justificativa, que o Conselho Universitário tome conhecimento do recurso de que trata, o que recebe a aprovação do Conselho.

E' submetido à apreciação do Conselho Universitário o processo n.º 1.040, relativo ao pagamento de gratificação. Julga com direito o Professor da Escola Politécnica, Dr. Pantaleão.

O Prof. Azevedo do Amaral declara pelo deferimento da pretensão de

SUMULÀ DAS ATAS DO CONSELHO UNIVERSITARIO

essor, por considerar análogo ao seu o caso em apreço.

Pode a palavra o Prof. Leitão da Cunha para dizer que o decreto n.º 20.865, de 28 de dezembro de 1931, que aprovou o Regulamento da Escola Politécnica, tirou à Congregação qualquer interferência em matéria financeira. Discorda, portanto, da opinião expoundida pelo Prof. Azevedo de Amaral e acrescenta que o art. 297, do decreto n.º 18.852, de 11 de abril de 1931, diz respeito ao docente livre, enquanto que o parágrafo único desse mesmo artigo só se refere ao professor catedrático de cadeira de Cálculo Infinitesimal.

O Prof. Rocha Vaz pede vista do processo, a qual lhe é concedida.

Em seguida, solicita esclarecimentos sobre a nomeação do Dr. San Tiago Dantas para professor catedrático Interino da Escola Nacional de Belas Artes, quando pela Comissão reorganizadora do mesmo Instituto, que ali exerce as funções de Conselho Técnico-Administrativo, outro fôra o nome indicado, e ainda porque a atual lei de ensino extinguiu as interinidades dessa natureza, substituindo-as por contratos.

O Sr. Reitor declara que o Governo, entendendo que, por não se tratar de cadeira nova a nomeação poderia ser feita interinamente, assim resolveu.

E' aprovado o Parecer n.º 14, da comissão de ensino e recursos, contrário à proposta de adaptação apresentada pelo Conselho Técnico-Administrativo do Instituto Nacional de Música, que discorda do artigo 114, do dec. n.º 19.851, de 11 de abril de 1931.

O Sr. Reitor diz que vai providenciar no sentido de ser modificada a redação do projeto em apreço.

Entrando em discussão o PARECER N.º 15, da comissão de ensino e recursos, sobre o requerimento em que o engenheiro industrial e eletricista, Sr. Plínio Reis de Cananhedo e Almeida, pode matrícula no 5.º ano da Escola Politécnica, o Conselho Universitário resolve, contra o voto do Professor Azevedo de Amaral, o seguinte:

"... e mais que a equidade permitia fazê-lo em favor do requerente seria admiti-lo agora como ouvinte, na

cadeira do 3.º ano e, respeitadas as exigências formuladas nos artigos nrs. 26 a 30 inclusive, do Regulamento da Escola Politécnica, permitir, em 1933, a matrícula no 5.º ano, logro aprovado no exame de Astronomia em tempo oportuno".

E' unanimemente aprovado o PARECER N.º 5, da comissão de encargos e renda patrimonial, autorizando o pagamento de gratificações aos funcionários da toria, pela "Quota à Reitoria".

O Prof. Gastão Gomes faz o elogio nobre de Santos Dumont e propõe, unanimemente aprovado, seja consignado voto de profundo pesar pelo falecimento daquele que, sobre ser uma glória nacional, é uma glória da humanidade.

Sexta Reunião Ordinária — 23 de Setembro de 1932.

Entrando em discussão o PARECER N.º 16, da comissão de ensino e recursos, relativo ao deferimento da petição do Hugo Regis dos Reis, no sentido de anulada a segunda prova parcial de Geometria Analítica, por se docente na ocasião em que a mesma se realizou, é esse parecer unanimemente aprovado, após várias considerações, incidindo serem tais casos considerados excepcionais pelo Conselho Universitário.

E' também unanimemente aprovado o PARECER N.º 17, da comissão de ensino e recursos, permitindo-se, assim, ao aluno da Escola de Minas, Ruy de Campos Rosilho, o exame vago de Geometria Analítica, como providência excepcional, nível ainda como consequência da adaptação, mas que não deverá levar precedente, nos termos do mencionado parecer.

Posto em discussão o PARECER N.º 18, da comissão de legislação e regimento, rejeitado por sete votos contra quinze, salvando o Conselho Universitário emendar como segunda via o diploma de mestrado expedido, pela Escola de Minas, Sr. João Antônio Felício dos Santos, diploma que deverá ser registrado na Cartaria Geral da Universidade, porque

esse registro, consoante o disposto no artigo 350, do Dec. n.º 3.890, de 1.º de Janeiro de 1931, e, de acordo com a praxe estabelecida, encrecem de valor as certidões de diplomas, só podendo ser aceitas segundas vias dos mesmos.

E' unanimemente aprovado o PARECER n.º 6, da comissão de LEGISLAÇÃO E RECURSOS, relativo a alterações a serem solicitadas do Governo, no § 1.º, do art. 24 e no art. 82, n.º IV, do Regulamento da Escola Politécnica, aprovado pelo Decreto n.º 20.865, de 28 de Dezembro de 1931.

Em discussão o PARECER n.º 6, da comissão de ORÇAMENTOS E REGÊNCIA PATRIMONIAL, é unanimemente aprovado, sem debate, após breves considerações feitas pelo relator, Professor Rocha Vaz, relativamente ao que pleiteia um grupo de funcionários da Escola Politécnica desta Universidade.

Pelo Professor Lima e Silva é lido o ofício do Diretório Acadêmico da Escola Politécnica, pleiteando, a pedido de vários alunos, a concessão de matrículas simultâneas nos diversos cursos daquele Instituto. O orador relembraria as considerações por ele expostas, quando o Conselho Universitário, na sessão de 26 de Abril último, a seu pedido, deliberou quanto à dúvida surgida na Escola Politécnica respeito ao art. 82 do dec. n.º 19.851, cuja finalidade, parece, é evitar a matrícula de um estudante simultaneamente em duas academias e não em mais de um curso do mesmo Instituto.

O Sr. Reitor distribui o ofício em foco à comissão de ENSINO E RECURSOS.

E' unanimemente aprovada a proposta, apresentada pela comissão de ORÇAMENTOS E REGÊNCIA PATRIMONIAL, em relação à terceiro oficial de secretaria, em comissão na Universidade desde Junho de 1931, D. Maria Mercedes Lopes de Souza.

O Professor Cândido de Oliveira Filho submete à apreciação do Conselho Universitário o ato do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Direito, transferindo para a segunda quinzena de Outubro as provas parciais que se deviam realizar na segunda quinzena de setembro, visto não haver matéria para essas provas em

razão da frequência facultativa não concedida pelo Governo.

O Professor Ruy de Lima e Silva, recordando que a Escola Politécnica é chada doze dias, solicita seja admissível a realização das provas parciais.

O Conselho, por unanimidade, aprova a medida para os dois institutos.

Sexta Reunião Ordinária — 4 de Outubro de 1932.

Sendo lido o ofício n.º 757, da Diretoria da Faculdade de Medicina, sobre a realização das aulas daquele Instituto e algumas medidas para o prosseguimento dos cursos, o Sr. Reitor manifesta de serem tais medidas extensivas a todos os Institutos universitários, aprovando-as, ouvindo-se os respectivos Conselhos Técnicos-Administrativos, ficando a com o aditivo do Prof. Azevedo, unanimemente aprovada pelo Conselho Universitário.

E' unanimemente aprovado o PARECER n.º 7, da comissão de LEGISLAÇÃO E RECURSOS, favorável à petição de Lisboa da Cunha e Alberto Nunes.

Após debate, é unanimemente aprovado o PARECER n.º 18, da comissão de RECURSOS, em que o Sr. Luís Antônio da Cunha, da Faculdade de Música, manifesta a necessidade urgente de ser submetida à aprovação do Conselho Universitário a solicitação de aumento do salário do professor interino do referido Instituto.

O Sr. Reitor propõe um voto de congratulações pela passagem do centenário da Faculdade de Medicina, voto que, de natureza, considera desde logo aprovado.

O Professor Cândido de Oliveira Filho propõe que se consigne na ata um voto de jubilo pela realização da paz. O Professor Azevedo do Amaral, usando da palavra, volta ao seu eminentíssimo cargo para apresentar um substitutivo à sua proposta. O momento não é para jubilo, e fazendo essa afirmativa, inspira-lhe a ilusão de um dos mais ilustres momentos da nossa história.

Quando a vitória coroou as armas parciais, encerrando-se a longa luta

nas coquilhas do sul pelos heróicos Farroupilhas, recebeu Caxias o convite para um "Te Deum" em sinal de jubilo. O grande brasileiro recusou o convite, declarando que, em lugar de um "Te Deum", em demonstração de regozijo, preferia assistir a um ofício fúnebre por todos os mortos tombados em uma luta entre irmãos.

Segundo esse digno exemplo, "proponho, pois, que simplesmente se consigne em nossa ata um voto de esperança de não mais se querer a paz em nossa Pátria, e um voto de pezar por todos quantos tombaram na pugna agora encerrada."

Quinta Reunião Extraordinária, realizada nos 27 de Outubro de 1932.

Assinada pelos srs. Professores Ignacio M. Azevedo do Amaral, J. Porto-Carrero, Ruy de Lima e Silva, Guilherme Fontanha, Archimedes Memória, Gastão Gomes e pelo Sr. Emílio Abílio Póvoa, é lida uma proposta autorizando o Conselho Universitário a admitir nas suas sessões um auxiliar encarregado de tomar notas tipográficas para a organização do resumo dos debates.

O Sr. Reitor, atendendo ao número de assinaturas, contidas na proposta, considera-a desde logo aprovada e diz que terá de encaminhá-la ao Sr. Ministro da Educação e Saúde Pública, por isso que do orçamento interno da Reitoria, já homologado por S. Ex., não consta verba para esse fim.

Após a leitura do ofício n.º 215, da Diretoria da Escola Nacional de Belas Artes, enviando e justificando um Memorial em que os funcionários administrativos desse Instituto pedem sejam seus vencimentos equiparados aos dos funcionários administrativos dos demais Institutos universitários, o prof. Flóxa Ribeiro lê a sua proposta, nestes termos:

"Preponho que o Conselho Universitário sugira ao Ministro da Educação a conveniência, a bem do ensino, de ser a Escola Nacional de Belas Artes — tanto o seu corpo docente como o administrativo — equiparada aos demais Institutos da Universidade do

Rio de Janeiro, com sede nessa Capital."

Essa proposta é unanimemente aprovada, declarando o Sr. Reitor que vai encaminhar ao Sr. Ministro da Educação e Saúde Pública o memorial dos funcionários da Escola Nacional de Belas Artes.

E' distribuída à comissão de LEGISLAÇÃO E REGIMENTOS a proposta, encaminhada com o ofício n.º 475, da Diretoria da Escola Politécnica, em que o engenheiro Gil Mott, assistente da cadeira de Tecnologia Mecânica recorre do ato do Conselho Técnico Administrativo, que lhe negou inscrição no concurso para a docência Livre da mesma cadeira.

E' unanimemente aprovado o pedido, formulado pelo Diretorio Acadêmico da Escola Politécnica e tratado nos ofícios n.ºs 455 e 481, daquela Diretoria, de receberem o grau de engenheiros no dia de dezembro do corrente ano, domingo.

Usando da palavra, o Dr. Leonel Gazzola fala sobre a necessidade de ser criada, em todos os institutos componentes da Universidade, a lei, na parte referente à docência Livre. Declara ter sido informado de que as inscrições para o concurso docência Livre na Faculdade de Direito não se esgotaram nem que fosse aprovado o Regimento Interno daquela Faculdade, não compreendendo tão essa medida, pelo quanto para o concurso da catedrática prescindiu da aprovação do Regimento Interno.

O Professor Lima e Silva lembra Conselho o Aviso do Sr. Ministro da Educação, o qual determinou, então, que concursos só se realizassem após a aprovação dos regimentos internos dos institutos componentes da Universidade.

O Sr. Reitor declara haver solicitado ao Governo imediatamente a aprovação desses regimentos e, após várias consultações dos senhores membros do Conselho Universitário, haja resolvido haver uma reunião extraordinária para falar sobre assunto em foco, visto estar ausente presente sessão o Diretor da Faculdade de Direito.

E' lido, posto em discussão e unanimemente aprovado, o PARCERIA n.º 18-A, complemento ao Parecer n.º 18, de

da comissão de ensino e recursos, contrário ao provimento do recurso interposto pelo representante dos docentes livres junto à Congregação do Instituto Nacional de Música, em relação ao art. 200. do Regulamento daquele Instituto, aprovado pelo Decreto n.º 11.748, de 13 de Outubro de 1915.

Com a palavra, o professor Gustão Gomes diz que, à vista dos cursos da Escola de Minas, por determinação do sr. Ministro da Educação e Saúde Pública, se tiverem iniciado este ano, com quinze dias de atraso, a primeira prova parcial não poderá, por falta de matéria, ser efetuada na época que a lei determina, pois o primeiro trimestre deve ir de 1.º de Outubro a 31 de Dezembro. Pede, por isso, autorização para que a 1.ª prova parcial se realize a 15 ou 16 de Novembro, e, pelas mesmas razões, a transferência da segunda prova parcial para a segunda quinzena de Janeiro, proposta essa que é unanimemente aprovada.

Em seguida o professor Ruy de Lima e Silva lê o seu voto em separado, contrário ao parecer subscrito pelo professor Rocha Vaz, da comissão de ensino e recursos, referente a uma gratificação a que se julga com direito o professor da Escola Politécnica, Dr. José Pantoja Leite.

Usando da palavra, o Professor Azevedo do Amaral defende calorosamente o seu ponto de vista a esse respeito e explica que extinguiram a cadeira do dr. Pantoja Leite, dando-lhe nova cadeira e pondo na sua aula os alunos que restavam da cadeira anteriormente regida pelo mesmo professor. O dr. Pantoja Leite não tem obrigação de lecionar numa cadeira que não é a sua. É um princípio pelo qual o orador se vem batendo ardorosamente.

Posto em votação, é aprovado por cinco votos contra quatro, o voto em separado, subscrito pelo professor Lima e Silva.

O Sr. Reitor, comunicando não ser possível dar dois números da Revista da Universidade no corrente ano, declara que o primeiro número já está pronto, dependendo unicamente da entrega pela Imprensa Nacional. Finalmente, solicita permissão do Conselho, que lhe concedeu, para ser impresso em outro estabelecimento, o

próximo número, por isso que, em virtude do acúmulo de serviço existente na Imprensa Nacional, há, muitas vezes, demora na execução dos trabalhos aí confiados.

Oitava Reunião Ordinária, realizada em 19 de Novembro de 1932.

O Dr. Leonel Gonzaga faz uma observação sobre a ata da sessão anterior: "muitos candidatos prejudicados" - "alguns candidatos prejudicados".

O Professor Azevedo do Amaral nas concursos para catedráticos da Faculdade de Direito não tiveram ainda das respectivas provas exatamente não ter sido ainda expedido o regulamento. Declara ter sido ele uma das comissões julgadoras de todos concursos, e, nesse caráter, cobrido a informação que ora traz.

O Professor G. Fontainha declara a sessão anterior, quando o professor Ribeiro leu a sua proposta de equalização dos vencimentos dos professores da Escola Nacional de Belas Artes, ele pediu ao Reitor que essa medida extenda ao Instituto Nacional de Música e, Sr. Reitor propôs ao Conselho que o Reitor solicitar-se do Sr. Ministro a igualação dos vencimentos dos funcionários de todos os institutos estatais.

O Professor Gustão Gomes avisa ao Professor Furtado de Melo que não comparecerá por motivo de moléstia de sua família.

E' lido o parecer n.º 10, da comissão de ensino e recursos, favorável à matrícula de mais de um curso daquela Escola. São essa constante de um ofício do Reitor Acadêmico do mesmo Instituto de 19 de setembro último encaminhado pelo Diretor da Escola Politécnica. Esse Parecer é unanimemente aprovado sem discussão.

Em seguida, é lido o seguinte parecer n.º 8, da comissão de legislação:

"A Comissão de Legislação aprovou os seguintes artigos, tendo em vista as

ções prestadas pelo Diretor da Escola Nacional de Belas Artes, a 12 de Outubro do corrente ano, bem como a reclamação do Haroldo Lisboa da Cunha e Alberto Nunes Serrão, candidatos à inscrição de concurso para provimento de cadeira vaga de Matemática Superior da mesma Escola, é de parecer seja deferida a dita reclamação, atendendo a que o programa da cadeira, organizado especialmente para o concurso, somente foi aprovado pela Comissão Especial a 11 de Junho do corrente ano, dois meses depois da publicação do edital do concurso, o qual exigia a apresentação de trabalhos sobre assunto "se quadrando rigorosamente dentro da disciplina professada". Rio de Janeiro, 19 de Novembro de 1932. (aa) Cândido de Oliveira Filho, relator. Ignacio M. Azevedo do Amaral. J. Porto-Carrero."

Com a palavra, o professor Azevedo do Amaral declara mais uma vez ter sido ele, professor, convidado para elaborar o programa da cadeira de Matemática Superior da Escola Nacional de Belas Artes, razão por que pode afirmar que esse programa, organizado especialmente para o concurso e publicando dois meses após o edital do concurso, modificou profundamente a natureza do mesmo concurso.

Sobre o assunto, depois de se haverem manifestado vários membros do Conselho, o professor Flávio Ribeiro, por não se considerar bastante enfrentado no assunto, pede vista dos papéis em debate, que lhe é concedida.

Sendo lido o PARÉCER N.º 9, da comissão de LEGISLAÇÃO E REGLAMENTOS, sobre o requerimento em que o Dr. Julio Cesar de Mello e Souza pede ao Exmo. Sr. Chefe do Governo Provisório o seu provimento efetivo na cadeira de Matemática Superior da Escola Nacional de Belas Artes, independentemente de concurso, trava-se longo debate, no qual, interpelado pelo Professor Azevedo do Amaral, o Professor Archimedes Memória declara que o professor Mello e Souza havia, antes, pedido provimento no cargo, nos termos do art. 56 do Decreto n.º 10.851, de 11 de Abril de 1932, e que a Comissão Especial, reorganizado-

ra da Escola Nacional de Belas Artes, não deferiu a essa pretensão. Acrecenta que a lei manda que o provimento em concurso seja feito antes da abertura do concurso.

O Professor Azevedo do Amaral diz que a causa do professor Mello e Souza não enquadra no art. 56, do decreto citado. As suas obras não justificam o provimento, independentemente do concurso. Além disso, a tese com a qual o professor Mello e Souza se inscreveu não se enquadra no programa: Trigonometria Hiperbólica.

O Sr. Rollor declara que, de vez que a Comissão Especial indeferiu a pretensão, considera a matéria vedada.

O Professor Azevedo do Amaral pede seja posto em votação o Parecer em debate, o qual é unanimemente aprovado.

Procedendo-se à leitura do PARÉCER N.º 10, da comissão de LEGISLAÇÃO E REGIMENTOS, relatado pelo Professor Porto-Carrero, é verável à pretensão do Dr. Gil Motta, assistente da Escola Politécnica, candidato à inscrição ao concurso de docência Livre, mesmo Instituto, o professor Azevedo do Amaral explica a sua atitude de aparente inconveniente, por isso que, como membro do Conselho Técnico-Administrativo, votou pelo indeferimento da pretensão do roqueiro, e, no entanto, agora, concorda com o Parecer em apreço, porquanto o subscreve.

Posto em votação, é o Parecer unanimemente aprovado.

Sendo lidos os Pareceres nrs. 20 e da comissão de INSSINO E RECURSOS, sobre a validação do diplomas de cirurgião dentista, o Professor Raul Leitão Cunha pede vista dos papéis, que lhe é concedida.

Em seguida, é lido o PARÉCER N.º 11, da comissão de LEGISLAÇÃO E REGIMENTOS, relatado pelo professor Porto-Carrero, argumentando por que o engenheiro civil, Felisberto Santos Rois, livre docente, por conseguinte, da antiga cadeira de Estabilidade das Construções, Pontes e Vindutos, da Escola Politécnica, passou, por força do desmembramento dessa cadeira, a ser livre docente das duas cadeiras resultantes do desmembramento, a saber: Estabilidade das Construções e Pontes — Grandes Estruturas Metálicas e de Clímeto Armado, ap-

lhe, por esse motivo, expedidos os respectivos títulos.

Após longos debates, é aprovado o Parecer em questão, contra dois votos.

O Professor Flávio Ribeiro pergunta ao Sr. Reitor qual a situação legal da Escola Nacional de Belas Artes no momento corrente. Não está com a sua Congregação em função, o Conselho Técnico-Administrativo está suspenso e a Comissão Especial demitida.

O Sr. Reitor, respondendo, declarou que o Sr. Ministro aprovara já o projeto de reorganização didática e que autorizava, por sua vez, o Sr. Diretor a dar disso conhecimento à Congregação.

Pede a palavra o Dr. Leonel Gonzaga para perguntar ao Conselho qual a atitude que se deve tomar para solucionar o caso do concurso para Livro docente na Faculdade de Direito.

Depois de minuciosas explicações do Professor Cândido de Oliveira Filho e após várias considerações de alguns de seus pares, o Conselho Universitário resolve sejam solicitadas imediatamente instruções ao Sr. Ministro da Educação e Saúde Pública para a realização do referido concurso.

Nona Reunião Ordinária, realizada nos 15 de Dezembro de 1932.

No expediente é lida uma carta do Reitor da Universidade de Paris, agradecendo ao Sr. Reitor a comunicação do bom sucesso obtido no Brasil pelos professores Guillain e Picard, sob o patrocínio do Instituto Brasileiro de Alta Cultura.

Em seguida, é lido o PARECER n.º 22, da comissão de Ensino e Recursos, relativo a uma proposta de mais um professor para rege a cadeira de Física da Escola de Minas. O Professor Gastão Gomes passa a explicar a situação.

Em seguida, travam-se longos debates, usando, por fim, o Sr. Reitor da palavra, para dizer que se trata de criação de lugar, devendo, portanto, ser ouvido o respectivo Conselho Técnico-Administrativo, pois não devemos dar exemplos de indisciplina. Pensa que o Conselho Universitário, que é

uma assembleia heterogênea, não poderia sem primeiro ouvir os técnicos.

O Conselho, então, resolvo convocar a reunião em diligência, para ser ouvido o Conselho Técnico-Administrativo da Escola de Minas.

E' unanimemente aprovado, sem discussão, o PARECER n.º 23, da comissão de Ensino e Recursos, contrário à pretensão de Aristóteles Mariano Ferreira Pires, que solicita matrícula no 6.º ano da Faculdade de Medicina.

x.º 20, da comissão de Ensino e Recursos, de qual pedira vista, na sessão anterior, o Professor Leitão da Cunha.

E' o mesmo unanimemente aprovado o seguinte aditivo:

"De acordo, desde que, além da documentação formulada neste parecer, seja provada a regularidade da vida lar do requerente".

Também é lido o parecer em discussão PARECER n.º 21, da comissão de Exames e Recursos, de qual pedira vista, na sessão anterior, o professor Raul Leitão da Cunha.

O Parecer em foco é unanimemente aprovado, com o seguinte aditivo:

"De acordo, desde que também seja provada a regularidade da vida escolar dos requerentes".

O Professor Raul Leitão da Cunha, autor do Parecer n.º 24, da comissão de Ensino e Recursos, procede à leitura desse Parecer, favorável ao pedido de recondução de resolução anterior do Conselho Universitário, formulado pelo professor José Pantoja Leite, o qual renova o pedido de gratificação relativa à cadeira da cadeira de "Elementos de Eletricidade" da Escola Politécnica.

Continuando, o relator explica sua tese anteriormente contrária à proposta do Professor Pantoja Leite. Agora, estudiado cuidadosamente o Regulamento da Escola Politécnica, chegou à conclusão que deve ser provido o recurso de que trata, porquanto o direito à remuneração que reclama o Professor Pantoja Leite só poderia desaparecer mediante ação prévia entre a administração da Escola Politécnica e esse professor,

tese que os documentos constantes do processo excluem.

Posto em discussão, o Parecer supra, é unanimemente aprovado, depois de Professor Azevedo do Amaral haver lembrado, desde que se ventilou esse caso, que sempre se bateu por que se tornasse extensiva aos seus colegas a situação que a lei criou para o orador.

Sendo lido o requerimento, encaminhado em ofício do Sr. Diretor da Faculdade de Medicina, no qual os alunos do Curso P. Medico podem não seja concedida isenção do exame vestibular naquela Faculdade, nos bacharais em Ciências e Letras, pelo Colegio Pedro II, o Professor Raul Leitão da Cunha explica o assunto e o Sr. Reitor propõe que se dê conhecimento ao Governo dessa muito louvável aspiração dos requerentes, o que é unanimemente aprovado.

Pede a palavra o Professor Flóxa Ribeiro para solicitar a atenção do Conselho Universitário respeito à Escola Nacional de Belas Artes. O assunto dá motivo a longas discussões.

Entrando em debate o caso de anulação das inscrições para o concurso da cadeira de Matemática Superior, da Escola Nacional de Belas Artes, travam-se longos e calorosos debates, sendo aprovada, contra

tres votos, a reabertura do concurso, respeitando-se a inscrição do Sr. Julio Cesar Mello e Souza, a quem será facultado apresentar nova tese. Essa medida é um momento aprovada.

Relativamente a registros de diplomas conferidos por institutos estrangeiros, autorizados pelo Sr. Ministro da Educação independentemente de validação, o Professor Cândido de Oliveira propõe seja feita uma representação ao Sr. Ministro, pedindo que reconsidero o seu despacho, tendo em vista as deliberações já tomadas pelo Conselho Universitário, sobre o assunto.

O Professor Guilherme Fontaluba propõe conste da ata um voto de pezar pelo falecimento do professor Silva Mala, entepecido do Instituto Nacional de Música.

Também o Sr. Reitor faz igual proposta pelo falecimento do Dr. Passos de Mira.

Encerrando os trabalhos do dia, o Reitor comunica ao Conselho que o Diretor do Instituto Nacional de Música sollicitou um inquirito sobre o caso do reitorio Acadêmico daquele Instituto. signa, para esse fim, os professores Almeida Memória e Ruy de Lima Silva, recusam por motivo de força maior, ficando definitivamente designados os Professores Flóxa Ribeiro, Porto Carrero e Leonel Gonzaga.

INFORMAÇÕES DIVERSAS

INFORMAÇÕES DIVERSAS

Instituto franco-brasileiro de cultura científica e literária

Em missão da Secção brasileira desse Instituto, e por designação do Conselho Universitário do Rio de Janeiro, realizaram, este ano, conferências na Universidade de Paris, os professores Dr. Miguel Ozorio de Almeida, do Instituto Oswaldo Cruz e da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, e Dr. Ernesto da Fonseca Costa, da Escola Politécnica e diretor da Escola Experimental de Combustíveis e Materiais.

O primeiro dei seis encontro sobre Tumores, o o segundo, três, sobre o "desenvolvimento da hulla branca no Brasil". Pelo éxito que alcançaram os seus cursos, receberam os nossos patrícios significativas homenagens de seus colegas franceses.

Pela Secção francesa, visitaram-nos os conhecidos professores Georges Guillain, da Sorbonne, que realizou seis conferências sobre Clínica Neurologica, na Faculdade de Medicina, e Charles Picard, do Instituto de França e da Universidade de Paris, que dei, na Academia Brasileira de Letras, treze lições sobre "a vida privada dos antigos gregos, através do seu arte".

Foram estes os temas das aulas do prof. Guillain: I — Tumores bifrontais agudos; II — Tumores da bolsa de Rathke; III — Síndrome tabida não sifilítica; IV — Doença de Reynaud, sua forma cerebral; V — Arrenoidites espinhais; VI — Manifestações nervosas da doença de Hodgkin.

Eis os resumos das conferências do professor Charles Picard, de que publicamos

a primeira na íntegra, em outro local Revista:

2.º CONFERÊNCIA

A REGIÃO E A RAÇA

Necessidade de explanar a teoria que "Philosophie de l'Art", de Taine, por exemplo, explicava a raça grega pelo "mundo", o "momento"; formação de uma "raça ideal", através das obras dos literatos, dos pintores, criação da fantasia, que devia ser confrontada com a realidade histórica e geográfica.

A paisagem grega: suas condições origens. Caráter vulcânico da Egeia.

As montanhas: deslocação da Egeia mitiva. Os acidentes sucessivos: Olimpo, Hymetto, Pantelico, Cíthera, montes Ígaloide; o Parnaso, o Oeta, o Orsa e o Pindo, o Taygeta. Influência da condição da paisagem grega sobre o parlamento dos costumes.

Os terremotos: os dousos "estabilizadores", as migrações de raças (epoca da invasão).

A luta dos gigantes e dos deuses magno do Pantheon Olímpico.

A luz: seu papel na literatura e na invenção da precisão (Bergson).

Os ventos: individualidade e impudicidade. Eolo e seu reino. Os raptos, os delírios dos ventos; A Boréa e a Noite das Noveas de Aristófano.

Como a natureza grega, assim, influiu na alma dos antigos gregos. Transportes na arte e no pensamento; espírito analítico e crítico; arquitetura (a criação das três ordens); escultura amiga do movimento e das silhuetas nuas; desaparecimento do politismo minoico, pré-helenico.

Altitude de Sócrates em face das crenças "quae sunt infra hominem".

O mito de Pygmalion.

3.ª CONFERÊNCIA

O CAMPO E A CIDADE NA GRECIA ANTIGA

Influência da natureza grega sobre os destinos do homem; dois tipos representativos: o cidadão "zōu politikou", e o camponio.

As democracias antigas; como elas dão sobretudo o espetáculo do modo por que os povos podem morrer depressa demais; o que se chamou "a bancarrota de Atenas".

Papel das constituições de Aristóteles, estado das instituições, cidade por cidade.

I — A *Politeia Althenaica* e o espetáculo da atividade urbana em Atenas, no período próximo a 324-323 antes de J. C. (anúncio do exílio de Chalcis): a Rodonda (*tholos*), o Conselho dos Quinhentos, a *Pnyx*, o Agora, o Teatro de Dionísio, como sedes das deliberações públicas.

Archontes e estrategos.

Os arquivos do *Metrón* e dos grandes templos: caráter limitado da política na Grecia, país onde não houve oposição entre a região natal e a pátria toda.

Evolução da justiça sacerdotal, após organizada democraticamente; "Cursos" oligárquicos nos Juris populares. — Votos, prisões, suplicios.

As guerras, terrestres e navais. Progresso do mercenarismo, decadência do espírito político. As afições das santuárias teriam sido precursoras da Sociedade das Nações?

II — Gregos campesinos. Volta da aristocracia terrícola à cidade, no tempo da guerra do Peloponeso. Efeito desagradável desse movimento.

As classes agrícolas na Grecia: escravos, operários agrícolas, pequenos senhores rurais.

Xenófonte e o domínio de Seliunte.

Os documentos arqueológicos sobre a vida no campo, corretivos da mitragem antiga, é que a Grecia teo-crística, dominada "Idilieira". As vestes e a vida dos rústicos e a literatura alexandrina.

Política do trigo e estagnação da agricultura.

A questão das estradas e a desfatucação dos meios de condução antigos. Suas consequências.

Dificuldade das viagens. Regressão progressiva da vitalidade rural.

4.ª CONFERÊNCIA

O URBANISMO ARQUITETURAL E DECORAÇÃO DA CASA

A diferença, na Grecia, entre a arquitetura oficial e a particular. A arte grega clássica foi essencialmente uma arte no exterior, é a nossa estética moderna, seguindo o movimento da vida europeia, só nou, sobretudo, de interior. Insuficiência do urbanismo antigo.

O Aeropo, e o seu plano religioso e centrífugo; o Agora, clíno dos cursos principais, o seu dispositivo elixido, ritualmente orientado: origem do cardo e do decumanus dos Latinos.

Estreiteza das ruas. Altreamento popular das localidades urbanas.

Os resultados da arqueologia grega para o urbanismo. Diferenças das plantas da cidade: Atenas, Sparta, Tebas, Mantinea. Influências da geografia humana.

Os planos "hippodamicos". Hippodame de Mileto (6.º a. a. J. C.) e o velho sistema dos terramare. As influências pitágoricas, sobre as cidades de estrutura regular.

Resistências em Atenas: Meton e Cefafano.

As cidades hippodamicas: O Piloé, Tíndaro, Megalópolis, Messina, Olinto, Milânia, Plêne, Cnido, Magnesia do Meandro, Ímanto, Tessalônica, Alexandria, Chipre, etc.

A viagem na Grecia antiga: insuficiência da legislação: ausência de arquitetura higiênica.

A exploração arqueológica de Delos reconstituição do aspecto dumha cidade.

Ruas, casas; estrutura arquitetural da habitação particular.

Os peristilos; os andares; as comedadeiras.

A decoração; mosaicos, estuques, pinturas, estatuas.

Condições da indústria e das viagens, segundo as instalações urbanas.

5.º CONFERÊNCIA

AS CLASSES SOCIAIS: A CRIANÇA GRECA.

A civilização moderna desenvolveu o conforto, bastante reduzido na antiga cidade mediterrânea. A questão dos alugueis e o preço da habitação em Atenas. Os limites de Atenas no N. S.

Dificuldade de fixar a população antiga da Grécia: fiscalização possível das estatísticas demográficas pelos recrutamentos do exército, as importações de cereais, etc.

Os três elementos da população: cidadãos livres, metegos, escravos.

a) Os cidadãos livres, em Atenas e Spartá: seu número, sua evolução, seu papel.

b) Os metegos, ou estrangeiros domiciliados. A situação jurídica dos escravos forros. c) A escravidão na Grécia: papel social dos *demosios*; a propaganda filosófica dos estoicos contra a escravidão; razões da manutenção da escravidão na Grécia; situação dura dos escravos.

O abandono e a exposição das crianças (causada, principalmente, pela manutenção da escravidão).

Situação da criança na família:
as cerimônias de reconhecimento paterno no lar;
a vida da criança no ginecô; as amas da leite estrangeiras e a puericultura.

Os textos literários versando sobre a educação da criança; evolução das idéias gregas, marcada pelo arte e pela literatura; bontade dos usos clássicos da vida de família.

6.º CONFERÊNCIA

AS CERIMONIAS DO NOIVADO E DO CASAMENTO

Necessidade de explicar as cerimônias de casamento, levando-se em conta a evolu-

ção dos costumes, das circunstâncias históricas e das transformações da raça grega.

O movimento dorio e o inicio do prestígio das idéias religiosas minoicas na origem.

Repressão do culto das divindades maiores: supremacia das deusas vírgens (*Iamenos*).

Ausência da representação dos *erphes* (deusas-mães com a criança) na arte grega.

Commentário do Hermes do Olímpico.

Modificações sobrevindas na época Palio de Demeter. Sentido moral e hírico do "Hino a Demetria"; fim das raptos de mulheres.

As fórmulas intermediárias do casamento: o encontro por competição. Penelopé-Danaides.

Traços derradeiros do rapto: o silêncio de rapto da noiva, em plena época clássica: o recém-casado levanta a esposa braços, para lhe fazer transpor o leito da casa.

As cerimônias do noivado e do casamento não podem ser explicadas sólido pelo lótus eleusiano, que conservou o "helenismo" no culto grego oficial.

Condições sociais e religiosas do matrimônio.

Iniciação prévia (*proteleia*), e os misterios de Agra.

A escolha do mês da *gamelidio* (janeiro) e os festeiros da colheita humana: *Areias*, *Thermophorios*.

As nupcias, mistério em *telos* (Homero): O pão ritual dos noivos, seu círculo eleusiano. (papel da *Eallizhóo*, em que é empregada a aguia lustral).

O cortejo (*pompé*) e o controlo da valência dos *agamoi* e dos *amilldoi* e da.

A comunicação do código do casamento pela sacerdotiza de Demeter: a imortalidade de ofício posta em paralelo com a imortalidade da alma, sem a mesmidade.

A entrada na casa do esposo. O dote, o divórcio, o adulterio.

Condicão jurídica da mulher: no grego, é uma monarca; mas, em casa, sua independência e autoridade ("mico" de Xenofonte).

7.^a CONFERÊNCIAAS CRENÇAS RELATIVAS À MORTE;
OS FUNERAIS.

Exagerou-se, depois de Platão (morte de Socrates), a serenidade dos gregos diante da morte. Nisso, também, deve-se ter em conta a evolução das idéias. A serenidade da evolução das idéias eleusianas.

Erros de interpretação dos elos do cernimónia, onde não há tantos quadros familiares, associando bizarramente mortos e vivos, mas, quasi sevpro, um evangelho da vida paga, tirado principalmente da lenda de Demeter e Ceres, partidas, regressos, etc...

O fundo das crenças gregas relativas à morte é de essência minoica: autoridade de duas deusas, clintonianas, soberanas do *Elysium* (palavra pré-helenica). Papel de Minos, faraó da Ilha de Creta, como deus dos mortos (com Rhadamanonte).

Recordações do um folk-lore marítimo: as Ilhas dos Bemaventurados, o "delfim", o silêncio; a barca de Caronte, os romances de "Daeira" e o "Iodagal" (Aristophanes, As Rds.).

A crença na resurreição, dirigida pelas idéias minoicas: o sono das plantas e revivescência primaveril assimiladas à morte e à resurreição humana; teoria de Psyché (crisalida e borboleta) símbolo da alma humana.

As cerimônias da morte explicadas como as do nascimento e do casamento, pela religião eleusiana. Evolução das idéias sobre a imortalidade; as tabloides de ouro "orfícos" de Eleutherna, de Pefilia.

As cerimônias: *protésis* (exposição); *votíferadoras* e "mirologos"; *epiphora* (transporte ao cemiterio).

As necrópoles gregas: seu local fixado pela religião:

Tipo e natureza das sepulturas (desaparecimento da inclinação);

O mobiliário fúnebre: os objetos de substituição;

A oração e a música do túmulo.

Regulamentação dos cemiterios: repressão do roubo nas sepulturas (*tymborychia*).

Desenvolvimento dos coelhos funerários; influência dos mesmos sobre o desenvolvimento dos cultos baquicós (frescos de Item, em Pompeia, e *senatus consultum* 192, interdição das Bacanais).

8.^a CONFERÊNCIA

A VIDA INTIMA, OS BANQUETES

Os Gregos, cuja vida privada era simples do que a nossa, só criaram o gênero literário do *Banquete*, porque alimentavam todos os dias suficiente. — Fortuna literária do gênero: *Agape*: "Banquetes de Xenofonte", *Agape* (tradução de Racine, para a Academia de Fontevrault), "Banquetes dos Socráticos" (de Atenas).

Demosthenes exagerou o luxo das refeições privadas, em seu tempo: contraste do *palaio* arqueologia (pesquisas arqueológicas de Delfos) — Porta dos palácios e coiros (como o de Archelaos em Pella e os dos Ptolomeus).

Leitos, mesas, objetos de luxo; da cozinha.

Homens deitados para os banquetes; mulheres sentadas; modificação na Etica.

A casa do rico e a casa do pobre.

Os principios da cozinha grega: moderação dos cozinheiros profissionais no IV século.

A venda da carne de agougue accusa sacrifícios; daí, traços da linguagem nos termos de agougue.

Água e vinho; fontes públicas e privados.

Produção e exportação dos vinhos legados. Precauções para evitar a fermentação do vinho.

O banquete é uma cerimônia religiosa. Características do *Symposium*, organizado em *crassi* (clubs) e dirigidos por *posiarcha*, personagem cujo nome entra na hierarquia religiosa de cérémonias.

As libações prévias.

Das diversões literárias às pantomimas *hyporchema* mímicos (o "Banquete de Caranos", celebrado em Pella, entre 280, à imitação do *Banquete dos Ateus*, como tipo de *symposium*).

9.^a CONFERÊNCIA10.^a CONFERÊNCIA

A INDUMENTARIA E O ENFEITE.

Depois do tempo do vestuário minoense (pré-helenico), esse mais aperfeiçoado e das guarnições de armaduras metallicas, o vestuário grego, princípio do traje clássico, voltou ao drapado, de preferência ao costurado.

Durante séculos (até o cristianismo) a elegância pertencia a quem sabia melhor ajustar sobre o corpo uma peça de fazenda, entregue sem preparos pelo fabricante, e de tipo uniforme.

Consequências: infinita variedade individual da indumentaria grega (não havia moda em "série").

O vestuário grego tinha seu ponto de apoio principalmente nos homens, e aperfeiçoava-se ligavelmente na cintura.

Consequências:

a) Podia-se despir facilmente voluntariamente (banhos, ginásios, festas religiosas, cemiterios);

b) princípio da transparência das fardas, que favoreceu a arte grega, sobre as diferentes artes do oriente, e conduziu-a ao desenvolvimento dos estudos anatomicos, à observação aguda do movimento e da vida das carnes.

A relativa simplicidade do vestuário grego correspondia, aliás, à da moradia e à da alimentação.

Ligeiro estudo sobre o custo do vestuário na Grécia clássica.

O preparo dos tecidos em casa: conservação das lãs, lanas brutas, moagem, tecelagem (bastidores).

O enxos e seu emprego. O bordado do vestuário.

Os elementos da indumentaria grega, para a mulher e para o homem: peitos, cintos, hérmenes.

Seu desenvolvimento, sua história, enfeites especiais para as mulheres, mantos militares dos homens, roupas de trabalho, o vestuário das classes.

Requisitos da vestimenta feminina: princípio da policromia dos vestes.

O calçado, seu modelo, seu preparo (oficinas de sapateiros).

A "TOILETTE" E A MEDICINA.

O Idilio de Theocrito: Simaika ou as febreiras: seu sentido.

A medicina grega foi lenta em se separar da magia, assim como a química química.

Razões da importância do papel da mulher na questão da higiene, medicina nos povos primitivos, é muito natural aquilo que começa diante do espolho mino junto do caldeirão da feticheira.

Os artifícios da "toilette": carminaturas.

A forma e os cuidados do penteado nas mulheres; b) nos homens.

Uso da barba e dos bigodes.

Chapéus de mulher e chapéus de homem.

Os barbeiros "medicos" na Grécia.

Jóias para a cabeça e ornamentos do corpo.

O banho entre os Gregos: gosto e uso pelos banhos entre os Gregos clássicos, que talvez tenha diminuído depois da queda dos minoenses e dos aqueanos.

Constatação da raridão das banheiras casuais de Delos.

As termas públicas; sua frequência principalmente constatada na Grécia santuários em que era praticada a medicina, como Epidauro.

Medicina caseira: os simples.

Medicina pública: medicina nos santuários.

Hippocrates e as escolas de medicina: observação das doenças epidêmicas, das plantas (botanist), deus dos deuses-médico" Apollo e Hermes.

A cirurgia: protese, clínicas.

Os heróis médicos e Asclepiades: sua instalação no templo de Asclepiades; sua instalação nas, depois da grande peste. Sopha deus-médico.

Epidauro: instalação do santuário, postos de cura, conservados; seu conteúdo.

11.^a CONFERÊNCIA

A EDUCAÇÃO NA GRECIA ANTIGUA

Princípio estabelecido por Socrate "Pitagórico", o que caracteriza o que distingue do barroco é a educação.

Como os gregos concebiam a educação; variedade dos tratados pedagógicos antigos. No entanto, vivo desejo de estudo, mesmo nos mais humildes: Strofíades de Aristophanes, o Demodocos de *Théagnis*; quadro que serve de introdução ao *Protagoras* de Platão.

As primeiras escolas na Grécia, antes do período helenico. Creta e Grécia aqueana.

As legislações sobre as escolas: Solon, Cárondas; estatísticas de fundação escolar.

Não havia ensino oficial na Grécia antiga: ausência de um programa fixo dado pelos professores submetidos ao controle do Estado.

Diferenças conforme as cidades: caso de Sparta, de Atenas, Teos, Delfos.

Em Atenas, a instituição dos pupilos da nação.

Em geral, a instrução grega foi apenas confiada a professores privados e era administrada em escolas particulares, em palestras livres; data relativamente tardia dos grandes estabelecimentos públicos de instrução: Academias, Liceus, Synoecias, Diogenelion, etc...

Perigos desse sistema: a educação privada era fantasiada; possibilidade, todavia, de uma intervenção oficial relativa, no preparo militar.

A "paideia". Tipo das escolas: o ciclo literário: a) leturas (leitura, escrita, aritmética) — b) ginástica — c) música.

Valor religioso e moral da leitura dos poetas.

O ensino musical.

O ensino da ginástica. Ginásios, palestras, estádios, hipódromos.

Do treinamento corporal nos jogos públicos.

Lacuna da educação grega antiga: deixou subsistirem tarefas morais prejudiciais.

Insuficiência do esforço pessoal; insuficiência do preparo feminino.

A Grécia faltou um preparo tecnicico, um "ensino superior". No século IV, quando Platão tenta fundar a Academia, em Atenas, cujas instituições criticava, já era tarde demais para salvar o país. A "Escola de Atenas" instruiu o mundo, mas, depois da ruína da Grécia, entrou rapidamente em decadência.

12.ª CONFERÊNCIA

RELATIVAMENTE À AGORA E À RAMICA, COMÉRCIO, INDÚSTRIA

O Grego transporta à Aurora e mela, uma parte de seus deuses e deuses do comércio e da Indústria: Ateneu um vaso da coleção reunida em Roma dirigindo ela mesma os trabalhos numa oficina de oleiro; Hephaistos, sobre a terra como no céu; Hermeu, que não é somente o Nomios, o pompos, mas o deus do comércio.

Sentido do valor do Hino Homo (a Hermóba): os *Ichnental*.

O tipo da Agora, em Atenas: ou derivações dos patcos interiores deles.

As *hermas*. Os portões.

Vestígios da utilização política e antes da adaptação mercantil: o *peirasma*, polos votos de ostracismo; o *temenos*, como "praça de armas" em 338, no dia da tomada de Elatéa.

O abastecimento do Agora: agora metronomos; os *sikomatas*, para os dos e os grãos.

Progresso do trabalho em casa no IV: no século IV, também, desenvolvimento da grande Indústria e dos bancos.

Tipos de trabalhos de corporações: do estudo dos vasos: escultores em pedra, oficinas de funaleiros, oficinas ros.

A Indústria grega fez pouco a proparépso à antiga fortuna territorial, voltou também um espírito público voraz às novidades exóticas, e à nuidade estrangeira.

Valor da arte da pequena produção industrial, na Grécia: a Grécia é sua glória, artes "menores".

13.ª CONFERÊNCIA

DIVERSÕES E ESPORTES

Amor público do Jogo sob todas férmas, entre os gregos antigos, constituiram os representantes da antiga: gosto da alegria, indo a cultura, e não poupando nada: ne-

glão, nem a justiça, nem a política, nem a filosofia. Exemplos:

a) Os divertimentos privados da mocidade: alguns já tinham sido inventados nos tempos miloenses. A maioria nos foi transmitida.

Jogos praticados.

Brinquedos vivos: (passarinhos, insetos, animais, etc.). A canção da andorinha.

Os jogos da adolescência: as apostas sobre combates de animais.

Voga das brigas de galos.

Jogos de moças: *cotube*, *aphediamos*.

A bandaloro e (o *yó-yó!*) entre os gregos antigos.

b) Divertimentos públicos: os espetáculos forenses;

os teatros de silhuetas;

as salas de música (cantoras e atores).

Situação social dos músicos: dos atores; o desenvolvimento das confrarias de artistas Dionisíacos.

Os jogos de esporte: *hockey*, *box*. O XXIIº idilio de Theocrita (combate de box de Polux e Amycos); pesos pesados contra pesos médios.

O gosto do esporte não foi, entre os gregos, um treinamento exagerado: textos de *Antolycos* de Eurípedes, de Plutarcho (vida de Philopomen), do médico Gallano, contra os excessos do treinamento esportivo.

A dança na Grécia: suas origens: a parada armada, preparação da luta, ou a procissão com sapateado exótico.

Vestígios dessas origens na pirrica, oficial ou funeral:

a dança das horas;

a dança orgânica dos Meniades.

Dependência fundamental de todos os jogos públicos, diante da religião grega.

14.º CONFERÊNCIA

CONCLUSÃO: REALIDADES E IDEALIZAÇÃO

Como se transformou, do passado ao presente, a Grécia antiga: contraste entre sua história real, e a imagem que fazemos a seu respeito.

Da mesma forma que a arte grega da impressão do finito, somos levados, involuntariamente, a ver a Grécia normalmente no plano do ideal.

Ela foi, na realidade, uma magnífica produtora de visões e de ilusões divinas e fez o mundo do fantasma do divino, forças naturais e sua transcrição anímica.

Os três reinos das Crônicas.

A religião de Eleusis, garrafa de mundo e no outro.

Mas, sonho e realidade, na Grécia, se recobram de todo, historicamente.

Necessidade de mostrar, no lado da Grécia imaginou, o aspecto mais sinal de sua vida passada, si se quiser fugir "miragem" grega.

Razões que fizeram constituir uma Grécia ideal. Cada época só tirou do passado o que aquilo que mais facilmente se adaptava suas necessidades.

Assim, ha toda uma série de Grecias, sucessivas, mutáveis: Grécia das Pátrias Italianas e Espanholas do século XV (o arcadismo no Brasil, com Thomaz Gonzaga, da Bahia, 1744-1807); das clássicas francesas do século do XVI; Grécia de André Chénier, dos Românticos, dos Parnassianos.

Continuação do movimento do "sublime" idealizadora, no curso da segunda metade do século XIX: a "Grécia Ideal", refúgio dos fantasmas do sonho humano, Paz, Volupia, Sabedoria. Assim termina evolução dos deuses gregos e da Grécia platônica, olimpica, cada vez mais evanescendo seu conteúdo histórico.

Instrutiva por essa luminosa tradição, que soube provocar, merecer e sustentar, a história da Grécia antiga não era menos, si fosse reduzida à sua humildade.

Pode-se entretanto, dessa forma, querer de todas as transformações do mundo moderno, somos os devotos, os herdeiros descendentes da Grécia antiga; nosso esplendor intelectual vem do pensamento, a que devemos, assim, não somente nossos sonhos, mas também nossas iléias.

Movimento universitario extensionista

Os cursos de extensão universitária, de aperfeiçoamento e de especialização, promovidos pela Reitoria da Universidade no corrente ano, em quasi todos os institutos científicos e técnicos desta Capital, alcançaram o mais significativo êxito. Pode-se dizer, sem exagero, que excederam todas as expectativas.

Nada menos que sessenta séries de conferências, sobre os mais variados assuntos de ciência, literatura e arte, foram organizados e na maioria realizados, entre Abril e Dezembro, com a valiosa colaboração de expoentes de cultura não só da Universidade, como de outros notáveis centros intelectuais.

A esses cursos adiun, em geral, considerável número de candidatos, de todas as procedências especiais e de todos os graus de ilustração, tendo algumas vezes mesmo excedido o limite de vagas disponíveis.

Os cursos populares do Instituto Nacional de Música atingiram, em algumas aulas, frequência superior a mil pessoas. O curso especializado de Criminologia registrou mais de seiscentos candidatos inscritos.

Cursos grandemente concorridos foram, ainda, o de Tripanozomíase e malária, Tonus nervoso, tonus muscular e contraturas, Medicina Legal, Sociologia e outros.

A's aulas de certos cursos, como os de Criminologia e de Medicina Legal, vieram do interior do País assistir juizes, membros do Ministério Público, médicos, litigantes e outros candidatos. Desta mesma cidade não poucas foram as figuras representativas da magistratura, do direito, da engenharia, que se inscreveram em diversos cursos, frequentando-os com assiduidade.

Foram estes os cursos organizados, bem como os intelectuais que, a convite da Reitor, se encarregaram de os professar:

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

FACULDADE DE MEDICINA:

Curso de Fisiologia

Prof. Clementino Fraga.

Curso de Medicina Legal

Profs. Leitão da Cunha, Afrânio Peixoto, Fernando Magalhães, Drs. Heitor Carrilho, Leonídio Ribeiro, Miguel Salles e Antônio Costa.

FACULDADE DE DIREITO:

Curso Geral de Criminologia

Profs. Mário Bulhões Pedreira, Afrânio Peixoto, Júlio Pires Porto Carrero e Dr. Leonídio Ribeiro.

ESCOLA POLITÉCNICA:

Curso sobre Pontes

Dr. Emílio Baumgart.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA:

Curso de Química Bromatológica

Dr. Francisco de Albuquerque.

INSTITUTO DE QUÍMICA:

Curso sobre Solos Agrícolas

Dr. Mário Saraiva.

MUSEU NACIONAL:

Curso de Antropometria

Prof. José Bastos d'Ávila.

CURSOS DE EXTENSÃO UNIVERSITARIA	ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS:
<i>Ox progressos da Rádio-Comunicação</i>	<i>Literatura Italiana</i>
Dr. Antônio da Silva Lima.	Prof. Guido Vitali, das R. R. dados da Itália.
<i>A evolução do motor de automóvel</i>	
Dr. Abrahão Izecksohn.	
<i>A importância da lúmena branca, no desenvolvimento industrial do Brasil</i>	
Prof. Ernesto Lopes da Fonseca Costa.	
Escola NACIONAL DE BELAS ARTES:	DIRETORIA DE METEOROLOGIA:
<i>História da escultura grega</i>	<i>Meteorologia geral</i>
Prof. Flávia Ribeiro.	Dr. Magarinos Torres.
<i>Anatomia plástica</i>	<i>Climatologia</i>
Prof. Raul Pederneiras.	Dr. Avellar de Figueiredo.
<i>Arte decorativa</i>	<i>Radiação solar</i>
Georgina de Albuquerque.	Sr. Durval Calheiros Gomes.
<i>Arte medieval europeia</i>	<i>Previsão do tempo</i>
Dr. Eckhardt.	Dr. Francisco de Souza.
<i>Orientação profissional</i>	<i>Pluviometria e Hidrometria</i>
Prof. Leoni Kaseff.	Dr. Magarinos Torres.
<i>Sociologia</i>	<i>Meteorologia marítima</i>
Prof. Joaquim Pimenta.	Dr. Francisco de Souza.
	<i>Meteorologia agrícola</i>
	Dr. Archimedes de Lima Camara
INSTITUTO NACIONAL DE MÚSICA:	HOSPITAL PRÓ-MATRE:
<i>Iniciação musical</i>	<i>Iniciação maternal</i>
Prof. Oscar Lorenzo Fernandez.	Prof. Fernando Magalhães.
<i>Estética musical e folclore nacional</i>	
Dr. José Cândido de Andrade Muricy.	
<i>História da música</i>	JARDIM BOTÂNICO:
Dr. Augusto de Freitas Lopes Gonsalves.	<i>Fisiologia Botânica</i>
<i>Orfeão</i>	Dr. Alvaro Barcellos Fagundes.
Prof. Albuquerque Costa.	<i>Acclimatização das plantas</i>
<i>Iniciação plástico-ritmica</i>	Dr. Fernando R. da Silveira.
Sr. Pierre Michalowsky e Sra. Vera Grabinska.	<i>Variabilidade das plantas</i>
<i>História dos Costumes</i>	Dr. Fernando R. da Silveira.
Professora contratada D. Antonietta de Souza.	MUSEU HISTÓRICO NACIONAL:
	<i>História do Brasil</i>
	Dr. Pedro Calmon.

MUSEU NACIONAL:

Biotologia
Prof. Roquette Pinto.

Estratigrafia e paleontologia
Prof. J. P. Padberg-Drenkpol.

AVULSOS:

Jornalismo
Curso para operários.

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

FACULDADE DE MEDICINA:

Psiquiatria
Prof. Henrique Roxo.
Cirurgia nervosa
Prof. Antônio Montelro.
Cancerologia
Prof. Ugo Pinheiro Guimarães.

ESCOLA POLITÉCNICA:

Metrologia
Prof. Dulcidio de Almeida Pereira.
Isoisotopia
Prof. Allyrio Hugueney de Mattos.

Tonus nervoso, tonus muscular e constituição
Prof. Miguel Osorio de Almeida.

ESCOLA NACIONAL DE BELAS ARTES:
Filosofia e teoria da arquitetura
Dr. Cipriano de Lemos.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE MEDICINA EXPERIMENTAL:

Tripanozomíase e Malaria
Prof. Carlos Chagas.
Equilíbrio Ácido-Básico
Dr. José Carneiro Fellippe.

Problemas médicos da imunidade
Dr. José da Costa Cruz.

DIRETORIA DE METEOROLOGIA:

Aerologia
Dr. Enéas Diogo Cordillini.

JARDIM BOTÂNICO:

As famílias famerogâmicas que interessam à medicina
Dr. Fernando R. da Silveira.

MUSEU NACIONAL:

Análise espectral aplicada à mineralogia
Prof. Alberto Belim Paes Leme.
Fitogeografia
Prof. Alberto José de Sampaio.
Escorpiões e outros aracnídeos peçonhentos do Brasil
Prof. Cândido Mello Leitão.

Estudos nacionais de etnografia do Brasil
Professora Heloisa Torres.

OBSERVATÓRIO NACIONAL:

Termodinâmica da atmosfera
Dr. Francisco Xavier Kuhnig.

SERVIÇO GEOLOGICO E MINERALOGICO BRASIL:

Petrografia
Dr. Djalma Guimarães.

É, particularmente, para ressaltar a elevada contribuição trazida à Universidade pelos estabelecimentos que com ela colaboraram no desempenho de mandatos e cujos professores se esmeraram na efetivação de cursos grandemente proveitosos, sob o patrocínio do Reitor. Foram eles — o Instituto Oswaldo Cruz, o Museu Nacional, o Observatório Astronômico, o Serviço Geológico e Mineralógico, o Instituto Médico Legal, o Instituto de Química, o Instituto Central de Meteorologia e o Jardim Botânico.

Relatório dos cursos extensionistas do Instituto Nacional de Música

O prof. Lorenzo Fernandez e os drs. Andrade Muricy e Lopes Gonçalves fizeram ao Reitor da Universidade a seguinte comunicação:

Exmo. Srr. Dr. Fernando Magalhães,
M. D. Reitor da Universidade do Rio de Janeiro.

Distinguidos por essa Reitoria com a designação, datada de 23 de Fevereiro do corrente ano, para realizar os cursos de Extensão Universitária no Instituto Nacional de Música, empenhamo-nos desde logo em lhes imprimir um cunho de amplitude e complexidade, afim de que podessem corresponder à importância excepcional da iniciativa tão decidida e proficiamente executada por V. Excia. Determinada a abertura das inscrições, a serem feitas na Secretaria daquele Instituto, foram elas encerradas em 31 de Março, atingindo um significativo total de 297 inscritos. A' vista desse brilhante êxito inicial, escolheu essa Reitoria, para nele serem os cursos realizados, o vasto salão Leopoldo Miguez, e foi marcado o dia 20 de Abril para a inauguração dos mesmos. Apresentados e aprovados os programas, coube ao professor Oscar Lorenzo Fernández a regência do curso de "Iniciação Musical", destinado a proporcionar noções técnicas sobre todos os domínios da música, ficando o curso de "História da Música" dividido entre os Srs. Dr. Augusto de Freitas Lopes Gonçalves e José Cândido de Andrade Muricy, encarregado deste relatório, e os do "Estética Musical" e "Folk-lore nacional", em poucas conferências no final do de "História da Música", confugues a mim.

Inaugurados os cursos na data antes referida, com a presença do V. Excia., do

Srr. Diretor do Instituto Nacional de Música, professores desse Instituto, erudiados musicais, representantes da imprensa e suas grandes especialmente convidadas, ram eles regular desenvolvimento, realizando-se sempre às quartas-feiras, entre as 18 horas. A' altura da 5.ª lição do "Folk-lore da Música", ful convidado por Reitoria para dar maior desenvolvimento ao curso de "Estética Musical e Folk-lore Nacional". Organizou, então, um programa especializado dessas matérias a que, curta interrupção para os indispensáveis preparativos, passou a dar execução, ficando ento em diante o curso de "História da Música" entregue exclusivamente ao Srr. Lopes Gonçalves.

Foram os cursos encerrados em 9 de Outubro, durando cerca de cinco meses.

Durante esse período foram realizadas quarenta e duas (42) conferências, a desequilibradas:

De "Iniciação Musical" pelo Prof. Lorenzo Fernández: 16.

De "História da Música" pelo Dr. Lopes Gonçalves: 15.

De "História da Música" por mim: 1.

De "Estética Musical" por mim: 7.

De "Folk-lore Nacional" por mim: 3.

Num total de 11.

Para maior eficiência das conferências quasi todas ilustradas com exibições musicais a cargo de artistas de reconhecido mérito, que patrioticamente acudiram apóio dos professores. Encarregaram-se das ilustrações os cantores: Sra. Olga Guer, Sra. Amália Fernández Conde, Adacio Filho e Alvaro Caminha; o violonista Srr. Oscar Borgerth, o violoncellista Iberê Gomes Grosso, os pianistas Srs.

berto Tavares, Arnaldo Rebello, Arnaldo Estrella e Radamés Gnatalli; organista, Prof. Arnaud Gouveia e os dançarinos Profs. Véra Grabska e Pierre Michallowsky; no todo: 14 artistas. Os Profs. Lorenzo Fernández e o relator sócio fizeram demonstrações no quadro negro e no piano; o Prof. Lorenzo Fernández teve oportunidade de utilizar-se de aparelhos de acústica e de modelos anatômicos pertencentes ao gabinete de fisiologia musical do Instituto Nacional de Música.

Várias casas de fonografia cederam gratuitamente discos do maior interesse musical, e que demonstraram amplamente as lições de "História da Música" e de "Iniciação Musical".

O Sr. Alvaro Caminha cantou uma canção medieval, do trovador Raoul de Coucy; a Sra. Amália Fernandez Conde, arias líricas do século XVII, de Caccini, Monteverdi, Cesti, Legrenzi, Carissima e Stradella; a Sra. Olga Praguer, canções ameríndias harmonizadas pela Sra. Béclard d'Harcourt; o Sr. Adacio Filho, canções folclóricas brasileiras de Villa-Lobos, Lorenzo Fernández, Radamés Gnatalli, Luiz Coâmo e do saudoso Luciano Gallet. O Sr. Oscar Bergerth executou ao violino uma sonata de Corelli (Soc. XVII) e peças brasileiras de Francisco Braga, Luiz Coâmo e Flausino do Valle. O Sr. Arnaud Gouveia executou no órgão fragmentos da Chaconne de Vitali. O Sr. Iberê Gomes Grossi, no violoncelo, a Sonata, Aristo. O Sr. Roberto Tavares, no piano, "Dança de Olaf", de Pick-Mangiagalli; "Sugestão diabolica" de Prokofiev, e "Navarra", de Albeniz; o Sr. Arnaldo Rebello, também no piano "Allegro appassionato", de Miguez, "Valsa suburbana" de Lorenzo Fernandez e "Farrapos" de Villa-Lobos. A Sra. Véra Grabska dançou uma dança grega, sobre fragmentos de "Appollo Musageta", de Strawinsky; e, com o Sr. Pierre Michallowsky, "Minuetto" de Beethoven e a "Dança Russa", da "Petruchka" de Strawinsky. Os pianistas Arnaldo Estrella e Radamés Gnatalli acompanharam, respectivamente, o Sr. Iberê Grossi, no violoncelo, Adacio Filho, can-

to e dançarinos da Academia do Solesmes; o canto coral polifônico do coro da Capela Sixtina (Vaticano), fragmentos da gravação completa do oratório: "Messias" de Handel, peças de Bach, Scarlatti, Haendel, Haydn, Mozart, Gluck, Beethoven, Schubert, Schumann, Mendelssohn, Chopin, Weber, Berlioz, Wagner, Debussy, Honegger, além de canções populares típicas de diferentes povos e épocas.

A frequência ultrapassou o quintuplo número dos inscritos. Somente após terceiro desencadada a revolução de S. Paulo diminuiu um pouco a assistência, aliás sempre brilhante e seleta.

O crítico musical do "Correio da Manhã", Dr. João Itiberê da Cunha, acompanhou as lições com excepcional atenção, fazendo-lhe elas valiosas, constantes e minuciosas apreciações, e publicando por várias vezes excelentes resumos da matéria versada.

O Sr. Diretor do Instituto Nacional de Música, Prof. Guilherme Fontainha, honrou com a sua presença a várive das lições, como o provedor assistente tecnico da Reitoria, Prof. Leoni Kasoff, a quem se devem em estímulo o interesse os encorajados desses cursos.

Desvaneceu-se particularmente a presença do criador dos cursos, de V. Excelentíssima Inaugural, e na de "Música popular", que me coube realizar.

Dove-se a V. Excelentíssima, pois, a inauguração no Brasil dos primeiros cursos sistemáticos de "História da Música", doutro do "Folklore Musical" e "Folklore nacional", dentro do "Início Musical", grande conquista para nossa alta cultura, pela pouco se tinha zelado até então.

Com os nossos vivos agradecimentos à honrosa escolha de nossos nomes tão nobilitante empreendimento, que atingiu na altura de nossas fôrças, nos permitiram as circunstâncias, enviadas a V. Excelentíssima, cordialmente, nossos aplausos pela vitória da bela campanha cultural constituiram para a nossa terra, em os cursos de Extensão Universitária.

Rio de Janeiro, 5 de Novembro de 1938

José Cândido Andrade Muricy.

Augusto Lopes Gonçalves.

O. Lorenzo Fernández.

Dentre os discos ouvidos, releva notar o álbum de canto gregoriano, dos monges bo-

Curso de interpretação e virtuosidade de Mme. Marguerite Long

Acontecimento inedito na vida do Instituto é digno de especial menção constituiu o Curso de Interpretação, em 8 conferências, que ali realizou a celebre pianista francesa Mme. M. Long, do Conservatório de Paris. É de Justiça registrar-se aqui o que a prolongada presença de tão grande artista no nosso meio musical significou como tonico animador, como sopro novo, como variante do trabalho escalar que facilmente se atola na rotina, quando não periodicamente interrompida pela incursão de novas tendências, novos ensinamentos e ideais que, assimilados ou rejeitados, nunca deixarão de provocar uma reação das mais salutares no espírito assim dos alunos como dos próprios professores.

A arte é um fenômeno essencialmente social, e perder-se-ia irremediavelmente em esdruxulas aberrações e monomanias o artista que, desprezando os estímulos oriundos do contato com os seus semelhantes, por alguns anos se enclausurasse e se impormobilizasse às influências da coletividade. Ao regressar de seu isolamento para o convívio social, seria um incompreendido entre incompreendidos. Foi esse o pensamento que, em boa hora, inspirou o diretor do Instituto, professor G. Fontalmaia, quando convidou a ilustre pianista e notável intelectual que é Mme. Marguerite Long a realizar conferências e agitar idéias no nosso meio, por imposição geográfica tão afastado dos centros onde se processam os grandes movimentos intelectuais.

Assim compreendido, pode dizer-se ter sido o Curso de Interpretação de Mme.

Long um incalculável benefício para alunos do Instituto, que receberam-lhos e ouviram sábias lições de alguém além da sua própria personalidade lóva, se reveste ainda do prestígio privado na intimidade dos maiores da música francesa, como Debussy, St. Saens, e da maioria dos "novos", por exemplo, considera Mme. Long perfeita e fiel interprete do seu repertório. Será, pois, desnecessário enfatizar a satisfação que teve o convívio dos alunos com tão prestigiosa e autorizada.

As conferências foram quasi todas dedicadas à música francesa, com a da primeira, que era de caráter geral, da terceira, reservada à música de Chopin. Nesses encontros, que foram ilustrados com exemplificações no piano pela artista e com execuções integrais pelas melhores das nossas jovens pianistas, ram ocasião de receber elogios, outorgados de reparos e ensinamentos, os quais pianistas cujos nomes estão consignados: Edith Bulhões Marcella Brandão, Leda Boissop, Yolanda Anna Carolina Souza e Silva, Rita Gnattali, Kilda Belém de Oliveira, Bevilacqua, Odílio Kammerer, Gisele Remy, Julia Silva Monteiro, Maria Pinto, Maria Antonieta Vieira, Cândida Storino, Astréa Dutra dos Santos, de Andrade, Leonor de Macedo Corrêa.

Ao terminar a última conferência, Marguerite Long foi alvo de vibrante manifestação de carinho e de simpática admiração do público e dos jovens artistas que

rajamento Unbam colaborado para o sucesso do curso.

Nossa classe, uma aluna leu o seguinte discurso, de autoria do professor contratado Antônio Sá Pereira e que sintetiza bem o enorme benefício que daquela inesquecível série de conferências devem ter colhido os nossos jovens pianistas. Peram estas as palavras pronunciadas:

"Madame Marguerite Long. Nous voici arrivés à la fin de vos admirables conférences et aussi, hélas, à l'inévitable moment où il faut nous séparer. Au nom de mes collègues, je tiens à vous dire combien nous vous sommes reconnaissants, combien votre si court séjour parmi nous nous a enrichi, et ce que signifie pour nous le noble exemple de votre personnalité, dont la simple présence a, il me semble, des vertus de catalyseur, capables d'influencer profondément nos destinées de futurs artistes. Tous est impressionné, flétris, cette belle élévation de volontés artistiques qu'on peut constater en ce moment chez nos jeunes pianistes, c'est à votre magique présence que, tel à un souffle chaud et vivifiant, nous en sommes redoublés.

Nous déplaçons à quelque hargneux mécontent, nous sommes assez francs pour ne pas vous cacher la grande admiration que nous inspirent votre souveraine maîtrise, l'infalibilité absolue et la

vision supérieurement artistique que vous avez fait preuve au cours de cette memorable série de conférences. Et comme les habitudes sont vite prises, je suis certaine que prochain jeudi bien des discours et, certainement, tous mes élèves vous chercheront en esprit et même endroit et regretteront la fin de votre cours dans lequel a rayonné l'esprit français avec toutes ses vertus, son amour de la clarté, de la mesure et de la sobriété du savoir-faire, en somme, ainsi que à envoyer-dire.

Ce fut un haut cours de goût et de probité artistique, des leçons de loyauté et de respect de l'interprète devant l'œuvre d'art dont il est conseil gardien fidèle.

Vos paroles n'auront pas trouvé d'oreilles sourdes et vos conseils ne se seront pas sans laisser de traces dans nos consciences. Tout en vous en remerciant, permettez que je profite de l'occasion pour adresser à M. Fontainha, l'illustre recteur de l'Institut, des mots de grâce de reconnaissance pour l'initiative si velle et si heureuse d'avoir invité à venir jusqu'à nous une véritable gloire de France, de cette belle France que nous aimons et respectons comme colonne étier de la civilisation latine. — Madame Long. Nous vous souhaitons un heureux voyage et espérons que vous garderez un bon souvenir du Brésil".



Marguerite LONG

Professeur au Conservatoire
de Paris
Exclusive Columbia



NOTICIARIO

NOTICIARIO

COLAÇÃO DE GRÁU DOS ENGENHEIROS ARQUITETOS DA TURMA DE 1932, NA ESCOLA NACIONAL DE BELAS ARTES

Sob a presidência do Prof. Fernando Magalhães, Reitor da Universidade do Rio de Janeiro, e com a presença dos representantes das altas autoridades e de crescido número de pessoas, realizou-se, no dia 31 de Dezembro, a cerimônia da colação de grau dos novos engenheiros arquitetos. Parâmnfou a turma o Prof. Salvador Duque Estrada Batalha, sendo orador oficial o engenheiro Moacyr Paranhos Barbosa. Após a solenidade da colação de grau e dos discursos do orador da turma e do paraninfo, encerrando a sessão pronunciou o Sr. Reitor, de improviso, uma vibrante allocução alusiva ao ato, enaltecendo o dignificado missão do arquiteto no concerto social, a quem epognomizou "o construtor do lar".

Prestaram solenemente o compromisso os seguintes engenheiros arquitetos: Adamastor Pereira do Cabo, Alkinder Dutra do Cassilho, Abelardo Riedy de Sónza, Alfredo Ayres Fernandes, Alexandre José da Silva, Alcides da Rocha Miranda, Ary Paes Leme, Carlos Delgado de Carvalho, Cyro Paes Leme, Cypriano Esteves das Dores, Daniel Valentim Garcia, Dulce Viana de Andrade, Ernesto Guimarães Maximo, Francisco Saturnino de Brito, Fernando de Luca Mattos, Onésio Tassano, Greenhalg P. Pinto, Heyder de Moraes Rego, Jacy Carneiro Nascimento, Jorge Law Baudelaire de Mello, João Neves, Aurora Terra, Jorge Félix de Souza, Jorge Meslano, João Corrêa

Lima, Jacy Rosa, Lella Oneto de Barros, Miguel Barroso do Amaral, Paulo Mauá, Regina de Oliveira Reis, Renato Rebecchi, Renato Rodrigues Ribas, Rodolpho Stucke, Victor Hugo da Costa, Walter Rodrigues Ido, Waldo Fonseca, Moacyr Paranhos Barbosa e João Lourenço da Silva.

A SÉRIE OFICIAL DE CONCERTOS NO INSTITUTO NACIONAL DE MÚSICA

Revestiu-se de excepcional importância o movimento artístico de caráter oficial, organizado em 1932 no Instituto Nacional de Música. Pela orientação elevada e pelo seu impulso que imprimiu às festas de aniversário, o atual diretor, professor Guilherme Fontainha, deixou bem patente sua maneira de conceber o Instituto apenas como casa de ensino, onde se apreende música, mas não ainda como foco irradiador de arte musical do melhor quilate.

Foram em número de onze os concertos da série 1932, dignos todos eles do grande sucesso colhido. Já pela confeção estatística dos programas, já pelo valor dos intérpretes, nacionais e estrangeiros, que integraram parte. Entre estes merece especial menção o ilustre compositor Hano Adriano Lundt, sob cuja regência a Orquestra do Instituto executou músicas clássicas italianas e na última parte apresentou "Reisado do Pastorio", do eminente compositor brasileiro e professor do Instituto O. Lorenzo Fernandez.

Acontecimento igualmente notável é o concerto realizado pelo celebre "Quinteto de Londres", que deu, entre outros, ao mesmo Quarteto de Ravel uma execução

plamente ideal. Não menos digno de nota foi o Recital de Sonatas, a cargo da William Primrose, violinista do Quarteto de Londres e, ao piano, João de Souza Lima, expoente da arte pianística brasileira.

A Sonata em sol menor de Bach, para viola e piano, foi um regalo de arte pura e sublimada.

Os outros concertos, de que se encarregaram exclusivamente artistas nacionais, na maioria professores do Instituto, mantiveram igualmente alto padrão de eficiência técnica e elevação artística. O Trio Brasileiro, composto dos professores Paulina d'Ambrosio, Maria Amélia de Rezende Martins e Alfredo Gomes, realizou, com a seriedade e o devotamento que lhe conhecemos, notável concerto de música de câmara alemã, dedicado a Beethoven, Brahms e Mendelssohn. Outro concerto de música de câmara, que tanto pelo programa como pela execução deixou viva recordação, foi o número 5 da série oficial, no qual, além do maravilhoso Quarteto de Debussy e do místico Quinteto de Cesar Franck, se ouviu ainda a Ciaccona de Vitali, no arranjo para violino (professor F. Chiaffitelli) com acompanhamento de órgão (professor Arnaud Gouveia), e a seguir a não menos grandiosa Ciaccona de Bach, na fôrma original como solo de violino, magistralmente executada pelo professor Chiaffitelli. Tomaram parte nesse concerto ainda os professores Carlos de Almeida, Orlando Frederico, Erfo Vincenzi e Sra. Sylvio de Figueiredo Mafra.

O Trio Beethoven, constituído pelos professores J. Octaviano (piano), Frederico Almeida (violino) e Newton Padua (violoncelo), cada um virtuoso no seu instrumento, incumbiu-se de todo uma série de quatro concertos em que fez ouvir música de câmara de diversos países e épocas, começando na Itália do século XVII e terminando com música brasileira de Henrique Oswald e Alberto Nepomuceno. A parte de cauto que entremelava alguns desses programas esteve confiada à exímia cantora D. Heloysa Bloem Mastrangoli.

Comemorando dignamente o bicentenário do nascimento de Haydn, organizou o Instituto um festival dedicado a esse grande clássico, e no qual a Orquestra do Ins-

tituto, sob a habil regência do maestro Burlo Marx, mais uma vez se apresentou em público com merecido sucesso, geando aplausos e rivalizando com os titãs solistas da noite, Surn, Else Duley Ploss (soprano) e professores Hermann Gross (violoncelo) e Walter Marmeyer (baixo). O conjunto coral "monde" deu atraente execução ao delicioso oratório "As Estações"

Fechando brilhantemente a série de concertos oficiais fez-se ouvir no Salão do Instituto o já famoso "Orfeão de Professores" do Distrito Federal. Sob a regência do mestre Villa-Lobos, em execução "a seco" simplesmente maravilhosas em estilo, compreensão e acabamento artístico. O Orfeão surpreendeu e encantou o público que superlotava a sala. Foi uma obra de arte que muito honrou a coesa fraternidade de professores, o grande artista Villa-Lobos que a dirige com ferrea disciplina, bem a superior visão do diretor do Instituto, manifestada na organização de concursos como os mencionados, que tornam esse estabelecimento, cada vez mais, um centro ativo de vida artística.

CONCURSOS A PRÉMIO INSTITUTO NACIONAL MÚSICA

Na primeira quinzena de Julho de 1937 realizaram-se no Instituto Nacional de Música os anuais concursos a prémio que premiam de costume, despertaram o maior interesse e aos quais concorreram numerosos candidatos dos cursos de piano, canto, violoncelo e clarinete.

Dos 37 concorrentes inscritos para o curso de piano, 19 alcançaram prémios (medalha de ouro), sendo por unanimidade de votos: Aurelio da Silveira, Celina Bridon da Graça, Plínio da Silva, Enio de Freitas e George Mayo Remy, Haydée Vieira, que Houre de Romero, Maria Beatriz Valhal, Maria Sylvia Teixeira Pinto, na Bridon da Graça, Marina Quaresima, Sylla Portinho Vallandro, e, em maioria: Cecília Moreira Torres, Célia de Moraes e Castro, Delza Marin

ro, Edna Pinto de Siqueira, Maria Victoria Monteiro de Souza, Neyda de Mello Cavalcanti e Wanda Mellhae.

Alcançaram segundo premio (medalha do prato), os candidatos: Clelia de Rossi, Dora da Costa Pereira, Helena Coelho, Isabell Rodrigues Costa, Neusa Ruth da Rocha, Odette Teixeira, Ruth Araujo, Sophia Galper, Stael Leal do Valle e Violeta Margarida Fischer. Oito dos concorrentes inscritos não compareceram.

No concurso de violino obtiveram medalha de ouro (1º premio), os candidatos: Alice França, Isaac Feldman, Itala Moreira Silva, Maria Carlota Goulart de Oliveira, Maria Hylza Bhering, e medalha de prata (2º premio): Cybele da Silva Pinto.

No concurso de canto alcançaram medalha de ouro todos os cinco candidatos inscritos: Djanira de Mesquita Barrso, Edith Lacerda, Laís Lopes Wallace, Lucia Arantes Pires, Maria do Lourdes São Carp.

No concurso de violoncelo houve apenas uma concorrente, a qual alcançou primeiro premio, medalha de ouro: Nydia Soledade.

Também para o concurso de clarinete houve apenas um candidato, o qual

obteve primeiro premio, medalha de ouro: Manoel Alves de Oliveira Franco.

Para tomarem parte nas competições, as candidatas tinham sido convidadas professores catedráticos e livres docentes, assim como vários professores que não pertencem ao Instituto. As provas evidenciaram, na grande maioria, um elevado grau de excelência técnica e sólido preparo para a carreira a que se destinam os jovens concorrentes. Foi essa a impressão geral recebida pelo numeroso público que pacientemente assistiu a todas as provas e pôde verificar a perfeita regularidade observada de todos os concorrentes.

A NOVA SÉDE DA REITORIA

Por não comportar a sua antiga sede no palácio do Conselho Municipal, onde visoriamente funciona o Ministério da Educação e Saúde Pública, as multiplicações e serviços da Reitoria da Universidade, foi esta transferida para o edifício da Biblioteca Nacional, onde, desde o mês de junho, se acha instalada.

Plano d'Organização

Executado a partir de 1812 até Abril de 1813

DR. VICENTE NAVARRO DE ANDRADE
Bardo de Inhemirim

MATERIAS DO CURSO MEDICO-CIRURGICO

Dovendo ser compreendidos na Escola Medico-Cirurgica todos os ramos que essencialmente fazem parte da Medicina, da Cirurgia, e da Pharmacia, para servirem de materiais de estudos, e de applicação mais ou menos profunda, aos que se destinão a hum ou outro ramo da Arte de Curar; e como se não podem começar com aproveitamento estudos de tanta dificuldade e importancia sem precederem conhecimentos preliminares, determinar-se-há quais estes devão ser e como dellos deverão fazer-se cargo os Estudantes.

REUNIÃO DA MEDICINA E CIRURGIA NA MESMA ESCOLA E DEBATO DE QUE VISTAS.

Já no feliz Reino do Senhor Rei D. José se havia decretado o Conselho da Medicina e da Cirurgia, pondo de parte preconcepções que os Franceses vencerão apenas depois da revolução. Nada havia com effeto mais injusto de que a diferença de consideração pública entre os Membros de repartidores igualmente difíceis, e igualmente utiles pelo seu objecto. Estas duas partes da arte de curar têm tanta relação entre si, que não pode alcançar-se hum conhecimento pleno de cada huma delas, ignorando-se os elementos da outra. Os Antigos estavão tão persuadidos desta verda-

de, que cultivavão simultaneamente os ramos da arte de curar até o século quando entrou os Gregos modernos. A dividida Scienças medicas parece ter sido vista à repugnância que mostravam pela fusão de sangue os Padres, que por motivo se derão exclusivamente ao estudo da medicina, no tempo em que na Sciença acharão vallante nos claustros, pela vaidade dos barbares na Itália e no território dos Gallos. A Cirurgia abandonada Lelgo, e por isso menos considerada, poucos progressos até que no Seculo de quinto Lanfranc de Milão, e no Seculo climo sexto Gui do Châtelaine, e particularmente na época da restauração das letos grandes Medicos começaram a estudar sistematicamente a Cirurgia, tais foram, M. Aurelio Severino, Fabrício de Hildalgo, bricio d'Aguipondente, Vesalio, e Colun. Hoje encontra-se foliosamente regularizado igual ao da medicina o estudo da cirurgia em quasi todas as escolas públicas e muitas que de exemplo a nossa Universidade. Nesta ultima escola o resultado correspondeu todavia às intenções da instituição, pois sem embargo de ser igualmente tratadas, e muito bem tratadas as matérias medicas e cirúrgicas, não é verdade de facto, que a Universidade da não deu um Cirurgião, talvez, por sendo impossível a praticar com igual tagagem ambos os ramos, se haja consti-

mento preferido a prática daquelle que ho, ainda que indevidamente, mais considerado pelo publico, recahendo assim como dantes, a prática da Cirurgia em pessoas que raras vezes estão no caso de morrerem um titulo, em cuja concessão tom sempre havido uma liberalidade reprehensivel. Sendo poir, como diz Hypocrates, *ars longa, vita brevis*, o não devendo nem podendo um homem praticar simultaneamente a Medicina e a Cirurgia, será conveniente organizar os estudos de maneira que da mesma escola saia o Medico, e o Cirurgião, ambos instruidos, cada hum na sua profissão, segundo a carreira que seguiram, sem que delles se exija igual applicação aos ramos que só concorrem para o complemento dos seus respectivos estudos, e delles não formão o principal objecto. Isto posto, examinemos quais são os ramos que devem fazer parte do ensino publico na Escola Medico-Cirurgica.

RAMOS ESSENCIAIS A ARTE DE CURAR

A Arte de curar tem por objectivo a conservação da saúde, e o restabelecimento dela. Chama-se Hygiene a Arte de a conservar, he por meio da Therapeutica que ella se restabelece. Uma e outra exigem o conhecimento das funções da economia animal no estado de saúde, ou Physiologia, e o conhecimento das afecções morbosas, a que se chama Pathologia, a qual he externa ou cirurgica, e interna ou medica. Não podem estas duas matérias ser cabalmente comprehendidas, nem adiantadas, sem o conhecimento das partes do Corpo humano, ou Anatomia, a qual he, como diz Cabanis, base o texto das explicações physiologicas, e servir de guia no tratamento das enfermidades cirurgicas.

Antes de emprehender um methodo curativo qualquer, he misto formar idéas juntas da molestia, distinguirla das suas semelhantes, e denominá-la, o que se aprende na Hosologia. Para combate-las depois de capitulada, empregam-se medicamentos, cuja doutrina se chama Materia Medica, e Pharmacia e Arte de preparalos convenientemente.

Entram no numero dos auxiliares cirurgicos os instrumentos, seja para a extirpação de tumores, amputação de membros, abertura de abscessos, separação de partes, quebração d'arterias, e muitas outras membras que fazem o objecto d'hum Curso de Operações Cirurgicas.

Dirigir e ajudar a mulher no momento do parto, seja com applicações tópicas, seja manual ou instrumentalmente, he objecto da Arte obstetricia.

Como para o acerto no tratamento enfermidades raras, complicadas, anomalias, epidemias e endemias se faz muitas vezes misto consultar os A. A., e sempre delles noticia, e conhecer o valor de doutrinas, assim como he conveniente conhecimento preliminar das diferentes teorias que até o presente dividido as opiniões, e concordado assinalar o progresso ou atrasamento da medicina que faz o objecto da Historia da Medicina, e da Bibliographia medica.

NECESSIDADES DA MEDICINA LEGAL

He indispensável na Escola Medico-Cirurgica hum Curso de Medicina Legal, luces algumas vezes servem não só para formação, mas para a aplicação das que regem os homens. Sem os conhecimentos deste ramo, mal poderia qualquer magistrado, que officiante o consultar, sobre a validade do nascimento, ou invalidade por causas physicas, sobre a capacidade de entendimento, administração de bens, sobre os motivos de molestia que se allegão para a exoneração de cargos publicos, sobre a impotência florâo, estado de gravidaço, nascimentos retardados, parto illegítimo, estadios de demência, molestias simuladas, morte lenta, envenenamentos, infanticidio e os outros artigos que organizaria em tempo de doutrina, entre outros, Belloc, ré, Mahon. Antes de tratar da importancia de cada hum dos referidos ramos no publico, será conveniente determinar quais sejam os preliminares, o necessários indispensáveis para o estudo Medico-Cirurgico.

PREPARATORIOS

Não bastando as preloções académicas para dispensar os estudos da lição porflada dos competentes Escriptores, he de necessidade absoluta, não só o Latin, Hugorico e eloquente em quo se achão muitos dos thezoiros da Scienzia, mas também alguma das Hugorias vivas, as mais universalizadas, como a Inglesa, ou Franceza, nas quais se achão, não só excellentes Obras originaes, mas tambem vertidas quacsquer outras de monta, que em diferentes Nações se tem publicado; e como quer que convenha muito à Arte de philosophar, e à exactidão do raciocínio, deve exigir-se para a matrícula do Curso medico, o estudo da Philosophia racional e moral, assim como os Elementos de Geometria e Algebra. O estudo da Physica he tambem mui útil à medicina, não só para a Intelligença de muitas idéas theoricas fundadas na mecanica, hydraulica, e na dioptrica, mas mui principalmente, entre outras razões, pelas doutrinas da Electricidade e Galvanismo.

Chemie unus in medicina nullus, aut fere nullus, dizia Stahl, apesar, porém, desta autoridade, não pôde negarse que os conhecimentos della concorrem muito para a Intelligença d'alguns dos phenomenos physiologicos, como, o da respiração, o da produção do calor animal, para prever e apreciar as alterações e mudanças que podem experimentar os alimentos e os medicamentos com as diferentes matérias que se encontrão no estomago, e sobre tudo, para se fazerem progressos na Pharmacia, compondo e simplificando as operações conhecidas, e analysando as que são produzidas pela natureza, para imitá-las e suprimi-las.

A Zoologia, Mineralogia, e Botanica consideradas como classificações systemáticas, ou como descripção característica dos diferentes seres da natureza, não de mui pouca importancia para a Medicina, muito principalmente tratando-se na Quimica e na Pharmacia e na Materia medica, daquellas plantas e substancias portentosas à Mineralogia, e que tem uso na Medicina, e como seja o principal objecto do ensino público, pôr os estudantes no caminho de fazer pro-

gressos, bastará quo os que se derem à Medicina tenham a explicação da chave do sistema de Linneo, na Zoologia; a de Werner, na Mineralogia; e a de Linné ou Jussieu, na Botanica, reservando o conhecimento das plantas medicinaes para materia medica, das quais se deve fazer demonstração no dito Curso.

Em resumo desto § e do precedente, necessarios como preliminares e auxiliares do Curso Medico, Latin, Francez ou Alez, Elementos de Geometria e Algebra, Philosophia racional e moral, Quimica, História, a chave dos Systemas de Historia natural, e a Botanica medica.

São necessarios, como ramos do Curso Medico-Cirurgico, a Anatomia, Physiologia, Materia medica, Pharmacia, Pathologia, Therapeutica geral, Hygiene, Pathologia pecial, tanto medica, como cirurgica, as operações de cirurgia, a Arte obstetricia, as Ligaduras, Neozologia, Medicina legal, Historia da Medicina, Bibliographia medicalmente Clinica, tanto interna, como externa.

CADEIRAS NECESSARIAS NO CURSO MEDICO
CIRURGICO

Exceptuando a Botanica medica, e a aplicação da chave dos systemas de Historia natural, de todas as outras matérias citadas, ha cadeiras creadas na Academia Militar. Carece-se agora distribuir convenientemente os ramos facultativos no menor numero de cadeiras possivel, e compreendendo a utilidade publica. Pela seguinte tabela se vê quo basta crear cinco cadeiras para o completo ensino das Scienzas Medicas e Cirurgicas, havendo, como ha já dito no Hospital Militar. Pelo que respeita à Bibliographia medica, além de que ser incorporada em cada hum dos ramos medicos, pôde fazer objecto d'algumas especiais na cadeira da Historia da Medicina.

TABELLA DAS MATERIAS MEDICO-CIRURGICAS
DISTRIBUITAS EM CURSOS

Cadeiras necessarias, com a distribuição das competentes matérias:

1.	Anatomia
	Physiologia
2.	Pathologia geral
	Therapeutica
	Sintotica
	Hygiene
3.	Chave dos Syst. de Hist. Natural
	Botanica medica
	Materia medica
	Pharmacia
4.	Pathologia Interna especial
5.	Pathologia externa especial
6.	Operações de Cirurgia
	Arte obstetricria
	Ligaduras
7.	Medicina legal
	Historia da Medicina
8.	Clinica interna
9.	Clinica externa.

Deverá haver além dos nove Leitões prietarios, relativos a cada hum dos seis, dois substitutos, e dous Ajudantes hum do primeiro, outro do terceiro Curso.

Observações sobre o grau de importância das matérias mencionadas.

As mencionadas cadeiras incluem particular aos estudos do que pretende exclusivamente Medico ou Cirurgião, o que deseja simplesmente ser Botânico, por isso comprehendidas na escola das matérias communs a todos, e particulares a hum.

Antes de determinar a tarefa de humas das profissões, farei algumas observações sobre o grau de importância no ensino de dar-se a cada hum dos mesmos.

PROJECTO DE REUNIÃO DA ANATOMIA e
PHYSIOLOGIA

A Anatomia e Physiologia serão objecto dum Curso, e é conveniente que se estudem simultaneamente, não só porque o estudo anatomico separado de physiologia é arido, e por si mesmo desagradável, também, porque tratando da Physiologia separadamente, há sempre mister que a explicação das funções da economia antecedam em resumo a descrição das instrumentações de cada huma delas. Carto procedem os Physiologistas modernos assim se houverão os que mais distinguirão na Physiologia desde Hypocrate até Haller, como se vê nos livros de Lenô, De usu partium, no Systema medicus de Collus, nalguns dos livros de ali, nas Instituições de Boerhaave, medicina de Hales, e na Obra de Borelli, De motu animalium.

MODO DE FÔR ESTE PROJECTO EM PRAZO

Pode pois este sistema executar-se de modos, ou fazendo quadrar a huma das partes anatomicas os comentários physiologicos, de que elas são gâos, ou estabelecendo huma divisão das funções, e no tratado de cada delas, descrever competentemente as partes do Corpo humano que lhe são

vus. Assim enunciou o famoso Vix d'Azir, deixando-nos um vasto plano do seu sistema no IV Tomo das suas Obras, publicadas em 1805 por Moreau de la Sarthe.

Quando porém seja da vontade do Professor desta Cadeira tratar separadamente estas doutrinas, fará isto dividindo em partes iguais o anno lectivo, relativamente a cada huma delas, bastando este espaço de tempo para bem ensinar e compreender elementarmente as ditas matérias.

ENSINO NAS MATERIAS DA PRIMEIRA CADEIRA

Será útil começar no estudo anatomico por um discurso historico sobre a origem, progressos, descobertas principaes, e estado actual desse ramo, e não esquecer nunca, tanto nestas como n'outras matérias, indicar as fontes de instrução, sejam obras ex-professos, sejão memorias, ensaios ou outros quaisquer escritos espalhados nas vastas Coleções académicas, e Diários científicos.

O estudo da Anatomia deve ser philosophicalmente tratado e sem aquella mitologia, e discussões escholasticas, em que se consome o tempo inutilmente, bastando para a utilidade da Clínica, tanto médica, como cirúrgica, um certo numero de conhecimentos, como pensão todos os Praticos judiciais, segundo arrazoadamente huma opinião média entre as asserções de Théodore Okes (*Journal de Physic*, anno 1772, p. II), e as de Maygrler no seu mediocre ensaio sobre a applicação do método analytico no estudo da Medicina.

As verdades anatomicas serão mostradas no cadáver, em preparados artificiais, e em estampas. Deverão concorrer neste Curso, quanto for compatível com a brevidade, a descrição das partes, com a notícia do seu uso, a relação das alterações morbosas, e a comparação com os animais, o que torna a Anatomia descriptiva, physiologica, pathologica, e comparada, sobre cujas matérias devão tratados completos entre outros Bichat, Boyer, Portal, Bally, e Cuvier.

As reflexões sobre a parte anatomicas são applicáveis à Physiologia, recommendando-se muito neste ramo as experiências em

animais vivos, tornando-se para isso modelo a Haller, Portal, Bichat, Tragranzani.

Sobre a SEGUNDA CADEIRA

A matéria da segunda Cadeira deve a Pathologia geral, a Simiotica, e a Raportica, que das duas precedentes lheu para formar os planos de tratamento, e finalmente a Hygiene. Gaublioni são escritos estimáveis sobre Pathologia, e os Antigos não a separaram da Simiotica; em Sennert, Riverio, Dequier, e Prosper Alpino, achão-se os primeiros conhecimentos de Pathologia, tais, e Therapeutica, doutrinas muitas à prática.

É muito interessante a sociedade judiciosa observação dos preceitos de Hygiene. Conhecer averiguadamente os dos países sobre a economia, a ação dos alimentos, a influência do proveito ou dano que pede resul. exercicio, do sono, da vigília, e da fome; a estimação de cada genro de sua influência sobre as disposições, e sobre as faculdades intellectuais, e são objecto da Arte de conservar os seus conhecimentos, someados na dos antigos, se achão hoje coligidos, reduzidos a corpo de doutrina, fazendo d'uma cadeira em muitas os Medicina. Sebálio, Boerhaave, Saunier, Lomme, Makeusse, Cheyne, mente Fourtelle, e a redacção das práticas de Halle são os livros que molharam a Hygiene, que até foi para Georges d'um elegante Poema Latin.

Sobre as MATERIAS DO TERCEIRO CURSO

Nas matérias de terceiro Curso não terá de Botânica separadamente, explica a chave do *systoma* de Linnaeus, se dará huma breve descrição das características de cada planta que forma a matéria médica, assim como a sua demonstração nas competentes e qualquer que seja o Compendio de sua uso.

A Botânica médica, a Materia de Tratado de doses, e a Arte de

tem sido tratados por alguns como objectos distintos da Materia medica, porém o Professor habrá devo fazer concorrer neste Curso os sobreditos artigos, suprindo a negligencia dos A. A. quando não indicação as doses, ensinando a Arte de formular seja por Albert, Gaubio, ou Plekler; sepultando desapiedadamente no esquecimento immensidate de drogas insignificantes e resumindo philosophicamente o que he deveras util na pratica, pelo que respeita, tanto aos simples, como às operações pharmaceuticas.

Sobre as MATERIAS NO QUARTO E QUINTO CURSO

Na Pathologia especial, tanto medica, como cirurgica, a escolha do livros he da maior importancia. Nestas Cadeiras se indicarão pela ordem das materias as Obras mais dignas de estudo e meditação, inculcarse-ha em que livros se achão, mais bem tratadas as materias, declarando ao mesmo tempo o merecimento dos A. A., e o valor de suas doutrinas, o que constitue a Bibliographia medica.

A idéa d'uma Nosologia deve-se a Sydenham, Sauvages organizou a primeira que existiu, e que teve por imitadores a Sagar, Linné, Macbride, Vogel, e Cullen, e nestes ultimos tempos a Pinel, Fourdres, Darwin, Sernin, Vitet, e outros. Em quanto a mim, todas tem mais ou menos defeitos; o respectivo Professor fará escolha da que julgar menos imperfeita, se não quizer reformar alguma das existentes, como para meu uso já o fiz respeito das fobias primitivas ou essenciais.

Sobre as MATERIAS DO SEXTO CURSO

Nas materias do sexto Curso sobre que temos as excellentes memorias de Desault, e os bons tratados de Sabatier, Beauvelo-que, Gardien, e Thillaye, convirá não só praticar as operações, e Arte dos partos diante dos Estudantes, mas fazel-os trabalhar debaixo da inspecção do respectivo Professor, havendo-os provimento industriado, para as Operações no Cadavor, e

para os Partes na Bonca, no que o conhecimento dos instrumentos e utilidade de manejal-os com destreza.

Sobre a CLINICA, TANTO MEDICA CIRURGICA

A applicação dos conhecimentos à pratica da Medicina e Cirurgia é das mais felizes concepções relativas ao ensino publico; no leito do enunciado d'uma teoria, a natureza dá o texto das explicações, e ali se confirmam os dogmas da teoria. A inspecção dos diversos exame do seu padecer, o a physiologia particular das enfermidades em diferentes períodos, a observação dos symptomas, exame de relação que elles têm entre si, e da economia animal, manifesta a terminação da moléstia na saude ou morte, são causes de tanta vantagem que só pode suprimilas. He por essa razão que os Gregos ensinavão a medicina no leito dos doentes, e por isso a Clínica, do mesmo methodo, virão os Romanos e os Arabes, e as escolas d'Europa estabelecidas de resto da restauração das Letras, as de Edimburgo, Viena, e Coimbra forão as primeiras a fundar o mais perfeito ensino.

Deve pois fazer-se o mesmo na Medico-Cirurgica do Rio de Janeiro, dando os Estudantes á pratica no quarto e quinto anno do seu Curso.

Para que este methodo seja mais proveitoso, e se dê a devida atenção afermo, deve haver enfermarias reservadas, destinadas ao ensino, nas quais tem sómente aquelles doentes que o Professor escolher de entre os do Hospital, e os outros ao cuidado dos M. e S. Casas. E como quer que não bastasse a vação sobre o tratamento dos enfermos, que seja necessaria a pratica dos instrumentos da Misericordia concorrendo a huma enfermaria Medica e Cirurgica, e Lentes de pratica tratarão nos quais escolherem para objecto de estudo.

Isto posto, cumpre designar os dias dos Cursos Medico, e Cirurgico, e que nello deve guardar-se relativa à cada profissão.

MATERIAIS DO CURSO MEDICO PROPRIAMENTE DITO

O Curso medico constará das matérias que se seguem, as quais serão estudadas pela ordem numérica dos annos facultativos:

- 1º anno — Anatomia e Physiologia.
- 2º anno — Pathologia geral, Therapeutica, Semiotica, Hygiene.
- 3º anno — Explicação dos Systemas d'Historia Natural, Botanica medica, Materia medica, Pharmacia.
- 4º anno — Pathologia medica especial.
- 5º anno — Clinica, Medicina Legal, Historia da Medicina.

Serão estudados estes ramos como partes essenciais da Faculdade, na frequencia delas serão apontados e perguntados os Estudantes medicos, e de cada ramo farão os competentes exames. Há porém outras annas que deverão frequentar como ouvintes, as quais em quanto úteis ao estudo medico se podem denominar Complementares, e vêm a ser:

Parte complementar do Curso medico

- No 3º anno. Operações Cirúrgicas, Arte Obstetricia, e Clinica Interna.
- No 4º anno. Pathologia especial Cirúrgica, e Clinica Interna.
- No 5º anno. Clinica externa.

Preparatórios do Curso medico

Não poderão os Estudantes começar o Curso medico, sem terem estudado previamente as matérias que preparam para a inteligência e progressos desta Faculdade. Os exames nas diferentes matérias serão impreterivelmente exigidos como habilitação essencial para a matrícula nas disciplinas do primeiro anno do Curso medico. Juntarão pois os estudantes para admissão à primeira matrícula: 1º. Certidão de que foram aprovados em Latim, e em Phisologia racional e moral, por hum Mestre público desta Corte para esse fim nomeado, sendo livro, com tudo, estudar as ditas matérias em qualquer parte do Brasil. 2º. Certidão de que foram aprovados em Geome-

tria, Elementos d'Algabra, e Physica ve Professoras da Academia Militar, aonde vêm frequentar as ditas matérias. A destas Certidões, juntarão a de aprovação nas disciplinas do primeiro anno medico para poderem ser matriculados nas disciplinas do segundo.

Condições para as matrículas.

Para que os Estudantes possam adiantar-se e concluir o Curso medico n'hum mesmo número d'annos, será simplesmente exigido para a matrícula do terceiro anno medico a Certidão de aprovação em Química Academia Militar, aonde podem estudar simultaneamente com as matérias do metro ou segundo anno do Curso medico. Desto modo se passará os matrículas annos seguintes, apresentando para cada isso admitidos, não Certidão de aprovação nas matérias do anno precedente mas também a de que frequentarão na Idade de ouvintes, os Cursos complementares, pela ordem que se exigir e fixada. Havendo satisfeito a todas estas condições, e sendo aprovados nomeadamente, os lhes passarão cartas em virtude quais lhes será permitido exercer profissão medica em qualquer dos Estados Dominios de S. A. R.

MATERIAIS DO CURSO CIRURGICO PROPRIAMENTE DITO

A seguinte Tabella indica a qual das matérias, e ordem, porque devem dar-se no Curso Cirúrgico.

- 1º anno. Anatomia, e Physiologia.
- 2º anno. Pathologia geral, Therapeutica, Semiotica, Hygiene.
- 3º anno. Explicação dos Systemas d'Historia Natural, Botanica medica, e Pharmacia.
- 4º anno. Pathologia especial cirúrgica, Operações cirúrgicas, e Arte Obstetricia.
- 5º anno. Clinica Cirúrgica.

Materias complementares e preparatórias

Tal he a ordem das matérias no Cirúrgico, que os Estudantes devem dar maduramente, e sobre as quais

perguntados e examinados. Deverão frequentar simultaneamente com os annos facultativos as seguintes matérias, não só preparatórias, mas complementares da Cirurgia, nas seguintes annas se haverão sim- plamente como ouvinte, e vem a ser:

- No 1º anno. Physica.
- No 2º anno. Química.
- No 3º anno. Pathologia interna especial.
- No 4º anno. Clínica externa.
- No 5º anno. Clínica interna.

Condições para a matrícula.

Não poderão os Estudantes em Cirurgia matricular-se nas disciplinas do primeiro anno Cirúrgico, sem apresentarem, como os Médicos, Certidão de aprovação em Latim e Phylosophia racional e moral. Das disciplinas do primeiro anno Cirúrgico, não poderão passar às seguintes sem juntarem Certidão de aprovação nas matérias do anno precedente, e sem Certidão de frequência daquelles ramos a que são obrigados como ouvintes, nos competentes annos lectivos, pela ordem que fica declarada.

Menor necessidade de preparatórios para a Cirurgia.

Não são, portanto, os Estudantes em Cirurgia obrigados a tantos preparatórios, como os Médicos, nem ao exame daqueles ramos que estudam simultaneamente com os da Faculdade, sendo estas ditas matérias mais dispensáveis para o estudo e progresso da Cirurgia, como sciencia mona conjectural que a Medicina, e devendo facilitar-selhos o estudo para promover a cultura desta sciencia de que tanto se caroca para os Hospitais Civis e Militares, para o Exercito, para a Marinha Real, e Mercante. Os Estudantes nas suas respectivas matrículas devem declarar a qualidade em que se matrículão, por quanto os documentos que para isso requerem são mui diferentes em cada huma das carreiras da Arte de curar.

MATÉRIAS DO CURSO PHARMACEUTICO.

Aquellos Estudantes que frequentarem hum anno a Química na escola da Academia Militar, e nella forem aprovados, po-

derão matricular-se, na qualidade de Estudantes Boticários, nas disciplinas do terceiro anno do Curso Medico-Cirúrgico, na se agradece a chave dos Systemas para dar conhecimento dos produtos de História natural, onde se faz a demonstração plantas usadas em Medicina, e nouvalmente se aprende a preparar os medicamentos. Tendo sido aprovados nas terças deste Curso, frequentarão mais anno na qualidade de Praticantes a sua escola, e tendo nestas matérias exaudido, e aprovado, se lhes passarão as suas funções de Boticário em quase que todos os domínios Portuguezes.

A exceção dos Boticários actuais, quem para o diante deveria exercer Arte, sem passar pelo referido Curso.

Não faltará talvez quem estranhe se não dé maior importância aos preceptos, e que bastem só seis annos para o Curso Medico, e cinco para o Cirúrgico; pois advertir que se dão as elementares e suficientes para guiar estudante nas matérias auxiliares da Medicina e Cirurgia, e pode igualmente observar-se que nas escolas estrangeiras se não tanto, e todavia, não são inferiores da nossa Universidade os bons Médicos de Viena, Edimbourg, e Montpellier.

OBJETO D'UMA SESSÃO PÚBLICA ANO

A escola abre-se-ha todos os annos hum discurso relativo à importância da Arte de Curar, feito e recitado por hum dos Lentes que para isso fôrmeado na ultima Congregação do anno precedente. Na mesma sessão, a que assistem todos os Lentes, se procederá à distribuição publica de dous premios a dous dos dantes de cada Curso que mais se distinguindo na diligencia e aproveitamento dos seus estudos, dos quais se dará a nomeação na ultima Congregação do anno precedente.

PREMIOS.

Consistirão os premios em livros escolhidos por voto da Faculdade.

PLANO D'ORGANIZAÇÃO

ABERTURA DA ESCOLA, TEMPO LECTIVO E DE FERIAS.

O dia d'abertura será o primeiro de Março; oito dias serão destinados ao trabalho das Matrículas, e no nono começará os preleções. O tempo lectivo deverá ser de oito meses completos e será reservado para os exames e actos o nono. Não haverão ferias menores, não sendo justo interromper tantas vezes o tempo lectivo; as ferias do verão durarão três meses, o que deve ser precioso aos Estudantes para fazerem inventário dos seus conhecimentos, e reverem as matérias passadas, principalmente aquelas que pela sua dificuldade, por molestia, ou outras razões, não tiverem bem compreendido.

NECESSIDADES DE FREQUÊNCIA.

Todo o estudante matriculado, seja nas matérias que fazem parte essencial da sua Faculdade, seja nas que deve frequentar como meio ouvinte, não fára huma só falta nem causa justificada, e recabindo vinte vezes nesta infracção sem motivo justo, não será admitido à exame sem nova frequência. O mesmo acontecerá quando houver além de sessenta faltas, ainda que estas sejam feitas por causa justa.

TEMPO LECTIVO.

Os dias d'Aula serão quatro por semana, devendo o ultimo ser destinado à sabbatina ou recordação, quando o Lento o julgar conveniente, e serão alterados com os de feriado, excepto nas Aulas de Clínica, nas quais não deve haver interrupção. Desta modo têm os Estudantes mais facilidade de cumprir com a tarefa literária, e mais descanso para reverem matérias, que por omisão ou molestia, não tenham podido profundar.

COMPREHENSÃO, LIVROS DE CONSULTA.

Os Compendios, e Livros de Consulta serão adoptados por deliberação da Faculdade em Congregação, não devendo por forma alguma ter lugar as preleções por postil-

las sendo em caso de necessidade, ficar cargo do respectivo Professor ou hum Compendio no espaço de seis dias ou traduzir no espaço de tres, aquella tiver approvação da Faculdade.

DURAÇÃO NAS LIÇÕES.

A duração de cada Aula deve ser de hora, a saber: o primeiro quarto, para que as lições salteadamente em ordem que todos o esperem; e os tres quartos a devida projeção. Durarão pelo menos uma hora e meia as Aulas de Clínica, em tempo que se consome no exame das feridas, e a Aula d'Anatomia nos dias de dissecção.

EXERCÍCIOS POR ESCRITO

Pelo que respeita a exercícios por escrito haverá huma dissertação cada anual da matéria do Curso. O merecimento de concerto com os assentos devidamente e qualidade do exame decidirá colha dos premiados. O objecto da prova será dado pelo Mestre responsável no fim do sexto mês de cada anno, e os Estudantes a entregá-lo no fim de cada mês, para poderem achar-se revistos no nono, época da Congregação, e caber decidir sobre os prémios.

EXAMES E ACTOS.

O exame e actos serão públicos, terão no nono mês, e versando sobre as matérias do Curso quó tiraram por sorteio e quatro horas antes: e tanto para a validade disto, como para a forma de exames e actos, deverá seguir-se o que se estabeleceu nos Estatutos do Curso da Universidade de Coimbra.

PROPINAS DE MATRÍCULAS.

Os estudantes nas competentes matrículas concorrerão com a somma anual de 1000 réis, que receberá o Secretário da Faculdade, como Thezenreiro, no momento da matrícula, ficando por estas sommas:

savel, e devendo servir o produto dellas, não só para as despesas do Secretaria da escola, mas tambem para aquisição dos Livros, que como premios honrarem de ser distribuídos aos bons Estudantes.

OFICIAIS DA FACULDADE.

Para a direcção dos estudos, o regencia da Faculdade deve haver varios empregados indispensaveis, como são o de Director Chancellor, Fiscal, Secretario, e Thezoureiro da Faculdade, cujas funções serão as seguintes:

Director, suas funções e graduação.

O Director, será a primeira pessoa da Faculdade em graduação; convocará as Congregações ordinarias e extraordinarias ás quais presidirá; proporá em Congregação tudo quanto for a bem dos estudos, seja mudança de Compendios, seja reforma na ordem dos estudos, seja regulamentos d'Aulas, e outros quaesquer objectos; mandará matricular e nomeará as pessoas pela ordem que devem ser examinadas; mandará passar Certidões de frequencia d'Aula, e de approvação, quando lhe for requerido; assignará todos os Diplomas ou Cartas de Licença de cada huma das Faculdades, sem cuja assinatura serão invalidos quaesquer títulos que possam ser lavrados; terá voto de desempate em Congregação; consultará S. A. pela competente Secretaria para o provimento das Cadeiras, e de que logo se falará, e mandará cumprir e lavrar no registro das Faculdades todas as deliberações e resoluções, sejão de S. A. R., sejão da Congregação. O Director das Faculdades modicas, poderá delegar a sua autoridade temporariamente e por escrito a hum dos Lentes da Faculdade.

Importância dos votos dos Lentes em Congregação.

Os Lentes, devendo considerar-se como Conselheiros competentes em tudo o que diz relação à Faculdade, serão ouvidos em Congregação sobre todas e quaesquer deliberações, e nenhuma resolução se da sem preceder a pluralidade de votos que se lavrará termo no registro cuidado.

CONGREGAÇÕES.

As Congregações ordinarias terão os tres mezos, e na ultima anno se nomearão os Estudantes Julgarem dignos dos premios que distribuir-se na Sessão de abertura no lectivo seguinte. E como quer qualidades requeridas para o desempenho das funções de Director da Faculdade-Cirurgica, devão encontrarse desempenhar as de Physico-mór de que deverá o lugar de Director da Faculdade porpetuamente annexo ao de Mór do Reino.

CHANCELLER, SUAS FUNÇÕES, EMOLOCIMENTOS

Haverá hum Chanceller o qual guardará o Sello da Faculdade Medicina e o mandará pôr em todos os Diplomas, Cirurgicos, e Pharmacotécnicos signando os ditos diplomas, sem o que serão invalidos. O emprego de Chanceller da Faculdade será annexo ao que tiver cargo de Cirurgião-mór do Reino, e conveniente que tenha emolumentos razoáveis do seu trabalho, cada assignatário do Director, como do Chanceller, dous mil réis, áquelle em beneficio lhe dado o diploma.

FISCAL, SECRETARIO E THEZOURÉIRO

Haverá, além destes empregos, o de Secretario, e Thezoureiro, os quais devem todos concorrer, n'hum só da Faculdade, Substitutos, como mais desoccupados proprietarios, para o desempenho das funções annexas aos ditos empregos, poderá cada hum exercer este cargo por espaço de três annos, findos os quais a Congregação fará recolher a nome de outro Substituto.

Omnipações como Fiscal.

Aquello que for nomeado deverá, como Fiscal, vigiar sobre a observância dos Estatutos, reprimir todo e qualquer abuso voluntário ou involuntário, propondo as suas observações, em Congregação para serem contemplados como cumprir.

Omnipações como SECRETARIO.

Terá, como Secretario, a obrigação de matricular em cada um dos annos da Faculdade aquello que para isso tiver despacho do Director, sem o qual não o poderá fazer, guardando nos arquivos os ditos despachos para justificação de o ter feito legalmente. Assistirá às Congregações, e haverá todas as resoluções da Faculdade, ou qualquer outra que balzar por Ordem Regia; passará todas as Certidões que com despacho do Director lhe forem mandadas passar do que constar do Registro da Faculdade; haverá em registros rubricados pelo Director um Termo de cada exame ou acto, com a declaração de nome, filiação, naturalidade, aprovação, ou reprovação nas matérias de que o dito exame houver constado; registrará e fará passar Cartas de Medicina, Cirurgia, e Pharmacia, e as assignará para que sejam válidas. Dará a cada Lento huma Lista dos Estudantes matriculados nas disciplinas do seu Curso, e huma lista geral de todos ao Director, e no fim de cada anno fará hum resumo, para servir d'Historia da Faculdade, no qual dará notícias dos trabalhos do anno, das alterações e deliberações novas da Congregação, e das circunstâncias que as exigiram, o que terá lugar na ultima Congregação do anno lectivo. Quando as suas funções cesarem, no fim do trienio, entregará por Inventário, de que se lavrará termo, todos os livros e papéis pertencentes à Secretaria, de que o novo Secretario passará recibo, para de tudo o do mais que houver fazer entrega a quem o render. O Secretario Fiscal terá por emolumento mola patata por cada Matrícula o mola patata por cada Certidão que passar, o mil e duzentos réis por cada assinatura de diploma.

A fórmula das Cartas será, ou a de que se serviu a Universidade, ou segundo o voto da Faculdade.

Promoção das Cadeiras vagas.

Pelo que respeita à promoção das vagas ou Substituição da Faculdade de Cirurgia, como quer que ditos empregos sejam ocupados impreterivelmente em que cabalmente possam desempenhar as suas funções do seu lugar, e sendo certo que quem pôde mais justamente fazer huma justa julgação dos que podem achar-se nesse caso, do que a mesma Faculdade, de Director, logo que vagar algum lugar vocar huma Congregação, e propor a eleição de três pessoas para cada lugar, se procederá em escrutínio fechado, lidos os votos, o Secretario os lerá de toda a Congregação, e do resultado fará assento. O Director consultar competente Secretaria, e S. A. R. será nomear hum dos três propostos para ocupar o lugar vago. A Faculdade poderá nesta função com a maior intelhão lhe será livre nomear senão quem tenha recebido o grau e título de quer corporação académica para issa damento autorizada. Será de fundo a sua escolha não a antiguidade de mas huma reputação bem merecida provas que tiver dado do Scienzia e enção, manifestada por escritos impou manuscritos dirigidos e julgados Faculdade. Quando em diferentes cadeiras concorrerem qualificações idênticas, ha importancia a antiguidade do graduando-se também em consideração se não alumnus da escola Medico-Cirúrgica desta Capital. Poderão prover-se as vagas da Faculdade indistintamente a Medicos ou Cirurgiões, exceptuando a terceira, a quinta Cadeira do Curso que serão privativas aos formados de Medicina, e a quinta, sexta, e nona de Medicina-Cirúrgica, que serão privativas Cirurgiões. Os Lentes Substitutos, terão pelo menos, dous, hum Medico, Cirurgião, para regerem na impossibilidade dos Proprietários, as Cadeiras de huma das Profissões. Quando tratar cedência Medico-Cirúrgica, terá oce-

observar, que os votos da Faculdade devem exclusivamente recolher nos membros da dita Sociedade pelas razões que então exporei.

CUMPRIMENTO DAS REAIS ORDENS, E POSSE DAS CADENAS.

Nomeando que seja por S. A. R. um dos três propostos pela Faculdade, o Director dará cumprimento ao Decreto de S. A. mandando registrar a sua Carta de Lente no Registro da Faculdade, e lhe assignará dia de posse, que com assistência do Director, Chancellor, e Professores, lhe dará o Secretário, e disso lavrará termo nos Livros da Faculdade. O novo Professor subirá à Caixa da Aula, em acto de posse; nella agradecerá a S. A. R. a graça recebida, e protestará de desempenhar, quanto nello caber possa, todas as funções do seu lugar.

ORDENS DOS ASSENTOS EM ASSEMBLÉA FACULTATIVA.

Tanto nesta Assembléa facultativa, como nas Congregações e outros actos públicos quaisquer, a ordem que deve observar-se nos assentos será de modo seguinte: primeiro lugar, o Director; segundo, o Chancellor; seguir-se-hão os Lentes proprietários pela ordem de antiguidade da Carta de Lente, e seudo a data a mesma, regulará a antiguidade do grão de Doutor, havendo Doutores, ou de Bacharel se os não houver. O mesmo se observará a respeito dos Substitutos.

LENES IGUAIS ENTRE SI EM ORDENADOS E GRADUAÇÕES.

Os Lentes proprietários, qualquer que seja o ramo da Faculdade, cujo ensino lhe caia em sorte, serão iguais entre si em ordenados e graduação, não devendo por forma alguma haver entre elles diferenças quaisquer, que não sempre odiosas, quando todos são membros da mesma corporação, e todos concorrem com o mesmo zelo e assiduidade para o bem público, desempenhando funções analogas.

SUBSTITUTOS.

Os Lentes Substitutos, porém, venceer, enquanto Substitutos, a m ordenado arbitrado nos proprietários tendo o seu cargo a Inteira rega huma Cadeira qualquer.

NECESSIDADE D'UMA SOCIEDADE MEDICO-CIRURGICA NESTA CORTE.

Tendo exposto o que me parecimento n'hum Plano d'Organização da Escola Medico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, como corporação que tinha a sua origem no ensino dos conhecimentos aliás convindo à prosperidade da saúde particular, não só o conhecimento das ciências medicas e cirúrgicas já estabelecidas, mas também, a introdução das novas culturas da Europa, concorrendo ao progresso e adiantamento do Seleto, o que pertence particularmente às Sociedades Scientificas. Julgo que nessas vistas libérnes do nosso mundo, Scherano a criação d'uma Sociedade Medico-Cirúrgica nesta Corte, a qual objecto:

Objectos della

1º. Por-se em conhecimentos no outras escolas d'Europa, não ignorando nenhuma das descobertas científicas, suas observações que possam concorrer para o melhoramento da prática.

2º. Concorrer por huma acção da experiência e da observação, ilustração de pontos controversos, a descoberta de tratamentos aderentes a certas enfermidades, e particularmente que são endémicas nesta Corte.

3º. Encarregar-se de determinar vações a influencia das localidades publica, e na marcha e determinar enfermidades em particular, dando conta da constituição physique Capital por observações barométricas, thermometricas.

4º. Pôr diques à fuga de imaginações, tanto na theory,

PLANO D'ORGANIZAÇÃO

pratica, avaliando imparcialmente com experiências e observações toda a nova doutrina que aparecer, e todos os remedios do segredo que a credulidade publica está sempre disposta a proteger.

VANTAGENS QUE TEM PRODUZIDO AS SOCIEDADES.

A exposição simples dos objectos desta Sociedade mostra a utilidade que della se deve esperar, e porque não imitaremos nós no impulso que dão à Scienzia, as Academias Reais de Medicina, de Cirurgia, e a das Scienças de Paris, Berlim, Turim, Petersbourg, a Sociedade dos Médicos de Londres e tantas outras? Elas têm concorrido para o progresso da Arte de Curar, não só trabalhando, mas fazendo trabalhar, não só entreteendo a emulação entre os Socios, mas animando e premiando os que não têm esta qualidade; não se diga que o Brazil, rico em ouro, rico em diamantes, não favorece os mais sólidos thezoureiros da Scienzia do homem, concorramos para o aumento dela, e procuremos pelos nossos trabalhos um lugar distinto na Historia das Scienças. E que esforços não farão por distinguir os membros da Sociedade Medico-Cirúrgica, se o provimento das Cadeiras variar recolhendo exclusivamente, como convém, nos membros della, em cuja escolha os Facultativos se não regularão pela antiguidade de títulos, mas pela excellencia das provas, que cada hum tiver dado verbalmente, e por escrito? Tal seria a minha opinião não só para estabelecer um prêmio porperto e honroso nos que houverem feito serviços à Scienzia, mas até porque têm os aspirantes occasões multiplicadas de mostrar o seu saber, e os Professores, ouvindo-os frequentes vezes, os podem julgar com mais conhecimento de causa. Os Membros da Sociedade Medico-Cirúrgica serão pois reputados opositores unicos às Cadeiras da Faculdade.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE.

Fazemos, por tanto, o ensaio dos Estatutos d'uma Sociedade Real Medico-Cirúrgica do Rio do Janeiro.

1. O seu projecto fica exposto no § precedente.

II. Será composta do Socios residentes não residentes, ou associados nacionais estrangeiros, cujo numero será indefinido.

III. Haverá um Presidente, um Vice-Presidente, e um Secretario, que no mesmo tempo Thesoureiro.

IV. Exceptuando o emprego de Secretario Thesoureiro, os outros lugares serão três annos, e não poderá recolher nem os individuos o emprego de Presidente Vice-Presidente sem um triunfo de voto.

V. As eleições serão feitas por escrito e pelo pluralidade de votos.

VI. Haverá membros honorários.

DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS OFICIAIS MÉDICOS DA SOCIEDADE.

I. São exclusivamente elegíveis nos annos da Sociedade os Membros residentes têm voto em todas as deliberações da Sociedade.

II. Communicarão à Sociedade tudo quanto julgarem a bem do progresso das ciencias medicas, ou seja resultado da sua activa, ou obra de suas modilações.

III. Escreverão para a Sociedade, artigos, Observações, Extractos, Notícias, ou quaisquer opuscritos a que as circunstâncias derem lugar.

IV. Juntos em Assembléa calculam somma necessaria para as despesas das Faculdades da Sociedade, que dividirão entre elles, quotizando-se igualmente.

V. Quando houver materia, que a Sociedade julgue digna da impressão, publica, pagando as despesas da impressão, a mesma Sociedade por quotização, que será embolsada pela venda das obrigações, guardando-se o resto em caixa para ser applicado ou conservado aprovado a Sociedade.

VI. No exclusivamente sobre os membros da Sociedade que recolherá a nomeação de um ou mais Lugares vagos da Faculdade de Cirurgia.

VII. Aquele que não satisfizer os precedentes, depois de ser três vezes recusado pelo Secretario, será riscado dos Socios, depois de ser julgado na Sessão do anno.

VIII. Assistirão a todas as nossas

Sociedade, e faltando a esta obrigação sem causa, pagará o dízimo de cinco cruzados para a caixa da Sociedade por cada falta que fizerem além da terceira em cada anno.

IX. O Presidente, e na sua falta o Vice-Presidente, presidirá às sessões; manterá a ordem, proporá à Sociedade tudo que à pluruidade de votos deve ser deliberado; encorajará as determinações da Sociedade, e assignará com o Secretario todos os actos emanados della.

X. O Secretario lavrará termo de todas as resoluções da Sociedade; lançará em registo hum resumo de tudo aquilo que se tratar em cada sessão; corresponderá com os associados nacionaes, e estrangeiros; fará nota de todos os papéis endereçados à Sociedade, expedirá os títulos competentes aos que forem nomeados Socios, e apresentará na Sessão ultima do cada anno huma lista nominativa de todos os Membros, contendo à margem as produções com que cada hum tiver Enriquecido a Sociedade; encarregará-se de aprontar para a impressão o que houver de ser Impresso, e tanto para o desempenho desta ultima comissão, como para supri-lo em caso de necessidade, terá por ajudante hum segundo Secretario, quo será nomeado pela Sociedade. O Secretario, como Guarda dos archivos, será depositário de todos os manuscritos e papéis pertencentes à Sociedade, nos quais terá hum Catalogo circunstanciado.

Como Thezoureiro, terá a seu cargo a arrecadação da quotização dos Membros da Sociedade; saldará as despesas, que autorizar o Presidente em nome da Sociedade; e sendo, como he, responsável pelas somas recebidas, delas dará conta todos os seis meses à Sociedade.

XII. Os Associados nacionaes estando na Corte assistirão às Sessões, e gozará de todos os direitos dos Membros residentes entrando nas quotizações, e pagará humas e outras para a caixa da Sociedade quatro mil réis, pela expedição do título de Socio.

XIII. Encarregará-se-lhe os Membros residentes de dar por escrito o julgo que fizerem de qualquor Obra impressa, ou manuscrita, quando pela Sociedade forem requeridos.

XIV. Os associados nacionaes responderão artigos em que a Sociedade os entar e endorssarão à mesma Sociedade suas memorias, observações, notícias, traços de obras novas.

OBREAS nos TRABALHOS.

I. Haverá huma Sessão na primeira feira de cada mês, o santo Santo, no dia seguinte.

II. O Secretario terá hum resumo dejectos que se tratarão na Sessão prete: 1º, Os papéis recebidos nacionais e estrangeiros; 3º, As censuras sobre de quo se mandou fazer julgo; 4º, Manuscritos, sejam pertencentes a quer Socio nacional, ou estrangeiro; mandadas por qualquier autor não conto à Sociedade.

III. Todos os annos o Secretario huma nota dos manuscritos recebidos à Sociedade julgar alguma digna de impressão a mandará fazer, precedendo a censura de dous socios para nomeados.

IV. Se houver necessidade, serão dos para a execução deste artigo de mais ajudantes do Secretario e Vice-tesario.

V. Nada se publicará periodicamente quando houver matérias interessantes.

ADMISÃO nos MEMBROS.

I. Todo o homem distinto por méritos, e pela prática da profissão de Cirurgia está no caso de ser um Socio.

II. Felta a Crengão da Sociedade poderá ser proposto sem ter imprimido à Sociedade alguma produção sua pena, e que seja julgada digna.

III. Felta a proposição pelo Presidente, só será na penultima Sessão do anno, proceder-se-ha a votos por voto, e só será reputado eleito aquele em seu favor tiver mais dos três dos votos, sem isso ficará a eleição

PLANO D'ORGANIZAÇÃO

Não se procederá a votos seguidos na Sessão que imediatamente se seguir áquella em que teve lugar a proposição.

IV. A primeira nomeação será feita pelos Membros da Faculdade Médico-Cirúrgica, porém depois de criada a Sociedade as nomeações serão feitas por todos os Socios.

V. Haverá trez meses de férias, a saber: Dezembro, Janeiro, Fevereiro.

VI. A ultima Sessão será pública, nella se dará conta dos trabalhos do anno, e noticia dos novos Membros admittidos, e dos falecidos com aqueles elogios que merecerem.

VII. Nenhuma discussão ou conversação, a não ser relativa dos objectos de que a Sociedade se occupa, poderá ser tolerada.

VIII. Em cada Sessão cada Membro escreverá o seu nome n'hum Livro de registo, o qual será pelo Presidente fechado, passada a primeira metà hora de Sessão; estas assinaturas, serão a Certidão de presença.

IX. Tudo o mais que diz relação á polícia interior da Sociedade, assim como ás formalidades que devem observar-se nas Sessões, será determinado pela Sociedade logo depois de criada, assim como poderá adicionar, riscar, ou modificar cada hum dos artigos destes Estatutos.

OBSERVAÇÕES SOBRE OS ORDENADOS E ACESSOS DOS PROFESSORES.

Tendo exposto as minhas idéas sobre a organização d'uma Escola Médico-Cirúrgica em que se ensinem os conhecimentos adquiridos; e d'uma Sociedade Real em que elles se adiantem; resta-me fazer algumas observações sobre as recompensas e acesso dos Lentes.

Todo o Estudante que se distinguir, he não só promovido mas recebe hum Diploma em virtude do qual pode exercer a sua profissão. O que nella se distinguir será Membro da Sociedade Real e por consequencia opositor dos Lugares da Faculdade os quais serão providos nos mais habéis dos socios por ordem de merecimento, e não de antiguidade.

Não devem todavia, logo que chegarão a ser Lentes, perder as esperanças de adian-

tamento, o que os faria esmorecer na forças e diligencias tão difíceis e hazardas, e seria mesmo injusto esfriar a luta entre elles, deixando de alentá-las fatigas, cujo objecto exige a mais completa diligencia.

Isto he tanto das liberas intenções S. A. R. que já S. A. decretara om a graduação e serviços dos Lentes da Universidade, seguindo-os conforme a carreira Magistratura. Parece pois justo: 1º, dar em horas e privilégios a Escola co-Cirúrgica do Rio de Janeiro à Faculdade Médica da Universidade, concedendo a mesma graduação decretada para o 1º de Dezembro de 1804, ou seria talvez mais conveniente, atendendo a que são Professores n'hum Hospital, que formão alunos para o serviço Saude da Tropa, e da Marinha Real, limitação do que já se praticou com os Professores da Academia Militar, e de se praticá entre nós, e nos países vizinhos com os Médicos e Cirurgiões da Escola de Guerra, dar-se-lhes em lugar da graduação da carreira da Magistratura, Carreira Militar. 2º. Pelas mesmas razões e pela aptidão que nos Lentes deve trar-se, deverão ser exclusivamente providos depois da nova organização: Lugares de Physico-mór, e Cirurgião-mór Reino, dos Exercitos, e da Marinha, como os Lugares efectivos de Medicina Campanha.

Deste modo o desempenho das funções magistrárias, e a diligencia em augmentar numero de verdades medicas e cirúrgicas meditando e escrivendo, são legitimamente providas, o não se ha escusado com os professores d'uma Faculdade, que em todas as Nações tem merecido distinções e reservadas aos mais relevantes servos. Em quanto aos ordenados devem ser elevados para viver na independencia. Clínica, d'outra sorte a necessidade dos momentos em prelúdio do desempenho das obrigações.

CONCLUSÃO

Na execução das Reaes Ordens, expedidas por Aviso da Secretaria d'Estat

Negócios Estrangeiros e Guerra em data de 10 de Dezembro de 1811, tenho mostrado mais o meu fervoroso zelo do que aptidão, em satisfazer as intenções do S. A. R.

Creio, como tudo, ter chegado ao resultado de distribuir o ensino das Materias Medicas e Cirurgicas de maneira que, juntando cinco Lentes proprietarios nos quatro que ha já no Hospital Real Militar, se obtem: 1º. Una Faculdade Medica completa em que se ensinão alguns ramos que faltão na Universidade. 2º. Una Faculdade de Cirurgia, propriamente dita, que não tinhamos. 3º. O reguamento d'Estudos Pharmaceuticos para formar boticarios, de

que se carecia. 4º. Una Sociedade nunca entre nós se fundára, e que tajosa, tanto para augmento das ciencias, como para o servir aos Aspirantes prova para a carreira do ensino.

NOTA DA REDACÇÃO

O presente "plano d'organização" é da Dr. Vicente Navarro de Barão de Inhumirim, vóm publicado número, a propósito do centenário da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, cujo transcurso comemorou a 3 de Outubro do ano ora

BIBLIOTECA DA
UNIVERSIDADE DO BRASIL

Curso de Fitogeografia

O Patrimônio Florístico do Brasil

(Notas sobre o Curso supra, realizado p.
Prof. Alberto José Sampaio, no
Museu Nacional).

Frequência: O curso teve uma média de 16 auditórios inscritos no Livro de presença, sendo que, destes, assistiram a todas as aulas os seguintes:

1. Jayme Gomes da Cruz
2. A. C. Brade
3. Armando Magalhães Corrêa
4. C. H. Liberali
5. Lina Hirsh

Seguem-se, tendo assistido a elas aulas, os seguintes:

6. O. de Almeida Costa
7. Hugo de Lima Caímaro

e assim outros que assistiram a elas, nela menor número de aulas, no total de 41 inscritos no Livro de presença.

Foi desenvolvido o programa preestabelecido e aprovado pela Reitoria da Universidade.

As aulas foram ilustradas por 3 films naturais e 187 dispositivos.

No 1º ciclo o Prof. A. J. Sampaio indicou o estado atual dos conhecimentos relativos à Geografia Botânica do Brasil, conforme o curso que realizou, pelo Instituto Franco-Brasileiro, na Universidade de Paris, em 1931, e as notas apresentadas,

na mesma ocasião, no Congresso International de Geografia de Paris.

Tendo em vista a moderna orientação cursos de Biogeografia no sentido da ligação à Natureza, em consequência de cessivos congressos científicos em que tem focalizado a enorme devastação flora e fauna no mundo, procurei dar Curso de Fitogeografia desse cunho, moldes da cadeira especial de Proteção à Natureza, na Universidade de Praia, exemplo.

De acordo com as notas apresentadas no Congresso de Geografia de Paris, em 1931, a divisão fitogeográfica do Brasil era o seguinte:

1. Flora Amazonica
 1. Zona do Alto Amazonas
 1. Sub-zona Norte
 2. Sub-zona Sul
2. Zona do Baixo Amazonas
 1. Sub-zona Norte
 2. Sub-zona Sul
3. Flora Geral
 1. Zona dos Campos
 2. Zona das Caatingas
 3. Zona das Florestas Orientais
 4. Zona da Araucaria
 5. Zona Marítima

Na 3.^a aula o conferencista teve oportunidade de individualizar uma outra zona na Flora Geral, a "Zona dos Cocalis", que se caracteriza pelas grandes matas de babaçu (*Orbignya sp.*), em grande parte do Maranhão, Norte do Piauí, estendendo-se um pouco ao sul até Norte de Goiás e Nordeste de Mato Grosso.

2.^a aula — Flora Amazonica e suas divisões.

3.^a aula — Introdução ao estudo da Flora Geral e Estudo especial da "Zona dos Cocalis" (Maranhão e Piauí), até então considerada simples zona de transição entre a flora amazônica e a das caatingas.

Trata-se de uma zona especial em que se tocam essas duas floras, mas havendo dominância das cocais ou grandes matas quase homóclitas de babaçu; esta conclusão decorre de recentes trabalhos do Professor Froes de Abreu (A Terra das Palmeiras, 1931), Prof. Ruyzinho Lopes ("Entre a Amazônia e o Sertão", no Bol. Mus. Nac. Set. 1931) e Dr. Ph. von Luetzelburg (Estudos Botânicos do Nordeste), corroborando trabalhos anteriores que vinham definindo a individualização que era se impôr.

4.^a aula — Zona das Caatingas: área e características.

5.^a aula — a) Zona das Matas Costeiras (ou Florestas Orientais): Id. b) Zona dos Pinhais (ou da Araucaria): id.

6.^a aula — Zona Marítima: id.

7.^a aula — Zona dos Campos: id.

8.^a aula — Fim da Zona dos Cocalis: id.

9.^a aula — Conclusões: Foram então estudados os seguintes temas:

a) A flora brasileira na América do Sul e na Neogéia.

+

b) A divisão atual da flora brasileira incluindo a Zona dos Cocalis, segue:

1. Flora Amazônica:

1. Zona do Alto Amazonas

1. Sub-zona Norte
2. Sub-zona Sul

2. Zona do Baixo Amazonas

1. Sub-zona Norte
2. Sub-zona Sul

2. Flora Geral:

1. Zona dos Cocalis
2. Zona das Caatingas
3. Zona das Matas Costeiras
4. Zona dos Campos
5. Zona dos Pinhais
6. Zona Marítima

c) Novos Estudos a realizar e em especial por botânicos residentes no interior do país e af desprovidos tecas e de laboratórios, mas puzer toda uma série de interessantes observações, sobre várias espécies botânicas, à maneira, por exemplo, miling, na Lagoa Santa.

d) Sistemática e sua orientação sentido do Método Natural, base o Método de Tipos, como dado pelo Congresso Internaciona- túnica de Cambridge, em 1930.

Rio de Janeiro, Univ. Revista da
AUTOR

AUTOR

Dezembro de 1932-Ser. II N.2

TÍTULO

2 volumes. 53-184

378.91
B585.u

Oficina Gráfica da U. E.

Rio de Janeiro. Univ. Revista
AUTOR
dezembro de 1932. Sér. II. N. 2
TÍTULO

2 volumes 52-184

**Este livro deve ser devolvido na última
data carimbada**

378.91

H585.v

Oficina Gráfica da U. B.

Este livro deve ser devolvido na última
data carimbada

1-11-50

6 NOV 1958

UNIVERSIDADE DO BRASIL
BIBLIOTECA CENTRAL

Rio de Janeiro. Universidade.
Revista.

Dezembro de 1932. Serie II,
N.º 2.

52-484

Prove que sabe honrar os seus compromissos devolvendo com pontualidade este livro à Biblioteca Central da U. B.

Se, findo o prazo do empréstimo (2 semanas), o livro não fôr devolvido, sorá cobrada uma multa de 50 centavos por dia.

O prazo acima poderá ser prorrogado, caso a obra não esteja sendo procurada por outro leitor.